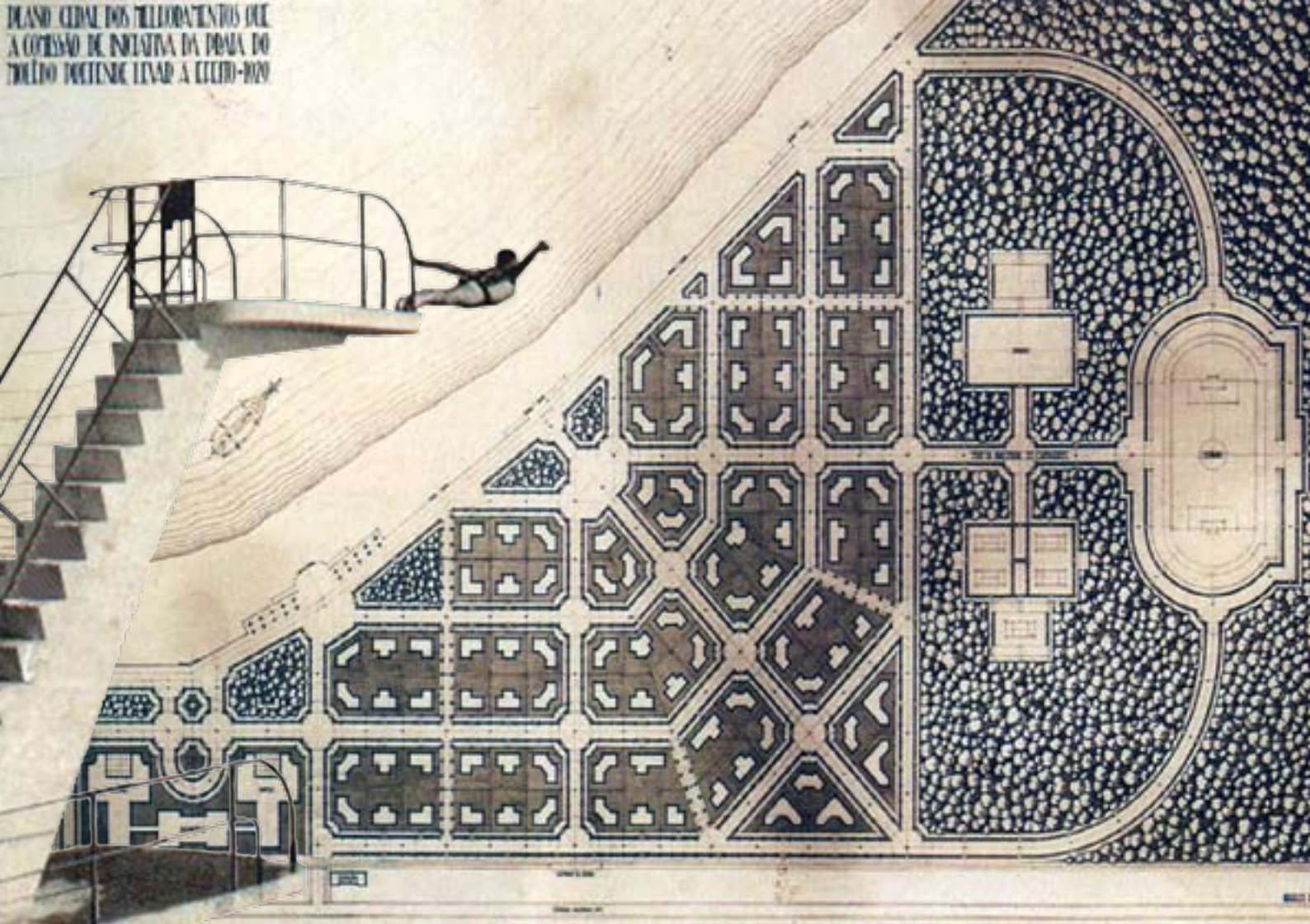


PLANO GERAL DOS MELHORAMENTOS DE
A COPRESA DE INICIATIVA DA PRIMA DO
TRILHO TROPICANIC LEVAR A CECILIO-BOY



Susana Luísa Mexia Lobo

ARQUITECTURA E TURISMO: PLANOS E PROJECTOS AS CENOGRAFIAS DO LAZER NA COSTA PORTUGUESA, DA 1.ª REPÚBLICA À DEMOCRACIA

PARTE II

Dissertação de Doutoramento na área científica de Arquitectura, especialidade de Teoria e História, orientada pelo Professor Doutor José António Bandeirinha e pela Professora Doutora Ana Tostões e apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Agosto 2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



Susana Luísa Mexia Lobo

**ARQUITECTURA E TURISMO:
PLANOS E PROJECTOS
AS CENOGRAFIAS DO LAZER NA COSTA PORTUGUESA,
DA 1.^a REPÚBLICA À DEMOCRACIA**

PARTE II

Dissertação de Doutoramento na área científica de Arquitectura, especialidade de Teoria e História, orientada pelo Professor Doutor José António Bandeirinha e pela Professora Doutora Ana Tostões e apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Agosto 2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Parte II

O automóvel e o veraneante: ao volante pela Marginal

“(…)

As raízes da família começaram a crescer na Arrábida, arrematada por baixo preço por Palmella numa das várias hastas dos bens monacais. Os meus bisavós paternos - aliás irmãos - desciam frequentemente do Barreiro, onde viviam, a Vila Nogueira de Azeitão, onde tinham parentes e compadres, para subirem a Serra pelo Painel das Almas e São Caetano, até à ‘Confeitaria’ ou às Matas do Lobo ou do Vidal. Depois vinham jantar ao Convento, deserto e muito arruinado. O costume continuou na geração dos meus avós, e os meus pais, que passaram a lua-de-mel na Arrábida, a ela subiram pelo mesmo percurso, já que, até aos anos 40 do século XX, nenhuma estrada dava acesso à Serra, só atingível a pé, de burro ou mula, ou, por mar, vindo-se de Setúbal.

Uma das minhas mais antigas recordações da Arrábida pinta-me uma longa fila de carroças e muares, pejada de objectos e de alguns humanos, uma das quais me levava ao colo. Chovia muito, o chão era lama e o que lembro assemelhava-se bastante a uma retirada de foragidos medievais. Era apenas o fim das férias e o regresso a Lisboa pelo Vale do Solitário, entre a densa mata de medronheiros, urzes e carvalhos.

Nessa altura, quantas casas havia na Arrábida, para além do Convento, já guardado por um servidor da Casa Palmella, que o mantinha liberalmente fechado? Incluindo aquela onde então eu era, mandada construir por meu Avô paterno, em 1906, para um filho tuberculoso, na vã esperança de o salvar, eram sete casas, só habitadas em Agosto ou Setembro, erguidas nas duas primeiras décadas do século em que nasci, a norte da fortaleza setecentista, que então ostentava o nome de Pousada. No Portinho, ou à volta dele, cerca de dez, contando com uns casinhotos de pescadores e com uma taberna onde se vendia de tudo e era o único lugar de comércio por aquelas paragens.

Toda a gente conhecia toda a gente, o que não quer dizer que toda a gente falasse a toda a gente, porque, à boa portuguesa, já havia ódios incansáveis, embora novos (questões de

terrenos). Puxadas as redes, à noite, os pescadores vinham vender salmonetes e linguados vivos às casas raras. Pela manhã, dos Casais da Serra, chegavam as mulheres da hortaliça ou da fruta, com os figos ainda molhados ('figos só na Arrábida') e as maçãs-reinetas. Pelo meio-dia, o Chico Alface (julgo que ainda é vivo) chegava de carroça, vindo de Azeitão, carregado com todas as encomendas feitas na véspera. As criadas iam esperá-lo à estrada e subiam, depois, os socalcos da Villa Raúl, com o arroz e a massa, o azeite e o vinagre, a carne e os enchidos, o correio e o jornal, e sobretudo o pão, o pão fresco com que, no dia seguinte, nos faziam as melhores torradas do mundo. Cada um se levantava às suas horas e berrava para a Silvina - chamava-se mesmo Silvina - por torradas quentinhas, que as da mesa estavam frias. Havia um jarro de água amarelo em forma de porco. Depois, ia-se para a praia. Alportuche, entre a Lapa de Santa Margarida (...) e a muito menos marchetada Lapa dos Pombos, Alportuche era então uma série de praias com dunas de areia grossa e branca, exclusivamente habitada por nós e pelos nós de nós.

Foi muito, muito tempo, antes da Revolução. Mas quem não viveu a Arrábida desses anos também não sabe o que foi a doçura de viver. Havia a guerra no mundo e a descalma suave na Arrábida.

Passava-se isto a 40km de Lisboa? Passava. Havia um imenso areal branquíssimo, a Pedra da Anicha, o melhor peixe do mundo, as lapas profundas e escuras, na serra e no mar, capelas e fontes, atalhos infindáveis, caminhos de cabras e de raros conhecedores.

Não havia luz eléctrica (não houve até aos anos 80), não havia água canalizada (não houve até ao ano 2000). Alumiávamo-nos a petróleo e a estearina, bebíamos água das cisternas.

Nos anos 50, construíram, no Vale de Alportuche, mais umas quantas casas. Mas nada mudou. (...)"

João Bénard da Costa, "Arrábida Minha (I)", 25 Julho 2002

Capítulo 2

Em 1949, o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) publica uma colectânea de discursos pronunciados pelo seu director, ao longo da última década, sobre o tema do Turismo. Intitulado *Turismo: Fonte de Riqueza e Poesia*, este pequeno volume enquadrava-se na colecção “Política do Espírito” das edições daquele organismo, que, entre 1948 e 1950, fixa as últimas reflexões de António Ferro, ao fim de dezasseis anos à frente do Secretariado. “Política do Espírito” que não era mais do que a designação atribuída à estratégia de actuação cultural e propagandística do Estado Novo, termo que Ferro havia recuperado de um ensaio crítico escrito, em 1932, por Paul Valéry (“La Politique de l’Esprit”, Variété III, Éd. Gallimard) e que tinha moldado o seu discurso enquanto principal mentor da construção de uma política oficial em relação à Arte, à Cultura e à Propaganda nacionais aos comandos do SPN/SNI, criado, junto da Presidência do Conselho, pelo Decreto-Lei n.º 25:034 de 25 de Setembro de 1933.

Mas, se Valéry evocava a necessidade de uma “Política do Espírito” que preservasse a ideia de uma civilização “Europeia” perante a crise de valores que se vive no período de entre guerras, António Ferro utiliza este conceito para defender a diferenciação de uma identidade nacional, no sentido em que “à arte e à literatura compete esta função que pode considerar-se dupla: projectar o espírito de cada época através dos séculos sem esquecer o espírito de cada país em cada época, simultâneamente arte universal e arte nacional”.

E o “espírito do país” podia, agora, ser condensado na trilogia “Deus, Pátria e Família”, que celebrava as virtudes de uma existência em comunhão com os valores primordiais da terra e da tradição portuguesas. É nestes termos que se vai estruturar todo o programa de iniciativas do SPN/SNI, que tem o seu culminar apologético no concurso da “Aldeia mais Portuguesa de Portugal”, de 1938, e na “Exposição do Mundo Português”, de 1940, esta integrada nas comemorações do “Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal”. Sob a orientação daquele organismo, também a construção de uma política oficial de Turismo, durante o Estado Novo, se vai balizar entre estes dois registos - o “pitoresco” e o “monumental”, o “folclore” e o “património” - considerados, ao mesmo nível, como os “Grandes Valores Turísticos Nacionais”.

Isolado do resto da Europa pela Guerra Civil Espanhola, de 1936 a 1939, a que se segue, entre 1939 e 1945, a II Guerra Mundial, o Estado Novo volta-se para uma crescente procura interna, favorecida pela introdução das férias pagas, em Portugal, em 1937, para pôr em prática o seu projecto de Turismo. Projecto que se vai sustentar num forte investimento público no planeamento estruturado do território nacional, com a implementação, em 1934 e na sequência do plano de Donat-Alfred Agache para a “Costa do Sol”, dos Planos Gerais de Urbanização, e na criação de novos equipamentos turísticos, com o anúncio, em 1939, do lançamento de uma primeira série de “Pousadas de Portugal”, conceito que avança com um novo tipo de estrutura hoteleira. Em ambos os casos, o que estava implícito era a cristalização dos ideais urbanísticos e arquitectónicos do Regime, traduzidos na defesa da moradia unifamiliar, com jardim, como modelo-base da organização espacial urbana e de uma arquitectura dita “portuguesa”, reduzida, entretanto, à manipulação de certos elementos formais. Curioso é que, se as Pousadas estavam direccionadas para um Turismo de dimensão regional, promovendo a descoberta das paisagens naturais e da herança histórica do país, os primeiros Planos Gerais submetidos a aprovação oficial seriam relativos a praias.

A regulamentação das Zonas de Jogo: o Casino e o Hotel

Ainda durante o período de Ditadura Militar que antecede a constituição, em 1933, do Estado Novo, uma importante medida é introduzida na legislação portuguesa, com profundas implicações para a organização turística do país. Pelo Decreto N.º 14:643, de 3 de Dezembro de 1927, o governo regulamentava sobre os *Jogos de fortuna ou azar, forma, lugares e época da sua exploração*. Como vimos, a legislação proposta teria como base o projecto de lei elaborado pela comissão eleita, em 1917, pelo Conselho de Turismo, para estudar o assunto. Concluídos os trabalhos a 14 de Setembro de 1927, três meses depois é publicado o presente Decreto, que iria, de uma vez por todas, pôr fim ao conflito de interesses que havia impedido a intervenção do Estado nesta matéria, desde a proibição do jogo, no início do século, pelo segundo governo de Hintze Ribeiro. Uma medida só possível sob a conjuntura de repressão que então se vive.

“Não é necessário revolver toda a legislação portuguesa para se ficar firme na convicção de que foi sempre baldado o esforço no sentido de reprimir em Portugal o jogo de fortuna ou azar.

Houve sempre uma proibição legal expressa, a par do jogo campeando nas praias, nas termas e até nas cidades, como Lisboa e Pôrto.

Afigurou-se aos poderes constituídos a necessidade de regulamentar o jogo, como sendo o meio de reduzir ao mínimo os abusos que se estavam cometendo e várias tentativas se esboçaram nesse sentido. O jogo era um facto contra o qual nada podiam já as disposições repressivas. Mas os interesses políticos dos Governos partidários mostraram-se sempre um óbice invencível às tentativas esboçadas e ia a final cair-se nos mesmos abusos.

Inaugurado o Governo da Ditadura Militar, de novo a tentativa surgiu, mas agora em condições de se converter em realidade, porque a Ditadura, não carecendo de uma clientela eleitoral, não tinha que sucumbir aos interesses molestados com a regulamentação do jogo.

Com a regulamentação que se preparou o Estado procura tirar o máximo de receita do jogo, deixando bem claras e patentes quais as pessoas que poderão jogar e quais as condições em que tal será permitido.

E fica ao Governo a certeza de que estão mais acautelados os interesses das famílias e cortadas mais cercas as tam apregoadas nefastas conseqüências do jogo com a regulamentação que vai seguir-se do que com o jogo proibido pela forma como de há muito tempo o vinha sendo.

Assim:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Jogos de fortuna ou azar, forma, lugares e época da sua exploração

Artigo 1.º Os jogos cujos resultados são inteiramente contingentes, não dependendo a perda ou o ganho da perícia, destreza, inteligência ou cálculo do jogador, denominam-se jogos de fortuna ou azar.

Art. 2.º Nas zonas estabelecidas no artigo 3.º e nos termos do presente decreto são permitidos casinos de jôgo, nos quais poderão funcionar apenas os jogos de fortuna ou azar seguintes:

Roleta com trinta e seis números e um zero.

Banca francesa com dados transparentes.

Tinta e quarenta.

Bacará bancado.

Petits chevaux e suas variedades.

Bacará chemin de fer.

Écarté.

§ único. Com excepção do Monte e precedendo parecer do Conselho de Administração de Jogos, poderá o Ministro do Interior autorizar outras formas de jôgo de fortuna ou azar naqueles casinos que vierem a estabelecer-se nos termos do presente diploma.

Art. 3.º Para os efeitos da concessão do exercício de jogos de fortuna ou azar haverá zonas de jôgo permanente e zonas de jôgo temporário.

§ 1.º As zonas de jôgo permanente são duas: uma abrangendo os Estoris e outra a Ilha da Madeira.

§ 2.º As zonas de jôgo temporário serão seis:

A primeira em Santa Luzia, Viana do Castelo.

A segunda em Espinho.

A terceira na Curia.

A quarta na Figueira da Foz.

A quinta em Sintra.

A sexta no Concelho de Portimão, Praia da Rocha.

§ 3.º Em nenhuma das actuais cidades do País, a não ser Funchal e Figueira da Foz, será permitido o jôgo.

§ 4.º No concelho de Cascais só será permitido o jôgo de fortuna ou azar em casino ou casinos construídos a oeste de S. João do Estoril.

§ 5.º Nas zonas de jôgo temporário este terá o seu início em 1 de Maio para terminar em 31 de Outubro de cada ano.

Art. 4.º O jôgo de fortuna ou azar será explorado em cada zona por uma empresa única e distinta, à qual será concedido o exclusivo nessa zona.

§ único. Nas zonas de jôgo permanente poderá, se aparecerem concorrentes, haver duas concessões distintas, delimitando-se neste caso a área dentro da qual poderão ser construídos os respectivos casinos de jôgo, hotéis, parques e tudo mais que fôr imposto às empresas.

Art. 5.º Fora dos casinos de jôgo das empresas a quem fôr concedido o monopólio da exploração, o exercício de qualquer modalidade de jôgo

de fortuna ou azar é absolutamente defeso, cabendo a sua repressão a toda e qualquer entidade policial do País e às próprias emprêsas com o exclusivo do jôgo regulamentado, nos termos do presente decreto e seus regulamentos.

§ único. É mantida nas usas actuais condições e continua sob regime especial a lotaria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.”¹

A escolha das localidades onde estabelecer as zonas de jogo não era aleatória.

Desde o final do século XIX que os “Estoris” estavam associados à prática do jogo. Em 1899, existiam no Monte Estoril três Casinos - o Casino Mont’Estoril, o *Club* Internacional e o Grande Casino Internacional - e, desde 1914, estava em execução o plano da Sociedade Estoril para a criação de um novo centro de Turismo, mas cuja conclusão diversas dificuldades de ordem financeira tinham vindo a adiar. Na verdade, do vasto programa de obras anunciado na brochura ilustrada apresentada à Câmara de Deputados mais de dez anos antes, apenas o edifício do Estabelecimento Termal estava concluído. As fundações do Casino e do Palácio Hotel, já levantadas, não passavam, nesta altura, de velhas ruínas.

“A regulamentação do jogo parece que, no entanto deu remedio ás dificuldades atraindo ganancias estrangeiras capazes de, á cata de farta recompensa, levarem a cabo o velho empreendimento.

Derrubaram-se as edificações scenograficas, afastou-se, temporariamente, o genio animador que as architectara, e logo os novos empreiteiros se desunharam, remendando-as, a fazer daquilo coisa de geito.”²

Podemos, daqui, depreender que é pela mão da empresa *Entreprises de Travaux* de Leoncé Reynés, responsável pela conclusão daqueles dois equipamentos, que se deve, certamente, o envolvimento do arquitecto francês Raoul Jourde no empreendimento do Estoril.



Casino Mon't Estoril,
Club Internacional e
Grande Casino Internacional
(com o Hotel Miramar ao
fundo, à direita)
Fotografias, c. 1900 e c. 1920
(imagens
www.restosdecoleccion.blogspot.com)

¹ Decreto N.º 14:643, *Diário do Governo*, I Série, N.º 267, 3 Dezembro 1927, pp. 799-800.

² “Estoril”, *Revista Portuguesa de Comunicações*, Lisboa, Ano II, N.º 28, 15 Agosto 1930, p. 241.

Mas, para além de todo o investimento já realizado pela Sociedade Estoril e, de certa forma, pelo próprio Estado, concedendo certas facilidades para a concretização do plano de Fausto de Figueiredo e Augusto Carreira de Sousa, a eleição dos “Estoris” como Zona de Jogo Permanente justificava-se pela sua proximidade à capital, uma vez que um dos principais objectivos da nova legislação era acabar com a presença clandestina do jogo nas cidades e, principalmente, em Lisboa, onde o número de clubes nocturnos associados à sua prática ilícita tinha vindo a aumentar.³

Na Madeira o jogo aparece como um importante factor de fixação de um Turismo dito de “passagem” e como principal diversão para os estrangeiros que procuravam a ilha com fins terapêuticos. Reconhecida, desde o século XVIII, nos circuitos médicos internacionais como *Sanatorium Natural* para a cura dos males pulmonares, em especial a tuberculose, a Madeira tinha vindo a afirmar-se no mapa turístico nacional enquanto estância climática de alcance internacional, alimentando o aparecimento de diversos tipos de estruturas de tratamento e de alojamento no Funchal⁴, destacando-se, neste último ponto, a inauguração, em 1891, do *Reid's New Hotel*, a primeira estrutura hoteleira construída de raiz na Madeira, projecto do arquitecto inglês George Somers Clarke (1841-1926).

³ Caso do Clube Restauradores, de 1908, mais conhecido como *Maxim's*, a funcionar no Palácio Foz, nos Restauradores; do *Bristol Club*, às Portas de Santo Antão, edifício construído de raiz inaugurado em 1918 e remodelado, entre 1925 e 1926, pela mão de alguns dos mais conceituados artistas da nova geração, como o arquitecto Carlos Ramos, os escultores Leopoldo de Almeida e Canto da Maia, e os pintores Guilherme Filipe, Ruy Vaz, Meneses Ferreira, António Soares, Eduardo Viana e Almada Negreiros; o *Club Mayer*, também de 1918, na Avenida da Liberdade; ou o *Majestic*, desse mesmo ano, instalado no Palácio Alverca e com decoração revivalista e neo-árabe da autoria de Silva Júnior, transformado, em 1924, no *Monumental Club*; entre outros, quase todos eles, à excepção do *Bristol Club*, instalados em antigos palácios alugados a uma aristocracia arruinada e em declínio. Com a lei de 1927 todos eles seriam encerrados.

⁴ Como instalações de tratamento da tuberculose surgem, em 1819, a Aula de Cirurgia Médica, em 1836, a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, em 1853, o Hospício D. Amélia e uma enfermaria no Hospital de Santa Clara, e, no início do século XX, o Sanatório da Quinta de Santana. Relativamente ao alojamento, a oferta turística estava organizada em três tipologias: os Hotéis, as Pensões e as chamadas “Quintas Madeirenses”, existindo, segundo o mapa de Ellen Taylor de 1882, quatro hotéis de gerência estrangeira, sete pensões e catorze quintas. Para um estudo mais aprofundado sobre a evolução do Turismo na Madeira e, em particular, no Funchal ver: GAMA, José Gil, *Arquitectura e Turismo na Cidade do Funchal no Século XX*, Mestrado Integrado em Arquitectura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2011, trabalho co-orientado pelo Professor Arquitecto Gonçalo Byrne e pela autora.

Acompanhando o desenvolvimento turístico da ilha, instalaram-se no centro do Funchal uma série de equipamentos recreativos de apoio à população flutuante, mas, também, local - Cinemas, Teatros e Clubes (estes vinculados, quase sempre, à prática desportiva, introduzida na Madeira pela comunidade inglesa aí residente) - surgindo, em 1907, o primeiro Casino - o *Stangers Club* - que encerra, três anos depois, com a implantação da República. Com a “diminuição do fluxo turístico a favor do arquipélago canário, que oferecia uma maior diversidade de divertimentos”⁵ aos seus visitantes, algumas instituições e figuras locais pressionam o Ministério do Interior no sentido de obter uma licença especial para a exploração do jogo no Funchal até que este fosse devidamente regulamentado. Concedida essa autorização, o que é revelador da importância da Madeira no panorama turístico nacional, o Casino reabre na Quinta Pavão, propriedade que tinha sido adquirida, em 1905, pela família Reid, na sequência do episódio polémico do projecto da Sociedade de Sanatórios da Madeira, que opôs interesses alemães e britânicos num confronto diplomático pela exploração exclusiva do jogo na ilha.⁶



Casino Pavão, Funchal
Bilhete Postal, c. 1920
(imagem www.prof20000.pt)

⁵ Idem, p. 17.

⁶ “No ano de 1903, o Príncipe alemão Frederick Charles Hohenlohe Oehringen solicitou ao governo português autorização para construir uma rede de sanatórios marítimos e de altitude no Funchal, maioritariamente destinados a uma população endinheirada. [Para isso é criada a Sociedade de Sanatórios da Madeira, que, no entanto,] não pretendia proceder apenas à construção de unidades médicas de tratamento, [antes tinha] em mente um grande plano de projecção da Ilha da Madeira: além das casa de saúde, seriam construídos estabelecimentos hoteleiros de luxo, que viriam a alojar os acompanhantes dos pacientes; pretendiam colmatar a falta de abastecimento de água potável, em seu entender condição essencial para que se pudessem instalar os sanatórios; seria instalada a luz eléctrica; construir-se-iam melhores estradas e jardins, com os quais de pretendia atrair mais turistas; fariam do Funchal um porto nodal de serviços de correio e passageiros vindos da América do Norte e África do Sul, uma escala obrigatória que anularia o transbordo nas cidades britânicas, encurtando a viagem; seriam também criadas ligações marítimas mais rápidas entre a Alemanha e a Madeira, com escala em portos franceses e ingleses; e construiriam novos depósitos de carvão, para abastecer os navios alemães, os hotéis e os sanatórios. Este megalómano investimento alemão, que beneficiava de condições especiais para a sua implementação, tais como a isenção dos impostos aduaneiros, por colocar em risco o monopólio britânico de quase três décadas, gerou grande contestação por parte da comunidade inglesa residente na ilha. No desenlace de toda esta polémica, a construção desta rede de sanatórios veio a revelar-se uma forma dissimulada de obtenção da concessão de jogo no arquipélago da Madeira, sem qualquer custo acrescido, e, para a qual, não fora estabelecido qualquer acordo. (...) [A compra da Quinta Pavão pela família Reid,] propriedade que se encontrava balizada pelas quintas Bianchi e Vigia e que pertenciam já à Sociedade de Sanatórios, impedi[u] a progressão (...) dos planos do consórcio alemão. Sem hipóteses de negociação, os alemães recorrem à expropriação por utilidade pública, prevista na concessão [atribuída pelo Governo português ao] Príncipe de Hohenlohe o que faz entrar em cena o Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico em defesa dos seus compatriotas[, colocando Portugal numa posição política delicada]. A resolução de todos estes atritos ficou acordada apenas a 20 de Agosto de 1908, com a autorização de rescisão do contrato de concessão concedida pelo Governo português, mediante o pagamento de [uma indemnização de] 4.425.000 marcos, acrescidos dos juros de 5%[, à Sociedade dos Sanatórios, passando os seus imóveis para o património do Estado]. (Cit.

Ainda ao abrigo da autorização especial do governo, surgem, no Funchal, para além do Casino Pavão, outros estabelecimentos desse tipo, como os casinos Victória, junto do antigo Hotel Bella Vista, o Monumental, construído próximo da ponte com o mesmo nome, e o Clube Restauração, ao lado do Hotel Golden Gate. Assim, em 1927, quando é introduzida a primeira “Lei do Jogo”, a Madeira dispunha de diversos estabelecimentos onde era permitida a sua prática legal.

Como vimos, também na Figueira da Foz e em Espinho, duas das principais estâncias balneares do país e, certamente, à época, das mais cosmopolitas, o jogo de fortuna e azar era uma actividade usual, ainda que não consentida oficialmente. A escolha destas praias como Zonas de Jogo Temporário vinha, assim, justificada pela grande afluência de veraneantes que registavam, em especial espanhóis, mas com uma frequência de carácter sazonal. Também a Praia da Rocha era uma das preferidas pelos nossos vizinhos da Andaluzia, onde, desde 1910, funcionavam o Hotel⁷ e o Casino Viola, no qual, cinco anos depois, teria lugar o I Congresso Regional Algarvio. A regulamentação do jogo, associada à criação de três Zonas de Turismo, e a construção de novos hotéis seriam, como já fizemos referência⁸, as principais questões discutidas nesse encontro.



Praia da Rocha - Hotel Viola
Bilhete Postal, c. 1910
(imagem
www.cidadeportimao.blogspot.com)



Portugal - Cintra - Casino
Bilhete Postal, c. 1920
(imagem
www.riodasmacas.blogspot.pt)

Em Sintra, a mais emblemática estância de vilegiatura climática de Portugal, existia já um Casino, obra da autoria do arquitecto Manuel Joaquim Norte Júnior, inaugurado a 30 de Julho de 1924. Este equipamento fazia parte de um plano mais vasto lançado por Adriano Coelho, fundador da Sociedade de Turismo de Sintra, Lda., constituída a 29 de Julho de 1922, que tinha como programa uma série de melhoramentos no Bairro da Estefânia, criado pela

Idem, pp. 15-16 e 91)

⁷ Hotel que, em 1932, seria transformado e aberto ao público sob a nova designação de Grande Hotel da Rocha, propriedade da Sociedade Hoteleira Praia da Rocha, Lda..

⁸ Ver Capítulo 1.1..

Rainha D. Estefânia de Hohenzollern, mulher de D. Pedro V que, após a morte daquela, em 1859, manda finalizar a sua implantação. Segundo um artigo do jornal *O Século*, de 27 de Julho de 1924⁹, o plano da Sociedade contemplava a construção de um Bairro de Luxo com cem edificações, um Bairro Económico, Mercado, Balneários, Hotéis, um Casino, estabelecimentos modernos, canalização suficiente de água e todo o género de comunicações, incluindo a ligação por caminho-de-ferro a Lisboa.

O Casino seria a peça central da intervenção, numa composição de gosto Arte Nova marcada, na sua simetria, por um óculo circular colocado sobre o corpo central da entrada, onde figura a escultura “Bailarina” de José da Fonseca (1884-1956)¹⁰. No interior, dispunha de um Salão de Exposições, de um Salão de Festas e Bailes, Salas de Leitura, Salas de Jogos de Cartas, de um Restaurante e de um bar “Americano”.

Na estância termal da Curia¹¹, acabava de inaugurar, em 1926, o novo Palace Hotel, projecto do mesmo Manuel Joaquim Norte Júnior para o hoteleiro Alexandre de Almeida¹² que, em Outubro de 1921, havia adquirido ao médico Luiz Navega o antigo “Chalet das Rosas” e o Hotel primitivo, construído, entre 1913 e 1918, segundo o desenho dos arquitectos Deolindo Vieira e Rafael Duarte de Mello¹³. A remodelação da estrutura existente desenvolveu-se em



Palace Hotel da Curia
Fotografia, c. 1926
(imagem
www.restosdecoleccion.blogspot.com)

⁹ De acordo com a pesquisa, em curso, de João Miguel Pires Oliveira sobre *Casinos: Arquitectura do Jogo em Portugal*, no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitectura do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, co-orientada pelo Professor Doutor Paulo Providência e pela autora.

¹⁰ Um dos vários escultores, incluindo os seus irmãos Júlio e Luís, que estiveram envolvidos na concretização do projecto de Luigi Manini para a Quinta da Regaleira, em Sintra, de António Augusto de Carvalho Monteiro (o “Monteiro dos Milhões”), obra iniciada em 1898 e finalizada em 1910.

¹¹ Com alvará de exploração, datado de 31 de Dezembro de 1902, emitido à Sociedade das Águas da Curia, constituída em 1899, sob a direcção clínica do Dr. Luiz Navega.

¹² Que já detinha, nesta região, a exploração, desde 1917, do Palace Hotel do Buçaco e do Hotel Astória, em Coimbra, inaugurado, também, em 1926.

¹³ Projecto apresentado na revista *A Construção Moderna*, no número de 25 de Abril de 1916, encontrando-se o Hotel já em execução “com enormes modificações, para tornar a sua construção mais económica, apesar de já ser relativamente modesto o projecto”. Nesta mesma revista haviam sido publicados, a 25 de Abril de 1913, os projectos de Rafael Duarte de Mello para uma “Casa para habitação e farmácia do Ex.mo Dr. Luiz Navega - Na Curia” e, a 10 de Janeiro de 1914, o “Ante-Projecto de um Casino sobre o mar - No Estoril”, a que fizemos já referência. (Cit. “Projecto de um Grande Hotel para a Curia”, *A Construção Moderna*, Lisboa, Ano XVI, N.º 8, 25 Abril 1916, p.1 e p.58)

duas fases: a primeira, de 1922 a 1924, compreendeu a construção de uma ala fechando a planta em “U”, e a segunda, de 1924 a 1926, a edificação do corpo a norte que constitui a frente nobre de entrada no Hotel. Contemporâneo do Casino de Sintra, o Palace da Curia acusa idênticas influências Arte Nova, de matriz francesa.

Quando da encomenda do projecto de remodelação do Hotel, Norte Júnior tinha acabado de intervir no conjunto do Balneário das Termas¹⁴, ampliando-o, para onde lhe tinha sido, também, pedido incluir um Casino¹⁵. A proposta para o *Casino - Projecto de Transformação do Actual Balneário Termal*, seria entregue em Junho de 1920 e aprovada com alterações. Trabalhando sobre o edifício existente, idealizado por Jayme Inácio dos Santos, Norte Júnior propunha a sua reorganização em duas frentes: uma virada para o Parque, com o Balneário Termal, e outra virada para a Estrada da Mata, com um imponente Casino, que, no entanto, nunca chegaria a ser concretizado. Em vez disso, o primeiro piso do Balneário seria adaptado para albergar essa função.



Curia - Casino

Bilhete Postal, c. 1900
(imagem

www.restosdecoleccion.blogspot.com)

Já a escolha de Viana do Castelo como Zona de Jogo Temporário surge, provavelmente, justificada como contraponto geográfico à Praia da Rocha e pela sua proximidade à fronteira com Espanha, mas também pela presença do Grande Hotel de Santa Luzia, obra assinada por Miguel Ventura Terra (1866-1919), que, simultaneamente, projecta o Santuário do Monte (1904-1940). Encomenda do vianense Domingos José Morais, a construção do Hotel teve início em 1903 ficando concluído quinze anos depois, em 1918, terminada a I Guerra Mundial. No entanto, esta unidade

¹⁴ Conjunto desenhado, entre 1909 e 1913, ano da sua inauguração, pelo arquitecto Jayme Inácio dos Santos, por encomenda de Albano Coutinho, à altura Governador Civil de Aveiro e Presidente da Sociedade das Águas da Curia, o grande impulsor da criação do Parque Termal. A nova *Buvette*, também da sua autoria, seria concluída um ano depois. Estas duas estruturas - o Balneário e a *Buvette* - vinham substituir as instalações primitivas projectadas, em 1903, pelo Engenheiro Leonardo Castro Freire.

¹⁵ Anteriormente já haviam sido convidados os arquitectos Adães Bermudes, que terá realizado apenas um Parecer no final de 1916, Raul Lino, que apresentou uma proposta em 1917, e Marques da Silva, nomeado para o trabalho, em 1919, mas de quem não se conhece qualquer proposta. (Segundo a informação recolhida pela Equipa do IAPXX - Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal, iniciativa da Ordem dos Arquitectos realizada sob a coordenação científica da Professora Doutora Ana Tostões. Equipa do Centro coordenada pelo Professor Doutor José António Bandeirinha e da qual a autora fez parte)

só entra em funcionamento a 2 de Julho de 1921, já sob propriedade do “capitalista portuense Bernardo Abrunhosa, que, dois anos depois, inauguraria o Elevador de Santa Luzia”.¹⁶

A existência prévia de estruturas deste tipo - Casinos e Hotéis - nas localidades definidas como Zonas de Jogo dava alguma garantia ao Estado de haver empresas interessadas na sua exploração e do cumprimento, dentro dos prazos legalmente estipulados, das obras exigidas às entidades concessionárias. Isto porque, de acordo com o mesmo Decreto N.º 14:643, às sociedades anónimas de responsabilidade limitada a que fosse adjudicado, por meio de concurso, o exclusivo do jogo em cada uma das zonas estabelecidas era exigida a construção de um Casino e de um Hotel, “no prazo máximo, respectivamente, de cinco e três anos”, sendo que em cada Zona de Jogo Permanente poderiam existir um ou mais Casinos e nas zonas Temporárias apenas um.

Em qualquer um dos casos, os Casinos deveriam ser “estabelecimentos modelares e sumptuosos, satisfazendo a todos os requisitos de luxo, comodidade e conforto exigidos pela vida moderna, com rico mobiliário e utensilagem, obedecendo tanto quanto possível aos tipos arquitectónicos e a motivos decorativos nacionais”, ressalvando-se que nas Zonas Temporárias estes equipamentos teriam proporções inferiores aos das Zonas Permanentes e, por isso, custos de construção e valores imobiliários menores.¹⁷



Vianna do Castello - Grande Hotel de Santa Luzia
Bilhete Postal, c. 1930
(imagem
www.blogdaruanove.blogs.sapo.pt)

¹⁶ Até à sua integração na rede das Pousadas de Portugal, a vida do Grande Hotel de Santa Luzia seria atribulada. Face à sua dimensão e à sua localização geográfica no país, assim como ao período pouco favorável ao desenvolvimento do Turismo português, e internacional, que se segue à sua inauguração, com a crise económica mundial do final dos anos vinte, a Guerra Civil Espanhola e a II Guerra Mundial, o Hotel acabaria por ser adquirido pelo Estado em Outubro de 1947, encerrando, em 1951, por não se encontrar em condições de funcionamento. Para revitalizar esta estrutura o então Ministro das Obras Públicas, Engenheiro José Frederico Ulrich, encarrega o arquitecto Jorge Segurado da sua remodelação, sendo o Hotel declarado de “Utilidade Turística”, a 11 de Maio de 1955, e a sua exploração entregue, por concurso público, aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, reabrindo ao público a 19 de Agosto de 1955. A falta de obras de manutenção levaria à gradual degradação do edifício e só na década de 1980, quando a sua gestão passa para a responsabilidade da ENATUR, seria alvo de restauro e modernizadas as suas instalações. (Cf. GUIMARÃES, Manuel, VALDEMAR, António, *Grandes Hotéis de Portugal*, Lisboa, Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo/Edições Inapa, 2002, pp. 163-178)

¹⁷ Com “um valor nunca inferior a 400 contos-ouro”, nas Zonas Permanentes, e “a 100 contos-ouro”, nas Zonas Temporárias. (Cf. Decreto n.º 14:643, op. cit., p. 802)

Cada Casino deveria dispor de:

“1.º Salões destinados a jogo de fortuna ou azar, dispostos de modo a não poderem ser vistos de qualquer outra dependência do casino ou do exterior e com entradas e saídas inteiramente independentes;

2.º Grande hall [ou apenas um hall, nas Zonas Temporárias], salões de dança, de restaurantes [ou um restaurante, no mesmo caso], de jogos de vaza, de leitura, de fumo [só nas Zonas Permanentes], de exposição e conferências, teatro e cinema, tudo com instalações acessórias indispensáveis e necessárias para garantir o bom funcionamento geral do casino;

3.º Um parque com campos de jogos atléticos e desportivos e jardins [ou só um parque ou jardim, com campos desportivos, nas Zonas temporárias], tudo convenientemente vedado por meio de gradeamento artístico;”

Nas Zonas Permanentes era, ainda, exigida a presença de:

“4.º Uma esplanada sobre o mar, com as possíveis condições de grandeza, comodidade e conforto modernos;

5.º Um estabelecimento de banhos de mar quando na zona haja praia susceptível de nela ser construído tal estabelecimento em condições confortáveis;”

Enquanto que nas Zonas Temporárias:

“§ 1.º Quando a zona temporária seja estabelecida em praia em que já existam parques ou jardins públicos e campos de jogos, o respectivo casino de jogo constará, em lugar deles, de uma esplanada que deite sobre o mar e que reúna as condições e conforto indispensáveis;

§ 2.º Se no local da zona temporária houver também já esplanada pública, nas condições do parágrafo anterior, deverá o casino com os elementos que o constituem nos termos deste artigo e seus n.ºs 1.º e 2.º ser mais rico e luxuoso, de modo a gastar-se nêles a importância que custaria o parque ou o jardim e campos de jogos.”

Como complemento:

“§ único. Em cada zona de jogo permanente, anexo aos casinos ou tanto quanto possível próximo deles, haverá um hotel, tipo Palace, com um mínimo de trezentos quartos, ou dois, um com duzentos e outro com cem (mínimo), 50 por cento dos quais terão casa de banho, ricamente mobilado e apetrechado, comportando todos os requisitos de luxo, comodidade e conforto e com todas as instalações que assegurem o seu bom funcionamento industrial. Dentro do edifício do hotel haverá salões de restaurante, de dança, de leitura, de correspondência, de jogos de vaza, e de recepção, próprios, tudo com instalações eléctricas, telefónica, frigorífica e de aquecimento.”

Já nas Zonas Temporárias:

§ 3.º *As sociedades concessionárias do jogo (...) ficam obrigadas a construir ou obter hotel com o mínimo de cem quartos condizente com o respectivo casino e tanto quanto possível próximo dêle.*”

Com esta medida, para além de limitar a prática do jogo a zonas muito restritas e predeterminadas do território nacional¹⁸, que coincidem com algumas das estâncias turísticas portuguesas mais procuradas pelos visitantes estrangeiros, o Estado providenciava no sentido do seu mais completo apetrechamento urbano, quer obrigando o capital privado a compartilhar na realização de obra pública - Parques, Jardins, Campos de Jogos e Esplanadas -, quer incentivando à melhoria da oferta de alojamento existente pela construção de novos hotéis, através da atribuição de direitos de expropriação às sociedades concessionárias, para a realização e cumprimento dos projectos apresentados, e a isenção de direitos alfandegários sobre quaisquer artigos - mobiliário, equipamentos e utensílios de cozinha - importados.

Como contrapartidas financeiras pela exploração exclusiva do jogo, atribuída por um prazo de trinta anos, as respectivas concessionárias estavam sujeitas ao pagamento de um imposto anual fixo, outro sobre os lucros brutos apurados mensalmente e, ainda, outro “*sobre o preço dos bilhetes de entrada nas salas do casino*”. As receitas conseguidas através desta legislação seriam distribuídas nas seguintes proporções:

¹⁸ Condicionando, simultaneamente, os horários de funcionamento dos Casinos, das catorze às quatro horas, e o seu acesso: “Art. 32.º *É inteiramente vedada a entrada nas salas de jogo: 1.º Aos menores de ambos os sexos e aos que vivem sob tutela ou curatela; 2.º Aos estudantes de quaisquer estabelecimentos de ensino do Estado, bem como dos particulares que tiverem essa condição nos termos de admissão; 3.º Aos funcionários do Ministério das Finanças e aos tesoureiros, pagadores de quaisquer outros Ministérios, excepto quando ali entrarem em serviço; 4.º Aos funcionários e agentes de qualquer polícia do País, excepto quando em serviço; 5.º Aos militares de terra e mar e do exército colonial que não estiverem na reserva, reformados ou não se encontrarem licenciados, de licença limitada ou registada; 6.º Aos magistrados judiciais e do Ministério Público e aos oficiais de justiça não aposentados ou substituídos; 7.º Aos indivíduos que pela natureza das funções que desempenham na sua vida pública ou particular ou por qualquer outro motivo possam ter á sua disposição dinheiro alheio, e em especial aos empregados bancários, guarda-livros, tesoureiros, pagadores ou cobradores de qualquer espécie; 8.º Aos empregados do comércio em geral, quando os respectivos patrões estipulem essa condição de admissão aos seus serventuários; 9.º Aos que não provarem ter um rendimento anual que em regulamento especial será determinado.*” (Cf. *Idem, ibidem*)

“Art. 50.º (...)

a) 20 por cento para a assistência pública sob todas as suas formas e modalidades, sendo 2 por cento destinados ao Instituto de Socorros a Náufragos;

b) 10 por cento para as câmaras municipais do concelho da zona respectiva;

c) 10 por cento para as câmaras municipais das regiões de turismo do País como tais classificadas oficialmente, excluindo porém as citadas na alínea b) deste artigo;

d) 30 por cento para dotação especial das estradas que mais directamente dão acesso aos centros e regiões de turismo;

e) 30 por cento para receita geral do Estado.”

Como vimos, no Estoril a concessão da Zona de Jogo Permanente seria ganha pela Sociedade Estoril-Plage, inaugurando-se o Palácio Hotel a 30 de Agosto de 1930, com 200 quartos, e o Casino, a 15 de Agosto de 1931, encontrando-se já em funcionamento o Hotel do Parque, aberto ao público em 1929, o mesmo ano em que é concluído o Campo de Golfe. A Esplanada sobre o mar e o Estabelecimento de Banhos só seriam concretizados mais tarde.

Na Madeira, a atribuição da exploração do jogo seria mais atribulada. No espólio do arquitecto Raul Lino, consultado no arquivo da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, encontrámos a referência a um *Projecto da reconstrução do Casino Pavão* datado de Março de 1928¹⁹, encomenda de uma tal “Companhia de Turismo”, provavelmente, “da Madeira”. Pela Memória Descritiva que acompanha o processo ficamos a saber que “o edifício projectado destina-se a ser construído na propriedade denominada *Quinta Pavão*, no local aproximadamente ocupado pelo actual Casino, deixando uma esplanada sobre o mar com uma largura de cerca de 20 metros. Consta de dois andares: o inferior, ou rés-do-chão, incluiria - além de um grande átrio - salões de teatro, cinema ou concertos; de baile; de restaurante; salas de leitura, de jogos de vasa; ‘bar’; vestiários, lavabos etc. para senhoras e para homens; cozinha e casa de serviço anexas.



Projecto da Reconstrução do Casino Pavão, Funchal - Ilha da Madeira
Planta Geral

Raul Lino, 1928
(imagem Espólio Raul Lino/Biblioteca de Arte FCG)

¹⁹ Processo com a referência RL 252, que conta com peças desenhadas e a respectiva Memória Descritiva.

O andar superior, ou primeiro andar, tem acesso completamente independente da entrada do rés-do-chão e inclui exclusivamente salões e salas destinadas aos jogos de fortuna ou azar; vestiários etc. para senhoras e homens, e um ‘bar’. Não havendo comunicação alguma entre os dois andares, fica a parte destinada aos jogos de azar em perfeita independência dos restantes salões de recreio”.

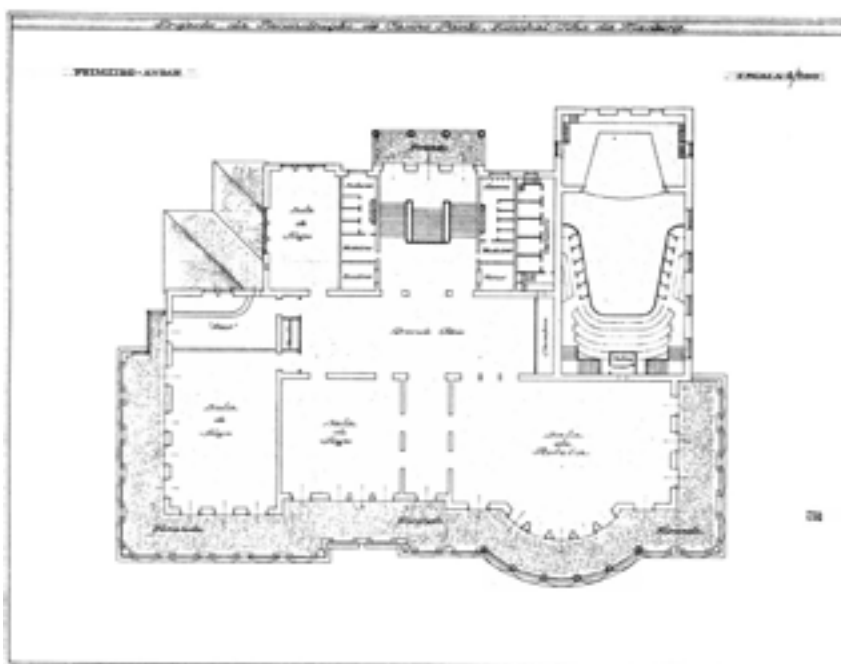


*Projecto da Reconstrução do
Casino Pavão, Funchal - Ilha
da Madeira*

Rés-do-Chão

Raul Lino, 1928

(imagem Espólio Raul Lino/Biblioteca
de Arte FCG)



*Projecto da Reconstrução do
Casino Pavão, Funchal - Ilha
da Madeira*

Primeiro Andar

Raul Lino, 1928

(imagem Espólio Raul Lino/Biblioteca
de Arte FCG)

A data do projecto e o programa que é trabalhado correspondem aos requisitos da legislação de 1927, no entanto, pela investigação realizada por José Gil Gama²⁰, sabemos que, em 1933, o governo português adquire a Quinta Pavão anexando-a às Quintas Vigia e Bianchi, já integradas no património do Estado. Esta medida deixa subentendida a não concretização do projecto de Raul Lino.

Em Fevereiro de 1936 a concessão do jogo na Madeira seria adjudicada à Empresa de Turismo da Madeira, ficando a exploração do jogo, agora, vinculada à Quinta Vigia, sob a designação de “Casino da Madeira”, mas as dificuldades da empresa em cumprir o pagamento das contribuições fiscais estipuladas por lei levariam ao encerramento desta estrutura em 1939. Ainda nesse ano, a Delegação de Turismo da Madeira, criada em 1936, à qual são confiados os terrenos das três quintas do Estado para, aí, criar um “centro de atracções, conforto e recreio para turistas”²¹, encarrega o arquitecto Edmundo Tavares (1892-1983) de desenvolver o projecto para um Casino, de novo na Quinta Pavão. “A complementar este equipamento existiriam campos de ténis, um parque infantil e uma ampla esplanada, que se debruçava sobre o oceano, distribuídos pelo jardim que o circundava e cuja vegetação dissimularia a sua presença”.²²

O início da II Guerra Mundial, condicionando durante seis anos os circuitos de navegação internacionais e com inevitáveis repercussões no desenvolvimento turístico da Madeira, iria adiar as pretensões daquela Delegação Regional, que procura contornar a situação apelando, uma vez mais, aos órgãos centrais para a criação de um regime especial de concessão do jogo na Madeira, no qual o período de funcionamento do Casino deveria ser adequado à realidade turística do arquipélago, mais procurado como estância de Inverno, e os impostos tributados deveriam ser determinados exclusivamente em função dos lucros obtidos.

²⁰ GAMA, José Gil, op. cit. pp.92-93.

²¹ SILVA, Luís Cristino da, *Parecer do Anteprojecto do Parque da Cidade do Funchal*, [s.l., s.n.], 1945, p. 2. (Espólio Luís Cristino da Silva, Biblioteca de Arte FCG)

²² GAMA, José Gil, op. cit., p. 93.

Aparentemente, os apelos da DTM não são ouvidos, uma vez que a Madeira acabaria por ser excluída, em 1948, da lista das Zonas de Jogo, só sendo reposta, dez anos depois, terminado o prazo de trinta anos sobre as primeiras concessões de jogo e revisto o seu regime de exploração, pelo Decreto N.º 41:562 de 16 de Março de 1958.

Também a concessão da Zona Temporária da Figueira da Foz seria suspensa, em 1937, pelo facto da Sociedade do Grande Casino Peninsular não ter, ainda nessa altura, garantido a construção do respectivo Palace Hotel a que estava obrigada por lei. Já em Espinho, a Sociedade Espinho-Praia avança, logo em 1929, com os projectos do Palácio Hotel e do Casino, ambos inaugurados na segunda metade da década de 1930.

Na Praia da Rocha é constituída a Empresa Hoteleira Praia da Rocha que procede à remodelação do Hotel Viola, reaberto, a 1 de Maio de 1932, sob a nova designação de Grande Hotel da Rocha, e das instalações do antigo Casino, implantado sobre a falésia, uns metros mais à frente, do outro lado da Avenida Marginal²³. A poente do Hotel, também sobre o mar, encontrava-se a *Villa* de Nossa Sra. das Dores, transformada, em 1936, no Hotel Bela Vista.²⁴



*Portimão - Praia da Rocha
- Hotel Viola*

Bilhete Postal, c. 1920
(imagem PASSOS, José Manuel da
Silva, *O Bilhete Postal Ilustrado e a
História Urbana do Algarve*, Lisboa,
Editorial Caminho, 1995, p. 62)

²³ Onde hoje se encontra o Hotel Oriental.

²⁴ Mandada construir, em 1918, pelo industrial conserveiro António Júdice de Magalhães de Barros, a *Villa* de Nossa Senhora das Dores seria transformada, entre 1934 e 1936, no Hotel Bela Vista, por Henrique Bivar de Vasconcelos. Os primeiros hóspedes do Hotel foram espanhóis abastados, também ligados à indústria das conservas de peixe, fugidos à Guerra Civil em Espanha e que acabam por se fixar definitivamente em Portimão.

Algarve - Praia da Rocha
- Hotel e Avenida Tomaz
Cabreira

Bilhete Postal, c. 1930
(imagem PASSOS, José Manuel da
Silva, *O Bilhete Postal Ilustrado e a*
História Urbana do Algarve, Lisboa,
Editorial Caminho, 1995, p. 62)



Grande Hotel da Rocha,
Praia da Rocha
Fotografias, c. 1940
(imagens
www.menincarlinhos.blogspot.com)



Como se pode perceber dos exemplos dos Casinos da Madeira, da Figueira da Foz e da Praia da Rocha, as sociedades concessionárias podiam aproveitar estruturas pré-existentes e adaptá-las aos requisitos do novo programa. Na verdade, “*o facto de o concorrente dispor de casino*”, desde que em condições de reutilização aprovadas pelo Conselho de Administração de Jogos, era o primeiro motivo, apontado no Decreto de 1927, de preferência para a atribuição da concessão de exploração do jogo em caso de “*igualdade da soma das rendas oferecidas*”. O segundo motivo era o “*menor prazo para a [sua] construção*”.

Definida a Zona de Jogo Temporário da Praia da Rocha, é curioso verificar que este não era o único Casino, a funcionar nesta altura, no Algarve. Isto apesar da legislação ser explícita quanto à distribuição destas estruturas pelo território. Na verdade, sabemos da existência de dois outros estabelecimentos deste tipo, na região, ambos inaugurados na década de 1930 - os casinos de Monte Gordo e de Manta Rota. E, se na Praia da Rocha a opção tinha sido pela actualização do edifício pré-existente, em qualquer um destes casos tratou-se da construção de equipamentos de raiz: o Casino Oceano, projecto de Luís Cristino da Silva, e o Casino de Manta Rota, de Carlos Ramos, o primeiro desenvolvido entre 1933 e 1934 e o segundo entre 1933 e 1936.

Não se conhecendo o projecto de Carlos Ramos para Manta Rota, do edifício ainda, hoje, existente podemos perceber que a estrutura construída nesta Praia era de dimensões reduzidas, funcionando, provavelmente, mais como ponto de reunião e diversão local do que como centro de jogo. Até porque, dois anos antes, havia inaugurado, na vizinha e mais concorrida Praia de Monte Gordo, o Casino Oceano. O que não deixa de ser interessante nestes dois casos é o facto de, para estudar o desenho destas estruturas, tenham sido convidados dois dos expoentes da primeira geração modernista portuguesa - Carlos Ramos (1897-1969), autor do Pavilhão do Rádio do Instituto Português de Oncologia

(1927-1933), em Lisboa, e Luís Cristino da Silva (1896-1976), do Cinema Capitólio (1925-1929), também em Lisboa, e duas das figuras centrais do ensino da Arquitectura em Portugal no século XX - um ligado, desde 1940, à Escola de Belas Artes do Porto, de que seria director a partir de 1952, e o outro, desde 1934, à de Lisboa, onde lecciona por mais de trinta anos.

Carlos Ramos tinha acabado de projectar, em 1929, o Palácio Hotel e o Casino de Espinho, que se encontravam em construção, assim como o Bairro Económico de Olhão, de 1925-1933, obra também apresentada no I Salão dos Independentes, e, talvez, daí a sua relação com esta segunda encomenda para o Algarve. Em Manta Rota, tal como Olhão, a abordagem do arquitecto denuncia a preocupação em contextualizar a lição moderna com a realidade, física e cultural, do país, em que temas da arquitectura vernacular algarvia - o pátio e a açoteia - e elementos arquitectónicos tradicionais da construção local - o arco de volta inteira e as grelhagens nas guardas de terraços - são trabalhados numa espécie de “regionalismo estilizado”.

Casino de Manta Rota
Fotografia da autora



Cristino da Silva, por seu lado, encontrava-se a acompanhar a obra do Liceu Nacional Fialho de Almeida, em Beja, com projecto apresentado ao concurso dos Liceus de 1930 e concluída em 1937, que acusa a adesão do seu autor, neste primeiros anos, aos princípios formais da arquitectura moderna, como expressão do novo sistema

de construção em betão armado e das necessidades funcionais do programa trabalhado. Nesse sentido, na composição proposta em Beja, Cristino da Silva combina a racionalidade estrutural do desenho em planta com a articulação tridimensional de volumes puristas, que reflectem, pela articulação de corpos independentes, a organização espacial do conjunto, individualizando os diferentes momentos programáticos.

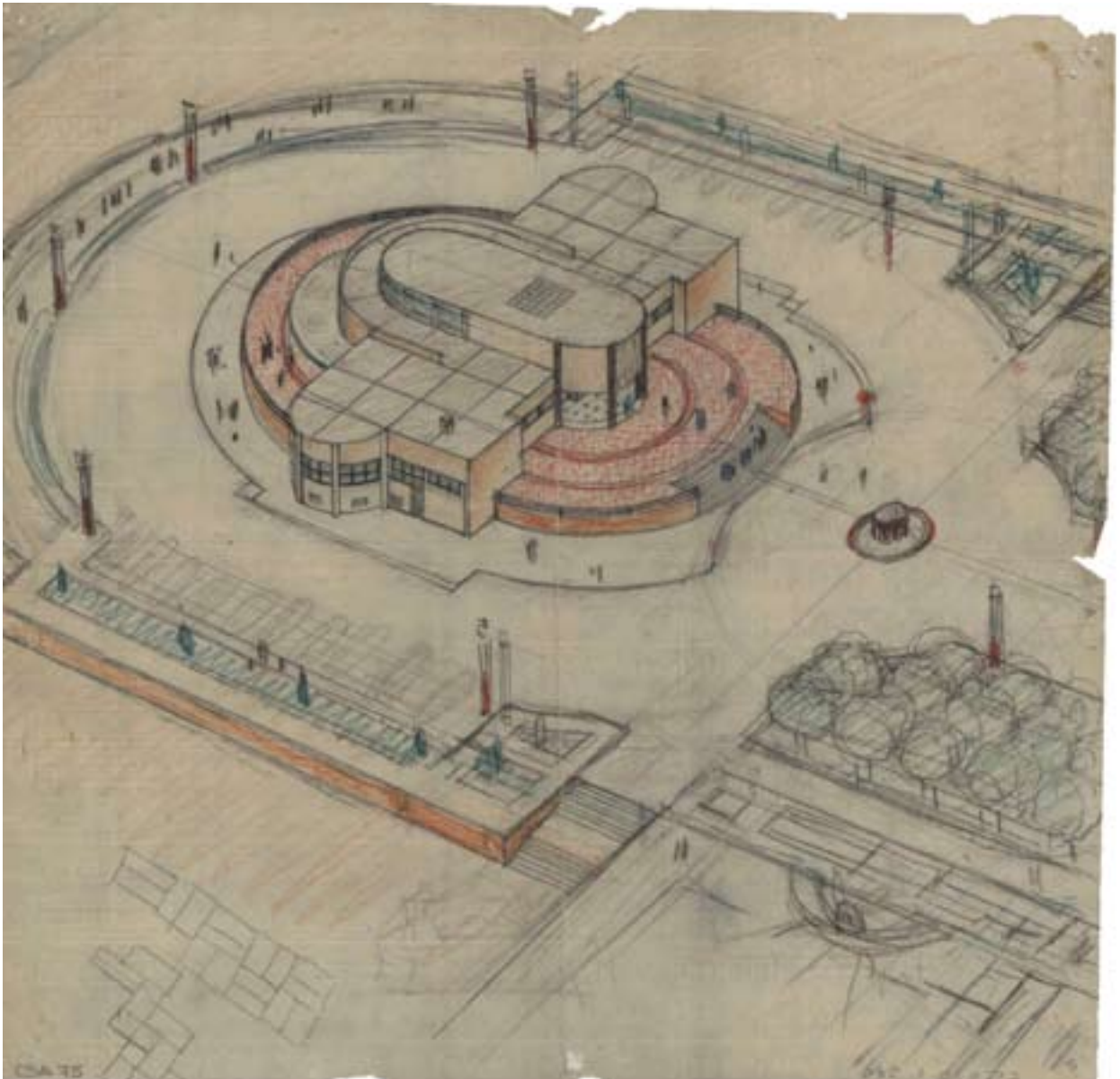
Casino de Monte Gordo

Perspectiva

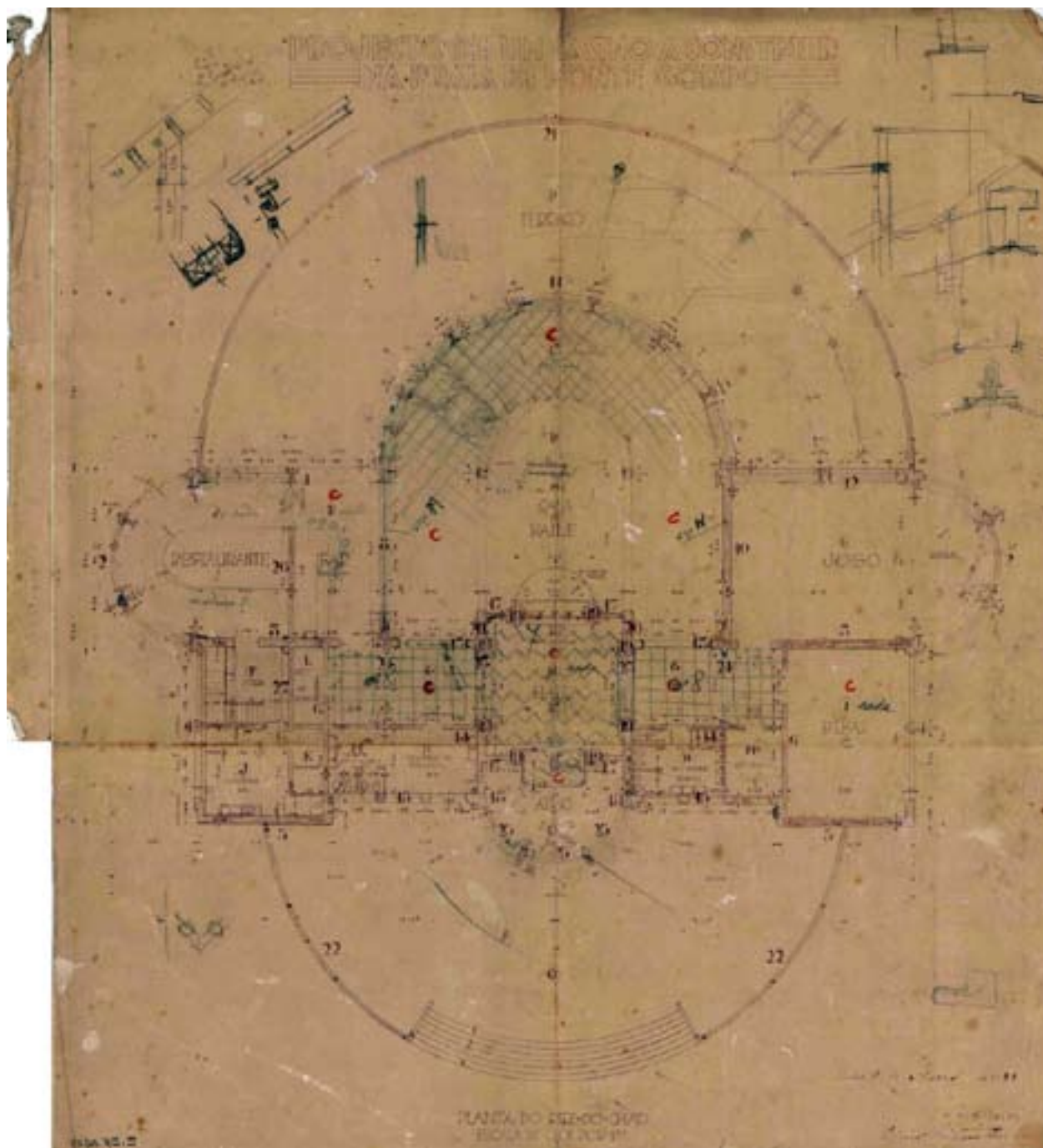
Luís Cristino da Silva,

1933-1934

(imagem Espólio Luís Cristino da Silva/Biblioteca de Arte FCG)



Já no Casino Oceano, o arquitecto opta por uma solução mais plástica, numa combinação simétrica de corpos semicirculares que conferem maior dinamismo e expressividade ao esquema planimétrico e espacial, reportando-nos para as “arquitecturas



*Projecto de um Casino a
construir na Praia de Monte
Gordo*

Planta do Rez-do-Chão

Luís Cristino da Silva,
1933-1934

(imagem Espólio Luís Cristino da
Silva/Biblioteca de Arte FCG)

náuticas” que animam a beira-mar no período de entre guerras. As influências *Art Déco* são evidentes, numa obra em que a grande pala semicircular em betão armado, no alçado voltado a sul, assume protagonismo, afirmando-se, à altura, como a “*maior consola existente no país*”²⁵, calculada pelo engenheiro Belard da Fonseca (1889-1969).²⁶

²⁵ FERNANDES, José Manuel, “Luís Cristino da Silva, a Obra: Enquadramento e Síntese”, in *Luis Cristino da Silva [Arquitecto]*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/CAM José de Azeredo Perdigão, 1998, p. 72.

²⁶ Que havia já colaborado com Cristino da Silva no projecto do Cinema Capitólio.



Casino de Monte Gordo
Fotografias da fase de
construção, c. 1934
(imagens Espólio Luís Cristino da
Silva/Biblioteca de Arte FCG)



*Vila Real de Sto. António -
Praia de Monte Gordo
Casino Oceano*

Bilhete Postal, c. 1934
(imagem PASSOS, José Manuel da
Silva, *O Bilhete Postal Ilustrado e a
História Urbana do Algarve*, Lisboa,
Editotial Caminho, 1995, p. 157)



E, se dúvidas houvessem quanto ao programa do novo equipamento, na planta do rés-do-chão é reconhecível o espaço dedicado ao jogo, que, embora não seja o tema principal da composição, ocupa toda a ala poente do edifício, junto à Sala do Bilhar, reservando-se a grande nave central para a Sala de Baile e a ala nascente para o Bar e o Restaurante, com cozinha e copa anexas.

Praia de Monte Gordo
Fotografia Aérea, 1937
(imagem www.skyscrapercity.com)



Levanta-se, assim, a questão de como surgem e qual o enquadramento destas duas estruturas - o Casino de Manta Rota e o Casino de Monte Gordo - no contexto da legislação de 1927. Não nos podemos esquecer que, em 1926, tinha inaugurado o Grande Hotel Guadiana em Vila Real de Santo António, projecto do arquitecto Ernesto Korrodi (1870-1944), construído, entre 1918 e 1921, por iniciativa da família Ramirez, ligada, desde 1853, à indústria conserveira²⁷, e classificado no *Guia de Portugal* como “o maior do Algarve”²⁸. Ainda pelo mesmo *Guia*, ficamos a saber que, em 1927, a Praia de Monte Gordo possuía já dois Casinos - o Peninsular e o Recreativo - “que se acham abertos durante o Verão”.



*Grande Hotel Guadiana
Vila Real de Santo António
Portugal
“O Melhor e Mais Confortavel
do Sul do Paiz”*

Bilhete Postal, c. 1926
(imagem PASSOS, José Manuel da
Silva, *O Bilhete Postal Ilustrado e a
História Urbana do Algarve*, Lisboa,
Editorial Caminho, 1995, p. 161)

Por outro lado, entre Maio de 1929 e Junho de 1930, tem lugar a Exposição Ibero-Americana de Sevilha, evento paralelo à Grande Exposição Internacional de Barcelona²⁹, que se esperava que trouxesse a Portugal e, em especial, ao Algarve um certo movimento de turistas estrangeiros, a caminho, e vindos, do sul de Espanha, mas que, na verdade, ficaria aquém das expectativas oficiais e locais.

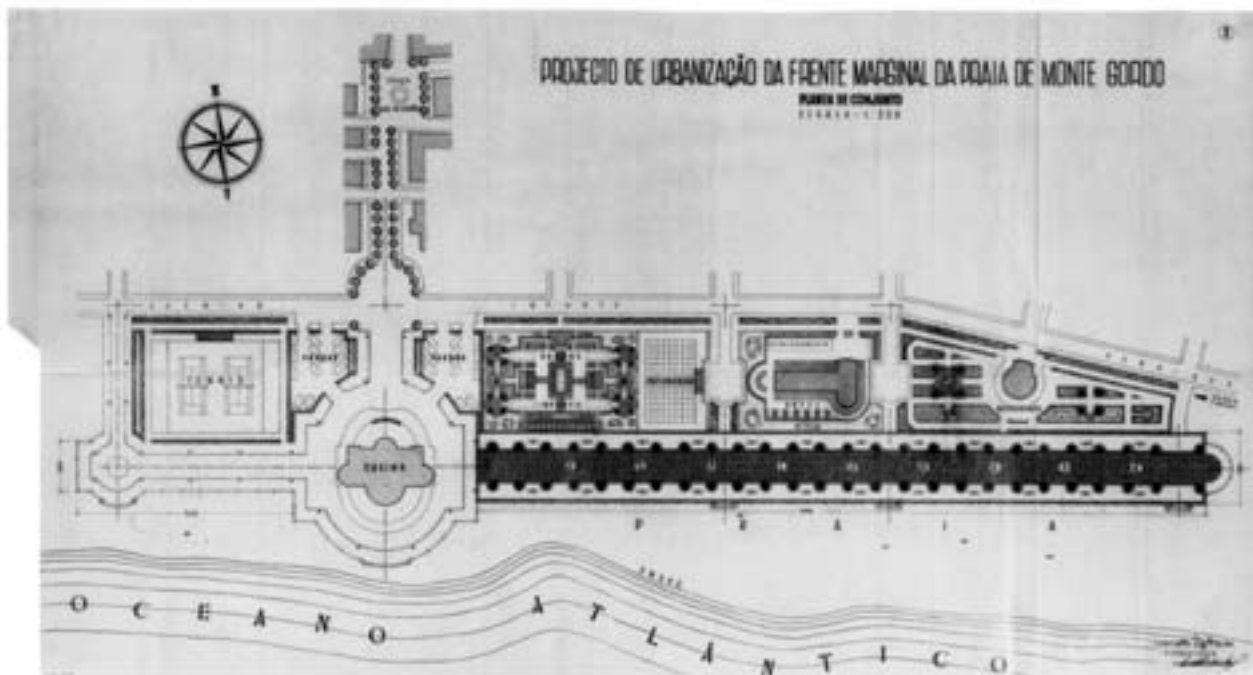
²⁷ As Conservas Ramirez são a mais antiga produtora e exportadora de conservas em Portugal, tendo iniciado a sua actividade com fábricas em Vila Real de Santo António, Olhão, Albufeira e Setúbal.

²⁸ Suplantando o Grande Hotel de Faro, instalado no edifício da antiga Casa de Saúde e inaugurado em 1918, que até esta altura detinha esse título.

²⁹ A Exposição de Sevilha sob o tema “Indústria, Arte, História e Comércio” e a de Barcelona, “Indústria, Arte e Desporto”. Portugal participa oficialmente apenas na Exposição de Sevilha, com um pavilhão desenhado por José Ângelo Cottinelli Telmo (1897-1948).

No entanto, ambas as encomendas datam de 1933, três anos depois da exposição andaluza e em que é aprovada a constituição do Estado Novo, e o Casino de Manta Rota é inaugurado, exactamente no ano em que tem início a Guerra Civil Espanhola.

Da informação recolhida, sabemos apenas que a construção inicial do Casino Oceano foi, na altura, comparticipada pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, organismo que, a 14 de Novembro de 1940, encomenda, através da sua Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, o estudo da *Urbanização da Frente Marginal da Praia de Monte-Gordo* ao mesmo Luís Cristino da Silva, com “Ante-Projecto” datado de 12 de Julho de 1941, aprovado a 11 de Dezembro seguinte, e “Projecto Definitivo” de 30 de Dezembro desse ano.



Projecto de Urbanização da Frente Marginal da Praia de Monte Gordo
Planta de Conjunto
Luís Cristino da Silva,
1941
(imagem Espólio Luís Cristino da Silva/Biblioteca de Arte FCG)

Estudo que é estruturado em função do edifício do Casino:

“(…)

Uma extensa explanada marginal, reservada exclusivamente ao movimento de peões partindo da plataforma do Casino e desenvolvendo-se ao longo da praia no sentido nascente, paralelamente á linha de agua, domina francamente a composição. Do lado Norte, é esta explanada limitada por uma faixa de terreno, dividido em talhões destinados a receber as instalações de um restaurante ou cervejaria popular; um hotel; uma patinagem e um parque infantil.

Do lado poente do Casino e no enfiamento do eixo da explanada, desenvolve-se uma avenida com 20m. de largura até encontrar uma nova arteria de ligação com a avenida Infante D. Henrique. Junto desse local, serão situados 2 campos de tennis, tendo-se previsto a superficie necessaria para a futura construção de duas ordens de bancadas.

Em frente do Casino reservaram-se dois talhões, destinados a parque de estacionamento de automoveis, podendo conter cêrca de 28 carros.

O parque infantil ocupa uma superficie de 2.800m² e compõe-se de uma serie de elementos adequados a um logradouro destinado ao recreio das crianças, (...), conjunto este que será emoldurado por numerosos canteiros decorados com chorão, cactos e outras plantas gordas que se desenvolvem na região.

(...)

A explanada marginal tem 30 metros de largura por 310 de comprimento e possui 3 largas escadas de ligação directa com a praia dispostas no enfiamento dos eixos das novas ruas transversais.

(...).”³⁰

A ideia da construção de um Hotel na frente marítima de Monte Gordo está também subjacente à encomenda avançada, em Fevereiro de 1948, agora pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, para a “*hipótese de estudar a (...) ampliação [do Casino da Praia de Monte Gordo] ou uma possível adaptação a hotel, havendo neste último caso que pensar na construção de um novo Casino*”³¹. Posta de lado esta possibilidade pelo próprio Cristino da Silva, por “*o actual edificio do Casino não poss[uir] as necessárias condições para poder ser adaptado a hotel*”³², a proposta da ampliação da estrutura existente vai ser adiada por quase uma década, uma vez que a autarquia não consegue reunir os meios financeiros necessários para responder aos honorários pedidos³³. Curiosamente, cerca de vinte anos depois do *Projecto de Urbanização da Frente Marginal*, mais precisamente em 1960, sensivelmente no local então indicado para a localização de um equipamento hoteleiro, abre o Hotel Vasco da Gama, obra do arquitecto Artur Bentes.

³⁰ SILVA, Luís Cristino da, *Projecto Definitivo de Urbanização da Frente Marginal da Praia de Monte-Gordo: Memoria Descritiva*, Lisboa, 30 Dezembro 1941.

³¹ Carta do Presidente Interino da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, José Ortigão Gomes Sanches, ao arquitecto Luís Cristino da Silva, de 18 de Fevereiro de 1948.

³² Resposta do arquitecto à carta indicada na nota anterior, datada de 11 de Março de 1948.

³³ Como o confirma um novo pedido endereçado ao arquitecto para o estudo da ampliação do Casino, este datado de 5 de Julho de 1955, acabando aquele por sugerir, em Fevereiro de 1956, à Câmara Municipal a contratação de um seu colaborador, o arquitecto Alberto Centeno.

A presença oficialmente reconhecida e aceite destas duas estruturas no Algarve, e inclusivamente financiada pelo Estado no caso de Monte Gordo, assim como a existência do Hotel Guadiana em Vila Real de Santo António, sugerem a hipótese de se ter pensado na possibilidade da constituição de uma segunda Zona de Jogo Temporário na região, em contraponto à Praia da Rocha, ou mesmo Permanente, e daí a existência de dois Casinos, embora este último cenário seja, de alguma forma, contrariado pelo programa desenvolvido por Cristino da Silva no *Projecto de Urbanização da Frente Marginal da Praia de Monte-Gordo*, uma vez que não inclui, no desenho da Esplanada, o exigido Estabelecimento de Banhos de Mar.

Mas estes não seriam os dois únicos casos registados da construção de novos Casinos fora das Zonas de Jogo regulamentares. Nos Açores, mais propriamente em S. Miguel, são inaugurados, em 1935, o Hotel e o Casino Terra Nostra. Situados nas Furnas, local procurado, desde o século XVIII, pelas qualidades terapêuticas das suas águas minerais e onde, em 1872, o Marquês da Praia e Monforte instala um vasto Parque Botânico³⁴, a edificação destes dois novos equipamentos seria, como o seu nome indica, da responsabilidade da Sociedade Terra Nostra³⁵. Para a concretização do seu plano, a Sociedade adquire, no centro da povoação, os terrenos do antigo Hotel Atlântico e da antiga Assembleia, entregando, em 1933, o projecto da construção de um novo Hotel e Casino a Manuel António de Vasconcelos (1907-1960).

³⁴ O Parque Terra Nostra tem origem na antiga propriedade do Cônsul Honorário dos Estados Unidos em S. Miguel, um abastado comerciante de Boston, Thomas Hickling, que manda construir, por volta de 1775, nas Furnas, a sua residência de veraneio - uma casa em madeira que viria a ser conhecida como o “Yankee Hall” - junto à qual manda abrir, em 1780, um grande tanque de água com uma pequena ilha ao centro. Em 1848, a propriedade seria adquirida pelo Visconde da Praia, que substitui, em 1854, a casa principal por uma nova construção. Depois da morte do Visconde, em 1872, o seu filho, o Marquês da Praia e Monforte, manda renovar a casa existente e avança com um novo desenho para o jardim envolvente, obra que ficaria a cargo do jardineiro inglês Mr. Milton, ampliando-se a área do conjunto. Do plano delineado faziam parte “*um canal serpentiforme, grutas, avenidas de buxo e caminhos ladeados por laranjeiras*”, para além da plantação de diversas espécies botânicas oriundas de todo o mundo, fundando-se, aqui, uma de viveiro de aclimatização de espécies, como o criado, entre 1797 e 1828, por Francisco de Oliveira e Domingos Vandelli, na Madeira. (Cf. www.parqueterranostra.com)

³⁵ Fundada por Agnelo Casimiro, Augusto Arruda, Francisco Faria e Maia, Francisco Medeiros e Vasco Bensaude.

A escolha deste projectista não deixa de ser peculiar. Engenheiro açucareiro de formação, a trabalhar, desde 1930, na Fábrica de Açúcar de Santa Clara, em Ponta Delgada, a sua experiência com a prática da Arquitectura é reduzida, limitando-se a ter estado em Paris, nesse mesmo ano, durante oito meses, onde, ao que consta, frequentou, por iniciativa própria, vários ateliers, entre os quais o do pintor Emile Renard, na sua viagem de regresso a Portugal vindo da Bélgica, onde estudou.³⁶

Certamente influenciado pela cena cultural belga e francesa da época, fortemente marcada pela *Exposition Internationale des Arts Décoratifs* de 1925, Manuel antónio Vasconcelos seria o primeiro autor a fazer arquitectura moderna em S. Miguel. O Casino e o Hotel Terra Nostra são das suas primeiras obras, comprovando a capacidade do engenheiro em manusear a nova linguagem.



Casino Terra Nostra, Furnas
Fotografias
(imagens www.flickr.com e
www.panoramio.com)



³⁶ Tendo-se matriculado, em 1925, na Universidade de Gand (ou Ghent), e concluído os seus estudos, em 1929, na École de Sucrierie de Waremme, perto de Liège. (Cf. www.iac-azores.org)



Hotel Terra Nostra
 Perspectiva
 Manuel António Vasconcelos,
 1933-1935
 (imagem www.iac-azores.org)

Inaugurado no dia 21 de Abril de 1935, o Hotel resultaria de uma planta em “U” voltada para o Parque e com frente para a estrada que liga a povoação à Lagoa das Furnas, onde se agencia uma extensa varanda ao longo de todo o comprimento do edifício. Elemento que confere uma maior leveza à secura racionalista do esquema volumétrico adoptado, que, ao contrário da representação em perspectiva, acabaria por ser rematado por uma cobertura convencional de águas. A rigidez estrutural da construção, reforçada pela regularidade da fenestração, é, de alguma forma, desconstruída pela presença de grandes óculos redondos abertos nas fachadas e pelos cantos curvos no extremo sul dos dois corpos perpendiculares, remetendo-nos para uma sensibilidade *Art Déco* que iria orientar a decoração dos espaços interiores. Ao encontro dessa mesma sensibilidade, alguns anos mais tarde³⁷, o interior do “U” seria ocupado, no piso térreo, por um corpo de remate semicircular, onde se veio a instalar o Restaurante.

Já o Casino, aberto ao público a 1 de Agosto daquele ano, apresenta uma imagem mais convencional. Situado do outro lado da estrada, a eixo do Hotel, com acesso por uma ampla Alameda arborizada - espaço de estar e de *promenade* - este edifício segue o esquema tripartido tradicional neste tipo de equipamentos, apresentando, no entanto, uma aparência mais utilitária do que lúdica, na sua contenção formal.

³⁷ Depois de 1942, como se pode verificar pelas imagens publicadas no número de Agosto desse ano da revista *Panorama*.

O “Grande” Hotel Terra Nostra seria, inclusivamente, alvo de publicação na revista *Panorama*, em Agosto de 1942, apresentado por Augusto Cunha, a par da Pousada do Santo da Serra, no Funchal, obra da Delegação de Turismo da Madeira, como um d’ “Os Grandes Valores Turísticos Nacionais nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores”:

“Na ilha de S. Miguel, na região das Furnas, o hotel Terra Nostra, com todos os requisitos do conforto moderno, a que presidiu um incontestável bom gosto, é mais um grande valor para o turismo, que sem a base principal de bons hotéis não pode existir.

Com os largos terraços batidos de sol, as janelas rasgadas, os óptimos alojamentos, a sala de refeições que lembre o salão de jantar de um confortável paquete, dá-nos a impressão de que ancorou também, ali, em pleno Atlântico, maravilhado pela beleza da paisagem.”³⁸



Hotel Terra Nostra, Furnas
Fachada Principal (vista da
Alameda do Casino) e
Fachada Posterior

Fotografias, c. 1942
(imagens CUNHA, Augusto, “Os
Grandes Valores Turísticos Nacionais
nos Arquipélagos da Madeira e
dos Açores”, *Panorama: Revista
Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa,
1.ª Série, N.º 10, Agosto 1942, p. 41)



³⁸ CUNHA, Augusto, “Os Grandes Valores Turísticos Nacionais nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores”, *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa, 1.ª Série, N.º 10, Agosto 1942, p. 41.

Talvez mais do que no Algarve, o plano da Sociedade Terra Nostra sugere a possibilidade de se ter considerado a constituição de uma Zona de Jogo nos Açores, hipótese que, de resto, era deixada em aberto na própria redacção da legislação de 1927³⁹. Esta ideia é corroborada pelo conjunto de investimentos que aquela Sociedade leva a cabo nos anos a seguir à conclusão do Hotel e do Casino, como a construção de um Bar-Restaurante junto à Lagoa das Furnas, para distracção dos hóspedes, a funcionar desde 4 de Agosto de 1937; a aquisição, neste mesmo ano, do Parque Terra Nostra, alargando-se o seu perímetro e procedendo-se à transformação do tanque existente numa piscina de água térmica, aberta à utilização pública a 8 de Agosto; e a inauguração, a 18 de Agosto de 1939, de um Campo de Golfe, na Achada das Furnas, projecto do especialista escocês Philip Mackenzie Ross (1890-1974).

Quer num caso (Algarve), quer noutra (Açores) não encontrámos, no entanto, qualquer prova documental que confirmasse as hipóteses levantadas.

Voltando às Zonas de Jogo Temporário, Sintra e a Curia vão encontrar algumas dificuldades em se afirmar neste contexto. Dificuldades em muito determinadas pela gradual inversão dos dois tipos clássicos de estâncias de vilegiatura a que se assiste na década de trinta, com a popularização da moda da “Praia” em detrimento dos benefícios terapêuticos das “Termas”. O Casino de Sintra encerra definitivamente em 1945, e na Curia, apesar dos esforços de Alexandre de Almeida em actualizar a oferta do Palace Hotel - de que resultaria a construção, em 1934, de uma piscina olímpica⁴⁰ a lembrar um convés de um navio, com o nome sugestivo de “Paraíso Piscina-Praia”, obra da autoria de Raul Martins (1892-1934) com o apoio técnico do engenheiro José Belard da Fonseca -, a ausência de um Casino propriamente dito levaria à exclusão desta estância

³⁹ No Art. 23.º, § único, lê-se que o Estado não estava inibido de “criar uma zona de jogo nos Açores se assim o julgar conveniente”. (Cf. Decreto n.º 14:643, op. cit., p. 802)

⁴⁰ A segunda construída no país, a seguir à Piscina do *Sport* Lisboa Algés e Dafundo, de 1930-1932, projecto de Raul Tojal.

termal da lista das Zonas de Jogo definida em 1927.



Portugal - Curia - "Paraiso"

Piscina Praia

Bilhete Postal, c. 1934

(imagem www.prof2000.pt)



Portugal - Curia - "Paraiso"

Piscina Praia

Bilhete Postal, c. 1934

(imagem www.prof2000.pt)



Piscina Praia,

Palace Hotel da Curia

Fotografia, c. 1934

(imagem www.prof2000.pt)

*Curia - Piscina Praia e
Palace Hotel*
Bilhete Postal, c. 1934
(imagem www.prof2000.pt)



Por sua vez, a concessão do jogo de Viana do Castelo nunca chegaria a concretizar-se, porque o concurso público para a sua atribuição ficaria deserto. Em seu lugar, é criada a Zona de Jogo Temporário da Póvoa de Varzim, sendo o exclusivo da exploração do jogo adjudicada, a 11 de Setembro de 1928, à Comissão Administrativa da Câmara local que, por autorização especial do Ministério do Interior, passa a fazer parte da Empresa de Turismo Praia Póvoa Varzim SARL, fundada a 3 de Dezembro de 1927 mas só formalizada por escritura de 30 de Janeiro de 1929, ano em que se avança com o projecto do Monumental Casino, seguido do estudo para o Grande Hotel Palácio, ambos com telas finais de Rogério de Azevedo.

Finalizado o prazo de trinta anos das primeiras concessões, o regime para a prática de jogos de fortuna ou azar seria revisto pelo Decreto-Lei N.º 41:562, de 18 de Março de 1958. “À luz da experiência adquirida”⁴¹, neste novo diploma “*não foram consideradas (...) as zonas de jogo de Santa Luzia, Curia, Sintra e Praia da Rocha*”, mantendo-se as duas Zonas Permanentes do Estoril e do Funchal, agora reduzido o prazo da sua exploração

⁴¹ Decreto-Lei N.º 41:562, *Diário do Governo*, I Série, N.º 56, 18 de Março 1958, p. 115.

a vinte e cinco anos, e as três Zonas Temporárias da Figueira da Foz, Espinho e Póvoa de Varzim, reduzidas a dez anos. Todas elas, com a excepção do Funchal, estâncias balneares. Procurava-se, desta forma, *“isolar o jogo e (...) mantê-lo à margem da vida normal do trabalho”*, condicionando a sua prática a um “espaço” e a um “tempo” concretos, fora do quotidiano urbano, limitando-se, rigorosamente, o acesso às salas de jogo, *“na medida em que se não trate da frequência de estrangeiros”*.

Uma vez que, ao fim dos trinta anos, os Casinos existentes em cada uma das zonas de jogo tinham sido integrados no património do Estado, *“com todo o seu mobiliário e utensilagem”*, as empresas concessionárias estavam, agora, obrigadas a apresentar *“projecto das obras e plano do equipamento de que careçam (...) para serem dotados com maior conforto”*.

Na Zona do Estoril, a sociedade concessionária estava obrigada, ainda:

“a) A apresentar até 30 de Junho de 1959 projecto de um novo casino à beira-mar, luxuoso e confortável, de custo não inferior a 25 000 contos, que se obrigará a construir até 31 de Dezembro de 1963, (...);

b) A apresentar dentro do mesmo prazo projecto de um hotel de valor não inferior a 40 000 contos, para ser construído no concelho de Cascais até 31 de Dezembro de 1963 e explorado por ela ou por um subconcessionário até ao termo da concessão;

c) A remodelar, ampliar e modernizar o estabelecimento de banhos de mar;

d) A iluminar, profusamente e em boas condições estéticas, no prazo máximo de um ano, o parque do Estoril e os campos de ténis nele integrados”.

No Funchal, condicionava-se o início da exploração do jogo à conclusão das obras de remodelação exigidas, com projecto a apresentar até 31 de Dezembro de 1958 e a sua execução finalizada até 31 de Maio de 1960. O mesmo prazo que as concessionárias de Espinho e da Póvoa de Varzim dispunham para intervir nos edifícios existentes, agora, arrendados ao Estado.

Já na Figueira da Foz, a concessão do jogo tinha sido reposta em 1948, adjudicada, desta vez, à Sociedade Figueira-Praia⁴² que, logo nesse ano, apresenta o projecto de um Grande Hotel a construir na Avenida Dr. António Oliveira Salazar - a Avenida Marginal - junto ao Bairro Novo, mas que só seria inaugurado em 1953. Pela nova legislação, considerava-se que o exclusivo da exploração de jogos de fortuna ou azar podia ser renovado àquela Sociedade, “*sem dependência de concurso público*”, desde que esta apresentasse “*projecto das obras e plano do reequipamento para dotar o casino de instalações mais adequadas e confortáveis*”.

Em qualquer um dos casos, “*a nenhuma empresa poder[ia] ser adjudicada a concessão de mais de uma zona*” e, no fim dos prazos das concessões, todos “*os imóveis e equipamento*” referidos, “*com excepção do hotel [do Estoril] e do casino da Figueira da Foz, reverter[iam] para o Estado*”.

A grande surpresa da revisão das concessões de exploração do jogo seria a perda do exclusivo da Zona Permanente do Estoril pela anterior concessionária. Confiante de que não teria concorrência e com base no princípio de que “*as actuais concessionárias (...) serão preferidas na adjudicação das respectivas zonas, desde que as suas propostas ofereçam vantagens iguais à do concorrente que as oferecer melhores*”, a Sociedade Estoril-Plage não avança com qualquer proposta ao concurso público de 7 de Maio de 1958, acabando por ser preterida por José Teodoro dos Santos (ou o “Teodoro das Malas”, como era conhecido), o único a formalizar a sua pretensão. Adjudicada a concessão do Estoril a este empresário, por despacho do Conselho de Ministros de 17 de Junho de 1958, “*celebrava-se em Lisboa, a 25 de Junho [seguinte], no 2.º cartório notarial, a escritura de constituição da Estoril-Sol, S.A.R.L.*”⁴³, assinando-se o respectivo contrato de exploração três dias depois.⁴⁴

⁴² Constituída a 20 de Julho de 1948.

⁴³ José Teodoro dos Santos: *O Empresário de Turismo da Renovação*, Estoril, Estoril-Sol, 1985.

⁴⁴ Ver *Diário do Governo*, III Série, N.º 163, 14 Julho 1958, pp. 1741-1742.

Coincidência, ou não, pouco tempo antes, José Teodoro dos Santos havia adquirido, em hasta pública, à Câmara Municipal de Cascais “12 000 m² do Parque Palmela para a construção de um hotel de 130 quartos”. É neste local que, actualizado o programa para responder às condições impostas pelo contrato de concessão⁴⁵, a Sociedade inaugura, a 15 de Janeiro de 1965, o Hotel Estoril-Sol, da autoria de Raul Tojal (1899-1969), também ele, tal como o Grande Hotel da Figueira da Foz, ancorado, neste caso, na “Estrada Marginal”. O Casino, por seu lado, só estaria concluído a 28 Março 1968.

Para realizar o projecto do Casino do Estoril é convidada a dupla de arquitectos Filipe Nobre de Figueiredo (1913-1990) e José de Almeida Segurado (1913-1988)⁴⁶, que desenvolve o estudo desde a fase de Esboceto, “*executado para o concurso que decidiu da escolha do trabalho*”⁴⁷, ao Projecto Definitivo, estabilizado depois de várias alterações discutidas com as entidades oficiais. O facto de se ter optado por implantar novo Casino anexo ao existente, “*formando com este um conjunto, levou [os arquitectos] a considerar o estudo da sua adaptação, bem como do Arranjo Urbanístico da zona em causa*”⁴⁸, obrigando ao desenvolvimento dos três projectos em simultâneo, com todas as dificuldades e atrasos inerentes à complexidade do processo. Assim, só em 1965, já depois de concluído o Hotel Estoril-Sol, se inicia a construção do Casino, obra entregue ao construtor civil Carlos Alberto dos Santos, que tinha também colaborado nos trabalhos daquele outro equipamento, e à Sociedade de Construções Fernando Pires Coelho.

⁴⁵ Que estipulava a “*construção de um hotel com trezentos quartos, todos com casa de banho, de valor não inferior a 80 000 contos*”. (Cf. José Teodoro dos Santos: *O Empresário de Turismo da Renovação*, op. cit.)

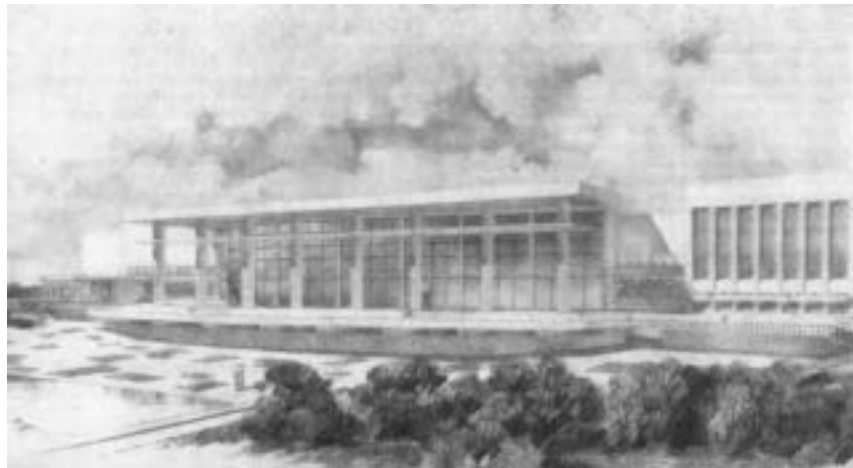
⁴⁶ Dupla que já havia projectado, para o mesmo José Teodoro dos Santos, o conjunto residencial do Café “Va-Va” (1952-1958), no cruzamento da Avenida dos Estados Unidos da América com a Avenida de Roma, em Lisboa, um dos conjuntos habitacionais de referência do moderno movimento de renovação urbana que se vive na capital, na década de 1950, com intervenções como o Bairro das Estacas (Formosinho Sanchez e Ruy Jervis d’Athouguia, 1949-1955), o conjunto da Avenida Infante Santo (Alberto José Pessoa, Hernâni Gandra e João Abel Manta, 1955), ou os Olivais Norte (Gabinete de Estudos de Urbanização-CML, 1955-1958).

⁴⁷ “O novo Casino do Estoril”, *Binário: Revista mensal de Arquitectura, Construção e Equipamento*, Lisboa, N.º 116, Maio 1968, p. 236.

⁴⁸ Idem, *ibidem*.

Implantado a sul do Casino existente, o novo corpo organiza o programa em torno de um pátio interior ajardinado, que anima o Grande Hall de distribuição, situando-se a Entrada e o Cine-Teatro, a poente, o Grande Salão-Restaurante, a sul, aberto sobre a Alameda-Parque, e os Salões de Jogo, a nascente. No antigo Casino, a norte, instalam-se a Galeria de Artes Plásticas e a Junta de Turismo local, com logradouro privado sobre a cobertura do novo edifício. Todos os serviços de apoio e espaços técnicos são resolvidos em cave e sub-cave, assim como a “Boîte” *Wonder Bar*, com acesso directo desde o Grande Hall de entrada e colocada na parte inferior do palco do Cine-Teatro.

Novo Casino do Estoril
Perspectiva
Filipe Nobre Figueiredo e
José de Almeida Segurado,
1958-1968
(imagem “O novo Casino do
Estoril”, *Binário: Revista mensal
de Arquitectura, Construção e
Equipamento*, Lisboa, N.º 116, Maio
1968, p. 236)

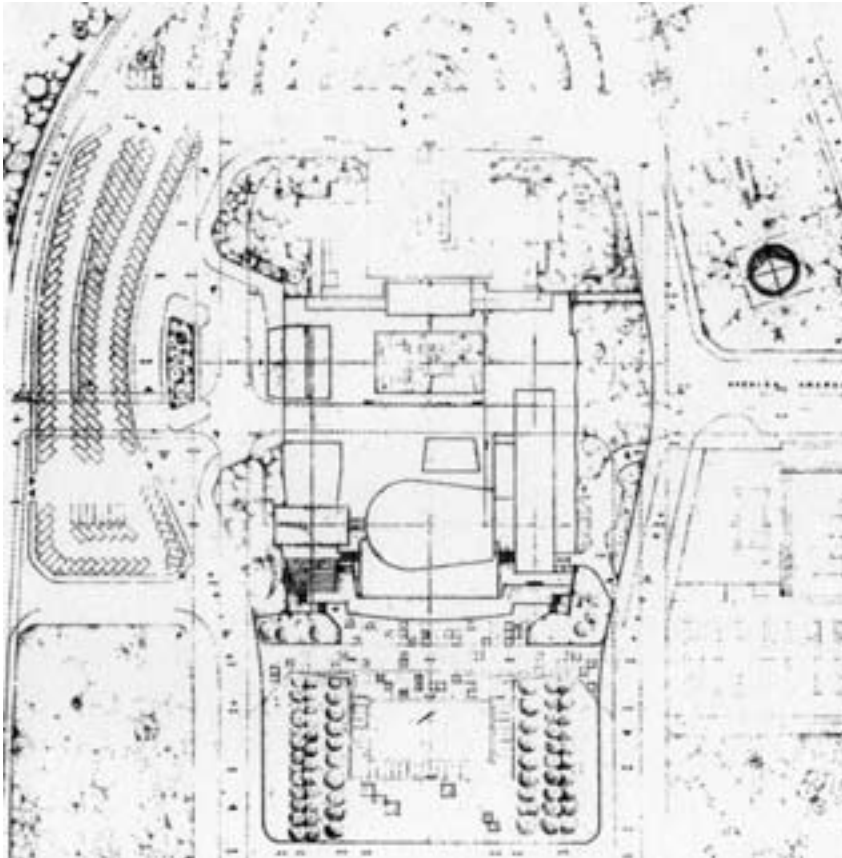


Cada um destes núcleos ganha expressão na composição volumétrica do conjunto, assumindo uma identidade própria.

“Quanto ao aspecto exterior do edifício, é a resultante da planta e do sistema de construção adoptado.

Houve na realidade a preocupação de caracterizar com a maior franqueza o aspecto funcional das várias peças que o compõem. Igualmente se procurou imprimir um cunho de nobreza e simplicidade, inclusivamente pela aplicação de materiais nobres, rejeitando processos ou elementos susceptíveis de perturbar a dignidade e a calma, que [se procurou] imprimir ao Casino.

O seu enquadramento em relação à alameda, especialmente quando visto da Estrada Marginal, (...), constituiu desde o início dos (...) estudos uma preocupação dominante, pois é em relação a essa importante via de comunicação que o futuro Casino terá que constituir um elemento de valorização em conjunto com o Parque e, inclusivamente, de atracção, como convém a um edifício desta natureza.”⁴⁹



Novo Casino do Estoril
 Implantação
 Filipe Nobre Figueiredo e
 José de Almeida Segurado,
 1958-1968
 (imagem “O novo Casino do
 Estoril”, *Binário: Revista mensal
 de Arquitectura, Construção e
 Equipamento*, Lisboa, N.º 116, Maio
 1968, p. 237)



Novo Casino do Estoril
 Planta ao nível da entrada
 Filipe Nobre Figueiredo e
 José de Almeida Segurado,
 1958-1968
 (imagem “Casino Estoril”,
Arquitectura, Lisboa, N.º 102,
 Março-Abril 1969, p. 76)

- Legenda:
- 1 - Entrada
 - 2 - Grande Hall
 - 3 - Barbearia
 - 4 - Lojas
 - 5 - Galeria de Artes Plásticas
 - 6 - Pátio ajardinado
 - 7 - Cine-Teatro
 - 8 - Acesso à “Boîte” Wonder Bar
 - 9 - Grande Salão Restaurante
 - 10 - Bar
 - 11 - Salão de Jogos
 - 12 - Bar do Salão de Jogos

Casino Estoril
Bilhete Postal, c. 1968
(imagem www.prof2000.pt)



Casino Estoril
Bilhete Postal, c. 1968
(imagem www.restosdecoleccion.blogspot.com)



Casino Estoril
Bilhete Postal, c. 1968
(imagem www.restosdecoleccion.blogspot.com)



Já, no interior, a dupla de arquitectos conta com a intervenção dos *designers*-decoradores José Espinho (1917-1973), que tinha coordenado o arranjo do Hotel Estoril-Sol, e Daciano Monteiro da Costa (1930-2005), este, aqui, com a colaboração de Jorge Vieira e Eduardo Afonso Dias.

*“José Espinho encarregou-se do hall, dos salões de jogos, dos bares destes e do vestíbulo do cine-teatro, desenhando também o mobiliário; Daciano Costa tratou da boíte, onde voltou a utilizar madeiras lacadas nas paredes e tecto, alcatifa no pavimento e singulares discos de alumínio suspensos que se harmonizavam com a forma semicircular das cadeiras estofadas, e do cine-teatro, em cujo tecto utilizou elementos circulares de reflexão acústica e iluminação, em gesso moldado, e na plateia cadeiras de série de estrutura metálica estofada. Para o grande salão-restaurante, desenhou um tecto espectacular de três sancas circulares sobrepostas, com projectores metálicos de iluminação, paredes percorridas por régua vertical, pavimento alcatifado, e despojadas cadeiras em madeira, com e sem braços.”*⁵⁰

O projecto de conjunto seria complementado com peças escultóricas dos mestres Jorge Vieira, Lagoa Henriques e António Duarte, cerâmicas de Querubim Lapa e Fred Kradolfer, que, juntamente com Maria Keil, assinam, também, as tapeçarias da Sala de Jogos Tradicionais.

A questão da cooperação entre o desenho de interiores - ou o *design* de interiores - e a arquitectura é, de resto, um tema central no debate disciplinar deste período, merecendo o projecto do Estoril o comentário de João Leal, na revista *Arquitectura*:

*“No novo Casino do Estoril, como em algumas obras que têm sido apresentadas ultimamente nas nossas páginas, particularmente as que se relacionam com o turismo, temos prestado uma atenção especial aos interiores. Não, evidentemente, por acaso, mas pela importância que os interiores tomam nestes tipos de edifícios e porque acreditamos ser o desenho de interiores um importante campo de actividade. Aqui, nesta obra do Casino, os interiores ganham um valor insuspeito. A contribuição dos projectistas dos interiores é um passo mais para a nossa experiência neste campo. Discutível? Sem dúvida, como todas as obras. Mas a discussão deverá apontar, antes de mais, o rumo das próprias relações do desenho de interiores com a arquitectura e a natureza e os fins daquele.”*⁵¹

⁵⁰ SANTOS, Rui Afonso, “O *design* e a decoração em Portugal: 1900-1994”, in PEREIRA, Paulo (direcção), *História da Arte Portuguesa: do Barroco à Contemporaneidade*, Volume III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 495.

⁵¹ LEAL, João, “Desenho de Interiores: O Novo Casino Estoril”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 102, Março-Abril 1969, p. 75.

Novo Casino do Estoril
Grande Hall

Fotografia, c. 1968
(imagem "Casino Estoril",
Arquitectura, Lisboa, N.º 102,
Março-Abril 1969, p. 77)

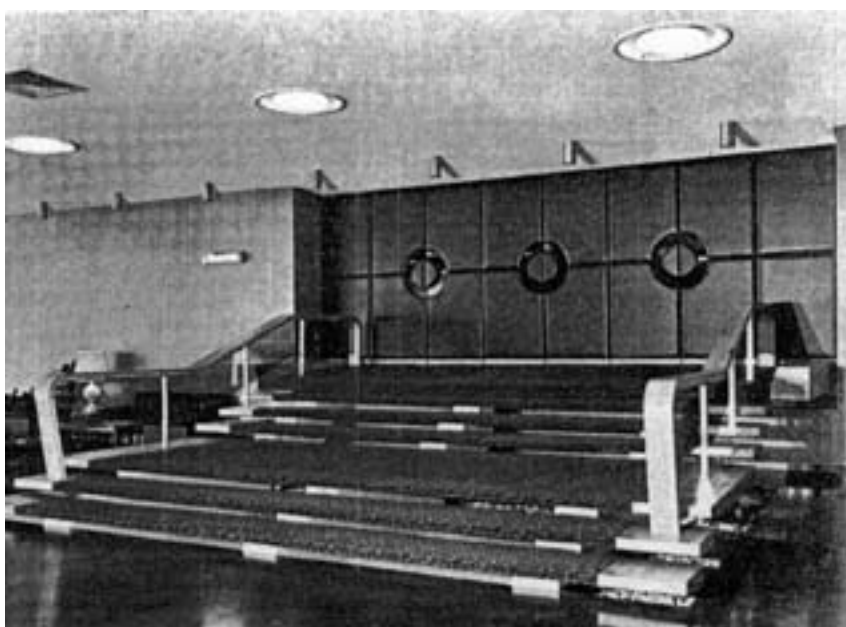
Decorador: José Espinho.
Pavimento em mármore polido, de cor
"verde-casino". Tecto branco pintado a
"perplex". Iluminação com elementos
de cristal embutidos no tecto. Vãos
para o pátio ajardinado em caixilharia
de alumínio na cor natural. Cortinados
transparentes em "dralon" cor pérola.
Tapetes de execução manual de cor
lilás e azul-mesclado.
Em primeiro plano: motivo escultórico
de autoria de Jorge Vieira.



Novo Casino do Estoril
Escadas de acesso ao
Cine-Teatro

Fotografia, c. 1968
(imagem "Casino Estoril",
Arquitectura, Lisboa, N.º 102,
Março-Abril 1969, p. 79)

Decorador: Daciano da Costa.
Escada revestida com alcatifa de lã e
corrimão em madeira de carvalho e
vidro temperado. Portas estofadas a
napa preta.



Novo Casino do Estoril
Cine-Teatro

Fotografia, c. 1968
(imagem "Casino Estoril",
Arquitectura, Lisboa, N.º 102,
Março-Abril 1969, p. 79)

Decorador: Daciano da Costa.
Paredes laterais revestidas de madeira
de carvalho. Parede de fundo de réguas
dinamarquesas. Pavimento em alcatifa
de lã. Tecto: elementos de reflexão
acústica e iluminação em gesso
moldado.





Novo Casino do Estoril
Escadas de acesso à
“Boîte”

Fotografia, c. 1968
(imagem “Casino Estoril”,
Arquitectura, Lisboa, N.º 102,
Março-Abril 1969, p. 78)

Decorador: Daciano da Costa.
Discos de alumínio suspensos do
tecto de réguas de madeira. Paredes
com painéis de napa. Pavimento em
alcatifa de lã. Iluminação integrada no
corrimão e em sancas no tecto. Porta
em vidro temperado com guarnição de
napa sobre espuma.



Novo Casino do Estoril
“Boîte” *Wonder Bar*

Fotografia, c. 1968
(imagem “Casino Estoril”,
Arquitectura, Lisboa, N.º 102,
Março-Abril 1969, p. 78)

Decorador: Daciano da Costa.
Paredes estucadas com guarnições
de madeira, ambas lacadas a esmalte
em dois tons de vermelho. Tecto em
reguado de madeira lacada a esmalte
cor púrpura. Elementos semicirculares,
suspensos do tecto, em alumínio
igualmente lacado a esmalte laranja.
Armaduras de iluminação embutidas no
tecto. Reposteiros em veludo de linho
vermelho. Pavimento em alcatifa de lã.
Iluminação de cena colocada em sanca
entre os dois planos do tecto.

Casino Estoril
Sala de Jogo (José Espinho)
e
Salão-Restaurante
(Daciano Monteiro da Costa)
Fotografias, c. 1968
(imagens
www.restosdecoleccion.blogspot.com)



O que estava em discussão era o desenho de interiores “*como uma profissão e uma forma de arte*”⁵² em si, que devia ser encarada como parte integrante do processo de concepção do espaço habitado - enquanto “*expressão física de atmosfera*” - e não como uma “*maquillage superficial*”, introduzida no final da obra, como o tinham feito crer as intervenções do SPN/SNI desde os anos trinta. Espaço habitado que podia ir do edifício à cidade, e, daí, a importância da “*cooperação entre interior designers, arquitectos e urbanistas*”, cujos “*campos de actividade não [seriam, afinal, assim] tão diferentes, mas partes inter-relacionadas de todo um mundo criado pelo homem*”.

Voltaremos a este tema mais à frente.

⁵² Idem, *ibidem*.

É, também, na década de sessenta que o projecto do Casino do Funchal ganha, finalmente, forma. Suspensa a exploração do jogo na Madeira entre 1948 e 1958, o novo Decreto-Lei vinha repor esta Zona Permanente, agora equiparada, em termos de contribuições fiscais, à Figueira da Foz e com um regime de funcionamento especial, que, face à sazonalidade do Turismo insular, podia ter a duração de apenas oito meses.⁵³

Na sequência da nova legislação, em 1964, a concessão de jogo é atribuída à ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos na Madeira SARL, empresa que, por contrato, publicado no Diário do Governo, 3.º Série, N.º 178, de 30 de Julho, se comprometia a construir nos terrenos municipais do Parque de Santa Catarina “*um casino luxuoso e confortável, de custo não inferior a 25 000 contos*”⁵⁴. Ainda nesse ano, a Sociedade apresenta o anteprojecto de um Hotel, com trezentos quartos, a implantar, mais a poente, a sul da Estrada Monumental, sobre a falésia. “*O projecto chegou a ser aprovado, ainda que com muitas restrições, sobretudo por se tratar de um volume excessivo para um sítio de grande exposição, como o pequeno cabo escolhido, e por ocupar quase toda a área do lote, impossibilitando a criação de área verdes em seu redor*”⁵⁵, no entanto, nem este Hotel, nem aquele Casino, chegariam a ser concretizados.

De facto, sabe-se que⁵⁶, em 1965, António Xavier Barreto, um negociante ligado à exportação de madeiras em Moçambique e Angola, compra 40% do Casino do Funchal, que se encontrava à venda pela ITI, então ainda a funcionar na Quinta Vigia. É o seu filho mais novo, José Barreto, que se desloca à Madeira para se inteirar do negócio, acabando por se aperceber “*do péssimo nome do Casino, carregado de dívidas, sem grande público local, a exigir pagamentos e investimentos de monta*”⁵⁷. Mas esta situação não

⁵³ Cf. GAMA, José Gil, op. cit., p. 95.

⁵⁴ *Concessão da exploração de Jogos de Fortuna ou Azar na Zona Permanente do Funchal à ITI [Contrato]*, [s.l.], Delegação de Turismo da Madeira, 1964, p. 4. (Arquivo Regional da Madeira)

⁵⁵ GAMA, José Gil, op. cit., p. 96.

⁵⁶ Ver: SANTOS, Carlos Oliveira, *O Nosso Niemeyer: Edição Comemorativa dos 100 anos de Oscar Niemeyer*, Lisboa, Editorial Teorema, 2001.

⁵⁷ Idem, p. 51.

afasta a família Barreto, que acaba por adquirir a parte restante daquele imóvel, ficando como sócios maioritários da ITI e com a concessão da exploração de jogo na Madeira.

À procura de dar um rumo ao seu investimento, num jantar em que conhecem o diplomata brasileiro Hugo Gouthier, os Barretos aceitam a sua sugestão de convidar o arquitecto Oscar Niemeyer, exilado, desde 1964, em Paris, para desenvolver o projecto de um novo Casino para o Funchal e do respectivo Hotel, exigido no contrato de concessão da Zona de Jogo à ITI. Sugestão reforçada pela oportunidade de este arquitecto se encontrar a desenvolver, nessa altura, o *Plano de Urbanização de Pena Furada*, no Algarve, para a sua amiga Fernanda Pires da Silva.⁵⁸

O primeiro contacto é realizado ainda nesse ano, num jantar num Hotel do Estoril em que José e Eurico Barreto se encontram com Niemeyer, “acompanhados de plantas topográfica do terreno e de umas minuciosas fotografias aéreas”⁵⁹. Aceite a encomenda, um novo encontro é marcado para Junho de 1966, em Paris, do qual Eurico Barreto voltaria com “cinco folhas manuscritas pelo próprio Niemeyer e uma maquete feita pelo seu fiel colaborador, o argelino Louis Dimanche”. É com base nestes elementos que, em 1967, a Sociedade renegoceia com o Governo Português os termos do contrato estabelecido inicialmente.

Assim, pelo Decreto-Lei N.º 48:097, publicado no *Diário do Governo* de 11 de Dezembro de 1967, ficava estipulado que:

“Art. 3.º A concessionária obriga-se a construir, nos termos do plano e dos estudos preliminares apresentados ao Governo como justificação do pedido de alteração do contrato, e com as alterações que o Governo, mediante informação do Comissariado do Turismo, entenda dever introduzir-lhes:

a) Um hotel com o mínimo de 300 quartos, compreendendo a edificação, em anexo, de piscina, dois campos de ténis, bem como os arranjos exteriores, incluindo parque de estacionamento e acessos;

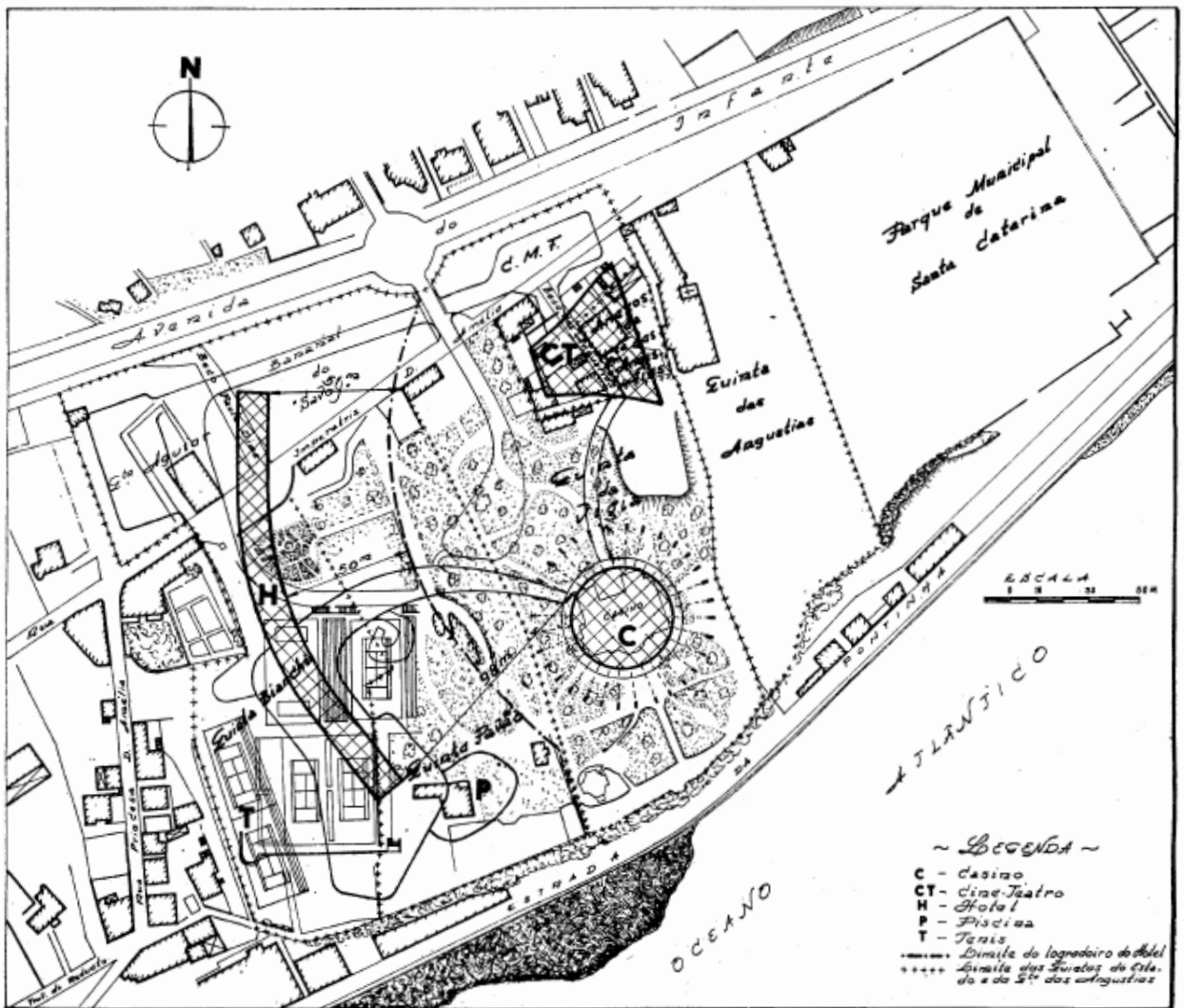
b) Um casino, luxuoso e confortável, reversível para o Estado, com todo o seu recheio, pertences e anexos, no termo da concessão, de custo não

⁵⁸ Ver: *Oscar Niemeyer 2001*, Lisboa, ISCTE/ParquExpo, 2001, pp. 166-171.

⁵⁹ Manuscrito que tem a data de 22 de Junho de 1966. (Cit. Idem, p. 55)

inferior a 30 000 contos - excluindo o encargo da aquisição dos terrenos e qualquer outro que não seja respeitante à construção e apetrechamento -, constituído por dois edifícios (um dos quais especialmente destinado a cine-teatro), logradouros, instalações ao ar livre e acessórias que se reconheça serem necessários, parques de estacionamento e respectivos acessos.

Art. 4.º A localização e implantação das obras a que se refere o artigo anterior, com os ajustamentos de pormenor que porventura o Governo, pelo Ministro das Obras Públicas, venha a considerar ser necessário ou conveniente introduzir-lhes, serão os que vão indicados na planta anexa ao presente diploma e que dele faz parte integrante.



Art. 5.º A concessionária adquirirá, por negociação amigável ou mediante expropriação por utilidade pública urgente (...) todos os imóveis necessários à realização do seu plano de obras constante dos estudos a que se refere o artigo 3.º do presente diploma, compreendidos na demarcação constante da planta anexa, incluindo a Quinta das Angústias.

§ 1.º Os imóveis a que se refere este artigo - salvo os que se destinam à construção do hotel, seus logradouros, instalações acessórias e respectivos acessos, segundo a delimitação indicada na planta anexa, que constituirão

Planta Anexa ao Decreto-Lei n.º 48:097, de 11 de Dezembro de 1967 (imagem Decreto-Lei N.º 48:097, Diário do Governo, 1.ª Série, N.º 286, 11 Dezembro 1967, p. 2282)

propriedade da concessionária - serão integrados no património do Estado e, à excepção da Quinta das Angústias, ficam afectos à concessão.

§ 2.º Os terrenos do domínio público municipal a utilizar para os novos fins de utilidade pública, nos termos do presente artigo, na falta de acordo entre a Câmara Municipal e a concessionária, serão pagos ao preço que vier a ser fixado pelo Governo (...), tendo em conta os fins a que se destinam e os preços que resultem dos acordos e arbitragens respeitantes aos terrenos dos particulares.

§ 3.º A Quinta das Angústias, excluindo os seus anexos, será imediatamente entregue ao Estado, não sendo lícito à concessionária usar, em relação a ela, do direito de retenção nem pedir qualquer indemnização.

Art. 6.º O Estado cede à concessionária, por troca com os terrenos a que alude o artigo anterior, as Quintas Bianchi e Pavão - exceptuando, quanto à segunda, a parte afecta ao casino e delimitada na planta anexa - para nelas ser construído o hotel e instalações acessórias previstas na alínea a) do artigo 3.º.”⁶⁰

Como se pode verificar, a planta anexa ao Decreto-lei 48:097 integra já o projecto de Oscar Niemeyer para o conjunto do Funchal e a própria redacção do texto, que tem como base a legislação de 1958, é adaptada à proposta de organização funcional avançada pelo arquitecto, dividindo-se o programa estipulado por três edifícios distintos - o Hotel, o Casino e o Cine-Teatro - que, apesar de assumirem uma linguagem própria, são trabalhados como uma única unidade compositiva. Ideia que é vincada pelos elementos em rampa que ligam os diferentes momentos funcionais entre si.

Por esse motivo, e porque se trata de uma obra singular no panorama turístico português do século XX, o projecto do Casino Park Hotel será abordado, no seu todo, num capítulo próprio, tal como o do Grande Hotel da Figueira da Foz, de Inácio Peres Fernandes, e o do Hotel Estoril-Sol, de Raul Tojal.⁶¹

Importa, no entanto, aqui assinalar que o Hotel só seria inaugurado a 1 de Outubro 1976, dando-se por concluídas as obras, três anos depois, com o fim da construção do Casino e do Cine-Teatro.

⁶⁰ Decreto-Lei N.º 48:097, *Diário do Governo*, 1.ª Série, N.º 286, 11 Dezembro 1967, pp. 2280-2281.

⁶¹ Ver Capítulo 4.2..

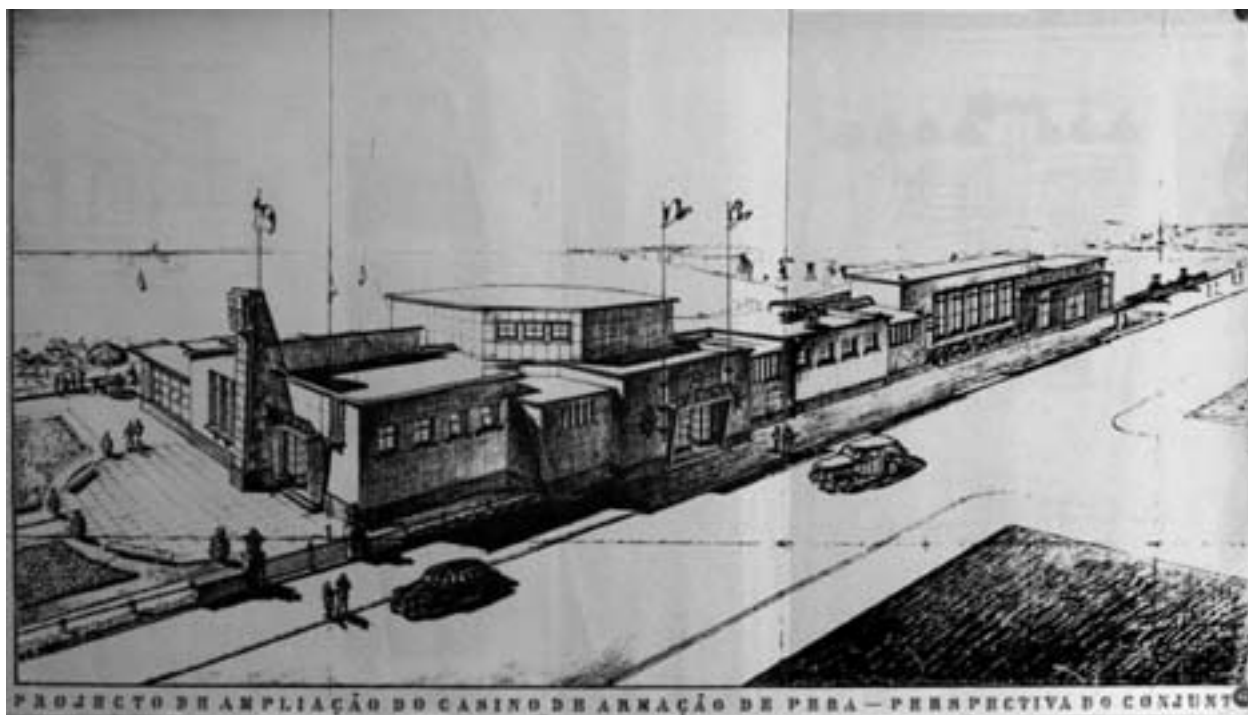
Mas é no Algarve que se levantam, uma vez mais, algumas perplexidades em relação à regulamentação da prática do jogo em Portugal. Extinta, pela lei de 1958, a Zona Temporária da Praia da Rocha, aquela região deixava de ser considerada no regime de exploração desta actividade. Curiosamente, nesse mesmo ano, entra em funcionamento o Casino de Armação de Pêra.



*Praia de Armação de Pera
Casino-Restaurante
Algarve - Portugal
Bilhete Postal, c. 1958
(imagem
www.armacaodepera.blogspot.com)*

Implantado junto à Marginal, envolvido por uma ampla Esplanada aberta sobre a Praia, o conjunto edificado articulava, num único edifício, as valências de sede da Junta de Turismo, composta por um posto de atendimento ao público e uma Sala de Leitura, e de Casino-Restaurante, com Sala de Jogo, espaço de restauração-bar e zona de espectáculos, esta equipada com palco e pista de dança. Dispunha, ainda, de instalações próprias para alojar os funcionários, solução determinada pelas dificuldades que se sentiam em arranjar pessoal qualificado entre a população autóctone.

Com a construção deste equipamento, as autoridades locais procuravam criar condições para o desenvolvimento turístico desta Praia, respondendo à crescente procura que Armação de Pêra e, em geral, o Algarve, tinham entre veraneantes nacionais e, cada vez mais, estrangeiros. Sinal disso, logo na década de sessenta, o Casino seria ampliado, acrescentando-se-lhe um novo Restaurante e uma “Boîte”, assim como estabelecimentos de Tabacaria e de Cabeleireiro. Procura em muito favorecida, nesta estância balnear, pela inauguração do Hotel do Garbe, em 1963.



*Projecto de Ampliação do
Casino de Armação de Pera
- Perspectiva do Conjunto*
c. 1960
(imagem
www.armacaodepera.blogspot.com)

A presença desta estrutura, nesta altura, no Algarve coloca, de novo, a questão do tratamento excepcional que é dado a esta região, neste contexto. Até porque a Zona de Jogo do Algarve só seria oficialmente reposta em 1969, com a segunda revisão dos contratos de exploração das Zonas de Jogo Temporário no final do prazo de dez anos definido para as concessões adjudicadas em 1958. Assim, pelo Decreto-Lei n.º 48:912, de 18 de Março de 1969, fixavam-se três Zonas de Jogo Permanente - O Estoril, o Funchal e o Algarve - e três Zonas de Jogo Temporário - a Figueira da Foz, Espinho e a Póvoa de Varzim, sendo que a concessão do Algarve só seria atribuída em 1973, à SOINTAL - Sociedade de Iniciativas Turísticas Algarvias, S.A.R.L., com Casinos, provisórios, em Alvor, Vilamoura e Monte Gordo⁶². Mais uma vez, não encontramos documentação que explicasse esta situação.

⁶² Com participação maioritária do Grupo CUF, dono do Hotel Alvor-Praia e do Hotel Penina, a SOINTAL seria vendida, pouco tempo depois, ao Grupo TORRALTA - *Club Internacional de Férias S.A.*, acabando por ser alvo de intervenção estatal por Resolução do Conselho de Ministros, de 10 de Dezembro de 1974, que “Determina a suspensão dos corpos sociais das empresas que fazem parte integrante do grupo Torralta”, medida inscrita no âmbito do Decreto-Lei N.º 660/74, publicado em *Diário da República*, 1.ª Série, N.º 274, de 25 de Novembro, que “*Fixa as normas sobre a assistência do Estado às empresas privadas, individuais ou colectivas, que não funcionem em termos de contribuir normalmente para o desenvolvimento do País*”. (Cf. Decreto-Lei N.º 660/74, *Diário da República*, 1.ª Série, N.º 274, Suplemento, 25 Novembro 1974, e Resolução do Conselho de Ministros, *Diário da República*, 1.ª Série, N.º 287, Suplemento, 10 Dezembro 1974)

Por fim, a leitura comparativa destes três primeiros decretos que regulam a prática do jogo de fortuna ou azar em Portugal - o de 1927, o de 1958 e o de 1969 - permite-nos perceber uma evolução no discurso oficial sobre o Turismo durante o Estado Novo. Isso é possível a partir de pequenas, mas significativas, alterações introduzidas na redacção do texto da legislação, em especial no que diz respeito às obrigações atribuídas às sociedades concessionárias do exclusivo da exploração do jogo.

Assim, se no ponto 14.º do Artigo 20.º do Decreto n.º 14:643, de 1927, as sociedades concessionárias estavam obrigadas “*a promover a vinda de excursões de turismo a Portugal e a desenvolver lá fora uma propaganda intensiva das nossas belezas naturais, monumentos e principais estâncias climatéricas, hidrológicas e de repouso*”, pelo ponto 3.º do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 41:562, de 1958, passava, então, a ser da sua competência “*promover e organizar anualmente exposições, espectáculos e provas desportivas, segundo programa e calendário a acordar com os órgãos locais de turismo, e (...) colaborar nas iniciativas oficiais que tiverem por objecto fomentar o turismo na área da zona ou na região*”. Já no Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 48:912, de 1969, estabelecia-se que era, agora, dever daquelas sociedades:

“3) (...) *fazer executar, diàriamente, no casino, nas dependências para tal destinadas, programas de atracções, variedades e diversões, nacionais ou estrangeiras, de bom nível artístico;*

4) (...) *promover e organizar anualmente exposições, espectáculos e provas desportivas, segundo o programa e calendário a submeter (...) à aprovação da Direcção-Geral do Turismo, e a colaborar nas iniciativas oficiais que tiverem por objecto fomentar o turismo na área da zona ou da região de turismo em que se situa a concessão. (...);*

5) (...) *realizar, de harmonia com as directrizes e instruções da Direcção-Geral do Turismo, ouvido o Conselho de Inspecção de Jogos, a propaganda da zona no estrangeiro;*”

Daqui fica implícito que se, num primeiro momento, é a afirmação de Portugal como destino turístico, junto dos mercados internacionais, o principal propósito que orienta a construção de uma política nacional de Turismo, num segundo momento, é

para a consolidação de uma procura de carácter interno que se voltam as atenções do Estado Novo, apostado em promover as especificidades de uma oferta de orientação, simultaneamente, regional e regionalista. Dois momentos que correspondem, genericamente, aos períodos antes e depois da II Guerra Mundial. Com o *boom* turístico dos anos sessenta e num país a braços com uma Guerra Colonial, num terceiro momento, é, de novo, “lá fora” que Portugal procura encontrar uma saída para o seu projecto de Turismo. Sobretudo numa Europa apanhada no meio de uma “Guerra Fria” e ávida de férias de “Sol e Praia” acessíveis, geográfica e financeiramente. Férias pagas que passam a ser uma realidade efectiva também para os trabalhadores portugueses, introduzidas novas medidas nesta matéria, em 1966 e 1969.

Por outro lado, num contexto de crescente democratização do acesso ao lazer e ao tempo livre, a aposta na construção de mais Hotéis Palace deixava de fazer sentido. A própria “Lei do Jogo”, que, inicialmente, obrigava as concessionárias a equiparem as respectivas zonas de exploração com estruturas desse tipo, vai saber adaptar-se aos novos tempos, desaparecendo a referência directa a este modelo específico de equipamento hoteleiro. Na verdade, podemos considerar que o último Hotel deste género, inaugurado em Portugal, seria o Palace Hotel do Estoril, em 1930, isto porque, apesar de adoptarem essa designação, os Hotéis Palácio da Póvoa Varzim e de Espinho não podiam ser, verdadeiramente, considerados dessa categoria.

A adequação da oferta hoteleira às tipologias emergentes de turistas e a novas concepções de Turismo é, de resto, um dos principais temas em debate, no sector, a partir da década de trinta, fixando-se, nesta altura, alguns princípios normativos, sistematizados por Ernst Neufert na sua *Arte de Projectar em Arquitectura (Bauentwurfslehre: Handbuch für den Baufachmann, Bauherren, Lehrenden und Lernenden)* com primeira edição, alemã, de 1936, ao mesmo tempo que surgem as primeiras experiências tipológicas de reformulação da “Arquitectura do Hotel”.

Do *Palace* à *Pousada*: o “Hotel” em debate

Deve-se, ainda, ao regime de Ditadura Militar o primeiro “Regulamento dos Hotéis” aprovado em Portugal. Publicado no *Diário do Govêrno* de 8 de Dezembro de 1930, o Decreto N.º 19:101 definia as categorias em que podiam ser agrupados os estabelecimentos industriais destinados a receber hóspedes - Hotéis de luxo e Hotéis de 1.^a, 2.^a e 3.^a classes -, assim como os requisitos indispensáveis que estes deviam cumprir para corresponder a cada uma dessas classificações. Pretendia-se com esta medida uniformizar e organizar a oferta hoteleira disponível no país, estabelecendo parâmetros fixos de avaliação que permitissem elaborar um cadastro rigoroso do número e do tipo de equipamentos existentes em cada região. Isto porque, “*se entre nós há já alguns bons hotéis, satisfazendo à maioria das condições exigíveis, grande número deles ou se remodelam por completo ou têm de adoptar designação diversa da que escolheram e que de algum modo corresponda à realidade dos factos*”⁶³. É, assim, contra o abuso generalizado da designação “Hotel” que se introduz este Regulamento, estipulando-se que “*todos os estabelecimentos actuais que não tenham possibilidade de se adaptarem de modo a satisfazer aos mencionados requisitos terão de adoptar a designação de hospedaria, pensão ou outra equivalente, consoante os casos, sob pena de serem encerrados*”⁶⁴.

Ao contrário do que seria expectável, o número de quartos não é, em si, um factor de diferenciação entre as várias categorias, antes considera-se, como principal elemento de hierarquização, a percentagem de quartos com casa-de-banho privativa e a qualidade e quantidade de instalações sanitárias existentes em todo o edifício. Também a diversidade dos espaços e dos serviços de utilização comum disponibilizados aos hóspedes e a qualidade do equipamento técnico do Hotel - iluminação eléctrica, instalação telefónica e aquecimento central - influem nessa avaliação. Nesse sentido,

⁶³ Decreto N.º 19:101, *Diário do Govêrno*, 1.^a Série, N.º 285, 8 Dezembro 1930, p. 2387.

⁶⁴ *Idem*, p. 2389.

	3. ^a Classe	2. ^a Classe	1. ^a Classe	Luxo
requisitos:			• (ou, pelo menos, desde o andar nobre)	• (construído para hotel ou adaptado ao mesmo fim)
Ocupar todo o edifício				•
Grande hall				•
Entrada ampla	•	•	•	•
Duas entradas			•	•
Escada principal e escada de serviço		• (podendo uma delas ser substituída por ascensor para hóspedes ou monta-cargas para bagagem)	•	•
Ascensor e monta-cargas			•	•
Cozinha e Despensa	•	•	•	•
Copa	•	•	•	•
Adega			•	•
Depósito combustível			•	•
Restaurante				•
Casa de jantar	•	•	•	•
Sala de visitas	•	•	•	•
Salão de música e leitura		•	•	•
Sala de festas				•
Cabeleireiros para senhoras e homens				•
Quartos (todos recebendo ar e luz directamente do exterior)	• (c/ lavabos ou lavatórios e bidés)	• (c/ água corrente para lavabos fixos, de esgoto assegurado, e bidés)	• (20% do total de quartos c/ casa de banho e W.C. completo privativos, água quente e fria encanada e esgotos assegurados)	• (pelo menos 50% c/ casa de banho e W.C. próprios e 10% destes com salão privativo, devendo todos os quartos ter ante-câmara ou porta dupla)
Casas de banho	• (1 por cada 20 quartos e, pelo menos, 1 por pavimento)	• (1 por cada 15 quartos e, pelo menos, 1 por pavimento)	• (1 por cada 10 quartos e, pelo menos, 1 por pavimento)	• (1 por cada 10 quartos e, pelo menos, 1 por pavimento)
Retretes	• (1 por cada 15 quartos e, pelo menos, 1 por pavimento)	• (1 por cada 10 quartos e, pelo menos, 1 por pavimento)	• (1 por cada 10 quartos e, pelo menos, 1 por pavimento)	• (1 por cada 10 quartos e, pelo menos, 1 por pavimento)
Rouparia	•	• (em casa própria)	• (em casa própria)	• (em casa própria)
Casa de jantar, retretes e casa de banho para criados	•	•	•	•
Pessoal vestido com asseio e devidamente uniformizado	•	•	•	•
Iluminação a luz eléctrica	• (ou por outros processos dos mais modernos onde não houver electricidade)	• (ou por outros processos dos mais modernos onde não houver electricidade)	•	•
Instalação telefónica		• (onde possível)	• (onde possível)	• (em todos os quartos)
Aquecimento central			•	•

quanto mais completo e complexo o programa de equipamentos, mais luxuosa e confortável é considerada a estrutura hoteleira.

De facto, pelo quadro, em anexo, realizado a partir do texto da legislação, podemos verificar que o que distingue um “Hotel de Luxo” é ter *“pelo menos 50 por cento dos quartos com casa de banho e W.C. próprios, e 10 por cento destes com salão privativo, devendo todos os quartos ter ante-câmara ou porta dupla”*; ter um Grande Hall e Cabeleireiros para senhoras e homens; e ter *“instalações eléctricas em todo o hotel e telefónicas em todos os quartos, com ligação interna para todas as dependências do hotel e para a rede geral”*. Naturalmente, o nível de conforto e de luxo com que são mobiladas e decoradas as várias dependências é, de igual forma, determinante para essa classificação, mas o ponto fundamental que, realmente, diferencia esta categoria das restantes é o facto de *“ocupar totalmente um edifício especialmente construído para hotel ou adaptado ao mesmo fim”*. A Arquitectura surge, desta forma, como outro importante factor de distinção do “Hotel de Luxo”.

É dentro desta categoria que se inscrevem os Hotéis Palace. Em Portugal, à altura da publicação deste Decreto, existiam cinco estruturas com esta classificação: o Hotel Avenida Palace (1890-1892), do arquitecto José Luiz Monteiro (1848-1942), parte integrante do conjunto da Estação Central e Terminal do Rossio, em Lisboa; o Palace Hotel do Buçaco (1886-1907), com esboço inicial de Luigi Manini (1848-1936) e intervenções de Manuel Joaquim Norte Júnior (1878-1962), Nicola Bigaglia (1841-1908) e José Alexandre Soares (1873-1930); o Palace Hotel de Vidago (1907-1910), com um primeiro projecto de Miguel Ventura Terra (1866-1919) que seria adaptado por José Ferreira da Costa (1850-1919) para a empresa “A Construtora”, do Porto; o Curia Palace Hotel (1922-1926), também de Norte Júnior; e o Palace Hotel do Estoril (1918-1930), com telas finais de Raoul Jourde sobre os desenhos de António Rodrigues da Silva Junior (1868-1937).

Situados, à exceção do Avenida Palace, nos principais centros de vilegiatura termal do país, estes equipamentos hoteleiros, como já fizemos referência, vão conhecer algumas dificuldades em se manter a partir da década de trinta, quando as qualidades curativas das “Termas” e os “mundanismos de salão” são progressivamente suplantados por uma indústria farmacêutica em forte crescimento e por uma nova filosofia de vida, mais voltada para a vivência ao ar livre e para a prática desportiva, a que se associavam as novas modas da “Praia” e do “Campismo”. E, se a regulamentação das Zonas de Jogo, em 1927, fazendo coincidir a sua exploração com as mais concorridas estâncias balneares portuguesas, contribuiu decisivamente para o declínio daquelas estruturas, a crise económica mundial que se segue à queda da bolsa de Nova Iorque, em 1929, vem suspender, por alguns anos, os grandes investimentos, privados, no sector hoteleiro.

Atento à situação do país e às circunstâncias da economia internacional, em “Algumas notas sobre Turismo em Portugal”, publicado, em 1932, na primeira edição da Separata do Anuário Comercial de Portugal, o Chefe da Repartição de Jogos e Turismo, Dr. José d’Athayde, sublinhava que *“o nosso País não necessita, por ora, de grandes hotéis. Do que precisa é de hotéis de reduzida lotação. O hotel de 20 a 30 quartos, confortável, aseado, servido por um pessoal competente e em que os continuos progressos da hotelaria sejam observados, é o tipo ideal do hotel português”*⁶⁵. E continuava: *“Obedecendo interiormente às indicações da hotelaria, que é por assim dizer uma sciencia, exteriormente o hotel português deveria impor-se pelo seu cunho caracteristicamente nacional. Mas o turista rico não gosta desse estilo, diz-se. Cá temos outra vez o turista rico em cuja existencia, muito sinceramente, não acreditamos. Mas admitindo mesmo que existam, é isso motivo para que o País abdique do seu estilo nacional para ser agradável a uns vagos estrangeiros de mau gosto?”*

⁶⁵ ATAÍDE, José de, “Algumas notas sobre Turismo em Portugal”, in *Anuário Comercial de Portugal: Turismo*, 1.ª edição, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial, 1932, p. 310. (Separata)

A crítica de José d’Athayde surge num momento em que se verifica um vazio legal no que respeita à implementação de medidas oficiais de protecção e incentivo ao desenvolvimento da indústria hoteleira. Ao Decreto n.º 1:121, de 28 de Dezembro de 1914, em vigor até 1924, tinha-se seguido o Decreto n.º 16:295, de 27 de Dezembro de 1928, também ele já sem efeito, desde 1931. Em ambos os diplomas, a prioridade era dada à construção de “grandes hotéis, tipo Palacios, com um mínimo de 250 quartos”, orientação que parecia, agora, desajustada ao Chefe da Repartição de Turismo, na convicção de que “temos que enveredar por soluções menos complicadas, restringindo-nos a medidas de mais fácil execução e que todavia podem proporcionar á industria hoteleira os meios de que ela necessita para se desenvolver e prosperar”.⁶⁶

Como que em resposta às directrizes lançadas neste texto, em Julho de 1933, a revista *O Notícias Ilustrado* lança o “Concurso do Hotel Modelo”⁶⁷. Culminar de uma vasta campanha “de difusão de princípios de cultura turística”⁶⁸ que abordara, numa série de artigos de forte carácter pedagógico e sentido prático, os principais problemas do Turismo nacional⁶⁹, esta iniciativa procurava fixar um novo conceito de Hotel que promovesse uma diferente abordagem turística do país. O repto tinha sido lançado, uns meses antes, pelo “Repórter Zero” em “O Turismo e a Hotelagem: Abaixo os Palaces ‘Pilhas’ de Vila Nova de Famaligato!”⁷⁰, onde o autor alertava para que:

*“Não temos turismo porque não temos hotelagem; é esta a verdade.
E de quem é a culpa?”*

⁶⁶ Idem, p. 310.

⁶⁷ Este ponto tem como base o capítulo “Do Palace à Pousada” desenvolvido em LOBO, Susana, *Pousadas de Portugal: Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, pp. 16-27.

⁶⁸ “O Nosso Jornal e o Turismo. Uma Grande Iniciativa: A Exposição do Hotel Modelo”, *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 267, 23 Julho 1933, p. 9.

⁶⁹ Sob os temas “Aspectos do Problema Turístico em Portugal” e “Turismo!”, desde Fevereiro de 1933, a revista tinha vindo a abordar questões como “O quarto de Hotel”, “A mesa de Hotel”, “A cave de Hotel”, “A arte de bem acolher no Hotel”, mas também o problema da publicidade, das lojas, dos serviços alfandegários, da taberna, das flores e frutos e do fado, em artigos assinados por A. Sanches de Castro e Z.Z..

⁷⁰ “O Turismo e a Hotelagem: Abaixo os Palaces ‘Pilhas’ de Vila Nova de Famaligato!”, *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 246, 26 Fevereiro 1933, p. 5.

A hotelagem é uma indústria como qualquer outra e se queremos que Portugal seja um país de turismo, precisamos que o estado dela se ocupe.

*Não bastam as laudatórias oficiais, as belezas naturais e as comissões censoras, concedendo categorias hoteleiras conforme o número de W. C..
É pouco.*

O negócio hoteleiro é uma indústria que se tem que ensinar como qualquer outra, especialmente no nosso país, em que a falta de cultura é geral com a sua dóse forçada de analfabetos e pragas sucedâneas.

(...)

Mas é também preciso fazer uma obra completa e nacional.

Chamem-se para isso os nossos arquitectos; abra-se concurso entre êles para projectos de hotéis regionais sem pretensões, limpos, práticos e higiénicos, mantendo as características locais, sem arrebiques de escultura exótica, e, acima de tudo, muito portugueses, onde mais tarde, aqueles que o explorem, se vejam obrigados pelo ambiente a manter o seu cunho debaixo do ponto de vista estético e culinário.

(...)

Porque isto de Palaces tem muito que se lhe diga, e excepção feita aos do Estoril e Bussaco que se podem apresentar a gente civilizada, os outros deixam muito a desejar, pois basta lembrar que, na capital, os hóspedes de categoria entram e saiem, à mistura com as malas chapeleiras, pela porta... das bagagens!

Mas é um Palace!”

Contra a proliferação de *Palaces* pretensiosos e burocráticos, com a sua arquitectura e ambientes de espírito internacionalista, propunha-se o estudo de vários modelos de pequenos hotéis, que é o “*que o nosso turismo exige*”, em que a ideia nacional e regionalista constituísse a sua principal característica. Nesse sentido, e de acordo com o programa do concurso elaborado por Raul Lino⁷¹, seriam apresentados oito modelos de Hotel, um para cada uma das províncias portuguesas. Mais do que definir um tipo único, passível de ser reproduzido por todo o território, pretendia-se associar as novas estruturas hoteleiras a uma expressão regional que veiculasse, tanto a nível da forma como do conteúdo, um regresso a valores da cultura e tradição portuguesas, não deixando, no entanto, de reflectir o sentido prático e a simplicidade dos tempos modernos.

⁷¹ Que, no Congresso Regional Algarvio de 1915, havia apresentado o projecto de um novo tipo de Hotel - o “Hotel-Solar” - muito próximo, em termos conceptuais, do desafio lançado, agora, por esta revista.

Segundo o programa estipulado, cada uma destas unidades deveria dispor de: vinte e cinco quartos de hóspedes⁷², quinze de casal e dez individuais, entre os quais dez teriam casa-de-banho privativa; casas-de-banho para uso geral dos hóspedes e criados; um grande Átrio ou Sala de Estar, com aquecimento; Sala de Leitura e de Escrita; refeitório com capacidade para receber o dobro da lotação do Hotel; cozinha devidamente isolada; ampla copa de serviço, despensas, frigoríficos, garrafeira e arrecadações; refeitório e acomodações para o pessoal efectivo, com acesso independente; alojamento para criadas de quarto, junto aos aposentos dos hóspedes; e recolha para automóveis, em anexo, com quartos para motoristas hóspedes. Os edifícios, em si, deviam integrar-se na “fisionomia particular” da região a que se destinavam, incorporando motivos arquitectónicos e materiais recuperados da tradição construtiva local, e explorar as relações com a paisagem, através de amplas galerias, abertas sobre o cenário natural, e de pátios, arcarias ou eirados, que permitissem servir refeições no exterior. Era também de se prever, desde o início, a possibilidade dos edifícios serem ampliados.

Para realizar os projectos destas “*grandes pousadas familiares, muito confortáveis, mas destituídas de todo o falso luxo e sem a pretensão de imitar caricatamente os hotéis urbanos de categoria*”⁷³ são convidados oito jovens arquitectos a quem o Conselho Nacional de Turismo atribuiria uma pequena bolsa de indemnização, associando-se, desta forma, à iniciativa. Manuel Marques ficaria responsável por desenvolver uma proposta para o Minho, Adelino Nunes para o Douro, Raul Tojal (com a colaboração de Keil do Amaral) para Trás-os-Montes, Luís Benavente para a Beira Alta, António Lino para a Beira Baixa, Ernesto Korrodi (Filho) para a Estremadura, Jorge Segurado para o Alentejo e João Guilherme Faria da Costa para o Algarve.

⁷² Como vimos, o “Hotel-Solar” de Raul Lino partia de um valor mais elevado - trinta e um quartos, podendo ser ampliado até atingir os setenta e cinco. (Cf. Capítulo 1.1.)

⁷³ “O Nosso Jornal e o Turismo. Exposição do Hotel Modelo”, *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 268, 30 Julho 1933, p. 9.

A Grande Exposição do Hotel Modelo será inaugurada brevemente
 (com as propostas para o Algarve, a Beira Baixa, a Beira Alta, Alentejo, Trás-os-Montes e Douro)
 (imagens "A Grande Exposição do Hotel Modelo será inaugurada brevemente", *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 274, 10 Setembro 1933, pp. 4-5)

A GRANDE EXPOSIÇÃO DO HOTEL MODELO

ALGARVE

BEIRA BAIXA

BEIRA ALTA

Em projecto e alçada por publico e privado... (text continues in columns)

A falta de espaço de estadia... (text continues in columns)

Vista pitoresca, grande... (text continues in columns)

Hotel Modelo
 Proposta para a Estremadura
 (imagem "Hotel Modelo: A iniciativa do nosso jornal apreciada pelo Presidente do Centro Português de Turismo (ACP)", *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 275, 17 Setembro 1933, p. 5)



SERÁ INAUGURADA BREVEMENTE

Desejamos aos leitores de parte a parte do país, e especialmente os de Portugal, que estejam a conhecer a importância da obra que se realiza em Minho, e a importância da obra que se realiza em Minho, e a importância da obra que se realiza em Minho...

Esta obra tem uma importância muito grande para a região do Douro, e para a região do Douro, e para a região do Douro...

É preciso que se tenha em conta a importância da obra que se realiza em Minho, e a importância da obra que se realiza em Minho...

Esta obra tem uma importância muito grande para a região do Douro, e para a região do Douro, e para a região do Douro...

Esta obra tem uma importância muito grande para a região do Douro, e para a região do Douro, e para a região do Douro...

SARCHE DE CASTRO

As obras serão executadas em 1933, e serão executadas em 1933, e serão executadas em 1933...



ALENTEJO



TRÁS-OS-MONTES



DOURO



Hotel Modelo - Minho (imagem "Hotel Modelo", Notícias Ilustrado, Lisboa, 2.ª Série, N.º 276, 24 Setembro 1933, p. 9)

“Que virá a ser a casa de amanhã? Se as condições da vida nos obrigarem a continuar no caminho da simplificação e do regime colectivo; se o ritmo do viver se for acelerando cada vez mais, como promete, se a nossa existência passar a decorrer no signo da instabilidade e inquietação, espécie de novo nomadismo estimulado pelo crescente apuro de especializações, pela maior facilidade e rapidez nos meios de transporte - então é provável que a nossa actividade inteira se desenrole concentrada em edifícios destinados especialmente a todos os trabalhos e estudos, a todos os prazeres e ocupações da vida social, enquanto que a habitação propriamente dita se limitará para cada indivíduo a simples quarto de hotel - quando muito a uma casota assente sobre rodas ou provida de asas para que mais facilmente possa ser transferida de lugar, de termo ou de país, conforme as exigências ou apetite de ocasião.”

LINO, Raul, *Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples*, 11.ª edição, Lisboa, Edições Cotovia, 1992, p.10.

Como não é de surpreender, os projectos finais resultariam numa espécie de versões ampliadas e adequadas à função hoteleira dos exemplos ilustrados em *Casas Portuguesas - Alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples*, o mais recente ensaio teórico de Raul Lino, editado nesse mesmo ano. Num discurso que nunca se afasta dos princípios nacionalistas que tinha vindo a defender desde o início do século⁷⁴, Lino fixava neste trabalho os parâmetros pelos quais se devia reger qualquer obra de arquitectura, e a habitação unifamiliar em particular - “Economia”, “Entre a Economia e a Beleza” e “Beleza”. Simultaneamente, criticava e alertava para a crescente descaracterização da produção arquitectónica nacional, resultado de “*um internacionalismo sem limites*”⁷⁵, contrapondo “*o respeito pelas condições sociais do país em que se vive, e, implicitamente, pela tradição*”⁷⁶, objectivado, no final do livro, no estudo de vários tipos de “Casas Portuguesas”, definidos por regiões. O evidente paralelo que este ensaio estabelece com o “Concurso do Hotel Modelo”, no sentido em que ambos procuram tipificar a arquitectura portuguesa, condicionaria, naturalmente, as respostas ao concurso.

Publicadas em Setembro, as propostas seriam objecto de uma inovadora exposição itinerante que, com o apoio da CP, percorreu as principais cidades e vilas do país, num vagão preparado, de propósito, para o efeito.⁷⁷

⁷⁴ Com a proposta que apresenta no concurso para o Pavilhão Português da Exposição Universal de Paris de 1900, que Miguel Ventura Terra acabaria por ganhar com o seu projecto academicista de “sólido gosto francês”, Raul Lino define os vectores que iriam reger a sua actividade profissional, enquanto arquitecto e pedagogo, e a sua intervenção no debate disciplinar do início do século XX, polarizado entre a adesão aos modelos europeus veiculados pelo ensino das Belas-Artes e a afirmação culturalista de uma especificidade portuguesa. Numa composição “quincentista”, onde se articulavam diferentes elementos da arquitectura vernacular portuguesa, Raul Lino dava um novo sentido à defesa de um estilo nacional, até então dividida entre o neo-românico e o neo-manuelino, a partir do estudo da evolução da arquitectura doméstica em Portugal e do próprio conceito de habitar. Desta pesquisa resultaram os seus três primeiros e mais emblemáticos livros: *A Nossa Casa - Apontamentos sobre o bom gosto na construção de casas simples*, de 1918; *A Casa Portuguesa*, publicado, em 1929, para a Exposição Ibero-Americana de Sevilha; e *Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples*, de 1933.

⁷⁵ LINO, Raul, *Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples*, 11.ª edição, Lisboa, Edições Cotovia, 1992, p. 11.

⁷⁶ Idem, p. 51.

⁷⁷ Convidados a acompanhar a exposição na sua viagem itinerante, Sanches de Castro, Delegado do *Notícias Ilustrado*, Armando Boaventura e A. Certã, respectivamente Redactor da Secção Regionalista e Inspector do *Diário de Notícias*, deram notícia do percurso do vagão na reportagem “Diário da Exposição do Hotel Modelo”, publicada naquela revista. Numa primeira fase, da Estação do Rossio a exposição seguiu para as estações de Cascais e do Estoril, regressando a Lisboa, para



Vagão da
Exposição do Hotel Modelo
Desenho, 1933
(imagem “O Nosso Jornal e o Turismo.
Exposição do Hotel Modelo”, *Notícias
Ilustrado*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 268, 30
Julho 1933, p. 9)

“Ponto de partida para agitar o estudo duma necessidade inadiável - o hotel provinciano”⁷⁸, a Exposição do “Hotel Modelo”, inaugurada a 11 de Outubro na Estação do Rossio, lançava as premissas de uma nova filosofia hoteleira, numa acção de propaganda sem precedentes no sector. Desde os painéis publicitários às diferentes províncias, desenhados por Rudy, que animavam o exterior do vagão, ao mobiliário executado expressamente pela Casa Alcobia, segundo o desenho do arquitecto Torka, e aos exemplos de como “bem servir e arranjar um Hotel” expostos em cartazes que, no interior, complementavam a apresentação das propostas de arquitectura, tudo respondia ao propósito de divulgação de “uma lição prática de cultura e de bom gosto”⁷⁹ que devia orientar a indústria hoteleira nacional e o Turismo em geral. “Mais que fiscalizar e reprovar, o C.N. de T. deve ensinar, como por exemplo o faz no país vizinho o colega - Patronato Nacional de Turismo”. Mas, apesar do impacto mediático da Exposição, a verdade é que a iniciativa não teria o alcance real que se esperava.

a Estação do Cais do Sodré. Em seguida, visitou as estações de Castelo Branco, Covilhã, Guarda, Mangualde, e de S. Bento, no Porto, de onde partiu para Braga e Viana do Castelo. No início de Dezembro, percorreu as estações de Penafiel, Aveiro, Leiria, Valado (Nazaré), Alcobaca e Caldas da Rainha, terminando, a 24 de Dezembro, na Estação de Évora.

⁷⁸ BARROS, Leitão de, “Turismo! Sensacional série de artigos sobre Turismo em Portugal: XI. Inaugura-se a Exposição do Hotel Modelo, Organizada pelo nosso Jornal”, *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 278, 8 Outubro 1933, p. 3.

⁷⁹ CASTRO, A. Sanches de, “O Quarto de Hotel. O que ele tem a mais, o que lhe falta! Aspectos do Problema Turístico em Portugal”, *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 254, 23 Abril 1933, p. 8.

Ironicamente, a escala do programa proposto por Raul Lino para estes hotéis “*tornara a fórmula inviável*”⁸⁰ para a sua aplicação ao panorama português.

Seria a Comissão de Iniciativa de Castelo Branco a única a aderir prontamente ao desafio e, por isso, a primeira capital de distrito a ser visitada pelo vagão do “Hotel Modelo”. Apresentado extra-concurso, no número de 5 de Novembro de 1933, o projecto de “Um Hotel para Castelo Branco”, encomendado ao arquitecto António Veloso dos Reis Camelo (1899-1985), prometia uma realidade que, no entanto, só se viria a concretizar em 1945.⁸¹

Hotel de Turismo de
Castelo Branco
Fotografia, c. 1945
(imagem www.memoriarecenteantiga.blogspot.com)



Hotel de Turismo Guarda
Bilhete Postal, c. 1947
(imagem
www.postaisportugal.canalblog.com)



Mais tarde surgiam os projectos de Vasco Regaleira para o Hotel de Turismo da Guarda (1936-1947) e de Cassiano Branco para o Grande Hotel do Luso (1938-1946).⁸²



Grande Hotel
das Termas do Luso
Bilhete Postal, c. 1946
(imagem www.leiloes.net)

⁸⁰ BRITO, Margarida Acciaiuoli de, *Os anos 40 em Portugal: o País, o Regime e as Artes. “Restauração” e “Celebração”*, dissertação de doutoramento em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1991, p. 566.

⁸¹ Acabando o Hotel de Turismo de Castelo Branco por ser demolido no início dos anos setenta..

⁸² Embora associado a este conjunto de “hotéis regionais”, o Grande Hotel do Luso insere-se, já, numa vertente mais monumental e classicista que a arquitectura portuguesa iria oficialmente adoptar no final da década de trinta, constituindo “*uma das peças (talvez a primeira...)*” da inflexão radical a que se assiste nesta altura “*no processo global da prática arquitectónica nacional*”. Curiosamente, os três projectos que Cassiano Branco realiza para este tipo de equipamentos são deste período e um reflexo claro dos termos em que se deu essa inflexão. De facto, se o Hotel Victória (1934-1936), em Lisboa, é uma das obras singulares do primeiro modernismo português, o Grande Hotel do Luso (1938-1946) e a “Proposta para um Hotel em Bragança” (1944) acusam uma cedência, ou mesmo um recuo, a expressões de carácter nacionalista: o primeiro, no sentido de uma monumentalidade de raiz clássica, ainda que trabalhada sobre uma composição volumétrica e espacial de espírito moderno, e, o último, no sentido de um ruralismo historicista. (Cit. FERREIRA, Raúl Hestnes, “Cassiano Branco”, in *Cassiano Branco: Uma obra para o Futuro*, Porto, Câmara Municipal de Lisboa/Edições ASA, Dezembro 1991, p. 176; Cf. BRITO, Margarida Acciaiuoli de, op. cit., p. 464, e BANDEIRINHA, José António Oliveira, *Quinas Vivas: Memória Descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa dos anos 40*, 2.ª edição, Porto, FAUP Publicações, 1996, p. 61)



Exposição do Hotel Modelo
Cartazes, 1933
(imagens “O Nosso Jornal e o Turismo. Exposição do Hotel Modelo”, *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 277, 1 Outubro 1933, p. 9)

Melhor sorte teriam os cartazes expostos no interior do vagão da exposição, fixando alguns “*princípios de resultado pratico, de facil applicação,*” de como bem servir nos hotéis, recuperados, em 1941, pelo SPN de António Ferro e transformados na *Cartilha da Hospedagem Portuguesa*. Veiculando uma mensagem simples, que punha em confronto, através de imagens elucidativas, acompanhadas por *slogans* apelativos, o que não se devia fazer - *Assim... não!* - com a forma mais correcta de o fazer - *Assim... sim!*, a *Cartilha* funcionava como uma espécie manual ilustrado, de fácil compreensão, mesmo para o mais modesto empresário hoteleiro.



Reprodução fiel do género de mesa, ainda topada em alguns hotéis e pensões.



Mesa bem portuguesa, de que se oferece o risco aos hospedeiros da nossa terra, para a mandarem copiar.

Assim... não! Assim... sim!
Desenhos de Emmérico Nunes e dizeres de Augusto Pinto (imagens *Cartilha da Hospedagem Portuguesa: Adágios novos para servirem a toda a hospedaria que não quiser perder a freguesia*, Lisboa, Edições do Secretariado de Propaganda Nacional, 1941)

Ainda dentro da campanha d' *O Notícias Ilustrado*, Sanches de Castro daria novo destaque à acção do Patronato Nacional de Turismo espanhol, fundado em 1928⁸³, dedicando o primeiro artigo das suas “Impressões de Viagem em Portugal” ao Parador de Enrique II de Ciudad Rodrigo. Publicado no número de 12 de Novembro, “A 27km de Portugal podem os Hoteleiros Portugueses, as Comissões de Iniciativa e muita gente mais, receber uma lição de Turismo” começava por elogiar o sentido de oportunidade e o valor estético da intervenção urbana promovida pelo “Alcaide” desta cidade. Transformada num dos “*mais lindos museus da Espanha*”, Ciudad Rodrigo apostava na valorização do seu património artístico e cultural como atracção turística. O exemplo mais paradigmático desta estratégia de Turismo seria o seu Parador. Situado no Castelo de Enrique II, “*essa pequena posada, modelo de hotel característico*”, aliava aos mais modernos requisitos da indústria hoteleira a localização privilegiada e o carácter histórico e monumental da antiga fortaleza.

O Parador de Ciudad Rodrigo seria o quinto de uma *Junta de Paradores y Hosterías del Reino* criada, em 1928, pelo PNT com o objectivo de facilitar a visita a zonas turísticas consideradas não rentáveis pelos investidores privados. Simultaneamente com o de Mérida, este Parador assegurava o apoio hoteleiro às principais estradas que conduziam a Portugal. Em ambos o Patronato Nacional de Turismo seguiu a política de rentabilização de recursos patrimoniais e paisagísticos que tinha vindo a ser defendida desde a construção, em 1926, do Parador Nacional de Gredos, na província de Ávila, o primeiro desta rede. Desta forma, aquele organismo garantia, não só o restauro dos monumentos dentro “*da mais pura ortodoxia estilística*”⁸⁴, como também a sua conservação pela adaptação e reafecção dos edifícios a um “*uso necessário e congruente*”.

⁸³ Que herda as competências da *Comisaría Regia de Turismo*, criada em 1909, e da *Compañía Nacional de Industrias del Turismo*, a funcionar desde 1926. (Cf. DÍEZ-PASTOR, Concepción, “Carlos Arniches y Martín Domínguez: arquitectura para el Turismo”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, p. 75)

⁸⁴ FUSTER, Luis Fernandez, *Albergues y Paradores*, Madrid, Publicaciones Españolas, 1957, p. 6. (Temas Españoles, N.º 307)

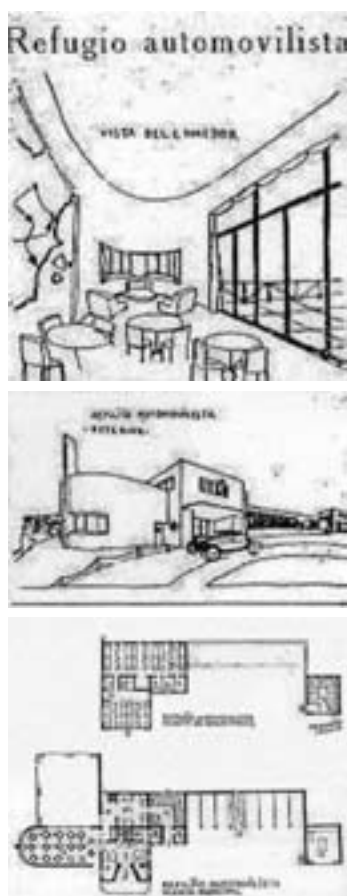
Convertido em promotor hoteleiro, “*situación nova e sem precedentes nos países europeus*”, o PNT alargaria o seu plano de acção criando um sistema, paralelo, de *Albergues de Carretera*. Distribuídos estrategicamente por todo o território, dividindo os percursos entre as principais cidades espanholas em várias etapas, estes Albergues para Automobilistas foram concebidos segundo uma perspectiva de rentabilização de custos que determinou que se definisse “*um tipo único, geral para todos eles*”. Ao contrário dos Paradores, em que cada edifício constituía por si só uma excepção, o que importava aqui era a economia de meios para a construção e manutenção destes hotéis de estrada e o seu fácil reconhecimento pelos condutores em trânsito. Estabelecido um programa base para estas unidades, lançou-se concurso para a sua concepção arquitectónica, tendo sido escolhido o projecto apresentado pela dupla Carlos Arniches (1897-1957) e Martín Domínguez (1897-1970).

A ideia da construção destes pequenos hotéis de estrada tinha partido de uma proposta apresentada pelo Marquês de la Vega-Inclán à *Comisaría Regia de Turismo* e exposta, em 1926, pelo engenheiro Luis Peypoch de Perera, em “*Memoria sobre la organización nacional del Turismo*”:

*“A través de los siglos los hechos se reproducen. Las antiguas ventas o paradores que facilitaban el cambio de tiro y los descansos en las épocas anteriores al ferrocarril, vuelven a dejar sentir su necesidad, amoldadas a la vida moderna, en el momento en que las carreteras vuelven a constituir vías corrientes de comunicación. Es pues preciso establecer a lo largo de nuestras carreteras pequeños hoteles refugio situados en lugares convenientes, en los cuales el automovilista puede encontrar un confortable albergue y elementos precisos para continuar su viaje. El establecimiento de estos hoteles refugio puede llevarse a cabo con la colaboración directa de los Municipios y Diputaciones y con el apoyo de otras entidades interesadas directamente en el desarrollo del turismo en automóvil.”*⁸⁵

⁸⁵ LÓPEZ, Salvador Guerrero, “Carreteras, turismo y arquitectura moderna: los albergues de automovilistas del Patronato Nacional de Turismo (1928-1946)”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, p. 69.

O objectivo era dotar o *Circuito Nacional de Firms Especiales* (CNFE), que tinha sido criado por Real Decreto Lei de 10 de Fevereiro de 1926⁸⁶, de estruturas de apoio aos automobilistas, incentivando o desenvolvimento do Turismo espanhol a partir deste moderno meio de transporte: o automóvel. Trabalhando sobre este conceito, os arquitectos Arniches y Domínguez, “*que publicaban por entonces una página semanal sobre arquitectura en el diario madrileño El Sol*”⁸⁷, elaboram, por iniciativa própria, um primeiro esboço para um novo tipo de alojamento, pensado para a beira da estrada, que designam de *Refugio Automovilista*. Apresentado na edição do dia 23 de Outubro de 1927 do jornal⁸⁸, o conjunto articulava três funções distintas, que os autores dividem em *viajeros*, *automóviles* e *garaje*, combinando as valências de Hotel, de Estação de Serviço e de Oficina.



É só com a constituição do Patronato Nacional de Turismo que vai ser possível concretizar a ideia, lançando-se, a 20 de Novembro de 1928, o “Concurso de Anteproyectos de Albergues en Carreteras”. Com base no levantamento da rede nacional de estradas e no guia dos hotéis existentes em Espanha, são, inicialmente, eleitos treze itinerários principais, logo reduzidos para doze, para os quais se estuda a distribuição e a localização dos Albergues a construir⁸⁹, tendo em consideração as distâncias a percorrer, divididas em etapas de meio dia de viagem, e uma velocidade média de circulação de 40km/h. Na verdade, as “Bases para el Concurso de Anteproyectos de Albergues en Carreteras” eram, em muito, inspiradas no projecto do *Refugio Automovilista*.

Refugio automovilista

Carlos Arniches e

Martín Domínguez, 1927

(imagens DÍEZ-PASTOR, Concepción, “Carlos Arniches y Martín Domínguez: arquitectura para el Turismo”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, p. 78)

⁸⁶ O CNFE compreendia os principais itinerários da rede de estradas espanholas, abarcando as ligações directas entre as povoações mais importantes e os circuitos considerados de valor artístico e histórico, procedendo-se, com a sua criação, à revisão dos pavimentos e dos traçados daquelas vias, com a introdução de novas técnicas de construção mais adequadas ao “tráfico moderno”.

⁸⁷ LÓPEZ, Salvador Guerrero, op. cit., *ibidem*.

⁸⁸ ARNICHES, Carlos, DOMÍNGUEZ, Martín, “La arquitectura y la vida: Refugio automovilista”, *El Sol*, Madrid, 23 Outubro 1927, p. 4.

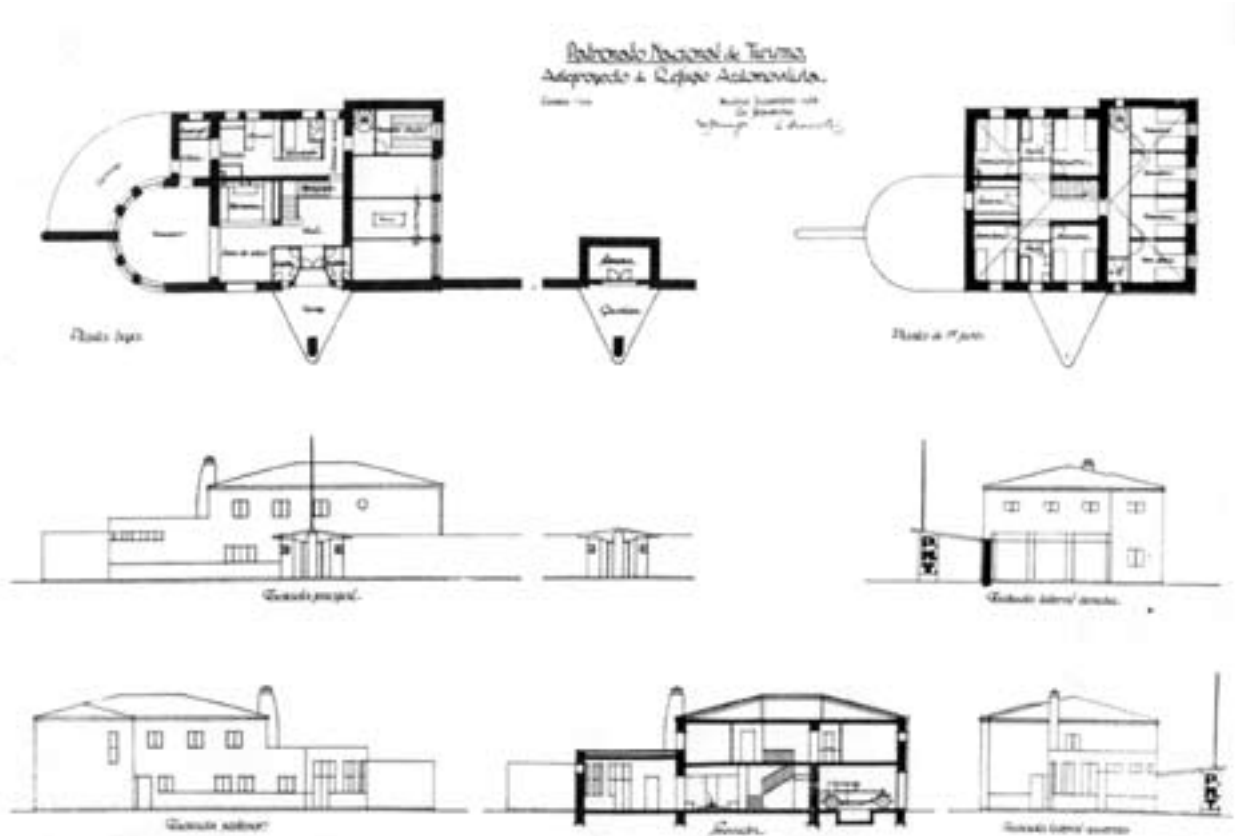
⁸⁹ Dois albergues no itinerário n.º 1, Madrid-Zaragoza-Lérida-Barcelona; um no itinerário n.º 2, Barcelona-Tarragona-Valencia; um no itinerário n.º 3, Madrid-Valencia; um no itinerário n.º 4, Madrid-Albacete-Murcia-Cartagena; dois no itinerário n.º 5, Málaga-Almería-Murcia; dois no itinerário n.º 6, Madrid-Sevilla; dois no itinerário n.º 7, Madrid-Córdoba-Cádiz; um no itinerário n.º 8, Madrid-Linares-Jaén-Granada-Málaga; um no itinerário n.º 9, Madrid-Burgos-San Sebastián; um no itinerário n.º 10, Santander-Oviedo-Ferrol-La Coruña-Santiago-Pontevedra-Vigo-Orense y León; dois no itinerário n.º 11, Madrid-La Coruña; um no itinerário n.º 12, Madrid-Vigo; e um no itinerário n.º 13, Madrid-Vigo (por Puebla de Sanabria). (Cf. LÓPEZ, Salvador Guerrero, op. cit., pp. 71-72)

Segundo o programa fixado no enunciado disponibilizado aos concorrentes, estes pequenos hotéis deviam ser edifícios de dois pisos, dispondo, no piso térreo, de Vestíbulo ou Sala de Estar, Sala de Jantar, Escritório, cozinha, despensa, um pequeno armazém e três quartos para funcionários, além de dois quartos para mecânicos, enquanto que, no piso superior, instalar-se-iam os quartos de hóspedes, quatro no mínimo, com capacidade para duas camas cada, e duas casas-de-banho, uma delas ligada directamente a um dos quartos. Associadas ao edifício principal, ou próximas dele, deveriam existir uma garagem, para um mínimo de três automóveis, uma oficina e uma bomba de gasolina.

Relativamente ao carácter arquitectónico dos edifícios, era recomendado que estes se harmonizassem com as diferentes regiões em que se iam inserir, recorrendo-se, para isso, a pequenas modificações formais que, no entanto, não deviam alterar significativamente a imagem criada para esta nova tipologia, no sentido de facilitar o seu fácil reconhecimento pelos automobilistas. Por outro lado, o sistema construtivo e os materiais a adoptar não seriam predefinidos, uma vez que, dentro da filosofia de economia e de rapidez de construção preconizado no plano de implementação destes equipamentos, a sua escolha estava dependente dos recursos disponíveis em cada zona. E, embora se previsse que a exploração destas unidades fosse o mais económica possível, os Albergues deviam estar equipados com todas as comodidades da vida moderna.

Composto por quatro arquitectos e um engenheiro, este em representação do Patronato Nacional de Turismo⁹⁰, o júri do concurso acabaria por se decidir pelo anteprojecto de Arniches e Domínguez, considerado, por unanimidade, o que melhor se ajustava às bases do concurso e o que apresentava as melhores soluções técnicas. Anteprojecto que compreendia dois modelos de Albergue: o A, com oito quartos e o B, com doze.

⁹⁰ Os arquitectos Secundino Zuazo Ugalde, Pedro Muguruza, Luis Blanco Soler e Fernando García Mercadal e o engenheiro Luis Peypoch de Perera. (Cf. DÍEZ-PASTOR, Concepción, op. cit., p. 77)



Patronato Nacional de Turismo
Anteproyecto de Refugio
Automovilista
Carlos Arniches e
Martín Domínguez, 1928
(imagem DÍEZ-PASTOR, Concepción,
"Carlos Arniches y Martín Domínguez:
arquitectura para el Turismo",
CONGRESO FUNDACIÓN
DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia,
2003. *Arquitectura Moderna y Turismo
1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación
DOCOMOMO Ibérico, 2004, p. 76)

O primeiro *Albergue de Carretera* seria o de Manzanares, no itinerário n.º 7, de Madrid a Cadiz, passando por Córdoba, iniciada a sua construção em 1929 e concluído em 1931. Para este edifício é adoptado o modelo A, de planta de base quadrada⁹¹. Em relação ao *Refugio Automovilista*, este modelo recuperava a Sala de Jantar em semicírculo, com terraço anexo, e a pala em consola sobre a entrada, que, agora, assumia uma forma triangular característica, repetida no corpo da bomba de gasolina. Mas, no geral, o conjunto perdia a imagem mais moderna daquele primeiro estudo, substituindo-se as coberturas planas por telhados de águas. Membros da *Generación del 25*⁹², associada ao primeiro modernismo espanhol, os arquitectos justificavam o compromisso de linguagem no projecto do Albergue pela necessidade de "*adaptar el caso más genérico al más concreto del concurso*"⁹³, que exigia uma aproximação formal dos edifícios ao contexto regional.

⁹¹ "La propuesta (...) B constaba de dos piezas longitudinales paralelas que resaltaban el eje mayor tanto en la planta como en el alzado. El comedor, también semicircular, estaba más cerrado al exterior, lo cual se compensaba con una terraza más amplia y una pérgola. La pieza de los garajes se situaba en un eje perpendicular al principal". (Cit. DÍEZ-PASTOR, Concepción, op. cit., *ibidem*)

⁹² Sobre a *Generación del 25* ver notas de rodapé do Capítulo 3.3..

⁹³ DÍEZ-PASTOR, Concepción, op. cit., *ibidem*.

É a partir desta primeira obra que se definem os elementos que passam a identificar a nova tipologia e que vão ser comuns aos restantes Albergues: a pala/pórtico da entrada, na qual se inscreve o símbolo do PNT e é hasteada a bandeira nacional, e a Sala de Jantar semicircular, aberta à paisagem, com terraço exterior. No interior, marcam presença o grande mural pintado no Vestíbulo, com um mapa dos itinerários turísticos de maior interesse na região, e o recanto da lareira na Sala de Estar, idêntico em todos os Albergues. O mobiliário é desenhado pelos próprios arquitectos, ao encontro do ideal moderno do projecto de arquitectura global e da sistematização de meios e de recursos que orienta a construção destes equipamentos.

O título do artigo de José Moreno Villa, no número de Agosto de 1931 da revista espanhola *Arquitectura*, “Función contra forma, confort contra lujo”, dedicado à inauguração do Albergue de Manzanares, resumia o espírito por detrás deste projecto, que, entre 1931 e 1946, leva à criação de vários *Albergues de Carretera* estrategicamente implantados ao longo do *Circuito Nacional de Firms Especiales*.⁹⁴



⁹⁴ Os lugares inicialmente seleccionados para a construção de Albergues foram doze - Medinaceli, Benicarló, Quintanar de la Orden, Puerto Lumbreras, Antequera, Manzanares, Bailén, Aranda de Duero, La Bañeza, Puebla de Sanabria, Almazán e Triste, sendo que, estes dois últimos, e de acordo com o mapa apresentado, não seriam concretizados.



Albergues de Carretera de la Dirección General del Turismo
Publicação, c. 1940
(imagem www.flickr.com)

Rede de *Albergues de Carretera* do Patronato Nacional de Turismo, Espanha

Mapa, c. 1946
(imagem LÓPEZ, Salvador Guerrero, “Carreteras, turismo y arquitectura moderna: los albergues de automovilistas del Patronato Nacional de Turismo (1928-1946)”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, p. 71)

Voltando a Portugal, é, precisamente, no ano de 1936, quando em Espanha se assiste ao deflagrar de um conflito civil que suspenderia, por três anos, todo o trabalho até então desenvolvido pelo PNT, que se realiza o I Congresso Nacional de Turismo. Estruturado em cinco secções - 1.^a Secção: Organização do Turismo em Portugal; 2.^a Secção: Turismo Nacional e Turismo Internacional; 3.^a Secção: Transportes e Comunicações; 4.^a Secção: Acomodações e Atracções; e 5.^a Secção: Problemas Vários -, o Congresso dava oportunidade a que se apontassem e debatessem os principais problemas do sector. Das conclusões deste encontro salienta-se o consenso geral sobre a urgência da centralização dos serviços de Turismo num único organismo, “*com os poderes e dotações orçamentais necessárias para realizar obra eficiente*”⁹⁵, da elaboração de um Plano Nacional de Turismo, “*que estabeleça as directrizes da intervenção oficial*”, e da delimitação de Zonas de Turismo - “Norte”, “Centro”, “Sul”, “Insular” e “Colonial”⁹⁶, regidas por Comissões Regionais, que deviam orientar a acção das Comissões de Iniciativa Local. Este seria o primeiro passo para a necessária remodelação dos serviços de Turismo portugueses, que, no entanto, só se concretizaria, como foi referido, com a transferência da tutela para o Secretariado de Propaganda Nacional.

Mas, para além de questões de ordem institucional, o Congresso Nacional deu também oportunidade a que fossem apresentadas novas propostas para o sector. Entre elas, e em resposta à denúncia feita pela campanha da “Exposição do Hotel Modelo” lançada pela revista *O Notícias Ilustrado*, Francisco de Lima avançava com o estudo de um novo tipo de instalação turística, “*para a grande massa, para o viajante mais modesto, para o empregado público, para o industrial que deseja conhecer o seu país e instruir-se, para o estudante: as Pouzadas*”.⁹⁷

⁹⁵ “Síntese das Conclusões dos Relatores Gerais”, CONGRESSO NACIONAL DE TURISMO, I, Lisboa, 1936. Lisboa, *Diário de Notícias*/Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1936, p. 3.

⁹⁶ De acordo com a organização proposta pelo Dr. José de Penha Garcia na sua tese apresentada à I Secção. (Cf. GARCIA, José de, “Algumas bases para a organização do Turismo em Portugal”, CONGRESSO NACIONAL DE TURISMO, I, Lisboa, 1936. Lisboa, [s.n.], 1936)

⁹⁷ LIMA, Francisco de, “Pouzadas”, CONGRESSO NACIONAL DE TURISMO, I, Lisboa, 1936.

Francisco de Lima constrói a sua tese no sentido de uma aproximação a um leque de público mais vasto e a uma dimensão regional até então relegada para segundo plano. Incompatível com conceitos como o *Palace* e o *Hotel*, este encontro vai definir-se entre o *Parador* e o *Albergue* espanhóis, numa espécie de versão reduzida do *Hotel Modelo*.

De facto, “Pouzadas” segue de muito perto toda a abordagem regionalista que o concurso de *O Notícias Ilustrado* introduziu no panorama turístico nacional. Esta referência é evidente ao longo de toda a comunicação, em aspectos como a “Localização” e o “Tipo de Construção”, onde o autor chega a sugerir os nomes de Luís Benavente e do próprio Raul Lino como arquitectos a considerar para o caso de construção nova; ou como o “Mobiliário”, o “Tipo de Refeição”, e a “Exploração”, claramente inspirados nos artigos de Sanches de Castro, que haviam já informado a exposição itinerante do “Hotel Modelo”. Outra referência para este trabalho seria o exemplo dos *Paradores*, também abordado por este jornalista nas páginas da revista, e que se traduzia na possibilidade de serem aproveitadas construções antigas para a instalação das “Pouzadas”, desde que oferecessem “*condições de adaptabilidade às exigências actuais de conforto e de vida, sem lhes tirar o seu cunho ou as deformar*”⁹⁸. Em termos de programa, e na perspectiva de descentralização que defende para o desenvolvimento do Turismo português, Francisco de Lima propõe um ajuste de escala à realidade e às necessidades efectivas da “*maioria das pequenas terras de província*”, a partir da definição de um “*tipo mínimo*”, com quatro a dez quartos⁹⁹, muito próximo do *Albergue de Carretera* espanhol e do seu carácter de passagem. Mas, acima de tudo, as “Pouzadas” deviam ser sinónimo de “*conforto sóbrio e económico*”,

Lisboa, [s.n.], 1936, p. 5. (Tese apresentada à IV Secção)

⁹⁸ Idem, *ibidem*.

⁹⁹ Estas instalações, para além de um número de quartos definido entre quatro e dez, deviam ter: um quarto-de-banho; um ou dois W.C.; uma sala de estar com lareira ou fogão que, nas instalações mais modestas, devia funcionar, simultaneamente, como sala de refeições; uma sala de refeições, nos edifícios maiores; instalações de cozinha, copa, rouparia e quartos de pessoal; e uma garagem ou recolha de automóveis, para um mínimo de três carros, em cabinas separadas. No caso de construção nova, o projecto inicial devia sempre prever a possibilidade de ampliação “*sem [se] perder a linha arquitectónica nem o aspecto de conjunto*”. (Cf. Idem, *ibidem*)

traduzido em ambientes simples, de contornos vincadamente regionais e, por isso, de cunho nacional. Naturalmente, para a concretização deste projecto era essencial garantir o apoio financeiro do Estado, afinal o principal interessado na sua realização, por meio da concessão, em condições especiais, dos empréstimos necessários à construção destas estruturas.

Pelo rigor e exaustão que apresenta, a tese de Francisco de Lima revelar-se-ia um instrumento fundamental e concreto da política de Turismo que o SPN iria desenvolver a partir da década de 1940. Enquadrado na “*feição regionalista e folclórica toda assente no mundo rural*”¹⁰⁰ que António Ferro tinha vindo a explorar desde a criação do Secretariado em 1933¹⁰¹, o projecto das “Pouzadas” vai ganhar sentido e dimensão dentro do vasto programa de intervenções que as Comemorações dos Centenários vão impulsionar.

¹⁰⁰ PINA, Paulo, *Portugal: O turismo no século XX*, Lisboa, Lucidus Publicações, 1988, p.95.

¹⁰¹ Instituído em Setembro de 1933, junto da Presidência do Concelho de Ministros, o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) viria a ser um dos principais instrumentos de consolidação e da própria legitimação do Estado Novo, dotando-o do sistema de representação de que precisava para consubstanciar o “*projecto doutrinário totalizante*” pelo qual iria enveredar. Inicialmente centrada no esclarecimento e na divulgação da obra realizada pelo Executivo, num esforço de integração das diferentes intervenções que levaria a cabo, a acção do Secretariado ganha uma outra dimensão à medida que se vão sedimentando os contornos de uma unicidade político-ideológica dentro do regime Salazarista, regulando e incentivando uma mensagem, que se pretendia sistemática e apologética, para “educar” a população segundo o que considerava ser o “interesse nacional”. Neste sentido, este organismo introduzia um novo enquadramento à acção propagandística do Estado, alargando a escala da sua intervenção, enquanto instrumento de manipulação das massas, tanto a nível de forma como de conteúdo. Para dirigir o SPN, António de Oliveira Salazar convida António Ferro, figura algo controversa pelo interesse que revelara, desde o início da década de vinte, numa série de entrevistas publicadas no *Diário de Notícias*, pelas diferentes personagens que vinham a marcar os fascismos nascentes na Europa, após um princípio de carreira associado ao movimento modernista português dos anos dez, de cujo principal motor de acção, a revista literária *Orpheu*, tinha sido editor, a convite de Mário de Sá-Carneiro. Numa primeira entrevista a Salazar, na altura ainda Ministro das Finanças, realizada em 1932 e que seguramente influenciou a sua nomeação para director do Secretariado, António Ferro abordava a necessidade de uma renovação cultural forte e dinâmica que se apoiasse nas experiências artístico-literárias da nova geração, segundo as premissas de que “*a arte, a literatura e a ciência constituem a grande fachada de uma nacionalidade, o que se vê lá de fora*” e, a exemplo do que Benito Mussolini já vinha defendendo em Itália, “*é necessário criar a arte nova dos nossos tempos*”. Estas seriam as referências que iriam guiar Ferro na sua “Política do Espírito”, pedra basilar da acção do SPN, ao longo dos dezasseis anos em que este liderou aquele organismo, e o reflexo de uma “*orientação oficial para a cultura e as artes, explicitamente destinada a educar o gosto dos portugueses no culto de valores estéticos e ideológicos modelares*”. Será através de iniciativas como as Exposições de Arte Moderna e a participação portuguesa nas grandes Exposições Internacionais, promovidas pelo SPN a partir de 1935, ou as Campanhas de “Bom Gosto” e os concursos lançados pela *Panorama: Revista de Arte e Turismo*, criada em 1941, que António Ferro vai estabelecer e divulgar as coordenadas desta política cultural. É, também, através delas que podemos fazer uma leitura do sentido em que evolui o “gosto oficial” ao longo do Estado Novo. (Cf. ROSAS, Fernando (coordenação), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, in SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (direcção), *Nova História de Portugal*, Volume XII, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 396-438)

Lançadas a 27 de Março 1938¹⁰², as Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal inauguravam uma nova etapa na política de realizações do Estado Novo. Depois de uma “Era de Restauração” (1926-1936)¹⁰³, simultaneamente centrada na recuperação do património arquitectónico e artístico nacional¹⁰⁴, enquanto “*expressão privilegiada da identidade cultural do país*”¹⁰⁵ que urgia redimensionar, e na procura de uma imagem que afirmasse a actualidade própria de um novo regime¹⁰⁶,

¹⁰² “Na Era do Engrandecimento, o Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal: Nota Oficiosa”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 27 Março 1938, pp. 1-2.

¹⁰³ Devidamente assinalada pelos festejos comemorativos do “Ano X da Revolução Nacional”, com início em Braga, no dia 26 de Maio de 1936, onde Salazar, em discurso apologetico ao povo, preferiu as célebres palavras “*não discutimos Deus nem a virtude; não discutimos a Pátria nem a sua História; não discutimos a autoridade nem o seu prestígio; não discutimos a família nem a sua moral; não discutimos a glória do trabalho nem o seu dever*”, invocando “*os quatro princípios fundamentais [- Deus, Pátria, Família e Trabalho -] da Revolução ali celebrada, com o peso dos dez anos de sua instalação*”. (Cit. FRANÇA, José-Augusto, *O Ano X, Lisboa 1936: Estudo de Factos Socioculturais*, Lisboa, Editorial Presença, 2010, p. 72)

¹⁰⁴ Os primeiros anos do regime político surgido da revolta de 28 de Maio de 1926 estão associados à campanha paradigmática de restauros da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), criada, em 1929, no Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC). Enquadrada numa perspectiva de exaltação do “*triumfalismo histórico da Nação*”, que Salazar vinha a explorar como fundamento do seu discurso ideológico e que cedo revela a “*vocação patrimonial e museológica*” do Estado Novo, a acção da DGEMN orientou-se segundo “*critérios de validação histórica*” que determinaram a reparação integral de diversos monumentos no sentido do que se entendia ser a sua “*beleza*” e a sua “*traça*” primitivas. Este tipo de intervenções, inspiradas na ideia de “*unidade de estilo*” preconizada por Viollet-le-Duc, seriam frequentes, em Portugal, até à década de 1960, altura em que seriam adoptados os princípios de intervenção patrimonial enunciados na Carta de Veneza (1964). Tratava-se, assim, de reforçar uma leitura simbólica de uma história e de uma memória colectivas que servisse o ideário nacionalista que interessava, agora, desenvolver. Profusamente documentadas em boletins publicados regularmente pela DGEMN a partir de 1935, onde se joga com o impacto produzido pelo confronto entre o estado de ruína em que se encontravam os edifícios e a “*dignidade recuperada*” depois dos trabalhos de restauro como legitimação das opções tomadas, estas intervenções incidiram sobretudo nos monumentos medievais, enquanto testemunhos do “*nascimento e da consolidação do reino de Portugal*” e da “*independência da Nação*”, ganhando especial significado propagandístico no regime de celebrações e de comemorações instituído pelo Estado Novo. (Cf. RODRIGUES, Jorge, “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo”, in AAVV, *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999, p. 72; BRITO, Margarida Acciaiuoli de, op. cit., p. 6; NETO, Maria João B., “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal”, in *Caminhos do Património*, op. cit., pp. 30-34)

¹⁰⁵ Cit. MARTINS, João Paulo, “Portuguesismo: Nacionalismos e Regionalismos na acção da DGEMN. Complexidade e algumas contradições na Arquitectura Portuguesa”, in AAVV, *Caminhos do Património*, op. cit., p. 117.

¹⁰⁶ Paralelamente à campanha de intervenções no plano dos Monumentos Nacionais, o MOPC dava corpo, na capital, a um conjunto de novos equipamentos públicos que marcariam de forma emblemática o panorama da Arquitectura Portuguesa e confirmariam a adesão oficial “*a uma nova linguagem arquitectónica onde se lia também o sinal de uma modernização*”: o Instituto Superior Técnico (1925-1941) e o Instituto Nacional de Estatística (1931-1935), de Pardal Monteiro; o Pavilhão do Rádio do Instituto Nacional de Oncologia (1927-1933), a que já fizemos referência, de Carlos Ramos; o Liceu D. Filipa de Lencastre (1929-1932) e a Casa da Moeda (1933-1941), de Jorge Segurado. É precisamente no Concurso dos Liceus, lançado em 1930, que esta “*vaga modernista de equipamentos públicos*” encontra continuidade. Curiosamente, será a pretexto das críticas ao projecto de Cristino da Silva para o Liceu Nacional Fialho de Almeida (1930-1937), em Beja, mas também da polémica gerada em torno da construção da Igreja de Nossa Senhora de Fátima (1934-1938), em Lisboa, de Pardal Monteiro, que, no final da década de trinta, o poder político acorda para a necessidade de fixar um discurso visual coerente com a sua fisionomia ideológica e se dava a conversão da primeira geração modernista portuguesa a uma linguagem “*pseudonacionalista*”. Apesar da reforma do ensino da Arquitectura, em Setembro de 1932, e da presença atenta, desde 1927,

seguia-se, agora, uma “Era de Engrandecimento” (1940-1945), apostada em consolidar os contornos ideológicos do Estado Novo e em afirmar a integridade territorial e moral da Nação portuguesa, ameaçada no quadro da II Guerra Mundial. E que melhor forma havia de o fazer do que evocar oito séculos de história. Uma “história” criteriosamente reconstruída e reconstituída para fixar uma “identidade” e uma “continuidade”, na qual se inscrevia, por extensão, o novo tempo histórico. Começava, assim, uma nova fase de utilização política da Arquitectura e das Artes. Sem lugar a mais equívocos, clarificavam-se os ideais, políticos e estéticos, identificados com o Regime, em projectos de marcada simbologia nacionalista.



En 1940 le Portugal aura huit siècles d'histoire

Cartazes de Propaganda no Estrangeiro, c. 1938

2.º Prémio Félicien Garcia

3.º Prémio Francisco Keil do Amaral e Maria Keil

(imagens

www.doportoenaoso.blogspot.pt)

Centro das Comemorações e o produto mais emblemático da parceria entre António Ferro, à frente do SPN, e Duarte Pacheco, na direcção da Câmara Municipal de Lisboa e do MOPC¹⁰⁷, a Grande Exposição Histórica do Mundo Português, realizada, em Lisboa, em 1940, apresentou, pela sua visibilidade, a oportunidade certa para cristalizar e divulgar esses ideais. Nela se uniram os esforços de arquitectos e artistas na construção de uma cenografia que, sob a direcção técnica de José Ângelo Cottinelli Telmo (1898-1948), arquitecto-chefe da Exposição, encontra sentido na organização espacial proposta em Belém e, logo a seguir, na do próprio país, num misto de monumentalidade historicizante e de ruralidade pitoresca.

da revista *Arquitectura*, a ausência de um corpo teórico, crítico e pedagógico que consubstanciasse as escolhas formais deste grupo e o seu quase alheamento à dimensão urbanística do Movimento Moderno, na qual se fundamentava a sua força reformadora, facilitou esta conversão, de que o plano de Cristino da Silva para a Praça do Areeiro, de 1938 (mas só aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa em 1943) dava o primeiro sinal. Será só pela mão da segunda geração moderna, apelidada de “funcionalista” (em contraponto à primeira, chamada de “racionalista”), que, ultrapassado o hiato dos anos quarenta, se daria continuidade ao projecto moderno, em Portugal. (Cf. FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930-1974*, 2.ª edição, Porto, Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988, pp. 15-25, e PORTAS, Nuno, “A evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação”, in ZEVI, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*, II Volume, Lisboa, Arcádia, 1977, pp. 705-729)

¹⁰⁷ Duarte Pacheco assume o lugar de presidente da Câmara Municipal de Lisboa entre 1 de Janeiro e 24 de Maio de 1938, tomando posse, no dia seguinte, como Ministro das Obras Públicas e Comunicações, cargo que já havia ocupado de 5 de Julho de 1932 até 17 Janeiro de 1936, sendo substituído na vereação de Lisboa pelo engenheiro Eduardo Rodrigues de Carvalho, seu amigo pessoal e anterior Director Municipal dos Serviços Técnico-Especiais. (Cf. COSTA, Sandra Vaz, *O País a Régua e Esquadro: Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco*, Lisboa, IST Press, 2012, pp. 118-133)



Mas, como apontámos, esta não era uma festa exclusivamente para portugueses e, muito menos, só para lisboetas.¹⁰⁸

Embora a exploração turística não fosse o objectivo por detrás das celebrações centenárias, até pelo contexto internacional adverso, o Presidente do Concelho não deixava de considerar, na Nota Oficiosa de 1938, que *“por dever, por curiosidade, por interesse, muitos estrangeiros visitarão Portugal; e a primeira coisa é saber como poderão ser recebidos e como poderá ser preparada a nossa casa para os acolher”*. Nesse sentido, *“um certo número de problemas”* haviam de ser *“estudados e resolvidos”*, em especial no que se referia *“à entrada no País ou na capital, à facilidade de circuitos turísticos, à vida nas cidades ou nos locais mais apetecidos e apetecíveis, pelo interesse artístico, da paisagem ou de quaisquer características regionais”*.

Exposição do Mundo
Português - Guia Oficial
Mapa Desdobrável
Eduardo Anahory, 1940
(imagem
Centro de Documentação 25 de Abril/
Universidade de Coimbra)

¹⁰⁸ Realizada de 23 de Junho a 2 de Dezembro de 1940, a Exposição do Mundo Português seria visitada por cerca de três milhões de pessoas, com a vinda de diversas excursões provenientes da província e das colónias e a presença de alguns estrangeiros, entre os quais os “primos do Brasil” e *“nomes conhecidos do mundo da pesquisa histórica, professores ou simples eruditos que animaram os oito ‘Congressos do Mundo Português’ que funcionaram simultaneamente em Lisboa, Porto e Coimbra, por secções e temas”*. (Cf. BRITO, Margarida Acciaiuoli de, op. cit., pp. 257-270)

*“E há um mundo de coisas, pequenas umas, outras grandes que têm aqui lugar: o melhoramento das estações ferroviárias fronteiriças; a construção de uma estação marítima, pelo menos, no porto de Lisboa; o aeródromo da Portela de Sacavém; algumas, senão todas, as estradas de acesso imediato à capital; o aperto de certas malhas na rede de estradas, com o qual se completariam ou arredondariam passeios de grande comodidade e beleza; a melhoria de instalações e aperfeiçoamento dos serviços dos hotéis de Lisboa e da província; estabelecimento de um certo número de pousadas em recantos provincianos, onde a iniciativa privada não cuidou até hoje das necessidades de quem viaja ou passeia; maior vigilância na repressão da mendicidade; mais cuidado na limpeza das casas e das ruas, e muitas outras coisas que comissões especiais podem facilmente estudar e promover, desde que estejam compenetradas desta primeira necessidade de estarmos em condições de receber as pessoas que nos visitem.”*¹⁰⁹

A este rol de intervenções juntavam-se, ainda, uma série de “melhoramentos” a realizar na capital e na província¹¹⁰, na qual se integrava a obra já empreendida pela DGEMN: o Plano dos Centenários. É neste quadro de acção que se vai sedimentar o discurso estético-ideológico do Estado Novo. Em função dele, clarificavam-se “modelos prévios programados por tipos”¹¹¹, com algumas variantes e excepções tipológicas consoante a localização dos edifícios, no sentido de definir códigos formais facilmente apropriados pela construção corrente e aplicados em todo o território nacional. Incentivados e impostos pela encomenda oficial, a partir de 1940 estes modelos vão configurar

¹⁰⁹ “Na Era do Engrandecimento, o Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal: Nota Oficiosa”, op. cit.

¹¹⁰ Sobre o vasto programa de intervenções levadas a cabo ao abrigo do chamado “Plano dos Centenários” consultar BRITO, Margarida Acciaiuolli de, op. cit.

¹¹¹ Segundo Nuno Teotónio Pereira, estes modelos seriam cinco: 1. Um modelo nacionalista de raiz historicista, para os liceus (o solar do século XVII) ou para o prédio de rendimento urbano (os estilos joanino e pombalino) com modelos concretos apontados pela Câmara de Lisboa aos projectistas; 2. Um modelo também nacionalista, mas de feição regional, para os bairros sociais, escolas primárias, pousadas, CTT, além das moradias urbanas e suburbanas (a “casa portuguesa”, o “estilo tradicional português”) [Estão também neste caso os edifícios da Caixa Geral de Depósitos e Previdência e os Quartéis da Guarda Nacional]; 3. Um modelo monumentalista, de influência classizante, para os edifícios universitários e, depois, para os Palácios da Justiça; 4. Um modelo específico para a arquitectura religiosa, de estilização medievalista, romano-gótica, por vezes setecentista, para colégios e seminários; 5. Um modelo composto, integrando várias tendências e aplicado nas situações de carácter mais utilitário, onde, melhor do que nas obras de vocação representativa, se podia aceitar uma linguagem de compromisso. (Cf. ROSMANINHO, Nuno, *O princípio de uma ‘Revolução Urbanística’ no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940)*, Coimbra, Minerva Editora, 1996, pp. 41-42, e PEREIRA, Nuno Teotónio, “A Arquitectura de Regime: 1938-1948”, in BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, WANG, Wilfried (organização), *Arquitectura do Século XX: Portugal*, München-New York/Frankfurt am Main/Lisboa, Prestel/Deutsches Architektur Museum/Portugal-Frankfurt 97-Centro Cultural de Belém, 1997, p. 37)

as principais áreas da vida pública, mas, também, privada: a Justiça (Tribunais e Cadeias); o Ensino (Escolas Primárias, Liceus e Edifícios Universitários); a Saúde e a Assistência (Hospitais); a Habitação (Bairros Económicos); as Comunicações (Estradas, Pontes, Viadutos e Estações de Correio, Telefones e Telégrafos); a Administração Pública (Câmaras, Juntas de Freguesia e Caixas Gerais de Depósito); as Forças Armadas (Quartéis e Estaleiros); a Religião (Igrejas); o Desporto (Estádios); a Cultura e o Turismo (Monumentos, Museus e Pousadas).

É, assim, através da campanha de obras públicas do MOPC, impulsionada pelas Comemorações dos Centenários e sustentada ideologicamente pelo SPN, que, no início da década de quarenta, se institui a ideia de uma arquitectura “portuguesa” e de um estilo “nacional”. No final, estes não seriam mais do que uma versão “à portuguesa” dos modelos que proliferavam lá por fora.

Quanto ao Turismo, a área que nos interessa aqui abordar, as obras estruturantes deste programa de realizações seriam a abertura da Estrada Marginal, de Lisboa a Cascais, e da Auto-Estrada Turística até ao Estoril, a construção do Aeroporto da Portela de Sacavém e das Gares Marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde de Óbidos, no porto de Lisboa. Concentradas em torno da capital, estas infraestruturas vinham melhorar consideravelmente o acesso do exterior a Lisboa e, daí, à Costa do Sol, a mais internacional das Zonas de Turismo portuguesas.

A Estrada Marginal e a Auto-Estrada resultavam, como veremos¹¹², do Plano de Urbanização da Costa do Sol (PUCS), desenvolvido, entre 1933 e 1936, pelo urbanista francês Donat-Alfred Agache. Já em 1931, a Brigada de Estudos da Junta Autónoma de Estradas (JAE) tinha sido encarregada de estudar, na sequência do Decreto-Lei N.º 19:252, de 19 de Janeiro, que determinava a intervenção do Estado no triângulo turístico Lisboa-Sintra-Cascais, as “Bases para o projecto de uma estrada de turismo

¹¹² Ver Capítulo 2.3..



Planta da Cidade de Lisboa
 (com indicação das obras realizadas pelo Engenheiro Duarte Pacheco e principais artérias do Plano de Urbanização da cidade) (imagem “Realizações na Cidade de Lisboa”, *Revista Municipal: Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa*, Lisboa, Número Especial dedicado à memória do engenheiro Duarte Pacheco, Janeiro 1944, p. 48)

entre Lisboa (fim da Avenida da Índia) e Cascais (Cidadela)” que viesse substituir a EN 11-1.^a, aproveitando de forma mais adequada “o conjunto ininterrupto das belezas naturais de toda a costa desde Algés a Cascais”¹¹³. Uma estrada moderna, com dimensão e traçado apropriados às características de uma via daquela natureza, e que “não poder[ia] deixar de ser uma estrada marginal, digna continuação da Avenida da Índia”¹¹⁴. Sem consequências imediatas,

¹¹³ SANTOS, Carlos “Estradas: Bases para o projecto de uma estrada de turismo entre Lisboa e Cascais”, *ACP: Revista Ilustrada de Automobilismo e Turismo*, Lisboa, N.º 11, Agosto 1931, p. 34.

¹¹⁴ Idem, p. 40.

este projecto viria a ser recuperado, em 1934, no âmbito do PUCS, pelo Decreto-Lei N.º 24:453, de 1 de Setembro, que autorizava a JAE “*a mandar proceder ao levantamento topográfico da região compreendida entre Algés e Cascais, (...), para efeitos de se poder estudar um conveniente plano geral de urbanização e demarcar, com rigor, a rede de estradas que serve a região*”.¹¹⁵

A Auto-Estrada, por seu lado, sugerida por Agache no seu plano, introduzia, em Portugal, um novo conceito de via rápida de circulação automóvel. Considerada uma tipologia rodoviária segura, quer em termos de concepção, quer da sua realização¹¹⁶, a construção da auto-estrada era apresentada, também, como um importante factor de prosperidade para a cidade de Lisboa e para a região, no presente e no futuro, ao mesmo tempo que constituía um “*maravilhoso instrumento de propaganda turística*”.¹¹⁷

“*O início urgente dos trabalhos de construção do 1.º troço da Estrada de Lisboa para o Estoril e Cascais, de ligação de Lisboa ao grande Estádio que iria ser construído no Vale do Jamor,*”¹¹⁸ é anunciado por Duarte Pacheco em declarações à revista do ACP, em Outubro de 1935¹¹⁹, “*tendo já nessa data sido aberto concurso para a sua construção*”. Naturalmente, o afastamento do ministro, em Janeiro seguinte, da pasta das Obras Públicas suspenderia todo o processo de urbanização da região, só sendo retomado, dois anos depois, com a sua recondução no cargo. É nessa altura que um novo decreto “*permite que se comecem desde já, antes de aprovados todos os projectos que fazem parte dos planos gerais, as obras da estrada marginal e da auto-estrada entre Lisboa e Cascais*”.¹²⁰

¹¹⁵ Decreto-Lei N.º 24:453, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 206, 1 Setembro 1934, p. 1664.

¹¹⁶ Construída à margem dos aglomerados urbanos existentes, ainda que articulada directamente com as principais vias que lhes davam acesso, o traçado de uma auto-estrada respondia a uma série de exigências técnicas e de circulação que lhe garantiam maior segurança que as vias normais de circulação, entre elas: todos os cruzamentos serem desnivelados, as inclinações dos perfis longitudinais não ultrapassarem os 7%; os raios de curvatura serem regulamentados, as quatro faixas de circulação (duas em cada sentido) serem divididas por um separador central e protegidas por um sistema lateral de vedação, que impedia o atravessamento do eixo viário por animais ou pessoas. (Cf. AGACHE, Donat-Alfred, *Lisbonne - Urbanisation de la Région Ouest - Autoestrade Touristique: Considerations generales*, Paris, [s.n., s.d.], p. 3)

¹¹⁷ *Idem*, p. 6.

¹¹⁸ SANTA-RITA, António José de, *As Estradas em Portugal: da Monarquia ao Estado Novo (1900-1974)*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2006, p. 162.

¹¹⁹ ACP: *Revista Ilustrada de Automobilismo e Turismo*, Lisboa, N.º 59, Outubro 1935, p. 10.

¹²⁰ Decreto-Lei N.º 29:043, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 233, 7 Outubro 1938, p. 1382.



8 - Estrada Marginal

Lisboa-Cascais e

9 - Acesso ao Estádio Nacional

(imagens “Realizações na Cidade de Lisboa”, *Revista Municipal: Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa*, Lisboa, Número Especial dedicado à memória do engenheiro Duarte Pacheco, Janeiro 1944, pp. 63 e 64)

Aproveitando parte do traçado da antiga Estrada Nacional N.º 11-1.^a, a Estrada Marginal estaria concluída a tempo das comemorações de 1940, servindo como principal acesso à capital a partir da Costa do Sol. Já a Auto-Estrada ficaria, inicialmente, reduzida ao seu troço de Lisboa até ao Estádio Nacional, só finalizado, a 28 de Maio de 1944, com a inauguração do Viaduto Duarte Pacheco.

No outro extremo da cidade, a construção do Aeroporto da Portela de Sacavém vinha a ser equacionada pela Câmara Municipal de Lisboa desde 1936, ano em que começam a ser efectuadas “*as aquisições e expropriações dos terrenos necessários e a preparar alguns estudos preliminares*”, “*compreendendo os seus acessos à cidade, à rede de estradas nacionais e à orla fluvial*”¹²¹. Dois anos depois, em Julho de 1938, este equipamento é enquadrado no Plano dos Centenários, “*entende[ndo] o Governo dever colaborar com a Câmara na sua realização*” por “*se trata[r] de um melhoramento de interesse geral, cuja execução se torna cada vez mais urgente*”.¹²²

¹²¹ Decreto-Lei N.º 28:882, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 171, 26 Julho 1938, pp. 1125-1126.

¹²² Idem, p. 1126.



De acordo com a legislação então aprovada, e partindo do pressuposto inicial de que o novo equipamento se destinava “ao serviço da aviação civil e da aviação militar”¹²³, o plano geral do aeroporto e dos seus acessos, os trabalhos de urbanização complementares, o projecto das instalações destinadas à aviação civil e do campo de aterragem, assim como a execução de todos estes trabalhos, seria da responsabilidade da Câmara Municipal, cabendo ao Estado elaborar os projectos das instalações destinadas à aviação militar e “as obras de protecção e defesa julgadas necessárias”.

Para realizar o projecto das instalações do aeroporto civil é encarregado o arquitecto Francisco Keil do Amaral, autor do Pavilhão de Portugal da Exposição Internacional de Paris, de 1937, e técnico dos Serviços de Urbanização da CML, desde Novembro de 1939.¹²⁴

21 - *Aeroporto de Lisboa* (imagens “Realizações na Cidade de Lisboa”, *Revista Municipal: Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa*, Lisboa, Número Especial dedicado à memória do engenheiro Duarte Pacheco, Janeiro 1944, pp. 85 e 86)

¹²³ Em 1944, um novo Decreto determinava que o Aeroporto de Lisboa se destinasse exclusivamente à aviação civil e, só em circunstâncias excepcionais, poderia ser utilizado pelo Governo para fins militares. (Decreto-Lei N.º 33:520, *Diário do Governo*, I Série, N.º 27, 9 Fevereiro 1944)

¹²⁴ Lugar que ocupa durante dez anos, encarregue de “reordenar os espaços verdes da cidade de Lisboa, Parque Eduardo VII e Campo Grande, e criar o Parque de Monsanto”. (Cit. FERREIRA, Raúl Hestnes, “Keil Amaral e a Arquitectura”, in AMARAL, Francisco Pires Keil (coordenação), *Keil Amaral Arquitecto: 1910-1975*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1992, p. 62)

Questionando a utilização, generalizada na década de trinta, de modelos internacionais nos programas de índole mais utilitária, a proposta de Keil para a “Aerogare” do Aeroporto de Lisboa aproximava-se da “*silhueta doméstica de uma casa com telhado, o que, apesar do reduzido movimento da época, não correspondia propriamente à imagem [de modernidade e de progresso] que essa infraestrutura sugere*”¹²⁵. Silhueta que contrastava com a plasticidade volumétrica e a clareza espacial alcançadas no interior, ainda que atenuadas pela “rusticidade” dos motivos decorativos utilizados para caracterizar os ambientes criados. Numa abordagem de sentido culturalista, que vai marcar o percurso deste arquitecto e, com ele, o da arquitectura portuguesa, nas décadas seguintes, esta obra anuncia o início de uma procura de conciliação entre modernidade e tradição, como o caminho para uma arquitectura autêntica.¹²⁶



Aeroporto de Lisboa
Fotografias de
Horácio Novais, c. 1942
(imagens
Biblioteca de Arte FCG)

O conjunto era completado por uma “*extensa plataforma acompanhando a pista, equipada com bancos e bebedouros*” cuja construção o arquitecto justificou, em tom de brincadeira, ser “*para as pessoas virem dar amendoins aos aviões*”¹²⁷. A verdade é que este veio a ser um dos locais preferidos da capital para a população lisboeta vir passear ao fim-de-semana.

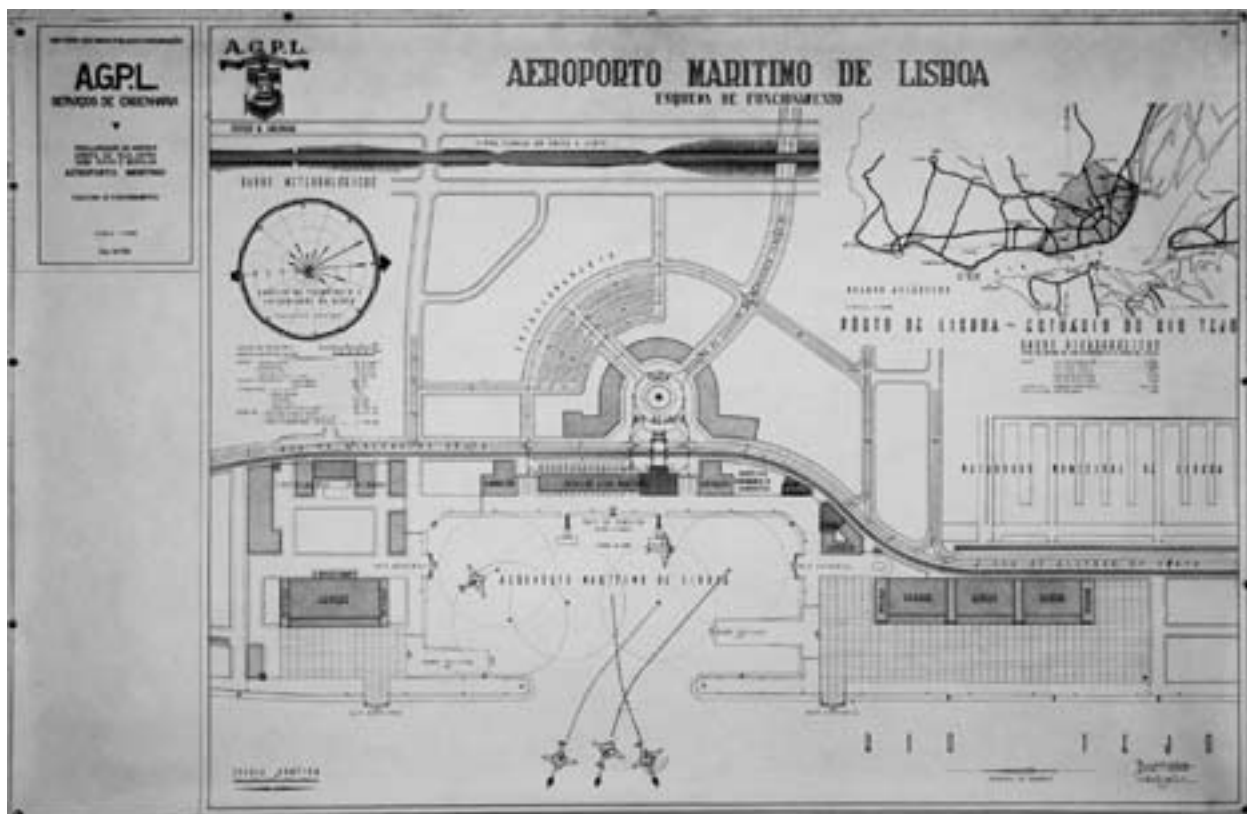
Aeroporto de Lisboa
Fotografia de Horácio Novais,
c. 1942
(imagem
Biblioteca de Arte FCG)



¹²⁵ Idem, p. 58.

¹²⁶ Keil seria ainda responsável, no final dos anos quarenta, por diversas intervenções no Aeroporto de S. Jacinto, em Aveiro, e pelos “*projectos para os aeroportos de Braga (1946) e de Luanda (1950), para o esquema geral de urbanização e para a habitação do director do Aeroporto de Santa Maria, nos Açores, e seria o autor de uma série de delegações da TAP, inauguradas na década de cinquenta, em Lourenço Marques, Paris, Luanda, Porto, Madrid, Londres, Rio de Janeiro e Lisboa*”. (Cit. BANDEIRINHA, José António (coordenação científica), *Keil do Amaral: Obras de Arquitectura na Beira. Regionalismo e Modernidade*, Lisboa, Argumentum, 2010, p. 88)

¹²⁷ Cit. SILVA, José Antunes da, “Um Grande Homem Discreto”, in AMARAL, Francisco Pires Keil (coordenação), *Keil Amaral Arquitecto: 1910-1975*, op. cit., p. 13.



Com a entrada em funcionamento do Aeroporto da Portela de Sacavém, a 18 de Outubro de 1942, o Governo aprova, no dia seguinte, um novo Decreto-Lei que previa a construção, em Cabo Ruivo, de um Aeroporto Marítimo. Integrado nos melhoramentos promovidos pela Administração Geral do Porto de Lisboa (AGPL) na Zona Industrial compreendida entre o Poço do Bispo e a Ribeira de Sacavém, este equipamento resultava “*indispensável [para a] ligação [da capital] com as rotas aero-marítimas internacionais*”.¹²⁸

Desde 1939 que a *Pan American World Airways*¹²⁹ efectuava voos regulares entre Nova Iorque e Lisboa, com escala nos Açores, utilizando hidroaviões “Clipper” - Boeing 314 que aterravam no “Mar da Palha”. O transbordo de passageiros era feito de barco até ao cais-ponte existente junto às primeiras instalações do Aeroporto Marítimo de Cabo Ruivo (com delegação da *Pan-Am*), situadas, na margem direita do Tejo, numa correnteza de pavilhões com ar de construções “típicas”.

*Aeroporto Marítimo de Lisboa
Esquema de Funcionamento*
Eng. Fernando Santos Silva e
Arq. Paulo de Carvalho Cunha,
c. 1942
(imagem
www.restosdecoleccion.blogspot.pt)



*Primeiras instalações do
Aeroporto Marítimo de Cabo
Ruivo*
Fotografia, c. 1940
(imagem www.narotadoyankeclipper.blogspot.pt)

¹²⁸ Decreto-Lei N.º 32:331, *Diário do Governo*, I Série, N.º 242, 19 Outubro 1942, p. 1256.

¹²⁹ Representada, em Portugal, pela Sociedade Técnica e Marítima.

O plano de obras idealizado para toda esta frente ribeirinha, da autoria do engenheiro Fernando Santos Silva e do arquitecto Paulo de Carvalho Cunha, procurava conferir uma outra dignidade e conforto à chegada dos passageiros a Lisboa, avançando com a construção de uma nova “Estação Aero-Marítima”, com ligação à linha ferroviária, e de uma “Doca” protegida, que garantia uma maior segurança nas operações de amaragem dos aparelhos. Por outro lado, as instalações de Cabo Ruivo passavam a estar equipadas com diversos edifícios de apoio técnico e de manutenção - hangares, armazéns e depósitos de combustível - indispensáveis ao funcionamento de uma estrutura deste tipo. Reservado aos voos transatlânticos, a ligação com o resto da Europa era efectuada a partir do Aeroporto da Portela de Sacavém, incluindo-se no plano geral o projecto de uma via de ligação rápida, em automóvel, entre aqueles dois equipamentos - a “Avenida Entre-os-Aeroportos” (actual Avenida de Berlim).

Acusando as dificuldades financeiras sentidas nos últimos anos da II Guerra Mundial, as obras do Aeroporto de Cabo Ruivo teriam início só em 1947, acabando por apenas se construir a doca marítima, que, com a desactivação daquela estrutura no início dos anos sessenta, passaria a funcionar exclusivamente como cais portuário e zona de armazenamento de contentores, agora conhecida como a Doca dos Olivais.¹³⁰

Aeroporto Marítimo de
Cabo Ruivo
Doca
Fotografia, c. 1947
(imagem
www.ex-ogma.blogspot.pt)



¹³⁰ Neste local veio a realizar-se a Expo'98 - Exposição Mundial de Lisboa, sendo os terrenos da antiga zona portuária reabilitados e requalificados para receber este evento e, de seguida, reconvertidos numa nova área de expansão urbana, na zona oriental da cidade.



Aeroporto de Pedras Rubras,
Porto

Fotografia Aérea, c. 1945

(imagem

www.restosdecoleccion.blogspot.pt)

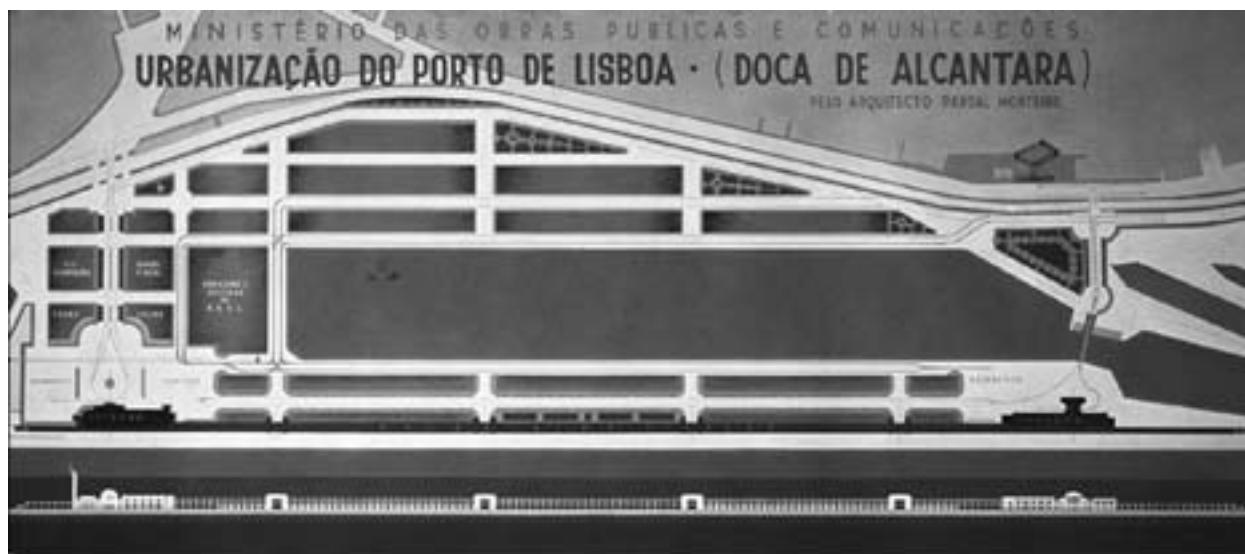
Embora não englobado no Plano dos Centenários, ainda nos anos quarenta é também inaugurado o Aeroporto de Pedras Rubras¹³¹, no Porto, realizando-se o voo inaugural, até Lisboa, a 2 de Dezembro de 1945.

Voltando ao porto de Lisboa, mas, agora, à parte ocidental da cidade, desde 1932 que a AGPL projectava a construção de duas gares marítimas, uma em Alcântara e a outra na Rocha do Conde de Óbidos, para apoiar do embarque e desembarque de passageiros dos paquetes de longo curso que faziam escala na capital portuguesa. Na sequência da divergência de opiniões que se estabelece entre a Administração Geral do Porto de Lisboa e o Conselho Superior de Obras Públicas¹³², quanto à melhor localização de uma gare marítima, Duarte Pacheco encarrega a DGEMN de avançar com o processo. Nesse sentido, em Janeiro de 1934, o arquitecto Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957) é convidado a elaborar o projecto para as gares sugeridas pela AGPL, trabalho que estaria concluído em Outubro de 1936. Com Duarte Pacheco, entretanto, afastado do MOPC, só em 1938 se voltaria a equacionar a questão das gares marítimas, que assume carácter prioritário no programa de intervenções a realizar até à celebração dos Centenários.

¹³¹ Cujá construção é regulada pelo Decreto-Lei N.º 30:602, publicado a 19 de Julho de 1940. (Cf. Decreto-Lei N.º 30:602, *Diário do Governo*, I Série, N.º 166, 19 Julho 1940.

¹³² Sobre o processo da construção das Gares Marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde de Óbidos ver COSTA, Sandra Vaz, op. cit., pp. 184-192.

Pensadas, tal como o Aeroporto, enquanto novas portas de entrada na cidade e no país, as Gares Marítimas não estariam, no entanto, prontas para a grande celebração. A de Alcântara só entra em funcionamento a 7 de Julho de 1943 e a da Rocha do Conde Óbidos a 19 de Junho de 1948. Inicialmente, foram projectadas como um conjunto único, ligadas entre si por uma passagem aérea, com cerca de um quilómetro de extensão, elemento que dava uma certa unidade arquitectónica à intervenção e à frente urbana ribeirinha. Essa ideia é claramente expressa no plano para a *Urbanização do Porto de Lisboa - (Doca de Alcântara)* que realiza, também, para a Administração do Porto de Lisboa. Os elevados custos da obra determinariam, no final, a não concretização desta ligação superior, assim como da “torre-relógio-semáforo” idealizada para a Gare Marítima de Alcântara.



*Ministério das Obras
Públicas e Comunicações
Urbanização do Porto de
Lisboa - (Doca de Alcântara)*

Porfírio Pardal Monteiro,
c. 1940

(imagem

TOSTÕES, Ana, *Fotobiografias Século
XX: Pardal Monteiro*, Mem Martins,
Círculo de Leitores e Autores, 2009,
p. 94)

Partindo de um programa quase idêntico, ambos os edifícios se organizam segundo uma mesma lógica funcional, reservando-se o piso superior para os passageiros e o inferior para as mercadorias e bagagens. O principal momento espacial nas duas composições seria o “Grande Hall” de chegada e partida, um volume cúbico de pé-direito imponente, animado por frescos de Almada Negreiros. No exterior, como no interior, a marcação assumida do sistema estrutural confere ritmo e expressão plástica ao jogo de volumes, ortogonais e curvos, proposto, reforçando o carácter moderno

destes dois equipamentos.



Gare Marítima de Alcântara
Fotografia da frente fluvial e do
grande hall interior
(imagens
TOSTÕES, Ana, *Fotobiografias Século
XX: Pardal Monteiro*, Mem Martins,
Círculo de Leitores e Autores, 2009,
pp. 119 e 121)



Gare Marítima da Rocha do
Conde de Óbidos
Fotografia da frente fluvial e do
grande hall interior
(imagens
TOSTÕES, Ana, *Fotobiografias Século
XX: Pardal Monteiro*, Mem Martins,
Círculo de Leitores e Autores, 2009,
pp. 122 e 123)

Interessante é notar o contraste de linguagens que se estabelece entre o Aeroporto da Portela de Sacavém e as Gares Marítimas, deixando adivinhar as diferentes sensações que projectavam sobre os visitantes estrangeiros, à sua chegada à capital portuguesa, e o retrato, completamente oposto, que transmitiam do país. Assim, a partir destes edifícios e de uma forma, talvez, demasiado linear, poderíamos resumir a imagem turística de Portugal, nos anos quarenta, a uma de modernidade, no litoral, e a uma de tradição, no interior.

Mas vão ser as Pousadas, e, por isso, o “interior”, a marcar de forma inequívoca o discurso e o panorama turístico português desta altura. Este conceito, como vimos, seria programaticamente definido por Francisco de Lima, em 1936¹³³, e formalmente concretizado pelo SPN/SNI, de António Ferro, a partir de 1939. E de tal maneira concentra toda a ideologia que suporta a “Política do Espírito” oficial, que falar de Turismo, ou mesmo de Cultura ou Propaganda, e do Estado Novo é o mesmo que falar do projecto das Pousadas de Portugal.

Projecto de Turismo inovador, em Portugal, nos termos em que pensa uma estratégia de intervenção à escala do território nacional, elegendo e promovendo diferentes pontos de interesse turístico e dotando-os de modernas estruturas hoteleiras, as Pousadas vão saber explorar e estabelecer uma importante rede de relações territoriais. Implantadas, à semelhança dos *Albergues de Carretera* espanhóis, em pontos chave dos principais itinerários rodoviários do país, dividindo-os em etapas, as primeiras sete estruturas deste tipo a ser construídas vão procurar responder a necessidades específicas, actuando objectivamente sobre o território e, com ele, construindo um sistema coerente e racional, ao contrário do “Concurso do Hotel Modelo”, exercício algo abstracto e académico, na medida em que trabalha objectos contextualmente descontextualizados.

*“Devendo, pelo seu estilo e côr local, integrar-se tanto quanto possível no pitoresco das regiões, tendo em vista o objectivo essencial da propaganda turística”*¹³⁴, estes equipamentos vão dar continuidade e fundamento à ideia de uma *“hotalaria de fisionomia nacional”*¹³⁵ promovida pelo Hotel Modelo e defendida por Francisco de Lima na sua tese. Observado o necessário ajuste programático à dimensão real do país¹³⁶, as Pousadas vão definir-se

¹³³ Ainda que exista uma referência anterior, numa comunicação apresentada ao I Congresso da União Nacional, de 1934, por Duarte Ferreira, à construção de estruturas deste tipo, o conceito só ganha pleno sentido com a definição de um modelo tipológico por Francisco de Lima.

¹³⁴ Decreto-Lei N.º 31:259, *Diário do Governo*, I Série, N.º 106, 9 Maio 1941, p. 269.

¹³⁵ PINA, Paulo, *Portugal: O turismo no Século XX*, Lisboa, Lucidus Publicações, 1988, p. 119.

¹³⁶ Conforme o que Francisco de Lima preconiza na tese “Pousadas”, estas estruturas vão-se caracterizar pela sua pequena escala, propondo *“um tipo de instalação mais simples e económico”* que o Hotel, *“organização incompatível para a maioria das pequenas terras de província”*. Todas elas adoptam o “tipo mínimo” definido pelo autor no ponto dedicado à “Instalação”: 4 a 10 quartos;

“entre o que deveria ser uma habitação e um hotel”¹³⁷, sustentando um modelo muito próximo da “Casa Portuguesa”¹³⁸, não só pelo evidente paralelo que se estabelecia em termos de programa e de escala, mas também pelo sentido de retorno a uma “*perdida harmonia no mundo da nossa architectura*”¹³⁹, agora reduzida a certos tiques formais identificados com uma tradição construtiva e a um “espírito do lugar”, condensado em panorâmicas relações com a paisagem.

Tudo isto rematado por subtis enquadramentos de “sabor rústico”, agenciados pelos artistas-decoradores do SPN/SNI sobre idílicas interpretações de uma vivência rural, que se prestava ao imaginário nacionalista e conservador do Regime, e legitimado por um notável grupo de santos - Santa Luzia, S. Gonçalo, Santo António, S. Martinho, S. Brás, S. Tiago e S. Lourenço. Estas Pousadas resumiam, assim, e de forma exemplar, os valores basilares da acção de propaganda ideológica do Estado Novo, condensados na trilogia “Deus, Pátria, Família” divulgada nas “Lições de Salazar”, de 1938. Qualquer semelhança entre o ambiente retratado no cartaz de Martins Barata e o destas novas unidades hoteleiras, em que o hóspede deveria ter a impressão, não de ter entrado num hotel “*onde passará a ser conhecido pelo número do seu quarto, mas na sua própria casa de campo onde o aguardam os criados da sua lavoura*”¹⁴⁰, não era coincidência.

Sala de Refeições, com lareira, que funciona, simultaneamente, como Sala de Estar; zona de serviço com copa, cozinha e quartos para o pessoal; e garagem ou recolha de automóveis. (Cf., Lima, Francisco de, op. cit., p. 5)

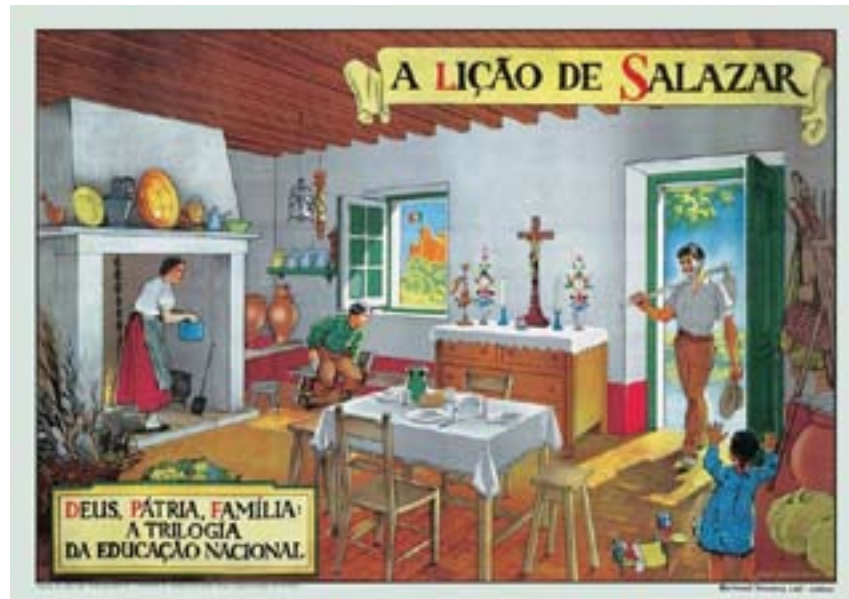
¹³⁷ BRITO, Margarida Acciaiuoli de, op. cit., p. 566.

¹³⁸ A definição das Pousadas seria da responsabilidade da Comissão Organizadora do Programa Preliminar dos Centenários, de cujo pelouro do Turismo fazia parte Raul lino. Presença constante na discussão e construção ideológica de uma arquitectura de feição nacional, a sua obra constituiu referência incontornável e basilar para o discurso estético regionalista do Estado Novo, de que as Pousadas, enquanto estruturas hoteleiras oficiais, também deviam ser expressão. Mas se a pesquisa metodológica de Raul Lino, “*o seu entendimento das relações da obra com o contexto paisagístico, das relações entre os espaços, um certo sentido do maravilhoso e a sua alegria, repetindo palavras de Vieira de Almeida a que eu acrescentaria o conhecimento da natureza dos materiais e do seu uso na construção, (...) lhe confere a possibilidade de uma leitura moderna*”, a sua banalização e sistematização em receituário, imposto e “*aproveitado pelo salazarismo*”, iria degenerar “*num decorativismo ridículo cuja síntese genial está feita no fado da Amália - é uma casa portuguesa com certeza*”. (Cit. COSTA, Alexandre Alves, “A Problemática, a Polémica e as Propostas da Casa Portuguesa”, in *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa: Outros textos sobre Arquitectura Portuguesa*, Porto, FAUP Publicações, 1995, pp. 57-72)

¹³⁹ LINO, Raul, *Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*, 11.ª edição, Lisboa, Edições Cotovia, 1992, p. 110.

¹⁴⁰ “Discurso do Director do Secretariado da Propaganda Nacional, em 27 de Março de 1943, na Sede do S.P.N.”, in *Pousadas do SNI*, Lisboa, Edições SNI, 1948.

A Lição de Salazar
Deus, Pátria, Família: A
Trilogia da Educação Nacional
Cartaz
Martins Barata, 1938
(imagem
www.restosdecoleccion.blogspot.pt)



“Maquetas animadas, espalhadas pelo país onde se tornará fácil colher ensinamentos, apreender e desenvolver certas ideias”, as Pousadas seriam “construídas e arranjadas com o intuito principal de servir de modelo a esta nova orientação da indústria hoteleira em Portugal”¹⁴¹. Para fixar esse modelo tinha sido feita uma primeira experiência na Estalagem do Lidador, em Óbidos¹⁴². Protótipo experimental da imagem que se pretendia que viesse a caracterizar as Pousadas, coube ao arquitecto Jorge Segurado e ao decorador Paulo Ferreira a tarefa de fixar os termos em que aquela se ia formular.

Inaugurada a 16 de Agosto de 1940, esta antiga pensão seria transformada na expressão de uma “*veracidade regional*”¹⁴³ que procurava aliar a arte popular, nas suas vertentes arquitectónica e ornamental, a um renovado conceito de conforto. Veracidade logo subvertida, em nome de um “Bom Gosto”, por híbridas estilizações de “*harmonias rústicas*”¹⁴⁴ cuja vulgarização teria equivalência num estilo próprio, ainda hoje com os seus reflexos:

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Uma vez transferida a pasta do Turismo para a dependência do SPN, António Ferro lança este primeiro desafio na perspectiva destas novas unidades hoteleiras estatais passarem para a sua tutela, o que acontece em 1941, com o Decreto-Lei N.º 31:239 de 9 de Maio, sendo depois colocadas “*sob regime de concessão a particulares*”, tal como Francisco de Lima advogava na sua tese, na alínea dedicada à “Exploração”. (Cf. Pina, Paulo, op. cit., *ibidem*)

¹⁴³ SANTOS, Rui Afonso, “O design e a decoração em Portugal: 1900-1994”, in PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 478.

¹⁴⁴ BRITO, Margarida Acciaiuoli de, op. cit., 566.

“o estilo português de 1940, não um estilo arte-nova, mas um estilo moderno, forte, novo, saudável, que venha do passado sacudindo a poeira do caminho”.¹⁴⁵

O resultado desta primeira experiência seria publicado no número de Julho de 1941 da *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*¹⁴⁶, num artigo da “Campanha do Bom Gôsto” em que se clarificava o alcance do novo estilo:

“Claro que se trata dum género de decoração que só está indicado para aqueles estabelecimentos que, dentro ou fora das cidades, adoptem a culinária tradicionalmente portuguesa. As características arquitectónicas e ornamentais, o mobiliário, as louças, os talheres e todos os utensílios nêles empregados, devem, quanto possível - além de obedecer, no conjunto, às regras elementares da lógica e da estética - harmonizar-se com a paisagem, a arte, os usos e os costumes das respectivas regiões.

Convém, ainda, não esquecer que esta espécie de bom gôsto implica veracidade regional e que, portanto, é incompatível com as falsas e despropositadas estilizações folclóricas.”¹⁴⁷



Estalagem do Lidador, Óbidos
Fotografias, 1940

(imagens
“Campanha do Bom Gôsto”,
Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, I Série, N.º 2, Julho 1941,
p. 20)

Nesse mesmo ano é publicada, como vimos, a *Cartilha da Hospedagem Portuguesa: Adágios novos para servirem a tôda a hospedaria que não quizer perder a freguesia*.¹⁴⁸

¹⁴⁵ FERRO, António, “Carta aberta aos portugueses de 1940”, in *Comemorações Centenárias: Programa Oficial*, Lisboa, Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários, 1940.

¹⁴⁶ Um dos principais órgãos de propaganda e divulgação da política e da acção cultural do Estado Novo, esta revista esteve em circulação entre 1941 e 1973, inicialmente sob a direcção do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), passando para a tutela do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), criado pelo Decreto-lei N.º 33:545, de 23 de Fevereiro de 1944, e, finalmente, para a alçada da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT), instituída pelo Decreto-Lei N.º 48:686, de 15 de Novembro de 1968.

¹⁴⁷ “Campanha do Bom Gôsto”, *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, I Série, N.º 2, Julho 1941, p. 20.

¹⁴⁸ *Cartilha da Hospedagem Portuguesa: Adágios novos para servirem a tôda a hospedaria que não*

Página seguinte:

ACP

Mapa do Estado das Estradas
de Portugal
1952

com a localização das sete
primeiras Pousadas de Portugal
(imagem
www.restosdecoleccion.blogspot.pt)

1. Pousada de S. Gonçalo, Marão
Rogério de Azevedo, 29 Agosto 1942

2. Pousada de Santo António, Serém
Rogério de Azevedo, 24 Setembro
1942

3. Pousada de S. Lourenço, Manteigas
Rogério de Azevedo, 15 Março 1948

4. Pousada de S. Martinho, Alfeizerão
António Veloso dos Reis Camelo, 25
Agosto 1943

5. Pousada de Santa Luzia, Elvas
Miguel Jacobetty Rosa, 19 Abril 1942

6. Pousa de S. Tiago, Santiago do
Cacém
Miguel Jacobetty Rosa, 10 Fevereiro
1945

7. Pousada de S. Brás, S. Brás de
Alportel
Miguel Jacobetty Rosa, 11 Abril 1944
(imagens
Arquivo de Fotografia de Lisboa
CPF/MC)

Se os interiores eram da responsabilidade do SPN/SNI, da construção dos edifícios, em si, seriam encarregados os serviços do MOPC, através da sua Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Para realizar os projectos das primeiras Pousadas Regionais são convidados os arquitectos Rogério de Azevedo (1899-1983), Miguel Jacobetty Rosa (1901-1970) e António Maria Veloso dos Reis Camelo (1899-1985), distribuídas as encomendas por regiões. Assim, as pousadas de Elvas (1942), de São Brás de Alportel (1944) e de Santiago do Cacém (1945), na região “Sul”, seriam entregues a Jacobetty Rosa, enquanto que as do Marão (1942), do Serém (1942) e de Manteigas (1948), nas regiões “Centro-Norte”, a Rogério de Azevedo. Excepcionalmente, a Veloso dos Reis Camelo é entregue a realização do projecto da Pousada de Alfeizerão (1943), na região “Centro”.¹⁴⁹

A escolha destes três arquitectos não era casual. Rogério de Azevedo tinha realizado, entre 1933 e 1935, os “Projectos-tipo Regionalizados” de novas escolas primárias para os distritos do Norte e Centro¹⁵⁰, por encomenda da DGEMN¹⁵¹, e, em 1936, tinha iniciado o projecto de restauro do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães. Jacobetty Rosa e Veloso Reis Camelo, por seu lado, haviam ganho o Prémio Valmor, de 1931, pelo projecto da Moradia Manuel Roque Gameiro, na Rua de Infantaria, no Campo de Ourique, em Lisboa, considerada a primeira obra modernista a ser distinguida com este prémio. Mas será, certamente, pela sua colaboração com o MOPC, o primeiro enquanto arquitecto da CML¹⁵² e o segundo pela sua participação na Exposição do Mundo

quizer perder a freguesia, Lisboa, Edições do Secretariado de Propaganda Nacional, 1941.

¹⁴⁹ A 7 de Junho de 1939 foi anunciada, no *Diário de Notícias*, a construção de oito Pousadas: no Marão, na Serra da Estrela, no Vouga, no Algarve, em Alfeizerão, em Elvas, na Arrábida e em Sines, sendo sete delas encomendadas logo em Setembro de 1938. Destas, as duas últimas não teriam seguimento, pelo menos dentro da rede oficial de Pousadas, sendo acrescentada, mais tarde, uma unidade em Santiago do Cacém.

¹⁵⁰ A Raúl Lino caberiam os “Projectos-tipo Regionalizados” para os distritos do sul. (Cf. *Muitos anos de Escolas: Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941*, Volume I, Lisboa, Ministério da Educação - Direcção-Geral de Administração Escolar, 1990, pp. 199-248)

¹⁵¹ Embora fazendo parte dos Serviços da Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte, de 1933 a 1940, a encomenda seria feita “em regime de ajuste particular” sendo os projectos desenvolvidos no seu escritório pessoal, no Porto, alguns deles em parceria com Baltazar de Castro (1891-1967), também funcionário, desde 1929, da Direcção dos Monumentos da DGEMN, chegando a seu Director em 1936. (Cf. *Idem*, p. 201)

¹⁵² Nesta categoria, Miguel Jacobetty Rosa colabora, em 1937, nas obras da Estrada Marginal (sendo

Português, para a qual projecta, em parceria com João Simões, a Secção da Vida Popular do Centro Regional¹⁵³, que os dois arquitectos são escolhidos para integrar o projecto das Pousadas. Até porque se tratava, agora, de definir um modelo de hotelaria nacional.

Dentro da orientação regionalista defendida oficialmente para o arranjo e decoração destas unidades, também no exterior elas deviam ser “*casas de arquitectura regional (...) de forma a integrarem-se na tradição e no conjunto arquitectónico das zonas que representam*”¹⁵⁴, deixando na retina de quem as visita “*as imagens doces da etnografia e arquitectura das várias regiões distintas deste velho Portugal*”. Funcionando como repositórios da cultura e das tradições locais, as Pousadas deviam, assim, transmitir aos seus hóspedes, nacionais e estrangeiros, uma síntese global e coerente, trabalhada desde a Gastronomia à Arquitectura, das características da região em que se inseriam. Tarefa difícil de alcançar sem cair em estereótipos.

Desta forma, ao contrário dos *Albergues de Carretera*, desenvolvidos a partir de soluções tipo, cada Pousada assume a sua própria identidade, determinada pelo contexto envolvente. No entanto, alguns elementos, invariáveis nas diferentes propostas, reportam-nos para o modelo espanhol, tais como a marcação da

da sua autoria o desenho das guardas, muros de suporte e de vedação desta via) e, em 1944, do Viaduto de Alcântara (estudo da guarda e de diversos arranjos). A partir de 1939, afastados Caldeira Cabral e Konrad Wiesner, assume a direcção do projecto do Estádio Nacional, assinando a Tribuna de Honra (1940) e o Estádio de Ténis (1940), a Praça Sul (1941) e a Praça da Maratona, o Edifício anexo dos Jogadores (1941) e a Estação de Caminho-de-Ferro, entre outras intervenções, desenvolvendo, mais tarde, o Edifício do Instituto Nacional de Educação Física (1954). (Cf. CRUZ, Luís André Salgueiro Freire da, *O Estádio Nacional e os novos paradigmas do culto: Miguel Jacobetty Rosa e a sua época*, dissertação de mestrado em Arquitectura, Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa, 2005, disponível em www.ulosofona.academia.edu)

¹⁵³ Pavilhão da Secção da Vida Popular que seria adaptado a “Museu do Povo”, ou, na versão final, Museu de Arte Popular, segundo o projecto desenvolvido, entre 1942 e 1948, por Jorge Segurado com a colaboração do etnógrafo Francisco Martins Lage e de diversos “decoradores-pintores”, entre eles, Bernardo Marques, Tomás de Mello (Tom), Carlos Botelho, Eduardo Anahory, Estrela Faria, Manuel Lapa e Paulo Ferreira. Jorge Segurado que, na Exposição de 1940, havia sido responsável pelo núcleo das Aldeias Portuguesas do Centro Regional, apresentando modelos de casas para as províncias do Minho, Trás-os-Montes, Douro Litoral, Beira Alta, Beira Litoral e Beira Baixa, Ribatejo, Estremadura, Alentejo e Algarve (duas províncias mais - Beira Litoral e Ribatejo - que as contempladas no “Concurso do Hotel Modelo”).

¹⁵⁴ “As Primeiras Pousadas de Turismo estarão prontas em Agosto”, *Diário de Notícias*, 4 Maio 1940, citado em AGAREZ, Ricardo, “Local Inspiration for the Leisure of Travellers: Early Tourism Infrastructure in the Algarve (South Portugal), 1940-1965”, INTERNATIONAL CONFERENCE, Leuven, 2012. GOSSEYE, Janina, HEYNEN, Hilde (eds.), *Architecture for Leisure in Post-war Europe: 1945-1989*, Leuven, Katholieke Universiteit Leuven, 2012, p. 182.

entrada por um alpendre, o recanto da lareira, aqui integrado na Sala de Jantar¹⁵⁵, e a Sala de Jantar panorâmica com terraço ou varanda, nalguns casos (como no Marão, no Serém e em S. Brás de Alportel) em forma semicircular, semelhante à adoptada nos *Albergues*.

Curioso é que, se, no final, os *Albergues de Carretera* se afastam estruturalmente da sua raiz moderna, nas Pousadas o uso de materiais tradicionais ou a presença de coberturas em telhado não é suficiente para anular o carácter intrinsecamente moderno de alguns dos edifícios construídos¹⁵⁶. Como a publicação dos resultados do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa viria, mais tarde, a fundamentar “*não basta ao indivíduo da cidade vestir umas calças de surrobeco, calçar uns tamancos e ajeitar uma enxada ao ombro para se integrar num meio rural; envergar pelico e safões para pertencer ao Alentejo; ou vestir camisa vistosa de lã aos quadrados e descalçar-se para não destoar entre os pescadores da Nazaré. Integrar-se, pertencer, são coisas mais sérias e profundas. De modo algum são apenas maneiras de vestir, tanto pessoas como edifícios*”¹⁵⁷.

Mas é, precisamente, na sua dimensão mais superficial e folclórica que este modelo vai ser apreendido e repetido até à exaustão. Para isso contribui a acção das Brigadas Técnicas do SNI, que, como ficava explícito, em 1948, na exposição dos “14 Anos de Política do Espírito”, “*percorrem o país procurando desenvolver na indústria hoteleira a consciência da sua alta função*”¹⁵⁸. E essa função, porque de um problema de Turismo se tratava, era a de “*encenador e decorador da própria Nação*”¹⁵⁹.

*“Não tenhamos ilusões!
O turista estrangeiro, salvo
aquelas excepções que
felizmente nos têm batido à
porta, interessa-se menos
pelos problemas de ordem
económica, política, do país
visitado do que se preocupa
com as comodidades que
esse país lhe oferece: a
boa cama, a boa comida, o
conforto não luxuoso mas
suficiente, o pitoresco para
lhe entreter a imaginação, o
bom gosto para lhe alimentar
o espírito. Atendidas estas
condições mínimas, com
melhor disposição se
resolverá a admirar tudo o
mais: a história, as ideias, as
instituições, os monumentos.
O turismo, é portanto, além
de um indiscutível factor de
riqueza e de civilização, um
meio seguríssimo não só de
alta propaganda nacional
como de simples propaganda
política.”*

¹⁵⁵ Reforçando a sua função de escalas de passagem, as primeiras Pousadas não dispunham de Sala de Estar.

¹⁵⁶ Sobre este assunto ver também LOBO, Susana, “É uma Casa Portuguesa, com certeza? A Pousada de Santa Luzia, em Elvas”, *Monumentos: Revista Semestral do Património Construído e da Reabilitação Urbana*, Lisboa, N.º 28, Dezembro 2008, pp. 148-153.

¹⁵⁷ “Introdução”, *Arquitectura Popular em Portugal*, 4.ª Edição, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004, p. XXIII. (1.ª Edição, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961)

¹⁵⁸ Às Brigadas Técnicas competia fornecer à indústria hoteleira “*pequenas indicações práticas sobre a forma de melhorar, arranjar, conseguir, com pequena despesa, apreciáveis modificações na fisionomia de certos hotéis e pensões*”. Constituídas por um arquitecto, uma artista-decoradora e um funcionário do Turismo, das duas primeiras brigadas faziam parte, na do Norte, Luís de Melo Correia, Vera Leroi e o sr. Capitão Martins, e, na do Sul, Gonçalo de Melo Breyner, Júlia de Melo Breyner e o sr. Manuel Melo. (Cit. FERRO, António, *Turismo: Fonte de Riqueza e Poesia*, Lisboa, Edições SNI, 1949, p. 52)

¹⁵⁹ Idem, p. 34.

(FERRO, António, *Turismo: Fonte de Riqueza e Poesia*, Lisboa, Edições SNI, 1949, p. 35)

*Brigadas Técnicas - As
Brigadas Técnicas do SNI
percorrem o País procurando
desenvolver na indústria
hoteleira a consciência da sua
alta função
“14 Anos de Política do
Espírito: Apontamentos para
uma Exposição”
Fotografia de Mário Novais,
1948
(imagem
Biblioteca de Arte FCG)*



É preciso não esquecer que “14 Anos de Política do Espírito: Apontamentos para uma Exposição” é realizada no mesmo ano em que se celebram “Quinze Anos de Obras Públicas: 1932-1947”. E se esta exaltava, nas modernas instalações do Instituto Superior Técnico, o poder realizador do MOPC, numa espécie de homenagem póstuma a Duarte Pacheco, António Ferro não se deixava ficar atrás, apresentando na galeria da nova sede do SNI, no Palácio Foz, um balanço da sua extensa obra de divulgação cultural e de propaganda ideológica ao serviço do Estado Novo. À imagem de progresso técnico alcançado com a parceria entre engenheiros e arquitectos¹⁶⁰, Ferro contrapunha o trabalho dos seus artistas-decoradores na construção de um “estilo Secretariado” e no desenvolvimento da indústria do Turismo. “*É que todas as obras públicas resultarão apagadas, frias, inexpressivas, se não forem animadas pelo turismo, pela graça feminina do turismo*”.¹⁶¹

¹⁶⁰ Parceria que, no entanto, não se reflecte nos respectivos congressos de classe (II Congresso Nacional de Engenharia e I Congresso Nacional de Arquitectura), realizados em paralelo ao evento, com engenheiros e arquitectos a reivindicar, separadamente, a sua predominância na resolução dos problemas da arquitectura e da Urbanização. Se uns defendiam que “*a direcção de todos os serviços técnicos de organismos de Estado e dos Corpos Administrativos que tenham intervenção em problemas de arquitectura, quer no Continente, quer nas Colónias, só deverá ser confiada a engenheiros*”, acrescentando, ainda, que “*um engenheiro só poderá, sob o ponto de vista profissional, estar subordinado a outro engenheiro*”, os outros felicitavam-se, nas palavras de Cottinelli Telmo, Presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, por, finalmente, ter sido “*ressuscitada a ideia de que a obra de Arquitectura pertence ao arquitecto*”. (Cit. *Quinze Anos de Obras Públicas 1932-1947: Exposição e Congressos de Engenharia e Arquitectura*, II Volume, Lisboa, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1949, p. 274; e *Quinze Anos de Obras Públicas 1932-1947: Livro de Ouro*, I Volume, Lisboa, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1949, p. 27)

¹⁶¹ FERRO, António, op. cit. pp. 84-85.

A rivalidade que é possível subentender da realização simultânea destas duas exposições é reforçada pela leitura que António Ferro faz, em *Turismo: Fonte de Riqueza e Poesia*, de 1949, sobre o papel do Secretariado relativamente ao projecto das Pousadas e pela necessidade deste organismo avançar com a proposta de um modelo alternativo a estas unidades hoteleiras: os “Casalinhos”.

“Ainda uma observação e sugestão: as Comissões e Juntas de Turismo, pedem-nos de quando em quando, como se nos pedissem uma simples brochura, a construção de uma Pousada aqui, ali ou acolá. É evidente que gostaríamos de semear Pousadas nos lugares onde ainda são necessárias, se bem que não se deva confundir Pousadas com Miradoiros. Mas a construção destas não faz parte do nosso orçamento pois o seu lugar é no orçamento do Ministério das Obras Públicas. Compete-nos apenas o seu arranjo interior, organização e decoração. É útil dizer, porém, que nem todos os sítios pitorescos, mas pouco visitados, exigem Pousadas. Uma simples casa limpa, com dois ou três quartos e as indispensáveis instalações higiénicas, poderia servir esses lugares onde lá vem um...

Para esse efeito, encarregámos os Serviços Técnicos de elaborar dois projectos de Casalinhos que se poderiam construir cada um com uma centena de contos, pouco maiores do que moinhos, espécie de abrigos, recantos que tornariam ainda mais características a nossa paisagem e o nosso turismo. Nas estradas da América do Norte fez-se alguma coisa de semelhante mas sem a graça nem o encanto dos nossos projectados Casalinhos que os próprios organismos de turismo, com o auxílio de algumas boas vontades locais, poderiam fãcilmente erguer.”¹⁶²

Ficava claro, por este excerto, que, ainda que designadas de “Pousadas do SPN”, António Ferro não entendia este projecto como sendo, verdadeiramente, seu. Na realidade, a edificação destas estruturas estava a cargo do MOPC, por via da DGEMN, devendo-se a Duarte Pacheco - como não deixava de ser sugerido na exposição e no catálogo dos Quinze anos de Obras Públicas - o impulso inicial da sua concretização, dentro do plano de realizações do Duplo Centenário.¹⁶³

¹⁶² FERRO, António, op. cit. pp. 105-106.

¹⁶³ Pelo Decreto-Lei N.º 31:259, de 9 de Maio de 1941, que estabelecia o regime de exploração das Pousadas Regionais, esclarecia-se que só depois de concluída a construção dos edifícios pelo MOPC estes seriam entregues ao Secretariado de Propaganda Nacional, cabendo a este organismo adjudicar e inspeccionar a sua exploração, para além de todo o trabalho de arranjo interior e de decoração destas unidades, de acordo com os padrões de higiene, conforto e “bom gosto” definidos oficialmente.

Caberia ao arquitecto Gonçalo de Mello Breyner, das Brigadas Técnicas do SNI, desenvolver este outro modelo, que, pelas palavras de António Ferro, aproximar-se-ia da filosofia dos primeiros hotéis de estrada americanos¹⁶⁴. Estando a sua implementação dependente da iniciativa local e do apoio do capital privado, esta iniciativa não teria seguimento, ao contrário do projecto das Pousadas que vai conhecer um grande desenvolvimento nas décadas seguintes, com a construção de mais dezasete unidades até ao fim do Estado Novo, e sobreviver, para além deste, até aos dias de hoje.

*Serviços Técnicos - Os Serviços
Técnicos do SNI ajudam a
tornar mais acolhedores e
mais portugueses os elementos
arquitectónicos do nosso País*
“14 Anos de Política do
Espírito: Apontamentos para
uma Exposição”

(expositor onde aparecem
representados os dois projectos
de “Casalinhos” desenvolvidos
pelos Serviços Técnicos do
SNI, um ao centro e o outro no
canto superior direito)

Fotografia de Mário Novais,
1948
(imagem
Biblioteca de Arte FCG)



¹⁶⁴ Os *Rooms for Tourists* ou *Cabins for Rent* que estão na origem do *Motel* - “aglutinação dos vocábulos *motor* e *hotel*” - onde se distinguem duas tipologias diferentes: o *Motel de Passagem* e o *Motel de Férias*, o primeiro “destina-se essencialmente a receber hóspedes por um pequeno período de tempo (...) e localiza-se, normalmente, em pontos previamente escolhidos de grandes percursos entre cidades, ou na periferia destas”, e o segundo localizado “em zonas de acentuado interesse turístico, quer pelas suas condições naturais de beleza, amenidade de clima ou propriedades terapêuticas, quer por especiais motivos de atracção”. (Cit. FERREIRA, Carlos Antero, “O motel: nova fórmula hoteleira, novo tema de arquitectura”, *Binário: Revista Mensal Arquitectura, Construção, Equipamento*, Lisboa, N.º 18, Março 1960, p. 81)



Um Casalinho

Gonçalo de Mello Breyner
(SNI), c.1948

(imagem

SANTOS, Luís Reis, "Gonçalo de Mello Breyner: Alguns traços do seu perfil", *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, I Série, N.º 34, 1948)

Depois da primeira série de sete Pousadas, na década de cinquenta a DGEMN propõe uma nova abordagem a este conceito, reformulando, a partir das experiências anteriores, o programa das Pousadas Regionais e introduzindo, numa nova aposta deste organismo, uma rede de Pousadas Históricas, que passava pela adaptação a Pousada de alguns dos monumentos recuperados no âmbito da campanha de restauros lançada, pelo Estado Novo, na década de trinta.

Logo em 1950, é inaugurada a Pousada do Castelo, em Óbidos, a primeira estrutura deste tipo e ponto de partida para um modelo que vai ter o seu auge nas intervenções paradigmáticas de Alcino Soutinho, Octávio Lixa Filgueiras e Rolando Torgo, em Vila Nova de Cerveira (1971-1982), e de Fernando Távora, em Guimarães (1972-1985), concluídas já depois do 25 de Abril. Num processo que espelha a evolução das políticas oficiais de intervenção no património, a transformação destes edifícios em Pousada deixa de ser uma operação realizada *a posteriori* para ser pensada, desde o início, para esse fim e integrar a construção de obra nova, de acordo com os princípios advogados na Carta de Veneza (1964).¹⁶⁵

¹⁶⁵ Deste grupo de Pousadas Históricas fazem parte as pousadas do Castelo (1950), em Óbidos, de S. João Baptista (1953), nas Berlengas, dos Lóios (1965), em Évora, de S. Filipe (1965), em Setúbal, Rainha Santa Isabel (1970), em Estremoz, e de Santiago (1979), em Palmela. Na sequência das

Quanto às Pousadas Regionais, em 1954 são encomendados os projectos de uma nova série de edifícios idealizados de raiz, definindo-se uma estratégia mais alargada de intervenção territorial que obrigava à reformulação do programa inicialmente estipulado. Ao contrário das primeiras Pousadas, pensadas enquanto escalas de paragem nos principais itinerários nacionais, tratava-se, agora, de trabalhar as naturais assimetrias do país, promovendo espaços de permanência que sedimentassem um Turismo de carácter interno e regional. Nesse sentido, o estudo das novas unidades seria distribuído por alguns dos mais promissores arquitectos da nova geração, com o fim de se experimentarem outras potencialidades do conceito “Pousada”.

É, precisamente, neste campo de oportunidades concedidas aos “mais novos” que surgem os primeiros problemas na concretização desta série. Reflexo do momento de debate que se vive, no rescaldo do I Congresso Nacional de Arquitectura, no seio da própria classe profissional, as propostas apresentadas dividem-se entre a adesão ao ideário moderno internacional e a procura de uma arquitectura moderna portuguesa, no sentido em que “*a Arquitectura moderna não é um estilo, mas o resultado de uma atitude*”, e, para isso, era necessário encontrar a “*exacta relação entre a Obra e a Vida*”.¹⁶⁶

“Há, portanto, que estabelecer a diferença. Arquitectura contemporânea é toda aquela que se realiza no nosso tempo; Arquitectura moderna é toda aquela que, sendo contemporânea, se realiza de acordo com o nosso tempo. O estabelecer-se esta distinção implica a paradoxal existência de uma Arquitectura que, sendo do nosso tempo por uma questão de pura cronologia, não o é pelo espírito que a anima. (...) Erra quem tenta definir Arquitectura moderna como aquela que se traduz por uma forma, um processo técnico ou um programa. Tal definição não tem sentido.”

(TÁVORA, Fernando, “O Porto e a Arquitectura Moderna”, *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, II Série, N.º 4, 1952)

pousadas de D. Diniz (1892), em Cerveira, e de Santa Marinha (1985), em Guimarães, tem início, nos anos noventa, um novo conjunto de Pousadas Históricas, de que se destacam as chamadas “três filhas de Santa Marinha” - as pousadas da Flor da Rosa (1995), no Crato, de Nossa Sra. da Assunção (1996), em Arraiolos, e de Santa Maria do Bouro (1997), em Amares - da autoria de João Luís Carrilho da Graça, José Paulo dos Santos e Eduardo Souto Moura, respectivamente, obras em que a “autoria” é entendida como sinónimo de uma arquitectura de qualidade e, por isso, garantia à partida de novas formulações sobre a estratégia de reutilização e requalificação do património construído. “A regra cada um a deverá encontrar a partir do existente, caso a caso, com rigor e imaginação e legível em cada obra única e insubstituível”. Estes três projectos avançam, individualmente, com três modos distintos de trabalhar com edifícios classificados e que podemos resumir como: a “Pousada Parasita”, em que a obra nova resolve grande parte do programa hoteleiro, libertando o Monumento dessa função; a “Pousada em Continuidade”, que, tal como em Guimarães, procura perceber o processo de evolução do edifício, completando-o; e a “Pousada Ruína”, que explora a imagem de abandono em que se encontrava o Monumento. Mais recentemente, Gonçalo Byrne tem sido responsável pelas mais interessantes propostas neste contexto, com as intervenções no antigo Hospital da Misericórdia, em Viseu, no Palácio de Estoi, em Faro, e na Fortaleza da Cidadela, em Cascais, cabendo, agora, a um único arquitecto explorar diferentes abordagens ao conceito de Pousada Histórica. Interessante seria aprofundar uma comparação entre os princípios de intervenção adoptados nestes três exemplos e nos três anteriores. (Cf. LOBO, Susana, *Pousadas de Portugal: Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*, op. cit., pp. 106-152; e cit. COSTA, Alexandre Alves, “Pousada do Convento de Santa Marinha da Costa”, in BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, WANG, Wilfried (organização), op. cit., p. 276)

¹⁶⁶ TÁVORA, Fernando, “O Porto e a Arquitectura Moderna”, *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, 2.ª Série, N.º 4, 1952.

Não cumprindo o que o Governo entendia ser a integração dos edifícios no “pitoresco” das regiões em que se inseriam, estes estudos seriam recusados, na sua maioria, pela “*rigidez e o formalismo das soluções apresentadas*”¹⁶⁷ e, apesar da convicção com que defendem as suas ideias, os arquitectos seriam devidamente elucidados sobre a “*correcta interpretação dos desígnios da administração*”¹⁶⁸. Não obstante esta situação, algumas das propostas seriam concretizadas, ainda que, nalguns casos, mais de uma década depois de realizados os primeiros anteprojectos.

Numa crítica implícita às indecisões da encomenda oficial que, apesar de sugerir uma maior permeabilidade nestes tempos de pós-guerra¹⁶⁹, continuava a levantar obstáculos a uma inovação de linguagem que rompesse com os critérios de estilo instituídos, os projectos mais emblemáticos deste grupo seriam divulgados na revista *Arquitectura*, apresentados como “*indícios de evolução para uma unidade*”, em que “*é bem manifesta a procura de uma integração não passiva mas activa no ambiente pré-existente, quer do ponto de vista interno (na procura de ângulos panorâmicos mais ricos, na distribuição e tratamento das diferentes zonas, etc.), quer de um ponto de vista externo (no agrupamento dos volumes e espaços, no emprego de técnicas já historicamente experimentadas, nas relações da obra com o meio que se reflecte nela pela orografia, o clima ou a geografia humana)*”.¹⁷⁰

¹⁶⁷ Parecer anexo ao Despacho de 23/IX/1955, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Gabinete do Ministro, assinado Arantes e Oliveira, citado em TOSTÕES, Ana, “João Andresen e a herança moderna: a Pousada de São Teotónio”, *Monumentos: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, Lisboa, N.º 12, Março 2000, p. 54.

¹⁶⁸ Despacho de 23/IX/1955, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Gabinete do Ministro, assinado Arantes e Oliveira, citado em idem.

¹⁶⁹ Com a derrota das ditaduras do Eixo e o fim, a 8 de Maio de 1945, da II Guerra Mundial, o governo presidido por Oliveira Salazar soube assegurar a continuidade e a sobrevivência do Estado Novo, no “*quadro da nova ordem internacional*”, modificando “*o seu discurso político*” e introduzindo algumas “*alterações de ordem institucional*”, entre elas a revisão da Constituição de 1933 e a realização de eleições livres, “*tão livres como na livre Inglaterra*”, para a Assembleia Nacional. É neste contexto de aparente abertura democrática, que levaria à criação, ainda em 1945, do Movimento de Unidade Democrática (MUD) e à candidatura do General Norton de Matos às presidenciais de 1949, que se percebem as concessões feitas ao I Congresso Nacional de Arquitectura, permitindo a apresentação das comunicações sem censura prévia. Esta medida seria determinante para o sentido geral que o evento adoptou, com os arquitectos portugueses, reunidos em torno de uma profunda, e inédita consciência de classe, a reivindicar uma actualização, formal e ideológica, da arquitectura oficial, a sua participação activa no desenho e planificação da cidade e a necessária racionalização e estandardização dos meios de produção, no sentido da democratização do direito à habitação e, por conseguinte, do direito à própria Arquitectura. (Cit. ROSAS, Fernando (coordenação), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, op. cit., p. 56 e 57)

¹⁷⁰ “Quatro Novas Pousadas”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 62, Setembro 1958, p. 5.

Discute-se, acima de tudo, a ideia, então corrente, de “Pousada Regional”, entendida, agora, mais em termos da escala e do carácter dos ambiente criados, do que com base num “*tacanho e adulterado regionalismo*”¹⁷¹, e, por essa via, a de “Arquitectura Portuguesa”, anunciando todo “*um processo de procura de referências locais, de contextualização, que daria lugar a explorações organicistas e regionalistas críticas*”¹⁷², referenciadas aos valores de uma cultura arquitectónica e de uma tradição construtiva vernaculares que o “Inquérito”, e a sua publicação, em 1961, sob o título sugestivo de *Arquitectura Popular em Portugal*, vinha pôr a descoberto.

Também ao nível funcional estes edifícios ganham uma maior complexidade, com a introdução de novos programas de estar, “*mais adequado[s] a uma moderna concepção do turismo público*”¹⁷³. O próprio desenho de mobiliário acompanha a revisão de conceitos que, então, se propõe, abandonando definitivamente as estilizações folclóricas de sabor rústico alimentadas pelos artistas-decoradores do SPN/SNI para encontrar novo significado na relação entre Arquitectura e Decoração, cada vez mais entendida na simultaneidade estrutura-ornamento e, por isso, resultado de uma unidade e equilíbrio espaciais, onde se conjugam a plasticidade dos materiais, no desenho de pormenores, de pavimentos e tectos, e a oportunidade da fenestração, no manuseamento da luz e no enquadramento da paisagem. Para esta composição participa, ainda, a presença de “*algumas obras representativas da arte portuguesa contemporânea*”¹⁷⁴, integradas na estrutura arquitectónica na medida certa dos ambientes idealizados, completando-os.

As pousadas mais emblemáticas desta série seriam as de S. Bartolomeu (1959), em Bragança, de S. Teotónio (1963), em Valença do Minho e de Santa Bárbara (1971), em Oliveira do Hospital, com projecto de José Carlos Loureiro (1925) e Luís Pádua



Pousada de S. Bartolomeu,
Bragança
Fotografia, c.1959
(imagem Arquivo Arquitecto José
Carlos Loureiro)



Pousada de S. Teotónio,
Valença do Minho
Fotografia, c.1963
(imagem Arquivo de Fotografia de
Lisboa CPF/MC)

¹⁷¹ Idem, *ibidem*.

¹⁷² TOSTÕES, Ana, “Monumentalidade, Obras Públicas e afirmação da arquitectura do Movimento Moderno: o protagonismo da DGEMN na construção dos grandes equipamentos nacionais”, in AAVV, *Caminhos do Património*, op. cit., p. 145.

¹⁷³ “Quatro Novas Pousadas”, op. cit., *ibidem*.

¹⁷⁴ PEREIRA, Nuno Teotónio, “Projecto de uma Pousada para Vilar Formoso”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 62, Setembro 1958, p.23.

Ramos (1931-2005), João Andresen (1920-1967) e Manuel Tainha (1922-2012), respectivamente. A fechar este ciclo, a Pousada da Senhora das Neves (1987), em Almeida, do arquitecto Cristiano Moreira (1931), seria a última das Pousadas de Portugal a ser construída de raiz, já sob a égide da ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, criada em 1976¹⁷⁵. A partir de então, a primazia seria dada às chamadas Pousadas Históricas.

A referência à rede das Pousadas de Portugal interessa para a reflexão proposta na medida em que, sendo a sua promoção de iniciativa estatal, ou seja, pública, é indicativa dos princípios que orientaram uma política oficial de Turismo ao longo de quase todo o século XX. Nesse sentido, é interessante perceber que os investimentos realizados não contemplaram a “Praia” como cenário propício à instalação de unidades deste tipo. Na verdade, ainda que nos anos cinquenta se tenha considerado a criação de uma série “Beira-Mar”¹⁷⁶, que incluía a construção de quatro destas estruturas distribuídas pela costa atlântica portuguesa - Sagres, Arrábida, Nazaré e Aveiro -, das quais apenas duas foram, efectivamente, concretizadas¹⁷⁷, estas Pousadas nunca foram pensadas como instalações hoteleiras de Praia. Isto porque, embora explorem relações de proximidade com a paisagem marítima, não é junto ao areal que se prevê a sua instalação, antes procuram tirar partido de localizações isoladas em contextos naturais de forte carga paisagística, como o Promontório de Sagres, a Serra da Arrábida, o Sítio da Nazaré e a Ria de Aveiro. Nesse sentido, talvez fosse mais adequado situá-las numa categoria “Litoral”, em contraponto às restantes Pousadas, localizadas no “Interior”.



Pousada de Santa Bárbara,
Oliveira do Hospital
Fotografia, c.1971
(imagem *Pousada de Santa Bárbara*,
Lisboa, MOP/DGEMN, 1971)



Pousada de
Nossa Senhora das Neves,
Almeida
Fotografia, c.2000
(imagem www.monumentos.pt)

¹⁷⁵ Decreto-Lei N.º 662/76, *Diário da República*, 4 Agosto 1976.

¹⁷⁶ Idealizada na mesma altura em que é criada uma série de “Pousadas em Barragens”, enquadradas no programa de aproveitamento dos recursos hidroeléctricos do país que é lançado com a Lei de Fomento e Reorganização Industrial, de Março de 1945, e com continuidade no I Plano de Fomento, para o período de 1953 a 1958. Assim, este conjunto resultaria da adaptação a Pousada das casas construídas para alojar provisoriamente o corpo de engenheiros destacado para acompanhar a construção de algumas daquelas infraestruturas, como a Barragem de Castelo de Bode (Pousada de S. Pedro, 1954), as intervenções da HED em Miranda do Douro (Pousada de Santa Catarina, 1962) e da HICA na Caniçada (Pousada de S. Bento, 1968), e a Barragem do Rio Mira (Pousada de Santa Clara, 1971). (Cf. LOBO, Susana, *Pousadas de Portugal: Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*, op. cit., pp. 73-77)

¹⁷⁷ A Pousada do Infante, em Sagres e a Pousada da Ria, na Murtosa, ambas inauguradas em 1960.

Quanto à “Praia”, essa seria deixada para os investidores particulares, até porque desde os anos trinta que as principais estâncias balneares e aglomerados da costa portuguesa eram alvo de Planos Gerais de Urbanização, estando assegurado, *a priori*, o controlo do Estado sobre o desenvolvimento e a organização do território e, por conseguinte, sobre os interesses da iniciativa privada.

Ou, pelo menos, assim o parecia.

Com António Ferro encarregado do “Espírito” dos portugueses, a Duarte Pacheco caberia a “Revolução Material” do país. Nomeado, a 5 de Julho de 1932, para Ministro das Obras Públicas e Comunicações de António de Oliveira Salazar, com quem já se havia cruzado no anterior governo de Ditadura Militar, presidido pelo General Vicente de Freitas, enquanto responsável pela pasta da Instrução, Duarte Pacheco seria incumbido de dar corpo ao vasto programa de obras idealizado pelo Estado Novo e integrado, em 1935, num Plano de Reconstituição Económica, que previa um forte investimento público, ao longo dos quinze anos seguintes, em quase todos os sectores da vida nacional.

Desse programa, será, talvez, a elaboração de Planos Gerais de Urbanização para quase todos os aglomerados populacionais do país o mais ambicioso dos trabalhos delineados. Ambicioso pela extensão do território que se pretendia abranger com esta medida, pela ausência de levantamentos topográficos sobre os quais trabalhar e pela inexistência, em Portugal, de quadros técnicos especializados na moderna “Arte” e “Ciência” da urbanização.

Ao contrário dos Planos Gerais de Melhoramentos, criados, pelo Decreto-Lei N.º 10 de 19 de Janeiro de 1865, à semelhança da legislação espanhola, desse mesmo ano, sobre os *Planos de Ensanche* e que, por se concentrarem, sobretudo, em condicionar a acção da iniciativa particular, podem ser classificados de regulamentos policiais, os Planos Gerais de Urbanização,

instituídos pelo Decreto-Lei N.º 24:802 de 21 de Dezembro de 1934, acusam, já, uma preocupação pelo desenho da forma urbana, obrigando à entrega de um “Plano de Urbanização”, propriamente dito, realizado por um arquitecto ou engenheiro civil competentes e acompanhado de elementos complementares, entre os quais uma “Planta de Orientação”, um “Plano de Apresentação” e uma “Planta de Trabalho”. Por outro lado, se os Planos de Melhoramentos eram da responsabilidade do governo, os Planos de Urbanização, seriam elaborados por iniciativa das próprias Câmaras Municipais, uma descentralização de poderes que, no entanto, seria cerceada pelo sistema de participações concedidas pelo Fundo de Desemprego, praticado desde 1932, pela aprovação, em 1940, de um novo Código Administrativo, e pela introdução, em 1946, da figura do Antepiano de Urbanização.

Curioso é que, definidos os princípios legais que vão orientar a nova prática urbanística, os primeiros quatro Planos de Urbanização submetidos à aprovação do Conselho Superior de Obras Públicas correspondem a aglomerados balneares - Praia da Rocha, Praia de Mira, Praia de Monte Gordo e Praia de Moledo - e que os dois primeiros instrumentos deste tipo que se conhecem - o Plano de Urbanização da Praia do Cabedelo, em Viana do Castelo, iniciado em 1933, mas desenvolvido de acordo com as orientações estipuladas pelo novo Decreto-Lei, e o Plano de Urbanização da Praia da Rocha, de 1935 - serem os únicos que resultam da abertura de concurso público para a sua elaboração, medida contemplada pela legislação de 1934, no sentido de compensar a limitação dos serviços camarários, mas a que, estranhamente, mais nenhum município iria recorrer. São estas primeiras experiências que vão estabelecer os termos em que se constrói um “Urbanismo de Praia” durante as três primeiras décadas do Estado Novo.

O Plano de Urbanização da Costa do Sol, elaborado, entre 1933 e 1936, sob a orientação directa do Ministro Duarte Pacheco, pelo seu carácter de excepção, será abordado num capítulo à parte.

Planos Gerais de Urbanização

Se é na legislação espanhola que, segundo Fernando Gonçalves¹, podemos encontrar a génese provável dos Planos Gerais de Melhoramentos portugueses, no que se refere aos PGU é na regulamentação dos *Plans d'Aménagement, d'Embellissement et d'Extension des Villes* franceses que encontramos a sua fundamentação. Esta relação deve-se à presença, em Portugal, de Donat-Alfred Agache, Secretário Geral da *Société Française des Urbanistes* (SFU), encarregado, em 1933, da realização do Plano de Urbanização da Costa do Sol, por convite directo do Ministro Duarte Pacheco.

Membro fundador da SFU, criada, em 1911, por iniciativa do *Musée Social*², Agache havia participado, com Marcel Auburtin, André Bérard, Ernest Hébrard, Léon Jausssely, Albert Parenty, Henri Prost, Jean-Claude-Nicolas Forrestier e Edouard Redont na preparação do texto da lei francesa, conhecida como *Loi Cornudet*³, aprovada a 14 de Março de 1919 e revista, na sua redacção inicial, a 19 de Julho de 1924.

Pela nova lei, o processo de urbanização passava, agora, pelo estabelecimento de três tipos de elementos complementares: um plano propriamente dito, “*qui fixe la direction, la largeur et le caractère des voies à créer ou à modifier, détermine les emplacements, l'étendue et les dispositions des places, squares, jardins publics, terrains de jeux, parcs, espaces libres divers, et indique les réserves boisées ou non à constituer, ainsi que les*

¹ GONÇALVES, Fernando, “A propósito dos Planos de Urbanização do Estado Novo: projectos urbanísticos ou regulamentos policiais?”, *Sociedade e Território: Revista de estudos urbanos e regionais*, Lisboa, Ano 2, N.º 4, Maio 1986, pp. 92-115.

² Fundação privada reconhecida como de utilidade pública, o *Musée Social* é criado, em 1894, em Paris, com o objectivo inicial de conservar e expor, de forma permanente, toda a documentação reunida no Pavilhão de Economia Social da Exposição Universal de 1889, sobre as implicações do desenvolvimento capitalista na organização da sociedade industrial. A sua função seria alargada com o tempo, constituindo-se como um importante centro de investigação, com serviços próprios de estudo e de inquérito, assim como uma biblioteca pública, especializados na análise científica e na discussão, nacional e internacional, das reformas necessárias para a preservação de um clima generalizado de paz social. Pelo alcance da sua acção, sobretudo no debate dos problemas relativos à urbanização das cidades e à habitação social, mas também na implementação de políticas oficiais nessas e noutras áreas da vida dos cidadãos, o *Musée Social* assumiu um importante papel na conformação, durante a III República francesa, dos princípios de um Estado de Providência, tal como este se viria a configurar depois da II Guerra Mundial. (Cf. www.cediasbibli.org)

³ Do nome do relator da lei, o Visconde Cornudet.

emplacements destinés à des monuments, édifices et services publics”; um programa, “*déterminant les servitudes hygiéniques, archéologiques et esthétiques ainsi que toutes les autres conditions y relatives et en particulier les espaces libres à réserver, la hauteur des constructions, ainsi que les prévisions concernant la distribution d’eau potable, le réseau d’égouts, l’évacuation et la destination finale des matières usées et, s’il y a lieu, l’assainissement du sol*”; e um projecto de lei municipal, “*réglant les conditions d’application des mesures prévues au plan et au programme*”⁴. Cada aglomerado ficava, assim, na posse de um instrumento de planeamento que abarcava a totalidade do seu território e de uma lei de solos que permitia aos proprietários fundiários saber quais os terrenos urbanizáveis e qual o tipo de utilização prevista, assim como as regras de construção definidas, para cada parcela cadastral.

A elaboração destes elementos passa a ser obrigatória para todas as cidades com mais de 10.000 habitantes e todas as cidades do *Département de la Seine*, devendo ser completados no prazo máximo de três anos, contados desde a promulgação da lei. É também obrigatória:

“2° Aux communes en voie d’accroissement dont la liste aura été établie par le conseil général du département, (...), ainsi qu’à celles qui auront demandé leur assujettissement à la présente loi et leur inscription sur cette liste”;

“3° Aux stations balnéaires maritimes, hydrominérales, climatiques, sportives et autres, soumises à la taxe de séjour, dont la population, quelle qu’en soit l’importance, augmente de 50 p. 100 ou plus à certaines époques de l’année, et dont la liste sera établie par le préfet dans chaque département”;

“4° Aux agglomérations, quelle qu’en soit l’importance, présentant un caractère pittoresque, artistique et historique, et inscrites sur une liste qui devra être établie par les commissions départementales des sites et monuments naturels, instituées par la loi du 21 avril 1906”;

*“5° Aux groupes d’habitations et aux lotissements créés ou développés par des associations, des sociétés ou des particuliers”.*⁵

⁴ “Loi concernant les plans d’extension et d’aménagement des villes”, *Journal Officiel de La République Française*, 15 Mars 1919, p. 2728.

⁵ “Loi complétant la loi du 14 mars 1919 concernant les plans d’extension et d’aménagement des villes”, *Journal Officiel de La République Française*, 12 Juillet 1924, p. 6538.

Com a revisão de 1924 introduzem-se os conceitos mais abrangentes de planos intermunicipais e “*interdepartementales*”, ambos considerados de utilidade pública, estabelecendo-se que, no primeiro caso, “*le préfet provoque une étude d’ensemble de ce projet de la part des municipalités intéressées et institue, même d’office, des conférences intercommunales*”, enquanto que, no segundo caso, “*le projet est dressé dans une conférence interdépartementale*”⁶. Por esta nova redacção, passava, também, a ser possível a delimitação das zonas de urbanização futura dos aglomerados em estudo, definindo-se os procedimentos a ser cumpridos no loteamento desses terrenos e quais as parcelas a ser reservadas para espaços verdes e para a instalação de edifícios e serviços públicos.

Os custos referentes à execução dos *Plans d’Aménagement, d’Embellissement et d’Extension* seriam suportados pelo Estado apenas nas situações enumeradas no ponto 4º. Nos restantes casos, havia a possibilidade de serem concedidos subsídios oficiais, numa proporção fixada por decreto próprio, desde que feita uma proposta, nesse sentido, pelo *préfet du département* correspondente e que o orçamento do Ministério do Interior assim o permitisse.

Para orientar a realização destes planos, seria instituída, neste organismo, uma *Commission Supérieur d’Aménagement et d’Extension des Villes*, encarregada de estabelecer as regras gerais da aplicação da lei e de dar o seu parecer sobre todas as questões e todos os projectos que lhe fossem enviados pelo Ministério, e, “*à la préfecture de chaque département*”, uma *Commission Départementale d’Aménagement et d’Extension des Villes et Villages*⁷, responsável por reunir todos os documentos necessários aos municípios para a preparação dos elementos exigidos por lei

⁶ Idem, p. 6539.

⁷ “(...) sous la présidence du préfet ou de son représentant (...) [et] composée du conseil départemental d’hygiène, de la commission départemental des sites et monuments naturels, du conseil départemental des monuments civils, du directeur départemental des domaines, de quatre maires désignés par le conseil général, de deux délégués du comité de patronage des habitations à bon marché et de la prévoyance sociale et de quatre délégués des offices publics d’habitations à bon marché du département, dont deux par office public départemental, lorsque cet office existe, et de dix membres nommés par le préfet en raison de leurs fonctions ou de leur compétence”. (Cit. Idem, *ibidem*)

e dar o seu parecer sobre os planos em si e sobre as servidões estéticas ou higiénicas deles resultantes.

Uma vez aprovado o plano de um aglomerado, os proprietários dos terrenos por ele abrangidos teriam de obter autorização da entidade administrativa competente para avançar com novas construções ou efectuar trabalhos de conservação nos edifícios existentes. Por consequência, essas licenças não poderiam ser atribuídas sem a existência desse mesmo instrumento de gestão.

Na sequência da lei de 14 de Maio de 1932 que autorizava a realização do *Projet d'Aménagement de la Région Parisienne*, em 1935, eram criados os *Projets Régionaux d'Urbanisme*⁸. Esta medida procurava garantir uma melhor articulação entre os diversos planos municipais, permitindo que o território “*des communes voisines, les centres urbains d'une même région industrielle ou minière, les stations balnéaires, hydrominérales, climatiques, uvaies, touristiques, formant un même ensemble géographique (...)*” fosse gerido de acordo com um mesmo plano de conjunto, coordenado por um *Comité Régional*. Nesse sentido, os planos municipais já existentes deviam ser revistos de forma a enquadrarem-se no plano regional, o qual seria constituído por um plano director e um programa, onde ficavam definidas as “*grandes voies de communication de toute nature à conserver, à créer ou à modifier, les espaces libres et les réserves boisées à maintenir ou à développer, les zones dont le genre d'occupation doit être spécialisé et les installations d'intérêt général et d'hygiène publique*”.⁹

A lei que criava os planos regionais incluía, ainda, diversos preceitos de salvaguarda à sua execução contra manobras de carácter especulativo, entre as quais a expropriação por utilidade pública e a aplicação de penalidades aos infractores das disposições estabelecidas por lei, submetendo os interesses privados ao bem colectivo.

⁸ “Création de Projets Régionaux d'Urbanisme”, *Journal Officiel de La République Française*, 27 Juillet 1935, pp. 8153-8156.

⁹ *Idem*, p. 8154.

Desta forma, e segundo a convicção de que “*l’urbanisme, par l’ordre qu’il apporte dans les prévisions des opérations utiles, par la coordination qu’il nécessite entre les efforts des différents services et des différents collectivités, apparaît comme l’un des moyens les plus propres à éviter tout gaspillage de ressources*”¹⁰, a nova legislação enquadrava-se “*particulièrement bien dans le cadre de la loi du 8 juin 1935, qui a accordé au Gouvernement des pouvoirs exceptionnels pour assurer la défense du franc et la lutte contra la spéculation*”.

É este conceito de planeamento regional e, sobretudo, o modelo de uma estrutura orgânica e legal de suporte a uma prática urbanística actualizada, que Agache introduz em Portugal, quer através do exemplo concreto do Plano de Urbanização da Costa do Sol, intitulado, na sua redacção original, *Lisbonne - Urbanisation de la Région Ouest - Remodelation & Aménagement de la Costa do Sol*, quer por influência de reflexões anteriores, como *La remodelation d’une capitale: le plan d’extension de Rio*, ensaio publicado, em França, em 1932. E isso é evidente nas referências directas a este texto que se reconhecem no preâmbulo da legislação portuguesa sobre Planos Gerais de Urbanização e no paralelo que esta estabelece com a redacção da *Loi Cornudet*.

Assim, quando no Decreto-Lei N.º 24:802, de 1934, se fala da “*moderna arte, que também é ciência, da urbanização*” não podemos deixar de associar esta afirmação à definição de urbanismo fixada na introdução de *La remodelation d’une capitale*:

“*L’urbanisme (...) est à la fois une science, un art et une philosophie; Une science car il procède de l’étude méthodique des faits. Il faut avoir étudié les villes du passé, leurs caractéristiques, leur formation... Il s’agit ensuite de rechercher les causes de développement ou de malaise et enfin, après un travail précis d’analyse, il faut, dans une synthèse générale, prévoir les améliorations nécessaires pour le développement futur de la cité. Observation, classification, analyse et synthèse: voilà bien ce qui caractérise l’étude scientifique. (...) Mais, si la science suffisait à résoudre*

¹⁰ Idem, p. 8153.

L'Aménagement des villes, cette urbanisation se réduirait sans doute à un certain nombre de formules. Il n'en est pas ainsi. L'Urbanisme constitue également un Art, car l'intuition, l'imagination, et la composition jouent un rôle important dans son application: l'Urbanisme doit traduire en proportions, en volumes, en perspectives, en silhouettes, les différentes propositions suggérées par les ingénieurs, les économistes, les hygiénistes et les financiers. (...) L'Urbanisme est aussi du domaine de la philosophie sociale. La ville, en effet cherche à réaliser plastiquement le cadre adéquat à l'existence d'une collectivité organisée; son rôle est de grouper autour du citoyen tout ce que l'organisation et le confort moderne ont inventé pour sa commodité, ceci en diminuant les frais généraux de cette existence en voisinage immédiat."¹¹

A abordagem sempre pedagógica dos escritos de Agache ganha, no entanto, um sentido mais pragmático na regulamentação dos Planos Gerais de Urbanização portugueses. Mais do que uma Ciência, uma Arte ou uma Filosofia, a urbanização planeada dos aglomerados aparecia como um instrumento da política de participações do Estado às autarquias, cerceado o seu poder e a sua relativa autonomia de acção pela abolição, em 1929, de uma série de impostos municipais¹² e pela reforma, preparada desde 1936, do Código Administrativo. Dentro da filosofia de que “não se dão esmolas, procura dar-se trabalho”, fundamento ideológico da criação, em 1932, do Fundo de Desemprego¹³, o programa de obras públicas do Estado Novo assumia um papel central na

¹¹ Cf. www.urbanistes.com.

¹² O Decreto-Lei N.º 17:813, de 30 de Dezembro de 1929, suprimia o imposto de viação relativo a veículos automóveis e a motocicletas e proibia os corpos administrativos lançar quaisquer impostos ou taxas sobre o uso, estacionamento ou passagem dos veículos mencionados e, ainda, sobre a venda ou consumo de gasolina, pneumáticos e câmaras de ar, abolindo os existentes. As receitas conseguidas através destes dispositivos tributários, que vertiam directamente para os cofres camarários, seriam, agora, cobradas directamente pelo Estado pela elevação dos direitos alfandegários da gasolina, dos pneumáticos e câmaras de ar. Em compensação, o Estado atribuía às câmaras municipais um valor, fixado na lei, por cada motociclo, automóvel, camião ou camioneta domiciliados no respectivo concelho e parte do valor tributado sobre a importação dos bens acima mencionados. O que se passou, na realidade, foi que o Ministério das Finanças acabou por definir uma quantia arbitrária, de 10.600 contos, a distribuir pelas diversas câmaras e, na legislação que se seguiu a este Decreto, foi alterando as disposições inicialmente fixadas de forma a legitimar a sua decisão. (Cf. Decreto N.º 17:813, *Diário do Governo*, I Série, N.º 300, 30 Dezembro 1929, pp. 2623-2624)

¹³ Medida, inicialmente, considerada transitória, a constituição do Fundo de Desemprego surge como forma de combater o crescente número de desempregados resultante da crise económica do início dos anos trinta. “*Em vez de dar o que qualificava de 'esmola', o Governo ou, mais precisamente, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações propunha-se 'dar trabalho' e, para isso, comprometia-se a participar nas despesas com 'melhoramentos' realizados por entidades estranhas ao Estado*”. Naturalmente, esta política implicava o reforço das receitas oficiais, passando todos os trabalhadores portugueses a descontar parte do seu salário para o Fundo. Por outro lado, com este mecanismo, o Governo assegurava, simultaneamente, o controlo efectivo sobre a actuação das autarquias, colocando-as na dependência da atribuição, ou não, dos apoios financeiros estatais. (Cit. GONÇALVES, Fernando, op. cit., p. 100)

criação de emprego, e, dentro deste programa, a elaboração de Planos Gerais de Urbanização permitia ao Ministério das Obras Públicas ter uma visão global sobre as necessidades concretas de cada município e estabelecer prioridades quanto ao aproveitamento e a distribuição dos recursos humanos do país, mas também financeiros.

Essas intenções são explícitas na introdução da nova lei:

“No desejo de estender o mais possível os benefícios da assistência pelo trabalho aos que dêste se encontram privados tem o Gôverno promovido em regime de comparticipação das câmaras municipais e do Estado, pelo Fundo de Desemprego, a realização de melhoramentos locais de natureza vária em todo o País.

Considera o Govêrno esta forma de assistência a mais fecunda, pelos múltiplos benefícios morais e materiais que dela advêm para a comunidade. Por um lado, conseguiu-se reduzir a grandezas ínfimas as percentagens dos trabalhadores e operários desocupados, por motivo da crise, nos diferentes concelhos; por outro lado, pode asseverar-se com legítima satisfação que dêste modo se aplicam os recursos do Fundo de Desemprego na criação da riqueza pública.

Sucede porém que muitas câmaras municipais, seguindo o impulso renovador que hoje atinge todos os recantos do País, solicitam o concurso do Govêrno para importantes trabalhos de urbanização, nem sempre delineados com o melhor critério e a mais justa consideração das condições locais e das necessidades futuras, nem segundo as melhores regras da higiene e da conveniência das aglomerações urbanas.

Explica-se que assim suceda por na maioria dos casos não disporem as câmaras municipais de técnicos especializados na moderna arte, que também é ciência, da urbanização.

Mas pretendendo o Govêrno que as somas despendidas nos trabalhos desta natureza, seja qual fôr a sua proveniência, tenham a utilidade mais eficaz e duradoura, aplicando-se de facto na criação de riqueza pública, importa estabelecer os princípios gerais que em matéria de urbanização sirvam a orientar as câmaras municipais.

Em primeiro lugar é indispensável que todas as câmaras municipais possuam plantas topográficas, em escalas apropriadas, das zonas urbanas de maior interêsse público.

Depois, não deverão empreender-se quaisquer trabalhos de urbanização que não estejam subordinados a um plano convenientemente delineado com a previsão do futuro, de tal arte que o valor intrínseco das obras encetadas cresça à medida que a execução do plano se fôr desenvolvendo.”¹⁴

¹⁴ Decreto-Lei N.º 24:802, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 299, 21 Dezembro 1934, pp. 2137-2138.

Esta concentração do poder de decisão sobre a evolução urbana do território na administração central, mais concretamente, no MOPC, é reforçada pelo alcance que se pretendia que a legislação tivesse, tornando obrigatório *“o levantamento de plantas topográficas e a elaboração de planos gerais de urbanização [para todas as] sedes dos (...) municípios [do continente e ilhas], em ordem a obter a sua transformação e desenvolvimento segundo as exigências da vida económica e social, da estética, da higiene e da viação, com o máximo proveito e comodidade para os seus habitantes”*, mas, também de todas as *“localidades com mais de 2:500 habitantes que, entre dois recenseamentos oficiais consecutivos, acusem um aumento populacional superior a 10 por cento”* e *“dos centros urbanos ou zonas de interêsse turístico, recreativo, climático terapêutico, espiritual, histórico ou artístico designados pelo Govêrno em relação a publicar pelos Ministérios do Interior e das Obras Públicas e Comunicações”*.

Se confrontarmos estas disposições com as estabelecidas na *Loi Cornudet* francesa, já por si ambiciosas, facilmente percebemos que, proporcionalmente, quase todo o país ficava abrangido por esta medida. Tendo em consideração que *“a organização das plantas e dos planos relativos a estes aglomerados populacionais compet[ia] às câmaras municipais”* e estando estas dependentes do sistema de participações praticado pelo Estado, o carácter centralizador do regime salazarista tornava-se por demais evidente. Esta posição saía vincada ao se considerar, na lei, a possibilidade do Estado chamar a si a iniciativa da realização dos planos relativos aos centros urbanos ou zonas que considerasse de maior interesse para o país.¹⁵

Simultaneamente, acrescentava-se o facto de a maior parte dos municípios não disporem de quadros especializados, que garantissem a aplicação dos princípios enunciados no prazo de três anos estabelecido para a elaboração das plantas topográficas.

E, uma vez na posse destes levantamentos, estes organismos dispunham de apenas mais três anos para a conclusão do respectivo Plano Geral de Urbanização. Como solução para este problema, o Governo disponibilizava-se a prestar assistência técnica às Câmaras Municipais enquanto estas não constituíssem serviços de urbanização próprios¹⁶, através da criação, junto das diversas repartições do MOPC, dos chamados “serviços eventuais”, e contemplava a organização de concursos públicos para a realização dos PGU, abertos a arquitectos e engenheiros civis uma vez que não existiam, à altura, urbanistas de formação, em Portugal.¹⁷

O que acabou por acontecer foi que só em três casos se fez uso deste modelo¹⁸, nos restantes a Secção de Melhoramentos Urbanos da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais propunha directamente às Câmaras os técnicos a contratar, de entre uma lista aprovada pelo próprio Duarte Pacheco e constituída, maioritariamente, por arquitectos, prescindindo-se da realização de concursos. Depois de aprovado o PGU, o autor do plano desempenharia “*a função de urbanista consultor na câmara respectiva, durante o período por ela fixado, devendo os seus serviços ser remunerados nas condições que entre si [fossem] acordadas*”¹⁹. Uma vez que esses autores eram, quase sempre, arquitectos, os Planos Gerais de Urbanização contribuíram, em grande medida, para a afirmação da profissão na sociedade portuguesa.

¹⁶ O que nunca viria a acontecer, por um lado, pela exiguidade das receitas próprias das Câmaras Municipais e, por outro, porque a constituição desses serviços não era contemplada no novo Código Administrativo. E, embora o Decreto-Lei que regulamentava a criação dos PGU fizesse referência a que estes instrumentos podiam ser executados pelos serviços técnicos de urbanização municipais, quando devidamente organizados, obrigava à presença de um arquitecto urbanista na sua elaboração. Ora, “*basta dizer que a contratação de um engenheiro para o (...) quadro privativo [de uma Câmara] estava, em quase todos os casos, dependente da autorização ministerial uma vez que o Código estipulava que o vencimento de qualquer funcionário camarário não podia exceder o do chefe da secretaria respectiva*”. O novo Código Administrativo favorecia, assim, a “*concentração, no Estado, de poderes que deveriam ser exercidos pelos municípios em matéria de prática urbanística*”. (Cit, GONÇALVES, op. cit., p. 103)

¹⁷ Só em casos especiais, autorizados pelo Governo, podiam ser admitidos aos concursos urbanistas estrangeiros.

¹⁸ Para a Praia do Cabedelo (1933), em Viana do Castelo, a Praia da Rocha (1935), em Portimão, e as Termas do Gerês (1936), concursos ganhos, respectivamente, por Jorge Segurado, com o arquitecto António Varela, Carlos Ramos, com o engenheiro Emídio Abrantes, e José Porto, da Empresa “Engenheiros Reunidos” do Porto.

¹⁹ Decreto-Lei N.º 24:802, op. cit., p. 2139.

Mas “a primeira grande tarefa era a elaboração de levantamentos topográficos de todos os centros populacionais abrangidos pelo diploma”²⁰. Lançados, logo em 1935, dois concursos públicos para a sua adjudicação, sem resultados, só em 1938, com a criação de uma Comissão de Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos e com Duarte Pacheco de novo aos comandos do MOPC, os trabalhos avançam, ficando a primeira série de levantamentos pronta em 1941.²¹

Pela morosidade da realização destes levantamentos, mas também pela extensão da informação base que devia informar os concursos públicos abertos pelas Câmaras para a preparação dos PGU²² e dos elementos que os técnicos seleccionados deviam entregar com as suas propostas²³, até aos anos quarenta poucos

²⁰ LÔBO, Margarida de Souza, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações/DGOTDU, 1995, p. 40.

²¹ “A enorme tarefa dos levantamentos topográficos urbanos só estaria praticamente concluída em 1948, mas a partir de 1941 começou a entrega de uma série de cerca de 500 plantas topográficas, abrangendo quase todas as cidades e vilas do continente, muitas das mais importantes aldeias e as estâncias termais e de veraneio. Este trabalho caracterizou-se pelo elevado nível técnico alcançado, bem reflectido na qualidade das plantas apresentadas, para o que muito contribuiu o processo de trabalho em quase todos os casos aplicado: a aerofotogrametria, especialmente indicada com vista aos posteriores estudos de urbanização”. (Cit. COSTA, A. C. Celestino da, “Estudos de Urbanização”, *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização*, I Volume, Lisboa, MOPC, 1954, p. 96)

²² “Art. 13.º As câmaras municipais que promoverem a abertura de concursos fornecerão aos concorrentes plantas topográficas das zonas delimitadas a urbanizar, fazendo-as acompanhar de bases que indiquem: a) População, tendência de expansão ou declínio demográfico, costumes e tradições; b) Dados climáticos, ventos dominantes; c) Sistemas de tratamento de lixos, de abastecimento de águas, de esgôto, de iluminação e respectivas rêsdes, quando existam; d) Características arquitecturais próprias da localidade; e) parques, matas e principais monumentos e obras de arte existentes; f) Localização das escolas, hospitais, sanatórios, edifícios públicos, campos de jogos, etc., existentes; g) Centros industriais e comerciais, e previsão sobre o seu desenvolvimento futuro; h) Exigências particulares respeitantes à viação e à higiene; i) Edifícios públicos e instalações de interesse social, de carácter desportivo, ou especial, a prever; j) Regras, regulamentos urbanos e instruções a respeitar; k) Quaisquer outras imposições ou factores a considerar; l) Obras em curso”. (Cit, Decreto-Lei N.º 24:802, op. cit., p. 2139)

²³ “Art. 14.º Os planos gerais de urbanização deverão compreender, pelo menos, os seguintes elementos: a) Uma planta geral designada ‘planta de orientação’, em escala reduzida, com a indicação, a côres e traços convencionais, dos arranjos e traçados projectados; b) A mesma planta transformada em ‘plano de apresentação’, dando a impressão do projecto realizado; c) Uma planta geral na escala [1:500], com curvas de nível, chamada ‘planta de trabalho’, onde estarão lançados os traçados simples dos arruamentos projectados, de forma a poderem relacionar-se com os perfis longitudinais apresentados; d) Uma planta geral na mesma escala, designada ‘plano de urbanização’, onde, a traços e côres convencionais, serão indicadas as ruas, praças, alamedas, jardins e parques, os espaços livres a utilizar, a localização dos principais edifícios públicos, mercados, matadouros, gares, embarcadouros, cemitérios, instalações de interesse social ou económico, campos de jogos, etc.; e) Planta esquemática do sistema de drenagem de águas pluviais e esgotos; f) Plantas esquemáticas das rêsdes de abastecimento de águas e de iluminação pública; g) Planta análoga com a previsão dos novos transportes em comum; h) Perfis longitudinais dos principais arruamentos e perfis transversais tipo; i) Memória descritiva e justificativa da orientação e dos métodos adoptados acompanhada das regras especiais e regulamentos municipais a publicar para salvaguarda da estética, do carácter arquitectónico, pitoresco e histórico das urbes, higiene, segurança e conforto dos seus habitantes, onde se contenham as imposições a estabelecer no aproveitamento dos terrenos disponíveis, na construção e salubridade das edificações, na distribuição de água e luz, na utilização da rêsde de esgotos e na circulação dos transportes”. (Cit.

foram os estudos urbanísticos iniciados ou submetidos à aprovação do Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP). No entanto, como “*depois de 1 de Janeiro de 1940 nenhuma expropriação por utilidade pública para a abertura de novas ruas ou para a execução de outros trabalhos de urbanização ser[ia] autorizada pelo Govêrno sem que as câmaras municipais interessadas demonstr[assem] que o trabalho projectado faz[ia] parte de um plano de urbanização elaborado e aprovado*”²⁴, rapidamente esta situação se iria alterar. Pelo menos em parte.

Se entre 1934 e 1940, apenas dois PGU dão entrada no CSOP, de 1940 a 1949, contam-se, já, setenta e um planos submetidos à apreciação deste organismo²⁵. Valor que mais do que duplica na década seguinte²⁶. Esta “explosão” de Planos Gerais de Urbanização justifica-se, por um lado, pela passagem e presença de importantes urbanistas estrangeiros no nosso País - Donat-Alfred Agache, Ettienne De Gröer, Marcello Piacentini e Giovanni Muzio- e, por outro, pelo aparecimento dos primeiros urbanistas portugueses com formação específica - João Guilherme Faria da Costa e David Moreira da Silva. Essa presença iria, em grande medida, fomentar o interesse e o crescente envolvimento de uma nova geração de arquitectos na prática urbanística, de que se destacam nomes como os de Carlos Negrão (com o plano de 25 localidades a seu cargo, em 1948), João Aguiar (com 22 localidades), Mário de Oliveira (com 15 localidades), Januário Godinho (com 13 localidades), e Brito e Cunha e José de Lima Franco (com 11 localidades).

Também a criação de uma Direcção-Geral de Serviços de Urbanização (DGSU), preparada, desde 1942, pela Secção de Melhoramentos Urbanos do MOPC e constituída dois anos depois²⁷, seria fundamental para acelerar o processo iniciado dez anos antes.

Idem, pp. 2139-2140)

²⁴ Idem, p. 2140.

²⁵ De acordo com o Anexo IV apresentado em LÔBO, Margarida Souza, op. cit., pp. 286-288.

²⁶ Com 180 planos entregues entre 1950 e 1959 (Cf. Idem, pp. 289-294)

²⁷ Pelo Decreto-Lei N.º 34:337, de 27 de Dezembro de 1944, revisto pelo Decreto-Lei N.º 37:009, de 12 de Agosto de 1948.

“Tem tido largo desenvolvimento a política de intervenção do Estado em tudo o que se refere aos melhoramentos públicos, de carácter rural ou urbano, que por todos os municípios do País se têm projectado e realizado. O Govêrno reconhece a vantagem de manter e continuar desenvolvendo mais

*ainda esta política, que tam
profundos e generalizados
benefícios tem produzido. (...)
A actuação do Estado reveste
dois aspectos fundamentais:
o da intervenção técnica, seja
para estudo dos projectos, para
sua orientação e aprovação
superior, ou para fiscalização
dos trabalhos; e o da própria
comparticipação financeira,
que atinge já centenas de
milhares de contos.
Essa actuação - como
consequência da forma
gradual por que se iniciou
nos diferentes sectores
- tem estado a cargo de
vários serviços distintos,
conforme se trate de edifícios
públicos, arruamentos, de
abastecimentos de água ou
rêdes de esgotos, de chafarizes,
de estradas municipais ou
caminhos vicinais, etc.. São
evidentes os inconvenientes
desta dispersão, não só pela
interferência que se verifica
entre os diferentes estudos
e trabalhos, como pelo
fragmentado aproveitamento
do pessoal que nêles tem de
intervir.
Convém, portanto, reunir num
só departamento do Ministério
das Obras Públicas tudo o
que constitue a intervenção
do Estado no vasto domínio
dos melhoramentos urbanos e
rurais, a fim de lhe dar unidade
e maior eficiência.
Por outro lado, o recente
decreto-lei n.º 33:921,
publicado em 5 de Setembro
último, marca um novo
propósito e afirma o
desenvolvimento da
anterior orientação*

No entanto, a revisão, também em 1944, da legislação em vigor sobre o planeamento urbano, logo seguida, em 1946, da consagração da figura do Antepiano, apesar de, aparentemente, se limitarem a uma actualização das disposições fixadas em 1934, vinham introduzir alterações profundas à prática urbanística então corrente e à ideologia por detrás dessa prática. Na realidade, estas reformas vêm reinstaurar o sentido policial que caracterizava os anteriores Planos Gerais de Melhoramentos.

De facto, a legislação de 1934 “*não vinculava o licenciamento de obras particulares à observância das disposições contidas num plano de urbanização aprovado*”²⁸, apenas o fazia para as obras de promoção oficial, devendo “*as câmaras municipais da[r] execução aos planos de urbanização pela ordem do maior interêsse público e segundo as suas possibilidades financeiras*”²⁹. Neste sentido, mais do que uma questão de controle da iniciativa privada, o que estava em causa era a criação de uma imagem urbana representativa da presença e do poder do Estado, através do desenho e da articulação dos edifícios e do espaço públicos na definição da forma da cidade. Por outro lado, depois de concluídos e antes de submetidos a apreciação superior, os planos deviam ser alvo de um inquérito público, abrindo-se à população local o conhecimento e a discussão sobre a evolução do seu território.

Noutro sentido, o Decreto-Lei N.º 33:921, de 5 de Setembro de 1944, para além de possibilitar que os Planos de Urbanização fossem desenvolvidos directamente pelos serviços do Estado (e para isso é criada, três meses depois, a DGSU), solução vantajosa para muitos municípios, mas que os deixava completamente alheados do processo de decisão e nas mãos dos interesses da Capital, permitia às Câmaras desenvolver Planos Parciais enquanto não fossem aprovados os Planos de Urbanização gerais, potenciando, assim, a abertura de novas fracturas entre o poder central e o poder local. Mas, mais importante, este diploma condicionava, agora, a emissão

²⁸ GONÇALVES, Fernando, op. cit., p. 105.

²⁹ Decreto-Lei N.º 24:802, op. cit., p. 2139.

das “licenças para construção ou transformação de prédios, nas áreas urbanizadas ou urbanizáveis abrangidas nos planos (...), à observância rigorosa dos mesmo planos e seus regulamentos, cumprindo às câmaras municipais ou aos organismos [competentes] embargar as obras em caso de transgressão”.³⁰

Já o Decreto-Lei N.º 35:931, de 4 de Novembro de 1946, oficializava “a prática corrente em trabalhos desta natureza”³¹ da realização de Anteplanos pormenorizados como base de estudo para os Planos definitivos, conferindo àqueles que fossem apresentados ao CSOP e aprovados praticamente a mesma força de lei atribuída a estes, embora implicando muito menos trabalho. Não é de estranhar, portanto, que muitas câmaras municipais se tenham ficado por Anteplanos, que, à partida, eram considerados instrumentos provisórios, “aprovados definitivamente”.³²

Assim, “(...) de um modo esquemático, podemos dizer que as reformas de 1944-46 reforçaram o vector policial do planeamento urbano praticado em Portugal, nomeadamente através dos seguintes expedientes:

Extensão do carácter secreto dos estudos de urbanização, aferível pelo facto de estes:

- não serem sistematicamente divulgados junto dos munícipes (as câmaras municipais que desejassem submeter um plano a inquérito público necessitavam de obter, expressamente e caso a caso, autorização do Governo);

- não passarem da fase de antepiano à fase de plano geral de urbanização e expansão (o que de um ponto de vista jurídico equivalia a dizer que os estudos nunca passavam de uma fase preparatória e daí que a sua divulgação dependia, também caso a caso, de expressa autorização do Ministro das Obras Públicas);

- não serem publicados na folha oficial (a entrada em vigor dos planos gerais de urbanização e expansão dependia da sua publicação no Diário do Governo, o que já não sucedia com os anteplanos).

Alienação, aos municípios, da sua capacidade de condução dos estudos de urbanização, sensível no que respeita:

- à sabotagem da constituição dos ‘serviços técnicos de urbanização’ municipais, previstos desde o regulamento de 1934 mas nunca organizados;

estabelecida pelo Governo: a de promover e estimular, com carácter de indispensabilidade e urgência e em moldes de civilização e progresso adequados, a urbanização de todas as sedes dos concelhos e de outros aglomerados populacionais importantes de todo o País. É mais um campo de acção dos serviços do Estado que vai estender-se, de norte a sul, a todos os recantos onde tem de fazer-se sentir a política de renovação empreendida.

De tudo resulta a vantagem de constituir um organismo centralizador desses serviços, dotados dos necessários meios e caracterizado pela unidade e homogeneidade indispensáveis à interdependência existente entre os vários sectores da sua intervenção.

E assim se cria a nova Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, nos termos do presente decreto-lei.”

(Decreto-Lei N.º 34:337, Diário do Governo, I Série, N.º 286, 27 Dezembro 1944, p. 1327)

³⁰ Decreto-Lei N.º 33:921, Diário do Governo, I Série, N.º 197, 5 Setembro 1944, p. 886.

³¹ Decreto-Lei N.º 35:931, Diário do Governo, I Série, N.º 250, 4 Novembro 1946, p. 1045.

³² GONÇALVES, Fernando, op. cit., p. 111.

- ao reforço, em contrapartida, dos ‘serviços eventuais’ que fiscalizavam a aplicação dos dinheiros do Fundo de Desemprego, reforço que desembocaria na pesada estrutura da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização;

- à privatização dos projectos urbanísticos pela sua entrega sistemática a uma nova classe de profissionais liberais, os ‘urbanistas’, cuja razão de existência, fortuna e prestígio muito ficaria a dever ao monopólio de estudos de urbanização detido pelo Ministério de Obras Públicas.”³³

Outras alterações introduzidas com a reforma de 1944 diziam respeito à escala em que eram realizados os levantamentos topográficos - da “escala 1:500, com curvas de nível equidistantes de 1 metro” passa-se para as “escalas de 1:1000 ou 1:2000, conforme a importância e a extensão das localidades” - e à área abrangida pelos planos - para além das “zonas já edificadas”, das “zonas a urbanizar no interior ou na periferia das localidades” e das “artérias de ligação às redes de viação ordinária e acelerada e a quaisquer centros próximos de recreio, cura ou de interesse turístico”, os planos passavam a compreender, também, “as zonas rurais de protecção, vedadas à construção urbana, pertencentes ou não ao concelho da localidade”.

Interessante é perceber que, logo desde a legislação de 1934, ficava contemplada a possibilidade de “as câmaras municipais de dois ou mais concelhos vizinhos poderão associar-se para o efeito de procederem em comum à elaboração de planos de urbanização de zonas que compreendam terrenos pertencentes a todos êles”, abrindo o precedente para um planeamento de carácter regional que, no entanto, fora Lisboa, o Porto e a Costa do Sol, e, neste último caso, por iniciativa directa do Estado, não teria grande adesão por parte da administração municipal. De resto, o planeamento regional só será oficialmente instituído, em Portugal, com a Lei N.º 48/98, de 11 de Agosto, que estabelece as bases de uma política de ordenamento do território e de urbanismo, assente num sistema de gestão territorial estruturado em três níveis - o nacional, o regional e o municipal - a que correspondem instrumentos específicos,

entre os quais os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT).³⁴

Pelo Relatório de Actividades do MOPC³⁵, no final de 1959 contavam-se 597 planos em curso, entre aqueles por iniciar (150), em estudo (109), em apreciação (45), aprovados (81), aprovados com observações (154) e em remodelação (58). Deste número, apenas sete correspondem a Planos de Urbanização propriamente ditos, todos os restantes adoptam a designação de Anteplanos.



MOP - DGSU
Relação dos Anteplanos, em 31
de Dezembro de 1959
(imagem adaptada de
*Relatório da Actividade do Ministério
no Ano de 1959*, 2.º Volume, Lisboa,
Ministério das Obras Públicas, 1960)

³⁴ Cf. Lei N.º 48/98, *Diário da República*, I Série-A, N.º 184, 11 Agosto 1998.

³⁵ *Relatório da Actividade do Ministério no Ano de 1959*, 2.º Volume, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1960.

Embora, dos cerca de trezentos planos aprovados, mais de dois terços o fossem com observações ou se encontrassem em remodelação, a sua realização permitiu aos municípios ter uma perspectiva global sobre a evolução expectável do seu território e traçar uma linha de orientação para intervenções futuras³⁶, fornecendo-lhes a ferramenta necessária para se candidatarem aos subsídios oficiais. Na medida em que este modelo de instrumento de planeamento territorial compreendia a apresentação de uma “Planta de Urbanização” que condensava, em desenho, uma visão de conjunto para cada aglomerado - desde o estudo do traçado da estrutura viária, à definição da implantação dos principais equipamentos e espaços públicos e à delimitação de zonas funcionais -, nele ficava traduzida a imagem de uma forma urbana. Forma que, por ser determinada, fundamentalmente, pela “Obra Pública”, é expressão da ideia de cidade preconizada pelo Estado Novo.

Com a explosão construtiva dos anos sessenta, o Estado deixa de conseguir controlar e acompanhar o ritmo de expansão do território urbanizado, sobretudo nos principais centros populacionais do país, abrindo o caminho à intervenção privada e, com ela, à especulação fundiária e imobiliária. *“Previdente, o regime fascista soube não alienar por completo os poderes policiais do Governo, antes estabeleceu com o capital financeiro um ‘modus vivendi’ agradável a ambas as partes. Tal acordo encontra-se consubstanciado nos chamados ‘planos de áreas territoriais’, uma espécie de super-planos-policiais, formalmente estudados nos serviços do Ministério das Obras Públicas, sendo por este departamento utilizados para chamar a si o controlo das áreas de concentração urbana e das ‘zonas turísticas’. Através destes instrumentos o Governo podia condicionar a aprovação de projectos de edifícios e de loteamentos urbanos (...) e, ao mesmo tempo, delegava nos grandes gabinetes de projecto, meros*

³⁶ Os Planos Gerais de Urbanização eram realizados para um arco temporal de trinta a cinquenta anos.

apêndices da Banca, a feitura dos difusos estudos que davam um mínimo de sentido àquele controlo".³⁷

Mas isso será só a partir dos anos sessenta. Por agora, importa perceber como é que a imagem de cidade construída durante o Estado Novo se traduz para o espaço da Praia e se, aqui, fixa, ou não, um modelo específico de urbanização. Isto porque, se, por um lado, se tratam de aglomerados criados praticamente *ex novo*, e, por isso, abertos à experimentação de modelos tipo-morfológicos diferentes dos da cidade convencional, por outro, a sua implantação junto à costa tem repercussões no conceito tradicional de "centro", privilegiando-se uma ocupação de desenvolvimento linear ao longo da frente marítima. A acrescentar, uma certa monofuncionalização do uso do espaço centrada no Lazer, com naturais implicações no tipo de programas que são trabalhados.

Coincidindo a implementação dos PGU com o período em que começa a despontar em Portugal, ainda que de uma forma incipiente, um Turismo dito de massas, a leitura dos planos desenvolvidos para as Praias portuguesas ao longo das décadas de quarenta a sessenta permite-nos, também, ter uma noção da evolução social do fenómeno turístico no nosso país e das políticas oficiais defendidas para este sector, porque a uma ideia de organização do território corresponde, necessariamente, uma ideia de sociedade.

Por fim, tratando-se de uma circunstância particular, é, igualmente, importante ter em consideração as experiências estrangeiras contemporâneas que informaram, directa ou indirectamente, as propostas dos urbanistas portugueses na caracterização de um urbanismo "balnear", se assim o podemos chamar. Naturalmente, exemplos de organização territorial anteriores, já explorados no planeamento de outras Praias - como a Foz, a Granja, a Figueira da Foz, Espinho, o Estoril e a Póvoa de Varzim, vão, da mesma forma, estar na base dessas propostas, quer como modelos a seguir, quer como modelos a criticar.

³⁷ GONÇALVES, Fernando, op. cit., p. 115.

Urbanismo “balnear”: a definição de um modelo

Como dissemos, os quatro primeiros Planos de Urbanização submetidos a parecer do Conselho Superior de Obras Públicas são relativos a praias - Praia da Rocha, em 1936, Praia de Mira, em 1937, Praia de Monte Gordo (Frente Marginal) e Praia de Moledo, ambos em 1942. Nesta lista não estão indicados os planos para a Praia do Cabedelo, resultado de um concurso público lançado em 1933, e para a Praia da Vieira de Leiria, com um primeiro estudo, realizado pelos serviços da Câmara Municipal da Marinha Grande, de 1936. Este facto é, em si, revelador da crescente procura que os aglomerados do litoral começam a ter, no início da década de trinta, como destino de veraneio e da necessidade de se prever, adequadamente, a sua valorização e apetrechamento turísticos, uma vez que a maioria deles não passavam, nesta altura, de pequenos núcleos piscatórios ou de apanha do sargaço e, por isso, constituídos, quase exclusivamente, por palheiros de madeira, sem aparente organização e sem condições de higiene ou sanitárias.

Pela precariedade das construções existentes e pela ausência de grandes condicionantes à urbanização destes lugares, que não as impostas pelo ambiente natural, não é, também, de estranhar a maior celeridade com que são realizados os levantamentos topográficos destes núcleos e os seus respectivos planos urbanísticos, todos eles, excepto o da Marginal de Monte Gordo, preconizando a demolição, parcial ou total, das pré-existências para dar lugar a um desenho formal, traçado a régua e esquadro pelos arquitectos, feitos urbanistas, nos seus escritórios em Lisboa. Atitude que seria oportunamente condenada, por Raúl Lino, em *Quatro Palavras Sobre Urbanização*, comunicação lida a 26 de Abril de 1945, no Teatro Sá de Miranda, em Viana do Castelo, a convite do Presidente daquela Câmara Municipal: “*os planos de urbanização, sobretudo a reforma urbanística de cidades ou vilas existentes, não podem depender em primeiro lugar da régua e do esquadro. Não é friamente no estirador do técnico que se deve delinear*”

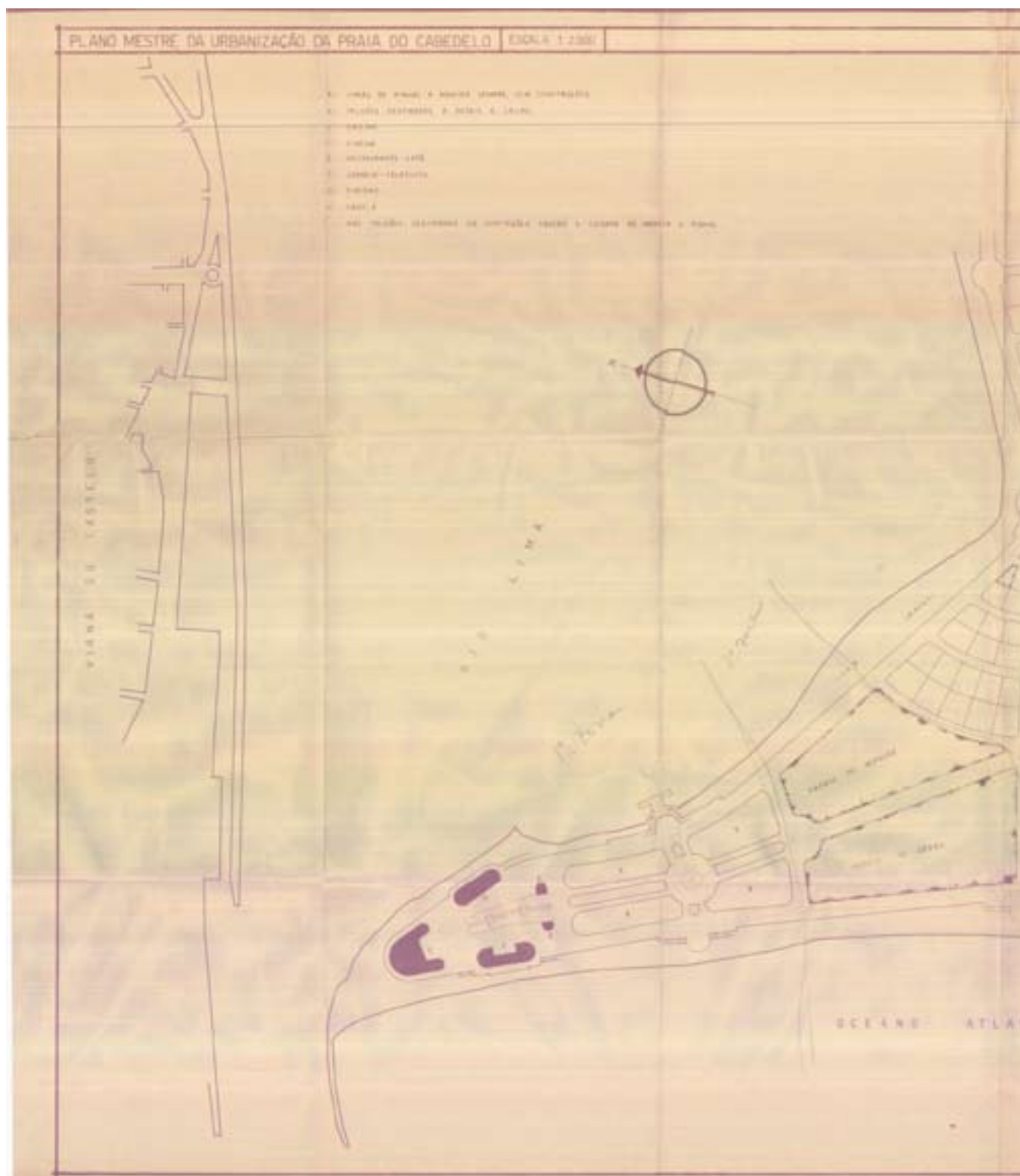
*qualquer plano de reforma urbanística, principalmente quando se trata de uma terra de carácter marcado, com feição regional ou elementos de interêsse especiais. (...) Sobretudo quando se joga no naipe do turismo, não se pode perder de vista por um momento a necessidade de conservar as feições urbanísticas interessantes que são a própria justificação do turismo e a sua principal razão de existir.”*³⁸

E aqui residia o cerne da questão. É que na maior parte das praias portuguesas não existiam elementos de grande interesse turístico, para além dos decorrentes da sua localização paisagística privilegiada. Nesse sentido, era necessário criar uma cenografia capaz de transmitir a tal feição e carácter particulares de que dependia o desenvolvimento destes aglomerados enquanto estâncias de Turismo. Características que, num primeiro momento, seriam determinadas pela sua unidade e coerência urbanas. É neste contexto que se percebem as soluções mais formais adoptadas nestes primeiros estudos, em que os aglomerados são concebidos e apresentados como conjuntos acabados. Uma visão que permite qualificar estas propostas como *planos-imagem*.

Curioso é que, destes seis planos, apenas o estudo para a Praia de Moledo do Minho seria aprovado ao fim de um ano (em 1943), necessitando, os restantes, de, pelo menos, uma década para serem homologados pelo MOPC e todos eles com condicionamentos, ou pela extensão das demolições avançadas, ou pelo desajuste de escala das intervenções preconizadas face à realidade concreta das povoações e das capacidades financeiras dos municípios, obrigando à realização de várias remodelações dos projectos iniciais que, por esse motivo, acabariam por cair na categoria de Antepianos, introduzida em 1946.

Mesmo assim, ainda hoje é, mais ou menos, perceptível a influência destas propostas no traçado da estrutura urbana daquelas praias.

³⁸ LINO, Raúl, *Quatro Palavras Sobre Urbanização*, Lisboa, Edição de Valentim de Carvalho, 1945, pp. 33 e 38.



Plano Mestre da Urbanização da Praia do Cabedelo
 Jorge Segurado e António Varela, 1933-1941
 (imagem Arquivo DGOTDU)

Na sequência do concurso público ganho, em 1933, por Jorge Segurado e António Varela, o *Plano Mestre da Urbanização da Praia do Cabedelo* é desenvolvido, numa primeira fase, até 1941. Na proposta que apresentam, os arquitectos estruturam a



nova urbanização em três zonas - Zona Turística, Zona de Parques e Jogos e Zona de Habitações - a primeira situada na ponta do Cabedelo, junto à foz do Rio Lima, a segunda na transição entre a primeira e a terceira zonas, e a última, a maior, estendendo-se para sul

e nascente. *“Tôda a distribuição obedeceu a princípios racionais; a satisfação de tôdas as necessidades e a uma arrumação lógica (...) em relação às três zonas estabelecidas. Estas zonas são, de facto, três órgãos distintos no organismo formado pelo tôdo, mas dispostos de tal modo que a sua localização, as suas relações entre si estabelecem um funcionamento orgânico em correspondência à lógica das necessidades, não só de cada zona, mas também às três em conjunto”*.³⁹

A Zona Turística *“é pela sua situação e pelos edifícios nela projectados a zona fundamental de todo o conjunto”*, é nela que *“converge o movimento e a acção de todo o núcleo; e o motivo inicial de tôda a organização de uma praia; é a razão de ser a que obedeceu o espírito creador de tôda a composição. É a primeira zona, não só em importância urbana, de luxo digamos, embora sóbrio, mas igualmente por ser o começo natural do Cabedelo, a ponta de terra que graciosamente penetra no oceano Atlântico, a par da foz do rio Lima”*.

Aqui se vão implantar os edifícios representativos da nova estância balnear: o Casino (C), no extremo norte do conjunto, enquadrado pelos edifícios do Cinema (D), a nascente, e o Restaurante-Café (E), a poente. No lado sul da Praça do Casino, ajardinada, situam-se os pavilhões do Serviço dos Correios e Telégrafos (F) e da Comissão de Iniciativa de Turismo (G). Na continuação desta praça, para sul, definem-se quatro talhões arborizados, destinados à instalação de estabelecimentos comerciais de vária ordem - *“lojas, de vendas, barbeiro, etc., cafés, bars, com terraços sombreados e com vistas amplas tanto para o mar como para o rio Lima”* - e dos dois hotéis - de primeira e segunda classes - *“implantados em lugar central, perto da praia”*. A eixo desta composição, do lado do rio, localiza-se um *“cais de embarque e desembarque para serviço fluvial de comunicação directa entre o foco urbano da cidade de Viana e o novo centro urbano da praia*

do Cabedelo”.

A Zona de Parques e Jogos divide-se em Parque de Repouso e Parque de Jogos, este equipado com “*cinco ‘courts’ de tennis; campo de ‘croquet’; campo de ‘Basket-Ball’ e patinagem*”.

Por fim, a Zona de Habitações, reservada exclusivamente à função residencial, que, pelas suas características de área de pinhal, a preservar ao máximo nos talhões destinados à construção, é trabalhada como uma “*cidade-jardim-parque*”. Nesse sentido, entre os lotes para habitação são mantidas “*grandes faixas de arvoredo (‘Pulmões’) (...) que servirão de logradouro aos seus habitantes e que se destinam sobretudo às crianças para que estas fora do perigo das ruas possam livremente satisfazer tôdas as necessidades dos seus músculos e de todos os caprichos da sua fértil imaginação*”.

No centro desta zona é definida uma ampla praça circular que articula os diferentes acessos viários ao conjunto, estabelecida no cruzamento entre a avenida central, traçada na bissectriz do ângulo do Cabedelo até à Estrada Nacional N.º 13, e a avenida perpendicular à Praia marítima. É neste cruzamento que se localizam a Capela, implantada no centro da rotunda, e o Mercado, “*envolvido por uma forte cinta de arborização*”. “*Uma avenida marginal contorna do lado do mar e do rio a zona geral de urbanização*”, ao longo da qual são criados diversos acessos às praias, em escadaria e rampa, sob os quais “*se alojam as cabines-vestiários para os banhistas, w.c., etc.*”. Junto à Praia principal é, ainda, prevista a construção de “*dois edifícios destinados a garages de recolha*”, para servir a população flutuante de banhistas.

Destacando-se, em desenho, do resto da composição, “*no lado do rio Lima, num ângulo reentrante de margem, criou-se um conjunto concêntrico em anfiteatro, assim projectado em relação às curvas de nível do local e de acordo com aquela reentrância, e que oferecerá sem dúvida um aspecto de muito agradável perspectiva em face do belo panorama da cidade e horizontes que a envolvem*”.

Páginas seguintes:
*Plano de Urbanização da
Praia do Cabedelo
Planta Geral*
Fotografia de Mário Novais,
c.1942
(imagem
Biblioteca de Arte FCG)

"S.ª LUZIA"

PLANO DE URBANIZAÇÃO PLANTA GERAL



PLANEJAMENTO DA PRAIA DO CABEDELO

GERAL - ESCALA 1:2000



À maneira dos traçados oitocentistas, o *Plano Mestre da Urbanização da Praia do Cabedelo* é, assim, definido a partir de uma estrutura de grandes eixos viários que estabelece a ligação entre as diversas zonas da intervenção. No cruzamento dessas vias são criados pontos focais de interesse, como a grande praça circular da Capela, centro de toda a composição, e a Zona Turística, na ponta do Cabedelo. A grande variedade na forma dos quarteirões resultantes do desenho desta estrutura contrasta com a regularidade dos talhões conseguidos, para os quais, no entanto, nada é, inicialmente, estipulado em relação à tipologia ou volumetria dos edifícios a construir, situação corrigida na Planta Geral entregue depois.

Estranho é que, embora ocupando um local privilegiado, com vista sobre o rio e sobre o mar e rematando, a norte, a avenida central e as duas avenidas marginais, a Zona Turística, onde se concentram os equipamentos mais emblemáticos da estância balnear, apareça marginalizada em relação ao conjunto geral, sendo, de certa forma, secundarizada pela força geométrica da composição em leque do bairro residencial, que, aqui, ganha protagonismo. Já a proposta da construção de dois hotéis junto ao Casino surge, certamente em resposta à regulamentação, de 1927, das Zonas de Jogo, na qual Viana do Castelo tinha sido, inicialmente, considerada e qualificada como Zona de Jogo Temporário, classificação que, como vimos, seria, pouco depois, revertida a favor da Póvoa de Varzim.

Apesar de se tratar de uma urbanização *ex novo*, o *Plano Mestre da Urbanização da Praia do Cabedelo* só seria homologado por despacho ministerial de 16 de Abril de 1949 e com condições, sendo necessários, para isso, três estudos de alterações - em 1946, 1947 e 1949. Significativas são as mudanças introduzidas no plano logo em 1946, que vêm confirmar a centralidade da rotunda da Capela, transferindo-se para este local o Cinema - resolvido, agora, com as Lojas e o Mercado, no quarteirão antes reservado apenas para este equipamento, os pavilhões dos Correios e Telefones e do Turismo, e o Restaurante-Café, complementando-se este núcleo com uma



Auto-Gare, com Estação de Serviço e Recolha, instalada no quarteirão a poente do Cinema-Lojas-Mercado. A ponta do Cabedelo fica, nesta solução, reservada exclusivamente a Zona Turística destinada ao desporto da Pesca, separada do resto da urbanização por uma área de pinhal, animada apenas por um Hotel ou Pousada, com frente para a Praia marítima.

O pormenor com que é definida a implantação deste edifício, o único que aparece formalmente delineado na *Planta Geral* que compõe o processo, sugere a existência de um projecto já em desenvolvimento para esta localização. Ideia que é reforçada pela *Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização da Praia do Cabedelo (Viana do Castelo) - Revisão*, apresentada, por Carlos Carvalho Dias, em 1963, na qual, sensivelmente no mesmo sítio, aparece representado um equipamento da mesma natureza, embora com outro desenho e uma área de implantação bastante superior àquela aqui considerada. Inclusivamente, na *Memória Descritiva* desta revisão do, agora, Antepiano é feita a referência a que este terreno tinha sido vendido para a construção de um Hotel de Turismo, considerando-se esta área como cativa.

1.ª alteração ao Plano Mestre da Urbanização da Praia do Cabedêlo

Jorge Segurado e António Varela, 1946
(imagem Arquivo DGOTDU)



Anteplano de Urbanização da Praia do Cabedelo - Revisão
Planta de Urbanização

Carlos Carvalho Dias, 1963
(imagem Arquivo DGOTDU)

O facto de “o desenvolvimento da Praia do Cabedelo (...) se vir processando um pouco desordenadamente à margem do Plano vigente”⁴⁰ será, de resto, a principal justificação para a

⁴⁰ DIAS, Carlos Carvalho, *Anteplano de Urbanização da Praia do Cabedelo (Viana do Castelo)*



realização do novo estudo. De facto, pela planta apresentada, é possível verificar alguns desvios ao traçado proposto por Jorge Segurado e António Varela, na implantação das habitações que

acompanham a Marginal Fluvial, entretanto assumida como a principal via de penetração no aglomerado a partir da Estrada Nacional N.º 13, e a Avenida Central, aqui designada de Rua C, mas, sobretudo, pela inclusão de uma Colónia Balnear Infantil, da FNAT, e de um Parque de Campismo na zona residencial a poente desta via, limitando toda a possibilidade de expansão para sul da futura Praia. *“Outros arruamentos, já inteiramente abertos ou simplesmente esboçados, tiveram de se respeitar assim como alinhamentos já comprometidos por edifícios recentemente construídos ou pelos talhões vendidos para construção”*.

Também a ponta do Cabedelo, inicialmente considerada como Zona Turística por excelência e alvo de um tratamento especial, viria a ser ocupada, aleatoriamente, por uma série construções e armazéns de apoio, que aparecem já indicados na planta de 1946. Procurando inverter esta tendência, tinha-se avançado com um estudo de pormenor para esta área, elaborado pelo arquitecto Eduardo Matos e já apresentado para aprovação superior.

Não incluído neste estudo, nem integrado na zona residencial, o próprio Hotel resultava, agora, como um objecto solto, perdido no meio da composição, funcionando, inclusivamente, como uma barreira entre uma zona e a outra. Interessante é constatar que o conjunto hoteleiro representado nesta planta de 1963 apresenta grandes afinidades com o projecto do Motel Abrigo do Postilhão⁴¹, do arquitecto Márcio Freitas, construído, poucos anos depois⁴², à beira da Estrada Nacional N.º 13, num lote a nascente desta via e antes do acesso para a Praia. Embora não se trate exactamente do mesmo projecto, o princípio de fragmentação volumétrica e a articulação escalonada dos módulos de apartamentos, assim como o desenho dos arranjos exteriores, onde se destaca a Piscina, parecem reforçar esta ideia.

⁴¹ Dos primeiros, se não o primeiro motel construído em Portugal, este projecto será abordado com maior pormenor no capítulo 4.2..

⁴² Esta obra é publicada, já concluída, no número de Março de 1966 da revista Binário, destacada por conseguir aliar um programa moderno com uma expressão arquitectónica tradicional: *“Uma função internacional ‘veste-se’, no Minho, de minhota”*. (Cf. “Motel Abrigo do Postilhão, Viana do Castelo”, *Binário: Revista Mensal Arquitectura, Construção, Equipamento*, Lisboa, N.º 90, Março 1966, pp. 134-137)



Com as sucessivas alterações introduzidas ao plano, a urbanização da Praia do Cabedelo perdia a unidade e a coerência do desenho inicial. A ausência de espaços públicos qualificados, onde os banhistas e veraneantes se pudessem reunir ou passear, a divisão da Zona de Recreio e Turismo em “*dois núcleos independentes: um à ilharga da praceta terminal da EN 13-5, constituído pelo terreno para construção de um hotel e respectivos anexos (...); e o outro, englobando os actuais Parques de Campismo e Colónia Balnear Infantil*”, ambos sem estabelecerem qualquer tipo de relação com a sua envolvente próxima ou criando uma imagem de centralidade, e a abordagem mais orgânica adoptada na caracterização da Zona Residencial, retiravam todo o sentido de urbanidade da intervenção. Mas é, sobretudo, a não concretização do grande Centro Turístico na ponta do Cabedelo, idealizado como remate de toda a proposta urbanística e pólo catalisador da vida à beira-mar, que a ausência de uma Marginal Marítima põe, ainda mais, em evidência, o factor determinante para a falta de legibilidade deste aglomerado balnear como um todo.

Praia do Cabedelo, Viana do Castelo
Vista Aérea, 1965
(imagem
Instituto Geográfico Português)

No Algarve, a Praia da Rocha conhecia já alguma projecção como centro turístico. A classificação, em 1927, desta estância como Zona de Jogo Temporário e a consequente renovação do Hotel e do Casino Viola, em 1932, vinham confirmar essa vocação, anunciando uma nova fase de desenvolvimento do aglomerado balnear. Nessa perspectiva, a 1 de Agosto de 1935, a Comissão de Iniciativa local lança a concurso público a elaboração do respectivo Plano Geral de Urbanização. Das quatro inscrições admitidas⁴³, apenas uma equipa, formada pelo engenheiro António Emídio Abrantes e o arquitecto Carlos Ramos sob a sigla “Dois Ursos”, acabaria por entregar uma proposta, sendo, esta, aprovada, por unanimidade, a 29 de Novembro desse ano⁴⁴.

Segundo a Memória Descritiva e Justificativa apresentada no concurso, *“a solução adoptada no projecto de urbanização da Praia da Rocha procurou tirar partido das condições impostas pela topografia local, de modo que se lhe ajuste, para evitar dispendiosas obras de atêrro e dasaterro, e do pitoresco natural de uma das mais belas praias portuguesas”*⁴⁵. Por outro lado, salientava-se que *“character histórico e architectonico da urbe não ha, porque esta está em formação e será, em grande parte, resultado do plano de urbanização que se adoptar”*. Nesse sentido, *“não convém no plano de urbanização descer a minúncias sôbre a architectura dos edifícios, porque tudo quanto se legislar nêste sentido será sempre de difficil execução; isto deve ficar ao cuidado do organismo que, de futuro, superintenda na estética da povoação, (...). Em trabalhos desta indole não convém impôr condições demasiado rigidas que*

⁴³ Os quatro concorrentes inscritos foram: o Eng. António Emídio Abrantes, o Capitão António Ignacio da Silva, o Arquitecto José A. Cottinelli Telmo e o Eng. Agostinho Coelho. (Cf. COSTA, F. B. Velho da, *O Plano de Urbanização da Praia da Rocha e A Burocracia Política Local*, Portimão, Tipografia Lumen, 1937, p. 6)

⁴⁴ Segundo o programa e as bases do concurso, o júri do concurso seria composto por nove membros: o Presidente da Comissão de Iniciativa da Praia da Rocha (Dr. Frederico Ramos Mendes), o Presidente da Câmara Municipal de Portimão (Alvaro Joaquim Calhau, Presidente da Comissão Administrativa da CMP), o Delegado de Saúde, dois engenheiros civis, um nomeado pelo MOPC (Eng. Roberto de Espregueira) e outro pela Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, três arquitectos, dois indicados pelo MOPC (Arq. Luís Cristino da Silva) e outro pelo Sindicato Nacional de Arquitectos (Arq. Tertuliano de Lacerda Marques), um representante do comércio e indústria locais (Julio de Sousa Calaça), e uma pessoa notável do Concelho, convidada pela Comissão de Iniciativa (Francisco de Bivar Weinholtz). (Cf. Idem, p. 6 e ABRANTES, António Emídio, RAMOS, Carlos, *Plano de Urbanização da Praia da Rocha: Memória Descritiva e Justificativa*, [s.l., 1942])

⁴⁵ *Dois Ursos: Memoria Descritiva e Justificativa*, [s.l., 1935].

visem dificuldades à solução a adoptar: é preferível que esta, conformada embora com indicações de ordem geral, procure a solução mais conveniente dentro da lógica do plano de conjunto adoptado". Os autores não se inibiam, no entanto, de sugerir que era *"de aceitar a tendência actual da arquitectura algarvia para a cobertura das habitações por meio de terrassos. Solução que o regime higrométrico justifica plenamente"*, deixando, desde logo, implícito o partido arquitectónico que achavam que devia ser adoptado na futura urbanização.

A ideia de transformar a Praia da Rocha numa estação climática de primeira ordem passava, então, por criar uma imagem urbana forte que conferisse o tal carácter que faltava a esta Praia enquanto centro turístico. A solução apresentada propunha isso mesmo, numa composição que articula influências de desenho urbano clássicas, por via do movimento *City Beautiful*, com um traçado mais informal, inspirado nas teorias da Cidade-Jardim. Combinação de modelos que informara, já no início do século, a crítica aos traçados hipodâmicos da cidade oitocentista, determinados exclusivamente por princípios de eficácia, higiene e ordem, de que a obra *Der Städtebau* de Camillo Sitte, publicada em 1889, havia sido o principal motor, defendendo a beleza intrínseca à variedade e à irregularidade do espaço urbano na cidade antiga.

A partir da Marginal existente, a Avenida Tomaz Cabreira, renovada e prolongada para poente, até ao Vau, a acompanhar a arriba, são traçadas duas avenidas perpendiculares ao mar onde se concentram os principais equipamentos da nova estância. A primeira, correspondendo à antiga estrada municipal de ligação a Portimão, tinha início junto ao Hotel da Rocha, ponto onde se fazia o principal acesso à Praia, e, a segunda, na Esplanada dos Três Castelos, acidente natural da linha de costa, notável pelo seu pitoresco. Aquele primeiro núcleo seria composto, para além do Hotel referido, por dois grandes edifícios de Estabelecimentos Comerciais, a ladear a avenida, e, no limite norte da urbanização, pelo conjunto do Balneário e da Auto-Gare, voltados para

uma pequena praça de entrada no aglomerado. De cada lado da avenida, por trás das áreas comerciais e respondendo ao programa do concurso, seriam implantados os equipamentos religiosos, um dedicado ao culto protestante e outro ao católico. A poente daquela praça localizava-se o Mercado. Por sua vez, o núcleo da Esplanada, disposto em leque sobre o mar, era constituído pelo novo edifício do Casino e por um novo Hotel, servidos por amplas zonas de estacionamento, a que se seguiam outros dois edifícios de Estabelecimentos Comerciais, desenhando a frente dos seus quarteirões. A rematar este eixo, a norte, situava-se a Escola Jardim, centro do Bairro Económico desenhado em anfiteatro.

Estes dois eixos principais encontravam-se ligados por uma grande avenida arborizada, que definia o limite exterior da urbanização, e por um sistema de diagonais confluindo, em estrela, numa praça de distribuição, pela qual é traçado um terceiro eixo perpendicular à costa. Estas vias principais de circulação automóvel organizam as três Zonas Residenciais propostas, a que um segundo nível de arruamentos, de desenho sinuoso, confere um carácter mais intimista e familiar, em especial no Bairro Residencial mais próximo do Forte de Santa Catarina, a nascente, onde se concentrava a maior parte das habitações já existentes. Pela planta do Plano de Urbanização, verificamos que nestas áreas residenciais é adoptada a tipologia da moradia unifamiliar isolada com jardim, enquanto que no Bairro Económico se defende a moradia unifamiliar agrupada em bandas contínuas.

Segundo a mesma Memória Descritiva, *"o traçado das linhas fundamentais que dominam toda a composição, foi feito de forma a aproveitar os melhores pontos de vista e os lugares mais pitorescos; a disposição dos arruamentos e das placas destinadas às habitações sujeitam-se o mais possível à topografia e às necessidades do trânsito; na zona mais densa de habitações êsse traçado, caprichoso sem dúvida, sem deixar de ajustar-se às condições topográficas, fez-se de molde a aproveitar, na quasi*



*Plano de Urbanização da
Praia da Rocha*
António Emídio Abrantes e
Carlos Ramos (“Dois Ursos”),
1935
(imagem Arquivo CCDRA)

totalidade, os edifícios existentes”⁴⁶, ainda que quinze deles estivessem “condenados para futuras expropriações, visto estarem colocados entre o mar e a Avenida Marginal, por não obedecerem a alinhamento de espécie alguma, e por não possuírem qualquer valor arquitectónico”⁴⁷.

⁴⁶ *Dois Ursos: Memória Descritiva e Justificativa*, [s.l., 1935].

⁴⁷ ABRANTES, António Emídio, RAMOS, Carlos, *Plano de Urbanização da Praia da Rocha*:



Em resposta às bases do concurso, juntamente com a Memória Descritiva seria entregue um regulamento com as “Condições Gerais e Especiais” da urbanização proposta, “*com o objectivo de salvaguardar a estética, os caracteres architectónico e pitoresco da Zona a urbanizar bem como, de uma maneira geral,*

os princípios que tendem a salvaguardar também a higiene, a segurança e o conforto dos seus habitantes”. Não avançando com um Regulamento de Zonas formal, os autores do plano limitam-se a definir algumas disposições que deveriam orientar a futura urbanização desta Praia:

“1.º - Nenhuma construção poderá ser levantada ao sul da Avenida Marginal (Beira-Mar) além das que nitidamente vão mencionadas no “Plano de Orientação”, devendo toda essa orla ser considerada de domínio público.

a) Consideram-se condenadas, para os devidos efeitos, todas as construções existentes dentro desses limites, a partir da data da aprovação do Plano de Urbanização da Práia da Rocha.

b) Serão demolidas, à medida que o referido plano se fôr executando, todas as construções que ao seu cumprimento se forem opondo ou prejudicando de qualquer forma.

(...)

2.º - Em relação às construções condenadas só serão excepcionalmente concedidas licenças para os trabalhos de consolidação (...) sob parecer favorável da Comissão de Iniciativa.

3.º - Nenhuma construção nova poderá ser levantada a uma distância inferior a 5 metros da via pública.

a) Apenas mediante parecer favorável da Comissão de Iniciativa poderá ser aumentada a distância mencionada neste artigo.

b) Nenhuma construção poderá ser levantada a menos de 3 metros dos outros limites de terreno.

c) Nenhuma construção poderá ter altura tal que, sob o ponto de vista estético prejudique um determinado conjunto ou ritmo, ou ainda vá, sem comprovada necessidade, desvalorizar o ponto de vista das vizinhas construções.

4.º - Não será permitida a construção de cavalariças, currais, vacarias, etc. particulares, ou outras construções prejudiciais à saúde pública, a sul da Avenida A (Thalweg).

a) Poderá ser consentida a construção das dependências de carácter particular a que se refere este artigo, mediante prévia autorização e parecer favorável do Sub-Delegado de Saúde.

5.º - Nenhum estabelecimento comercial poderá ficar instalado fora da respectiva Zona, mencionada na planta.

a) Só serão consentidas novas construções comerciais desde que seja reconhecida a necessidade de criar uma nova Zona em função do desenvolvimento desta Práia à entrada de um novo eixo de composição.

6.º - Nenhuma casa de espectáculo, Hoteis, habitações colectivas, garagens de recolha e outros edifícios da mesma natureza poderão ser construídos sem parecer favorável da Comissão de Iniciativa.

a) Nenhuma das construções mencionadas neste artigo poderá ser autorizada sem prévio acordo quanto à escolha do local.

7.º - Nenhum esgôto de águas caseiras e dejectos poderá despejar livremente para o colector geral sem previamente ter sofrido uma depuração por meio de fossas.

8.º - Os projectos das edificações a construir, transformar ou reparar terão de ser submetidos à apreciação da repartição técnica da Câmara Municipal de Portimão, mediante parecer favorável da Comissão de Iniciativa.

(...)

b) Os projectos a que se refere este artigo deverão ser assinados pelo proprietário ou seu representante legal, e pelo técnico ou técnicos que os elaboram - arquitectos ou engenheiros - assinando cada um destes a parte do projecto que lhes compete.”

A decisão de não se desenvolver um regulamento mais aprofundado é justificada pelo facto de se ter vindo a assistir, “serenamente, no que se refere ao desenvolvimento das grandes aglomerações urbanas, à publicação de sucessivos regulamentos e posturas tendentes a uma e a outra coisa, sem que, até agora tenhamos verificado as correspondentes e benéficas consequências. D’ahi se pode concluir que para atender aos objectivos da Comissão de Iniciativa da Práia da Rocha tudo depende em especial do critério e do inabalável e elevado propósito do técnico ou técnicos que superintendem na orientação geral da formação e desenvolvimento da zona que interessa defender.

O plano, embora vasto, é um plano de conjunto, que só quem o executar sabe como quere e para onde caminha.

É justo pois que ao abrigo do Art. 21.º do programa respectivo sejam os técnicos premiados em 1.º lugar as pessoas indicadas para, sobre todas as deliberações que interessam, repetimos, à formação e desenvolvimento de uma das mais belas praias de Portugal sejam ouvidas, e respeitados os seus pareceres e conclusões”.

Com estas considerações, os autores procuravam, por um lado, garantir a flexibilidade do plano no confronto com as naturais dificuldades decorrentes da sua implementação e, por outro, salvaguardar o seu envolvimento na discussão e na tomada de decisões ao longo da execução do estudo, em estreita colaboração com a Comissão de Iniciativa e a Câmara Municipal de Portimão.

Mas este não era o primeiro estudo deste tipo realizado para a Praia da Rocha. Já na década de 1920, Raúl Lino havia desenvolvido um *Projecto de Estação Balnear e Estação D’Inverno na Praia da Rocha em Portimão* que envolvia a urbanização da área compreendida entre a Estrada Municipal e o Forte de Santa Catarina⁴⁸. Projecto que resultava, certamente, da sua participação no I Congresso Regional Algarvio, que havia tido lugar nesta Praia, em 1915. A solução apresentada, como princípio de intervenção, revela algumas afinidades com a defendida, anos mais tarde, por António Emídio Abrantes e Carlos Ramos para esta zona, aqui, no entanto, com um desenho muito menos estruturado e uma malha bem mais densa de arruamentos. E, embora ainda enquadrada pela legislação dos Planos Gerais de Melhoramentos, a proposta não se limita ao traçado da infraestrutura, avançando com uma ideia de implantação e de volumetria para as habitações a construir, curiosamente, todas elas com telhados de águas.

Projecto de Estação Balnear e Estação D’Inverno na Praia da Rocha em Portimão
Raúl Lino, 192[4?]
(imagem Espólio Raúl Lino/
Biblioteca de Arte FCG)



⁴⁸ Provavelmente com início em 1924, data que aparece indicada na capa do processo relativo a um “Hotel na Praia da Rocha 1959-1960” existente no Espólio do Arquitecto Raúl Lino, na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, onde se encontra arquivada esta imagem do projecto.

A sul da Avenida Marginal aparecem representados um Grande Hotel e o *Club*, este correspondendo ao Casino Viola⁴⁹. Pelo depoimento de F. B. Velho da Costa, ex-Administrador Delegado da Comissão de Iniciativa da Praia da Rocha, em *O Plano de Urbanização da Praia da Rocha e A Burocracia Política Local*, ficamos a saber que, em 1937, “*existem na Praia da Rocha as paredes de um Hotel em construção que foi iniciado ha cerca de 10 anos, e onde já se gastou para cima de 300 contos. Esse Hotel está colocado no lugar mais importante da Praia da Rocha e pertence à Sociedade Concessoria da Zona de Jogo e Turismo do Concelho de Portimão, Sociedade que presentemente não está em condições financeiras que lhe permitam arcar por sua unica iniciativa com uma obra desta envergadura, alem de que está isenta de o construir enquanto a capacidade hoteleira da zona não fôr excedida dentro da época que funciona*”.⁵⁰

Ao que parece, a Empresa Hoteleira Praia da Rocha, proprietária do Hotel e do Casino Viola e concessionária da exploração do jogo nesta Praia a partir de 1927, tinha iniciado, nessa altura, a construção de um novo equipamento hoteleiro, mas, certamente face à crise financeira do início dos anos trinta, esta pretensão seria abandonada, decidindo-se, antes, pela remodelação do antigo Hotel. Entre 1959 e 1960, é, ainda, para aquele lote sobre o mar que o arquitecto Raúl Lino elabora o *Projecto de um Hotel para a Praia da Rocha no Algarve*, que também não seria concretizado, optando-se, uma vez mais, por transformar o edifício existente⁵¹, no sentido aumentar o número de quartos disponível e de modernizar os espaços de utilização pública e a expressão arquitectónica do conjunto.



Projecto de um Hotel para a Praia da Rocha no Algarve

Raúl Lino, 1959-1960

(imagem Espólio Raúl Lino/
Biblioteca de Arte FCG)

⁴⁹ A designação de *Club* terá, certamente, sido adoptada por causa da proibição da prática do jogo, que, como vimos, só seria regulamentada em 1927.

⁵⁰ COSTA, F. B. Velho da, op. cit., p. 5.

⁵¹ Para o qual é realizado um *Ante-Projecto de Remodelação*, com Memória Descritiva datada de 15 de Fevereiro de 1966 e assinada pelo arquitecto António Vicente de Castro, estudo que seria aprovado pelo Comissariado do Turismo a 25 de Março seguinte. A este *Ante-Projecto* seguir-se-ia um *Projecto de Remodelação do Hotel da Rocha*, encomenda, da mesma Sociedade Hoteleira da Praia da Rocha Ld.³ - PRAITUR, ao arquitecto Aníbal Fonseca, datado de 28 de Janeiro de 1969. Ambos os processos constam do arquivo da antiga Direcção-Geral de Turismo, actual Turismo de Portugal. (Cf. CASTRO, António Vicente de, *Ante-Projecto de Remodelação do “Hotel da Rocha”, para a proprietária - “PRAITUR” - Sociedade Hoteleira da Praia da Rocha Ld.*: Memória

No Plano de Urbanização de 1935, e de acordo com a premissa de que toda a frente marítima a sul da Marginal deveria ficar livre de construções, nem as ruínas daquele *Grande Hotel*, nem o Casino existente são considerados, reservando-se esta faixa, apenas, para uma Piscina, uma ampla zona de Estacionamento (no local ocupado pelo Casino), e dois Campos de Ténis, pré-existentes.

É, precisamente, por causa das demolições preconizadas no plano, incluindo, segundo um artigo publicado no jornal *A Voz* de 4 de Janeiro de 1936, “*numerosas casas pertencentes a determinadas pessoas influentes no concelho de Portimão*”⁵², que se levantam fortes reclamações contra este estudo. Reclamações a que a própria Comissão de Iniciativa da Praia da Rocha, entretanto remodelada na sua constituição, iria dar voz, “*solicita[n]do das instâncias competentes a não aprovação do plano de urbanização, por não satisfazer os interesses da mesma Praia*”⁵³. Na sequência desta polémica, o processo do concurso é submetido para apreciação da DGEMN e do CSOP, mas, apesar dos pareceres favoráveis destes dois organismos, que, sem porem em causa o partido tomado, apenas sugerem pequenas alterações à intervenção, o então Ministro das Obras Públicas, o Major Joaquim Abranches, decide não homologar o plano, sob o pretexto de que “*São inúmeras as reclamações contra este projecto, que no local verifiquei ser grandioso em demasia - A própria C. I., Governo Civil e União Nacional não lhe são favoráveis*”.⁵⁴

Só com o retorno de Duarte Pacheco ao MOPC, em 1938, e como consequência de um “*pedido de comparticipação por parte da Câmara Municipal de Portimão para a regularização e alargamento de um troço da Avenida Marginal da Praia da Rocha*”⁵⁵, que apenas podia ser considerado se existisse um Plano de Geral Urbanização aprovado, esta questão seria resolvida,

Descritiva, Portimão, 15 Fevereiro 1966, e FONSECA, Aníbal, *Projecto de Remodelação do Hotel da Rocha: Memória Descritiva e Justificativa*, Praia da Rocha, 28 Janeiro 1969)

⁵² COSTA, F. B. Velho da, op. cit., p. 7.

⁵³ *Parecer N.º 661: Projecto de Urbanização da Praia da Rocha*, Lisboa, CSOP, 1 Julho 1936.

⁵⁴ Despacho Ministerial de 15 de Julho de 1936, anexo ao Parecer N.º 661 acima indicado.

⁵⁵ ABRANTES, António Emídio, RAMOS, Carlos, *Plano de Urbanização da Praia da Rocha: Memória Descritiva e Justificativa*, [s.l., 1942]

sendo os urbanistas chamados de novo, a fim de reverem o projecto inicial, introduzindo-lhe as modificações, entretanto, sugeridas.⁵⁶

“Do confronto dos dois planos, o primitivo e o que acabamos de elaborar, concluir-se-há pois:

1) Que é mais nitido agora o proposito de conservar toda a costa, a poente da Avenida Marginal, do dominio público e livre de quaisquer edificios, tal como, alias, o sugeria o N.º 2 das imposições ou factores a considerar que figuravam no Programa e bases do concurso aberto em 1935.

2) Que da supressão de alguns arruamentos então projectados resulta, sem duvida, um plano mais economico sem os inconvenientes que logicamente poderiam resultar dessa simplificação.

3) Que a deslocação duma zona de turismo da sua actual localização para o eixo da Esplanada dos Três Castelos incluindo no seu programa a instalação de um Hotel e de um Casino, muito há-de beneficiar o proposito de promover a natural expansão do aglomerado.

4) Que a inclusão no plano dum Bairro Economico vai ao encontro de todas as aspirações e da Obra Social empreendida pelo Estado Novo.

5) Que a substituição a longo prazo dos imoveis que actualmente existem a poente da marginal, por instalações de recreio, tais como: parques de estacionamento, esplanadas, miradouros, campos de jogos, piscinas, etc, só contribue para a valorização de toda a beleza natural das incomparaveis arribas rochosas da Praia da Rocha.

São estas, em síntese, as modificações introduzidas nesta nova solução que, a nosso ver, sob os pontos de vista estético, técnico e economico em nada afectam, antes pelo contrário, os propositos que nos animam de contribuir com este modesto trabalho para o embelezamento de uma das mais famosas praias portuguesas.”

Este novo plano seria aprovado, com condições, por despacho ministerial de 20 de Maio de 1942.⁵⁷

⁵⁶ O júri do concurso de 1935 tinha sido da opinião que deviam ser feitas as seguintes modificações ao plano: “a) Supressão do pavilhão de ténis mencionado no projecto e conservação dos Courts de Ténis no local onde presentemente se encontram; b) Deslocação para local mais próximo da zona de hotéis, dos edificios destinados ao Correio e Telegrafo, à Sede da Comissão de Iniciativa e ao Cine-Teatro; c) Desvio, para alem da Ponta de S. João de Arem, da boca terminal, do lado Oeste, do colector de esgotos; d) Supressão da disposição a regulamentar, proposta pelo concorrente, relativa à interposição de fossas na ligação dos esgotos caseiros ao colector geral”. Já o Parecer da DGEMN apontava como principais aspectos a ter em conta: “a) Que seja mantido o eixo duma das avenidas principais em toda a sua extensão; b) Que seja diminuído o número de arruamentos de alguns dos núcleos de que se compõe o plano; c) Que seja dada uma forma mais regular à zona dos estabelecimentos comerciais; d) Que sejam cumpridas as restrições feitas pelo júri do concurso”. (Cf. Parecer N.º 661: Projecto de Urbanização da Praia da Rocha, op. cit.)

⁵⁷ O terceiro de nove realizados para a Praia da Rocha entre 1935 e 1959. Para além do projecto apresentado a concurso, em 1935, contam-se: um 2.º estudo, de 1937, realizado pelo architecto Carlos Ramos, não apreciado pelo CSOP e não aprovado; um 3.º estudo, de 1942, do mesmo architecto e do engenheiro António Emídio Abrantes, revisão do 1.º estudo, aprovado, como indicámos, a 20 de



Dos estudos realizados por António Emídio Abrantes e Carlos Ramos para a urbanização da Praia da Rocha pouco, ou nada, se transpôs para o território e, ao contrário do que era defendido por estes autores, o *Esboceto de Urbanização* elaborado pelo arquitecto Paulo Cunha, em 1958 e revisto um ano depois, previa a criação de uma ampla zona de interesse turístico ao longo da Praia, na faixa a sul da Avenida Marginal, onde se veio a construir, em 1967, o Hotel Algarve, de Raul Tojal.

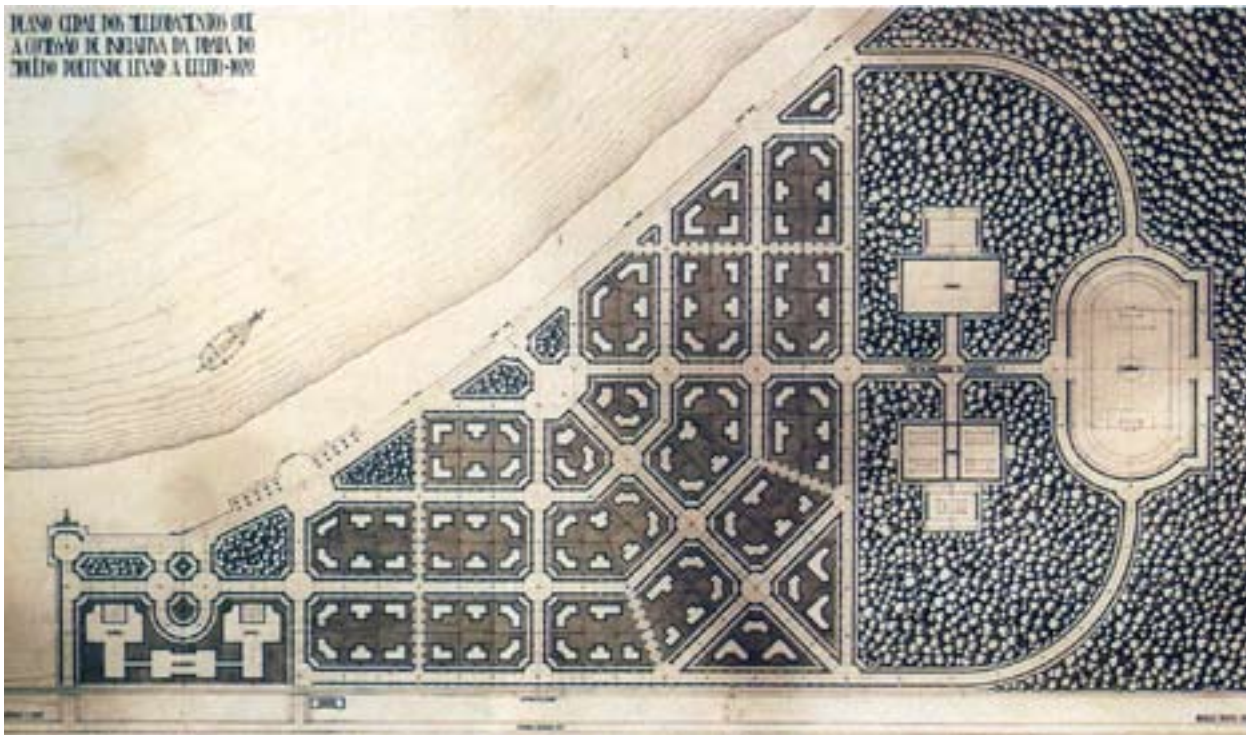
Praia da Rocha, Portimão
Vista Aérea, 1967
(imagem
Instituto Geográfico Português)

Maio de 1942; um 4.º estudo, de 1945, dos mesmos autores, com alterações ao *Plano de Urbanização da Praia da Rocha*, que não seguiu para apreciação; um 5.º estudo, de 1950, com alterações ao 3.º e 4.º estudos, que também não seguiu para apreciação; um 6.º estudo, de 1952, da autoria do engenheiro Inácio Silva e do arquitecto José Costa Silva, já com a designação de Antepiano, apreciado pelo CSOP a 28 de Agosto desse ano; um 7.º estudo, de 1953, dos mesmos autores, com a remodelação desse Antepiano; um 8.º estudo, de 1958, do arquitecto Paulo Cunha, em forma de *Esboceto de Urbanização da Praia da Rocha*; e um 9.º estudo, de 1959, do mesmo arquitecto, com a remodelação do Esboceto. Numa informação de 26 de Setembro de 1961, o Ministro Arantes e Oliveira lamentava o facto de “*infelizmente, não é ainda possível - apesar da tão longa gestação dos estudos de desenvolvimento urbanístico da Praia da Rocha - dar aprovação incondicional ao novo trabalho, aliás merecedor de franco apreço, agora apresentado. As objecções formuladas são, porém, muito concretas e de fácil interpretação, o que me permite esperar que possam ser rapidamente consideradas pelo autor do estudo, em termos de a versão definitiva do plano ser apresentada dentro de prazo muito curto. Recomendo à DGSU que faça pelo seu lado todas as diligências para que este desideratum seja atingido pela melhor forma, evitando-se, assim, a adopção de disposições especiais tendentes a evitar, como é de todo o ponto necessário, que demore mais tempo a libertação da Praia da Rocha dos freios que têm impedido o seu desenvolvimento desde há tanto tempo.*”. Informação que deixa transparecer o processo interminável que constituía a aprovação definitiva dos Planos Gerais de Urbanização. (Cf. *P.I.* 83: *Antepiano de Urbanização da Praia da Rocha*, Lisboa, DGSU, 21 Setembro 1961)

Antes do Plano da Praia da Rocha, Carlos Ramos tinha já realizado, em 1929, o *Plano Geral dos Melhoramentos que a Comissão de Iniciativa da Praia do Molêdo pretende levar a Efeito*, estudo “percursor de uma série de acções de ordenamento de praias e termas que se vêm a desenvolver ao longo das duas décadas seguintes”⁵⁸. É aqui que ensaia, pela primeira vez, o modelo da composição urbana em leque, estruturada por uma avenida perpendicular ao mar, que, mais tarde, vai influenciar o desenho do Plano da Praia da Rocha, também da sua autoria. Mas, se no Algarve, é neste eixo que se concentram os equipamentos emblemáticos da nova estância balnear, em Moledo estes são trabalhados em dois núcleos distintos, que definem os limites sul e norte do aglomerado. A sul, o núcleo turístico, com o Casino, o Hotel e os Balneários, estabelecido entre a linha de caminho-de-ferro e a Praia, e, a norte, o núcleo desportivo, com diversos campos de jogos, integrado na área de reserva da Mata Nacional do Camarido. Entre um pólo e o outro desenvolve-se a Zona Residencial, estruturada por uma malha ortogonal regular que sofre uma rotação de 90° a partir da perpendicular ao mar, traçada na diagonal.

*Plano Geral dos
Melhoramentos que a
Comissão de Iniciativa da
Praia do Molêdo pretende
levar a Efeito - 1929*

Carlos Ramos, 1929
(imagem Lobo, Margarida de Souza,
*Planos de Urbanização: A Época
de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP
Publicações/DGOTDU, 1995, p. 114)



Os acessos rodoviários à Praia, desde a Estrada Nacional N.º 1 (actual EN 13), articulam-se de um lado e doutro da Zona Turística, passando, em túnel, por baixo da via férrea. A centralidade dada a este núcleo sugere uma possível expansão da estância balnear para sul, desenvolvimento que, no entanto, seria condicionado pela proximidade do traçado do caminho-de-ferro ao recorte da linha de costa.

Tratando-se da criação de um aglomerado totalmente novo, este estudo afasta-se do carácter mais pontual das intervenções compreendidas pelos Planos de Melhoramentos, apresentando maiores afinidades com os princípios de ordenamento territorial que vão ser estabelecidos com a legislação dos Planos Gerais de Urbanização, cinco anos depois. Talvez por isso, este plano se tenha revelado demasiado ambicioso para as capacidades realizadoras da Comissão de Iniciativa local, acabando o aglomerado por se ir desenvolvendo, de forma esporádica, à margem de qualquer instrumento regulador.

Nos anos quarenta, é já sobre esta nova realidade que o arquitecto-urbanista David Moreira da Silva vai trabalhar, primeiro ao nível do Esboceto, seguido de um Ante-Projecto de Urbanização. *“Tendo como características do lugar a orla marítima e a luxuriante paisagem minhota, esta aprazível estância balnear (...) tem sido mal aproveitad[a]: demasiado dividid[a] tem, em parte da sua zona edificada, ruas demais, quarteirões pequenos e talhões pequeníssimos. Desta divisão pouco racional resultou, inevitavelmente, o desperdício do seu solo e o emprego improdutivo de capitais na construção de ruas superfluas, de concepção simplista, traçadas a regua e esquadro, sem respeito pelo relêvo do solo, pelas necessidades locais, pela higiene, pela economia e pela estética.*

De tudo isto, que é francamente anti-urbanístico, se conclui que, mais tarde ou mais cedo, mas quanto mais cedo melhor, não haverá outro remédio senão seguir outra orientação (...).⁵⁹

⁵⁹ SILVA, David Moreira da, *Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho - Memória Descritiva*, Porto, 1941, p. 2.

E essa nova orientação passava por:

“a) Criar as zonas: BALNEAR e RESIDENCIAL; e os centros: COMERCIAL e INDUSTRIAL.

b) Abandonar pura e simplesmente o principio das edificações à face da rua; da divisão exagerada do solo em quarteirões e talhões insignificantes, de forma rectangular e banalíssima;

c) Regressar ao principio - que tão felizes resultados deu - das habitações isoladas e rodeadas de mais ou menos vegetação; dos talhões e quarteirões de dimensões racionais e de forma regular ou não, segundo as circunstancias;

d) Regularizar a corda arenosa numa extensão não inferior a 550 metros como indicava o esboço;

e) Construir um trço de estrada de turismo com duas passagens através do caminho de ferro, ficando-lhe uma delas inferior e a outra superior;

f) Construir um vasto Passeio Publico arborizado, criando-se assim uma zona de sombra e protegendo-se as habitações dos ventos do N.O., por meio daquela verdadeira cortina de verdura;

g) agrupar os edifícios mais importantes: os HOTEIS e o CASINO.”⁶⁰

A Zona Balnear compreendia toda a faixa marginal do aglomerado, a acompanhar o areal. Os seus elementos principais seriam: a Praia, propriamente dita, destinada “*à actividade dos veraneantes*”; o Passeio Público, “*zona de recreio e de sombra*”, ligado àquela “*por meio dum extenso talude*” com acessos em escada, entre um nível e o outro, e com os vestiários resolvidos, junto à estrada, no subsolo, “*onde os banhistas estagiarios ou simples visitantes, poderão preparar-se para entrar ou sair da praia, evitando-se deste modo a sensação desagradavel que se sente quando a areia se introduz no calçado proprio ou usado em piso firme*”; os Hotéis e o Casino, “*fazendo parte dum conjunto architectónico, que, embora pequeno, será harmonioso*”, situando-se o Casino a eixo da composição, com uma Esplanada rebaixada em frente, “*destinada às festas ao ar livre*”, e os hotéis dispostos de cada lado desse espaço central, “*construidos (...) por partes e em pequenos pavilhões, segundo as necessidades, e de harmonia*

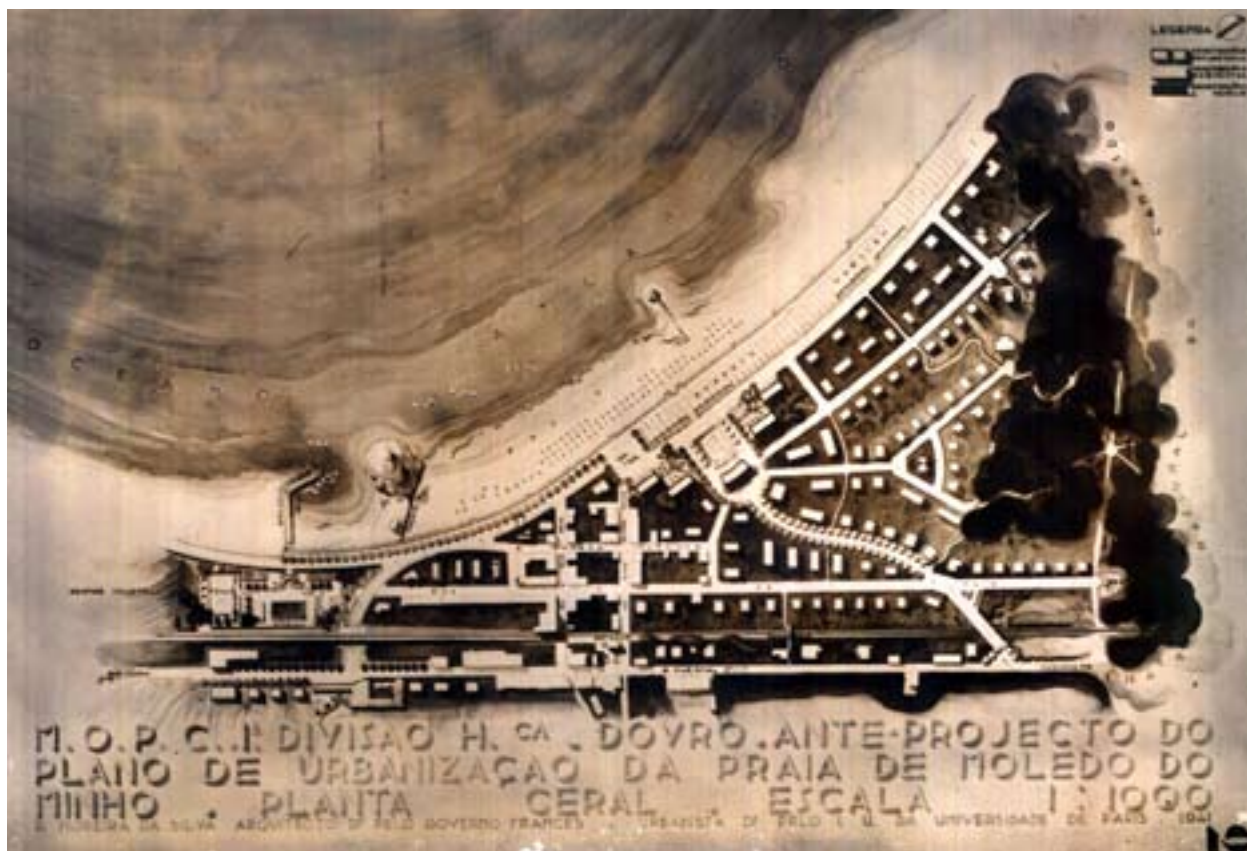
com as restritas possibilidades financeiras locais”; e o Centro de Desportos, no limite sul do aglomerado⁶¹, com Piscina, dois “Courts de Tennis” e um ancoradouro, este servindo para veleiros e outros barcos.

A Zona Residencial, por sua vez, correspondia à maior parte da urbanização proposta, estendendo-se desde a Mata do Camarido, a norte, à Zona Industrial, a sul, e da Zona Balnear, a poente, à Estrada Nacional, a nascente. Aqui defendia-se a construção de casas unifamiliares isoladas e rodeadas de vegetação, segundo “o princípio das cidades-jardins de tão felizes resultados economicos, higienicos e estéticos”. Todos os edifícios existentes seriam mantidos, “à excepção de certos barracões, alguns dos quais já em ruínas, e que impediam a livre passagem da (...) estrada de turismo”.

Nesta zona ficava integrado o Centro Comercial, concentrado em torno do eixo que, da Estação, seguia até ao extremo sul do Passeio Público.

M.O.P.C. - 1.^a Divisão H.^{ca}
- Douro - Ante-Projecto do
Plano de Urbanização da
Praia de Moledo do Minho
- Planta Geral

David Moreira da Silva, 1941
(imagem Arquivo DGOTDU)



⁶¹ Localização oposta à defendida por Carlos Ramos no seu plano.

Por fim, o Centro Industrial implantava-se fora do núcleo urbano, a sul da Zona Balnear, destinado, quase exclusivamente, à indústria do sargaço.

O acesso rodoviário à Praia seria assegurado por uma Estrada de Turismo que, vinda, do sul, da Estrada Nacional N.º 1-1.^a, cruzava o caminho-de-ferro a uma cota inferior, seguia, entre o Centro Desportivo e a Zona Residencial, até à Avenida Marginal e, na Praça do Casino, inflectia para o interior, voltando a ligar à Nacional, por meio de uma passagem superior à linha. Fora esta artéria principal, a articulação entre os vários núcleos era assegurada por uma estrutura de arruamentos secundários, residenciais, desenhados *“tendo em consideração o aproveitamento e o relêvo do solo, o respeito que é devido às edificações existentes, a preocupação não ‘de espantar pelo bonito ou o espectacular do trabalho’, mas de dispôr harmónica e economicamente os edifícios sem esquecer, portanto, a higiene, a estética e as necessidades actuais e futuras do transito e tomando, sempre que foi possível, como elemento rápido de transporte automóvel.*

Significa isto que todas as ruas devem ser largas e a zona agora urbanizada fechada à circulação lenta?

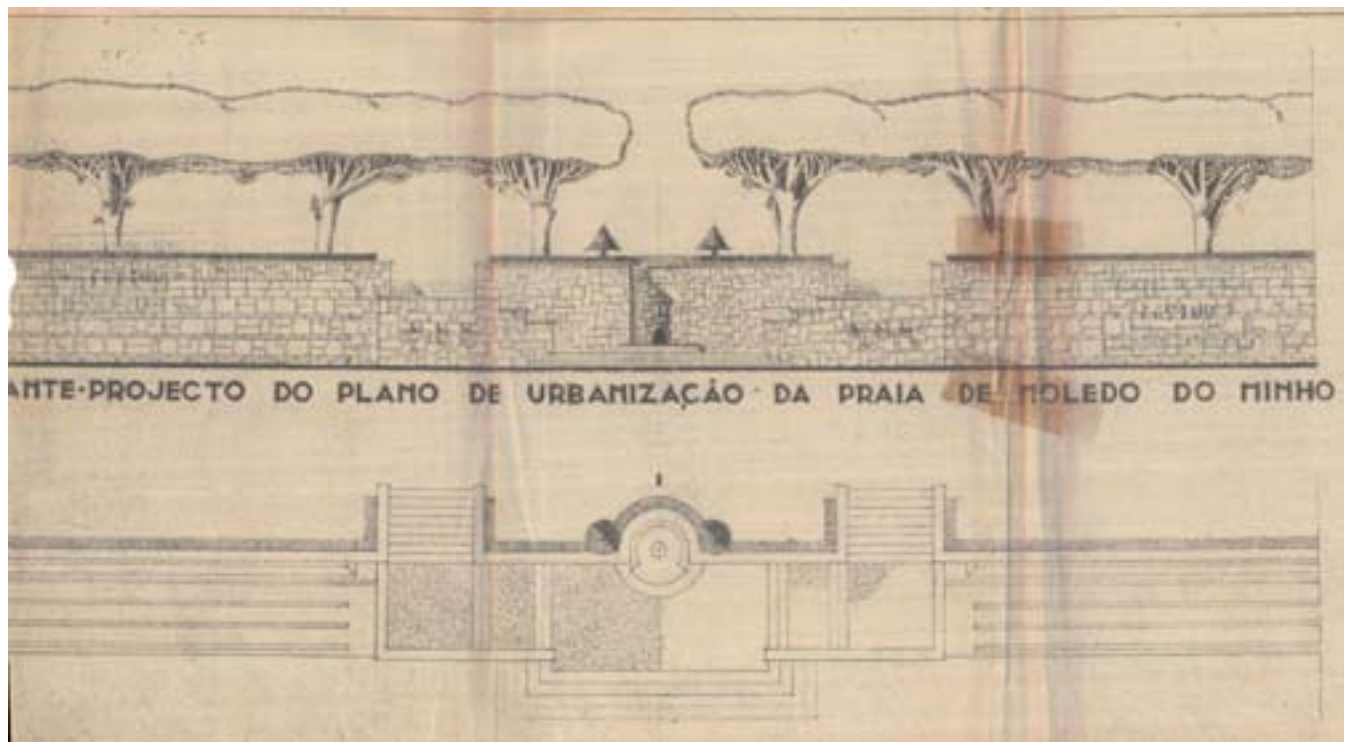
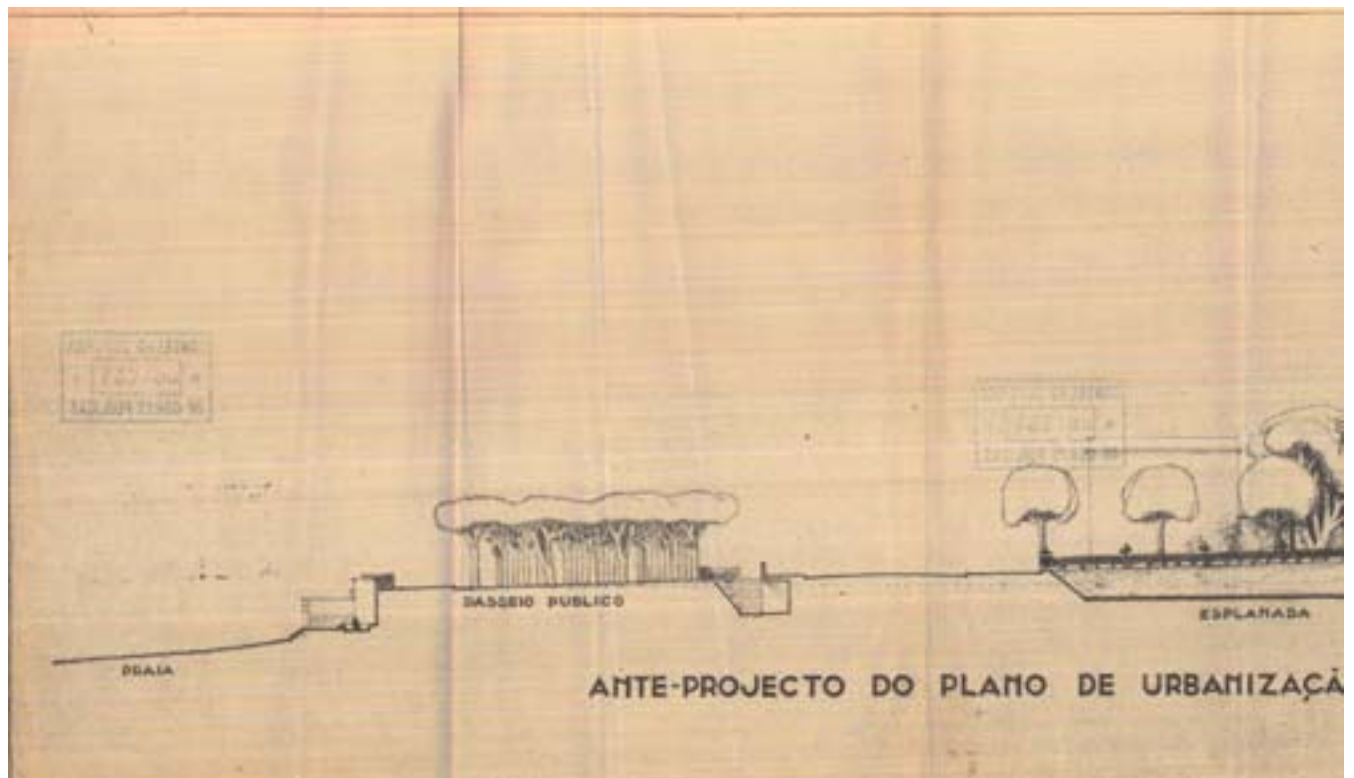
*Pelo contrario: Isto significa apenas que a separação de uma e outra se impõe cada vez mais, e que o peão e o ciclista devem, cada vez menos, correr o risco dos atropelamentos, sobretudo quando, como no caso de que nos ocupamos, se trata duma zona residencial periódica, ou de passa-tempo. Assim se explica também a configuração tortuosa de algumas ruas; o Y que, partindo do Casino liga com a Mata do Camarido, e cujos braços não têm ligação directa com as grandes artérias; a criação dos ‘parkings’; a pequena ponte sôbre o caminho de ferro, exclusivamente destinada a peões; e o traçado de algumas veredas serpenteando o acidentado do terreno e constituindo os limites naturais de alguns quintais ou jardins, exclusivamente reservadas a peões, ciclistas e cavaleiros”.*⁶²

Contrastando com este esquema de arruamentos mais informal, paralela à EN N.º 1 e acompanhando a linha do comboio, do lado poente, é traçada a Rua 1.º de Maio, eixo de ligação directa entre o Centro Desportivo, a sul, e a Mata do Camarido, a norte, rematando, neste topo, num Bar-Restaurante.

Definida a estrutura do aglomerado, em anexo à Memória Descritiva são entregues três Regulamentos - das Zonas, dos Talhamentos e dos Quarteirões, e das Construções - em que se fixam as bases urbanísticas e arquitectónicas orientadoras da execução do plano. Pela leitura destes documentos é perceptível o tipo de urbanização proposta, defendendo-se uma ocupação do solo de baixa densidade, onde predomina a tipologia da moradia unifamiliar isolada, geminada e em banda (na Zona Comercial), com cêrceas reduzidas a rés-do-chão, primeiro andar e aproveitamento do sótão (na Zona Residencial), podendo chegar ao segundo andar, no caso dos edifícios do Casino e dos Hotéis. Para uma adequada aplicação destes princípios, o urbanista aconselhava a constituição de uma “Comissão Mista de Defesa da Praia de Moledo do Minho”, que, reunindo o Presidente da Câmara Municipal de Caminha, o Presidente da Junta de Freguesia de Moledo do Minho e um arquitecto-urbanista diplomado⁶³, fosse responsável por velar pelo seu correcto cumprimento.

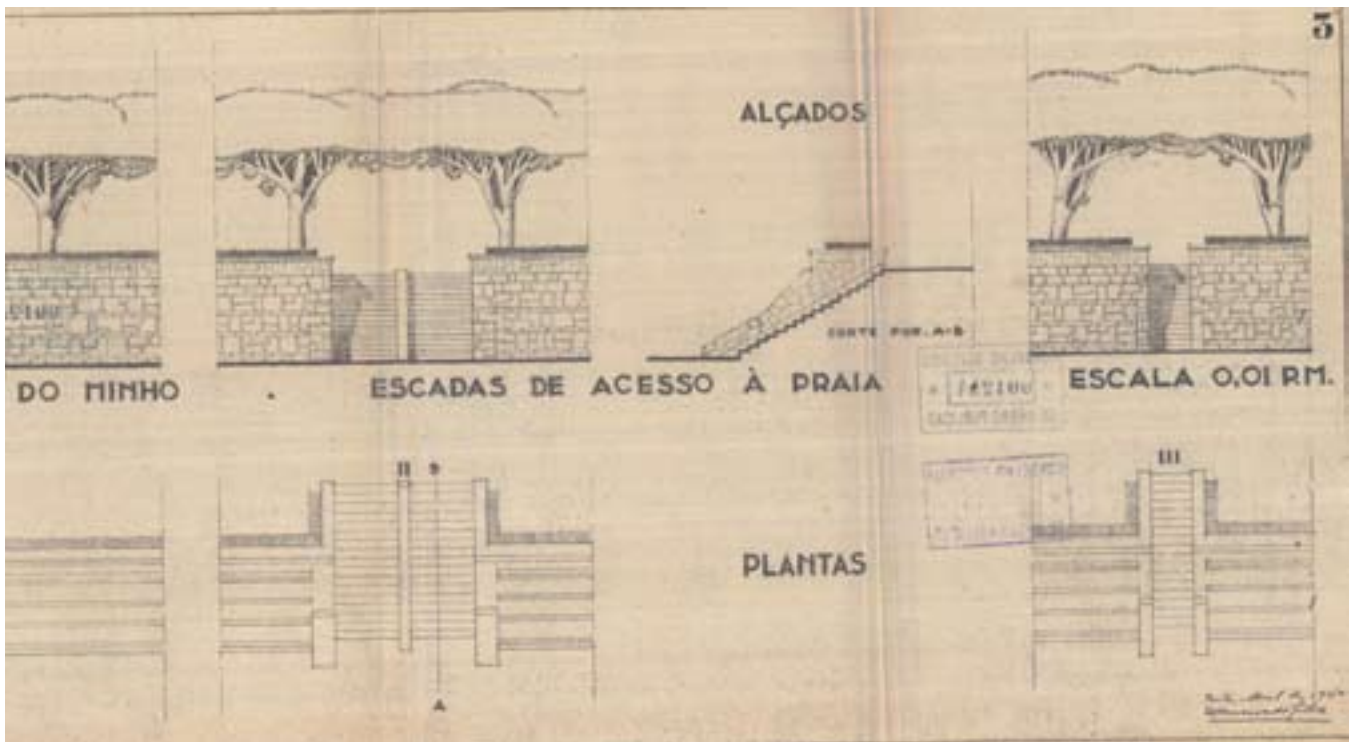
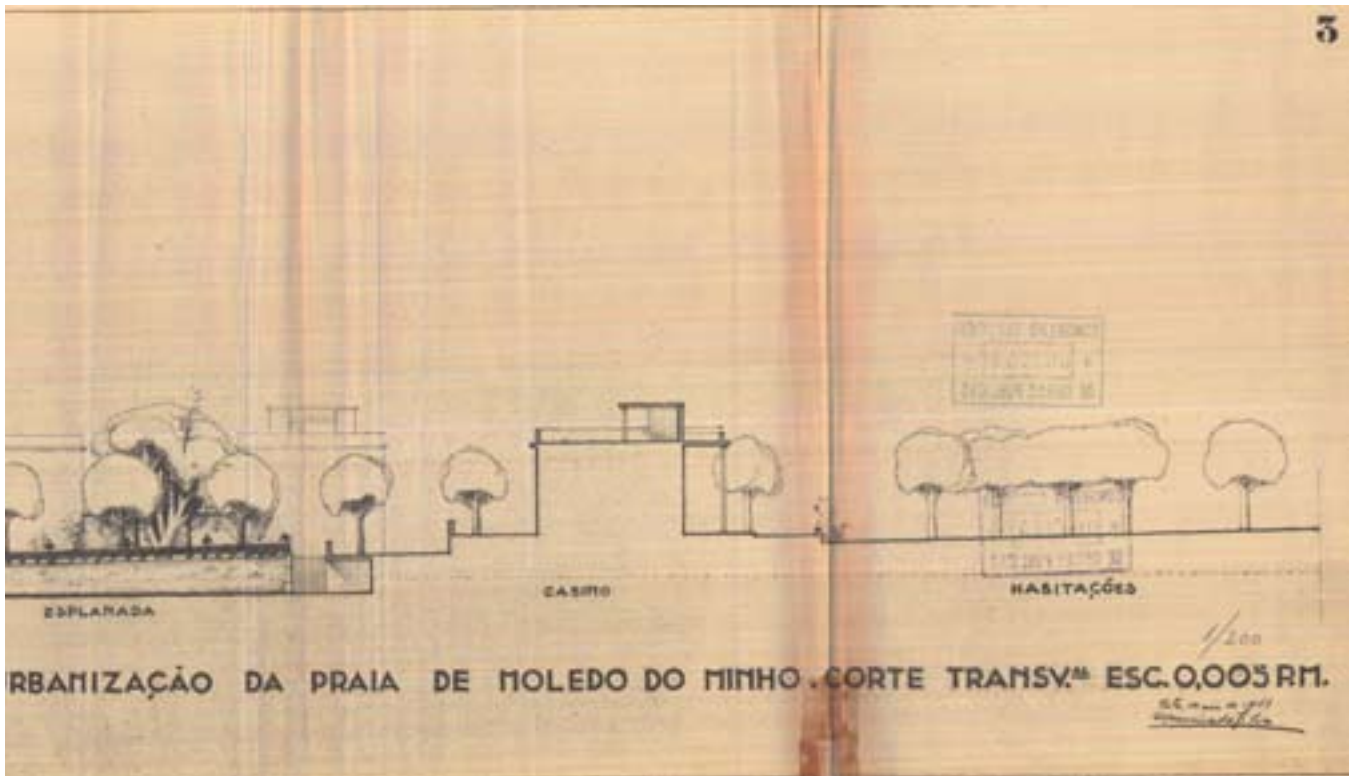
O detalhe a que se vai no estabelecimento destas regras, desde o desenho e a cor das vedações dos lotes, que devia ser uniforme em cada quarteirão, à proibição da colocação de letreiros e de publicidade em cima de telhados, muros e fachadas, reflecte-se, igualmente, nas peças desenhadas que compõem o processo, em especial no pormenor dado à caracterização da relação entre a Praia, o Passeio Público e a Praça do Casino, assim como destes espaços em si mesmos, e do elemento de talude onde se resolvem os acessos de ligação à Praia, estudados a escalas bastante minuciosas para trabalhos deste género.

⁶³ Não nos podemos esquecer que o ensino desta especialidade ainda não tinha sido introduzido, em Portugal, sendo, nesta altura, David Moreira da Silva e João Guilherme Faria da Costa os únicos dois urbanistas portugueses diplomados, ambos pelo Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris.



*Ante-Projecto do Plano de
Urbanização da Praia de
Moledo do Minho - Corte
Transversal*

David Moreira da Silva, 1941
(imagem Arquivo DGOTDU)



Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho - Escadas de Acesso à Praia

David Moreira da Silva, 1940
(imagem Arquivo DGOTDU)

Naturalmente, a apreciação do plano pelos técnicos MOPC seria proporcional à qualidade da informação fornecida. O *Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho* seria aprovado a 16 de Janeiro de 1943, embora, também ele, com condições.

No início da década de sessenta, “*tendo-se verificado, no decorrer dos anos que se seguiram à aprovação do antepiano vigente, uma sensível variação nos conceitos que presidem à elaboração de planos de urbanização congéneres [e] ensaiado sistema diferente e com resultados manifestamente superiores na vizinha praia de Ofir; tudo se conjugou para que fosse proposto às entidades responsáveis uma revisão*”⁶⁴ daquele estudo, entregue aos arquitectos Octavio Lixa Filgueiras e Carlos Carvalho Dias.

Estando relativamente consolidada a parte a sul da praça central em U e do troço final da Estrada de Turismo, elementos do antepiano que foram construídos (tal como a Rua 1.º de Maio, actual Rua João Baptista da Silva, e o extremo sul do Passeio Público), a Zona Residencial a norte adopta uma organização mais

Revisão do Antepiano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho
Planta de Urbanização
Octavio Lixa Filgueiras e Carlos Carvalho Dias, 1962
(imagem Arquivo DGOTDU)



⁶⁴ FILGUEIRAS, Octavio Lixa, DIAS, Carlos Carvalho, *Antepiano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho (Revisão): Memória Descritiva*, Porto, Setembro 1962.

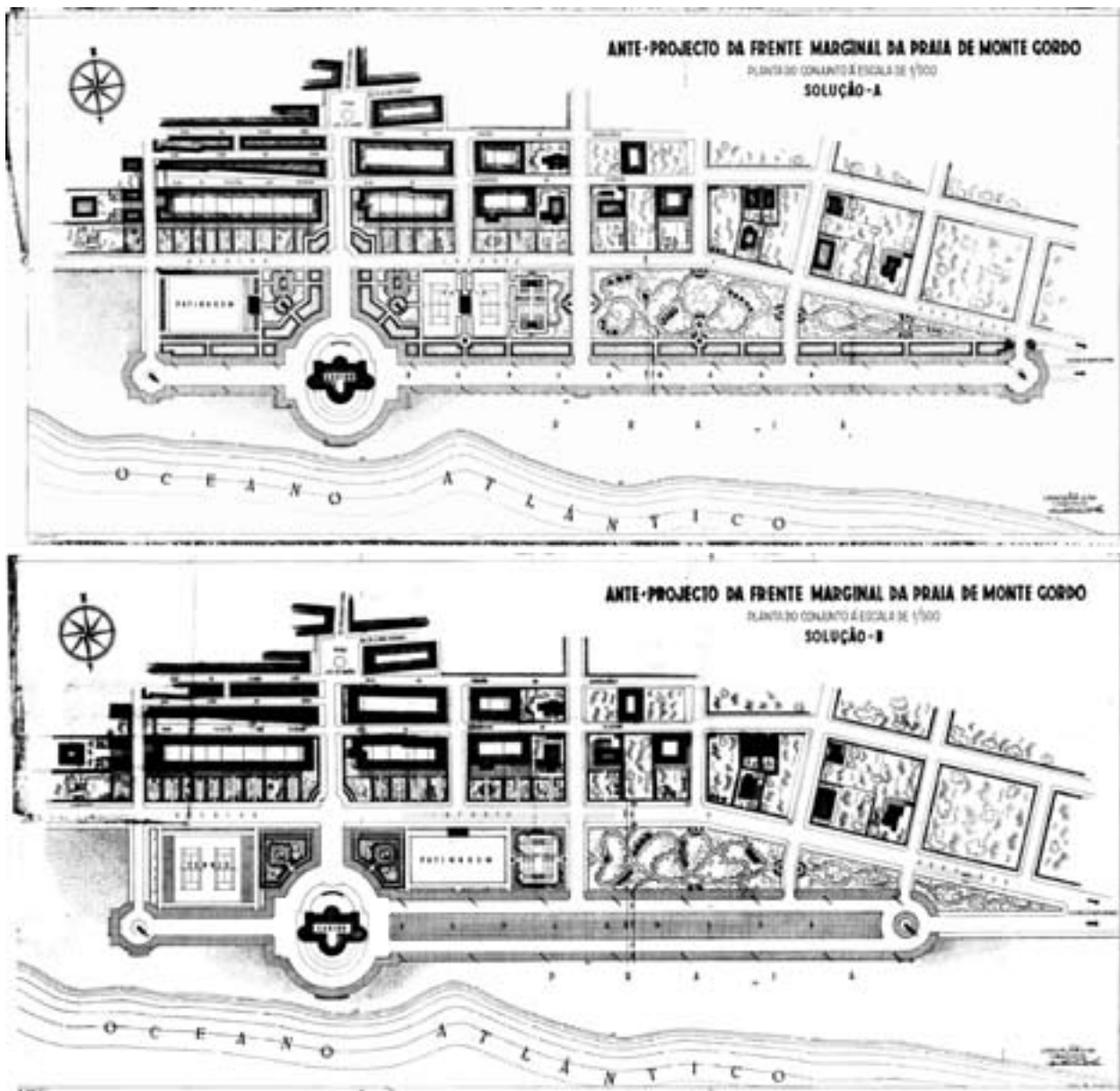


irregular e menos densificada que no estudo anterior, solução que viria a ser implementada. O Casino é substituído por um Hotel, articulado com um Salão de Chá-Restaurante a poente, e o Centro Desportivo volta a situar-se a norte, como sugerido por Carlos Ramos em 1929, mas fora da Mata do Camarido. Junto a este núcleo, mais próximo da Praia, propunha-se, agora, uma Pousada-Motel, programa indicativo do aparecimento, nos anos sessenta, de novas tipologias de alojamento hoteleiro. No final, nenhum destes equipamentos veio a ser concretizado, apresentando-se, hoje, o conjunto da Praça Central e do Passeio Público como a principal referência desta Praia.

Praia de Moledo do Minho,
Caminha
Vista Aérea, 1965
(imagem
Instituto Geográfico Português)

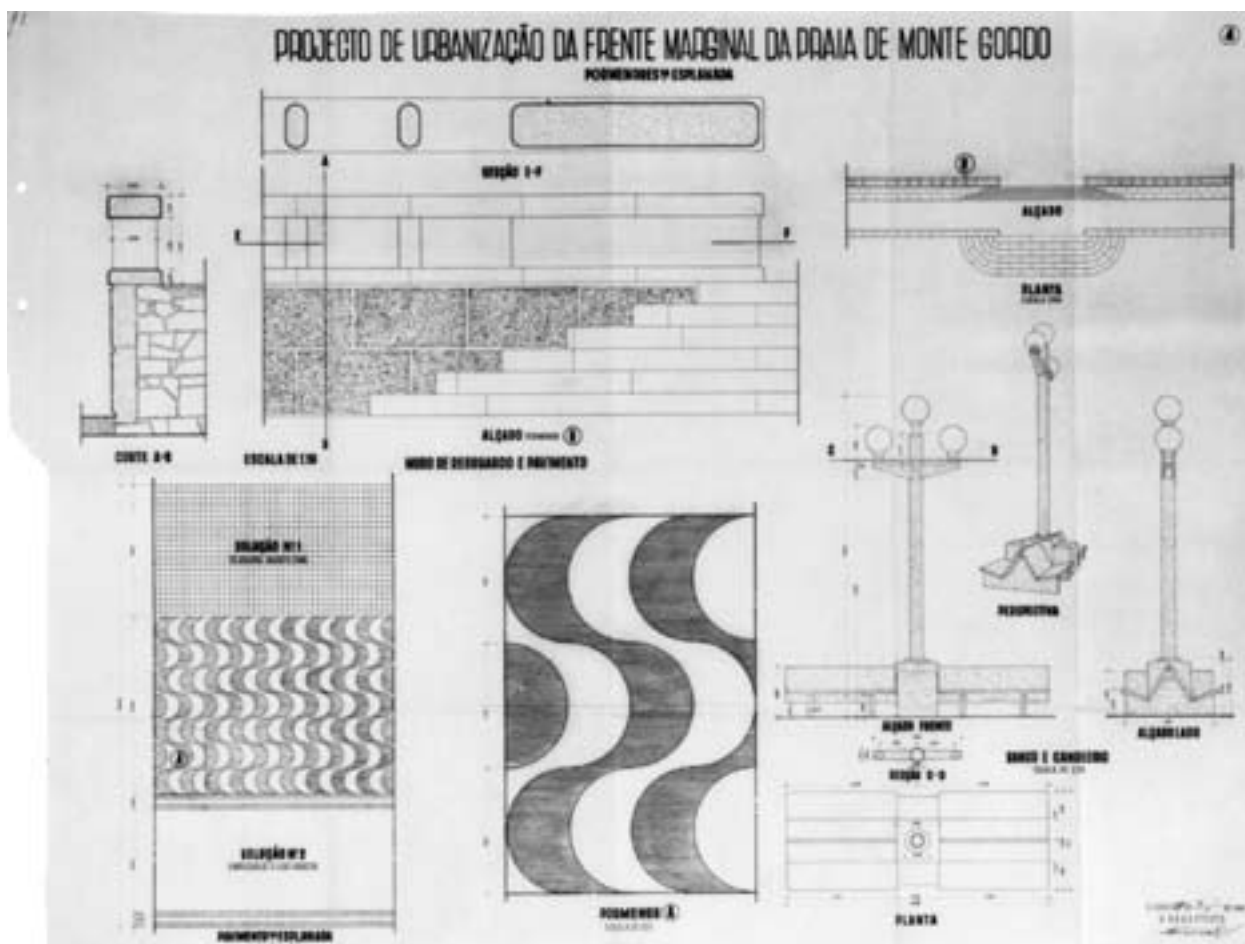
Ante-Projecto da
Frente Marginal da
Praia de Monte Gordo
Planta do Conjunto
Solução A e
Solução B
Luís Cristino da Silva, 1941
(imagens
Espólio Luís Cristino da Silva/
Biblioteca de Arte FCG)

O *Projecto de Urbanização da Frente Marginal da Praia de Monte Gordo*, da autoria de Luís Cristino da Silva, seria homologado, pelo Ministro Duarte Pacheco, a 20 de Abril de 1942⁶⁵. O objectivo era criar o “*enquadramento apropriado ao futuro desenvolvimento da vasta e pitoresca praia e do seu casino*”⁶⁶, “*para se conseguir um conjunto harmónico e evitar a desorientação que se tem verificado nos trabalhos de urbanização, mesmo em estâncias consideradas de turismo*”.



⁶⁵ O Anteprojecto tinha sido aprovado, por despacho de 11 de Dezembro de 1941, “*com as seguintes reservas: a) Quanto à natureza e extensão da vegetação a empregar para fins de ornamentação e de sombra; b) Quanto ao emprego de materiais arquitectónicos para em parte a substituir; c) Quanto aos materiais a empregar para a constituição dos pavimentos da esplanada; d) Quanto à separação de bancos e candeeiros; e) Quanto à disposição do muro da esplanada*”. (Cf. Parecer N.º 1341: Praia de Monte Gordo – Urbanização da Frente Marginal, Lisboa, CSOP, 1942)

⁶⁶ Idem.



O estudo final⁶⁷ resultaria mais completo do que as duas soluções anteriores - A e B, integrando um Hotel e um Restaurante, ou Cervejaria, na composição proposta, implantados a nascente do Casino. Incidindo sobre o desenho do espaço público, o arquitecto avança, desde logo, com a pormenorização da ampla Esplanada Marginal, definindo a estereotomia e os materiais a adoptar na caracterização dos seus vários elementos, desde o muro de resguardo e das escadas de acesso à Praia, aos “bancos-candeeiros” e aos pavimentos, em “saibro para a Avenida Infante D. Henrique, (...) em calçada de mosaico calcário e basalto na faixa central, e calçada à portuguesa ou tijoleiras alentejanas, nas faixas laterais”. Para “completar o efeito perspectivo” deste espaço, estava prevista “a plantação de duas filas de palmeiras do tipo grande porte, [nestas mesmas] faixas”.⁶⁸

Projecto de Urbanização da Frente Marginal da Praia de Monte Gordo Pormenores da Esplanada
Luís Cristino da Silva, 1941
(imagem)
Espólio Luís Cristino da Silva/
Biblioteca de Arte FCG)

⁶⁷ Já apresentado no Capítulo 2.1..

⁶⁸ Cf. Parecer N.º 1341: Praia de Monte Gordo – Urbanização da Frente Marginal, op. cit..



Praia de Monte Gordo,
Vila Real de Santo António
Vista Aérea, 1973
(imagem
Instituto Geográfico Português)

Embora se tratasse mais de um Arranjo do que de um Plano urbanístico, também este projecto levantaria reservas junto dos técnicos do CSOP, quanto à escolha dos materiais a empregar nos pavimentos da Avenida e da Esplanada, assim como “*das plantas e essências florestais a empregar nas zonas ajardinadas*”. Reservas que, certamente, levariam ao adiamento da intervenção.

Quase toda esta faixa acabaria por ser ocupada por zonas de estacionamento automóvel, reduzindo-se a área de uso do peão ao passeio junto à Praia. E nem a construção do Hotel Vasco da Gama, nos anos sessenta, que podia ter voltado a levantar a oportunidade da qualificação de toda esta frente marítima, articulando-se, através deste passeio, com o Casino a poente, veio contribuir para a imagem de unidade que se pretendia conferir a esta Praia.

Luís Cristino da Silva seria também o autor do *Ante Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Vieira de Leiria*, estudo encomendado, em 1943, pela Câmara Municipal da Marinha Grande, que pretendia transformar esta Praia num centro de veraneio “civilizado”. Já a 26 de Agosto de 1936⁶⁹, o Governador Civil de Leiria tinha submetido à Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas uma planta com o Projecto de Urbanização daquela Praia, mas que não vinha acompanhada “*de qualquer memória descritiva e justificativa, nem de orçamento*”⁷⁰. As obras de defesa do Rio Lis, contra o assoreamento provocado pela crescente acumulação de areias do litoral, tinham compreendido a formação de uma ante-duna artificial que se estendia desde o limite norte da Praia de Vieira de Leiria até à foz daquele rio. Estrutura cuja conservação era absolutamente indispensável para garantir a manutenção da barra fluvial, o que terá levantado obstáculos à pretensão da autarquia em intervir naquele aglomerado piscatório, não conseguindo, esta, reunir as necessárias garantias de que se responsabilizava por dar continuidade aos trabalhos iniciados por aquela Direcção-Geral, uma vez transferidos esses terrenos para a sua posse. Daí, sem dúvida, terem passado dez anos desde aquele primeiro Projecto de Urbanização até à conclusão do Ante Projecto desenvolvido por Cristino da Silva, em 1946.

Este não se tratava, no entanto, de um Plano Geral de Urbanização comum, também porque o aglomerado existente apresentava características particulares. Pequena povoação de pescadores, a Praia de Vieira de Leiria era constituída por “*cerca de 210 barracas de madeira e cerca de 40 de adobe, todas elas de lamentável aspecto, das quais cerca de metade é habitada estando as restantes arruinadas ou utilizadas como armazéns.*”

⁶⁹ Na sequência da Lei N.º 1:489, de 8 de Novembro de 1923, que concedia “*à Câmara Municipal da Marinha Grande, na margem esquerda do Rio Liz e junto à foz deste rio, a área de 20 hectares para alargamento da povoação da Vieira de Leiria*”, com a condição de que esta Câmara Municipal só podia tomar posse daqueles terrenos “*depois da aprovação superior do plano ou projecto de traçado deste alargamento da referida povoação, no qual deverá ser incluído e ficar reservado o terreno necessário para a construção duma escola primária*”. (Cf. Lei N.º 1:489, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 237, 8 Novembro 1923, p. 1293)

⁷⁰ *Parecer N.º 19*, [Lisboa], Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, 20 Março 1937.

(...) *É certo que tem este local sido procurado por banhistas na época de Verão, e [que] o seu número tem aumentado, [mas] serão certamente veraneantes de modesta condição para se sujeitarem a viver embora temporariamente em barracas como as que são ocupadas pela população permanente*”⁷¹. A intervenção passava, portanto, por criar um novo aglomerado, *“visando não só um imediato interesse local como também uma possível projecção regional ou mesmo mais geral”*.

É nesse sentido que o arquitecto vai orientar a sua proposta, advogando a demolição integral do conjunto de palheiros existente. A adopção deste princípio é justificada pelo *“aspecto imundo”*⁷² da povoação, *“sem a menor noção de salubridade”*, pela sua desordem urbana, assistindo-se à construção clandestina e dispersa de *“algumas casas com blocos de cimento - cerca de duas dúzias - o que levou as entidades competentes a tomar as necessárias providencias para evitar tal abuso”*, e pela elevada densidade populacional que, aqui, se verificava, *“chegando a atingir (...) 300 habitantes por hectare”* nos meses de Verão. Com uma população fixa de 586 habitantes, em 1940, em acentuado ritmo decrescente, e uma população flutuante de 1073 veraneantes, com tendência para aumentar, *“logo que as condições de vida local melhorarem, em consequência dos trabalhos de urbanização, voltará, certamente, a notar-se um aumento constante [daquela] população”* e *“a proporção do afluxo de banhistas aumentará, vertiginosamente, transformando esta humilde praia numa estância balnear atraente e progressiva”*.⁷³

Assim, e para um prazo de execução do plano de 50 anos, definiam-se como pontos de partida:

- “1) Estabelecer um plano que possa sêr executado em várias fases;*
- 2) Prevêr a extinção do actual aglomerado, por fases estabelecidas,*

⁷¹ *Processo N.º 1797: Anteprojecto do Plano de Urbanização da Praia de Vieira de Leiria*, [Lisboa], CSOP, 22 Abril 1947.

⁷² SILVA, Luís Cristino da, *Ante-Projecto de Urbanização da Praia de Vieira de Leiria: Memoria Descritiva*, Lisboa, 25 Fevereiro 1946, p. 4.

⁷³ *Idem*, p. 5.

a longo prazo;

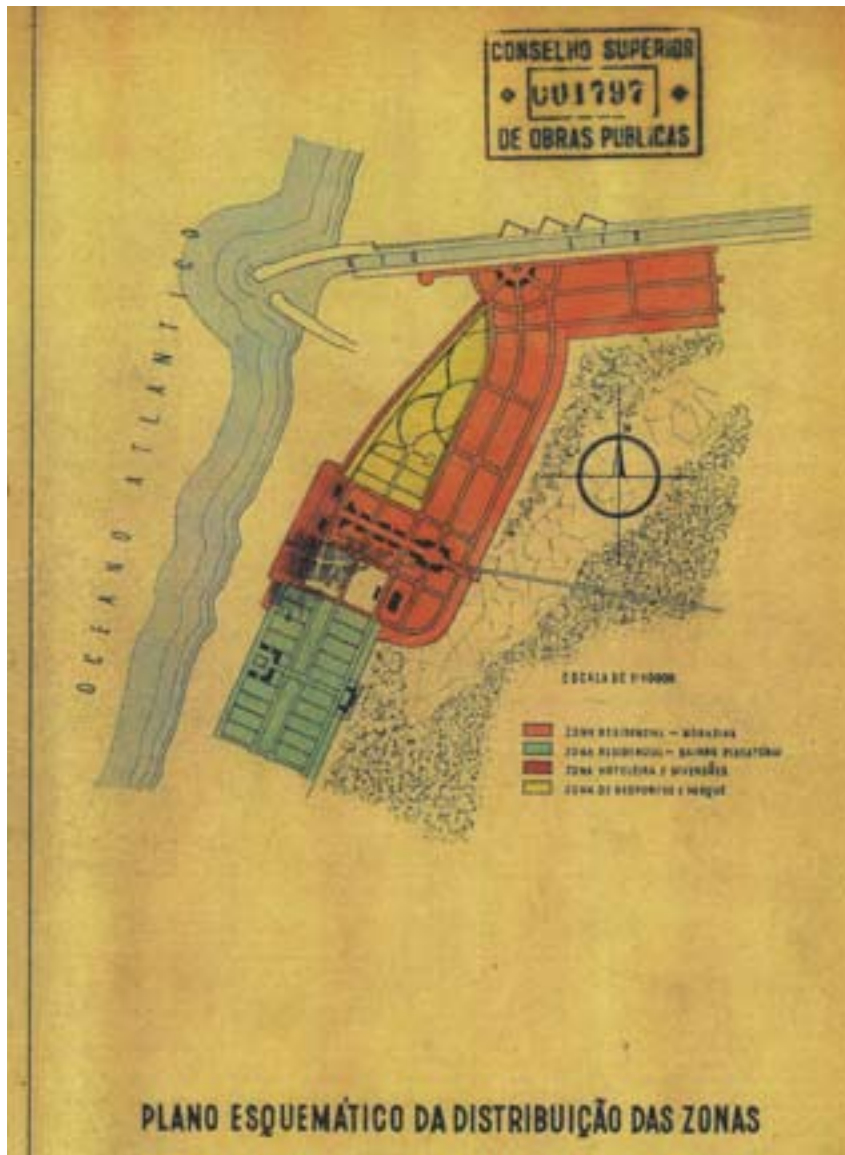
3) Garantir a fixação permanente da grande ante-duna existente no local;

4) Proteger o futuro aglomerado da acção dos ventos dominantes;

5) Localizar a zona hoteleira e a esplanada da praia, num ponto central da composição;

6) Situar o bairro piscatório no local mais adequado da praia.

Da conjugação de todos êstes elementos nasceu o presente ante-projecto, (...).”



Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Vieira de Leiria

Plano esquemático da distribuição das Zonas

Luís Cristino da Silva, 1946
(imagem Arquivo DGOTDU)

Ancorado na Estrada Nacional de ligação entre a Praia de Vieira de Leiria e Vieira de Leiria, seguindo, daí, para as Termas de Monte Real, o novo aglomerado balnear proposto por Cristino da Silva desenvolve-se paralelo à costa, estendendo-se, para norte,

ao longo da ante-duna, até ao canal construído para regularizar a barra do Lis, ponto em que inflecte para o interior e acompanha a margem do rio. Esta nova implantação permitia, assim, articular as valências da presença de uma frente marítima com as de uma frente fluvial, tal como Jorge Segurado havia já explorado na Praia do Cabedelo, em Viana do Castelo.

O conjunto divide-se em quatro Zonas funcionais: uma Zona Balnear Residencial, de moradias unifamiliares; uma Zona Residencial Económica, com vida própria, correspondendo ao Bairro Piscatório; uma Zona Hoteleira e de Diversões, articulada com a Esplanada sobre a Praia; e uma Zona de Desportos e Parque, a poente da primeira Zona Residencial. À entrada do novo aglomerado, implanta-se o Centro Administrativo e Comercial, que se estende até à Praia por uma avenida central, de vinte metros de largura, perpendicular ao mar, ladeada por edifícios de comércio e habitação colectiva e rematada, no seu extremo poente, por uma Esplanada Marginal onde se localizam o Hotel e o Casino. Junto ao rio, outro Centro Comercial, em forma de meia-laranja (imagem que, mais uma vez, nos reporta para a Praia do Cabedelo), cria um pólo de interesse adicional, ligado ao centro do aglomerado por uma Estrada Marginal traçada, até à Esplanada, sobre a ante-duna, limitando a Zona Desportiva, a poente.

Aquela avenida central, traçada, a norte do núcleo pré-existente de palheiros, entre a Praça do Centro Administrativo e a Esplanada da Praia, estrutura toda a composição, definindo uma malha ortogonal de vias, diferenciada em duas zonas: no Bairro Piscatório, localizado a sul, assume um carácter mais compacto, com lotes de reduzidas dimensões e ruas essencialmente pedonais, esquema que contrasta com o Bairro Residencial, a norte, onde a métrica dos quarteirões é mais generosa e se privilegia a circulação automóvel.

Pensado como um sistema quase autónomo, o Bairro Piscatório é equipado com o seu próprio Centro Cívico e Social, organizado em torno de uma praça representativa, implantada a meio da fachada

marítima, onde se concentram a Igreja, a Cooperativa e as Lojas, a Casa dos Pescadores e o Cinema, a Capitania e a Alfândega. Este núcleo liga-se, a nascente, com o Grupo Escolar, localizado no limite do Pinhal.



“Cristino da Silva concebe[, assim,] o aglomerado como o conjunto de dois bairros, segregados entre si, quer pela própria diferença de métricas [da malha urbana], quer pela especificidade dos equipamentos [que os caracterizam], dos quais uma parte se destina à população veraneante e a restante à população residente; em lugar de desempenharem uma função integradora, os próprios equipamentos sociais contribuem para o afastamento das duas comunidades”.⁷⁴

Em função das críticas avançadas pela DGSU, que considera não ser realista a erradicação da totalidade dos palheiros existentes, pelo menos a curto prazo, o arquitecto apresenta uma segunda versão do Plano, em que prevê a criação de uma Zona de Reserva, estabelecida entre a Avenida Central e o Bairro Piscatório, onde se mantêm algumas destas estruturas, devidamente enquadradas, do lado do mar, por três edifícios destinados a Pensões, que aparecem alinhados com o Hotel e o Casino na frente voltada sobre a Esplanada. Junto ao Centro Administrativo, aproveita esta área para implantar o Mercado e a Estação de Camionagem, colocados de cada lado do principal eixo de articulação longitudinal

Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Vieira de Leiria
Bairro Piscatório
Frente Voltada ao Mar e Corte Longitudinal pelo Eixo
Luís Cristino da Silva, 1945
(imagem Espólio Luís Cristino da Silva/Biblioteca de Arte FCG)

Páginas seguintes:
Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Vieira de Leiria
Luís Cristino da Silva, 1945
(imagem Arquivo DGOTDU)

⁷⁴ LÓBO, Margarida de Souza, op. cit., p. 112.





*Ante-Projecto do Plano de
Urbanização da Praia de
Vieira de Leiria
Esquema da 1.ª Fase de
Trabalhos*

Luís Cristino da Silva, 1945
(imagem Arquivo DGOTDU)



*Ante-Projecto do Plano de
Urbanização da Praia de
Vieira de Leiria
Esquema da 2.ª Fase de
Trabalhos*

Luís Cristino da Silva, 1945
(imagem Arquivo DGOTDU)



*Ante-Projecto do Plano de
Urbanização da Praia de
Vieira de Leiria
Esquema da 3.ª Fase de
Trabalhos*

Luís Cristino da Silva, 1945
(imagem Arquivo DGOTDU)

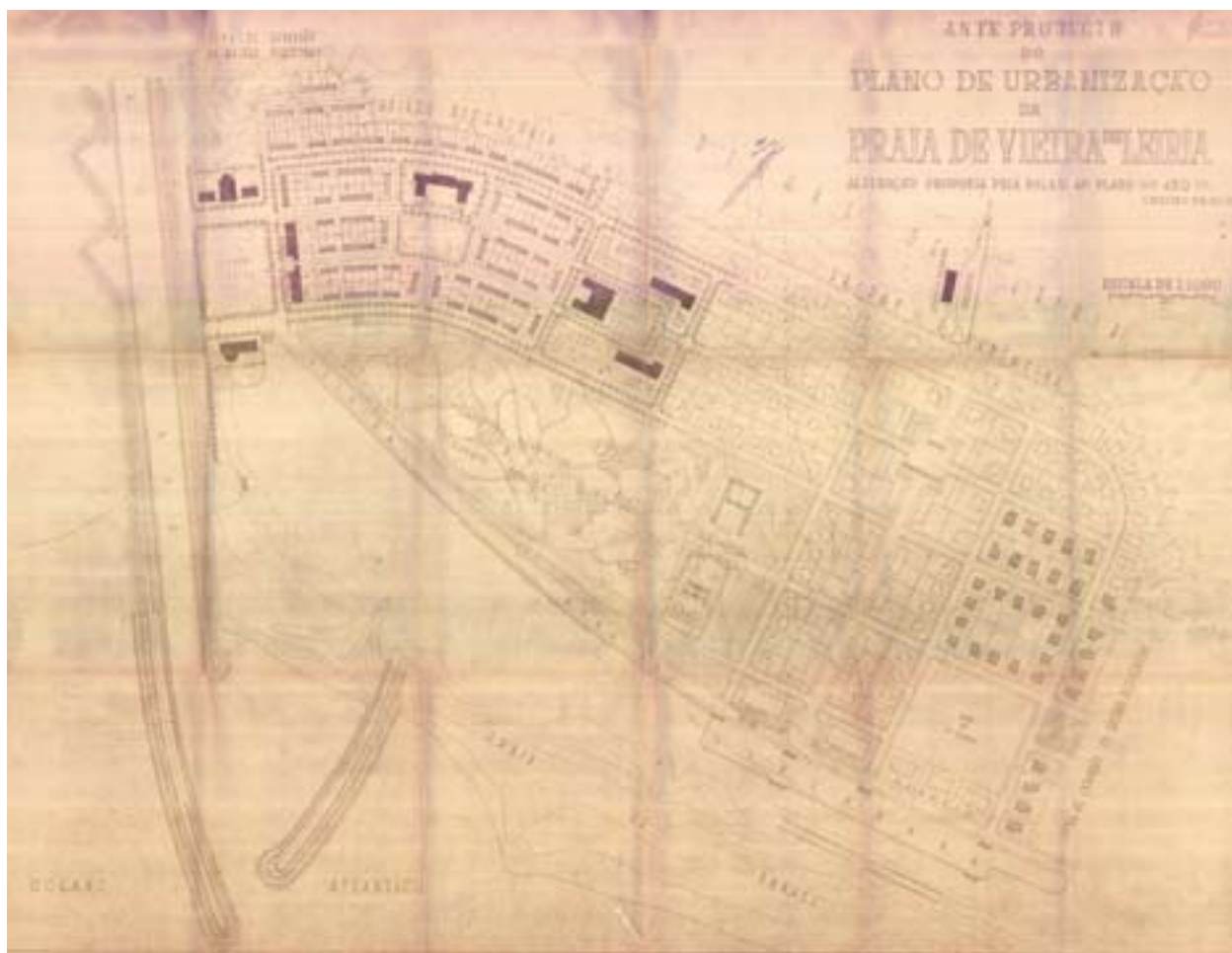


do aglomerado.

Para a implementação eficaz do Plano, são previstas três fases de execução, escalonadas ao longo de cinquenta anos e para uma população final de cerca de 3.500 habitantes (1.000 fixos, a residir no Bairro Piscatório, e 2.500 flutuantes, alojados nas Moradias, Hotéis e Pensões das Zona Balnear Residencial e da Zona Hoteleira e de Diversões).

Em resposta ao Parecer de apreciação do CSOP, de 22 de Abril de 1947, que aconselhava ter em observação uma melhor localização do Bairro Piscatório e distribuição das habitações como “defesa contra os ventos e maior amplitude de horizonte”⁷⁵, é elaborada uma terceira versão deste estudo, na qual “a duna [seria] preservada pela expansão urbana, sendo o bairro piscatório transferido para a margem do rio Lis”⁷⁶. Solução de

Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Vieira de Leiria
Alteração proposta pela DGSU ao Plano do Arq. Cristino da Silva
DGSU, 1947
(imagem Arquivo DGOTDU)

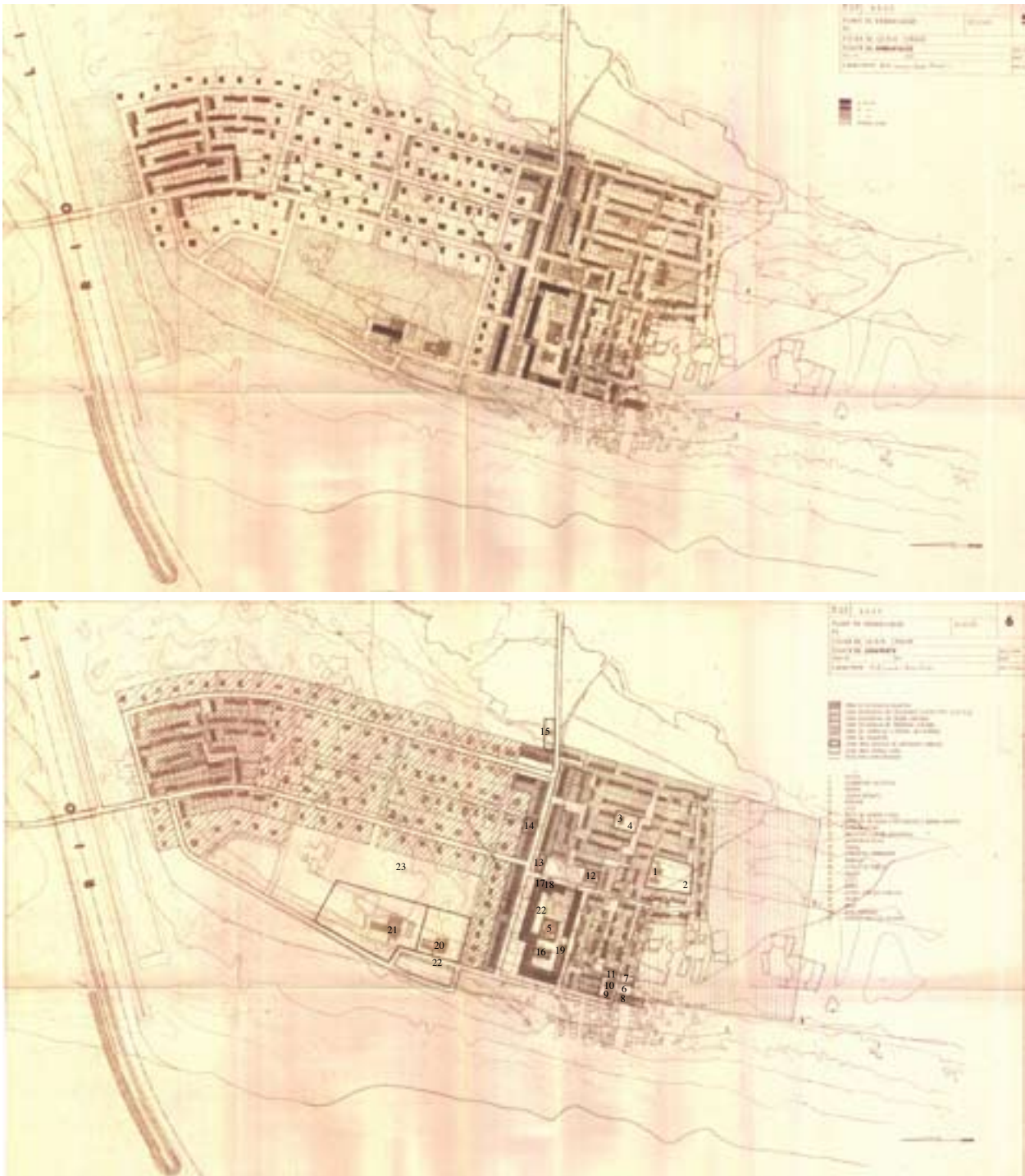


⁷⁵ Processo N.º 1797: Anteprojecto do Plano de Urbanização da Praia de Vieira de Leiria, op. cit..

⁷⁶ LÓBO, Margarida de Souza, op. cit., *ibidem*.

compromisso, esta versão seria aprovada a 3 de Setembro de 1947.

Em 1962, verificando-se que “*pouco se realizou do plano aprovado*”⁷⁷, a DGSU procede à sua revisão, ficando o arquitecto F. A. Lorenzini Borges Campos encarregado dessa tarefa. Abertos



alguns dos principais arruamentos do Plano de Cristino da Silva, a nova solução procurava manter sensivelmente o mesmo partido geral adoptado na composição anterior, prevendo “*porém densidades populacionais e de construção diferentes dentro da área a urbanizar*”⁷⁸. Também a distribuição das zonas funcionais sofre alterações, voltando o Bairro Piscatório a implantar-se a sul, tal como inicialmente proposto, constituído, agora, “*por tipos oficiais de habitação destinados a realojar aquela população à medida que se proceda à substituição do casario e dos casebres existentes*”⁷⁹. A Zona Balnear Residencial, de novo a norte, passou a articular duas áreas com características distintas, uma mais densa, junto ao rio, que aproveitava algumas casas já construídas “*em banda contínua para moradias unifamiliares destinadas à população flutuante ou ocasional*”, e, outra, de moradias isoladas, com uma densidade menor do que a considerada nas primeiras soluções.

A Avenida Central passava a concentrar todos os equipamentos de apoio à vida da população residente e flutuante, funcionando, assim, como elemento integrador daquelas duas realidades. No entanto, o Hotel e o Casino ganhavam, aqui, autonomia em relação a este eixo, implantando-se sobre a Praia, mas mais a norte, nos terrenos deixados livres para a criação de um parque, áreas de estacionamento e a instalação de equipamentos complementares à Zona Balnear. “*Em virtude das condições mutáveis da praia e dunas (...) considerou-se não ser justificável prever [o] tratamento urbano marginal com (...) muros de suporte e escadarias em alvenaria, propondo-se que o acesso à praia seja anualmente arranjado com escadas de acesso em madeira*”.

Aproveitando o projecto da Junta Autónoma das Estradas e da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas para a construção de uma ponte sobre o rio Lis, “ *julgou-se oportuno relacionar esse ponto com [o] novo plano de urbanização*”, ligando-o directamente à estrutura viária do aglomerado.

MOP - DGSU
 Plano de Urbanização de
 Vieira de Leiria (Praia)
 Revisão
 5 - Planta de Apresentação
 F. A. Lorenzini Borges
 Campos, 1962
 (imagem Arquivo DGOTDU)

MOP - DGSU
 Plano de Urbanização de
 Vieira de Leiria (Praia)
 Revisão
 6 - Planta de Zonamento
 F. A. Lorenzini Borges
 Campos, 1962
 (imagem Arquivo DGOTDU)

Legenda:
 1 - Escola; 2 - Logradouro da Escola; 3 - Creche; 4 - Jardim infantil; 5 - Mercado; 6 - Lota; 7 - Posto da Guarda Fiscal; 8 - Armazém de Redes e Apetrechos e Banhos Quentes; 9 - Posto Marítimo; 10 - Biblioteca - Club dos Pescadores; 11 - Assistência Social; 12 - Capela; 13 - Estação Camionagem; 14 - Garage; 15 - Estação de Serviço; 16 - Cinema; 17 - CTT; 18 - Banco; 19 - Outros Serviços Públicos; 20 - Casino; 21 - Hotel; 22 - Estacionamento; 23 - Espaço Livre de Reserva

⁷⁸ Idem, ibidem.

⁷⁹ Idem, p. 3.

Praia de Vieira de Leiria,
Marinha Grande
Vista Aérea, 1958
(imagem
Instituto Geográfico Português)



É sobre esta base que a Praia de Vieira de Leiria se vai desenvolver, caracterizando-se pelo confronto de escalas e de densidades entre o Bairro Piscatório, a sul, e o Bairro Balnear, a norte. Dualidade que, desde o início, orientou a sua evolução. Mas, se, a norte, é o traçado estabelecido pelo Plano que determina essa expansão, a sul, mantém-se, sensivelmente, a estrutura do antigo núcleo de palheiros, gradualmente substituídos por construções de alvenaria. Definindo a fronteira entre um e outro momentos, o perfil transversal da Avenida Central (actual Avenida dos Pescadores) reforça esta leitura, com construções mais modestas, a sul, e grandes blocos de habitação colectiva e comércio a norte.

Contido, a poente e a norte, pelo traçado da Avenida Marginal, junto à qual, de acordo com a revisão de 1962, se vai implantar o Hotel, e, a nascente, pela Estrada Florestal, principal eixo de ligação litoral entre as praias de São Pedro de Muel e de Pedrógão, atravessando o rio Lis, o crescimento do centro balnear ficava condicionado à sua expansão para sul, área para onde se veio a deslocar a Zona Desportiva, uma vez ocupados os terrenos reservados no Plano de Cristino da Silva para essa função.

Idêntico desenvolvimento terá a urbanização da Praia de Palheiros de Mira. Embora não “*abrangeada por nenhuma das disposições legais que regulam a elaboração de Planos de Urbanização, (...) consideradas as invulgares características do sítio, a sua vantajosa posição geográfica, a afluência apreciável de veraneantes (...) - apesar da total ausência de disposições para os receber - e ainda a falta de qualquer apetrechamento urbano para uso da sua população normal, foi superiormente decidido o estudo de um Plano de Urbanização daquela Praia com vista a armar a Câmara Municipal de Mira e demais entidades oficiais interessadas no seu possível desenvolvimento com um programa que lhe permita, tanto orientar as suas próprias actividades como - aqui a maior esperança - orientar as múltiplas actividades da iniciativa privada em quem tem sempre de repousar a maior parte dos encargos, aliaz justificados e compensados pelos lucros que resultam da sua exploração*”⁸⁰. Nesse sentido, “*em 1934, o então Ministro Engenheiro Duarte Pacheco (...) nomeou uma Comissão para efectuar estudos de urbanização do local.*

Ao primeiro estudo, [submetido em 1937,] o Conselho Superior de Obras Públicas foi de parecer haver necessidade de se introduzirem certas alterações, que foram efectuadas pela Direcção dos Edifícios do Centro”⁸¹ ainda nesse ano.

Deste projecto inicial apenas se encontrou uma fotocópia de uma planta do *Plano de Urbanização*, a partir da qual é possível ter uma ideia do partido geral da intervenção preconizada para este núcleo piscatório, que, aparentemente e à semelhança do que Cristino da Silva viria a defender, cerca de dez anos mais tarde, para a Praia de Veira de Leiria, propunha a substituição do conjunto de palheiros existente por um aglomerado urbano totalmente novo. Solução indicativa da precariedade das condições de vida da população aí residente.

Páginas seguintes:
*Plano de Urbanização da
Praia de Mira*
1937
(imagem Arquivo DGOTDU)

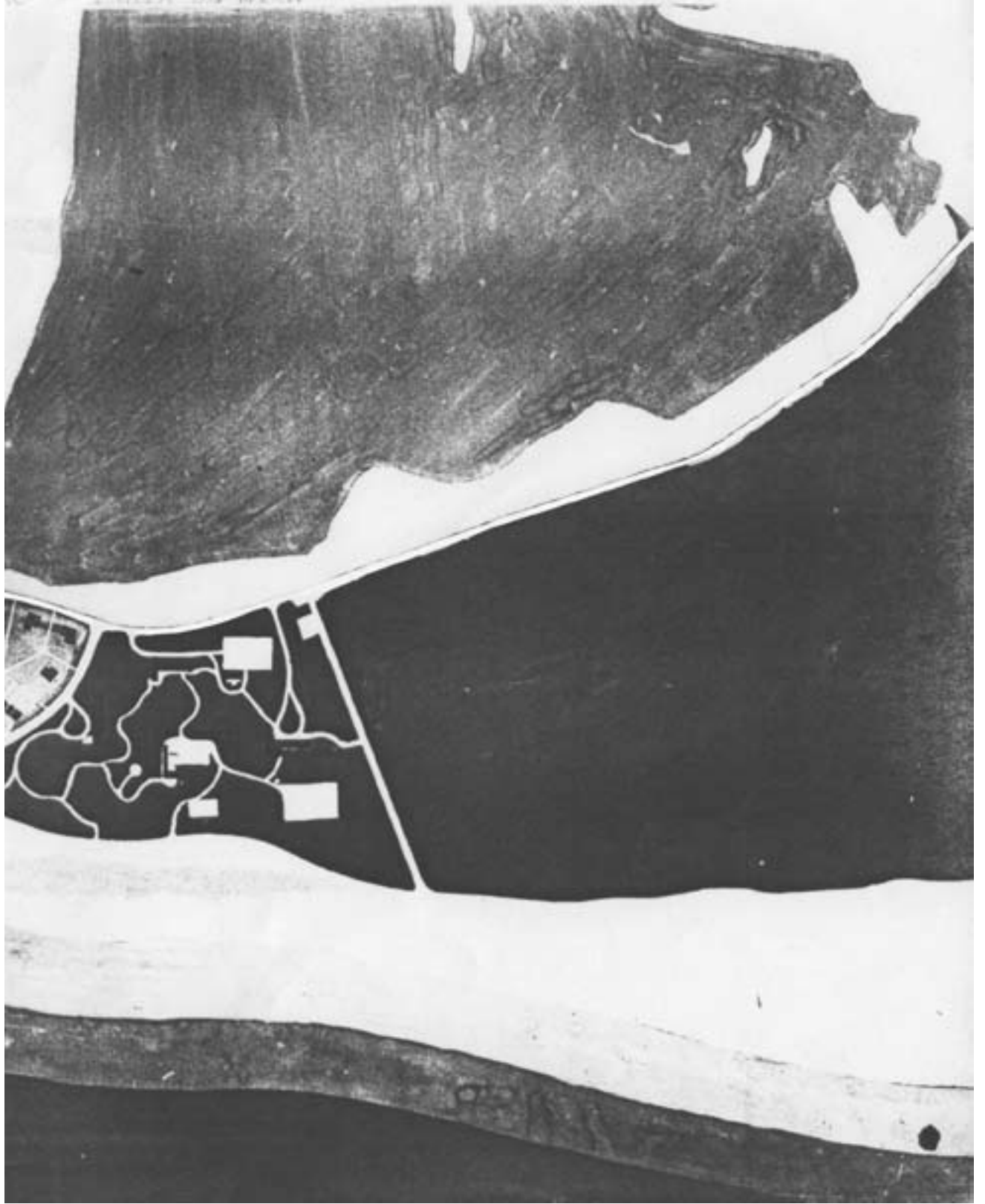
⁸⁰ *Urbanização da Praia de Palheiros de Mira - Ante-Plano: Memória Descritiva e Justificativa*, [Lisboa], DGSU, 1949, p. 1.

⁸¹ VALDEZ, M. Travassos, *Praia de Mira - Antepiano de Urbanização: Memória Descritiva*, Coimbra, Abril 1961, p. 2.

PLANO DE URBANIZAÇÃO



CO. M. PLATA DE MIRA



Com acesso, desde o interior, pelo prolongamento, até à costa, da Estrada Nacional de Cantanhede a Mira, a urbanização projectada procura tirar partido da situação natural particular da implantação do aglomerado existente, conjugando a presença da Praia, a poente, com a Barrinha de Mira, a nascente, e a Mata das Dunas de Quiaios, a sul. A partir daquele eixo estruturador são definidas diferentes zonas funcionais, organizadas segundo uma composição de matriz regular que se vai adaptando à topografia do terreno. O ponto central da composição é definido por uma pequena praça, aberta sobre a via principal e voltada à Barrinha, onde se localizam os principais serviços de apoio à vida do novo núcleo urbano e na qual desemboca a Estrada Florestal que, vinda do sul, margina aquela lagoa pelo poente. Este espaço separa o Bairro Piscatório, situado a nordeste, do Bairro Balnear, a poente, de desenvolvimento longitudinal, para sul, com frente para o mar e para a lagoa. A norte do aglomerado, entre o Bairro Piscatório e a Praia, estabelece-se uma área de reserva destinada à actividade da Pesca, ligada à Estrada Nacional por uma artéria que envolve aquele núcleo residencial pelo noroeste e à zona de banhos por um caminho bordejando a Praia. No extremo sul do Bairro Balnear, integrada na Mata, situa-se uma área de recreio e desporto, articulada com o resto do aglomerado pela Estrada Florestal, interior, e a Esplanada Marítima, traçada sobre a Praia.

A função residencial domina claramente sobre a dimensão turística desta Praia, privilegiando-se a fixação de uma população residente, sobretudo de pescadores, distribuída por todo o aglomerado. Isso é evidente pelas reduzidas dimensões dos lotes estabelecidos e pela tipologia das habitações adoptadas no Plano, na sua maioria pequenas moradias agrupadas em bandas contínuas. Apenas ao longo das duas frentes de água se sugere uma ocupação de menor densidade, com moradias isoladas destinadas, certamente, a residências de férias. A não formalização de um “Centro Turístico” junto à Esplanada Marginal, como era hábito neste tipo de urbanização balnear, parece confirmar aquela leitura.

Dois anos depois da realização deste primeiro estudo, “foi nomeada nova Comissão para prestar Assistência Técnica à Câmara Municipal de Mira, para a execução do referido Plano, que realizou realmente alguns estudos de pormenor, mas como em 1943 ainda não tinha concluído os seus trabalhos, Sua Ex.^a o Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas, incumbiu a Secção de Melhoramentos Urbanos (D.G.E.M.N.) de emitir parecer sobre o trabalho realizado, tendo sido concluído ser indispensável proceder-se a uma remodelação mais profunda.

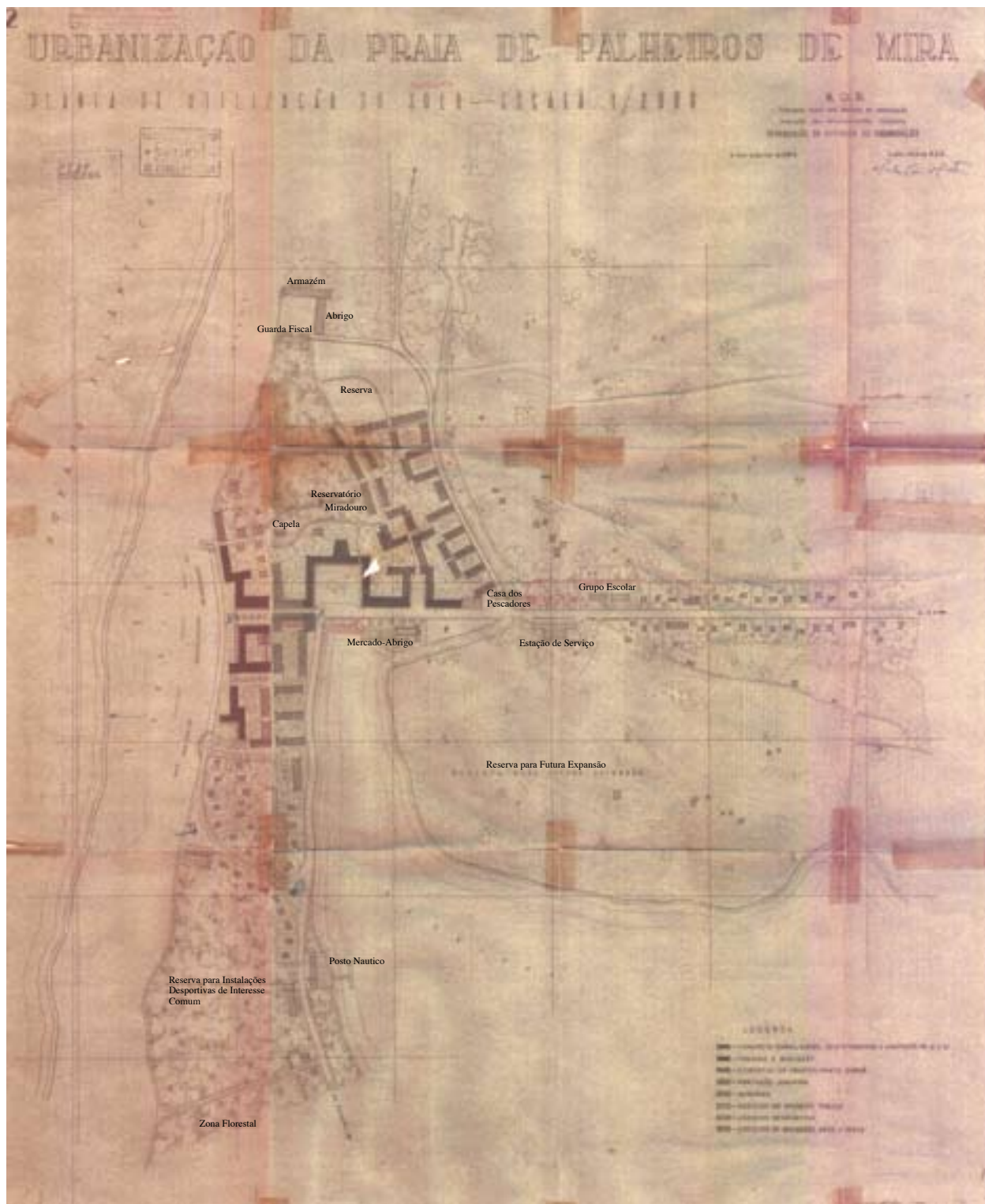
Para isso, efectuou-se uma nova e correcta planta topográfica, que só em 1948 ficou concluída.

Entretanto, a incumbência dos estudos foi atribuída à Repartição de Estudos de Urbanização, da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, que realizou os seus trabalhos, concluídos em 1949, que foram apresentados à consideração e parecer do Conselho Superior de Obras Públicas em 1950, parecer êste, que foi homologado por Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, em 24.10.50”.⁸²

Esta segunda proposta, ainda que formalmente diferente da anterior, recupera, em grande medida, a estrutura e os princípios urbanísticos estabelecidos naquele primeiro Plano. No entanto, a introdução de uma zona dedicada exclusivamente a equipamentos turísticos, no remate do eixo da Estrada Nacional, vinha clarificar a vocação recreativa deste núcleo balnear. Aqui, previa-se, agora, a construção de uma Esplanada com dois níveis, reservada à circulação pedonal. Espaço que seria complementado por uma série de “pequenos largos arborizados ou ajardinados”⁸³ perpendiculares ao mar, com os quais se procurava “criar múltiplos locais abrigados do sol e do vento, e simultaneamente cortar com a continuidade desta frente marginal, isto além, evidentemente, de estabelecer ligação agradável com a habitação e através dela com a Lagôa”.

⁸² VALDEZ, M. Travassos, op. cit., p. 3.

⁸³ Urbanização da Praia de Palheiros de Mira - Ante-Plano: Memória Descritiva e Justificativa, op. cit., p. 18.



Urbanização da Praia de Palheiros de Mira
Planta de Utilização do Solo
 DGSU, 1949
 (imagem Arquivo DGOTDU)

Noutro sentido, a concentração da zona de moradias isoladas para veraneio no extremo sul do aglomerado vinha contrariar o enunciado de que se pretendia *“uma distribuição homogênea de população sem de nenhum modo facilitar a diferenciação de*

áreas segundo grupos sociais ou níveis económicos”⁸⁴, princípio a que a primeira solução respondia, francamente, de forma mais integrada. Também a premissa de que não se procurava com este novo plano “*substituir o aglomerado existente por outro*”, antes encontrar “*um sistema que permita gradual e progressivamente criar elementos novos que contribuam efectivamente para a melhoria económica e o bem estar dos seus naturais e simultaneamente dos veraneantes*”, parece não ter fundamento, porque, na realidade, do conjunto de palheiros pré-existente pouco ou nada é mantido. Assim, o que, aparentemente, surge como uma crítica ao primeiro estudo não deixa de ser aplicável à nova solução.

Mais interessante é o discurso construído em torno do problema da Habitação enquanto factor de desenvolvimento turístico, no sentido em que “*se se pretender fomentar este (...) há com efeito que atribuir toda a importância à habitação e que pôr de parte todos os preconceitos contra o aluguer das habitações no verão sejam estas propriedade de quem fôr. De resto, é este um uso das nossas Praias principalmente no Norte em que a maioria esmagadora dos veraneantes se instala em casas alugadas nestas condições sendo os alugadores frequentemente muito menos necessitados deste rendimento suplementar do que se verifica aqui em Mira.*

O hotel e as pensões aparecerão mais tarde, já quando a própria afluência atraia outro tipo de veraneantes, principalmente os isolados que não carecem de uma habitação, ou famílias que não podem - ou querem - demorar-se período suficientemente longo que compense o aluguer duma casa”⁸⁵.

Desta forma, o incentivo à “*construção de moradias para a população local[,] para o que o plano propõe condições adequadas*”⁸⁶, contribuía, por um lado, para a melhoria geral das condições de vida do aglomerado e, conseqüentemente, para uma maior atractividade desta Praia como centro balnear, e, por outro,

⁸⁴ *Urbanização da Praia de Palheiros de Mira - Ante-Plano: Memória Descritiva e Justificativa*, op. cit., p. 17.

⁸⁵ *Idem*, pp. 8-9.

⁸⁶ *Idem*, p. 12.

*AntePlano de Urbanização
da Praia de Mira
Planta de Urbanização*
M. Travassos Valdez, 1961
(imagem Arquivo DGOTDU)

Legenda:

- 1 - Casa dos Pescadores; 2 - Infantário;
3 - Posto Médico; 4 - Bombeiros;
5 - Lavadouro; 6 - Guarda Fiscal;
7 - Igreja Matriz; 8 - Mercado;
9 - Junta de Freguesia; 10 - CTT;
11 - Pensão; 12 - Hotel; 13 - Casa
de Chá; 14 - Garagem e Estação
de Serviço; 15 - Escolas Primárias;
16 - Posto de GNR; 17 - Estação
Rodoviária; 18 - Cinema; 19 - Parque
Público; 20 - Clube Náutico;
21 - Desportos.

proporcionava à população residente uma fonte de rendimento adicional nos meses de Verão, estimulando-a a possuir habitação própria.

No confronto entre estes dois planos é, também, fundamental observar a diferença de modelos que orienta a disposição das bandas de moradias agrupadas em relação à estrutura viária. Se na solução inicial a implantação das construções acompanha sempre o alinhamento da via, segundo a lógica da rua-corredor tradicional, nesta última versão propõe-se a coexistência de diferentes esquemas de ocupação dos quarteirões associados a uma mesma tipologia, testemunhando o momento de revisão metodológica que se esboça depois do I Congresso Nacional de Arquitectura, de 1948.⁸⁷

Com a crescente procura turística que se regista nesta Praia, no final de 1958 a Câmara Municipal de Mira submete à DGSU um pedido de “*remodelação e actualização dos traçados de urbanização aprovados*”⁸⁸, de forma a dar resposta ao aumento imprevisível do número de interessados em obter licenças para a construção, em especial de novas moradias de férias. Em resposta a esse pedido, o arquitecto Travassos Valdez, da Direcção de Urbanização do Distrito de Coimbra, seria incumbido de proceder à revisão do Plano, para os trinta anos seguintes.

Da *Planta de Urbanização* entregue nesta fase é possível perceber que o crescimento do aglomerado se tinha vindo a processar dentro dos limites e segundo a distribuição funcional prevista nos estudos anteriores, mas sem respeitar o desenho urbano proposto em qualquer um deles, em particular no que tocava à conformação dos dois principais espaços públicos do aglomerado - a Praça Central e a Esplanada Marginal - curiosamente, intervenções que se situavam no domínio da acção do Estado. O núcleo mais desenvolvido, nesta altura, é o do Bairro Piscatório, a norte da Estrada Nacional, observando-se, no entanto, uma grande

⁸⁷ No qual os arquitectos reivindicam a intervenção à escala da cidade e a adesão ao modelo de planeamento funcionalista proposto pela *Carta de Atenas*. (Cf. CONGRESSO NACIONAL DE ARQUITECTURA, I, Lisboa, 1948. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura: Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos do Congresso*, Lisboa, Gráfica Santelmo, [1948])

⁸⁸ VALDEZ, M. Travassos, op. cit., *ibidem*.



disparidade de densidades de ocupação e de escalas de loteamento no seu conjunto. Mais equilibrado parecia o núcleo de moradias isoladas constituído junto da Mata, a sul. Por outro lado, anunciando a direcção de uma possível expansão do aglomerado, começava a consolidar-se um novo núcleo de urbanização a sul da Estrada

Nacional.

Face a esta realidade, o *Anteplano de Urbanização da Praia de Mira*, de 1961, definia três níveis de actuação futura: a consolidação da malha existente (a laranja na *Planta de Urbanização*), no sentido de clarificar o desenho da forma urbana e o zonamento propostos; a infraestruturização do aglomerado, dotando-o com os equipamentos (representados a vermelho) necessários ao seu eficaz e equilibrado funcionamento; e a previsão da expansão urbana, orientando o crescimento desta Praia para a área delimitada entre a Estrada Nacional e a Barrinha de Mira.

Praia de Mira,
Cantanhede
Vista Aérea, 1965
(imagem
Instituto Geográfico Português)



Cinquenta anos depois, toda esta zona a sudeste da Praia, que se queria reservada para Parque Público e Actividades Desportivas, encontra-se ocupada por pequenas habitações alinhadas em banda. Também o Bairro Piscatório se desenvolveu, para norte, além dos limites previstos para a sua urbanização, tal como, a sul, se veio a instalar, dentro do perímetro da Mata das Dunas de Quiaios, o Parque de Campismo Municipal de Mira. Coincidência, ou não, o único equipamento construído no local programado neste estudo seria a Igreja Matriz.

Do confronto destes seis primeiros Planos Gerais de Urbanização para praias portuguesas é possível constatar que estes se distribuem equilibradamente pelas, então, três principais regiões do país: dois para o norte (Praia do Cabedelo e Praia de Moledo do Minho), dois para o centro (Praia de Vieira de Leiria e Praia de Palheiros de Mira) e dois para o sul (Praia da Rocha e Frente Marginal de Monte Gordo). Divisão geográfica resultante do acaso, mas que não deixa de ser curiosa.

Como dissemos, a principal diferença entre estes estudos e os Planos Gerais de Melhoramentos que os precedem reside no facto de, agora, já não ser só o traçado da Infraestrutura que é objecto de desenho, é também o que se passa “para lá” dela, ou seja, a Arquitectura, dimensão que introduz uma outra complexidade ao planeamento urbano porque obriga a equacionar, em simultâneo com o sistema dos espaços públicos - Morfologia, o carácter das edificações - Tipologia, a organização funcional do território - Zonamento - e o seu apetrechamento - Equipamento. É esta diferença que distingue um pré-urbanismo ainda rudimentar de uma prática urbanística de pleno direito. Neste sentido, podemos considerar os seis planos analisados como as primeiras aproximações, em Portugal, à definição de um modelo de urbanismo de carácter “balnear”. Modelo que se começa a esboçar antes, mesmo, de se aplicarem aqueles princípios ao planeamento urbano convencional.

A partir da leitura realizada, propomos resumir a quatro as características fundamentais que diferenciam a urbanização de aglomerados balneares:

- a presença da Marginal Marítima, herdada da prática urbanística oitocentista e que vai permanecer como elemento estruturador da expansão balnear, quer seja sob a forma de Estradas, Avenidas, Esplanadas ou Passeios, definindo o limite, poente ou sul, do aglomerado;

- ancorada a esta infraestrutura, a caracterização de uma Zona ou de um Centro Turístico, acompanhando o seu desenvolvimento linear ou fixando um ponto de maior investimento formal, pela introdução de um segundo eixo de composição (ou mais), perpendicular ou diagonal em relação à linha de costa;

- a concentração nesta Zona dos equipamentos mais emblemáticos da estância balnear - o Hotel e/ou o Casino - implantados lado a lado na Marginal ou de cada lado daquele eixo, de preferência no seu remate junto ao mar, e geralmente articulados com outros programas, como Estabelecimentos Balneares, Restaurantes e Piscinas de Mar;

- e, finalmente, a definição de uma Zona Residencial Balnear, reservada à moradia unifamiliar isolada, que, em contraponto ao grande gesto cenográfico do Centro Turístico, se espraia uniformemente pelo território, ao longo da costa, em núcleos de desenho mais geometrizado ou mais orgânico.

O “Centro”, com os seus equipamentos, vai conformar-se em perspectivas, mais ou menos, monumentais, inspiradas nas grandes composições urbanas do movimento *City Beautiful*, enquanto que a “Casa de Férias” encontra fundamento tipo-morfológico no modelo residencial da Cidade-Jardim. Princípios que, de resto, vão orientar toda a prática urbanística do Estado Novo. Mas, na costa, o “Centro” é (na) “Marginal”, fronteira física entre o natural e o urbanizado.

Praias Portuguesas: a “Margem” como “Centro”

No número de Agosto de 1942, consagrado às Termas e Praias Portuguesas, a revista *Panorama* editava um mapa com as estâncias balneares do país. Sob o lema “As nossas praias são tôdas diferentes”, cada uma delas era apresentada com uma breve indicação das suas características naturais mais marcantes, o tipo de vivência social que as caracterizava e os principais equipamentos recreativos de que dispunham. Espécie de pequeno roteiro que fornecia aos leitores a informação necessária para escolherem a melhor Praia para passarem as suas férias junto ao mar.⁸⁹



Praias Portuguesas

Mapa, 1942

(imagem *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa, 1.ª Série, N.º 10, Agosto 1942)

⁸⁹ Mapa idêntico, com o fundo em verde, seria apresentado com as “Termas Portuguesas”.

	Urbanista	Data	Submetido a Parecer do CSOP	Aprovação Ministerial
Moledo do Minho	David Moreira da Silva	1941	1942	16-01-1943 *
Ancora	Eng. José J. Pinto Coelho Faria	1950		
Viana do Castelo (Cabedelo)	Jorge Segurado e António Varela	1933	1949	16-04-1949 *
Esposende	Eng. José Miranda e Mascarenhas	1947	1948	06-01-1949 *
Fão	Eng. José Miranda de Vasconcelos	1946	1949	17-03-1949 *
Póvoa de Varzim	Eng. Miguel Rezende e Agostinho Ricca	1947	1947	16-12-1948 *
Vila do Conde	Eng. Miguel Rezende e Agostinho Ricca	1951		04-12-1952 *
Matosinhos	David Moreira da Silva		1944	22-02-1945 *
Espinho	Januário Godinho	1950	1954	30-11-1954 *
Furadouro	Eng. Miguel Rezende	1950	1953	20-05-1953 *
Torreira	Eng. Miguel Rezende	1955	1955	15-10-1955 *
S. Jacinto	David Moreira da Silva	1955	1956	15-11-1956
Costa Nova	DGSU	1951	1954	
Palheiros de Mira	DGSU	1937	1937	24-10-1950 *
Figueira da Foz	Antão de Almeida Garrett		1954	
Vieira	Luís Cristino da Silva	1946	1946	03-09-1947 *
S. Pedro de Muel	José de Lima Franco	1946		12-03-1947
Nazaré	Eng. A. S. Barata da Rocha	1955	1958	
S. Martinho do Pôrto	António Gomes Egea	1946		30-08-1946
Foz do Arelho	Paulino Montez	1945	1954	27-05-1954 *
Baleal	Paulino Montez	1954		
Peniche	Paulino Montez	1951	1953	29-05-1953 *
Consolação	Paulino Montez	1952	1953	14-04-1955
S. Bernardino	Paulino Montez		1953	14-04-1955
Areia Branca	Joaquim de Almeida Júnior	1949	1950	
Santa Cruz	Miguel Jacobetty	1949	1959	
Ericeira	Rodrigues de Lima			03-12-1952
Costa do Sol	Etienne De Gröer	1946		29-12-1948
Caparica	João G. Faria da Costa	1946	1947	17-08-1948 *
Sesimbra	Paulo Cunha	1945	1956	
Sines	Luís Cristino da Silva	1942	1953	
Lagos	Miguel Jacobetty		1957	25-05-1957 *
Praia da Rocha	Carlos Ramos e Eng. António E. Abrantes	1935	1936	20-05-1942 *
Armação de Pêra	Paulo Cunha		1948	13-10-1958 *
Albufeira	Miguel Jacobetty	1948	1951	
Quarteira	Paulo Cunha	1942	1953	26-06-1953 *
Monte Gordo	J. Ribeiro de Oliveira		1957	22-07-1958 *

Nota: A informação apresentada neste quadro resulta do cruzamento dos dados recolhidos por Margarida de Souza Lôbo, em *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, com a pesquisa por nós realizada nos Arquivos da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (Espólio Luís Cristino da Silva), da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, e do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações.

* - Aprovado com condições.

Ao todo são enumeradas cinquenta praias, das quais trinta e três teriam um Plano Geral de Urbanização elaborado até 1960, a que se somavam, ainda, as Praias de Fão, de S. Jacinto, de Palheiros de Mira e de S. Bernardino. Não cabendo aqui a análise de todos estes estudos, propomos uma leitura rápida dos que consideramos mais representativos do sentido de uma evolução da prática urbanística portuguesa durante o Estado Novo.

O primeiro, de 1942, diz respeito ao *Plano Geral de Arranjo da Praia da Quarteira*, no Algarve. Projecto de Paulo Cunha, que, na década de quarenta, elabora, ainda, os planos para as praias de Sesimbra e de Armação de Pêra, esta proposta filia-se num urbanismo mais formal, característico dos traçados dos anos trinta, fortemente influenciado pelas correntes do *City Beautiful* e da Cidade-Jardim. Tal como nas praias de Palheiros de Mira e de Vieira de Leiria, também aqui se pretendia criar um novo centro de veraneio à custa da erradicação completa do aglomerado existente, sobrepondo-lhe uma nova forma urbana.

A composição idealizada articula dois momentos distintos - uma Zona de Habitação Permanente, a poente, e uma Zona Residencial de Verão, a nascente. A primeira, implanta-se sobre o antigo núcleo piscatório, com um desenvolvimento ortogonal à costa, acompanhando o prolongamento da Estrada Nacional N.º 396, então o principal acesso àquele aglomerado. Junto ao mar instalam-se os equipamentos associados à Pesca, rematando, a nascente, no Mercado, estrutura a partir da qual é traçada uma nova avenida, paralela à ampla Marginal desenhada ao longo da Praia. É nesta artéria interior que se estabelece o ponto focal de toda composição e da segunda zona, solução que, certamente, terá resultado do facto de ainda estarem em curso os estudos de defesa da frente litoral⁹⁰. Configurando uma praça quadrada, disposta a 45º em relação à avenida, este centro é definido por dois grandes conjuntos

⁹⁰ Estudos realizados pela Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e que levariam dez anos a estarem concluídos, demora que levaria a uma primeira revisão do plano, em 1950, e à sua aprovação só em 1953. (Cf. *Parecer N.º 3280: [Anteplano de Urbanização de Quarteira (Revisão)]*, Lisboa, CSOP, 1964)



Praia da Quarteira
Plano Geral de Arranjo
Paulo Cunha, 1942
Fotografia de Mário Novais
(imagem
Biblioteca de Arte FCG)

arquitectónicos, onde se concentram as Instalações Comerciais, o Casino e o Cinema e que enquadram, de cada lado, o novo eixo de acesso à estância, traçado na perpendicular ao mar. Desta praça central partem as radiais que estruturam o sistema de circulares

concêntricas da malha da Zona Residencial de Verão, imagem que nos reporta para o *Plano Mestre da Urbanização da Praia do Cabedelo*. Entre uma e outra zonas residenciais fixam-se o Campo de Jogos e o Jardim Público.

Curioso é que, à parte de estruturas morfológicas completamente distintas, parece não haver grande diferença entre estes dois núcleos quanto à caracterização das habitações. Ao contrário do que era usual na prática urbanística então corrente, aqui, a uma segregação socio-espacial não correspondia uma hierarquização tipológica. Assim, o principal factor que distinguia o Bairro Piscatório do Bairro Balnear era frequência da sua ocupação - num, era permanente e, no outro, sazonal.

Talvez porque “perigosamente” próximo de certas utopias socialistas, mas, sobretudo, porque demasiado rígido perante um território em constante transformação - face à instabilidade da frente marítima e, mais tarde, ao projecto turístico de Vilamoura, este Plano não teria quaisquer repercussões.



Praia da Quarteira,
Loulé
Vista Aérea, 1972
(imagem
Instituto Geográfico Português)



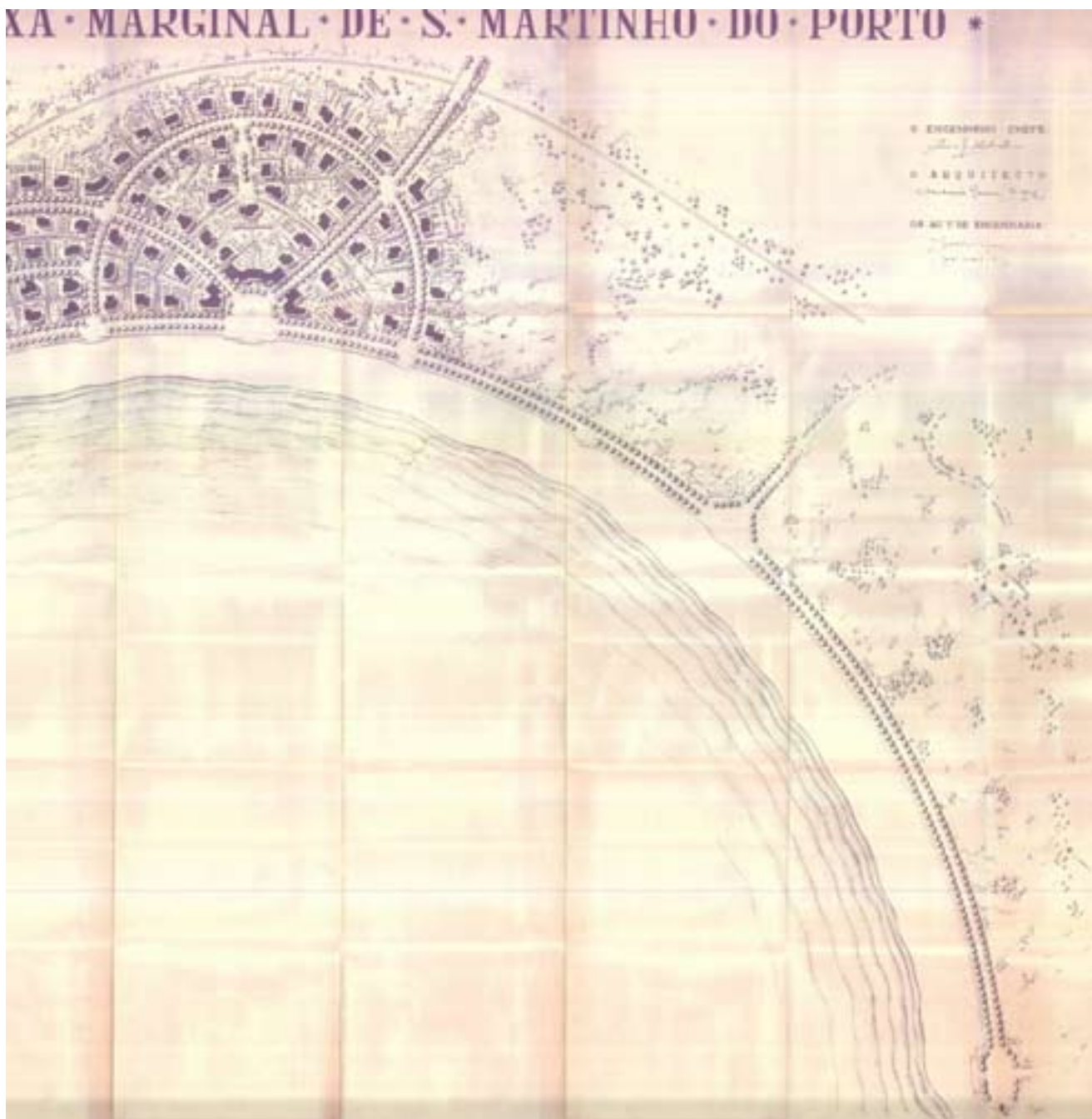
*Projecto de Urbanização da
Faixa Marginal de S. Martinho
do Porto*

JAE

*Secção de Arruamentos
Planta de Apresentação*

António Gomes Egea, 1946
(imagem Arquivo DGOTDU)

Também “pelo caminho” ficaria o *Projecto de Urbanização da Faixa Marginal de S. Martinho do Porto*, trabalho desenvolvido pela antiga Secção de Arruamentos da Junta Autónoma de Estradas, entretanto integrada na Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, e concluído em 1946. A intervenção destes serviços decorre de um pedido de assistência técnica feito pela Junta de Turismo de S. Martinho para a elaboração de um projecto de prolongamento da Avenida Marginal à Praia.



Da análise da situação, “reconheceu-se que se deveria atender fundamentalmente aos seguintes pontos:

1.º) - O projecto não deveria limitar-se a um novo troço de prolongamento do existente, mas abranger igualmente o troço antigo, que, por se apresentar com péssimo aspecto, em completo estado de abandono, requeria uma completa remodelação.

2.º) - Não se poderia isolar o problema da Avenida Marginal

da urbanização da zona anexa compreendida entre a praia e o caminho de ferro. Impunha-se estudar as linhas gerais dessa urbanização e, sobretudo, estabelecer o esquema das comunicações com a praia.”⁹¹

Desta forma, o estudo dividia-se em duas partes complementares: o projecto da Avenida Marginal e a urbanização da faixa litoral, esta última da responsabilidade do arquitecto António Gomes Egea.⁹²

O prolongamento da intervenção à área envolvente da Marginal surgia da convicção de que *“a extraordinária beleza da ‘concha’ de S. Martinho, juntamente com as comodidades que a urbanização oferecerá, provo[caria] dentro de alguns anos uma forte corrente atrativa de veraneantes procurando estabelecer as suas moradias de preferência perto da praia.*

*Por isso se julgou oportuno alargar o objectivo inicial do presente estudo e, assim, além de se projectar uma Avenida de turismo cingindo a baía e permitindo admirá-la de variados ângulos, procurou-se também deixar esboçadas as condições em que se poderá desenvolver a zona turística-balnear. E, na realidade, não se poderia bem conceber o primeiro problema sem o segundo”*⁹³. O facto de a maioria dos terrenos em questão serem do Domínio do Estado, uma vez que integrados na área de protecção da linha de caminho-de-ferro, vinha, em muito, facilitar esta decisão.

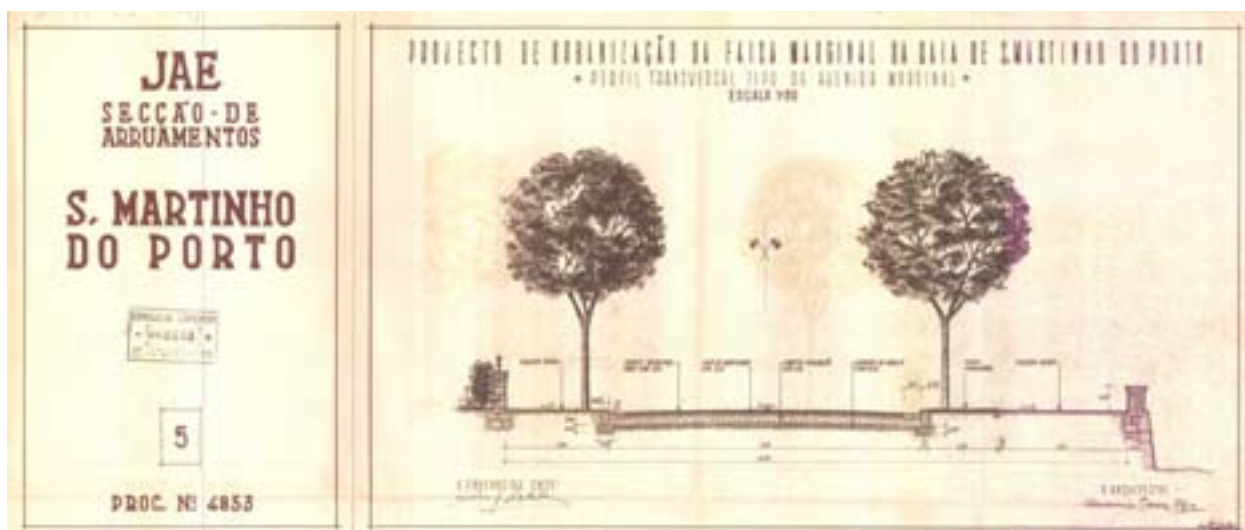
Estudado o traçado da Avenida pelos engenheiros, ao arquitecto caberia desenhar uma Zona de Veraneio associada àquela infraestrutura. No final, o projecto apresentado não era *“mais do que o desenvolvimento [de um] trabalho anterior, aprovado nas suas linhas gerais por Despacho Ministerial de 9 de Janeiro de 1943”*.⁹⁴

⁹¹ *Projecto de Urbanização da Faixa Marginal de S. Martinho do Porto: Construção do 1.º troço da Avenida Marginal*, Lisboa, DGSU, 13 Maio 1946, p. 1.

⁹² As peças desenhadas são assinadas pelo Engenheiro Chefe da Secção de Arruamentos da JAE, pelo arquitecto e por dois Agentes Técnicos de Engenharia.

⁹³ *Projecto de Urbanização da Faixa Marginal de S. Martinho do Porto: Construção do 1.º troço da Avenida Marginal*, op. cit., p. 3.

⁹⁴ *Idem.*, p.4.

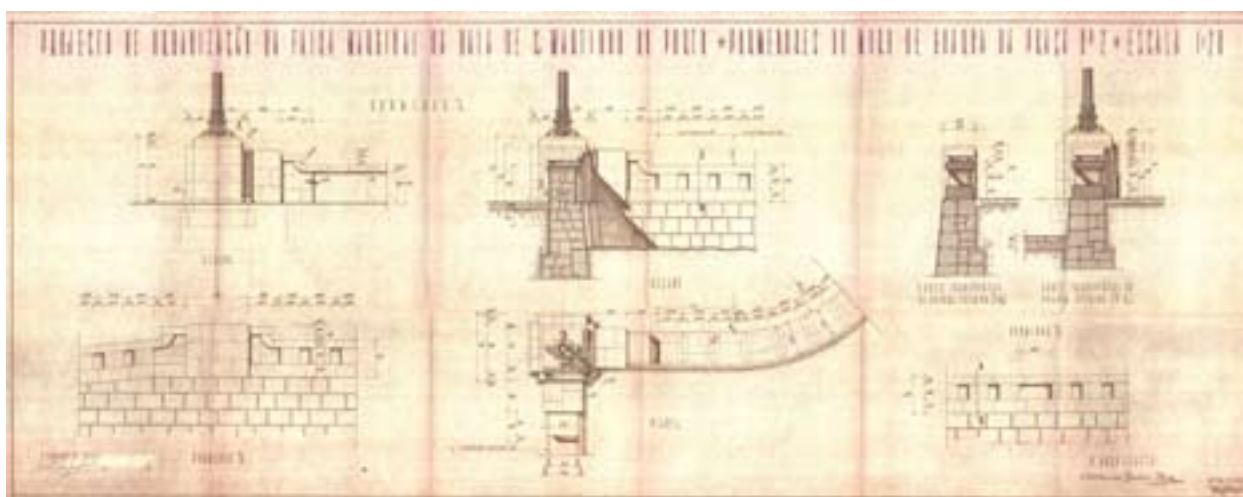
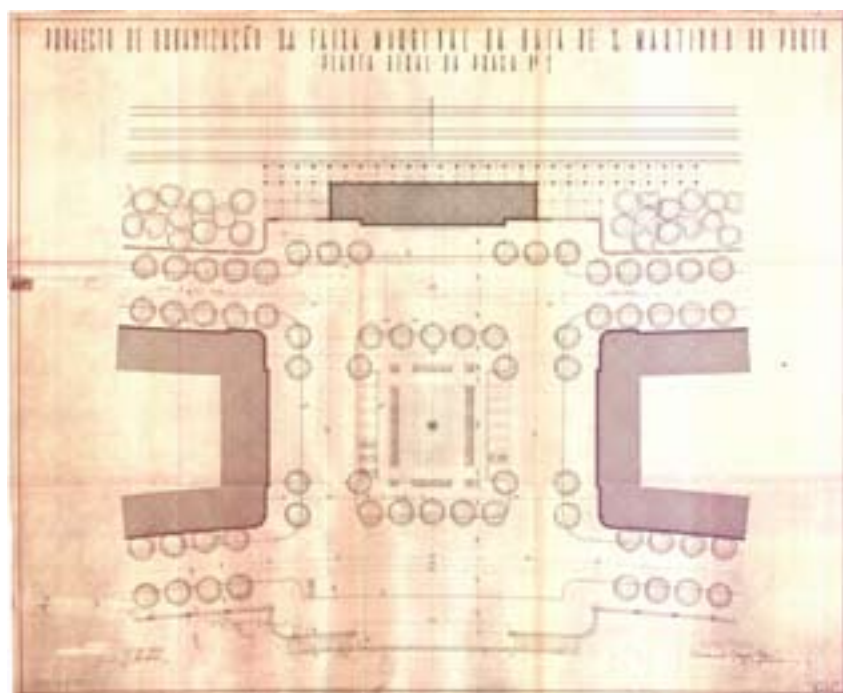


De alguma forma, este projecto aproxima-se da solução avançada por Paulo Cunha para a Praia da Quarteira. Também em S. Martinho se definem duas zonas residenciais distintas - a existente e a da nova expansão - articuladas entre si por um momento de excepção, que, aqui, corresponde ao centro da zona turística-balnear. Mas, se a extensão residencial adopta a mesma configuração semicircular daquele estudo, já o aglomerado existente é, neste caso, integralmente mantido, aproveitando-se, apenas, a oportunidade do novo plano para se repensar a ligação à Estrada Nacional proveniente das Caldas da Rainha (EN N.º 10-1.^a), a sul, e prolongar a Estrada Nacional da Nazaré (EN N.º 50-2.^a), a norte, até à Praia. Ajustes com naturais, mas pequenas, implicações na configuração do tecido urbano existente.

Situado numa posição central em relação ao desenvolvimento linear da estância, o novo “Centro” articulava-se directamente com o transporte ferroviário, definindo “*uma praça de chegada* [aberta à Marginal e à Praia] *onde seria colocado um novo edifício da estação de caminho de ferro, um hotel, casino*” e zonas comerciais, oferecendo “*a quem chegasse uma impressão agradável pelo conjunto da praça e pela proximidade imediata da baía*”⁹⁵. Espaço, esse, que é desenhado ao pormenor.

*Projecto de Urbanização da
Faixa Marginal da Baía de S.
Martinho do Porto
Perfil Transversal Tipo da
Avenida Marginal
JAE
Secção de Arruamentos
António Gomes Egea, 1946
(imagem Arquivo DGOTDU)*

⁹⁵ Idem, *ibidem*.



*Projecto de Urbanização da
Faixa Marginal de S. Martinho
do Porto
JAE - Secção de Arruamentos
Planta Geral da Praça N.º 2,
Perfil Longitudinal e
Pormenores do Muro da Guarda
António Gomes Egea, 1946
(imagem Arquivo DGOTDU)*

570

Pela “vastidão dos trabalhos previstos e o seu elevado custo”, seria proposta a realização faseada do plano, considerando-se prioritária a construção do primeiro troço da Avenida Marginal, “correspondente à zona já edificada”. Para uma fase posterior ficaria toda a zona de expansão balnear, com o seu centro turístico representativo e o seu bairro residencial de moradias isoladas, em contraste com a maior densidade do núcleo urbano original.

Aprovado sem condições, a 30 de Agosto de 1946, o Plano, parcial, da Urbanização da Praia de S. Martinho do Porto seria ironicamente, também ele, parcialmente executado, com a construção do arranque da Avenida Marginal e o prolongamento da Estrada da Nazaré até à Praia. Mas, se houve capacidade financeira do Estado, através da Câmara Municipal de Alcobaça, para realizar a Infraestrutura, o mesmo não aconteceu com a Arquitectura, dependente que estava a implementação dos programas estipulados para esta zona de expansão balnear exclusivamente dos interesses da iniciativa privada. Isto para não falar da cedência de terrenos públicos para especulação fundiária.



Baía de S. Martinho do Porto,
Alcobaça
Vista Aérea, 1957
(imagem
Instituto Geográfico Português)

Dentro do tipo de abordagem mais formal que caracteriza esta primeira fase do processo de planeamento urbano preconizado pelo Estado Novo enquadram-se, também, as propostas de Paulino Montez para a Foz do Arelho, Peniche, Praia da Consolação, Praia de S. Bernardino e Praia do Baleal, todos estes planos, excepto o primeiro, realizados ao serviço da Câmara Municipal de Peniche. À semelhança dos estudos que havia elaborado para a Costa do Sol na década de trinta, que analisamos no capítulo seguinte dedicado à urbanização desta faixa litoral, o arquitecto pensa as intervenções nestes aglomerados a partir da formalização do sistema viário local, em grandes composições de sentido geométrico, que, pela sua escala e carácter monumentais, se impõem sobre a estrutura do território pré-existente.

Trabalhando realidades tão diferentes, como o pequeno núcleo balnear da Praia da Foz do Arelho, burgês, ou a vila piscatória de Peniche, popular, as soluções que apresenta assentam numa mesma maneira de pensar o “*Plano como projecto de embelezamento urbano*”⁹⁶, na linha dos modelos de planeamento da tradição do urbanismo francês. Nesse sentido, nos seus traçados dá especial atenção à criação de fortes enquadramentos perspécticos, em que a linha recta contribui para o efeito cenográfico desejado, facilitando, simultaneamente, a circulação dentro dos conjuntos idealizados. Não deixa, no entanto, de criticar a utilização “*surda de arruamentos paralelos e em xadrez que aparecem mais naturalmente nas cidades de fundo raso*”⁹⁷, para advogar a adaptação da forma urbana à topografia do lugar, defendendo que “*a cidade deveria expressar a sua situação de privilégio, desenvolver as suas curvas e os seus aspectos imprevistos, valorizar os seus quadros pitorescos e as suas panorâmicas maravilhosas*”.⁹⁸

É dentro deste princípio que Paulino Montez orienta a *Urbanização da Praia da Foz do Arêlho*, estudo que considera poder integrar na categoria de Plano Regulador.

⁹⁶ GRANDE, Nuno, op. cit., p. 126.

⁹⁷ MONTEZ, Paulino, *A Estética de Lisboa: da urbanização da cidade*, Lisboa, [s.n.], 1935, p. 31.

⁹⁸ Idem, p. 32.

Partindo do pressuposto de que “*a Praia da Foz do Arelho deve caracterizar-se, não só como estação balnear, mas como estância de repouso e de turismo*”⁹⁹, a urbanização proposta divide-se em dois sectores distintos: o primeiro, a poente das instalações da Colónia Balnear Infantil da FNAT, “*voltado para o Canal e mais proximo do mar*”¹⁰⁰; e, o segundo, a nascente, “*mais interior e voltado para a Lagôa*”.

Estes sectores articulavam-se, entre si e com a povoação da Foz do Arelho, através de uma Avenida Marginal à Lagoa e à Praia e por um sistema de arruamentos sinuosos que ligava ambos os núcleos residenciais ao topo do Monte do Facho, que “*por necessidades de ordem urbanística e turística*” se reservava a zona arborizada, apenas com um Miradouro panorâmico. Em contraponto a esta zona verde mais alta, no Vale desenhava-se uma ampla Alameda “*destinada ao transito de peões e constituindo passeio público*”¹⁰¹, que, desde a Praia àquela povoação, acompanhava a Marginal, podendo, ainda, conter alguns recintos de jogos.

O sector nascente, de repouso, seria equipado com um Hotel de Saúde e de Recolhimento, implantado a meio da encosta, “*em zona de certo isolamento*”, enquanto que mais junto do aglomerado existente se situava o Mercado e Clube Náutico, servindo como elemento de transição entre uma vivência e a outra. No sector balnear, a poente, previa-se um maior investimento de desenho e de programas, numa composição axial, perpendicular à Praia, que articulava visualmente os principais equipamentos desta zona: a Esplanada Marginal, com um Restaurante; a Capela, a meio da encosta; e o Grande Hotel, mais acima, edifício devidamente antecedido por um arranjo formal ajardinado.

Secundarizado nesta perspectiva ficava o antigo Hotel do Facho, agora, integrado numa frente de Galerias Comerciais, construídas em torno da praça de remate à Avenida Marginal.

Páginas seguintes:

Urbanização da Praia de Foz do Arêlho

Planta de Urbanização

Paulino Montez, 1952
(imagem Arquivo DGOTDU)

Legenda:

1 - Grande Hotel; 2 - Hotel de Saúde;
3 - Capela; 4 - Salão de Recreio/
Anfiteatro ao Ar Livre; 5 - Restaurante;
6 - Esplanada; 7 - Parque de Viaturas;
8 - Pavilhão de Chá; 9 - Núcleo
Comercial; 10 - Mercado e Centro
Náutico; 11 - Miradouro; 12 - Parque
Público; 13 - Colónia de Férias da
FNAT; 14 - Escola Primária

⁹⁹ MONTEZ, Paulino, *Urbanização da Praia da Foz do Arêlho: Memória*, [Lisboa, 1952], p. 48.

¹⁰⁰ Idem, p. 22.

¹⁰¹ Idem, p. 38.





Mas, apesar do discurso que o arquitecto constrói, ao longo da sua experiência profissional, em torno da necessidade de adequação da forma urbana à realidade física do território, ficava evidente na Planta de Urbanização desta Praia um profundo desfasamento entre a teoria e a prática. A verdade é que, a ser concretizado, este Plano implicaria a realização de uma série de aterros e de obras de contenção de terras para que o traçado dos arruamentos e a implantação das construções propostos fossem respeitados, obrigando a um esforço técnico, e económico, muito acima do considerado justificável numa intervenção desta natureza. Certamente não terá sido por acaso que o arquitecto não entregou os perfis longitudinais e os perfis transversais-tipo, exigidos pela legislação, juntamente com o processo de urbanização.

Ainda assim, este primeiro estudo, concluído em 1952, seria considerado em “*condições de servir de base a [um] estudo definitivo*”¹⁰², sendo aprovado a 27 de Maio de 1954. Estudo definitivo que nunca chegaria a ser realizado.

Praia da Foz do Arelho,
Caldas da Rainha
Vista Aérea, 1957
(imagem
Instituto Geográfico Português)



¹⁰² Parecer N.º 2488: Relativo ao Antepiano de Urbanização da Praia da Foz do Arelho, [Lisboa], CSOP, 18 Maio 1954.

O *Plano de Urbanização da Praia de Santa Cruz*, desenvolvido entre 1949 e 1957, corresponde já a uma nova fase da prática urbanística do Estado Novo, que Nuno Grande considera poder ser definida a partir do *Plano Director da Cidade de Lisboa*, de 1948, realizado por Etienne De Gröer. De acordo com este autor, o Plano de Lisboa marca uma “inversão” na evolução dessa prática, introduzindo uma visão funcionalista na concepção do espaço urbano, agora, determinado por três vectores principais: a “zonificação dos usos, [a] higienização e monofuncionalização dos centros tradicionais e [a] forte aposta na segregação viária”¹⁰³. A “Forma” dava, assim, lugar à “Função”, mudança ideológica suportada pela matriz funcionalista do urbanismo moderno e que iria conduzir à racionalidade matemática dos planos de gestão das décadas seguintes.

São, precisamente, aqueles três princípios que Miguel Jacobetty¹⁰⁴ apresenta como fundamento do estudo que realiza para a Praia de Santa Cruz:

“(…) O Antepiano de Urbanização serve para:

a) Orientar a extensão e arranjo da povoação, definindo o perímetro do aglomerado urbano e das zonas com as disposições a aplicar em cada uma delas;

b) Definir a orientação a estabelecer quanto à largura e características das Ruas e outras Vias Públicas a conservar, modificar ou criar; quanto à localização das Praças, Espaços Livres, etc e quanto à localização dos edifícios públicos, outros de interesse geral e das habitações; (...)”¹⁰⁵

Nesse sentido, e com o objectivo do “*melhor apetrechamento [daquela Praia] como estância de veraneio balnear*”, define como directrizes fundamentais do plano:

¹⁰³ GRANDE, Nuno, op. cit., p. 129.

¹⁰⁴ Jacobetty Rosa, assíduo colaborador em obras do Regime (Estrada Marginal, Estádio Nacional, Pousadas), que, no I.º Congresso Nacional de Arquitectura de 1948, havia apresentado o “Estudo de Casas de Renda Económica” para o Sítio de Alvalade, em Lisboa, integradas no *Plano de Urbanização da Zona a sul da Avenida Alferes Malheiro* realizado, em 1946, por Faria da Costa, urbanista com quem já tinha colaborado, em 1942, na elaboração do *Plano de Urbanização de Portalegre*. Da sua autoria seriam, também, os Planos de Urbanização de Albufeira, Lagos e Praia de Armação de Pera, entre outros (Caldas de Monchique, Mafra, Torres Vedras, Vila Franca de Xira e Vila Fresca de Azeitão). (Cf. LÔBO, Margarida de Souza, op. cit., pp. 163-166)

¹⁰⁵ JACOBETTY, Miguel, *Plano de Urbanização da Praia de Santa Cruz: Memória Descritiva e Justificativa*, [s.l.], 12 Março 1957.

*Plano de Urbanização da
Praia de S.^{ta} Cruz
Ante Plano Director
Planta de Urbanização
Miguel Jacobetty, 1949
(imagem Arquivo DGOTDU)*

“1.^a - [A subordinação do traçado geral do Plano da nova povoação] a um esquema racional de vias interurbanas e de trânsito local, (...);

2.^a - [A] valorização e apetrechamento conveniente das praias de banhos, com arranjo de esplanadas e criação de novas Avenidas Marginais, (...);

3.^a - [O] aproveitamento do solo com estabelecimento de zonas de acordo com as directivas 1.^a e 2.^a e atendendo à necessidade de criar alojamentos de várias categorias, quer em moradias, quer em blocos de prédios de rendimento, quer ainda em instalações hoteleiras, de forma a garantir uma boa exploração nas épocas de veraneio, em condições económicas para qualquer classe social e atendendo à procura crescente de alojamentos;

4.^a - [O] saneamento da povoação, com previsão das redes de aduacção de águas e esgotos, com tratamento de matérias fecais e de lixos; previsão de uma melhoria de instalação de energia eléctrica, (...);

5.^a - [A] previsão de edifícios públicos e de utilidade pública, (...) e, ainda, para servir as actividades ligadas ao ensino e aos desportos; criação de Parques, Jardins e outros elementos que possam interessar ao turismo da região;

6.^a - [A criação] tanto quanto possível de elementos de valorização arquitectónica e agenciar a melhoria do aspecto arquitectural, funcional e estético, das próprias habitações existentes ou a prever;

7.^a - Finalmente, [a previsão de] uma zona de reserva que possa garantir a fácil solução de uma expansão forçada por um imprevisto e súbito crescimento da população veraneante, ou de uma futura extensão, natural dentro de uma dezena de anos.”



*Plano de Urbanização da
Praia de S.^{ta} Cruz
Ante Plano Director
Planta Esquemática dos
Arruamentos
Miguel Jacobetty, 1949
(imagem Arquivo DGOTDU)*

Em resposta a estas premissas, hierarquiza o sistema de vias proposto em quatro categorias - Acessos ou Vias Interurbanas (a branco, na Planta de Urbanização); Principais Artérias Urbanas (a laranja) ; Arruamentos Secundários (a vermelho); e Escadas e Acessos Pedonais (a amarelo). Sistema que determina a organização do aglomerado em oito zonas distintas, quatro delas de Habitação, estas definidas em função das “diversas possibilidades económicas dos veraneantes, (...) mais do que para extremar campos no que respeita a categorias sociais”. Assim são demarcadas: a Zona Existente Habitada, “constituída pelos núcleos existentes, de construções em ordem contínua e de moradias isoladas”; uma Zona de Moradias Económicas, destinada “a moradias bifamiliares, geminadas ou com sobreposição de fogos, isoladas ou em grupos de sete, no máximo”; uma Zona Comercial e de

PLANO DE URBANIZAÇÃO
DA PRAIA DE S.^{TA} CRUZ
* ANTE PLANO DIRECTOR *
PLANTA DE URBANIZAÇÃO-ESC. 1:2000

4



CONVENÇÕES

- RUAS EXISTENTES
- RUAS PROPOSTAS MELHORADAS
- RUAS DE TRÁFICO INTER-URBANO
- RUAS NOVAS PRIMARIAS
- RUAS NOVAS SECUNDARIAS
- TRONCO DE CIRCULAR
- LINHA DE TRÁFICO DE VEÍCULOS COM ESTACIONAMENTO
- LINHA DE TRÁFICO DE VEÍCULOS COM ESTACIONAMENTO
- ZONA RESERVADEIRA







ESCALA DE 1:2000
O ARQUITECTO

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DE S.^{TA} CRUZ .. ANTE PLANO DIRECTOR ..

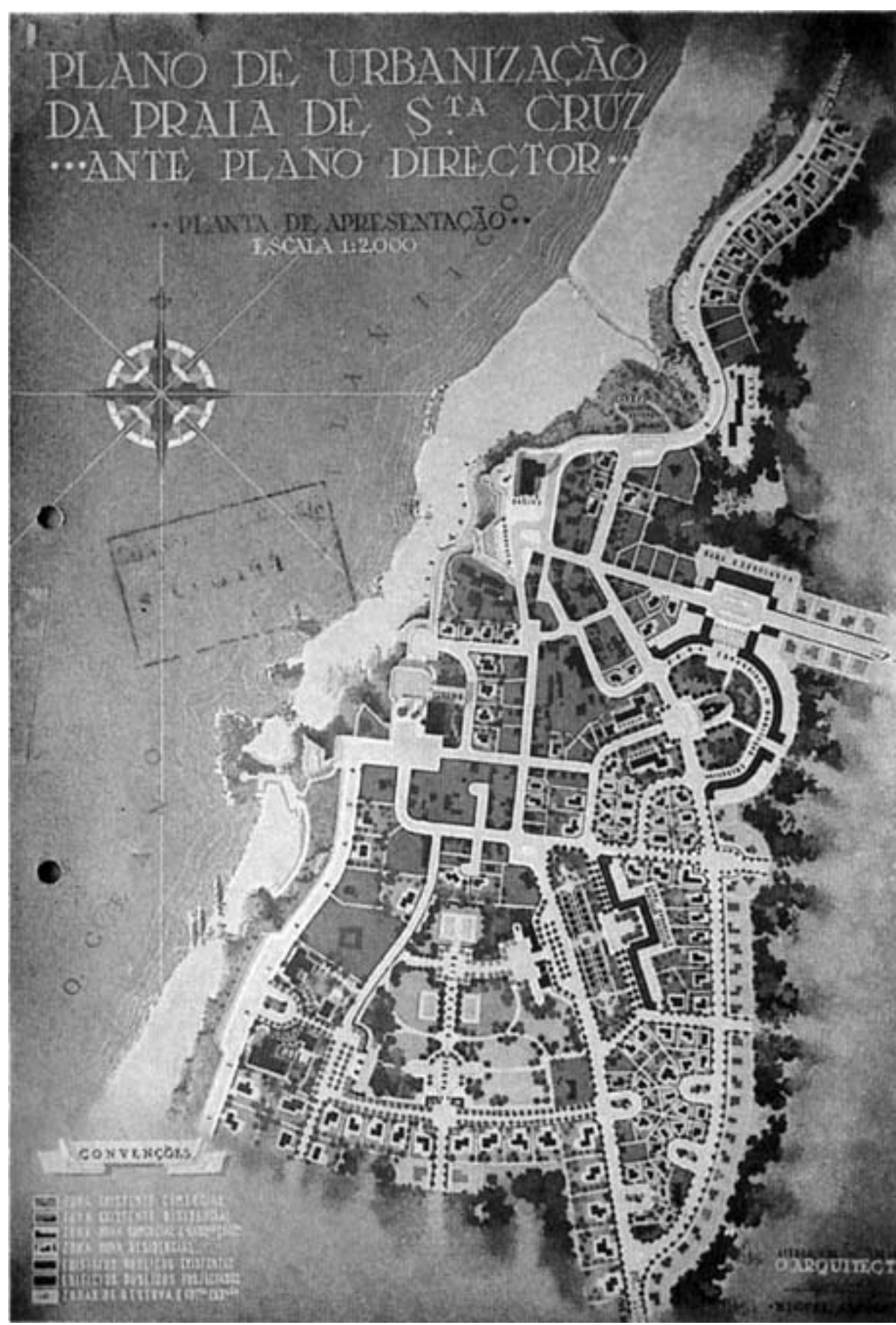
.. PLANTA DE APRESENTAÇÃO ..
ESCALA 1:2000



CONVENÇÕES

-  ZONA DE USO COMERCIAL
-  ZONA DE USO RESIDENCIAL
-  ZONA DE USO INDUSTRIAL
-  ZONA DE USO PÚBLICO

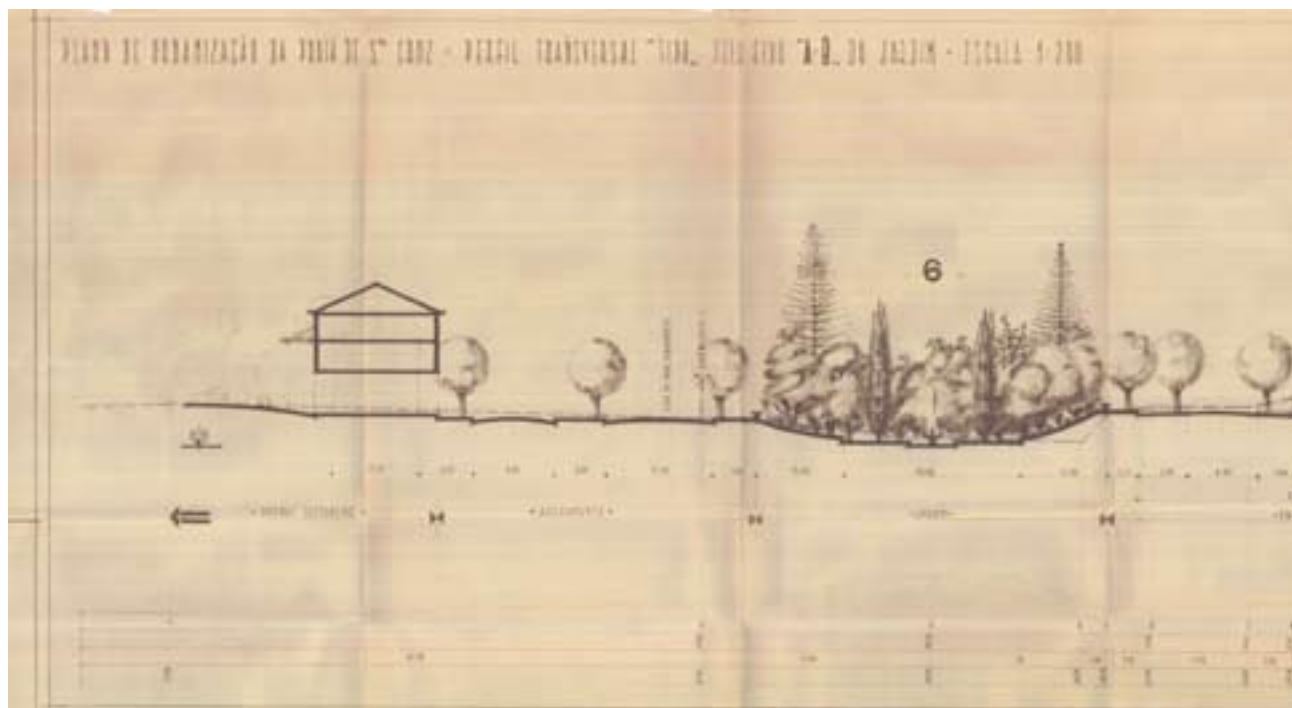
ARQUITECT



Habitação Colectiva (a verde naquela Planta), “disposta em dois núcleos, na parte oriental da povoação, destina[da] a habitação colectiva com comércio, e artesanato, no primeiro pavimento dos blocos a construir em ordem contínua” - “poderão ser construídos nesta zona Hotéis ou Pensões, ou, ainda, blocos de ‘apartamentos’ para casais, ou pessoas sós, em obediência a estudos especiais de conjunto”; uma Zona Residencial, propriamente dita, de moradias isoladas unifamiliares, situada “nas partes da nova povoação mais próximas da orla marítima”; uma Zona de Reserva, de expansão, “no perímetro oriental da povoação de Norte a Sul”; um Zona de Espaços Livres não Arborizados, “destinada a praças e esplanadas públicas onde não será permitida qualquer construção, a não ser que se destine a serviço do público e fique integrada nos muros de suporte”; uma Zona de Espaços Livres Arborizados, compreendendo o “parque Desportivo, outros Parques públicos e jardins”; e, finalmente, uma Zona Rural, de protecção, fixada de forma a “impedir a edificação de aglomerados, à margem do Plano (...), com intuitos de se subtraírem à sujeição da Regulamentação do Plano de Urbanização”.

No limite nascente do aglomerado estabelecem-se os programas “funcionais” do Plano, garantindo a transição do aglomerado existente para a futura área de expansão. Aqui se localizam a Auto-Gare Rodoviária, ancorada na via de ligação interurbana a Torres Vedras e à Lourinhã, “formando um conjunto com os CTT, o Mercado e o Posto de Polícia”. Conjunto que é articulado, a sul, com uma primeira Zona Comercial e de Habitação Colectiva, organizada, em semicírculo, em torno da Capela, voltada a uma pequena praça, enquadrada, do outro lado, pelos dois edifícios escolares. Daqui faz-se a ligação, para sul, à segunda Zona Comercial e de Habitação Colectiva, formando uma praça longitudinal ajardinada, cujo eixo transversal marca a entrada no Parque Desportivo, amplo espaço verde agenciado na zona sul do aglomerado. Esta Praça-Jardim seria objecto de um estudo pormenorizado, num perfil transversal que clarificava as relações de altimetria de todo aquele conjunto.

Plano de Urbanização da Praia de S.^{ta} Cruz
Ante Plano Director
Planta de Apresentação
Miguel Jacobetty, 1949
(imagem LÔBO, Margarida de Souza, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações/DGOTDU, 1995, p. 167)



Plano de Urbanização da Praia de S.ª Cruz
Perfil Transversal "Tipo", pelo Eixo "A-B", do Jardim
 Miguel Jacobetty, 1949
 (imagem Arquivo DGOTDU)

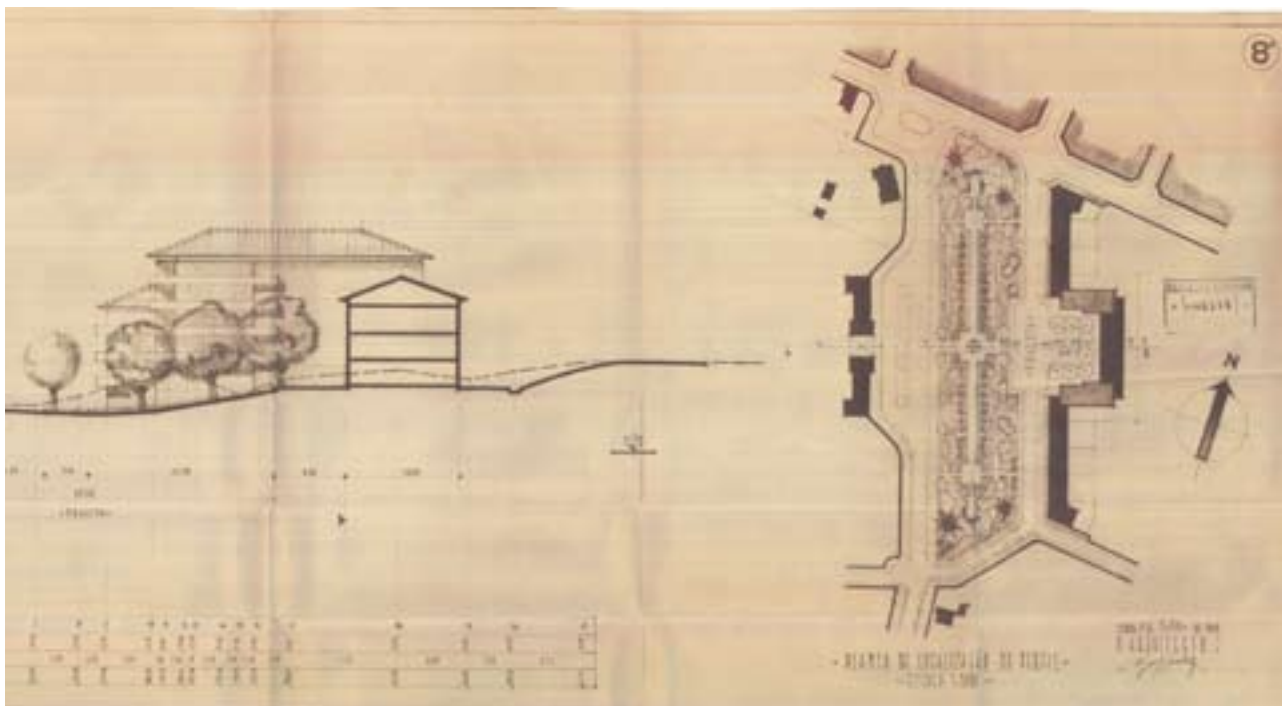
No limite poente do aglomerado, acompanhando o recorte da linha de costa, situavam-se os equipamentos turísticos da estância balnear, com o Hotel de Turismo, ou um Hotel-Motel, a sul, implantado entre os terrenos do Parque e a nova Esplanada Marítima construída sobre a Praia, o Cinema, na faixa marginal associada à primeira Zona Comercial, e o Casino, a norte, ligado ao eixo rodoviário de ligação interurbana. Na saída para norte do aglomerado reservava-se um terreno para a instalação de uma Colónia Balnear Infantil da Associação da Educação Física e Desportos de Torres Vedras.¹⁰⁶

Toda a área a sul da povoação da Praia de Santa Cruz seria ocupada pelo Campo de Aviação aí existente.

Embora mantendo grande parte da área consolidada do núcleo antigo da povoação, na Planta de Urbanização apresentada fica evidente o *"carácter impositivo e dominador"*¹⁰⁷ da nova estrutura de arruamentos, que raramente coincide com a já estabelecida, resultando o Plano *"como uma construção com uma forte lógica*

¹⁰⁶ Mas que na Planta de Apresentação, aparentemente, aparece como destinada para a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT).

¹⁰⁷ LÔBO, Margarida de Souza, op. cit., p. 169.



interna mas sem uma colagem ao real que assegur[asse] a sua execução como um todo”. Isto apesar da consciência, realista, que o arquitecto tem da necessidade de se promover uma implementação faseada do Plano de Urbanização, “em conta com as possibilidades exactas do Município de Torres Vedras, no que respeita ao custeamento das obras a realizar; [a] contribuição que o Turismo Nacional, por intermédio dos seus organismos oficiais poderia oferecer; (...) o amparo com que o Ministério das Obras Públicas e das Comunicações poderia contribuir e em que medida; e, ainda, oscultando o meio financeiro da região que possa estar interessado, ou vir a interessar-se, (...) as possibilidades da intervenção da iniciativa particular - sobretudo os proprietários da Praia de Santa Cruz - e em que amplitude se poderia dar essa intervenção”.

Da mesma forma como os outros Planos Gerais de Urbanização que temos vindo a analisar não tiveram tradução prática na conformação do território litoral português, também o *Plano de Urbanização da Praia de Santa Cruz* pouco serviu para orientar o desenvolvimento deste aglomerado, acabando por, apenas, se realizar a variante norte do acesso pela Estrada Nacional N.º 247.

Praia de Santa Cruz,
Torres Vedras
Vista Aérea, 1957
(imagem
Instituto Geográfico Português)



Deste estudo ficava, no entanto, a ideia de ligar directamente, por uma Via de Turismo, toda a linha de praias existentes desde Santa Cruz até Peniche, passando pelas Termas do Vimeiro. Ideia que tinha estado, precisamente, na origem de toda a aventura urbanística do Estado Novo - a construção de uma Estrada Marginal na Costa do Sol.

O Plano de Urbanização da Costa do Sol: de Agache a De Gröer

Os Planos Gerais de Urbanização, instituídos, em 1934, por Duarte Pacheco à frente do recém-criado Ministério das Obras Públicas e Comunicações, introduzem na prática urbanística portuguesa um novo entendimento da cidade e, conseqüentemente, do território. À política oitocentista portuguesa de “melhoramentos” locais, centrada no pragmatismo da engenharia urbana, sobrepõe-se, agora, a concepção mais vasta, mas centralizadora, de “Obra Pública”, onde desenho e planeamento são expressão do controlo do Estado sobre a forma e a gestão do espaço urbanizado. A nova ordem territorial sistematiza-se em torno de três vectores fundamentais – Urbanização (infra-estrutura), Embelezamento (equipamentos) e Extensão (habitação) – condensados num único instrumento de actuação: o *Plano*.

Esta mudança de paradigma é induzida por um novo referente político, a que correspondem, necessariamente, diferentes hábitos e comportamentos sócio-culturais. Comportamentos, que, no período de entre guerras, vêm moldados pela crescente valorização do tempo livre e do lazer na vida quotidiana, com a regulamentação, em 1937, das férias pagas, situação que teria os seus reflexos na organização do mapa do Turismo nacional, em particular na ocupação selectiva da linha de costa. E isso é previsto na lei que dá corpo aos Planos Gerais de Urbanização, confirmando a relevância que aquele sector ganha enquanto catalisador do desenvolvimento da economia nacional.

À imagem da francesa *Loi Cornudet*, o Decreto-Lei n.º 24:802, de 21 de Dezembro de 1934, estendia a obrigatoriedade da elaboração de plano aos “*centros urbanos ou zonas de interesse turístico, recreativo, climático, terapêutico, espiritual, histórico ou artístico*”. A sua realização estava dependente das respectivas Câmaras Municipais e, naquele caso específico, da iniciativa do próprio Governo. A Costa do Sol, zona privilegiada de vilegiatura de Lisboa, e a única do país a ter uma efectiva projecção internacional, apresenta-se, neste contexto, como área estratégica de intervenção de um poder público que procura assumir um maior controlo sobre a transformação do território e da sua imagem urbana.

Encomenda directa do Ministro, em 1933, a Donat-Alfred Agache, fundador e, à altura, vice-presidente da *Société Française des Urbanistes* (SFU), o Plano de Urbanização da Costa do Sol, mais conhecido como PUCS, é precursor, no nosso país, do planeamento alargado à escala da região, circunstância que, associada ao Turismo, só encontra paralelo nos anos sessenta, com o Plano Regional do Algarve. Na verdade, é na sequência do convite ao urbanista francês que se estabelece, em Portugal, a legislação necessária à regulamentação dos próprios Planos Gerais de Urbanização (PGU).

Pensado na sua estreita relação com a capital, o Plano de Urbanização da Costa do Sol é estruturado a partir dos traçados da Estrada Marginal de Lisboa a Cascais e da nova Auto-Estrada Turística de ligação ao Estoril, organizando o território segundo princípios urbanísticos próximos do modelo da Cidade-Jardim inglesa.

Ficavam, desta forma, definidos os pressupostos que viriam a caracterizar, nas décadas seguintes, a imagem dos aglomerados balneares portugueses: a “Marginal Oceânica” e a “Casa de Férias”. É o primado do automóvel na apologia de um Turismo que, agora, se quer de carácter interno.

A “Costa do Sol”

Publicado no Diário de Governo de 19 de Janeiro de 1931, o Decreto n.º 19:252 é revelador do impacto que o empreendimento do Estoril tem no panorama geral do país, com a consolidação do triângulo Lisboa-Sintra-Cascais nos roteiros turísticos nacionais e estrangeiros. Impacto não ignorado pelo novo poder político que, antecipando a inauguração do Palácio Hotel e do Casino do Estoril, procura associar-se à iniciativa de Fausto de Figueiredo definindo os termos de uma actuação oficial.

“Considerando a importância que na economia do País pode representar o desenvolvimento do turismo e a necessidade que para tal fim há em aumentar as riquezas e belezas naturais, especialmente nas zonas que maior frequência podem ter de turistas nacionais e estrangeiros;

Tendo em atenção que o circuito turístico português mais percorrido é o compreendido entre Lisboa e Sintra, Cascais e Estoril, e que devido à facilidade e comodidade da viação automobilista é bastante preferido este meio de condução;

Observando-se que parte das estradas que servem estes centros turísticos, além de pouco atraentes são perigosas, devido a serem ladeadas por muros muito altos que, principalmente nas curvas, não permitem larga visão e que, pela sua pequena largura para o actual desenvolvimento da viação, não podem comportar a conveniente arborização;

Considerando que junto das referidas estradas se encontram muitos terrenos incultos, que causam má impressão aos turistas, e outros há que embora cultivados ficam por vezes de pousio, pelo que, quando submetidos a produção lenhosa, de presumir é que tenham utilização mais económica, dando assim origem à criação de bosquetes que ornamentariam as estradas e embelezariam a paisagem, proporcionando recreio aos viandantes;

(...)

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os Ministérios do Interior, do Comércio e Comunicações e da Agricultura, pelo Conselho Nacional de Turismo, Junta Autónoma de Estradas e Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, promoverão o embelezamento dos locais compreendidos entre Lisboa e as zonas de turismo - Queluz, Sintra, Cascais e Estoril, com o auxílio das respectivas câmaras municipais e comissões de iniciativa e turismo.

(...)”

*“Decretos que se não
cumprem
Estudando a legislação
promulgada sobre turismo
verifica-se que algumas
providências governativas
não passaram das colunas da
fôlha oficial para o domínio da
realidade. (...)
Projectou-se oficialmente
o embelezamento de locais
compreendidos entre Lisboa
e Queluz, Sintra, Cascais e
Estoriz.
O decreto n.º 19.252, de 17
de Janeiro de 1931, procurou
resolver essa aspiração.
(...)
Já findou o prazo de 3 anos
marcado no decreto.
Seria ousado afirmar que êle se
cumpriu.”*

FIGUEIREDO, Fausto, “Organização do Turismo”, CONGRESSO NACIONAL DE TURISMO, I, Lisboa, 1936. Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1936. (Tese apresentada à 1.ª Secção)

Apesar de uma maior consciência política sobre o valor estratégico do Turismo, acentuado num período de forte crise financeira internacional, as medidas decretadas no novo diploma não vão além da realização de simples “melhoramentos locais”, muitos deles impostos, sob pena de “*expropriação amigável ou judicial*”, aos proprietários particulares¹. Incidindo sobre a conservação e a reparação da rede viária, sobre o enquadramento paisagístico das perspectivas desfrutadas e sobre o “embelezamento” geral da região, a valorização turística preconizada enquadra-se num pré-urbanismo ainda rudimentar que suporta os Planos Gerais de Melhoramentos, onde a primazia é dada às questões da circulação, da salubridade e higiene urbanas e da “decoração da cidade”. Vectores que se coadunam com a percepção dominante do Turismo como “contemplação da paisagem”.

No entanto, o surto de construção que se verifica nesta zona durante a década de trinta², estimulado pela electrificação da Linha de Cascais, concluída em 1926, e pela Reforma da Contribuição Predial Urbana, introduzida em 1928, punha em risco o carácter de excepção defendido oficialmente para esta faixa sul da península de Lisboa, enquanto estância turística de veraneio, área residencial de qualidade e principal eixo de expansão da capital, impondo a formulação de uma política urbanística que garantisse um controlo mais eficaz sobre a situação e a salvaguarda dos interesses que estavam em jogo.

¹ “Art. 2.º Com o fim de tornar as estradas que servem as zonas de turismo indicadas no artigo anterior menos monótonas e menos perigosas, os proprietários confinantes deverão, quando fôr julgado necessário pelo Conselho Nacional de Turismo, de acordo com a Junta Autónoma das Estradas, rebaixar os muros de vedação e efectuar plantações de árvores e arbustos, adaptáveis ao meio, junto das extremas que limitam com as mesmas estradas.
(...)”

Art. 4.º Os donos de propriedades marginais às estradas consideradas de turismo e que servem as zonas indicadas no artigo 1.º Não poderão continuar a mantê-las incultas, devendo no prazo de três anos utilizá-las devidamente em cultura agrícola ou florestal. Caso não possam ou não queiram os proprietários proceder a tal valorização, deverão comunicá-lo ao Conselho Nacional de Turismo, que procederá à sua expropriação amigável ou judicial, a fim de promover a sua utilização, por intermédio do Ministério da Agricultura, ou transferidas a entidades que se obriguem à sua valorização”. (Cf. Decreto N.º 19:252, *Diário do Governo*, I Série, N.º 15, 19 Janeiro 1931, p. 164)

² De 29.746 habitantes, em 1920, passa para 45.488, em 1930, e 57.690, em 1940. (Cf. DE GRÖER, Etienne, *Plano Director de Lisboa*, Lisboa, 1948, p. 86)

É com o projecto da construção de uma “Estrada de Turismo de Lisboa a Cascais”, que se encontra uma solução para o problema.

“A expansão dos nossos centros urbanos tem se dado quasi sempre sem o prévio estabelecimento de um critério superior que a oriente, subordinando-se apenas às necessidades da oportunidade, com manifesta desvantagem para o interesse colectivo, que é mal servido na estética, na higiene e na economia.

Nesta ordem de ideias, e desejando imprimir uma nova orientação a este problema, considera o Govêrno que deve ser desde já estabelecido o plano de aproveitamento da larga zona de terrenos que vai ser aberta à urbanização e à exploração turística pela construção da estrada marginal entre Lisboa e Cascais, pois que, tendo entrado em plena actividade os estudos de campo desta via de comunicação, tempo é de fazer delinear por mão experiente de urbanista já consagrado neste difícil género de trabalhos, em que raros são especialistas, a traça a que hão-de obedecer no futuro todos os elementos de aproveitamento e valorização da magnífica faixa marginal que será servida pela nossa primeira estrada de turismo, por forma a que das suas excepcionais condições se tire o melhor partido.”³

Aproveitando a execução da nova infraestrutura, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações encarrega, “*com dispensa de todas as formalidades legais exigidas nos contratos, o architecto urbanista francês Alfredo Agache (...) de proceder ao estudo preliminar da urbanização da zona de Lisboa ao Estoril e Cascais*”⁴. Duarte Pacheco justifica o carácter de excepção da encomenda com a necessidade de se conter o crescimento espontâneo dos aglomerados existentes e orientar o desenvolvimento futuro da região segundo a perspectiva integrada de um plano de conjunto, só possível, à falta de legislação adequada, mediante a intervenção directa do governo e a criação de um regulamento próprio. Planeamento que subentendia, agora, a definição prévia dos modelos urbanísticos a adoptar na organização espacial do território.

Este é o primeiro passo para a construção de uma ideologia urbanística que iria determinar a imagem das cidades portuguesas durante o Estado Novo, com a implementação generalizada, a partir de 1934, e até 1971, dos Planos Gerais de Urbanização.

³ Decreto N.º 22:444, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 82, 10 Abril 1933, pp. 625-626.

⁴ *Idem*, p. 626.

“L’Urbanisme est à la fois une science, un art et une philosophie. Une science car il procède de l’étude méthodique des faits. (...) Il s’agit ensuite de rechercher les causes de développement ou de malaise et enfin, après un travail précis d’analyse, il faut, dans une synthèse générale, prévoir les améliorations nécessaires pour le développement futur de la cité. Observation, classification, analyse et synthèse: voilà bien ce qui caractérise l’étude scientifique. (...) Mais, si la science suffisait à résoudre l’Aménagement des villes, cette urbanisation se réduirait sans doute à un certain nombre de formules. Il n’en est pas ainsi. L’Urbanisme constitue également un Art, car l’intuition, l’imagination, et la composition jouent un rôle important dans son application (...). L’Urbanisme est aussi du domaine de la philosophie sociale. La ville, en effet cherche à réaliser plastiquement le cadre adéquat à l’existence d’une collectivité organisée; son rôle est de grouper autour du citoyen tout ce que l’organisation et le confort moderne ont inventé pour sa commodité, ceci en diminuant les frais généraux de cette existence en voisinage immédiat.”

AGACHE, Donat-Alfred, *La remodelation d’une capitale*, Paris, Société Cooperative d’Architects, 1932. (www.urbanistes.com)

Vindo do Rio de Janeiro, para onde realiza “*La remodelation d’une capitale*”⁵, Donat-Alfred Agache (1875-1959) propõe no seu relatório preliminar, entregue ao Ministro logo em 1934, a articulação da zona em análise com uma estrutura territorial mais ampla:

*“Le Portugal, qui, entre les mains d’un Dictateur avisé et fort habile, donne actuellement l’exemple de finances stabilisées et d’un relèvement économique et social remarquable, nous a fait confiance en nous chargeant de l’étude d’urbanisation de la région située à l’Ouest de sa Capitale. A vrai dire, la première intention du Gouvernement avait été de mettre en valeur les quelques plages qui bordent la Costa do Sol au moyen d’une rectification de l’ancienne route côtière fort étroite et fort incommode qu’il désirait transformer en route marginale, mais le Ministre des Travaux Publics nous a fort bien suivis et même encouragés lorsque, à la suite d’un rapport liminaire, nous lui avons démontré combien il importait, pour l’avenir du pays, d’examiner le problème sous un angle plus vaste.”*⁶

Tendo em conta que “*le Plan est une oeuvre d’ensemble (...)* a besoin d’être étudiée en fonction de données anthropogéographiques, économiques et sociales bien définies”⁷, não fazia sentido ao urbanista isolar esta zona turística da sua dependência umbilical de Lisboa, defendendo, na linha de conceitos introduzidos por Patrick Geddes (1854-1932), o seu enquadramento num plano alargado à escala da região. Princípio que toma em consideração a experiência contemporânea do *Plan d’Aménagement de la Région Parisienne* (1928-1934), encomendado pelo governo francês a Henri Prost (1874-1959)⁸ e tornado obrigatório pela lei de 14 de Maio de 1932.

⁵ Obra que integra o espólio de Duarte Pacheco, existente no Palácio Galveias, com data de aquisição coincidente com a da edição francesa (Paris, Société Cooperative d’Architects, 1932). “La remodelation d’une capitale” resulta da generalização do estudo “Cidade do Rio de Janeiro: Remodelação, extensão e embelezamento”, realizado por Alfred Agache entre 1928 e 1930, e publicado, na versão portuguesa, pelo Foyer Brésilien, em 1930.

⁶ AGACHE, Donat Alfred, *Lisbonne, Urbanisation de la Région Ouest: Remodelation & Aménagement de la Costa do Sol*, Paris, 1936.

⁷ Comunicação de Alfred Agache ao Congresso da Société Française de Urbanistes de Estrasburgo, em 1923. (Cf. www.urbanistes.com)

⁸ Henri Prost que é também um dos fundadores da *Société Française des Urbanistes* (SFU). Criada, em 1911, por Donat Alfred Agache, Jacques-Marcel Auburtin, André Bérard, Ernest Hébrard, Léon Jaussely, Albert Parenty, Henri Prost (Arquitetos), Jean-Claude Nicolas Forestier (Engenheiro e Paisagista), e Edouard Redont (Paisagista), a sociedade é registada, a 10 de Março de 1914, no *Bureau des Associations de la Préfecture de Police* como *Société Française des Architects Urbanistes*, com Eugène Henard a Presidente e Donat Alfred Agache como Secretário-Geral, transformando-se em SFU, em 1919, sob a presidência de Léon Jaussely. (Cf. www.urbanistes.com)

Partindo deste pressuposto, Agache concentra-se, num primeiro momento, em delimitar a área de incidência do estudo. Se a Sul o problema se encontrava resolvido de forma natural, com o recorte da linha de costa, a Norte era necessário definir um limite funcional para a intervenção idealizada. Nesse sentido, avança com a proposta da construção de uma estrada entre Lisboa e a estância turística do Estoril que, funcionando em paralelo com a marginal, definia uma faixa de cerca de dois quilómetros de profundidade à qual deveria corresponder a área de incidência do plano.

Com a introdução daquela via, é esboçado um sistema de infraestruturas rodoviárias que procura “coser” todo o território. Por um lado, consolidando relações ancestrais entre o interior e o litoral a partir do traçado de uma malha de eixos transversais de ligação aos principais aglomerados balneares, e, por outro, proporcionando um acesso facilitado aos centros vitais da capital: o Terreiro do Paço e o Largo Marquês de Pombal. A Região Oeste confirmava-se, assim, como principal linha de extensão de Lisboa, tendência já insinuada com a electrificação da Linha de Cascais.

Mas Alfred Agache não ficava por aqui. Para a implementação do plano delineado, sugeria a constituição de um organismo especial que centralizasse todas as operações. Atravessando três concelhos - Lisboa, Oeiras e Cascais, a obra da nova via e da estrada marginal implicava uma conjugação de esforços só conseguida se se submetessem a um “interesse maior” as aspirações das administrações locais e dos proprietários fundiários. Ao Gabinete do Plano de Urbanização ficava, assim, confiada a tarefa de salvaguardar a unidade e a coerência das intervenções projectadas. Unidade que daria lugar a que finalmente se formalizasse a designação comum por que já era conhecida, desde 1929, esta faixa litoral: a Costa do Sol.

São estas as directrizes que vão informar a proposta de Lei apresentada por Duarte Pacheco à Assembleia Nacional:

“Urbanização da Costa do Sol

Artigo 1.º A região que abrange a parte dos concelhos de Lisboa, Oeiras e Cascais, limitada a norte, por uma linha paralela à nova auto-estrada projectada, e a 100 metros para além do seu eixo, e, ao sul, pelo Tejo e oceano, denominar-se-á Costa do Sol e será urbanizada de harmonia com o Plano de Urbanização aprovado pelo Govêrno.

(...)

Art. 2.º O Govêrno é autorizado a organizar, junto do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, o “Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol”, no qual assegurará representação às autarquias locais interessadas e que superintenderá em tudo quanto respeite à urbanização desta região.

(...)

Art. 3.º A região a urbanizar será dividida em zonas especialmente destinadas a habitações, instalações comerciais e industriais, explorações agrícolas, parques, matas, campos de jogos desportivos e outros fins que o Govêrno determinar.

Art. 4.º A Costa do Sol poderá ser parcialmente subordinada ao plano de urbanização, mediante autorização do Govêrno, ouvido o Gabinete.

Art. 5.º Durante a elaboração do Plano de Urbanização e até à sua aprovação definitiva, poderá o Govêrno aprovar planos parciais respeitantes a vias públicas, praças, parques e campos de jogos, e determinar que sejam reservados os terrenos e construções necessários para garantir a possibilidade futura de execução do Plano.

(...)

Art. 6.º Aprovado o Plano ou planos a que se refere o artigo anterior, e depois da sua publicação oficial, não será permitida a execução de quaisquer obras que com êles colidam.

(...)

Art. 9.º As emprêsas singulares ou colectivas e os organismos públicos que desejem empreender ou impulsionar a construção ou ampliação de grupos de moradias ou promover a divisão e venda de terrenos em lotes deverão tomar conhecimento, junto do Gabinete, das directrizes dos planos aprovados e submeter à sua prévia aprovação os respectivos projectos e programas das condições de venda ou arrendamento dos lotes ou habitações, e das imposições higiénicas, arqueológicas ou estéticas a estabelecer.

(...)

Art. 10.º Elaborado e aprovado pelo Govêrno e entidades competentes o Plano Geral de Urbanização de Lisboa, deverá o Plano de Urbanização da Costa do Sol sofrer as alterações necessárias à sua integração perfeita e harmónica naquele, particularmente na parte referente ao Plano Regional.

(...)”⁹

Aprovada a 22 de Maio de 1935, a Lei n.º 1:909 retirava do processo de urbanização o poder de decisão política às Câmaras Municipais envolvidas, impedindo-as de elaborar os respectivos Planos Gerais que a legislação, entretanto posta em vigor, contemplava. A excepção seria Lisboa, em cujo Plano Geral de Urbanização se deveria integrar, segundo a proposta do deputado Paulino Montez (1897-1988)¹⁰, o Plano de Urbanização da Costa do Sol.

Em “A Estética de Lisboa”¹¹, comunicação apresentada em sessão pública de 2 de Fevereiro de 1935, Montez havia salientado que “a urbanização consciente de Lisboa requiere, antes de tudo, a elaboração dum PROGRAMA”¹² que permita “estudar a urbe na sua extensão futura, periférica e regional”, concluindo com a necessidade do subsequente “Plano de Urbanização se desdobr[ar] em quatro planos parcelares que constituam, todavia, um todo uno: o Plano Regional, o Plano de Extensão, o Plano de Regularização e o Plano de Embelezamento propriamente dito”.

Segundo este arquitecto competia ao Plano Regional estudar “a cidade nas suas relações com o arrabalde, num raio não inferior a 30 ou a 40 quilómetros”, abrangendo “tôdas as regiões e localidades dos arredores de Lisboa, que a ela estejam mais ligadas sob o ponto de vista comercial, industrial, populacional, turístico, estratégico, etc”. Nele deviam ficar estabelecidos o sistema de comunicações de cintura e de ligação à capital, as grandes infraestruturas de travessia do Tejo, as principais reservas de espaços livres a proteger e os edifícios isolados a regulamentar. Caminhando do geral para o particular, as etapas seguintes do planeamento deveriam ocupar-se da periferia (Plano de Extensão),

“Como deputado, acompanhamos a discussão desse projecto de lei. Por nele se considerar, apenas, uma parte da região envolvente da Capital, impôs-se-nos propor que no diploma definitivo ficasse prevista, não só a existência futura de um plano regional de Lisboa, mas a integração perfeita, nele, do plano da Costa do Sol - sofrendo este, depois da elaborado e aprovado, as alterações que, para isso, fossem necessárias. A nossa proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade - pelo que a sua letra se incluiu no texto da Lei 1909 promulgada em 22 de Maio de 1935.”

MONTEZ, Paulino, *Praias da Costa do Sol*, Lisboa, [s.n.], 1978. (Colecção Estudos de Urbanismo em Portugal - Planos de Extensão Regularização e Embelezamento de Vilas e Cidades, N.º 12-18)

¹⁰ Ver MONTEZ, Paulino, *Praias da Costa do Sol*, Lisboa, [s.n.], 1978, p. 12. (Colecção Estudos de Urbanismo em Portugal - Planos de Extensão Regularização e Embelezamento de Vilas e Cidades, N.º 12-18)

¹¹ MONTEZ, Paulino, *A Estética de Lisboa: da Urbanização da cidade*, Lisboa, [s.n.], 1935. (Estudo lido em Sessão Pública no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa, no dia 2 de Fevereiro de 1935)

¹² Programa que viria a ser elaborado, em 1938, por Etienne de Gröer, enquanto urbanista-conselheiro da Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do seu Plano Geral de Urbanização e Expansão, e que daria corpo ao volume “Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa” organizado pelo engenheiro civil António Emídio Abrantes, técnico da respectiva Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras (DSUO).

da cidade (Plano de Regularização), e do desenho urbano (Plano de Embelezamento). Estavam lançadas as bases para a realização do Plano Director de Lisboa.

“No entender de Paulino Montez, o planeamento da região de Lisboa constituía uma emanção do plano da cidade-capital. Ficava assim expressa uma visão que colocava os municípios limítrofes de Lisboa a reboque da política urbanística pensada no interior da cabeça do Império”¹³. Embora não assumida abertamente¹⁴, no fundo, seria essa visão monocêntrica que viria a caracterizar a intervenção do Estado no planeamento físico dos aglomerados urbanos envolventes da capital. E se dúvidas houvessem, a escolha de Etienne De Gröer (1882-1952) para elaborar, a par do *Plano Director da Cidade de Lisboa* (1946-1948), os estudos de urbanização das principais localidades de quatro das cinco linhas de extensão privilegiadas da sua região - a Costa do Sol, Almada, Sintra e Vila Franca de Xira - deixa clara essa intenção.¹⁵

De salientar é a coincidência da regulamentação do primeiro plano regional português, o PUCS, com a criação, em França, dos *Projets Régionaux d'Urbanisme*, pelo Decreto de 25 de Julho de 1935¹⁶, na sequência do Plano Prost para Paris. Medida que não terá as mesmas repercussões em Portugal.

¹³ GONÇALVES, Fernando, “Urbanística à Duarte Pacheco”, *Arquitectura*, Lisboa, Ano III, 4.^a Série, N.º 142, Julho 1981, p. 31.

¹⁴ “Por mais consideração que fosse devida à sede do Império, tornava-se difícil ao regime dar aval a esta encapotada restauração do antigo Termo de Lisboa, devidamente modernizado e ampliado”. (Idem, *ibidem*)

¹⁵ Etienne de Gröer para além de se encarregar, como veremos, da revisão do *Plano de Urbanização da Costa do Sol* (1944-1948), realiza o *Plano de Urbanização do Concelho de Almada* (1946-1947); o *Anteplano de Urbanização de Sintra* (1951-1952); e o *Anteplano de Urbanização de Moscavide-Vila Franca de Xira* (1947-1955).

¹⁶ “Création de projets régionaux d'urbanisme: Rapport au Président de la République Française. Paris, le 25 juillet 1935. Monsieur le Président, le Sénat a voté, dans sa séance du 28 juin 1935, un projet de loi relatif à la création de projets régionaux d'urbanisme. Il a paru intéressant de reprendre ce projet dans le cadre de la loi du 8 juin 1935, qui a accordé au Gouvernement des pouvoirs exceptionnels pour assurer la défense du franc et la lutte contre la spéculation. (...) Ce n'est pas seulement sur le plan communal que les prévisions des plans d'urbanisme sont utiles et bienfaisantes. Des agglomérations urbaines importantes s'étendent en effet sur un nombre plus ou moins grand de communes et il est absolument nécessaire que les projets communaux qu'elles doivent établir, soient coordonnés si l'on veut éviter que des efforts divergents ne conduisent à des résultats désastreux à tous les points de vue et en particulier à un gaspillage de ressources particulièrement inadmissible dans les circonstances actuelles. (...) De ces idées générales est né l'urbanisme régional, dont la première expression en France date de la loi du 14 mai 1932 autorisant l'établissement d'un projet d'aménagement de la région parisienne, (...)”. (*Journal Officiel de la République Française*, 27 juillet 1935, p. 8153)

Voltando à “Urbanização da Costa do Sol”, no Artigo 3.º da Lei n.º 1:909 ficava estabelecido que o principal instrumento de actuação do Plano seria a regulamentação do uso do solo através do zonamento. A adopção deste mecanismo implicava pensar o território sob uma perspectiva funcional, organizando e delimitando o espaço urbanizado segundo áreas de ocupação especializada às quais seria atribuída legislação própria. Esta espacialização de usos garantia a defesa do carácter e do valor da propriedade em certos núcleos privilegiados, subentendendo à partida uma divisão social imposta pelo preço da aquisição do solo. A estrutura urbana resultava, assim, da distribuição das diferentes actividades e da população (consoante os seus rendimentos) por zonas, configurando um modelo de cidade - e, implicitamente, de sociedade - centralizador.

Para a urbanização das zonas consideradas é apresentado um primeiro esboço de regulamento:

“Art. 9.º (...)

§1.º A construção de habitações ou a venda de lotes de terrenos não poderão efectuar-se antes de aprovados os respectivos projectos.

§2.º Os projectos deverão ser elaborados em harmonia com as seguintes condições:

a) Serão reservados espaços livres para campos de jogos, edifícios e serviços públicos e outros fins de interesse geral, não podendo a área dos espaços livres e dos arruamentos ser inferior a 25 por cento da área do conjunto;

b) Na divisão em lotes dos terrenos destinados a habitações não serão considerados mais de 40 edificações por hectare e os arruamentos serão traçados, sem prejuízo da liberdade de composição, de modo que distem entre si, pelo menos, 200 metros num sentido e 60 no outro, formando quarteirão com uma superfície mínima de 12:000 metros quadrados, em média;

c) Nos terrenos destinados à indústria, estas dimensões serão elevadas respectivamente para 250 metros, 100 metros e 25:000 metros quadrados.

§3.º Aprovados os projectos, nenhuma construção nêles considerada ou prevista poderá ser edificada sem licença, a qual será passada pelo Gabinete, depois de dado oficialmente o respectivo alinhamento.

(...)”¹⁷.

¹⁷ Lei N.º 1:909, op. cit..

Focando apenas as áreas destinadas à Habitação e à Indústria (o que não deixa de ser paradoxal numa região considerada de Turismo de excepção, mas compreensível face à necessidade de controlar rapidamente o desenvolvimento da construção verificado nesta linha de costa), os princípios enunciados fixavam, de uma forma sintética, a relação entre zonamento, morfologia urbana e tipologia arquitectónica, a partir da definição da malha dos arruamentos, da área mínima dos quarteirões, da densidade de ocupação dos lotes e da percentagem de espaços livres a considerar. Características que garantiam a unidade de cada uma das zonas delineadas no plano, distinguindo-as umas das outras.

A eficácia do modelo urbanístico proposto dependia, necessariamente, de uma articulação equilibrada entre as diferentes unidades funcionais previstas. Aqui, o sistema de acessibilidades ganha especial relevo, afirmando-se como elemento fundamental para a implementação da política territorial eleita. Nesse sentido, ainda em 1934, a Junta Autónoma de Estradas (JAE) é incumbida pelo MOPC de elaborar as *Bases para o Estudo da Rede de Estradas Nacionais da Costa do Sol*, partindo do esquema rodoviário avançado por Agache no seu relatório preliminar. Deste estudo resultaria a transformação da “*via norte Lisboa-Estoril*”, de limite à expansão da mancha urbana costeira, numa Auto-Estrada turística, cujo traçado e perfil, saindo do centro da cidade “*a elevada altitude, por forma a dominar-se o horizonte marítimo*”¹⁸, melhor se adequavam ao objectivo de promover a região turística em causa e servir, simultaneamente, a grandiosa obra do Parque Florestal de Monsanto e do Estádio Nacional, já em andamento¹⁹.

Zonamento e circulação são, assim, as bases do planeamento preconizado.

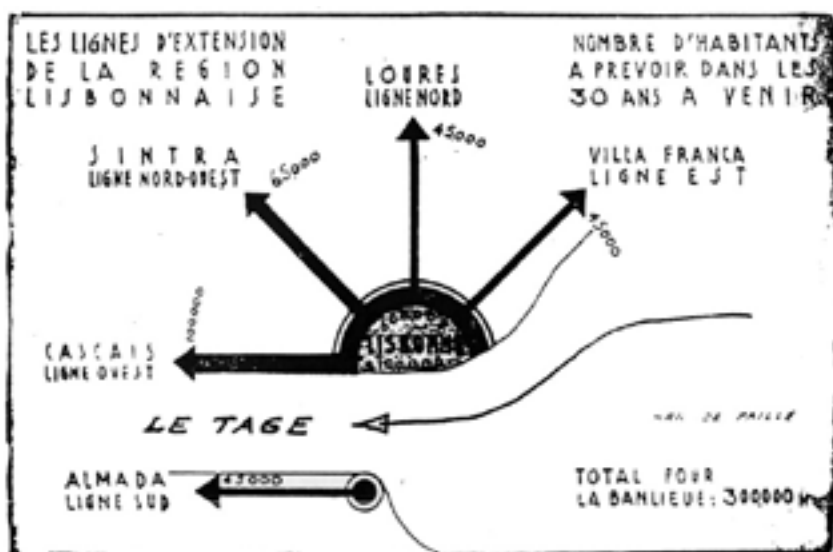
¹⁸ *Parecer N.º 2449*, Lisboa, Conselho Superior de Obras Públicas, folha 4. (Cf. PEREIRA, Margarida, *O Processo de Decisão na Política Urbana: o exemplo da Costa do Sol*, dissertação de doutoramento em Geografia e Planeamento Regional, especialidade de Planeamento e Gestão do Território, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1994, p. 130)

¹⁹ Em 1934, por Portaria de 1 de Março e pelo Decreto-Lei N.º 24:625, de 1 de Novembro, são fixados, respectivamente, o lançamento do concurso para a elaboração do projecto do Estádio Nacional e o regime especial de expropriações para a construção do Parque Florestal de Monsanto.

Lisbonne - Urbanisation de la Région Ouest - Remodelation & Aménagement de la Costa do Sol

Em 1936, Donat-Alfred Agache finaliza o estudo encomendado. O título do documento entregue, *Lisbonne - Urbanisation de la Région Ouest - Remodelation & Aménagement de la Costa do Sol*, deixa clara a crítica expressa pelo urbanista ao programa inicial, colocando a questão da valorização daquela zona turística (a Costa do Sol) sob uma perspectiva regional (Região Oeste) alargada à capital (Lisboa). Visão que equacionava a presença de um novo factor de desenvolvimento urbanístico - o automóvel - introduzido com o projecto da Marginal e da nova Auto-Estrada para o Estoril: “*les progrès de la locomotion, l'avènement de l'automobile surtout, firent désormais apparaître cette région côtière comme une dépendance directe de la Capitale portugaise*”.²⁰

Face ao investimento público implicado na construção daquelas duas infraestruturas rodoviárias e a consequente melhoria das acessibilidades locais, Agache privilegia a extensão residencial de Lisboa para Oeste, eixo a que atribui, no prazo dos 30 anos previstos pelo plano, o maior crescimento demográfico (100.000 habitantes), diferenciando a Costa do Sol do conjunto da periferia da cidade.



²⁰ AGACHE, Donat-Alfred, *Lisbonne - Urbanisation de la Région Ouest - Remodelation & Aménagement de la Costa do Sol*, Paris, [s.n.], 1936, p. 2.

“Dans le cas présent, il semble que le développement de LISBONNE vers l'Ouest s'avère indispensable; (...). En conséquence, il nous est apparu que, pour urbaniser et mettre véritablement en valeur la 'Costa do Sol', celle-ci devait être considérée, non seulement dans son développement en bordure des rives, mais encore en profondeur, comme une urbanisation régionale, et qu'il importait de relier cette zone de façon pratique aux principaux centres fonctionnels de la capitale”.

AGACHE, Donat-Alfred, *Lisbonne - Urbanisation de la Région Ouest - Remodelation & Aménagement de la Costa do Sol*, Paris, 1936, p. 4.

Les Lignes d'Extension de la Région Lisbonnaise

Donat-Alfred Agache, 1936

(imagem PEREIRA, Margarida, *O Processo de Decisão na Política Urbana: o exemplo da Costa do Sol*, dissertação de doutoramento em Geografia e Planeamento Regional, especialidade de Planeamento e Gestão do Território, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1994, p. 82)

Com o título “*Une Remodelation Regionale*”, o prefácio do plano de urbanização enunciava os seis princípios orientadores da solução proposta:

“I - Il ‘est agi tout d’abord de rattacher les principaux centres fonctionnels de LISBONNE aux nouvelles sorties à l’Ouest de la Capitale. (...)”

La construction du pont et de la route qui joindraient la place du Marquis de Pombal, une des ‘rotules’ principales de LISBONNE, à CRUZ das OLIVEIRAS, en dessert le grand parc de Monsanto qui figure depuis longtemps dans les projets de la ville, (...).

En dehors de cette liaison directe entre le centre de LISBONNE et ESTORIL par la nouvelle autostrade touristique, la liaison de la capitale avec la région Ouest se ferait par la route marginale qui partirait de la Place du Commerce à travers les quais de l’Arsenal transformées, (...).

Enfin, il est également possible d’envisager une autre liaison directe du centre de la Ville vers le Nord-Ouest et en direction de SINTRA au moyen du grand aqueduc sur l’Alcantara existant et transformé en viaduc, (...);

II - Après avoir envisagé la liaison directe des centres fonctionnels de la Capitale avec l’extension Ouest, nous avons proposé un canevas de routes permettant un trafic rapide vers les différentes agglomérations satellites (QUELUZ, SINTRA, etc...) avec des recoupements vers les plages existantes ou en formation (ALGES, OEIRAS, CRUZ QUEBRADA, etc...). (...);

III - Nous avons songé ensuite à l’aménagement des différentes plages en formation sur la côte, tenant compte de la variété de leur situation et de leur caractère social (plages de sport, plages populaires, plages de cures médicales, etc ...);

IV - Les agglomérations existant sur la ‘Costa do Sol’ ont été dans nos plans, soit remodelées, soit développées en harmonie avec leur situation géographique et sociale tandis que de nouveaux centres de peuplement étaient proposées pour l’avenir;

V - Le programme de reboisement, de réserves non-aedificandi, de terrains libres et de jardins a fait l’objet d’une étude poussée, notamment, l’établissement d’un grand centre sportif en liaison directe avec la Capitale et avec toutes les agglomérations satellites;

VI - Enfin, le dégagement, l’encadrement des édifices intéressants, tels que: palais, monuments historiques, forts et remparts désaffectés, ont été prévus, ainsi que des réserves concernant les sites à conserver”.

A prioridade é dada ao traçado geral da rede viária, com especial atenção para os acessos a Lisboa e para as ligações transversais de desenvolvimento em profundidade, condicionando a organização do território à política rodoviária preconizada. Só num segundo momento é abordada a urbanização dos aglomerados, dividida a costa em quatro grupos sociais (Praias Populares junto a Lisboa, Praias destinadas à classe média, Praias de Saúde e Praias de Luxo e de Turismo) e consideradas três fases de extensão (de dez anos cada, perfazendo os trinta anos do plano).

A intervenção é, assim, sistematizada em dois níveis de actuação: o do plano regional (ou director) e o dos planos locais (ou de pormenor). O primeiro, incidindo sobre as dinâmicas territoriais (circulação) e, o segundo, sobre a estrutura do espaço urbanizado (zonamento).

Complementando os elementos gráficos, Agache desenvolve um “*Modèle de Lois, Règlements et Servitudes*”, documento normativo com a legislação necessária à implementação do plano e que iria funcionar como modelo para a regulamentação dos Planos Gerais de Urbanização²¹. Neste documento, começa por apontar as directrizes urbanísticas que serviram de base ao estudo realizado:

- o uso do solo ou “zoning”, que considera “*l’essence même de l’urbanisme*”, organizando o território em espaços urbanizáveis e espaços rurais (ponto em que cita Robert Souza para sublinhar que “*il faut savoir où ne pas construire avant de savoir où construire*”);

- o controlo do loteamento, “*un des éléments les plus importants dans toute urbanisation rationnelle*”, onde avança com um projecto de lei para o reparcelamento de lotes e para o traçado da rede viária;

“Un plan graphique, aussi bien étudié soit-il, n’a aucune valeur pratique s’il n’est étayé et soutenu par des mesures législatives qui en assurent l’application. C’est pourquoi on trouvera, en fin de rapport, un ensemble de propositions concernant les lois, règlements et prescriptions diverses dont l’application donnera au plan directeur toute sa signification.”

AGACHE, Donat-Alfred, *Lisbonne - Urbanisation de la Région Ouest - Remodelation & Aménagement de la Costa do Sol*, Paris, 1936, p. 9.

²¹ Este documento normativo, numa versão preliminar, integraria o relatório apresentado por Agache em 1934, sustentando a redacção da Lei N.º 1:909, de Maio de 1935, sobre a “Urbanização da Costa do Sol” e, ainda antes, a do Decreto-Lei N.º 24:802, de Dezembro de 1934, sobre os “Planos Gerais de Urbanização”.

- o controlo da construção, em que prevê que *“l’habitation future, soit sous forme de maisons familiales individuelles ou groupées avec jardins, soit sous forme de maisons d’habitation collectives ne dépassant pas trois étages (rez-de-chaussée compris)”*, defendendo para a Costa do Sol uma densidade óptima de 65 habitantes por hectare;

- o controlo dos espaços livres, onde considera que *“un bon équilibre entre les espaces construits et les espaces libres est nécessaire pour toute ville ordonnée”*, sustentando uma média de 20m² de espaços livres por habitante, *“sans compter les parcs ou forêts en dehors de la localité”*;

- a expropriação por utilidade pública, medida essencial para a concretização do plano, pelo que propõe a criação de leis especiais que *“permettant aux Municipalités de combattre l’augmentation artificielle du prix des terrains”*;

- a supressão de quarteirões e casas insalubres, um dever dos próprios municípios, quer *“par le nettoyage intérieur des îlots et des logements, par démolition et diminution de la densité”*, quer através da aprovação de um *“règlement de construction moderne”*, que condicione a proliferação e o aparecimento de novos bairros de barracas;

- e, por fim, a protecção de monumentos históricos, sítios e pontos de vista, também ela suportada por leis específicas.

De seguida, ocupa-se das etapas e dos meios de realização. Uma vez que, pela sua escala e pelo investimento público implicado, *“le plan d’Aménagement et d’Extension que nous avons établi ne peut être réalisé d’ensemble”*, a execução do programa é faseada em períodos de dez anos, facilitando a sua implementação gradual por parte dos municípios envolvidos. Levantam-se, aqui, dois grandes obstáculos à concretização do plano, *“d’une part, un nombre important d’expropriations et, d’autre part, la spéculation foncière mal comprise”*, pelo que sugere a constituição de um fundo financeiro que permita a aquisição ou a expropriação prévia,

e em situação vantajosa, dos terrenos necessários à sua execução, assegurando às Câmaras Municipais o controlo sobre a gestão do solo urbano.

Um último destaque é dado ao “*Bureau permanent du Plan d’Aménagement*”, organismo responsável pela coordenação das diferentes fases de execução e pela sua correcta interpretação e implementação local. “*Les fonctions de cet organisme seront multiples: il devra étudier et mettre au point les diverses parties du plan régulateur au fur et à mesure des réalisations nécessaires et suffisantes; il devra surveiller l’application des lois et règlements, contrôler les lotissements et les constructions, de façon à sauvegarder la charte urbaniste, donner des informations et des conseils aux personnes intéressées...*”

“*C’est seulement en se soumettant à une organisation semblable que le plan d’Aménagement, d’Embellissement et d’Extension pourra franchir l’étape de l’hypothèse et devenir une REALITÉ*”.

Cada um dos pontos enunciados é depois desenvolvido em detalhe na proposta de regulamento exaustiva que se segue a esta introdução. Proposta de regulamento que é uma autêntica lição de urbanismo, fornecendo uma base sólida para a elaboração da futura legislação portuguesa. Em anexo, são ainda apresentados o organigrama da estrutura administrativa do Gabinete Central de Urbanismo proposto e o estudo, à escala 1:200, dos diferentes tipos de vias de circulação definidos no plano.

Na conclusão, Agache sistematiza as componentes que devem integrar qualquer plano de urbanização, numa leitura de carácter pedagógico sobre o que deve ser um estudo deste tipo: “*un plan d’urbanisation se compose essentiellement d’une partie graphique dessinée à différentes échelles, d’un commentaire descriptif et d’une partie législative destinée à étayer et à rendre effective l’application des projets*”.

Sendo os elementos desenhados “*um documento estático temporalmente referenciado*” e, por isso, “*susceptível de desactualização rápida*”²², são os elementos normativos que garantem a prossecução dos objectivos do plano, servindo de guião às entidades competentes. Mas, “*cela ne signifie pas qu’un plan d’aménagement, de remodelation et d’extension, aussi bien étudié soit-il, doive être considéré comme ‘ne varietur’*. (...) *Il importe donc de lui conserver une certaine souplesse afin de permettre l’adaptation nécessaire et suffisante lors de sa réalisation dans la suite des temps*”.

O formalismo do *plano-imagem* é, assim, complementado com a noção mais abrangente de *plano-processo*, onde à rigidez da forma urbana e do regulamento propostos se contrapõe a flexibilidade da sua gestão, permitindo ao plano integrar e acompanhar eventuais alterações ao seu traçado. Motivo por que aconselha a criação do Gabinete do Plano de Urbanização. “*Composé de techniciens guidés et entraînés par un Urbaniste averti, son rôle consisterait (...) à en adapter sur place les directives et à en préciser les détails; (...) tout en sauvegardant les idées générales contenues dans le plan directeur*”. E esse urbanista não devia ser outro que não o “*créateur du plan*”, mantido “*comme Conseil afin qu’il puisse, au cours des travaux d’urbanisation, apporter les suggestions dictées par l’expérience et arbitrer les différentes solutions de détail qui se présenteront au cours des travaux et qui peuvent donner lieu à interprétations diverses*”.

Consciente do seu papel fundador em Portugal (como o fora, cerca de duas décadas antes, em França), a preocupação principal de Agache é a de estabelecer uma metodologia de base para estudos posteriores, ocupando-se, para além da definição de um modelo urbanístico, “*da estruturação administrativa e da fundamentação*

legal das operações a desenvolver”.²³

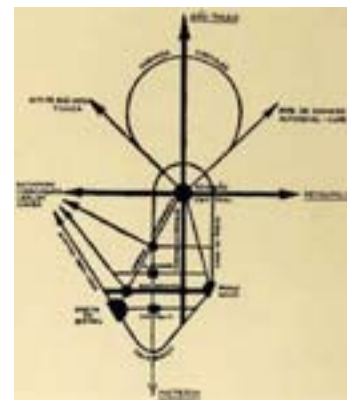
Estudos que, à falta de técnicos especializados, seriam entregues quase exclusivamente a arquitectos²⁴, ao contrário dos Planos Gerais de Melhoramentos oitocentistas realizados por engenheiros, acusando a importância que é dada, agora, à construção de uma imagem urbana que se adequasse aos propósitos ideológicos e de representação do Estado Novo. É neste contexto que se compreende a preponderância da solução formal no discurso sobre a cidade e o território.

Do Rio a Lisboa

A necessidade de se organizar um sistema de comunicações interurbanas pensadas desde a capital estava já presente em *Cidade do Rio de Janeiro: Remodelação, Extensão e Embellezamento*, que Agache desenvolve entre 1928 e 1930. Partindo da perspectiva inversa da que trabalha na Costa do Sol, isto é, da cidade para a região, no Rio de Janeiro começa por sintetizar o esquema de circulações radiais e periféricas ligando, a uma escala local e regional, o grande centro às áreas envolventes. Nas intersecções da rede criada são implantados os novos núcleos funcionais e simbólicos da cidade, dos quais se destacava o conjunto urbano da “*Entrée de Brésil*”, praça monumental aberta sobre a baía onde se concentravam, à imagem da Praça do Comércio em Lisboa, os principais edifícios de representação do país (à esquerda, o Palácio do Comércio e da Indústria e a Assembleia Nacional, e, à direita, o Palácio de Belas Artes e o Senado, enquadrando o Centro de Convenções, colocado a eixo da composição).

“A profissão de Arquitecto consiste (...) no estudo e organização dos programas, elaboração dos projectos e, com a colaboração de outros técnicos especialistas, a direcção do conjunto dos trabalhos de urbanização das aglomerações citadinas, estações termais e centros de turismo, por forma a adaptá-las às condições de vida contemporânea e a preparar e disciplinar a sua expansão futura, assegurando-lhes o máximo de higiene, de conforto e de Beleza”.

“Estatutos do Sindicato Nacional dos Arquitectos”, *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, Lisboa, N.º 15, 30 Junho 1934.



Cidade do Rio de Janeiro: Remodelação, Extensão e Embellezamento, Esquema de circulação Donat-Alfred Agache, 1928-1930 (imagem www.docomomo.org.br)

²³ LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações/DGOTDU, 1995, p. 37. (Série 1 - Ensaios, 5)

²⁴ Os dois primeiros urbanistas portugueses seriam precisamente arquitectos: João Guilherme Faria da Costa e David Moreira da Silva, ambos diplomados pelo Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, respectivamente em 1935 e 1939. Para além destes urbanistas, numa circular da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, de 1943, dirigida às Câmaras Municipais, são apontados os nomes de alguns outros técnicos portugueses que podiam ser contratados para a realização dos Planos de Urbanização, todos eles arquitectos: Januário Godinho, João António Aguiar, Paulo Cunha, Carlos Chambers Ramos, Miguel Jacobetty Rosa, Rogério de Azevedo e Amílcar Pinto. O único engenheiro presente nesta lista é António Emídio Abrantes que trabalha em parceria com Carlos Ramos. (Cf. GONÇALVES, Fernando, op. cit, p. 36)

*Cidade do Rio de Janeiro:
Remodelação, Extensão e
Embellazamento,
Vista aérea da área central
Donat-Alfred Agache,
1928-1930
(imagem www.docomomo.org.br)*



*Cidade do Rio de Janeiro:
Remodelação, Extensão e
Embellazamento,
Entrée de Brésil
Donat-Alfred Agache,
1928-1930
(imagem www.docomomo.org.br)*



A ênfase é colocada no desenho do espaço público e no traçado monumental da rede viária, no que Fernando Diniz Moreira²⁵ caracteriza como o conflito entre permanência e mobilidade (ou entre cultura e desenvolvimento), reportando, na linha da tradição barroca, para as composições urbanas da Paris de Haussmann. Herança que, “deste lado do oceano”, seria filtrada pelas teorias americanas do *City Beautiful Movement*, condensadas por Daniel Burnham (1846-1912) no seu Plano de Chicago (1906-1909), e verticalizada pela aposta tecnológica na construção em altura. É neste confronto cultural entre um modelo europeizante e o projecto de modernidade da cidade americana que surgem as primeiras críticas ao plano de Agache:

²⁵ MOREIRA, Fernando Diniz, “Urbanismo, modernidade e projeto nacional: reflexões em torno do Plano Agache”, p. 17, disponível em www.docomomo.org.br.

“Não é seguindo o modelo das famosas cidades de velhas civilizações que vamos construir uma cidade que represente nosso espírito americano... Não podemos esquecer que os padrões de valores a que teremos de submeter o ritmo do nosso progresso não os encontraremos na Europa, mas na exuberância dinâmica da vida norte-americana. New York e Chicago com seus arranhacéus ciclópicos encerram aspirações mais adequadas às necessidades do espírito do Brasil novo do que as elegantes e delicadas linhas da arquitectura parisiense”.²⁶

Apesar da visão proposta para o Rio de Janeiro se aproximar do Plano de Chicago, na sua dimensão regional e simbólica, falhava em corresponder aos ideais de “Ordem e (acima de tudo) Progresso” de um país apostado em afirmar uma nova identidade.



The Plan of Chicago, Regional Arteries
Daniel Hudson Burnham e Edward H. Bennett, 1906-1909
Desenho de Jules Guérin, 1907
(imagem www.american-architecture.info)



The Plan of Chicago, View looking west over the city, showing the proposed Civic Center, the Grand Axis, Grant Park and the Harbour
Daniel Hudson Burnham e Edward H. Bennett, 1906-1909
Desenho de Jules Guérin, 1907
(imagem www.artic.edu)

²⁶ “A americanização do Rio de Janeiro”, *O Paiz*, 20 Janeiro 1929. (Cit. PEREIRA, Margareth, “O Pan-Americanismo e seu impacto na institucionalização do urbanismo no Brasil: 1920-1950”, in *IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, Rio de Janeiro, PROURB, 1996) (Cf. MOREIRA, Fernando Diniz, op.cit, p. 15)

Esta incapacidade de adaptar o modelo importado às dinâmicas locais ficava também evidente no projecto de reforma social que o plano encerrava, revelando-se desajustado para a situação concreta do Brasil. Imbuído das preocupações sociais veiculadas pelo *Musée Social*²⁷, que integra, a partir de 1909, enquanto membro da sua Secção de Higiene Urbana e Rural, Alfred Agache propunha a irradiação das favelas do Rio de Janeiro com a transferência dessas populações para subúrbios-jardim localizados na periferia da cidade. Solução que “*em termos habitacionais implicari[a] em uma forte presença estatal que era irreal (...) naquele momento*”.²⁸

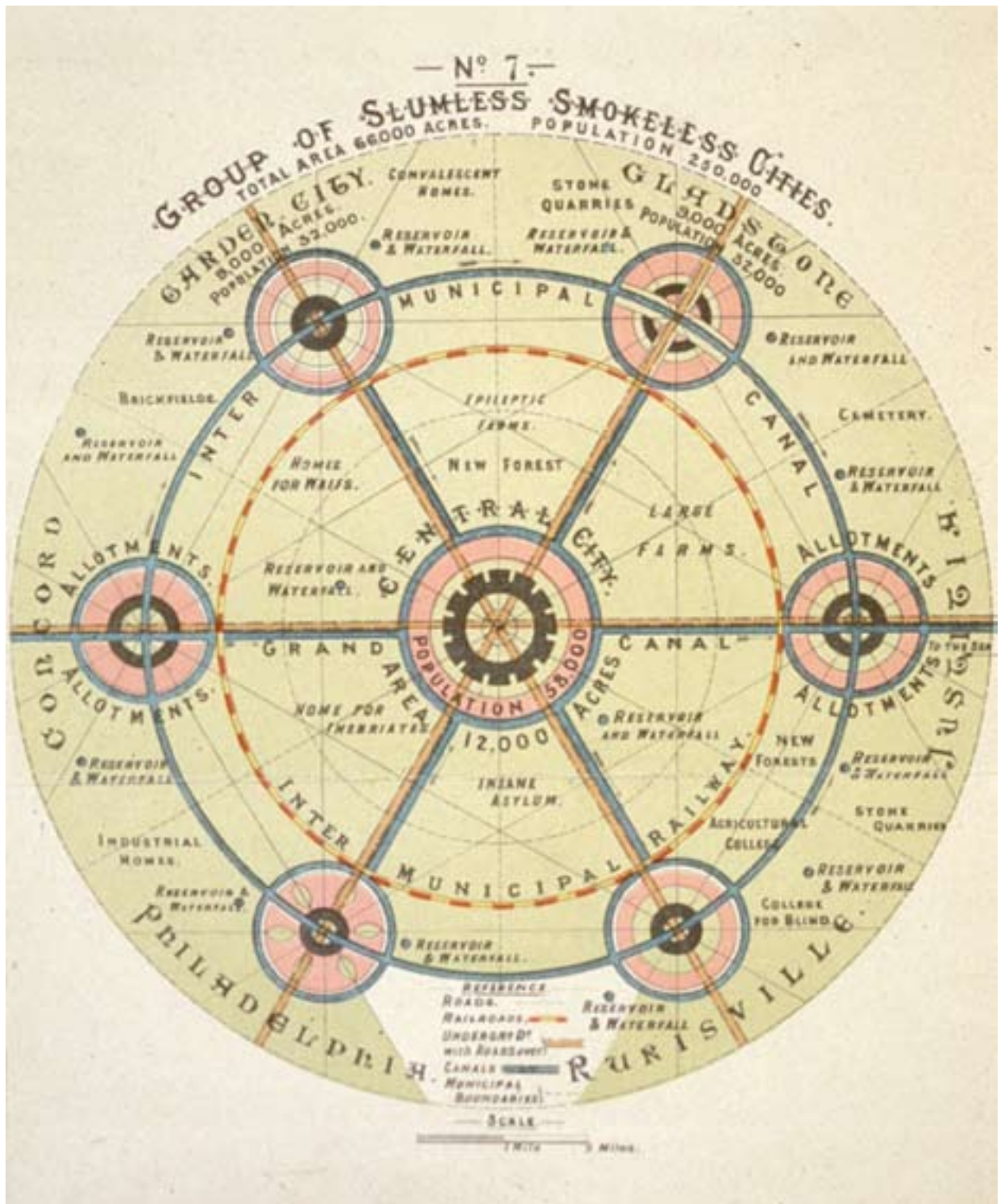
Numa versão francesa das teorias lançadas por Ebenezer Howard (1850-1928) no seu livro, de 1898, *To-morrow: A peaceful path to real reform*²⁹, traduzido, em 1904, por Georges Benoît-Lévy (1880-1970), o subúrbio-jardim fazia uma leitura redutora das *Garden Cities* inglesas, muito influenciada pela interpretação de Léon Jauselly (1875-1932), no prefácio da publicação em francês de 1922, de *Town Planning in practice: an introduction to the art of designing cities and suburbs*, escrito, em 1909, por Raymond Unwin, identificando-as com uma construção suburbana de baixa densidade, onde predominava a imagem da moradia unifamiliar com jardim.³⁰

²⁷ O *Musée Social*, associação privada reconhecida como de utilidade pública, é fundado, em 1894, por Jules Siegfried (1837-1922), Jean-Baptiste Léon Say (1826-1896) e Jean Jacques Émile Cheysson (1836-1910), com o apoio financeiro do Conde Aldebert de Chambrun. O seu objectivo era contribuir para a melhoria “*morale et matérielle des travailleurs*”, através da recolha, divulgação e elaboração de estudos na área das ciências sociais e do trabalho, na crença de que a identificação dos problemas da sociedade industrial e o conhecimento qualificado dos factos permitiria esclarecer a acção do Estado no sentido da implementação de importantes reformas sociais. Com uma presença decisiva no debate e na criação da legislação regulamentada durante a III República, a actividade do *Musée Social* está na génese da construção do Estado de Previdência francês. É também sob a sua égide que é criada, em 1911, a SFU. (Cf. www.cedrias.org)

²⁸ MOREIRA, Fernando Diniz, op.cit., p. 18.

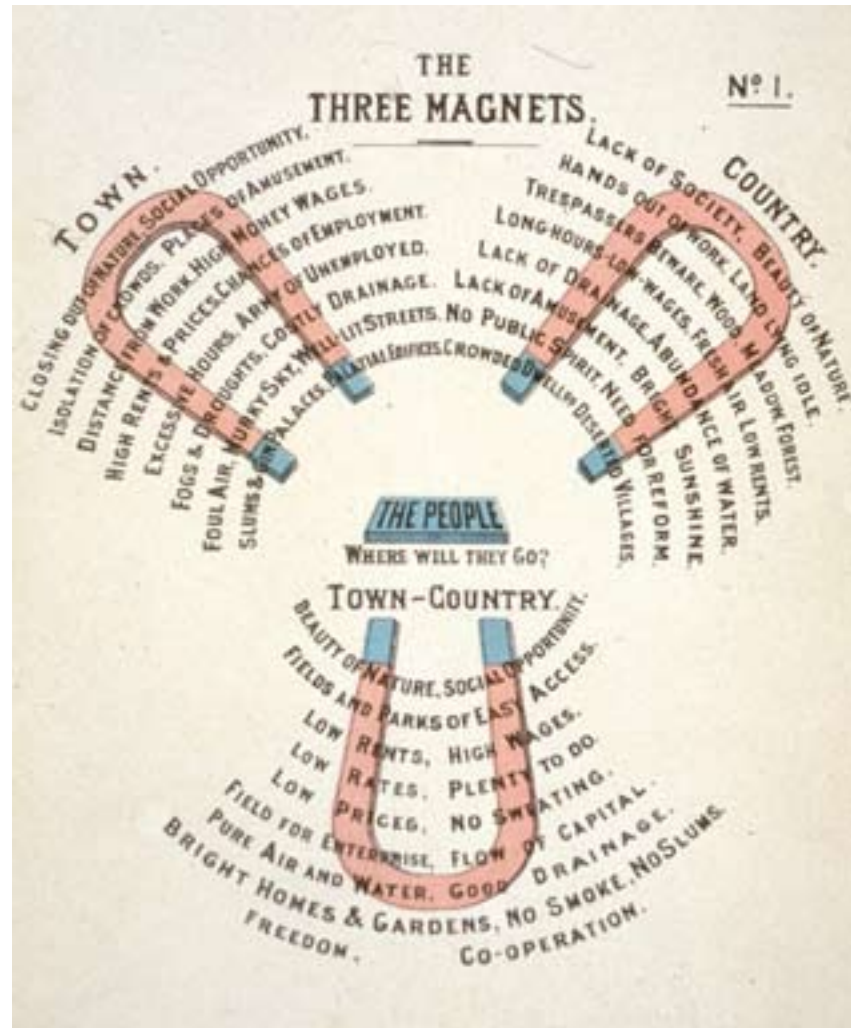
²⁹ Publicado na edição de 1901 já com o título *Garden Cities of to-morrow*. Na verdade, *Garden City* aparecia, no diagrama original, como uma das seis cidades satélites do sistema de Howard (ao lado das sugestivas *Gladstone, Justitia, Rurisville, Philadelphia* e *Concord*), tendo acabado por se assumir como o nome por que haveria de ficar conhecido o modelo proposto.

³⁰ A visão de Ebenezer Howard passava pelo planeamento de um sistema de cidades-jardim (e não de uma única cidade) de dimensão limitada (32.000 habitantes para uma área de 1.000 hectares, o que correspondia a uma densidade aproximada de 30hab/ha), envolvidas por uma cintura rural (de 5.000 hectares de terrenos agrícolas), com um funcionamento independente mas comunicando entre si e com o núcleo urbano central - a *Central City* (com 58.000 habitantes para uma área de 12.000 hectares) - através de uma complexa rede de transportes que combinava vias rodoviárias, vias ferroviárias, metropolitano e canais fluviais. Cada um destes aglomerados satélites seria auto-suficiente (ao contrário dos subúrbios-jardins), sendo organizado, do interior para a periferia, em seis zonas funcionais concêntricas: o centro cultural, social e administrativo; o *Central Park* com o seu *Crystal Palace*; duas zonas residenciais separadas por uma *Grand Avenue* ajardinada; uma zona industrial no perímetro da cidade, associada à via ferroviária de cintura; e a zona agrícola envolvente, garantindo o abastecimento de bens primários aos habitantes da cidade.



N.^o 7 - Group of Slumless Smokeless Cities
 Publicado em HOWARD,
 Ebenezer, *To-morrow: A peaceful path to real reform*,
 1898
 (imagem www.ocw.mit.edu) 607

N.º 1 - *The Three Magnets*
 Publicado em HOWARD,
 Ebenezer, *To-morrow: A
 peaceful path to real reform*,
 1898
 (imagem www.ocw.mit.edu)



O equilíbrio entre “Cidade” e “Campo” sintetizado por Howard no seu esquema *The Three Magnets* ficava, assim, comprometido a favor de uma dependência funcional e representativa em relação à “grande cidade”, perdendo-se por completo o conceito de estrutura policêntrica que era defendido no modelo original, enquanto que a função de uma cintura rural de contenção era reduzida à sua vertente higiénica e paisagística.

É nesse sentido que Agache sugere, para o Rio de Janeiro, a integração no espaço urbano de um sistema coordenado de parques e de jardins públicos ligados por uma rede de *parkways*³¹ inspirados

³¹ Os *Parkways*, introduzidos por Olmsted no final do século XIX, compreendiam inicialmente a separação entre percursos pedestres, de bicicletas, equestres e para carruagens. É só com a crescente motorização dos meios de transporte, no início do século seguinte, que se passa a equacionar a presença do automóvel. Em 1925, Olmsted define quatro tipos de vias que se podiam enquadrar nesta categoria: “the elongated park, or linear park, that possessed the landscape features of two parks it might connect; the ornamental street, designed to enhance property values; any thoroughfare with a more aesthetically pleasing appearance, in landscape sense, than an ordinary street; and a combination of a elongated park and landscape thoroughfare”. (Cf. www.nps.gov)

nos esquemas paisagistas de Frederick Law Olmsted (1822-1903) para as principais cidades norte-americanas, onde se introduzia a segregação entre percursos pedestres e motorizados. Mecanismo que estava na origem de experiências como *Riverside* (1869), da dupla de arquitectos paisagistas F. L. Olmsted e Calvert Vaux (autores do *Central Park* de Nova Iorque, com plano de 1858), ou, sessenta anos mais tarde, *Radburn* (1929), mais conhecida como *The town for the motor age*, projecto de Clarence S. Stein (1882-1975) e Henry Wright (1878-1930), ambas reflexões em torno do ideal de subúrbio e de vida comunitária, com raízes nas teorias da cidade-jardim, em que é dada especial atenção ao traçado da rede viária, mais orgânico e hierarquizado em função de graus de privacidade.

No final, se no Brasil os modelos do urbanista se encontravam desfasados em relação aos ideais progressistas do país, na Costa do Sol portuguesa eles iam ganhar sentido na vontade de um “Estado” que, ideologicamente, se revelava tudo menos “Novo”.

As ligações a Lisboa

Alicerçado na intenção de se transformar a Estrada Nacional N.º 11 de 1.ª (a antiga Estrada Real), numa Marginal de características inéditas no país (com duas faixas em cada sentido) e na construção da nova Auto-Estrada turística para o Estoril (a primeira Auto-Estrada proposta em Portugal), Agache estuda a viabilidade da articulação destas duas infraestruturas com os principais centros funcionais de Lisboa: a Praça do Comércio e o Marquês de Pombal, relacionados entre si através do Rossio. Se a norte esta ligação encontra algumas dificuldades no atravessamento dos sucessivos vales perpendiculares à costa, em especial o Vale de Alcântara, mas sem oferecer “*en réalité aucune difficulté technique spéciale*”; a sul levantava-se o problema do estrangulamento da circulação na Rua do Arsenal, entre o Cais do Sodré e a Praça do Comércio. É neste ponto que concentra a sua atenção, tal como o fizera, dez anos antes, Forestier e o fará, dez anos depois, Faria da Costa.



General Plan of Riverside
Olmsted, Vaux & Co,
Landscape Architects, 1869
(imagem www.courses.cit.cornell.edu)



Radburn N.J.
Registered Trade Mark
Plan of Northwest & Southwest
Residential Districts,
November 1929
(imagem www.cmhpf.org)

“O problema da circulação costeira entre a Baixa e o Corpo Santo, que se afigurou ao marquês de Pombal resolvido com a abertura da larga (!) rua do Arsenal, achava-se, em pouco mais de um século, com o aumento sucessivamente crescente da população e da circulação, novamente insatisfeito, e carecendo de urgente resolução.

Começou o assunto a ser atendido pelos meados do século XIX nos planos de modificações da margem norte do pórto de Lisboa, (...).

De então para cá têm sido sugeridas várias soluções, (...).

Essas soluções ou sugestões podem classificar-se em três modalidades ou grupos:

1.º - Alargamento da passagem pela rua do Arsenal;

2.º - Abertura de um túnel entre a praça do Município e o largo do Corpo Santo;

3.º - Construção de uma passagem ao sul da rua do Arsenal, entre a praça do Comércio e a praça do Duque da Terceira”.

SILVA, A. Vieira da, “Ligação costeira da Baixa com a parte ocidental da cidade”, *Revista Municipal*, Lisboa, Ano II, N.º 8/9, 2.º e 3.º trimestres 1941, p. 4.

Na linha das propostas da Sociedade Propaganda de Portugal,³² de 1910, e do paisagista Jean-Claude Nicolas Forestier (1861-1930)³³, de 1927, a solução de Agache inscreve-se num modelo de intervenção que contempla a abertura de uma nova avenida junto ao rio, ligando as praças do Comércio e do Duque da Terceira, nos terrenos libertados com a transferência do Arsenal da Marinha para a margem sul do Tejo³⁴. Espécie de meio termo entre aquelas duas outras soluções, o urbanista defende a demolição da ala sul da Sala do Risco para permitir o prolongamento da 24 de Julho, em diagonal, quase até ao rio, momento em que inflectia para tomar a direcção do corpo dos Ministérios, criando aí uma bifurcação para um tramo marginal, para poente, conseguido com a regularização da margem fluvial. O quarteirão criado entre as duas avenidas seria atravessado por duas perpendiculares, no enfiamento do Largo do Corpo Santo e da Travessa do Cotovelo. Se, por um lado, Agache ia buscar, ao projecto da SPP, a ideia da continuação da 24 de Julho até à Praça do Comércio, por outro, recuperava de Forestier a proposta da construção de um aterro para a abertura de uma Marginal paralela à Rua do Arsenal.

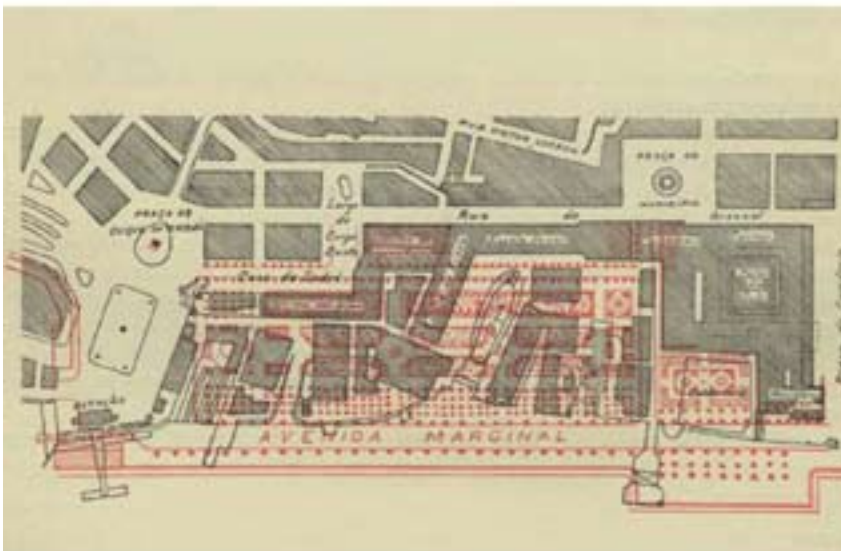
³² O projecto da Sociedade Propaganda de Portugal, publicado no *O Diário de Notícias* de 20 de Fevereiro de 1910, considerava a abertura de uma “Avenida Marginal”, com 25m de largura, na continuidade da rua 24 de Julho, com “*um traçado em curva tangente ao torreão do Ministério da Guerra, e à ala da Sala do Risco, que se conservava*”. Junto ao topo sul desta ala, criava uma bifurcação para “*um troço marginal que terminava no prolongamento da praça do Duque da Terceira*”. Contida pelos edifícios da Sala do Risco, do Arsenal e dos Ministérios, desenhava-se uma praça ajardinada aberta para a Marginal e para o rio, com uma passagem de peões, através da entrada do Arsenal, para a Praça do Município. (Cf. SILVA, A. Vieira da, “Ligação costeira da Baixa com a parte ocidental da cidade”, *Revista Municipal*, Lisboa, Ano II, N.º 8/9, 2.º e 3.º trimestres 1941, p. 10)

³³ Em 1927, Forestier, então a trabalhar na América Latina (tal como aconteceria com Agache antes da encomenda do PUCS), é convidado pelo executivo da Câmara Municipal de Lisboa para integrar a Comissão Administrativa do Plano Geral de Melhoramentos da cidade, criada, em sessão de 14 de Outubro de 1926, para definir os termos da futura expansão da capital. É nessa condição, e na sequência do seu estudo, de 1923, para o sistema de parques de Paris, que sugere o enquadramento, na estrutura urbana de Lisboa, “*d’un grand parc avec cités-jardin et terrains de jeux*” no prolongamento da Avenida da Liberdade, estendendo-se desde o Campo Grande até Alcântara, e de “*une nouvelle avenue sur le Tage*” que enquadrasse o desenvolvimento da cidade ao longo do rio. Esta proposta de uma Marginal, apresentada em Setembro de 1927 e publicada nos jornais *O Século* (de 14 de Outubro de 1927) e *O Diário de Notícias* (de 12 de Fevereiro de 1934), ponderava a articulação da cidade consolidada a nascente com a sua expansão para poente, ligando os dois núcleos através de uma avenida linear, “*com 499m de comprimento e 19m de largura*”, construída em aterro até à Praça do Duque da Terceira. Demolida a ala da Sala do Risco, a sul do Arsenal abria-se um jardim formal com atravessamentos para o Corpo Santo e a Praça do Município. (Cf. LÔBO, Margarida Souza, op.cit, pp. 27-28 e SILVA, A. Vieira da, “Ligação costeira da Baixa com a parte ocidental da cidade”, op. cit., p. 12)

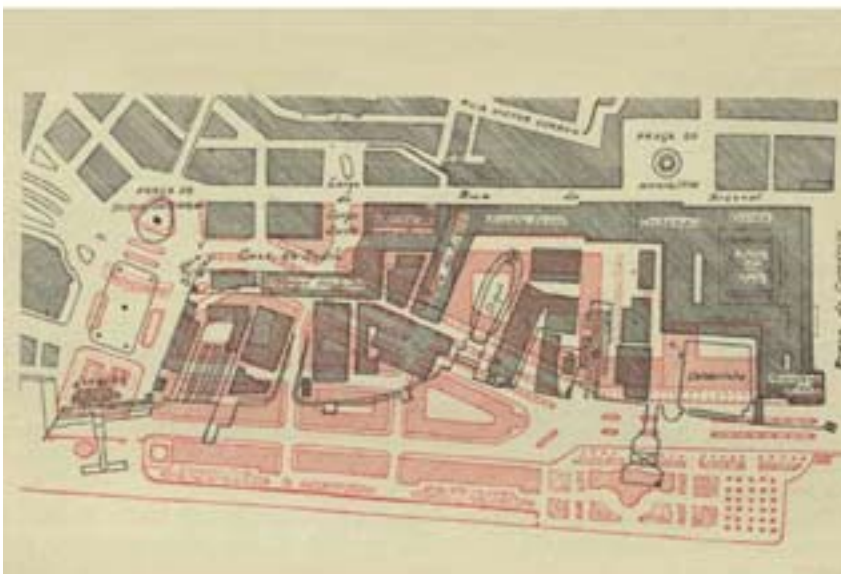
³⁴ O Arsenal da Marinha, situado nos terrenos entre o Corpo Santo e o Terreiro do Paço desde 1501, seria transferido para o Alfeite, no concelho de Almada. As novas instalações navais, projecto da autoria dos irmãos Rebello de Andrade, com contrato de construção de 1928, entrariam em funcionamento em 1938, tendo sido oficialmente inauguradas a 3 de Maio de 1939.



Proposta de uma Avenida Marginal entre a Praça do Comércio e a Praça do Duque da Terceira, Sociedade Propaganda de Portugal, 1910 (imagem SILVA, A. Vieira da, "Ligação costeira da Baixa com a parte ocidental da cidade", *Revista Municipal*, Lisboa, Ano II, N.º 8/9, 2.º e 3.º trimestres 1941, p. 9)



Projecto de uma Avenida Marginal junto ao Rio Tejo, Jean-Claude Nicolas Forestier, 1927 (imagem SILVA, A. Vieira da, "Ligação costeira da Baixa com a parte ocidental da cidade", *Revista Municipal*, Lisboa, Ano II, N.º 8/9, 2.º e 3.º trimestres 1941, p. 11)



Ligação da Estrada Marginal com a Praça do Comércio, Donat-Alfred Agache, 1934 (imagem SILVA, A. Vieira da, "Ligação costeira da Baixa com a parte ocidental da cidade", *Revista Municipal*, Lisboa, Ano II, N.º 8/9, 2.º e 3.º trimestres 1941, p. 11)

Em 1947, é ainda sobre esta questão que Faria da Costa (1906-1971) se vai debruçar a pedido do MOP, com uma solução que defendia a criação de um sistema de túneis, um sob a Praça do Duque da Terceira e outro através da colina a norte do Largo do Corpo Santo, que se reuniam numa terceira praça aberta entre a Praça do Comércio e o Cais do Sodré³⁵. A poente desta rótula, e em contraponto com a Estação Fluvial do Sul e Sueste (obra de Cottinelli Telmo, inaugurada a 28 de Maio de 1932), propunha a construção de uma gare marítima, com passagem pedonal superior para a Estação do Cais do Sodré, fazendo toda a frente de rio até à Doca de Santos, onde implantava uma nova gare fluvial.³⁶

*Estudo da ligação da
Avenida 24 de Julho à
Praça do Comércio,
Planta de Apresentação*
Fotografia de Mário Novais,
c.1947
(imagem
Biblioteca de Arte da
FCG)



Tal como Forestier vinte anos antes, Faria da Costa procura valorizar a perspectiva monumental do Terreiro do Paço, vista do Tejo, com a requalificação da frente ribeirinha, consolidando a fachada urbana a poente e articulando-a, através de uma Avenida Marginal, com a sua correspondente a nascente.

*Ville de Lisbonne,
Étude pour une nouvelle
avenue sur le Tage*
Jean-Claude Nicolas Forestier,
1927
(imagem Arquivo Mário Novais,
Biblioteca de Arte da
Fundação Calouste Gulbenkian)



³⁵ Solução que viria a ser retomada por Luís Cristino da Silva (1896-1976) como base para o seu *Estudo Parcial de Urbanização-Remodelação do Bairro Alto e das suas principais ligações com a cidade*, de 1952. (Cf. *Luís Cristino da Silva [Arquitecto]*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ /CAM José de Azeredo Perdigão, 1998, p. 136)

³⁶ Com a Reforma da Administração-Geral do Porto de Lisboa, de 1934, e integradas no seu Plano de Melhoramentos de 1946, são projectadas as Gares Marítimas de Alcântara (1934-1942) e da Rocha do Conde de Óbidos (1934-1945), ambas da autoria de Porfírio Pardal Monteiro e com intervenções plásticas de Almada Negreiros.

Simultaneamente, Agache estuda “*dans ses grandes lignes le rattachement de CRUZ das OLIVEIRAS à la Place du Marquis de Pombal, autre rotule très importante*”, em parte resolvida com a criação do Parque Florestal de Monsanto, equipamento que, deixando de lado a polémica gerada em torno da proposta de prolongamento da Avenida da Liberdade através do Parque Eduardo VII³⁷, tomava em consideração as teorias urbanas de Forestier: “*le plan de ville est insuffisant s’il n’est pas complété par un programme d’ensemble et un plan spécial des espaces libres intérieurs et extérieurs, pour le présent et pour l’avenir - par un système de parcs*”.³⁸

O principal desafio seria o atravessamento do Vale de Alcântara, nada que já não tivesse sido conseguido, no reinado de D. João V, com a obra do Aqueduto das Águas Livres (1732-1748). Limitado, a norte, por aquele elemento e, a sul, pela retícula do Campo de Ourique, o acesso à auto-estrada passaria tangencial a este bairro, vindo do Marquês e passando às Amoreiras, arrancando daí um viaduto sobre o vale, com 505 metros de desenvolvimento, que ligava em linha recta à Cruz das Oliveiras, agora integrada no vasto Parque Florestal.



Construção do
Viaduto de Alcântara
Fotografia, 1943
(imagem Arquivo Municipal de Lisboa/
Arquivos Fotográficos/Espólio Eduardo
Portugal)

³⁷ Polémica que opõe conservacionistas e desenvolvimentistas: uns, defendendo a manutenção do Parque como memória do antigo Passeio Alegre, demolido com a abertura da Avenida da Liberdade, e, outros, exigindo o seu “sacrifício” a favor da expansão da cidade para norte, grupo em que se enquadram as propostas dos irmãos Mac-Bride (1925), de Jean-Claude Nicolas Forestier (1927) e de Cristino da Silva (1932-1936) para o Parque Eduardo VII. Com o *Plano Director da Cidade de Lisboa* (1948) esta ideia seria abandonada e é privilegiada a expansão para norte a partir da Avenida António Augusto de Aguiar. (Cf. SILVA, Carlos Nunes, *Política Urbana em Lisboa: 1926-1974*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994)

³⁸ FORESTIER, Jean-Claude Nicolas, *Grandes Villes et Systèmes de Parcs*, Paris, Norma, 1997, p. 56. (1.ª edição: Paris, Hachette, 1908) (Cf. www.fr.wikipedia.org)

A estrutura regional

Resolvidas as ligações ao centro de Lisboa, Alfred Agache desenvolve uma estrutura de ocupação espacial apoiada nas principais infraestruturas de dinamização regional - a Linha de Cascais, a Estrada Marginal e a Auto-Estrada para o Estoril. Estas duas últimas vias, as “abcissas”, seriam entre-cruzadas por uma série de eixos transversais, que designa por “ordenadas”, estabelecendo linhas de penetração para o interior. Procurava-se, desta forma, contrariar o desenvolvimento tendencialmente linear ao longo da costa, privilegiando uma rede de relações em profundidade que promovessem a urbanização equilibrada do território.

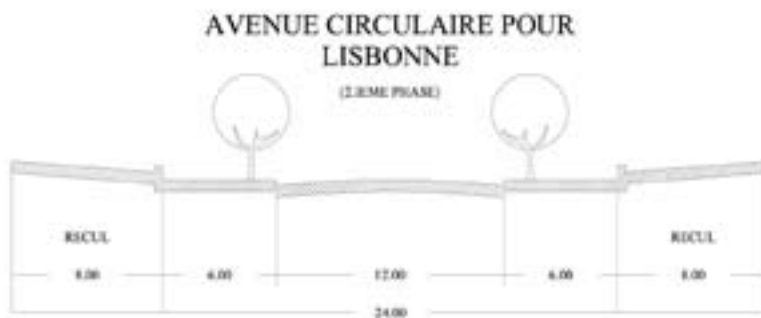
“De ce point, la route descendra presque en ligne droite vers le Ribeiro de Algés. Après la traversée de cette première vallée, elle remontera vers Linda a Velha pour passer ensuite devant l’entrée du futur Parc des Sports à CRUZ QUEBRADA (...). En descendant vers cet endroit, une très belle vue vers la vallée et la mer se révélera aux voyageurs. La troisième vallée (Ribeira de Barcarena) sera franchie au Nord de LAVEIRAS (...). Après la traversée de la rivière, la route passera sous l’aqueduc de la propriété du Marquis de Pombal et (...) elle sera dirigée au-dessous de Sassueiros et S. Domingos de Rana. En passant au NORD de MORTAL, une nouvelle droite (...) nous conduira à la bifurcation de ALAPRAIA. A ALAPRAIA, l’autostrade se termine. Deux routes d’accès lui font suite: celle du sud se terminera au kilomètre 18,06; la seconde route d’accès conduira à la partie Nord d’ESTORIL (kilomètre 19,12). De cet endroit, on pourra se rendre au Casino d’ESTORIL (...) ou bien à ALCABIDECHE et SINTRA par des voies améliorées”.

AGACHE, Donat-Alfred, *Lisbonne - Urbanisation de la Région Ouest - Remodelation & Aménagement de la Costa do Sol*, Paris, 1936, pp. 16-17.

Servindo os principais núcleos balneares e praias da região, a Estrada Marginal começava a tomar corpo a partir de Caxias, momento em que atravessava o caminho-de-ferro para acompanhar de perto o recorte da linha de costa até ao Estoril. O perfil da nova via, com 16 metros de largura, implicava a reformulação de grande parte da antiga Estrada Nacional, apenas compreendendo a construção de um novo troço entre Oeiras e a Parede, obra que exigia um investimento considerável pelas condicionantes técnicas e de espaço que tinha de superar. Já o traçado da Auto-Estrada turística, partindo do cruzamento da Cruz das Oliveiras, seria condicionado pela topografia e pela estrutura cadastral da região, procurando as melhores relações paisagísticas com um mínimo de expropriações a realizar, tendo em conta a faixa de 150 metros de largura aconselhada para a sua implantação (reduzida para 40 metros nos aglomerados). Neste ponto, salienta que *“il n’y a en effet aucun intérêt à procéder avec parcimonie”* e aconselha a aquisição imediata dos terrenos em questão.

Em ambos os casos, procurava-se controlar os custos públicos do plano com uma escolha criteriosa dos terrenos a urbanizar, propondo atravessamentos preferencialmente por zonas não construídas *“de façon à réduire au strict minimum les indemnités d’expropriation”*.

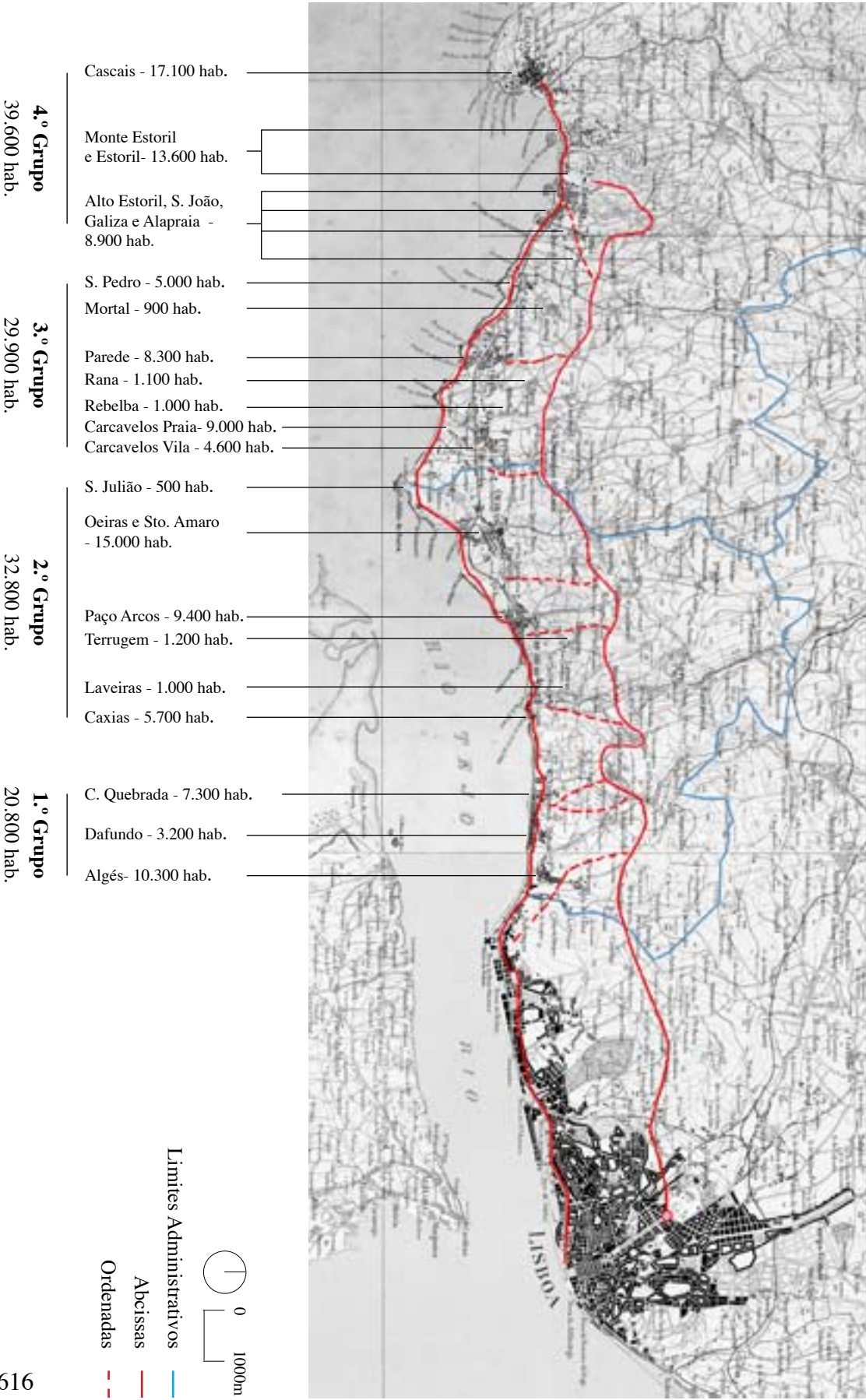
Junto a Lisboa, uma Avenida Circular garantia a ligação fácil entre as duas abcissas, prevendo-se a sua ampliação se as solicitações do tráfego assim o exigissem. As ordenadas seguintes eram traçadas da Auto-Estrada até às povoações marginais com estações ferroviárias (Algés, Cruz Quebrada, Caxias, Paço de Arcos, Oeiras, Carcavelos, Parede e S. João do Estoril), muitas delas aproveitando a rede de estradas existente.



*Types des Differentes
Voies de Circulation*

Donat-Alfred Agache, 1936.
(imagens adaptadas de AGACHE,
Donat-Alfred, *Lisbonne - Urbanisation
de la Région Ouest - Remodelation
& Aménagement de la Costa do Sol*,
Paris, 1936)

Plano de Urbanização da Costa do Sol, Donat-Alfred Agache, 1933-1936
Estrutura Regional - Total População 123.100 habitantes



O número de nós que essa malha implicava no percurso relativamente curto da Auto-Estrada turística (cerca de 19km) conferia-lhe mais o sentido de uma via rápida suburbana. Para que o argumento da economia de tempo no trajecto entre Lisboa e o Estoril (18 a 20 minutos a uma velocidade de 60km/h) fosse sustentável era necessário que se satisfizessem três condições essenciais:

“1.º - d'aménager les croisements avec les routes ordinaires qui devront éviter autant que possible de traverser l'autostrade à niveau;

2.º - de conserver, de chaque côté de la route, des zones de protection non bâties qui permettront d'élargir celle-ci à son maximum le cas échéant et de créer plus tard des 'bas-côtés' pour desservir les habitations;

3.º - d'interdire la construction de maisons en bordure directe de l'autostrade”.

“Cette économie de temps facilitera beaucoup le développement de la COSTA do SOL et permettra aux personnes travaillant dans la Capitale d'habiter les diverses agglomérations satellites dans des conditions d'hygiène et d'agrément bien supérieures”.

A partir deste “canevas routier” a região da Costa do Sol é dividida em quatro grupos de aglomerados: o primeiro, mais próximo da capital, compreendendo Algés, o Dafundo e a Cruz Quebrada, zona de veraneio popular para a qual se propunha a criação de um “*Parc des Sports*”, no Vale do Jamor, com estação ferroviária própria e acesso directo da Auto-Estrada e da Marginal; o segundo, ainda ao longo do Tejo, englobando Caxias, Paço de Arcos, Oeiras e Santo Amaro, “*plages destinées aux familles de la classe moyenne et pour le week-end*”; o terceiro, constituído por Carcavelos, a única localidade da Costa do Sol para onde se previa a implementação, de raiz, de um novo centro balnear - “*Carcavelos-Plage*”, a Parede, “*la plage de santé sur l'Océan*” e São Pedro; e o quarto, em que se destacavam o Estoril e Cascais como “*plages de luxe et de tourisme*”.

Cada um dos grupos ficava fisicamente delimitado dos outros por uma zona rural de protecção com um carácter agrícola ou florestal, na qual “*aucun développement urbain n’y sera toléré*”. Pretendia-se, com esta medida, impedir que a região se transformasse num subúrbio contínuo de Lisboa, salvaguardando a identidade própria dos diferentes núcleos satélite e a sua complementaridade na estrutura regional, à imagem do que Ebenezer Howard preconizava para as cidades-jardim. Esta “reserva de espaços livres exteriores”, na qual se contabilizavam algumas quintas privadas de interesse histórico e pitoresco, seria complementada pelas “reservas de espaços livres interiores” de cada uma das localidades (Parques, Jardins e Campos de Jogos), com uma superfície aconselhável de 20m² por habitante para uma densidade média, defendida no conjunto do plano, de 65 habitantes por hectare.

Grupos	Sup. Habitável (hectares)	Máx. Habitantes (a 65 hab/ha)	Espaços Livres (hectares)	Espaços Livres (m²/hab)
Algés, Dafundo e Cruz Quebrada	334 ha	21 000 hab	48 ha (14%)	22,86 m ²
Caxias, Paço de Arcos, Oeiras e Santo Amaro	499 ha	32 700 hab	28 ha (6%)	8,56 m ²
Carcavelos, Parede e São Pedro	455 ha	30 000 hab	50 ha (11%)	16,67 m ²
Estoris e Cascais	609 ha	39 600 hab	149 ha (24,5%)	37,63 m ²

Ficavam, assim, calculadas as possibilidades gerais de expansão correspondentes aos quatro grupos considerados, permitindo desenvolver estudos mais pormenorizados para cada uma das localidades.

Pela especificidade deste território - zona turística, residencial e desportiva - é, ainda, proposta a transferência das unidades industriais existentes e programadas nesta região para a periferia a este de Lisboa, solução que tomava em consideração a proposta de Duarte Pacheco, apresentada a Conselho de Ministros em 1934, para a construção de uma ponte mista (rodo e ferroviária) sobre o Rio Tejo, ligando o Beato ao Montijo.

Os planos de pormenor locais

Numa segunda fase do plano, entre 1935 e 1936, são elaborados os estudos de urbanização de alguns dos aglomerados e praias da Região Oeste. Reforçando a unidade da sua visão para o conjunto, também a esta escala o “zoning” e a organização da rede viária são os principais instrumentos de planeamento do urbanista, apoiados por uma regulamentação específica (organizada por zonas: Zona de Habitação - individual, agrupada ou colectiva; Zona Comercial; Zona Industrial; Zona Rural; Zona dos Parques e Jardins; Zona Reservada; e Zona Interdita) e pelo estudo dos “*Types des différentes voies de circulation*” (divididos em: vias de grande circulação - a Auto-Estrada, a Marginal e as artérias de ligação; vias de coordenação local; vias de pequena circulação; vias de habitação; e vias para peões).

Das vinte e três localidades consideradas, doze são objecto de plano de pormenor (Dafundo, Cruz Quebrada, Caxias, Paço de Arcos, Oeiras-Santo Amaro, Carcavelos, Parede, S. Pedro do Estoril, S. João-Galiza, Estoril, Cascais-Monte Estoril e Cascais), as mais populosas e próximas da costa. De fora ficam os pequenos aglomerados rurais satélite (Laveiras, Terrugem, Rebelba, Rana, Mortal e Alapraia) e o Alto Estoril, “*un exemple typique du résultat néfaste que peut donner la spéculation foncière non limitée par un règlement sévère*”.

Nos desenhos, é evidente a atenção que é dada à organização da estrutura viária urbana, em traçados que deixam subentender, no desenho variado e, em geral, mais orgânico das novas vias, uma crítica à uniformidade dos esquemas de malha reticulada. Crítica que vem informada pela obra de Camilo Sitte (1843-1903), *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*, de 1889 (traduzido para francês, em 1902, com o título *L'art de Bâtir les Villes*), onde se faz a apologia culturalista de uma dimensão estética do urbanismo, contra o tecnicismo abstracto dos modelos progressistas, com base na análise dos princípios compositivos e espaciais da cidade histórica.

“Le ZONING, c’est la répartition rationnelle des ‘besoins de la vie urbaine: l’habitation, le travail, la récréation et le sport’. Chaque zone doit avoir sa législation particulière adaptée aux besoins de sa fonction. Ainsi obtenons-nous le maximum de rendement et le minimum de pertes pour ‘tout le monde et c’est le seul moyen d’organiser le progrès d’une ville’.

Le Zoning protège la propriété et tend plus à empêcher la dévalorisation de nombreux terrains qu’à pousser à la supervalorisation de quelques-uns”.

(Cité d’après «la Remodelation d’une Capitale», de D.-Alf. AGACHE, 1932)

AGACHE, Donat-Alfred, *Lisbonne - Urbanisation de la Région Ouest - Remodelation & Aménagement de la Costa do Sol*, Paris, 1936, p. 126.

No Dafundo, Cruz Quebrada, Parede, Estoril e Cascais, as intervenções concentram-se na remodelação do tecido urbano consolidado, a partir da abertura de novos percursos estruturadores e da reorganização do sistema de circulações. Nas outras localidades, são definidas as respectivas áreas de extensão, formalizadas de acordo com as premissas de baixa densidade (65 hab/ha) e de contenção das zonas residenciais (40 fogos/ha) que fundamentam o discurso urbanístico preconizado, em desenhos que evidenciam o cuidado que é dado à caracterização de cada uma das localidades, trabalhadas na sua individualidade. Em qualquer uma das situações, “a estrutura cadastral não interfere nas soluções adoptadas”³⁹, “no pressuposto que a administração desenvolveria mecanismos para a sua neutralização”⁴⁰. “Entendia-se, então, que a transformação da área urbana estava repartida por três etapas - planeamento, expropriação, construção”⁴¹, subordinando os interesses privados aos objectivos do plano.

Plano de Urbanização da
Costa do Sol - Plantas de
Remodelação das Localidades
Donat-Alfred Agache, 1936
(imagens GONÇALVES, Fernando,
“Urbanística à Duarte Pacheco”,
Arquitectura, Lisboa, Ano III,
4.ª Série, N.º 142, Julho 1981 e
LÓBO, Margarida Souza, *Planos de
Urbanização: A Época de Duarte
Pacheco*, Porto, FAUP Publicações/
DGOTDU, 1995)

³⁹ PEREIRA, Margarida, op.cit., p. 97.

⁴⁰ Idem, p. 125.

⁴¹ Idem, p. 156.

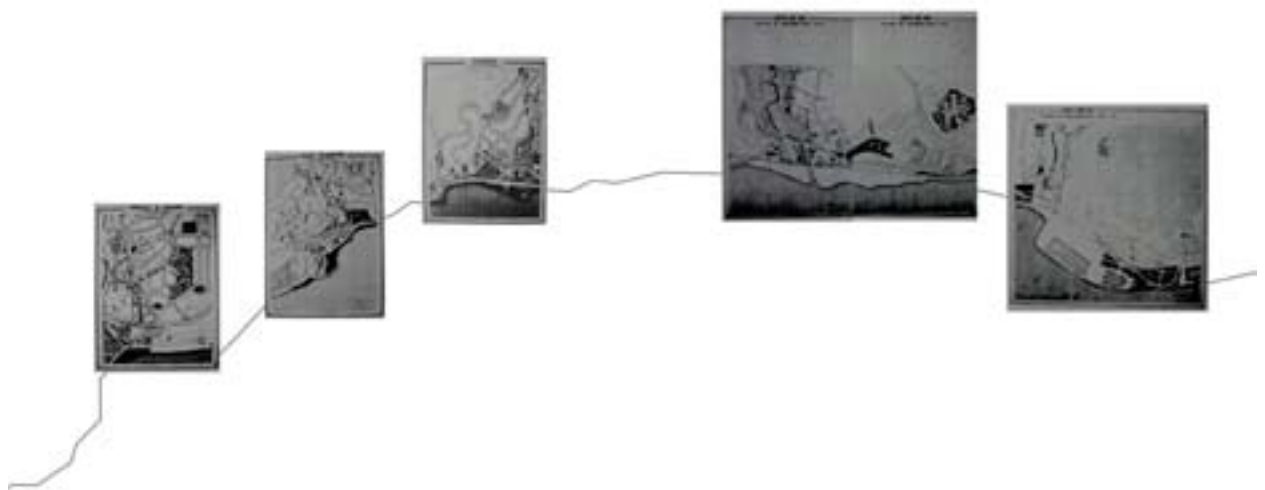


As novas extensões residenciais são articuladas e integradas na malha urbana existente, apoiando-se na topografia das encostas voltadas a sul para criar traçados mais flexíveis, em contraste com o formalismo das extensas bandas contínuas de edifícios a enquadrar as praças e ruas propostas na reestruturação dos núcleos antigos. Naqueles conjuntos valorizam-se ambientes de maior intimidade, enfatizados por pequenas praças em *cul de sac* e alamedas arborizadas que servem o interior dos quarteirões, reduzindo a um mínimo essencial a área perdida em circulações a favor da preservação dos espaços verdes no interior dos perímetros urbanos.

Esta dicotomia de abordagens no tratamento das áreas centrais e da periferia residencial vai ser uma constante no planeamento urbano da década de 1940, assumida como modelo nos “planos da época de Duarte Pacheco”, com repercussões, ainda hoje, no entendimento e na imagem da cidade contemporânea.

“Il y a non seulement à calculer quelle doit être la surface moyenne d’espaces libres à prévoir pour une population déterminée, il faut aussi se préoccuper de leur plus efficace distribution et de leur uniforme répartition”.

FORESTIER Jean Claude Nicolas, *Grandes Villes et Systèmes de Parcs*, Paris, Norma, 1997, p. 59. (Rééd. du texte de 1908 présentée par B. Leclerc et S. Tarrago)



“Actuellement, tout cet espace est libre et la grande question consiste ici dans la solution à donner à la concession de la Compagnie du Câble sous-marin anglais à qui appartiennent presque tous les terrains situés entre la voie ferrée et la plage. Cette concession bloque tout développement de CARCAVELOS comme station balnéaire. Le terrain occupé par la Compagnie du Câble représente environ 135 Hectares sur lesquels on pourrait créer une agglomération balnéaire modèle en profitant de tous les avantages des derniers progrès de ‘Urbanisme’.

AGACHE, Donat-Alfred, *Lisbonne - Urbanisation de la Région Ouest - Remodelation & Aménagement de la Costa do Sol*, Paris, 1936, p. 58.

Nesse sentido, a urbanização de Carcavelos apresenta-se como caso singular. Na perspectiva de que os terrenos da Quinta Nova de Santo António, vendida, em 1870, à companhia do Cabo Submarino inglesa (a *Eastern Telegraph Company*⁴²), viessem a ser libertados, Agache aproveita o recuo da linha férrea para o interior para propor a extensão da localidade para sul, criando um novo centro balnear - Carcavelos-Praia. Único aglomerado pensado de raiz ao longo de toda a Costa do Sol, cristaliza no seu plano a visão defendida pelo urbanista para este tipo de núcleos turísticos, fixando-se como exemplo para futuras realizações.

“Dans l’aménagement proposé de CARCAVELOS-Plage, nous adoptons un nouveau principe séparant la circulation des véhicules de celle des piétons. C’est ce que les Américains appellent un ‘plan de l’âge de l’automobile’.

Nous appliquons ce système sur presque tout le territoire. Chaque demeure possédera ainsi un accès rapide et facile aux parcs publics et à la plage au moyen d’allées pédestres situées à l’intérieur des îlots.

Ce système, qui est la sauvegarde des enfants et des piétons inattentifs (les allées de piétons passant sous les routes de voitures), est aussi très avantageux au point de vue de la voirie. Les très grands îlots permettent de réduire le nombre des voies et l’on peut ainsi augmenter la superficie des espaces libres publics et la surface des lots à vendre.

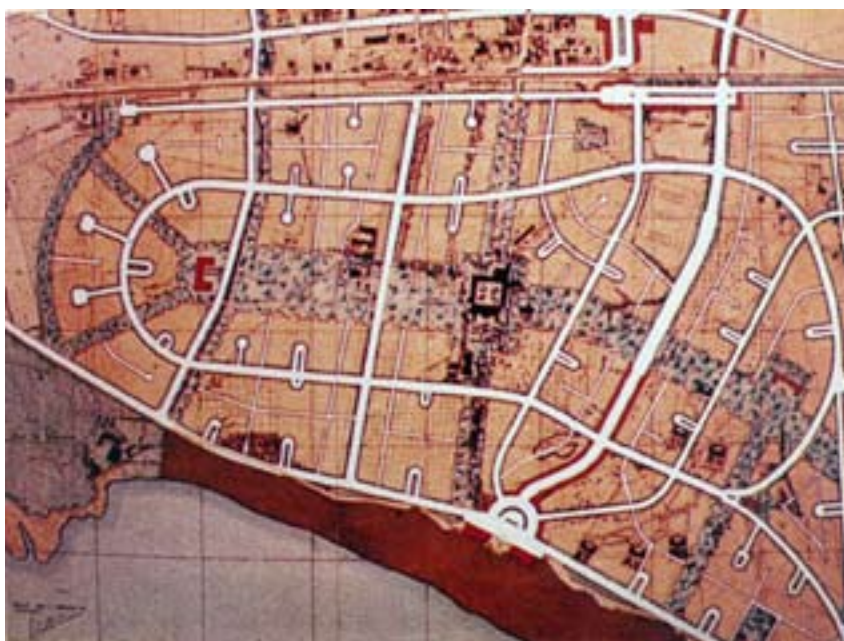
(...)

*Dans un lotissement ordinaire, sans aucuns espaces libres, la voirie représente 24-25%. Plus on diminue le lot, plus la voirie augmente, plus l’aménagement devient dispendieux, et le prix de vente des terrains augmente en conséquence”.*⁴³

⁴² O serviço do cabo submarino é inaugurado a 8 de Junho de 1870, com ligação directa para Inglaterra (3 cabos para Falmouth), Brasil (2 cabos), Gibraltar (1 cabo) e Açores (1 cabo). As suas instalações vão funcionar, até 1962, na antiga casa senhorial da Quinta Nova de Santo António, construída por José Francisco da Cruz, tesoureiro do Real Erário nomeado por D. José I, que aí se havia instalado, em meados do século XVIII, por influência do Marquês de Pombal (com quinta própria em Oeiras) e aliciado pela fama dos vinhos de Carcavelos. A presença desta comunidade inglesa em Carcavelos iria marcar a vivência local, tendo sido responsável pela introdução no nosso país de diversas práticas desportivas (*foot-ball, cricket, golf e tennis*). Em 1932, é fundado o St. Julian’s School, colégio criado para servir as famílias dos técnicos que se encontravam a trabalhar em Portugal e o crescente número de ingleses residentes na Linha de Cascais, ainda hoje em funcionamento. (Cf. www.carcavelos.com)

⁴³ AGACHE, Donat-Alfred, op. cit., p. 59-60.

Ao contrário do empreendimento do Estoril, que privilegiava a construção de equipamentos colectivos de lazer de apoio à população flutuante, Carcavelos-Praia apresenta-se como área residencial por excelência, destinada a *villas* e habitações individuais, ou habitações individuais agrupadas, para uma população fixa de 9.000 habitantes. Apenas 5% da superfície considerada é reservada à construção de hotéis e de apartamentos, e, outros 5%, a comércio.



CARCAVELOS (Remodelação)

Donat-Alfred Agache, 1936.
(imagem LÔBO, Margarida Souza,
*Planos de Urbanização: A Época
de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP
Publicações/DGOTDU, 1995, p. 63)

A nova urbanização é estruturada pela via de ligação proposta entre a Auto-Estrada e a Praia, “*l’entrée principale de l’agglomération et son artère commerciale*”, com 14 a 25 metros de largura, passando em túnel por baixo da linha férrea e ligando directamente à Marginal. Este eixo é rematado por uma pequena praça semicircular, na qual se concentram os hotéis e os espaços comerciais e se implantam, junto à Praia, um Casino-Restaurante e um Estabelecimento de Banhos com piscina descoberta.

Uma avenida circular faz, depois, a distribuição aos quarteirões, onde “*les accès aux résidences auront la forme d’impasses avec places formant plaques tournantes ou petits squares. Cette disposition permettra d’établir à l’intérieur des lots un réseau d’allés pour piétons*”.

A articulação com Carcavelos-Vila é feita através de uma série de transversais que garantem a ligação entre a Estrada n.º 11, de 1.ª, e a Marginal, cosendo a estrutura viária do novo aglomerado com a malha urbana do núcleo antigo de Carcavelos. Aqui, é proposta a abertura de uma praça representativa junto à estação, constituindo-se como novo centro cívico e comercial da vila.

Esta estrutura viária é, por sua vez, atravessada por uma faixa longitudinal arborizada, que centraliza os equipamentos de apoio à urbanização (Escolas Primárias, Jardins Públicos e Parques de Jogos), unindo, entre si, os espaços verdes exteriores de protecção, estabelecidos a nascente e poente do aglomerado.

É de notar que, à excepção do núcleo balnear de Carcavelos e de pequenos equipamentos pontuais (um Estabelecimento de Banhos e Casino em Paço de Arcos; um Hotel com Casino em Oeiras, Parede e S. Pedro do Estoril; um Estabelecimento de Banhos com Restaurante e Hotel em S. João do Estoril; e um Pontão-Restaurante, com abrigo para iates de passeio, em Cascais), não são definidas no plano quaisquer outras áreas afectas especificamente ao uso turístico, considerando-se que qualquer projecto apresentado nesse sentido deveria ser apreciado individualmente e, em caso disso, a legislação alterada de acordo com as necessidades.

Os objectivos do governo para o aproveitamento turístico da Costa do Sol passavam, assim, quase exclusivamente pela integração do empreendimento turístico do Estoril no PUCS e pela exploração política da visão de Fausto Figueiredo.

Mas, apesar de na Lei N.º 1:909, de 1935, ter ficado subentendida a aprovação prévia do PUCS, este não chega a ser homologado. As expropriações levadas a cabo para a construção do Parque Florestal de Monsanto, da Marginal e da Auto-Estrada Turística, e do Estádio Nacional, lançadas quase em simultâneo, suscitam forte oposição nos meios mais conservadores apoiantes do regime, determinando o afastamento estratégico de Duarte

Pacheco do MOPC⁴⁴, na reformulação governamental de Janeiro de 1936, e, com ele, o de Alfred Agache.

Sem o seu principal impulsionador e sem urbanista responsável, o processo do Plano de Urbanização da Costa do Sol passaria a ser conduzido pelo “*Bureau permanent du Plan d’Aménagement*” idealizado por Agache, instituído, ainda que sob outras condições, nesse mesmo ano.

O Gabinete do Plano de Urbanização

Pelo Decreto N.º 26:762, de 9 de Julho de 1936, é regulamentada a constituição e o funcionamento do Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol, organismo de carácter temporário, criado na dependência do MOPC, que ficava, a partir de agora, responsável por “*superintender em tudo quanto respeita à urbanização desta região*”⁴⁵. Com uma estrutura orgânica mais simples do que a inicialmente proposta por Agache, este Gabinete seria composto por uma Comissão Executiva, nomeada pelo Ministro, a quem era confiado o desenvolvimento do plano, a apreciação dos projectos de urbanização dos particulares e a coordenação das diversas acções propostas; e por uma “Comissão Externa”, com funções meramente consultivas, que reunia representantes dos três municípios envolvidos, do Conselho Nacional do Turismo e da Sociedade Estoril-Plage.

As administrações locais viam, assim, ser-lhes retirado o poder operativo sobre a futura urbanização do seu território, ficando em pé de igualdade com o CNT e a Estoril-Plage de Fausto Figueiredo, situação que seria reforçada com a aprovação do Decreto N.º 27:601,

“Embora a organização do plano tenha sido a preocupação fundamental do Gabinete, o certo é que a actividade deste foi sempre fortemente absorvida pela apreciação das várias pretensões relativas à construção de novos prédios ou de outras obras, cuja execução não devia tolher-se, na medida em que delas não resultasse prejuízo para a execução, nas suas linhas essenciais, do plano a organizar. Tais projectos, que, nos termos legais, carecem de parecer do Gabinete para que as licenças possam ser concedidas, originaram o estudo de muitas soluções de pormenor, quando não foi necessário promover antecipadamente o estudo de planos parciais de urbanização.”

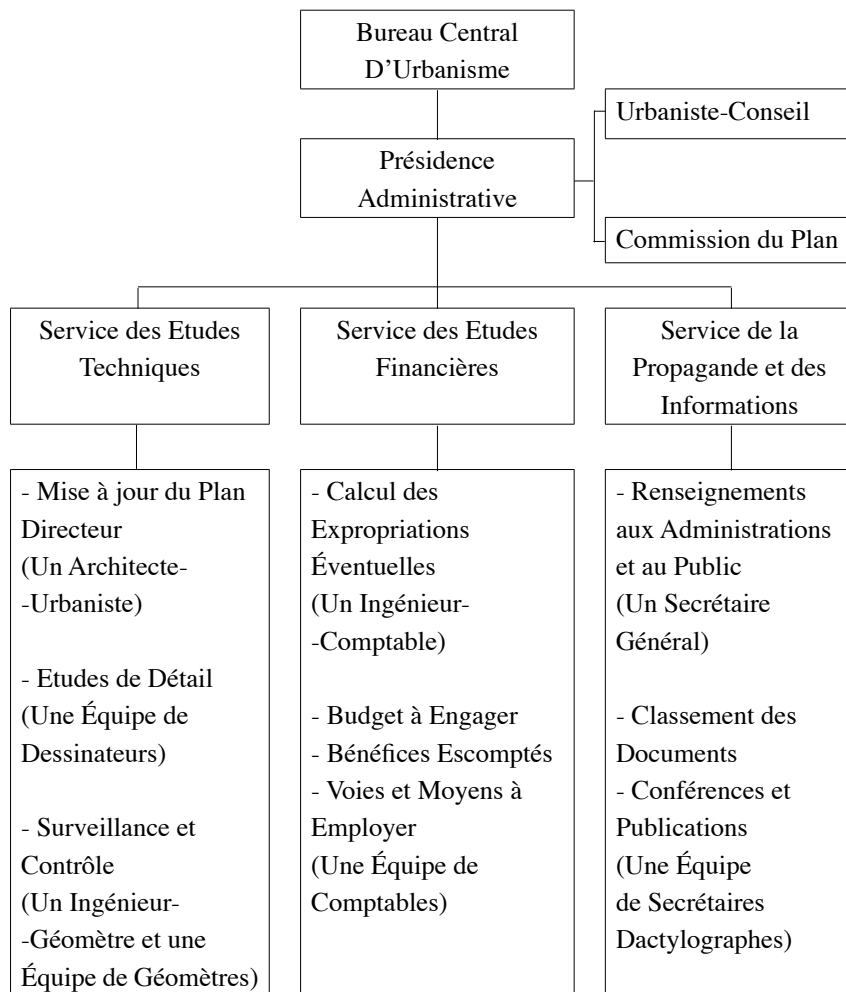
⁴⁴ O Regime Especial de Expropriações para a construção do Parque de Monsanto, consagrado no Decreto-Lei N.º 24:625, de 1 de Novembro de 1934, retirava aos tribunais o poder de decisão sobre o valor das indemnizações a pagar, substituindo-os por “*uma comissão de peritos constituída por dois representantes dos proprietários, um representante da Câmara Municipal de Lisboa, um delegado do Ministério das Finanças, um delegado do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, um delegado do Ministério da Agricultura e um representante do Supremo Tribunal de Justiça, servindo de perito de desempate*”, de cuja decisão não era possível recurso. Colocados numa posição de minoria e sem hipótese de contestação, os proprietários fundiários vêem-se nas mãos de um organismo apostado na defesa dos interesses públicos e na redução dos custos das operações de urbanização oficiais, agora que o Estado assumia a condução do destino das cidades. Instrumento controverso, seria um primeiro ensaio para o Regime de Expropriações dos Centenários, cristalizado no Decreto-Lei N.º 28:797, de 1 de Julho de 1938. (Cf. GONÇALVES, Fernando, op.cit., p. 31.)

⁴⁵ Decreto-Lei N.º 26:762, *Diário do Governo*, I Série, N.º 159, 9 Julho 1936, p. 775.

OLIVEIRA, João Paulo Nazaré de, “Urbanização da Costa do Sol”, in *Quinze anos de Obras Públicas 1932-1947: Livro de Ouro*, I Volume, Lisboa, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1947, p. 66.

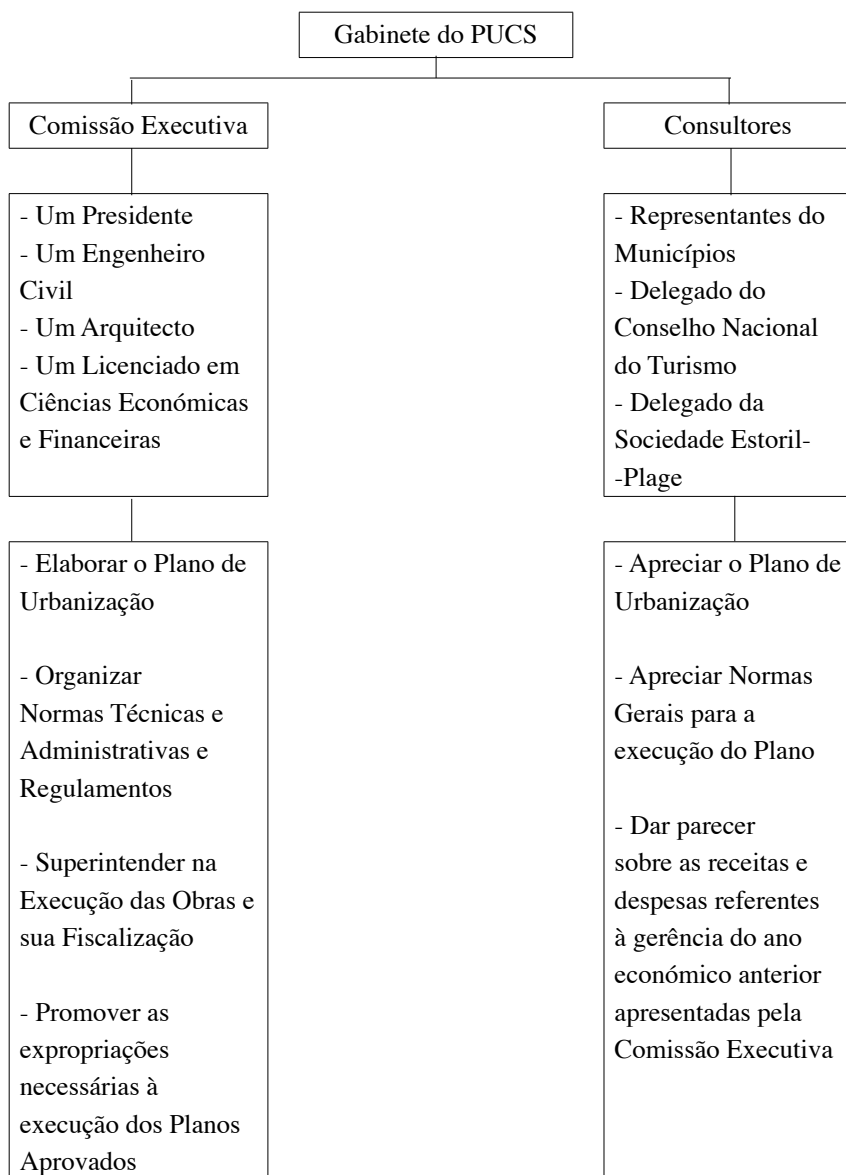
Organisation du Bureau Central D'Urbanisme

(organigrama adaptado de AGACHE, Donat-Alfred, *Lisbonne - Urbanisation de la Région Ouest - Remodelation & Aménagement de la Costa do Sol*, Paris, [s.n.], 1936)



de 29 de Março de 1937, que impedia as Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Cascais de autorizar quaisquer novas construções na Costa do Sol, ou alterações significativas ao PUCS, sem a prévia autorização do Gabinete.

A função dos municípios passa a ser, assim, apenas a de servir de intermediários administrativos entre os interesses privados e a estrutura decisória central, cabendo-lhes fazer cumprir medidas que, muitas vezes, não partilham e regulamentos com os quais os seus técnicos não estão familiarizados. Naturalmente, o mal estar gerado com este sistema iria levantar obstáculos à implementação do plano, só ultrapassados com a extinção daquela estrutura em consequência da aprovação, em 1948, do *Plano de Urbanização da Costa do Sol*.



Estrutura Orgânica do Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol

(organigrama adaptado de PEREIRA, Margarida, *O Processo de Decisão na Política Urbana: o exemplo da Costa do Sol*, dissertação de doutoramento em Geografia e Planeamento Regional, especialidade de Planeamento e Gestão do Território, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1994, p. 110)

Paulino Montez dá-nos conta da sua actuação enquanto membro efectivo da Comissão Executiva do Gabinete do Plano de Urbanização⁴⁶ no número dos seus *Estudos de Urbanismo em Portugal* dedicado às Praias da Costa do Sol, publicado só em 1978⁴⁷, onde apresenta os Traçados dos Planos Gerais que havia realizado para Oeiras, Carcavelos, Parede, S. Pedro e S. João do Estoril, Estoril e Monte-Estoril, e Cascais.

⁴⁶ Da Comissão Executiva do Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol faziam parte o Engenheiro Silveira e Castro (Presidente), o Engenheiro Cunha Lamas (mais tarde substituído pelo Engenheiro Nazaré de Oliveira), o Dr. Perestrelo de Oliveira e o Arquitecto Paulino Montez. (Cf. Idem, p. 14)

⁴⁷ MONTEZ, Paulino, *Praias da Costa do Sol*, op. cit..

“Para a elaboração dos estudos e administração das obras respeitantes à execução do Plano, podia a COMISSÃO EXECUTIVA admitir arquitectos, engenheiros e mais pessoal técnico e administrativo julgado indispensável (alínea x do Art.º 9.º do citado Decreto 26 762).

Dispensou-se, porém a COMISSÃO EXECUTIVA de chamar técnicos, desde logo, para a elaboração de certos estudos.

As primeiras composições de traçados urbanísticos dos aglomerados populacionais da Costa do Sol, foram por nós delineadas, com colaboração dos outros membros da COMISSÃO EXECUTIVA.

São algumas dessas composições - apenas as respeitantes às localidades possuidoras das praias mais expostas ao Atlântico - que, no presente caderno, se reproduzem.”

MONTEZ, Paulino, *Praias da Costa do Sol*, Lisboa, [s.n.], 1978, pp. 13-14. (Colecção Estudos de Urbanismo em Portugal - Planos de Extensão Regularização e Embelezamento de Vilas e Cidades, 12-18)

Plano de Urbanização da Costa do Sol - Traçados dos Planos Gerais

Paulino Montez, 1936-1937 (imagens MONTEZ, Paulino, *Praias da Costa do Sol*, Lisboa, [s.n.], 1978)

Resumindo-se aos elementos gráficos produzidos, fica claro na publicação o contraste entre a visão estruturadora do urbanista e a abordagem formalista do arquitecto. Se um entende o território na complexidade do seu conjunto, mantendo a coerência do seu discurso a diferentes níveis de intervenção e estruturando-o a partir de um regulamento detalhado, o outro transforma a Costa do Sol num somatório de traçados unitários, impostos pelo rigor da geometria a uma pré-existência que se apaga na escala e rigidez das composições propostas.

Nesse sentido, os planos desenvolvidos por Paulino Montez representam uma espécie retrocesso, perdendo-se por completo o sentido de integração regional e local preconizado por Agache, a favor de um olhar centrado exclusivamente no “desenho pelo desenho”. O que não deixa de ser curioso se tivermos em consideração a sua proposta à Assembleia Nacional, defendendo a integração do PUCS no Plano Regional de Lisboa.



A própria formalização das propostas reforça esta leitura. Enquanto que Agache se afirma mais urbano, na atenção que dá à criação de ambientes diversificados dentro da cidade e na forma como os relaciona organicamente numa ideia de continuidade, a postura de Paulino Montez revela-se redutora na ruptura que sugere, limitando-se ao traçado das áreas de expansão, em conjuntos de configuração monumental que reproduzem o estereótipo ruralista da casa unifamiliar com jardim e quintal que iria marcar presença nos Bairros Económicos promovidos pelo Estado Novo.⁴⁸

De resto, será este o seu principal campo de actuação como “urbanista”, tendo no seu repertório, entre outros, os planos para os Bairros Económicos do Alvito (1938) e da Encarnação (1940-1958). Situados em extremos opostos, geográfica e ideologicamente, estes dois bairros da periferia de Lisboa testemunham o percurso individual do arquitecto pela prática urbanística.

⁴⁸ Em 1933, o Decreto-Lei N.º 23:052, de 23 de Setembro, vinha legislar a construção de “Casas Económicas”, conferindo o direito à habitação às classes mais carenciadas da população. Expressão acabada de uma política social do Estado Novo, os “bairros económicos” espelham os ideais de família defendidos pelo regime. O próprio tipo de construções seria definido por decreto, estruturado em duas classes, A e B, para cada uma das quais estavam previstas três soluções diferentes: para casais sem filhos, para casais com filhos pouco numerosos ou de um só sexo e para casais com filhos numerosos ou dos dois sexos. Iniciativa centrada no governo, os Decretos-Lei N.º 28:912, de 12 de Agosto de 1938, e N.º 33:278, de 24 de Novembro de 1943, vinham alargar a outras entidades e abrir ao capital privado a promoção de conjuntos habitacionais deste tipo. Mais tarde, surgem os bairros de “Casas para Famílias Pobres”, para responder às necessidades imediatas de uma camada da população que não tinha acesso às habitações sociais do Estado. Estipulados pelo Decreto-Lei N.º 34:486, de 6 de Abril de 1945, contemplavam apenas o arrendamento de casas. Nesse mesmo ano, são ainda instituídas as “Casas de Renda Económica”, com o Decreto-Lei N.º 2:007 de 7 de Maio, e, dois anos depois, um novo diploma, N.º 36:212 de 7 de Abril, cria a modalidade das “Casas de Renda Limitada”, em vigor até 1957.



O primeiro (extensão noroeste da cidade), proposto, por iniciativa própria, à Caixa de Socorros e Reformas dos Operários e Assalariados da Câmara Municipal de Lisboa, concluído em 1938 e a sua primeira experiência nesta área, com uma implantação característica em “pata de ganso”, a que Montez também recorre nos *Planos de Regularização, Extensão e Embelezamento das Caldas da Rainha* (1928-1929/1949) e de *Peniche* (1931-1932/1941-1942), e referenciado aos modelos das *Siedlungen*⁴⁹ alemãs de final da década de 1920, fazendo uso da cobertura em terraço: “*êste motivo tão característico das construções tradicionais portuguesas, enriquecerá a configuração cubista dos edifícios (estabelecida por conveniências económicas), e contribuirá para a nacionalização da arquitectura do bairro*”.⁵⁰

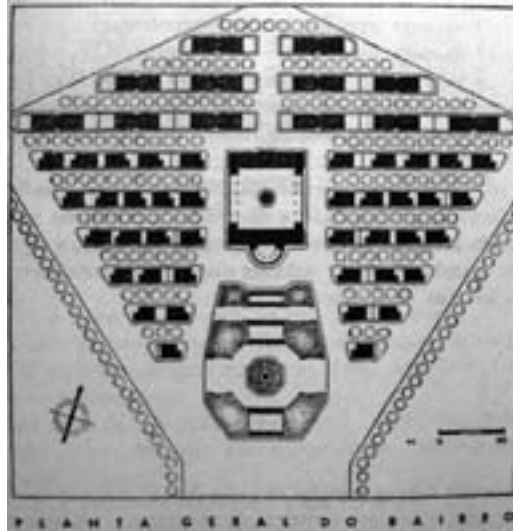
E, o segundo (extensão nordeste da cidade), encomenda directa do MOPC enquadrada no *Plano Director de Urbanização de Lisboa* de 1938, que desenvolve, entre 1940 e 1946, já dentro dos cânones estilísticos definidos oficialmente para este tipo de núcleos habitacionais, onde, mais uma vez, “*o princípio da grande composição, estruturando o conjunto da área a estudar surge como a sua contribuição principal que perdura para além da evolução das formas e da metodologia de trabalho*”⁵¹. Este estudo seria, posteriormente, complementado com os planos para *Um Parque de Desportos*, a construir a norte do bairro, e para *Um Aglomerado de Habitações*, a sul, delimitado pelas avenidas de Berlim e Marechal Gomes da Costa (que não chegou a ser implementado, mas que daria lugar ao *Plano de Urbanização de Olivais-Sul*, desenvolvido pelo Gabinete Técnico de Habitação da CML, na década de 1960).

⁴⁹ A mais representativa destas experiências seria o *Weissenhofsiedlung* de Estugarda, de 1927, promovida pela Deutscher Werkbund como exposição demonstrativa das capacidades da indústria alemã na resolução dos problemas da habitação moderna. Dirigida por Mies van der Rohe, a iniciativa contou com a participação de 17 arquitectos vindos da Alemanha, Holanda, Áustria e Suíça, apresentando os protótipos de um novo estilo de arquitectura, baseado na forma sem ornamento e nas mais recentes técnicas de construção em betão armado, a que devia corresponder uma nova filosofia de vida, o *Existenzminimum*, fundamentado no *design* de equipamento, na flexibilidade tipológica e funcionalidade espacial da habitação. (Cf. www.weissenhof.com.de)

⁵⁰ Montez, Paulino, *Lisboa: Alcântara/Alvito*, Lisboa, [s.n.], 1938, p. 26. (Coleção Estudos de Urbanismo em Portugal - Planos de Extensão Regularização e Embelezamento de Vilas e Cidades)

⁵¹ LÓBO, Margarida Souza, op. cit., p. 137.

Plano do Bairro Económico
 Doutor Oliveira Salazar
 Paulino Montez, 1938
 (imagens Montez, Paulino, *Lisboa: Alcântara/Alvito*, Lisboa, [s.n.], 1938)



Plano do Bairro da Encarnação
 Paulino Montez, 1940-1946
 (imagens MONTEZ, Paulino, *Lisboa: Extensão Nordeste da Cidade*, Lisboa, [s.n.], 1958)



Plano de um
Parque de Desportos
Paulino Montez, 1946

*Extensão Nordeste
de Lisboa
Bairro da Encarnação*
Paulino Montez, 1940-1946

e

*Extensão Norte de Lisboa
Plano de Urbanização da Zona
da Cidade, situada entre a
Portela e Olivais e destinada
à construção de Moradias
Económicas (Classe Média)*
Paulino Montez, 1958



(montagem realizada a partir de
MONTEZ, Paulino, *Lisboa: Extensão
Nordeste da Cidade*, Lisboa,
[s.n.], 1958)

O “bairro” afirma-se, assim, como unidade de desenho e de promoção pública no processo de urbanização do território. E é dentro deste espírito que Paulino Montez desenvolve as suas propostas para a Costa do Sol.



Plano de Urbanização da Costa do Sol - Traçados dos Planos Gerais de Oeiras, Carcavelos e Parede
Paulino Montez, 1936-1937
(imagens MONTEZ, Paulino, *Praias da Costa do Sol*, Lisboa, [s.n.], 1978)

Estabelecendo um paralelo com a análise do plano de Agache, no grupo Oeiras-Carcavelos-Parede a estrutura geral delineada por Montez transformava o conjunto numa sequência de traçados geométricos regulares, fechados na sua organização interna. Amarrados à Estrada Nacional, cada núcleo é planeado em função de uma “zona cêntrica” de representação, onde se concentram os principais equipamentos do bairro, determinando a métrica e a escala dos quarteirões de habitação. Centralidade, essa, que é enfatizada por uma rede de diagonais e de eixos de simetria, inspirada nas composições classicizantes do movimento *City Beautiful*.

A “cidade nova” desenvolve-se, desta forma, de “costas voltadas” para o existente, criando tensões difíceis de resolver no confronto entre a malha idealizada e o tecido urbano consolidado.

Sem consequências reais, estes traçados seriam revistos por iniciativa da própria Comissão Executiva do GPUCS, tendo sido contratado para o efeito, em 1944, o arquitecto-urbanista Etienne de Gröer (1882-1952).

O Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa

Após dois anos de “exílio” político, Duarte Pacheco volta à direcção do MOPC em Maio de 1938, cargo que acumula com a presidência da Câmara Municipal de Lisboa, para a qual havia sido convidado cinco meses antes⁵². Esta centralização de poderes, colocando o destino da capital e, a reboque, o do país, nas mãos de um único homem, é estrategicamente orquestrada por um chefe de governo embrenhado, com as Comemorações dos Centenários, na celebração e exaltação do poder realizador do país.

“As comemorações centenárias são, acima de tudo, grande festa nacional, festa para todos os portugueses do Mundo e em que todos podem e devem colaborar de maneira efectiva. E se todos para elas contribuem, todos devem ter sua parte na alegria que criem, na satisfação que dêem, na fé e optimismo que não-de arrear nos espiritos acêrca da vitalidade do povo português e do seu engenho criador. E vamos a ver se, dominados por tão alta e bela ideia, não expulsaremos de nós o espirito da tristeza e do mal, a fim de nos prepararmos para festejar condignamente - o que raros poderão fazer - oito séculos de independência, quere dizer, de vida livre e de trabalho intenso, em grande parte desinteressado e a favor dos outros povos da terra.

*Março, 1938
O Presidente do Conselho”*

*“Na Era do Engrandecimento, o Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 27 Março 1938, p. 2.*

Anunciado em Nota Oficiosa da Presidência do Conselho no *Diário de Notícias* de 27 de Março de 1938⁵³, o Plano dos Centenários fixava os termos de uma nova etapa do Estado Novo. Como vimos, depois de uma “Era de Restauração” (1926-1936), balizada entre a recuperação de um certo “Património” e a afirmação de uma certa “Modernidade”, vinha uma “Era de Engrandecimento” (1936-1945), centrada, simultaneamente, em clarificar um certo conceito de “Estado” e uma certa ideia de “Nacionalidade”.

Se, no Secretariado de Propaganda Nacional, António Ferro se mantinha firme, desde a sua nomeação em 1933, na idealização de uma imagem que espelhasse o discurso cultural do regime, era preciso encontrar um correspondente para a sua política de obras públicas. Situação que se apresentava ainda mais premente, quando era “*necessario começar a trabalhar desde já, porque os estudos levarão forçosamente muito tempo que já é pouco para tanto que há a executar*”. E essa figura não podia ser outra que não Duarte Pacheco, porque “*se para António Ferro o Presente era legitimado por um Passado, para Duarte Pacheco o Presente era legitimado por um Futuro*”.⁵⁴

⁵² Ocupando, até à sua morte em 1943, a direcção do MOPC e a presidência da CML, a gestão da autarquia seria delegada no Presidente-Substituto eleito para o efeito, o Eng. Eduardo Rodrigues de Carvalho.

⁵³ “Na Era do Engrandecimento, o Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 27 Março 1938, pp. 1-2.

⁵⁴ ALMEIDA, Pedro Veira de, *A Arquitectura no Estado Novo: uma leitura crítica*, Lisboa, Livros

No extenso programa de iniciativas a levar a cabo por ocasião do Duplo Centenário, Lisboa assume uma presença central com a realização da “Exposição do Mundo Português”, em 1940, a par da qual se perspectivam diversos melhoramentos “*que elevarão Lisboa ao nível do impulso progressivo que o Estado Novo imprimiu a todo o Império*”⁵⁵. Obra útil que “*ajudará por si mesma a perpetuar as festas*”, fazia parte de uma estratégia mais vasta que contemplava, em simultâneo, uma série de intervenções na província.

Era essencial, neste contexto, garantir a coerência das acções promovidas, em especial na capital, enquadrando-as em instrumentos de planeamento que perdurassem para além da euforia momentânea da festa. Nesse sentido, são retomados os estudos-base para um *Plano Director de Lisboa*, realizados, em 1932, pelo então chefe da Repartição de Engenharia, o Eng. António Emídio Abrantes. Para orientar os trabalhos, Duarte Pacheco convida um antigo colaborador de Donat-Alfred Agache (agora a residir em definitivo no Brasil, onde elabora os planos de urbanização do Recife, Porto Alegre e Curitiba) e seu colega no *Institut d’Urbanisme de Paris*⁵⁶: Etienne De Gröer.

Horizonte, 2002, p. 29.

⁵⁵ Na sua comunicação, Salazar define um mínimo de realizações que deveriam encontrar a sua conclusão até à data das comemorações oficiais, ou, pelo menos, ter o seu começo neste período: “a) Acabamento das obras de restauração do Palácio, jardim e parque de Queluz; b) Acabamento da Casa da Moeda (parte administrativa e oficial); c) As obras do anexo do Museu das Janelas Verdes (Arte Antiga) de forma que fique em condições de nele se poderem realizar exposições temporárias de Arte; d) Construção da auto-estrada para Cascais; e) Construção do Estádio, que deve ser levada a efeito simultaneamente com a da auto-estrada para Cascais, sua ligação a Lisboa e construção da estrada marginal, qualquer delas pelo menos, até á Cruz Quebrada; f) Libertação definitiva da Torre de Belem: ninguém compreenderia que ao realizarem-se comemorações de datas de tão grande significado na nossa Historia e quando exactamente por meio delas se procura exaltar o valor da raça e o seu esforço mundial, aquele bellissimo monumento não esteja definitivamente livre da aviltante vizinhança que há perto de meio século o ennodoa e a nacionais e estrangeiros pode dar a falsa ideia de desapêgo nosso ás tradições e ao patrimonio artistico português; g) Conclusão das obras no Palácio de S. Bento e urbanização do local; h) Resolução do problema do chamado Parque Eduardo VII e construção de um palacio de exposições, antiga aspiração da capital, onde não existe qualquer edificio proprio para tal fim; i) Reparações necessarias no Teatro de S. Carlos; j) O maior impulso possivel ao parque florestal de Monsanto e, se possivel (não sei em que tem esbarrado esta aspiração), a arborização da encosta marginal do Tejo, desde os Estoris, cuja nudez muito prejudica a beleza do estuário; k) A primeira fase de construção dos novos Hospitais-Escolares, em que se visiona pelo menos a grandeza da obra; l) Decidido impulso nas obras de novos bairros economicos, de modo que se possam fazer desaparecer os bairros miseraveis que cercam Lisboa; m) Ligação radiofonica de Portugal e do seu Imperio, com a aspiração de que, durante as festas e, depois, a partir delas, todos os dominios ultramarinos possam seguir em cada momento as manifestações espirituais da Mãe-Patria.” (Cf. “Na Era do Engrandecimento, o Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal”, op. cit., p. 1)

⁵⁶ A passagem de Faria da Costa por este Instituto terá, certamente, influenciado a escolha de Duarte Pacheco.

“E para não nos dispersmos não deverão ser consentidas nem aceitas iniciativas isoladas, isto é, que se não integrem nem subordinem ao programa definitivo ou aos seus objectivos.

Á comissão que fôr nomeada e aos varios pelouros a constituir impõe-se seja concedida, uma vez garantida pelo Governo a unidade de comando, grande liberdade de acção, descentralizando-se quanto possivel a execução das varias iniciativas.

Onde há organismos com serviços proprios para a levar a bom termo devem estes ser aproveitados: tal orientação não só estimulará e desenvolverá a vida desses organismos como deminuirá os inconvenientes da escassez de tempo.”

“Na Era do Engrandecimento, o Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 27 Março 1938, p. 2.

De Gröer é contratado, entre 1938 e 1940, como urbanista-conselheiro técnico da Câmara Municipal, para apoiar na preparação do *Plano Geral de Urbanização e Extensão de Lisboa*, que se pretendia que viesse a integrar, numa visão global de conjunto, as diversas operações previstas e contribuir para:

“Em Lisboa, até aos últimos tempos, a Câmara Municipal não detinha a direcção do desenvolvimento da Capital.

Cada proprietário, cada construtor civil era o dono da cidade e fazia dela quase tudo o que queria. A construção dependia das ocasiões, dos interesses particulares e das fantasias do indivíduo, que não contava nem com os seus vizinhos, nem com as necessidades da colectividade.

Um tal estado de coisas criou e ainda está a criar um verdadeiro caos, em que a tarefa de refazer qualquer ordem é um trabalho quase impossível.”

DE GRÖER, Etienne,
Plano Director de Lisboa, Volume I,
Lisboa, 1948, p. 54.

“1 - “a correcção progressiva do velho erro que consistiu em construir e urbanizar a cidade em directriz oposta ao Tejo, elemento essencial da sua beleza”;

2 - “que a actuação municipal em matéria de urbanização deixasse de viver das realizações, desconexas e desordenadas, disciplinando as realizações de pormenor”, “(...) impedindo que o desenvolvimento fosse feito à base de medidas provisórias destinadas a solucionar situações de emergência”;

3 - “entregar à CML a exclusividade dos trabalhos de urbanização. Até aí estavam quase todos na mão de particulares, dada a falta de meios financeiros por parte da câmara. Visava-se, por isso, impedir que o desenvolvimento de Lisboa fosse impulsionado pela iniciativa interesseira de proprietários e especuladores de terrenos”.⁵⁷

A reforçar esta medida, o Decreto-Lei N.º 28:797, de 1 de Julho de 1938, que estabelecia o Regime Especial de Expropriações dos Centenários⁵⁸, incluía, na alínea k) do seu Artigo 1.º, as aquisições ou expropriações necessárias à execução das “*obras de urbanização da cidade de Lisboa que o Govêrno aprovar para serem iniciadas até 1940*”. Acabava-se, assim, com o monopólio das companhias de urbanização privadas na capital, a partir de uma política de solos que facilitava a expropriação sistemática de todos os terrenos necessários à sua remodelação e expansão.

“Expansão” que é uma componente introduzida por este estudo, uma vez que só seria oficializada para os restantes Planos Gerais de Urbanização com o Decreto-Lei N.º 33:921, de 5 de Setembro de 1944⁵⁹, no qual se apontavam alterações ao diploma de 1934.

⁵⁷ SILVA, Carlos Nunes da, *Política Urbana em Lisboa: 1926-1974*, Lisboa, Livros Horizonte/Lisboa 94, 1994, p. 15.

⁵⁸ Ou seja, o “*sistema especial de expropriações para os melhoramentos públicos compreendidos no programa de comemorações dos Centenários da Fundação e da Restauração da Nacionalidade*”. (Cf. Decreto-Lei N.º 28:797, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 150, 1 Julho 1938)

⁵⁹ Decreto-Lei N.º 33:921, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 197, 5 Setembro 1944.

Para a elaboração do PGUE de Lisboa, o urbanista redige “*um programa para o estudo dos elementos analíticos*” de base ao processo de planeamento, desenvolvido pelo Eng. António Emídio Abrantes, que “*pôs-se então à procura dos documentos necessários para constituir o estudo geográfico, geológico, climático, histórico e económico da cidade, e a análise do seu estado actual*”⁶⁰, e organizado, em Agosto de 1938, num volume intitulado *Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa*.⁶¹

“*A vastidão dos trabalhos associados ao Plano implicou o alargamento do quadro técnico da CML em 1939*”⁶², que, para além dos planos de urbanização de diversos Bairros de Casas Económicas e das obras programadas pelo MOPC no âmbito do Duplo Centenário, fica responsável por prosseguir “*na execução de ‘estudos de conjunto’, de ‘estudos de pormenor’, das ‘expropriações necessárias à execução dos melhoramentos que se efectuaram e daqueles cuja realização se prevê para breve’ e da ‘resolução das antigas concessões incompatíveis com o PGUEL’*”.

A sucessão de Planos de Urbanização coordenados por Etienne de Gröer durante a primeira metade da década de 1940 - Coimbra (1940-1945), Luanda (1946), Braga (1942-1945), Évora (1945) e, como veremos, Costa do Sol (1944-1946) - sugere o fim da sua parceria com a CML. Em 1947, volta a ser chamado pela edilidade com o propósito de finalizar o plano de Lisboa (agora designado de Plano Director), tarefa que devia concluir até ao final desse mesmo ano. Naturalmente, essas experiências anteriores vão influenciar a redacção do documento final, aprovado pela Câmara em 1948, em especial o *Anteprojecto de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra*, que realiza com a colaboração de David Moreira da Silva.

⁶⁰ DE GRÖER, Etienne, *Plano Director de Lisboa*, Volume I, Lisboa, 1948, p. 2.

⁶¹ ABRANTES, António Emídio, *Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa - Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras, Agosto 1938.

⁶² SILVA, Carlos Nunes da, op. cit., p. 16.

A definição de um limite físico ao crescimento da cidade, com a “Limitação do Desenvolvimento Urbano e Estabelecimento de uma Cintura Rural de Protecção”, vem claramente influenciada pelas teorias de Howard para a Cidade-Jardim, modelo que De Gröer já havia explorado nas suas propostas para Coimbra e Luanda, com a criação de aglomerados satélites como alternativa à expansão em mancha da cidade-centro. À falta de um Plano Nacional de Urbanismo, subdividido em Planos Regionais, que defende como mecanismo essencial para “assegurar um desenvolvimento e uma organização racionais da economia dum país, por uma judiciousa distribuição da sua indústria”, recorre a uma “fórmula prática, segundo a qual uma capital não deve ter mais de 10% da população total do país”, para aconselhar um número máximo, a atingir no prazo de 30 anos do Plano Director, de 1.000.000 habitantes em Lisboa. Limite populacional a que faz corresponder um perímetro urbano fixo, “para além do qual a Câmara não permita construir nem prédios, nem agrupamentos de carácter urbano e não assegure os serviços públicos”, demarcado por uma “Zona Rural” com uma largura média de três quilómetros.

“Para além deste limite, instituímos uma cintura verde, denominada ‘Zona Rural’ cujo fim é, primeiramente, constituir para a cidade uma permanente reserva de ar puro e, em 2.º lugar isolá-la das formações urbanas circunvizinhas e impedir a sua fusão com estas, fusão que teria como resultado um aumento desmedido da superfície de Lisboa.”

DE GRÖER, Etienne,
Plano Director de Lisboa, Volume I,
Lisboa, 1948, p. 4.



*Planta Esquemática
da Zona Rural de Protecção
de Lisboa*

Plano Director de Lisboa, 1948

(imagem DE GRÖER, Etienne,
Plano Director de Lisboa,
Volume I, Lisboa, 1948)

Com base nestes cálculos e neste princípio de contenção urbana, estipula as capacidades de desenvolvimento futuro das extensões suburbanas de Lisboa, que organiza em duas categorias:

“1 - Subúrbios principalmente residenciais e turísticos:

- a - A Costa do Sol
- b - A Linha de Sintra (com a excepção de Amadora)
- c - Uma grande parte de Almada e Caparica
- d - A direcção Loures-Mafra-Ericiera

2 - Subúrbios principalmente industriais:

- e - Uma grande parte de Almada
- f - O grupo de Barreiro (Barreiro, Moita, Seixal)
- g - O grupo de Montijo, Alcochete
- h - O grupo de Vila Franca de Xira (Alhandra, Alverca, Póvoa de St.^a Iria, Vialonga, Vila Franca)”.



Região de Lisboa e suas Extensões

Plano Director de Lisboa, 1948
(imagem DE GRÖER, Etienne, *Plano Director de Lisboa*, Volume I, Lisboa, 1948)

Tal como Agache, 10 anos antes, De Gröer privilegia a Costa do Sol como principal eixo de expansão no quadro da região de Lisboa, mas agora destaca os núcleos de Vila Franca e de Almada, aos quais acrescenta o Montijo e o grupo Barreiro-Seixal, como principais eixos de concentração demográfica associados a uma população operária média e baixa (em contraste com as Linhas de Sintra e de Cascais, favoráveis à fixação de uma classe mais abastada).

Como já referimos, na sequência do PGUEL e do PDCL, este urbanista seria encarregue da *Revisão do Plano de Urbanização da Costa do Sol* (1944-1946), do *Plano de Urbanização do Concelho de Almada* (1946-1947), do *Anteplano de Urbanização de Sintra* (1951-1952), e do *Anteplano de Urbanização de Moscavide-Vila Franca de Xira* (1947-1955).

“O zonamento é mesmo a base do urbanismo. Consiste na divisão da área abrangida por um plano de urbanismo em zonas de diferente regulamentação. A regulamentação duma zona determina:

- 1.º - a afectação dos terrenos duma mesma zona, a uma mesma actividade (indústria, comércio, habitação, etc.);*
- 2.º - a taxa da utilização destes terrenos.*

Sem esta determinação precisa e tão pormenorizada quanto possível, não se pode esperar que a aplicação de quaisquer medidas de urbanismo possa ter êxito, pois que são, dum lado, o uso que se faz dum terreno e, por outro lado, a taxa da sua utilização (que traz logo consigo a noção de densidade) que constituem os elementos determinantes da concepção geral dos arruamentos (traçado, importância, carácter das vias) e da distribuição dos espaços livres.”

DE GRÖER, Etienne,
Plano Director de Lisboa, Volume I,
Lisboa, 1948, pp. 7-8.

Não se enquadrando no domínio da nossa abordagem uma análise aprofundada do *Plano Director de Lisboa*, ainda que este se apresente, assim como o plano de Coimbra⁶³, como uma leitura extremamente aliciante e reveladora (em particular as soluções que avança, nesta cidade, para um “*Aménagement sur Terrain Très Accidenté*”, e, naquela, para o “Saneamento dos quarteirões e melhoramento da circulação da Baixa” Pombalina⁶⁴), importa aqui fazer referência a dois aspectos fundamentais do seu discurso urbanístico: a apologia do zonamento e da habitação unifamiliar.

À semelhança dos seus colegas do *Musée Social*, De Gröer (de origem polaca, mas radicado, entre 1920 e 1940⁶⁵, em França) acredita na vertente reformadora do planeamento urbano e da própria arquitectura, deixando implícita a segregação social da população, por zonas habitacionais com características morfologia-

⁶³ Na ausência de regulamentação apropriada, o Plano de Coimbra (tal como o Plano Director de Lisboa) assume uma forte vertente pedagógica, desenvolvendo uma multiplicidade de soluções de desenho urbano, que conciliam desde uma visão higienista e passadista do centro histórico à defesa de um urbanismo moderno para as áreas de expansão, passando pela proposta haussmaniana da abertura da grande Avenida de Santa Cruz, que viria a alimentar a demolição da área do Bota Abaixo. Essa atenção didáctica levaria à introdução, no Plano, de capítulos complementares, referentes à “Regulamentação das Zonas”, onde se aborda a questão específica da construção em terrenos muito íngremes, à “Regulamentação dos Talhamentos e Quarteirões” e ao “Regulamento das Construções”, que inclui algumas “prescrições sobre a estética urbana” onde se apresentam “*exemplos esquemáticos da interdependência das construções num quarteirão*” e se preconiza a protecção das vistas panorâmicas. Ao longo de todo o estudo, a fundamentação das soluções apresentadas aproxima-se do discurso ideológico do Regime, defendendo “*o domínio da casa individual espaçada*” contra “*a grande casa de rendimento*”, “*desfavorável à educação das crianças*” e “*um campo aberto ao comunismo*”. Instrumento regulador exemplar, pelo rigor e exaustão que apresenta, o *Plano de Urbanização de Coimbra* seria aprovado, em 1945, e publicado, pela Câmara Municipal, em 1948. (Cf. DE GRÖER, Etienne, *Anteprojecto de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1948)

⁶⁴ Onde formaliza a ideia de um sistema de túneis a contornar o centro de Lisboa, que “*pelo seu primeiro trôço, deve permitir que se vá do Cais do Sodré para a Avenida da Liberdade e principalmente para a Avenida Almirante Reis sem passar pela Baixa*” e, “*simetricamente, deve também permitir, pelo seu último trôço, a ligação da parte oriental do porto com a Avenida Almirante Reis e a Avenida da Liberdade, evitando igualmente a Baixa*”. (Cf. DE GRÖER, op. cit. p. 20)

⁶⁵ Data em que, com a invasão alemã, se fixa em Portugal, residindo em Oeiras com a sua mulher, Gabrielle, “*arquitecta diplomada como ele pela Escola de Belas-Artes de S. Petersburgo*”, e o seu filho, e colaborador, Nikita De Gröer. (Cf. LÓBO, Margarida Souza, op. cit., p. 75)

-tipo diferentes⁶⁶, e defendendo a correcção dos padrões familiares e das relações de vizinhança, através da melhoria das condições da habitação. Ponto em que é veemente em fazer corresponder a casa unifamiliar, em “unidades residenciais”⁶⁷ modernas, a uma “medida de protecção da saúde física e moral da infância e da juventude”.⁶⁸

O zonamento e a habitação unifamiliar funcionam como mecanismos de controlo da densidade populacional:

“É, com certeza, sempre possível amontoar as pessoas, umas por cima das outras, colocando andar sobre andar, quando o problema se encara sòmente sob o ponto de vista técnico ou financeiro. Mas, verdadeiramente, não se pode limitar o exame desta questão apenas a este ponto de vista; é preciso ter em conta as consequências de toda a forte concentração da população.

(...)

É preciso acrescentar a isto o facto de que quanto menos cultas são as pessoas, tanto pior suportam os efeitos duma forte densidade. O amontoamento de muita gente nas pequenas casas dum grande prédio para inquilinos representa a mais péssima solução que há.”

Princípios constantes ao longo das propostas de Etienne De Gröer, vão influenciar a prática profissional dos urbanistas portugueses nas décadas seguintes.

Embora aprovado pela Câmara Municipal, em 1948, o *Plano Director da Cidade de Lisboa* (ou “Plano De Gröer”) não chega a conhecer aceitação ministerial⁶⁹. O mesmo não acontece na Costa do Sol, que continua a merecer a atenção especial do governo, sendo o PUCS aprovado, nesse mesmo ano, apesar da regulamentação da figura de “Anteplano”, em 1946.

“- Para estabelecer os futuros bairros de habitação de Lisboa, bairros que se estenderão sobre espaços actualmente ainda quasi rurais, calculamos que a sua população pode ser dividida nas duas categorias seguintes e na proporção que indicamos abaixo:

I - “familias” sem filhos que representarão 1/3 dos habitantes dos bairros novos;
II - familias com filhos, que representarão os 2/3 dos habitantes dos bairros novos.

- Para a primeira categoria de pessoas, prevemos prédios com vários andares, e para a segunda - casas unifamiliares.

- Os prédios de habitação com vários andares serão, nos bairros futuros, quasi exclusivamente edifícios implantados em ordem descontínua e feitos segundo um projecto arquitectónico de conjunto, estabelecido antecipadamente.

- As casas unifamiliares serão muito diferentes: isoladas, gémeas, juxtapostas várias sob uma cobertura e mesmo juxtapostas em filas. A sua implantação variará segundo a zona e segundo a classe social dos habitantes aos quais estas casas serão destinadas”.

DE GRÖER, Etienne,
Plano Director de Lisboa, Volume I,
Lisboa, 1948, pp. 17-18.

⁶⁶ Consoante a classe e o tipo de organização das habitações, assim como, a proporção dos talhões, a altura e o afastamento entre edifícios.

⁶⁷ “A palavra ‘Unidade Residencial’ quer dizer uma pequena aglomeração de cerca de 10.000 habitantes, que contém nos seus limites todos os elementos urbanos, incluindo a industria ligeira. - Cada unidade fica separada das outras unidades por espaços livres e por vias de circulação rápida (generalização do ‘Park-Way’)”. (Cf. DE GRÖER, Etienne, op. cit., volume II, p. 3)

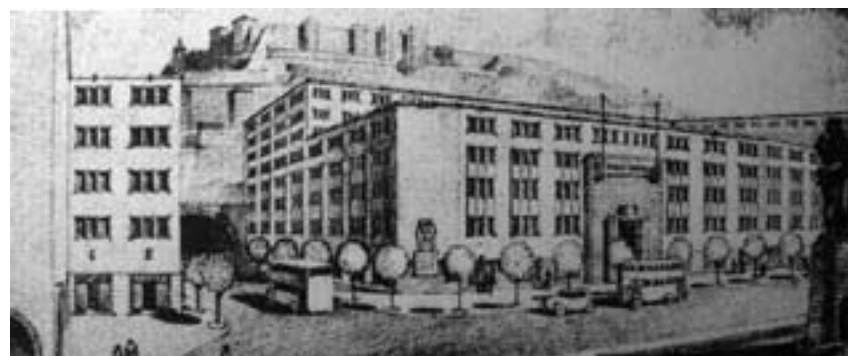
⁶⁸ DE GRÖER, Etienne, op. cit., volume II, p. 1.

⁶⁹ Sendo revisto pelo Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU), entre 1954 e 1958, e pelo arquitecto-urbanista francês George Mayer-Heine, entre 1963 e 1967, e finalmente aprovado pelo governo, dez anos depois, em 1977. (Cf. SILVA, Carlos Nunes da, op. cit., pp. 23-29)

Topo da Praça Martim Moniz,
com a localização dos novos
edifícios públicos
Faria da Costa, 1943



Trecho da Praça e
entrada do tunel de ligação
da Rua da Palma
com o Campo das Cebolas
Faria da Costa, 1943



Entrada do tunel de ligação
directa da Rua da Palma com a
Praça dos Restauradores
Faria da Costa, 1943



(imagens “Lisboa Futura”,
Revista Turismo, Lisboa, Ano XI, N.º
78, Maio-Junho 1948, p. 31)

Como curiosidade, num artigo intitulado “Lisboa Futura”, são publicados pela revista *Turismo* alguns dos projectos integrados PDCL de 1948, numa antevisão da “Lisboa de 1978”⁷⁰:

“Fique sabendo o lisboeta que actualmente sofre complicações e atrasos de toda a ordem em virtude da enervante lentidão com que se faz o trânsito na ‘Baixa’ e noutras ruas que, na futura Lisboa, este problema desaparecerá por completo ou quase por completo. Para remediar o mal do congestionamento, construir-se-á uma grande circular em tunel, a envolver a cidade, permitindo desta maneira, que o trânsito se faça de um lado para o outro sem a fatal necessidade de passar pela ‘Baixa’.

Esta estrada subterrânea terá várias entradas e saídas, ficando as mais importantes instaladas na Praça dos Restauradores, no Largo Martim Moniz e no Campo das Cebolas. Este tunel destina-se apenas ao trânsito de automóveis e nada tem a ver com o futuro metropolitano agora em estudo.”

⁷⁰ “Lisboa Futura”, *Revista Turismo*, Lisboa, Ano XI, N.º 78, Maio-Junho 1948, pp. 30-33.

A Costa do Sol de Etienne de Gröer

O primeiro troço da Auto-Estrada Turística para o Estoril, numa extensão de oito quilómetros entre Lisboa e o Estádio Nacional, é inaugurado, a 28 de Maio de 1944, com a abertura do Viaduto Duarte Pacheco, sobre o Vale de Alcântara. Homenagem póstuma ao grande impulsionador da “Idade de Ouro” das Obras Públicas, começava aqui a ganhar forma a construção de um mito que em muito iria suplantará a sua condição humana.⁷¹

Um mês depois, a 10 de Junho de 1944, por ocasião das comemorações do Dia de Portugal, tem lugar a cerimónia oficial de inauguração do Estádio Nacional, com a participação da Mocidade Portuguesa, obra “prometida em 1933, em manifestação na Praça do Comércio”⁷², e com concurso lançado por portaria de 1 de Março de 1934.⁷³

Também a Estrada Marginal para Cascais já se encontrava concluída, desde 1937.

Considerada a “Extensão n.º 1” da Região de Lisboa, a Costa do Sol ganha uma nova dinâmica com a construção destas infraestruturas, as três objecto de destaque por parte da *Panorama*, num conjunto de artigos dedicados à divulgação dos grandes empreendimentos promovidos pelo Estado Novo.⁷⁴

⁷¹ Ao contrário de António Ferro que, em 1950, depois de dezassete anos à frente do SPN/SNI, é estrategicamente afastado da política nacional. A apologia de um Portugal rural já não se coadunava com a *Linha de Rumo* preconizada por Ferreira Dias, necessária à recuperação económica do país no novo quadro internacional do pós-guerra.

⁷² BRITO, Margarida Acciaiuoli de, *Os anos 40 em Portugal: O País, o Regime e as Artes. “Restauração” e “Celebração”*, dissertação de doutoramento em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1991, p. 420.

⁷³ Este concurso desenvolver-se-ia em duas fases, a primeira, relativa ao anteprojecto, lançada em 1934, e, a segunda, do projecto definitivo, com prazo de entrega das propostas no dia 30 de Novembro de 1936. Nele participam Carlos Ramos, com a colaboração de Jan Wills (autor do Estádio Olímpico de Amsterdão, de 1928), e Cristino da Silva, com a colaboração de Constantino Constantini (autor do Foro Mussolini de Roma, de 1932). O projecto acabaria por ser desenvolvido por Jorge Segurado, numa espécie de síntese destas duas propostas, para a Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, L.^{da} (SETH), a quem seria atribuída, em 1937, a empreitada do complexo desportivo. Francisco Caldeira Cabral será o responsável pelo seu arranjo paisagístico, estudo que desenvolve, no âmbito do seu estágio no *Institut für Gartengestaltung* de Berlim, em parceria com Konrad Wiesner. Já na década de 1940, Miguel Jacobetty Rosa elabora, entre outros, o projecto da Tribuna de Honra, com o apoio do engenheiro Sena Lino. (Cf. ANDRESEN, Teresa, “O Estádio Nacional: a sua génese e a sua construção”, JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO, Oeiras, 2005. *O Estádio Nacional: um paradigma da arquitectura do desporto e do lazer: Actas*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, Setembro 2007)

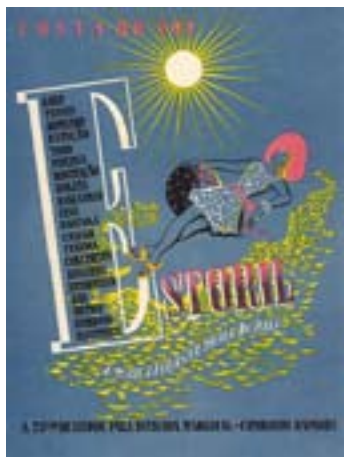
⁷⁴ Secção que é publicada, de 1941 a 1944, começando com o “Pôrto de Lisboa” (N.º 1, Junho 1941) e passando por obras/temas como a “Estrada Marginal” (N.º 2, Julho 1941), a “Hidráulica Agrícola” (N.º 3, Agosto 1941), “A Escola Naval e o Arsenal do Alfeite” (N.º 4, Setembro 1941), o “Pôrto de Leixões” (N.º 5-6, s.d.), o “Estádio Nacional” (N.º 7, Ano 1942), o “Instituto Superior Técnico”



Trânsito na Auto-Estrada e Estádio Nacional (imagens *Quinze anos de Obras Públicas 1932-1947: Livro de Ouro*, I Volume, Lisboa, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1947, p. 26 e p. 40)



O que a Estrada Marginal Proporciona aos Turistas (imagem *Panorama*, Lisboa, 1.ª Série, N.º 2, Junho 1941)



Anúncio da revista *Panorama* de Setembro de 1941 (imagem *Panorama*, Lisboa, 1.ª Série, N.º 4, Setembro 1941)



Capa da revista *Turismo* de Setembro-Outubro de 1941
Ilustração de Stuart Carvalhais (imagem *Turismo*, Lisboa, Ano VI, N.º 42, Setembro-Outubro 1941)

Tirando partido desta nova situação, o Estoril renova-se em campanhas publicitárias que anunciam “A mais elegante praia do país, a 23km de Lisboa pela Estrada Marginal”⁷⁵, ou, num tom mais cosmopolita (que não deixa de ter um sentido algo perverso porque explora as circunstâncias, de certa forma favoráveis ao Turismo interno, de uma II Guerra Mundial), “O Estoril, encantadora estância internacional, de suavíssimo clima, onde se reúnem as melhores famílias europeias, promete esplendorosa, e elegantíssima, época de inverno”.⁷⁶

A presença na “Linha” de um número crescente de refugiados⁷⁷, vindos de uma Europa assolada por um conflito bélico e que aqui encontram abrigo a caminho de um “Novo Mundo”, anima a vida local. Tal como acontece na maioria das principais estâncias termais e balneares portuguesas (Caldas da Rainha, Buçaco, Luso e Curia; Costa da Caparica, Figueira da Foz, Foz do Arelho e Ericeira), transformadas, a partir de 1942, por iniciativa de Agostinho Lourenço, director da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE)⁷⁸, em “zonas de residência fixa” para os que chegam à fronteira de Vilar Formoso, sendo provisoriamente instalados nos hotéis e pensões aí existentes.

A chegada dos “estrangeiros” aos areais portugueses iria revolucionar os hábitos de sociabilização pública, encontrando adeptos nos mais jovens e provocando o escândalo junto dos mais conservadores. Disso é reflexo o Decreto-Lei N.º 31:247, de 5 de Maio de 1941, que “*insere várias disposições sobre o uso e venda de fatos de banho - institui o sistema de fiscalização e estabelece sanções a aplicar aos transgressores*”:

(N.º 8, Abril 1942), a “Maceira Liz, a Futura Cidade” (N.º 9, Junho 1942), o “Instituto Nacional de Estatística” (N.º 11, Outubro 1942), “A Igreja de Nossa Senhora de Fátima” (N.º 12, Dezembro 1942), “A Ampliação do Museu das Janelas Verdes” (N.º 13, Fevereiro 1943), “A Auto-Estrada” (N.º 15-16, Julho 1943), o “Sanatório de Santana” (N.º 17, Outubro 1943), os “Armazéns Frigoríficos da CRCB” (N.º 18, Dezembro 1943) e “A Serra de Monsanto” (N.º 20, Abril 1944), com um número especial dedicado a Duarte Pacheco e à sua obra (N.º 19, Fevereiro 1944). (Cf. Idem, p. 547)

⁷⁵ *Panorama*, Lisboa, 1.ª Série, N.º 4, Setembro 1941.

⁷⁶ *Turismo*, Lisboa, Ano VI, N.º 42, Setembro-Outubro 1941.

⁷⁷ Segundo a Divisão de Segurança Pública da Câmara Municipal de Cascais, entre 1939 e 1946, passaram ou fixaram residência na Costa do Sol mais de 20 mil estrangeiros. (Cf. www.geocities.com)

⁷⁸ Transformada em Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) pelo Decreto-Lei N.º 35:046, de 22 de Outubro de 1945.

“Nos termos da Constituição, pertence ao Estado zelar pela Moralidade pública e tomar todas as providências no sentido de evitar a corrupção dos costumes.

Factos ocorridos durante a última época balnear mostraram a necessidade de se estabelecer, com a precisão possível, as normas adequadas à salvaguarda daquele mínimo de condições de decência que as concepções morais e mesmo estéticas dos povos civilizados ainda, felizmente, não dispensam.”

As “condições mínimas oficialmente fixadas” eram “tornadas públicas por editais dos governadores civis e capitães dos portos”⁷⁹:

“1.º - É proibido o uso de fatos de banho que não obedçam as condições mínimas, oficialmente fixadas, nos termos seguintes:

a) Fatos para Senhoras:

O fato de banho para senhoras deve ser inteiro. O calção será justo à perna e de corte direito. A frente do fato deve cobrir a parte anterior do tronco, não podendo o decote ser exagerado a ponto de descobrir os seios. As costas poderão ser decotadas, sem prejuízo do corte das cavas que deve ser cingido às axilas.

b) Fatos para Homens:

O fato de banho para homens pode ser inteiro, de camisola e calção ou só de calção. Em qualquer dos tipos, o calção deve ser:

1) De corte direito;

2) Justo à perna, com reforço interno na parte da frente, ou;

3) Usado como “trousse” interna;

4) Justo à cintura, cobrindo o ventre.

2.º - Não é permitido o uso de fatos que se tornem imorais pela sua transparência ou pela excessiva elasticidade do tecido.

3.º - Às raparigas até 10 anos e aos rapazes até 12 não é aplicável o disposto no n.º 1.º, excepto nos casos de desenvolvimento precoce.”⁸⁰

“Na polícia Marítima serão julgados hoje alguns banhistas, principalmente senhoras, que transgrediram o regulamento dos fatos de banho e, ontem, foram autuados, nas praias dos arredores da capital, por agentes daquela corporação, sob a direcção do respectivo comandante, sr. primeiro tenente Sates Henriques.”

“A fiscalização nas praias”, O Século, Lisboa, 13 Outubro 1941, p. 4.

Já no ano anterior, numa “Carta Aberta” às leitoras publicada no Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina, Maria Joana Mendes Leal mostrava o seu desagrado em relação à falta de moral que tinha invadido as nossas praias:

“È manhã. Uma manhã luminosa que dá alegria de viver. Grandes chapéus de sol parecem flores gigantescas à sombra das quais as crianças brincam na areia. (...) Barcos à vela passam ao largo, semelhantes a azas de gaivotas roçando o mar. Tudo è azul, azul, azul.

⁷⁹ Como referido no Artigo 1.º do Decreto citado.

⁸⁰ Edital do Governo Civil do Distrito de Faro, datado de 10 de Abril de 1957. (Cf. BRITO, Sérgio Palma, *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*, Volume II, Lisboa, Medialivros, 2003, p.675)

No céu não corre uma nuvem e o mar reflecte a cor do céu. Mas se desviando os olhos do céu e do mar os pousamos sobre a praia, que contraste! Faz pena o espectáculo que se nos depara: tanta nudez sem pudor a exhibir-se em maillots inconvenientíssimos e tanta imoralidade de costumes a ostentar-se nos banhos de sol!

Julgava que teria de deixar a Figueira da Foz com esta triste impressão de que, afinal, estrangeiras e portuguesas se não distinguem, pois em quasi 15 dias, nunca vi um único fato de banho que obedecesse às regras da moral. Que tristeza! Mas, esta manhã, com que alegria eu vi aparecer algumas raparigas com os fatos de banho aprovados pela Mocidade Portuguesa Feminina!

Queridas raparigas! Não sei o vosso nome, mas isso que importa? Para mim sois a Mocidade! A Mocidade que eu amo e desejaria bela e feliz, na graça da sua pureza e no encanto da sua alegria.

Não sei o vosso nome... Mas quero dizer-vos que os meus olhos vos envolveram com ternura e quero - nesta carta aberta que dirijo a todas as filiadas da Mocidade que usaram o seu fato de banho por essas praias de Portugal e graças a Deus foram muitas - louvar-vos pelo bom exemplo que soubestes dar.”⁸¹

A acompanhar a transcrição integral desta missiva aparecia uma série de imagens das ditas “queridas raparigas” envergando o fato-de-banho da MPF, que podia ser requisitado junto do Comissariado Nacional, em Lisboa.

Fato-de-Banho da Mocidade
Portuguesa Feminina (MPF)
Fotografia, 1941
(Boletim da MPF, N.º 27,
Julho 1941)
(imagem www.flickr.com)



⁸¹ LEAL, Maria Joana Mendes, “Carta Aberta: Queridas Raparigas”, *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa, N.º 17, Setembro 1940. (Sobre a Mocidade Portuguesa Feminina ver PIMENTEL, Irene Flunser, *Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007)



Fato-de-Banho da Mocidade
Portuguesa Feminina (MPF)
Fotografia, 1941
(*Boletim da MPF*, N.º 28,
Agosto 1941 - capa)
(imagem www.flickr.com)

Num país fechado sobre si mesmo, isolado do resto do mundo numa neutralidade estratégica, a Praia, mas também a nova moda das esplanadas nos cafés de Lisboa⁸², abria uma janela para o que se passava lá por fora.

⁸² “O escritor português Alves Redol descreveu a novidade: ‘Foi, então, aí por 1939, que do outro lado da praça e a pedido dos estrangeiros sem sol para os aquecer na vida se puseram mesas nos passeios. (...) O gerente acedera, contrafeito, com receio de perder uma clientela que desconhecia os preços e não regateava. E as estrangeiras sentaram-se por ali a ler e a conversar’.

Também o escritor Alexandre Babo recordou as ‘esplanadas da Avenida ou do Rossio’ onde se viam ‘franceses, belgas, holandeses, judeus dos mais remotos lugares’ e nomeadamente a pastelaria que mais permaneceu no imaginário português: ‘À «Suíça», no Rossio, já chamavam o Bompernasse, ali onde predominavam as mulheres (...) fumando em público. (...) Tudo isto era murro na boca do estômago do provincianismo nacional.’” (Cf. www.alma-mahler.com)

De Gröer, com trabalho já realizado em Portugal, acompanha esta vaga de emigração forçada, estabelecendo-se em definitivo, com a sua família, na Costa do Sol. Na ausência de Agache, e já sem Duarte Pacheco aos comandos do MOPC, o Gabinete do PUCS recorre aos seus serviços para elaborar a revisão final dos estudos urbanísticos entretanto realizados para esta região.

“À la fin de de même 19-ème siècle, Ebenezer Howard crée la théorie des Cités-Jardins, qui est actuellement une des bases principales de l’urbanisme moderne.

En deux mots: La cité-jardin est une ville de grandeur moyenne où tout le terrain appartient à la municipalité. La ville est divisée en 4 zones: industrielle, commerciale, résidentielle et rurale. La zone rurale entoure la ville et lui sert de protection contre l’envahissement des agglomérations parasites. La ville est calculée pour un nombre déterminé d’habitants.

(...)

Dans la ville-jardin, comme l’indique son nom, chaque famille occupe une maison individuelle entourée d’un jardin; excepté celà, toute la ville est baignée de verdure.

(...)

En Angleterre, c’est Letchworth et Welwyn qui ont été les premiers exemples de ce genre; en Hollande - Hilversum, et aux Etas-Unis - Radburn. (...) En France et ailleurs, on a crée des faubourgs-jardins.”

GRÖER, Etienne De, “Le Tracé d’un Plan d’Urbanisation”, *Técnica: Revista de Engenharia dos Alunos do IST*, Lisboa, 1945, pp. 2-3.

“Em fins de 1944, quando Ministro das Obras Públicas e Comunicações o Sr. engenheiro Augusto Cancela de Abreu e Subsecretário de Estado da mesma pasta o Sr. engenheiro José Frederico Ulrich, foi considerada a necessidade de se proceder urgentemente a uma revisão dos estudos organizados, a fim de se definir com rapidez o plano de urbanização.

Convidados para colaborarem nessa revisão alguns urbanistas portugueses, e não tendo sido possível utilizar os seus serviços, foi então contratado para prestar ao Gabinete a sua colaboração o urbanista francês professor Etienne de Gröer, já encarregado de vários estudos em Portugal desde que, em 1938, fora chamado pelo Sr. engenheiro Duarte Pacheco, então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a prestar assistência à organização do plano de urbanização da capital.

E assim, em Outubro de 1946, terminava o Gabinete a organização do plano e apresentava-o à apreciação das entidades interessadas no assunto.”⁸³

Mantendo as linhas gerais da estrutura regional definida pelo seu antecessor, o urbanista vai concentrar-se, assim como o fizera Paulino Montez, na reformulação dos planos de urbanização locais, clarificando o modelo a implementar. Nesse sentido, reforça o carácter, em termos de desenho, da sua filiação na Cidade-Jardim, propondo um zonamento mais restritivo e a implementação generalizada da habitação unifamiliar.

“Entendeu-se também, em face das características da região, do seu clima e do seu aproveitamento turístico, que a sua urbanização, em vez de se basear em soluções monumentais, devia viver do pitoresco, da graça das suas moradias, dos seus jardins, do ar livre e do Sol, criando-se um ambiente saudável e alegre, em que se não perdesse o contacto com a natureza e dela, e do bom gosto dos homens, se tirasse o melhor partido.”⁸⁴

⁸³ OLIVEIRA, João Paulo Nazaré de, “Urbanização da Costa do Sol”, in *Quinze anos de Obras Públicas 1932-1947: Livro de Ouro*, I Volume, Lisboa, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1947, p. 64.

⁸⁴ Idem, p. 65.

Relatório Geral do Plano de Urbanização da Costa do Sol

No Relatório Geral que apresenta em 1946, De Gröer reafirma os princípios e a metodologia que havia exposto na sua comunicação “Le Tracé D’Un Plan D’Urbanisation”, última conferência da série “A Cidade e os seus problemas”, realizada, a 24 de Abril de 1945, no Automóvel Clube de Portugal e publicada na revista *Técnica*.⁸⁵

Para este urbanista “*le plan d’une ville n’est qu’un élément d’un plan régional, et ce dernier n’est qu’une parcelle d’un plan national*”⁸⁶, ideia que vai voltar a frisar no *Plano Director de Lisboa*. Chama também a atenção para que “*un Plan d’Urbanisation n’est qu’un programme, et non pas un plan d’exécution*”⁸⁷, devendo ter uma base social, económica e técnica que tomasse em consideração a realidade dos municípios envolvidos, evitando, assim, tornar-se uma utopia.

Em termos metodológicos, o relatório começa por fazer uma apreciação actualizada da situação da Costa do Sol no contexto da região de Lisboa e das suas possibilidades de desenvolvimento, em “Lisboa e a sua região” e “A Costa do Sol ou Extensão Oeste de Lisboa”, sob os mais diversos aspectos (geográficos, demográficos e infraestruturais). A partir desta análise são definidas “As Bases dos Planos de Urbanização” para as “Diversas Localidades”, suportadas por um “Regulamento das Zonas”.

Da avaliação do conjunto regional conclui-se que:

“A - A Costa do Sol é, sobretudo, uma extensão residencial, habitada principalmente pela classe média e abastada, cuja actividade está, na maior parte dos casos, ligada a Lisboa.

B - A população flutuante constitui uma segunda categoria de habitantes: os veraneantes e turistas estrangeiros.

C - Em terceiro lugar, dada a sua proximidade da Capital, é a Costa do Sol frequentada nos domingos e feriados por um número elevado de pessoas que necessitam

«*En vertu des statistiques démographiques et économiques, on établit un chiffre déterminé de la population que la ville aura dans 50 ans, par exemple. On fixe les densités voulues ou admissibles pour les différentes parties de la ville, selon le caractère de chacune de ces parties.*

Ces chiffres nous donneront la superficie de la future ville et les limites de son extension. Alors, nous pourrons l’entourer de la zone rurale protectrice. A ce moment, nous pourrons aussi diviser notre plan d’urbanisation en diverses zones. Chaque zone sera destinée à une fonction urbaine déterminée, pour éviter le chaos et le désordre, nuisibles pour tous.

(...)

Ce n’est qu’après avoir déterminé sa superficie totale et calculé et distribué les diverses zones, que nous pouvons étudier et établir la voirie nouvelle, en examinant la voirie existant.

En premier lieu, nous devons étudier l’ossature principale du plan: les sorties de la ville, leurs relations avec l’extérieur et entre elles.

(...)

Après avoir tracé les rues, l’urbaniste doit choisir des emplacements commodes pour les futurs édifices publics et les divers établissements à prévoir, (...).

GRÖER, Etienne De, “Le Tracé d’un Plan d’Urbanisation”, *Técnica: Revista de Engenharia dos Alunos do IST*, Lisboa, 1945.

⁸⁵ GRÖER, Etienne De, “Le Tracé d’un Plan d’Urbanisation”, *Técnica: Revista de Engenharia dos Alunos do IST*, Lisboa, 1945. (Separata)

⁸⁶ Idem, p. 1.

⁸⁷ Idem, p. 3.

de uma série de estabelecimentos, de natureza diversa, cujo número ultrapassa consideravelmente o que seria exigido pelas necessidades dos habitantes locais.

Estes estabelecimentos são os restaurantes de diversas categorias, campos de jogos e estabelecimentos de banhos, tornando-se igualmente necessário estabelecer zonas para acampamentos.

A deslocação de toda esta massa de gente faz-se pelo Caminho de Ferro do Estoril e por algumas carreiras de camionagem.

D - Finalmente, existe em numerosos pontos da Costa do Sol uma população operária ligada a certo número de actividades industriais.”⁸⁸

Para um máximo de 1.000.000 habitantes na capital, fixado no *Plano de Urbanização e Extensão de Lisboa*, a população futura da Costa do Sol, no prazo de 30 anos do estudo, é calculada em 140.000 habitantes, numa relação óptima de 60 hab/ha e de 30m² de espaços verdes por cada habitante (contra os 65 hab/ha e 20m² propostos por Agache). Esse limite de população é distribuído pelas diversas localidades de acordo com as suas necessidades e possibilidades de extensão, organizadas estas, agora, em seis “grupos” - dos quatro definidos por Agache, isola Carcavelos (que antes aparecia associado ao 3.º grupo) e destaca Cascais (em torno do qual delimita um novo conjunto de aglomerados - Marinha, Torre, Birre, Areias e Cobre).

Grupos	Sup. Habitável (hectares)	Máx. Habitantes (a 60 hab/ha)	Espaços Livres (hectares)	Espaços Livres (m²/hab)
Algés, Dafundo e Cruz Quebrada	272 ha	17 000 hab	29 ha (11%)	14,50 m ²
Caxias, Paço de Arcos e Oeiras	401 ha	23 200 hab	69 ha (18%)	29,73 m ²
Carcavelos	155 ha	9 300 hab	26 ha (17%)	28,00 m ²
Parede e São Pedro	338 ha	17 380 hab	15 ha (4%)	8,60 m ²
Estoris	390,6 ha	20 000 hab	61 ha (16%)	30,71 m ²
Cascais	357 ha	17 280 hab	58.5 ha (20%)	33,82 m ²

⁸⁸ *Plano de Urbanização da Costa do Sol: Relatório Geral*, Lisboa, MOP/Gabinete de Urbanização da Costa do Sol, [s.d.], p 23.

É sobre este quadro actualizado de valores que se vão desenvolver os Planos de Pormenor. Numa leitura rápida, verificamos que estes contemplam apenas uma população total de 104.160 habitantes, e não os 140.000 estipulados como máximo para a região. Para alcançar este número são considerados os 3.500 do conjunto do Vale do Jamor-Estádio Nacional, dependente de Caxias, e os 5.000 previstos para o núcleo semi-rural da Marinha-Crismina, junto a Cascais, aos quais são acrescidos 16.800 habitantes de um total estimado para a população rural da Costa do Sol (12% da população da região), ficando os restantes 10.540 reservados para imprevistos.

Assim temos:

	Futuros Habitantes (60 hab/ha)
Urbanização das Localidades	104 160 hab
Vale do Jamor	
Estádio Nacional	3 500 hab
+ 3 Aldeias	
Marinha - Crismina	5 000 hab
População Rural	
de 140 000 hab	16 800 hab
12%	
Imprevistos	10 358 hab
8%	
Arredondamento	182 hab
Total:	140 000 hab

Comparando com as estimativas do PUCS de 1936, verificamos que, no geral, a superfície urbanizável diminui (excepto no grupo Estoril-Cascais pela consideração de um novo conjunto de aglomerados satélite em torno desta vila), assim como o máximo de habitantes previsto para cada um dos grupos (porque menor é a densidade populacional permitida) e a percentagem dos espaços livres interiores (compensados, aqui, com criação de novos parques públicos e zonas verdes de protecção, fora dos perímetros urbanos).

Para cada localidade é identificada a área de incidência do plano, incluindo as cinturas rurais e os núcleos aldeões satélite, estabelecendo-se um zonamento rigoroso que introduz uma maior complexidade na caracterização das zonas de extensão residencial. A aproximação ao terreno é feita a partir de três vectores:

- “1) *Transformação dos arruamentos*
- 2) *O arranjo do Centro Populacional*
- 3) *A criação das extensões para as zonas de habitação.*”

“Assim se estudou o plano da Costa do Sol e se orientou a execução das obras já realizadas, atendendo-se sempre à economia da urbanização e tendo-se sempre em vista que quanto menor for a percentagem de área de arruamentos menor pode ser o preço unitário do terreno urbanizado, maiores podem ser os lotes, maiores os jardins, maior o número de árvores, mais sol nas habitações e mais tranquilidade e sossego nos lares, cuja intimidade e conforto são tanto de defender quanto são merecedoras de defesa as famílias portuguesas.”

OLIVEIRA, João Paulo Nazaré de, “Urbanização da Costa do Sol”, in *Quinze anos de Obras Públicas 1932-1947: Livro de Ouro*, I Volume, Lisboa, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1947, p. 65.

A rede viária local é revista em função da sua relação com a Marginal e da eficácia da circulação no interior dos aglomerados, procurando-se corrigir a malha demasiado apertada dos arruamentos existentes (e a conseqüente dimensão reduzida dos lotes urbanos, em especial no Alto Estoril), e o número excessivo de atravessamentos da linha férrea. Nas zonas centrais concentram-se as “*principais actividades urbanas: serviços públicos, estabelecimentos comerciais, escritórios, consultórios, pequenas indústrias, garagens, salas de espectáculos e de reunião, etc*”, em quarteirões de construção contínua, admitindo-se a presença de edifícios de habitação com um máximo de três pisos. Para o cálculo das áreas de extensão residencial, reservadas à construção de moradias unifamiliares, a população da Costa do Sol é repartida por diferentes categorias socio-económicas: classe abastada - 19%, classe média - 31%, e classe operária - 44% (correspondendo os restantes 6% às forças militares). Para cada uma destas três categorias é definido um tamanho mínimo para os talhões e a densidade de ocupação permitida, “*proporcionais à importância e às necessidades da cada uma delas*”. Metodologia que “*fundamenta a diversificação da oferta, em termos de dimensão das parcelas e dos fogos e portanto em termos de custo*”.⁸⁹

Em qualquer um dos casos, defende-se que “*as futuras habitações da Costa do Sol devem ser construídas de harmonia*

com as tradições locais; moradias unifamiliares, isoladas ou agrupadas, seja qual fôr a classe de pessoas a que se destinam”. Ideia que não se ajustava inteiramente à realidade, uma vez que a fórmula tipo-morfológica agora proposta, da casa isolada com jardim, não encontrava correspondência nas bandas contínuas, alinhadas pelo limite do lote, da construção tradicional.

Pela “Base para o estabelecimento dos Planos de Urbanização da Costa do Sol” e pelo “Projecto de Regulamento das Zonas” apresentado, as zonas residenciais, de construção dispersa, dividem-se em:

	Tipologia das Moradias	Dimensão Mínima Talhão	Superfície Construção	Número Máximo de Pisos	Recúo do Alinhamento
Zona Semi-Rural (HSR)	unifamiliar	3 500 m ²	5%	2+cave ou sótão	10 m
Zona Urbana (HA)	unifamiliar	2 000 m ²	10%	2+cave ou sótão	10 m
Zona Urbana (HB)	unifamiliar	1 400 m ²	11%	2+cave ou sótão	8 m
Zona Urbana (HC) (uma família por talhão)	individuais ou geminadas	1 000 m ² 800 m ²	12%	2+cave ou sótão	6 m
Zona Urbana (HD) (uma família por talhão)	individuais ou geminadas	800 m ² 700 m ²	12%	2+cave ou sótão	5 m
Zona Urbana Operária (HE) (uma família por talhão)	individuais, geminadas ou agrupadas	400 m ² 300 m ² 250 m ²	20% 23%	2	4 m

O índice de ocupação permitido cresce, assim, na razão inversa da dimensão mínima dos lotes, regulando-se o uso do solo urbano à escala do quarteirão, a partir de cinco tipos de zonas residenciais.

Também De Gröer não prevê o desenvolvimento da grande indústria nesta região, proibindo a ampliação dos estabelecimentos existentes. Apenas alguma da pequena produção industrial é mantida, para satisfazer as necessidades locais. Mas, em todo o caso, “nenhuma indústria insalubre e incómoda deverá ser instalada na Costa do Sol”.

Quanto à rede de Espaços Livres Públicos, não é permitida a redução da sua superfície geral, podendo vir a integrar alguns jardins particulares considerados de interesse paisagístico.

“A regulamentação que propomos pode, à primeira vista, parecer revolucionária e exagerada. Contudo foi criada para salvar a Costa do Sol do movimento verdadeiramente anárquico e desordenado que conduz as suas localidades para a sua própria ruína, transformando-as rapidamente em aglomerados dispendiosos, feios e insalubres e dos quais os seus próprios habitantes fugirão um dia se não se puser cobro a este movimento.”

Plano de Urbanização da Costa do Sol: Relatório Geral, Lisboa, MOP/ Gabinete de Urbanização da Costa do Sol, [s.d.], p 71.

Pela análise das plantas de zonamento elaboradas por De Gröer, verificamos que o Estoril e o Monte Estoril se destacam como estâncias de veraneio. Aqui se concentra a maioria dos equipamentos turísticos da Costa do Sol (Hotéis, Pensões e Casinos) e se propõe a maior superfície de urbanizações residenciais reservadas à classe abastada (Zona HA, com talhões superiores a 2000m², e Zona HB, de parcelas com mais de 1400m²). A dimensão dos lotes vai aumentando à medida que se caminha para o interior, fazendo a transição, desde o núcleo urbano mais denso (caracterizado por uma Zona Comercial Central e por Zonas Residenciais Especiais), para a Zona Rural a Norte. Localização periférica que, no resto dos aglomerados, é, preferencialmente, ocupada pelos novos Bairros Económicos.⁹⁰

Em 1944, a relação dos equipamentos hoteleiros na Costa do Sol era de:

	Pensões	N.º Quartos	Hotéis	N.º Quartos
Algés	1	4		
Paço de Arcos	1	9		
Oeiras	6	31		
Parede	2	41		
Estoril	5	62	4	331
Monte-Estoril	4	53	4	219
Cascais	3	28		

O Estoril e o Monte-Estoril apresentam a principal oferta de dormidas, com os únicos hotéis da região, num total de 665 quartos para um limite de 1.265 pessoas “alojadas ao mesmo tempo”. O resto das camas existentes, 113 quartos em pensões, perfazem outras 213 pessoas, calculando-se a capacidade máxima de alojamento da Costa do Sol em 1.478 hóspedes. Número que assegurava a estadia de 11.229 turistas só nesse ano (4.528, nos meses de Julho a Outubro, e 6.701, nos restantes), dos quais 6.712 eram estrangeiros.

⁹⁰ Bairros Económicos que aparecem quase sempre associados a, ou integram, um Equipamento Público (normalmente uma Escola) e um Equipamento Religioso (Igreja), solução que, aliada à apologia da “casa pequena, espaçada”, dá corpo à mensagem social do urbanista e deixa clara as suas convicções políticas.





Plano de Urbanização da Costa do Sol - Planos de Urbanização das Localidades Etienne De Gröer, 1946 (imagens adaptadas a partir dos originais do Arquivo DGOTDU)

A valorização deste núcleo como zona residencial privilegiada vem dar sequência à imagem de estância balnear projectada, desde o final do século XIX, nas urbanizações do Monte Estoril e do Parque Estoril. Imagem que De Gröer vai interpretar à luz dos conceitos da Cidade-Jardim e explorar como marca distintiva desta região turística, generalizando-a às outras localidades da Costa. Em contraste com a severa legislação que impõe sobre a densidade de construção permitida, de acordo com o zonamento proposto, os traçados das novas extensões residenciais multiplicam-se em composições “artísticas” que abusam da curva e do “*impasse courte, terminée par une petit place, pour que les voitures puissent tourner, autour de laquelle sont disposées les maisons*”, para criar ambientes diversificados e “*tout à fait charmant(s)*”.

Em Carcavelos, é retomada a proposta de Agache para a implementação de um aglomerado residencial balnear a sul do caminho-de-ferro, segundo a moderna concepção da “*separação das ruas de circulação das que se destinam ao trânsito de peões*”.

No geral, o plano de De Gröer é bastante menos interessante que o anterior, mas mais realista face às possibilidades reais da sua implementação. A solução projectada adapta-se, agora, às condicionantes cadastrais impostas pelos terrenos ocupados pela Companhia do Cabo Submarino, tratados como Zona Rural e Florestal Provisória, procurando-se “*evitar quaisquer prejuízos para as instalações da Companhia (...) enquanto elas se mantiverem naquele local*”. De futuro, prevê-se que esta área central venha a ser transformada em Parque Público, servida pela avenida de ligação entre Carcavelos e a Marginal, alterando-se o seu perfil para “*9 metros de faixa de rodagem e 2 passeios com 4,5 metros que poderão ser arborizados*”. A norte e a sul, esta via é rematada por zonas comerciais locais de apoio aos residentes de Carcavelos-Praia e aos banhistas.

As duas faixas residenciais que cria a nascente e ponte da zona florestal não estabelecem, no entanto, qualquer relação de conjunto,

“Il est donc souvent préférable de ne pas insister sur la ligne droite. D’ailleurs, les vois courbes donnent souvent un aspect infiniment plus artistique que les droites, car on y voit les façades en perspective agréable”

GRÖER, Etienne De, “Le Tracé d’un Plan d’Urbanisation”, *Técnica: Revista de Engenharia dos Alunos do IST*, Lisboa, 1945, p. 7.

“Les petites places intérieures de ce type ont beaucoup de qualités: elles offrent aux habitants beaucoup d’intimité et de tranquillité; elles permettent d’établir économiquement les égoûts et les autres canalisations, en les faisant en éventail; grâce à elles, les maisons ont beaucoup d’espace devant elles et souvent une vue agréable; l’aspect de ces petites places est parfois tout à fait charmant.”

GRÖER, Etienne De, “Le Tracé d’un Plan d’Urbanisation”, *Técnica: Revista de Engenharia dos Alunos do IST*, Lisboa, 1945, p. 7.

constituindo-se como unidades autónomas estruturadas pelas artérias transversais de acesso à Praia. Nesse sentido, o desenho que propõe não corresponde ao discurso que constrói à sua volta:

“Em diferentes locais, projectamos faixas arborizadas com 80 a 100 metros de largura, destinadas a parque.

Através destas faixas, far-se-á o acesso à praia, às escolas e aos centros desportivos, sem necessidade de atravessar as ruas destinadas ao trânsito de viaturas. Estas faixas formarão, em conjunto, um sistema de parques.”

Apenas no núcleo a nascente se reconhece esta hierarquização, onde “*cada edificação disporá de dois acessos; um para a rua, e outro para o parque ou para um caminho de peões que conduza ao referido parque*”. Formado, maioritariamente, por quarteirões residenciais do tipo HC (com parcelas superiores a 1.000m² ou 800m²), os lotes são organizados por uma rede de *culs-de-sac* intimistas. “*As habitações serão, naturalmente, constituídas por moradias individuais, recuadas da via pública*” seis metros, podendo alcançar os 96m² a 120m² de área bruta de construção.

Ao contrário de Agache, a preocupação de De Groër vai mais no sentido da formalização de um ideal social, materializado na imagem da casa unifamiliar com jardim (independentemente do estrato económico a que se destina), do que da espacialização de um modelo urbanístico. O que não deixa de fazer, a partir de princípios e regras que orientam a futura organização do território, mas o modelo serve na medida em que encerra e legitima uma visão da sociedade e, por isso, da forma da cidade - a uma “sociedade-modelo” corresponde, necessariamente, um “espaço-modelo”. Se um defende uma abordagem mais estrutural ao urbanismo, centrando o seu discurso na construção do processo, o outro explora os seus mais aspectos formais, trabalhando ao nível da imagem.

Mas, o mais interessante no PUCS de De Gröer não é aquilo que revela abertamente, antes o que fica por desenhar e por dizer.

No Relatório Geral, o urbanista faz referência a uma zona, nos arredores de Cascais, “*que pode constituir um factor de desequilíbrio do plano de urbanização local*”. Trata-se da Quinta da Marinha, que abrange uma superfície de cerca 584,5 hectares de terrenos destinados à construção, aos quais se somam os 300 hectares de Crismina, estendendo-se, para norte, até à Malveira. “*Todos estes terrenos pertencem a uma sociedade particular cujo objectivo principal é o de vender talhões para a construção*”.

A pretensão da sociedade, propunha “*o alargamento da mancha urbana de Cascais até à costa ocidental*”⁹¹ através de um extenso empreendimento turístico⁹², com projecto de urbanização, datado de 1920, da autoria dos arquitectos Cackett & Burns. Este estudo compreendia uma área de 323 hectares, nos quais se propunha a constituição de “*316 talhões de grandes dimensões (2000 a 6000m² e um talhão com 17000m²), um hipódromo e 4 outros pequenos espaços livres*”, formando um novo aglomerado “*com um mínimo de 2000 a 3000 habitantes*”, à razão de 6 a 9 habitantes por hectare.

Embora aprovado pela Câmara Municipal em 1922, Agache ignora por completo a sua existência nos estudos de 1936. É só com De Gröer que estes terrenos são integrados no PUCS, classificados como Zona Residencial Semi-Rural da extensão de Cascais. Mas se lhes faz referência no texto do relatório, paradoxalmente omite-os, quer nas peças desenhadas, quer no Projecto de Regulamento das Zonas. Isto apesar de sublinhar que “*o plano de divisão dos talhões está elaborado por forma a poder aumentar-se exageradamente o número dos talhões, o que não permite prever com segurança o número dos futuros habitantes. Mais grave, ainda, é o facto de não se poder fiscalizar a actividade da empresa construtora*”.

Receando que a empresa pudesse vir a alterar as orientações expressas, “*passando a vender talhões de dimensões reduzidas para construção e sacrificando a mancha arborizada, tal como se*

“Torna-se, portanto, indispensável que a zona Marinha-Crismina seja incluída no plano de urbanização de Cascais e abrangida pela sua regulamentação. Podemos aceitar o actual talhamento da sociedade (ligeiramente corrigido), mantendo-se a baixa densidade de construção prevista e considerando a Marinha como zona semi-rural da extensão de Cascais. É necessário, igualmente, limitar a expansão deste talhamento conservando uma grande parte da mata existente e reservando espaços para acampamentos, para o que se torna necessário criar uma legislação adequada.”

Plano de Urbanização da Costa do Sol: Relatório Geral, Lisboa, MOP/Gabinete de Urbanização da Costa do Sol, [s.d.], p 245.

⁹¹ PEREIRA, Margarida, op. cit., pp. 166-167.

⁹² Classificação atribuída no âmbito do Decreto-Lei 1:121, de 2 de Dezembro de 1914.

verificou no Estoril há alguns anos”, De Gröer impõe que a área seja considerada de uso “*exclusivamente estival*”, “*submetendo nela a construção a uma regulamentação severa*”.

E os seus receios tinham alguma razão. Em 1956, já com o PUCS aprovado e em vigor, o *Plano de Urbanização da Marinha*, submetido pela Sociedade Comercial e Financeira, Lda, alargava o perímetro de urbanização previsto inicialmente para 800 hectares, “*conseguindo um acréscimo de 8500 habitantes (quase quadruplica a população inicial) e a formação de uma zona hoteleira*”.⁹³

Zonamento - Usos Propostos	Ha	Hab	%
Unidades Habitacionais:	460		57,0
Guincho	40	1 000	
Cresmina	73	1 800	
Central	61	1 500	
Cabo Razo	127	3 200	
Guia	159	4 000	
Centro Cívico e Comercial	10		1,2
Zona Desportiva do Hipódromo e Parque de Estacionamento	65		8,0
Zonas Desportivas da Guia e do Guincho	7		0,8
Zona Hoteleira	9		1,1
Zona Florestal	250		30,9
Zona Rural Interior	8		1,0
Total	809	11 500	100%

Se as zonas residenciais, reservadas, quase exclusivamente, a uma população flutuante, se enquadram nos princípios gerais do PUCS (com uma densidade de 25 hab/ha e 28,69m² de espaços livres por habitante), a nova zona hoteleira não estava vinculada a qualquer tipo de legislação específica. A única referência feita no relatório do PUCS a este tipo de equipamentos estipula que “*excepcionalmente, os hotéis podem apresentar uma altura pouco superior à que se fixa (4 a 5 pavimentos) desde que sejam servidos por ascensores e monta-cargas*”.

A informação favorável da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU)⁹⁴ e o parecer positivo (ainda que com condições⁹⁵) do Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP), deixam subentender os interesses económicos e políticos por detrás da operação⁹⁶. O loteamento é aprovado por despacho ministerial de 1 de Julho de 1957, justificando-se a cedência às alterações propostas com o facto de se tratar de uma zona de interesse turístico⁹⁷, sem, no entanto, se salvaguardarem as recomendações feitas, nem se acautelarem as necessárias reservas de terrenos para equipamentos e infraestruturas públicas.

Idêntico processo é desencadeado, em 1941, em Oeiras, com o pedido de urbanização de uma vasta área, a poente do aglomerado, abrangendo a Quinta Grande, a Quinta das Palmeiras, a Quinta do Marquês e a Quinta dos Lombos, numa área total de 65 hectares. De Gröer não o aborda no seu relatório (ao contrário da Quinta da Marinha), mas inclui parte do projecto (cerca de 25 hectares) na planta de zonas do Plano de Urbanização de Oeiras - Santo Amaro. Contrariando a extensão prevista no PUCS, Duarte Pacheco é peremptório na sua decisão: *“o gabinete não deverá tomar posição no problema, nem animar iniciativas desta natureza, antes de estar aprovado pelo Governo o plano de urbanização da Costa do Sol e assente o regime administrativo a adoptar na sua execução”*. E quando confrontado, um ano depois, com obras realizadas sem autorização oficial: *“o gabinete deverá promover o imediato embargo”*.⁹⁸

⁹⁴ Organismo, criado em 1944, que passa a centralizar a intervenção pública na área da urbanização, reunindo serviços que estavam, até então, dispersos por diversas tutelas (a Direcção dos Melhoramentos Rurais e as Secções de Arruamentos, da JAE; a Secção de Melhoramentos de Águas e Saneamento, da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos; e a Secção de Melhoramentos Urbanos, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais).

⁹⁵ Segundo Margarida Pereira, no Parecer do CSOP N.º 2748 recomenda-se que o plano *“(…) poderá ser aprovado sob expressa reserva de nele serem a todo o tempo introduzidas as alterações e modificações que venham a ser determinadas pelo Plano Regional, ou na sua falta por outros condicionamentos de ordem regional, aprovadas pelo Governo”*. (Cf. PEREIRA, Margarida, op. cit., p. 168)

⁹⁶ A urbanização da Quinta da Marinha será um dos factores responsáveis pelo prolongamento da Auto-Estrada até Cascais, alteração proposta pela JAE e integrada no Plano Rodoviário Nacional de 1945, mas só concretizada em 1991.

⁹⁷ Conforme a linha b) do Art.º 2.º do Decreto-Lei N.º 33:921, de 5 de Setembro de 1944.

⁹⁸ Processo 563 - CS, Despachos do Ministro das Obras Públicas, de 25 de Fevereiro de 1941 e de 8 de Agosto de 1942. (Cf. PEREIRA, Margarida, op. cit., p. 160)

Com a morte do Ministro, a pretensão é retomada, conseguindo despacho favorável do Subsecretário de Estado das Obras Públicas, a 16 de Outubro de 1944, que aprova as “Normas que devem regular o estudo e a realização do Plano de Urbanização da zona denominada ‘Nova Oeiras’”. As condições impostas, de acordo com a lei de 1935, obrigam a que o loteamento satisfaça certos requisitos: 20% da área total ser reservada a arruamentos; 15% a jardins, campos de jogos e zonas arborizadas; 5% a edifícios públicos; 3% dos terrenos da Quinta da Palmeira devem ser mantidos; e 57% da área total destinada para a construção de moradias (distribuindo-se em lotes de 800m² - 20%; de 1.200m² - 50%; e de 1.500m² - 30%)

Assim, é o próprio MOPC a validar desvios às directrizes do plano, permitindo o alargamento do perímetro urbano à custa da ocupação da zona rural de protecção (o que abre um precedente para situações posteriores), e contribuindo para a “*sobrevalorização fundiária, a dispersão da ocupação e o entesouramento de solo urbanizável*”.⁹⁹

Nova Oeiras é a primeira alteração autorizada ao PUCS. O facto de o urbanista não a mencionar abertamente no seu estudo é indicativo de uma crítica à actuação da administração central. O autor é obrigado a aceitar a sua presença, sem, no entanto, deixar de impor uma redução drástica na área de construção.¹⁰⁰

É já sobre estes condicionamentos que Luís Cristino da Silva (1896-1976) trabalha no seu *Ante-Plano de Urbanização da Quinta Grande em Oeiras*, propriedade da Sociedade Nova Oeiras, Lda, que assina, em 1953, com o “Arquitecto Tirocinante Auxiliar” Pedro Falcão e Cunha. Quinze anos depois do Areeiro, é a oportunidade de dar corpo à actualização de modelos reivindicada no Congresso de 1948 e, já por si, ensaiada no “Novo Bairro Operário do Barreiro” (1945-1951), para a CUF.

⁹⁹ PEREIRA, Margarida, op. cit., p. 87.

¹⁰⁰ Como referimos, dos 65 hectares inicialmente propostos é permitida a urbanização de apenas 25, limitando a intervenção aos terrenos situados a norte da linha de caminho-de-ferro. Na área sobranceira, De Gröer “*admite a instalação de um aeródromo*”, “*hipótese (...) anulada, em 1950, por decisão do Ministério das Comunicações*”. (Cf. Idem, p. 161)

Acompanhando a renovação de valores que se vive na capital¹⁰¹, o plano de Cristino da Silva para Nova Oeiras, que desenvolve entre 1953 e 1974, é ainda uma solução de compromisso entre modernidade e tradição. Balizas que, de resto, guiam todo o seu percurso profissional.



Numa intervenção que combina princípios espaciais e tipológicos da Cidade-Jardim - para resolver o “encosto” do plano ao território circundante (a baixa densidade, os traçados orgânicos e a moradia unifamiliar), com postulados da Carta de Atenas¹⁰² - na caracterização do núcleo central da urbanização (a separação dos percursos pedonais da rede de circulações mecânicas, a construção de unidades de habitação em altura, implantadas segundo a melhor orientação solar, e a libertação do solo a favor de amplas superfícies verdes de recreio), destacam-se as seis torres de dez pisos de altura, convictamente modernas, amenizadas contra o projecto paisagístico de Gonçalo Ribeiro Telles e Sampaio Fortes.

Ante-Plano de Urbanização da “Quinta Grande” em Oeiras - Propriedade da Sociedade Nova Oeiras Lda. Luís Cristino da Silva e Pedro Falcão e Cunha, 1953 (imagem Luís Cristino da Silva [Arquitecto], Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/CAM José de Azeredo Perdigão, 1998)



Nova Oeiras Fotografias Aéreas, anos 60 (imagens Luís Cristino da Silva [Arquitecto], Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/CAM José de Azeredo Perdigão, 1998)

Espécie de “Cidade Contemporânea para 3 Milhões de Habitantes” filtrada pela experiência inglesa do *landscape design*, como sugere José Manuel Fernandes¹⁰³, não consegue, no entanto, libertar-se da “moldura” provinciana que ainda a espartilha.

¹⁰¹ Com a construção do Bairro das Estacas (Formosinho Sanchez e Ruy Jervis d’Athouguia, 1949-1955), do conjunto da Avenida Infante Santo (Alberto José Pessoa, Hernâni Gandra e João Abel Manta, 1955-1956), e dos Olivais Norte (Gabinete de Estudos de Urbanização-CML, 1955-1958).

¹⁰² Divulgada, pela primeira vez em Portugal, por Nuno Teotónio Pereira na revista *Técnica* (N.º 138, Maio 1942; N.º 142, Dezembro 1943; e N.º 143, Janeiro 1944).

¹⁰³ FERNANDES, José Manuel, “Luís Cristino da Silva, A Obra: Enquadramento e Síntese”, in *Luís Cristino da Silva [Arquitecto]*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/CAM José de Azeredo Perdigão, 1998, p. 83.





Costa do Sol,
Paço de Arcos-Cascais
Vista Aérea, 1960
(imagens
Instituto Geográfico Português)

Num momento em que a gestão do território volta a estar nas mãos das Câmaras Municipais, aprovado o *Plano de Urbanização da Costa do Sol*, e extinto o respectivo Gabinete, em 1948, a falta de verbas próprias e a reintrodução da avaliação judicial nos processos de expropriação, deixa as autarquias à mercê do capital privado. Sem meios, económicos e técnicos, para promover a criação de solo urbano, e, “sobretudo, garantir a concretização dos usos não rentáveis (mancha florestal, área rural de protecção, áreas para equipamentos)”¹⁰⁴, as iniciativas de urbanização continuam a ser determinadas pelos proprietários fundiários, sacrificando-se a integridade do plano pela obtenção de mais-valias financeiras. A própria DGSU mostra-se conivente com este processo, cedendo à pressão das grandes sociedades imobiliárias.

Se, numa primeira fase, estes desvios são geridos em referência ao instrumento regulador, a revisão de 1959¹⁰⁵ e a conjuntura expansionista dos anos sessenta conduzem à inevitável clivagem entre o discurso político, agarrado ao documento formal e aos objectivos traçados na década de trinta, e as reais dinâmicas de desenvolvimento urbano, que acusam uma ocupação anárquica do território (analisadas as situações “caso a caso”), o alargamento dos perímetros urbanos (à custa das zonas rurais e florestais de protecção) e um aumento sistemático dos índices estipulados (densidades relativas, número de pisos, etc).

A Costa do Sol vai perdendo importância relativa como estância turística para se consolidar como subúrbio residencial de Lisboa. A inauguração da Ponte Salazar sobre o Tejo, a 6 de Agosto de 1966, reforça esta tendência, anunciando a descoberta de novas paragens, e de novas paisagens, a caminho do sul.

¹⁰⁴ PEREIRA, Margarida, op. cit., pp. 117-118.

¹⁰⁵ Na introdução ao seu relatório, Etienne de Gröer salvaguarda que “a pedido das Câmaras Municipais o Plano poderá ser revisto de 5 em 5 anos”. A primeira revisão, prevista para 1953, é dispensada dado o cumprimento generalizado das directrizes do plano, mas, três anos depois, face às alterações entretanto introduzidas, é feita a sua reavaliação por uma comissão nomeada para o efeito. No entanto, é só com o *Plano Director da Região de Lisboa*, lançado pela Lei N.º 2:099 de 14 de Agosto de 1959, que se procede a uma efectiva revisão do PUCS, definindo-se novas regras de gestão para esta extensão.

“Conclusão

O Conselho Superior de Obras Públicas, pela 1.ª Subsecção da sua 3.ª Secção, emite o seguinte parecer sobre o projecto de revisão do plano de urbanização da Costa do Sol:

Trata-se de um trabalho de elevado nível técnico em que os seus autores revelaram profundo conhecimento da mecânica da aplicação das disposições regulamentares vigentes, como também manifesto desejo de as aperfeiçoar.

Todavia esse desejo (...) foi levado tão longe que, da aprovação integral das modificações propostas ou sugeridas, resultaria a substituição do regulamento que actualmente vigora por outro baseado em princípios totalmente, ou muito, diferentes daqueles que têm orientado até ao presente, a urbanização da Costa do Sol.

E porque uma radical modificação de critério orientador se reputa inconveniente, entende o Conselho que a revisão se deve limitar por agora à correcção dos traçados referida no corpo da consulta e às alterações regulamentares propostas neste parecer.

Finalmente, julga de salientar mais uma vez a necessidade de promover a urgente organização do Plano Regional de Lisboa, base segura e indispensável para o estudo de qualquer problema urbanístico, como o presente.”

(Parecer N.º 2739, Revisão do PUCS, Lisboa, CSOP, 14 Março 1958)

667

668

O PUCS como Modelo Urbanístico

No diploma que aprova o *Plano de Urbanização da Costa do Sol*, esclarecem-se as intenções que levaram à realização do estudo:

*“A primazia com que foi considerada a região da Costa do Sol justificava-se amplamente, dadas as suas características excepcionais, o progressivo crescimento da sua população e, finalmente a necessidade de disciplinar convenientemente a construção, que então se verificava já em larga escala, por forma a evitar a repetição dos inúmeros erros anteriormente cometidos, caminhando-se para a constituição de um núcleo urbano tanto quanto possível perfeito e que, pela sua imediata vizinhança da capital, viesse a servir de modelo a outras áreas de natureza semelhante”.*¹⁰⁶

O alcance do plano não ficava pela sua dimensão regional. Pretendia-se que ele viesse a funcionar como guião para a intervenção noutras zonas balneares de interesse turístico, apesar da sua homologação tardia¹⁰⁷. Referência que se estabelece a dois níveis: o da “imagem” e o do “processo”.

O “Plano-Imagem”

A perspectiva regional avançada por Agache para a Costa do Sol, equaciona a presença de um novo factor de desenvolvimento urbanístico: o automóvel. Concorrente directo do transporte ferroviário, o carro, mas também a camioneta, vinha alimentar, tal como o comboio um século atrás, as aspirações de expressão individual de uma população cerceada por um regime de pendor policial e corporativista, sugerindo a possibilidade da escolha de itinerários próprios e alternativos. Nesse sentido, mais do que velocidade, o “automóvel” é um símbolo de liberdade: liberdade de movimento, relativa é certo, mas também liberdade de decisão.

¹⁰⁶ Decreto-Lei N.º 37:251, *Diário do Governo*, I.ª Série, N.º 300, 28 Dezembro 1948, p. 1715.

¹⁰⁷ Até 1948, são submetidos a Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas os Planos de Urbanização de nove estâncias balneares portuguesas importantes: Praia da Rocha (1936), Praia de Mira (1937), Praia de Monte Gordo e Praia de Moledo (1942), Praia da Vieira de Leiria (1946), Costa da Caparica e Póvoa de Varzim (1947), Esposende e Armação de Pêra (1948). (Cf. LÓBO, Margarida Souza, op. cit. pp 287-288)

Embora a Auto-Estrada Turística do Estoril abra um novo capítulo na história das comunicações nacionais é, no entanto, a Estrada Marginal que marca o imaginário turístico dos anos 40, presença que ainda hoje se faz sentir. Epítome dos tempos modernos, da descoberta do litoral como espaço de descomprometimento e de ausência de limites, ou assim o parecia, a marginal é reproduzida em quase todas as praias portuguesas, herdeira do “Passeio Alegre” ou da *passeggiata* à beira-mar, agora vivida ao volante de um automóvel. Aqui se vão concentrar os equipamentos balneares de referência da década seguinte, o “Hotel de Praia” e, com a crescente adesão à prática desportiva, a “Piscina de Mar”.

Sob esta aparente imagem de modernidade, escondiam-se, no entanto, as reais intenções do poder político, bem mais conservadoras: controlar as condutas sociais, alargando o seu raio de vigilância aos novos espaços públicos de vivência dos tempos livres e do lazer, e mascarar, aos olhos do turista estrangeiro, mas também do nacional, a miséria em que ainda se vivia na maior parte das povoações piscatórias do litoral português (e não só).

Em contraste com a atitude progressista do seu antecessor, embora mantendo as directrizes gerais do seu estudo, Etienne De Gröer introduz uma feição mais ruralista e provinciana no PUCS, consubstanciada na apologia da moradia unifamiliar com jardim como arquétipo residencial. Tipologia que encontra raízes no *chalet* de veraneio de finais de século e que se vai reproduzir por toda a costa. Lembrando um dos *slogans* propagandeados pela Campanha Nacional de Educação de Adultos, de 1956, “Quem casa quer casa”, então, “Quem tem férias quer casa de férias”. E o modelo ideal de “Casa de Férias” é o cristalizado no PUCS, independentemente do estilo em que este se vai materializar.

A “Marginal” e a “Casa de Férias” são, assim, os estereótipos que vão caracterizar a urbanização dos aglomerados balneares da década de 1940 e seguintes.¹⁰⁸

¹⁰⁸ Ver LOBO, Susana, “A Costa do Sol: Planear uma Região de Turismo nos anos 40”, JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO, Oeiras, 2008. *O Plano de Urbanização da Costa do Sol: uma*

O “Plano-Processo”

Na sequência do PUCS, seria feito um estudo análogo para o Concelho de Almada, elaborado pelo mesmo Etienne De Gröer com a colaboração de João Guilherme Faria da Costa¹⁰⁹, do qual não se conhecem as peças urbanísticas: nem o plano gráfico, nem o seu regulamento. Deste plano regional resultaria o *Plano de Urbanização da Costa da Caparica*, de Faria da Costa, finalizado em 1947. Depois disso, a experiência da Costa do Sol só voltaria a repetir-se, trinta anos depois, no Algarve.

O *Plano Regional do Algarve*, coordenado pelo urbanista Luigi Dodi, é apresentado em 1966, ano em que é inaugurada a ponte sobre o Tejo. Tal como o PUCS, organiza o território a partir de um sistema de infraestruturas rodoviárias ancoradas no projecto de uma nova Auto-Estrada, que serviria longitudinalmente toda a região, e na Estrada Nacional, N.º 125, existente, ligando os principais centros urbanos da costa. Também aqui, a faixa litoral é dividida em sectores, ou grupos, para os quais seriam, posteriormente, desenvolvidos os respectivos planos de pormenor sub-regionais. Para a supervisão dos trabalhos, é igualmente criado, na Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, um Gabinete Técnico de apoio, responsável pelo acompanhamento do plano e sua implementação local, garantindo a unidade e a coerência das intervenções propostas.

Mais do que se constituir como um mero modelo formal, o PUCS apresenta-se, assim, como um guião para a construção de uma política urbanística regional e sua gestão. Infelizmente, no Algarve repetem-se os mesmos erros de concretização que se verificaram na Costa do Sol: o desfasamento entre o modelo urbanístico proposto e a realidade do processo de urbanização do território.

visão inovadora para o território: Actas, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 2009, pp. 65-79.

¹⁰⁹ Faria da Costa que havia já participado no PUCS de De Gröer com uma série de planos para o arranjo de espaços públicos: da Alameda de Miratorres, em Caxias, da faixa litoral de Paço de Arcos e da zona da estação de Santo Amaro de Oeiras. (Cf. LÔBO, Margarida Sousa, op. cit. p. 92)

Curioso é que o PUCS seja o único Plano Geral de Urbanização a obter aprovação, sem condicionamentos, durante o Estado Novo, e que, num país voltado sobre si mesmo e empenhado em afirmar a sua especificidade, para o planeamento urbanístico das suas mais importantes zonas balneares turísticas, as com maior visibilidade no exterior, se tenha recorrido, precisamente, à colaboração de urbanistas estrangeiros.

Capítulo 3

A limitação do horário laboral e a legitimação científica do direito ao descanso operário, uma das mais importantes conquistas sociais do início do século XX, fundamenta a redistribuição do uso do tempo quotidiano em “três oitos”: oito horas de trabalho, oito horas de repouso e oito horas de sono. Princípio ratificado, em 1919, pela *Organisation Internationale du Travail*, criada, nesse mesmo ano, pelos países signatários do Tratado de Versalhes, o “dia de oito horas” levantava um novo desafio à sociedade industrializada: a organização dos tempos livres dos trabalhadores.

Contra os “perigos” da ociosidade e da preguiça, era necessário orientar e disciplinar a recreação popular no sentido da regeneração do corpo e do espírito exigida pela fadiga física e pela monotonia do trabalho mecânico. O enquadramento social dos novos lazeres operários é, assim, entendido como um dever moral do Estado, quer enquanto meio de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, o poder económico da nação, quer como veículo de promoção intelectual do trabalhador e de dignificação do seu carácter, quer, mesmo, como mecanismo de repressão das liberdades pessoais a favor da integração do indivíduo numa representação colectiva da sociedade que prevenisse conflitos de classe. Na sua comunicação ao *Congresso Mundial dos Tempos Livres e do Recreio*, de 1936, Rudolf Hess, ministro do III Reich, afirmava que “*a organização judiciousa do lazer dos trabalhadores é uma condição essencial não apenas da paz social no interior dos países como também da paz política entre as nações*”.

Com a institucionalização generalizada das férias e a uniformização do seu período de duração e de incidência (que devia coincidir com a interrupção anual do calendário escolar) a questão do Lazer ganha uma escala nunca antes considerada. Gradualmente, uma massa crescente da população urbana vê-se confrontada com o “vazio” e com a possibilidade de romper com rituais de sociabilidade instituídos para experimentar práticas antes reservadas às elites. Situação que ganha contornos problemáticos no quadro de instabilidade económica e política da década de trinta, decorrente da “Grande Depressão” e do acentuar de antagonismos nacionalistas. É neste contexto que se percebe a atenção dada pelos regimes totalitários europeus à instrumentalização do recreio popular e à sua centralização em organismos de carácter político-ideológico, no pressuposto de que os lazeres operários deviam ser encarados numa lógica de programação colectiva que englobava desde o desporto e o Turismo cultural, ao serviço paramilitar e a doutrinação política.

A divulgação de modalidades como o “alberguismo”, o campismo ou o excursionismo reflectem, por outro lado, um desejo de reconciliação com o meio natural e de descoberta de novas paisagens e costumes. Mas é a viagem e a ideia de “partir de férias” que marca a cena turística do período de entre guerras, alimentada pela propaganda às colónias balneares “dopolavoristas” e aos cruzeiros populares da *Kraft durch Freude*. Seria preciso, no entanto, esperar pelo fim da II Guerra Mundial para que este imaginário, por fim, se tornasse uma realidade para a maioria das famílias, favorecido pelo reconhecimento na Declaração Universal dos Direitos do Homem, adoptada em 1948 pelas Nações Unidas, do direito a férias pagas periódicas e pelo crescimento económico dos anos cinquenta. Herdeiras das organizações nacionalistas, as agências de viagens e os clubes de férias deixavam à escolha do cliente as actividades em que queria participar. E, se se preferisse uma modalidade mais familiar e pessoal, era sempre possível investir na compra de uma “Casa de Férias” própria.

*Ciutat de Repòs i de Vacances:
la necesidad de la vida al aire libre*

A consciência da importância das férias enquanto tempo pessoal de descanso, de divertimento e de desenvolvimento, os três “Ds” que resumem as funções do lazer¹, sustenta o discurso socio-político, do período de entre guerras, sobre a necessidade da organização dos tempos livres dos trabalhadores. Discurso que, simultaneamente, acompanha e alimenta o aparecimento de certas práticas sociais e comportamentos, determinantes para compreender a generalização, e a industrialização, do Lazer nas décadas seguintes. É em Espanha que as mais relevantes experiências neste contexto, urbanísticas e arquitectónicas, ganham corpo, associadas, inevitavelmente, ao tema do veraneio balnear.

Apresentada oficialmente no sétimo número da revista *AC: Documentos de Actividad Contemporánea*², relativo ao terceiro trimestre de 1932, a proposta da criação de uma *Ciutat de Repòs i de Vacances* para Barcelona equaciona, de forma inédita, a aplicação dos princípios do urbanismo moderno à organização espacial do repouso das massas operárias. Uma organização que passava, agora, pela planificação de zonas próprias, fora da cidade, e pela oferta de programas específicos, dedicados exclusivamente ao ócio, que proporcionassem o contacto directo com o meio natural e a prática de actividades, desportivas e recreativas, mais adequadas à regeneração física, mas, também, mental, do trabalhador, no pressuposto de que “*l’ambient forma l’individu*”.³

“El deporte, la vida higiénica al aire libre, el perfecto equilibrio físico, constituyen hoy día una necesidad ineludible para las masas.

El ritmo veloz, absorbente y dinámico de la vida moderna, exige estos paréntesis de contacto directo con una atmósfera absolutamente sana.

¹ DUMAZEDIER, Joffre, *Vers une civilisation du loisir?*, Paris, Éditions du Seuil, 1962, p. 26.

² Revista trimestral publicada, entre 1931 e 1937, pelo *Grupo de Arquitectos y Técnicos Españoles para el Progreso de la Arquitectura Contemporánea* (GATEPAC), fundado em 1930 e com representação no *Comité Internacional pour la Résolution des Problèmes de l’Architecture Contemporaine* (CIRPAC), da qual são lançados, ao todo, 25 números.

³ “L’ambient forma l’individu”, *AC: Documentos de Actividad Contemporánea*, Barcelona, N.º 25, Janeiro-Março 1937, p. 10.

Existe la necesidad, pero no los medios fáciles de satisfacerla. Es preciso, pues, crearlos, de una manera inteligente y racional.

Las grandes aglomeraciones de las masas y sus desplazamientos simultáneos, en días determinados - festivos -, crean un problema que ha de ser resuelto con el plan moderno, expresión del espíritu de nuestra época.

Es un hecho vivo el cambio de costumbres y necesidades de los últimos veinte años. Existe un afán de contacto directo con la naturaleza (reacción psicológica contra la vida urbana). Y la humanidad busca instintivamente los medios de mejorar el individuo.

Las autoridades, mandatarias del pueblo, deben recoger este deseo, esta necesidad de las masas. Y tienen el deber, la obligación, de organizar, crear y estructurar por los medios más modernos - funcionalistas - las zonas dedicadas al reposo y a la vida al aire libre, antes de que el crecimiento de la ciudad lo haga imposible.”⁴

“El vacío político que se generó después de la dimisión de Primo de Rivera el 26 de enero de 1930, abrió el juego para imaginar un futuro mejor. La alianza de las fuerzas del trabajo, la técnica y la cultura era un vehículo imprescindible para un nuevo proyecto político. Desde Azaña hasta Ortega, pasando por gente de clara ideología de izquierdas como José Díaz, todos defendían la necesidad de construir este discurso. (...) El recurso a un imprescindible dirigismo intelectual técnico que desde tiempos del noucentisme había arraigado en Cataluña, ya fuese orquestado por ingenieros o arquitectos, volvía a aparecer, ahora con otras intenciones.”

Assim, mais do que um simples plano urbanístico, a *Ciutat de Repòs i de Vacances* é expressão da confiança de uma nova geração de arquitectos no projecto político que se desenha com o fim da ditadura militar de Primo de Rivera e com o regime de autonomia administrativa que a II República introduz na Catalunha. De resto, já em 1929, a exposição “Arquitectura Nova”, realizada nas *Galerías Dalmau* como reacção ao academicismo da Exposição Internacional de Barcelona, tinha aberto o espaço necessário para dar voz a um grupo de profissionais empenhados, ideológica e socialmente, na construção de um “Espírito Novo” que se revia nos princípios reformadores do Movimento Moderno internacional. Evento paralelo que proporcionou a oportunidade para Josep Lluís Sert e Josep Torres Clavé apresentarem o projecto de um *Pueblo de Veraneo* para a Platja d’Aro na Costa Brava, então totalmente desabitada, onde surgem, aplicados ao Lazer, conceitos de standardização e de tipificação inspirados no modelo fordista de produção em massa.⁵

ROVIRA, Josep M., “Ordenar las vacaciones, diseñar el reposo. La Ciutat de Repòs i de Vacances del GATCPAC en el litoral barcelonés (1931-1936). Otros climas, otros sueños”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965*: Actas, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, p. 36.

⁴ “La necesidad de la vida al aire libre”, AC: *Documentos de Actividad Contemporánea*, Barcelona, N.º 7, Julho-Setembro 1932, p. 17.

⁵ Modelo idealizado por Henry Ford (1863-1947), fundador da *Ford Motor Company*, que encontra raízes no “taylorismo”, ou “administração científica”, desenvolvido pelo engenheiro Frederick Winslow Taylor (1856-1915) sobre quatro princípios fundamentais de rentabilização da produção: planeamento, especialização, controle e execução. O “fordismo” terá a sua expressão máxima com a recuperação capitalista do pós II Guerra, mas a rigidez dos seus pressupostos, não considerando a variedade e baseando-se na acumulação de *stocks*, determinaria a sua substituição por modelos mais flexíveis às lógicas do mercado de consumo.



“El proyecto desarrollado incluye un programa en cuatro apartados: habitación (hoteles, habitaciones con servicios comunes y cinco tipos de villas en serie); lugares de reunión (casino, club náutico, sala de espectáculos, estadio, golf, cafés y restaurantes); servicios utilitarios (ayuntamiento, mercado, estación, tiendas, garajes, paradas de coches); y circulación. Todo ello ordenado para ‘resolver todos los inconvenientes e incomodidades de las actuales ciudades de playa, con sus calles tortuosas, difícil circulación, amontonamiento excesivo, anarquía arquitectónica, falta de visualidad a la playa, dificultades de estacionamiento de coches, etc.’”⁶

Sert, que trabalha, nesse ano, com Le Corbusier e Pierre Jeanneret em Paris⁷, introduz com esta proposta uma abordagem disciplinar inédita à questão do Turismo, tema incontornável da historiografia do século XX que, curiosamente, fica à margem do discurso moderno sobre o tempo livre e o seu papel na organização do território. Numa visão de futuro, o programa que apresenta com Torres Clavé para uma “cidade balnear de fim-de-semana” reflecte as preocupações específicas de um país culturalmente ligado ao mar e a um recreio de Praia que as décadas seguintes vão saber potenciar.

⁶ PÉREZ ESCOLANO, Víctor, “En los orígenes del turismo moderno. Arquitectura para el ocio en el tránsito a la sociedad de masas”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, pp. 26-27.

⁷ Onde participa nos projectos da Sede para a Sociedade das Nações, em Genebra, da Villa Savoie, em Poissy, e no concurso do Palácio dos Soviets, para Moscovo. (Cf. MUMFORD, Eric, “Sert y los CIAM”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, V, Barcelona, 2005. *El GATCPAC y su tiempo: política, cultura y arquitectura en los años treinta: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2005, p. 93.

Pueblo de Veraneo en la Costa Brava (Gerona)
 Perspectiva de Conjunto
 Josep Lluís Sert e

Josep Torres Clavé, 1929
 (imagem FREIXA, Jaume, *Josep Lluís Sert: Obras y proyectos*, 4.ª edição, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1997, p. 14)



Pueblo de Veraneo en la Costa Brava (Gerona)
 Maqueta das residências unifamiliares tipo e
 Maqueta do Hotel, Casino e Clube Náutico

Josep Lluís Sert e
 Josep Torres Clavé, 1929
 (imagem FREIXA, Jaume, *Josep Lluís Sert: Obras y proyectos*, 4.ª edição, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1997, p. 14)

Preocupações reiteradas no projecto ideológico do GATCPAC para a “Nova Barcelona”, e que revelam, ainda hoje, uma pertinência e actualidade surpreendentes. Esse será o principal contributo dos arquitectos espanhóis para o debate urbanístico lançado pelos CIAM.

Fundado em Outubro de 1930, o *Grupo de Arquitectos y Técnicos Españoles para el Progreso de la Arquitectura Contemporánea* (GATEPAC) constitui-se como representante oficial do *Comité International pour la Résolution des Problèmes de l'Architecture Contemporaine* (CIRPAC) em Espanha, subdividindo-se em três grupos regionais: o do Centro, sediado em Madrid sob a presença tutelar de Fernando García Mercadal (1896-1985); o do Norte, centrado, em Bilbao e San Sebastian, quase exclusivamente em torno da obra de José Manuel Aizpúrua (1904-1936); e o de Este, com base em Barcelona, dinamizado por Josep Lluís Sert (1902-1983) e Josep Torres Clavé (1906-1939). Com uma actividade relativamente reduzida⁸, os grupos do Centro e do Norte seriam rapidamente secundarizados pela intensidade do trabalho desenvolvido pelo grupo catalão no curto período de vida deste organismo, dissolvido com o início da Guerra Civil Espanhola e, particularmente, com a criação do *Sindicat d'Arquitectes de Catalunya* (SAC) a 31 de Julho de 1936. Distanciamento que seria agravado pela adopção de uma nomenclatura própria - GATCPAC - dentro do projecto unitário que se pretendia implementar.

No número inaugural da *AC*, editado no primeiro trimestre de 1931, ficavam claros os objectivos do Grupo. Na capa, uma nova arquitectura perspectivava o corte definitivo com os estilos do passado. Uma nova arquitectura a que devia corresponder uma nova concepção de sociedade e, por isso, de cidade.

⁸ Para uma leitura mais aprofundada sobre a actividade do GATEPAC e dos seus grupos regionais ver CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, V, Barcelona, 2005. *El GATCPAC y su tiempo: política, cultura y arquitectura en los años treinta: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2005.



AC Documentos de Actividad Contemporánea: Publicación del GATEPAC, Barcelona, N.º 1, Primer Trimestre 1931
 Capa
 (imagen www.coac.net)

“Nuestra época se caracteriza por un gran movimiento universal de renovación.

Nuevas estructuras sociales aparecen. Las sociedades modernas tienden a ser regidas por las necesidades colectivas iguales para todos los países cultos. Fábricas, escuelas, deportes. Habitaciones, espectáculos. Transportes, vías de comunicación. URBANISMO.

Se conocen nuevos procedimientos y materiales de construcción de uso universal.

Debemos adoptarlos. La estructura de un edificio cambia con los materiales. Las necesidades económicas - LEY DE ECONOMÍA - exigen la rapidez sin olvidar la perfección. La industria (maquinismo) puede resolverlo produciendo elementos-tipos fabricados en gran cantidad. SERIE.

Estamos en presencia de un estado de espíritu nuevo que anula costumbres y tradiciones y que tiende a ser universal. La Arquitectura contemporánea, debe estar de acuerdo con estos caracteres. Adaptar un sistema histórico, es falsear el sistema, y negar la época. En las Arquitecturas regionales, producto de las condiciones de clima, costumbres locales y materiales de que se dispone, sólo el clima tiene un valor absoluto. Lo esencial subsistirá. Lo episódico, lo accidental, debe desaparecer.”⁹

⁹ AC Documentos de Actividad Contemporánea: Publicación del GATEPAC, Barcelona, N.º 1, Primer Trimestre 1931, p. 13.

“Desde 1854 a 1931, Barcelona se ha extendido sometiéndose a un trazado previamente ordenado, señalado en el Plano Cerdá. La ciudad ha arrebasado este plano y como consecuencia de esto y por falta de otro plano de conjunto ha adoptado el Ayuntamiento de Barcelona el Sistema de Urbanizaciones parciales que presenta como graves inconvenientes:

- 1) Favorecer, generalmente, intereses particulares;*
- 2) No tener en cuenta cual ha de ser la distribución de las distintas zonas de la futura ciudad ni su emplazamiento;*
- 3) Imposibilidad de unir estas urbanizaciones entre si de una manera lógica y racional;*
- 4) El plano actual de enlaces sólo tendrá razón de existir cuando están perfectamente determinadas cada una de las nuevas zonas, pues resulta imposible enlazar lo no determinado. Es necesaria la formación de un plano de Barcelona en el que se precise la situación, facilitando la extensión de cada una de las zonas que integrarán la nueva ciudad.”*

“Urbanización de la Barcelona futura”, AC Documentos de Actividad Contemporánea: Publicación del GATEPAC, Barcelona, N.º 1, Primer Trimestre 1931, pp. 20-21.

Responsável pela direcção da revista, o grupo de Este aproveita a oportunidade para manifestar publicamente a sua posição relativamente à recente constituição de um Conselho Superior de Urbanismo na Câmara Municipal de Barcelona, encarregado de proceder à elaboração de um *Plano de Reforma del Casco Antiguo* da cidade. No artigo “Urbanización de la Barcelona futura” ficava sublinhado que, *“una vez más a los arquitectos y técnicos de Barcelona, se les niega el derecho de exponer sus ideas y contribuir con ellas a la solución de un problema de tal capital interés para todos sus ciudadanos”* e defende-se que *“es necesaria la convocatoria de un concurso, dada la gran importancia y responsabilidad de esta cuestión. - Creemos que de él depende la obra de todos los arquitectos que trabajan y trabajarán en Barcelona durante muchos años y el incremento y la vida de la ciudad en todos sus aspectos”*. Ficava, assim, registada a necessidade de se pensar o Casco Velho na sua relação com *“la forma y disposición del Conjunto de la nueva ciudad”*. *“No se puede pretender modernizar la ciudad vieja, es en cambio necesario higienizarla y enlazarla con la nueva urbanización por medio de vías de comunicación”*.¹⁰

No final desse ano, a 31 de Outubro de 1931, a *Generalitat* de Barcelona encomenda a Nicolau Rubió i Tudurí a realização de um *Plano de Distribuição de Zonas do Território Catalão (Pla de Distribució de Zones del Territori Català)*, que seria publicado no ano seguinte. Mas Rubió, defensor do modelo da Cidade-Jardim e das doutrinas do *Musée Social* francês de início do século, representava um passado com o qual os arquitectos modernos pretendiam romper, ainda que o novo planeamento preconizado encontrasse raízes nos princípios de colectivização do solo urbano e do seu zonamento funcional, privilegiando os espaços verdes livres, defendidos por Ebenezer Howard, e de ordenamento do território à escala regional, introduzidos por Patrick Geddes.

¹⁰ “Urbanización de la Barcelona futura”, *AC Documentos de Actividad Contemporánea: Publicación del GATEPAC*, Barcelona, N.º 1, Primer Trimestre 1931, pp. 20-21.

Neste contexto, também não será por acaso que este primeiro número termina com a apresentação do projecto da OSA (*Obiedinenie Sovremenikh Arkhitektorov*), a União de Arquitectos Contemporâneos Soviéticos, para a “*Ciudad Verde de Moscú*”. Fazendo eco do III CIAM, realizado, no ano anterior, em Bruxelas, sobre o tema “Planeamento Racional”¹¹, o GATCPAC avança, em 1931, com uma série de propostas para a “*Barcelona Futura*”, que pretendia apresentar na primeira reunião do CIRPAC a realizar, nessa cidade, em Março do ano seguinte. Entre elas o *Proyecto de Urbanización de la Diagonal de Barcelona*, apresentado logo no número de Outubro-Dezembro de 1931¹², e a *Ciutat de Repòs i de Vacances*, três números depois.



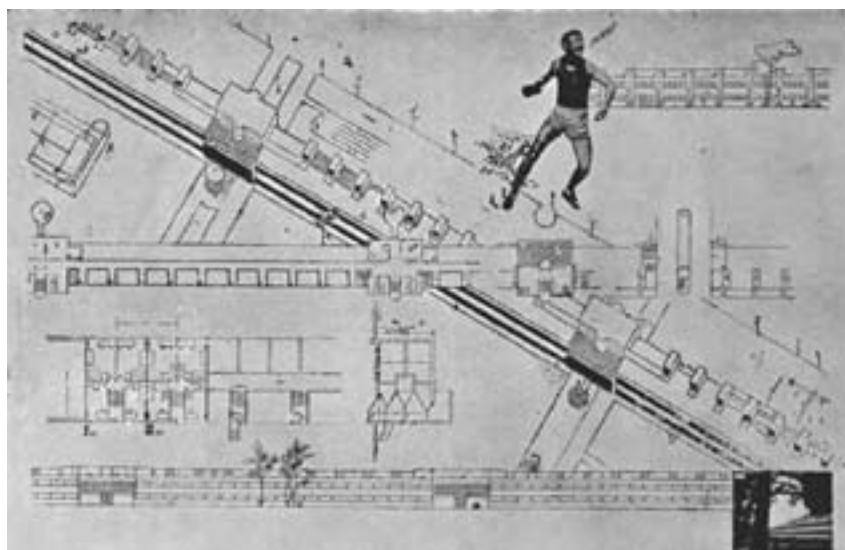
Proyecto de Urbanización de la Diagonal de Barcelona
Perspectiva
GATCPAC, 1931
(imagem www.coac.net)

As referências ao exemplo soviético são evidentes no projecto da “*Ciutat de Repòs*”. Pensado como um “*gigantesco sanatorio proletario, a las puertas de Moscú*”, a “*Cidade Verde*” constituiu-se como um satélite da capital, afastado do ambiente nocivo do grande centro urbano para se implantar, cinquenta quilómetros a norte de Moscovo (mais precisamente, em Bratovchtchina), no meio de um amplo bosque com 15.000 hectares, dos quais 11.500 são deixados livres de construção. Mais do que uma Cidade-Jardim, a nova estância de veraneio operário e estação climática é concebida como uma “*Cidade-Bosque*”, servida estrategicamente

¹¹ Primeiro dos congressos a que Sert assiste, seguindo o exemplo de Fernando García Mercadal que os acompanha desde a sua fundação, em 1928.

¹² “*Proyecto de Urbanización de la Diagonal de Barcelona*”, *AC Documentos de Actividad Contemporánea: Publicación del GATEPAC*, Barcelona, N.º 4, Cuarto Trimestre 1931, pp. 22-27.

pela linha de caminho-de-ferro do Norte e por uma Auto-Estrada, do “*tipo americano*”, para o tráfego mais intenso de automóveis, autocarros e motocicletas.



O complexo é dividido em sete partes, “*unidas entre si por un plan único y por una dirección común*” que garantem a unidade e a harmonia do conjunto:

“1. *Una parte central: Dirección de la ciudad. Instituciones de utilidad pública (correo, telégrafos, teléfonos, radio, estación de autos y estación de F.C.). Instituciones comerciales y de aprovisionamiento (vestido, calzado, útiles para deportes, libros y productos diversos). e Instituciones auxiliares (garages, aeródromo, granjas panadería mecánica, etc, etc).*

2. *Una parte cultural y de educación: Instituciones científicas, estaciones experimentales, parques zoológico y botánico, bibliotecas, museos, exposiciones de arte, teatros, cines, salas de concierto y de conferencias, etc, etc).*

3. *Una parte dedicada a la cultura física: Estadiums, terrenos de juego, velódromos, etc, etc.*

4. *Un grupo de vivienda: Hoteles, habitaciones en común, etc.*

5. *Un grupo terapéutico y profiláctico: Casas de reposo, sanatorios, colonias obreras, sanitarias y medicales, sanatorios especiales, clínicas de todos minerales (en la parte meridional de la Ciudad Verde se encuentran estos de superior calidad).*

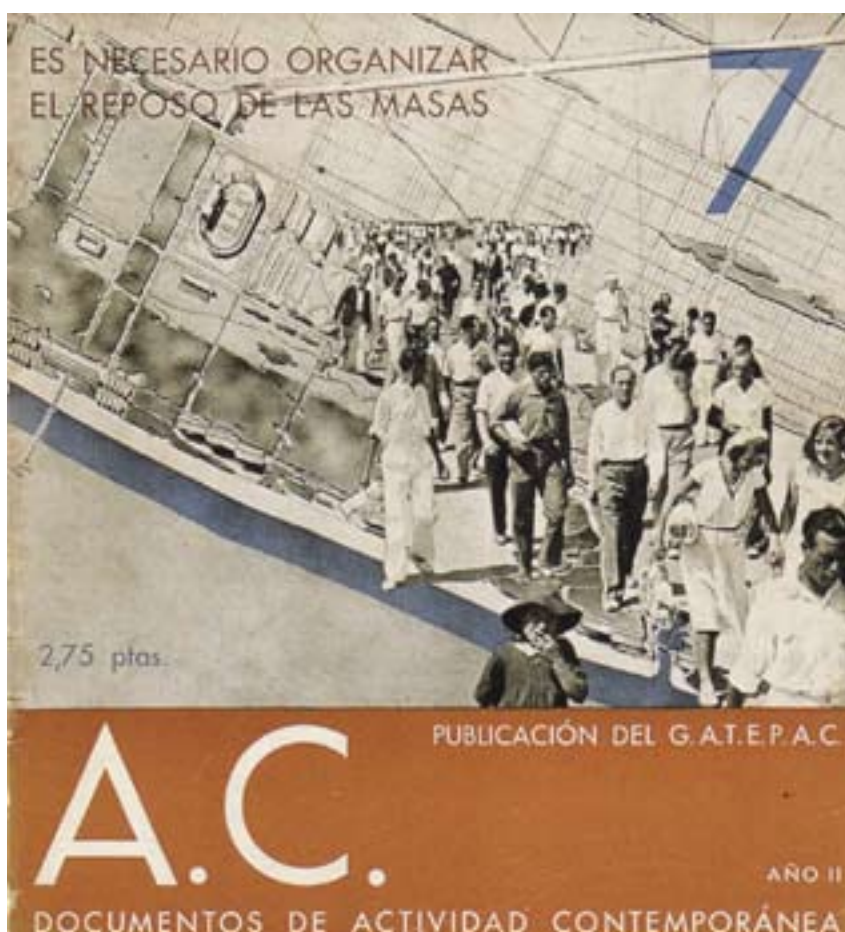
6. *La parte de los niños: Escuelas, bosques, jardines de la infancia y terrenos de juego, casas de descanso, clínicas, casas de salud y sanatorios infantiles.*

7. *La parte de las construcciones cooperativas: Construcciones para la instalación permanente de colectividades de trabajadores, en primer lugar de los obreros de las fábricas y talleres de los alrededores”.*¹³

¹³ “La Ciudad Verde de Moscú”, *AC Documentos de Actividad Contemporánea: Publicación del GATEPAC*, Barcelona, N.º 1, Primer Trimestre 1931, pp. 30-32.

O que começa por ser pensado apenas como um modelo espacial para a organização do repouso periódico dos trabalhadores rapidamente se transforma numa experiência social, aberta à discussão e à participação pública, sobre “*nuevos métodos del empleo cultural del tiempo*” e sobre “*el desenvolvimiento de formas socialistas de existencia*” colectiva, a partir do tema positivista do tempo livre e do repouso das massas operárias.

Da mesma forma, a *Ciutat de Repòs i de Vacances* do GATCPAC aborda a urbanização da “Barcelona Futura” sob a perspectiva da integração do Lazer no planeamento racional do território, “*un problema de nuestro tiempo que impone una solución nueva, divorciada de toda clase de tradiciones históricas y de experiencias anacrónicas*”.¹⁴



“Es absolutamente necesario realizar en este terreno cuanto permita el estado actual de nuestro desenvolvimiento social, rompiendo en lo posible con los antiguos principios individualistas de los pequeños burgueses, lo mismo en cuanto se refiere a la habitación propiamente dicha como a la alimentación, satisfacción de las necesidades culturales, relaciones entre adultos y niños, vida familiar, etc. etc. Partiendo de la necesidad de combinar el principio socialista de la vida en común con las nuevas conquistas en el dominio de la técnica, de la arquitectura, de la higiene, de la profilaxis, de la medicina, de la pedagogía, será la ocasión de elaborar un régimen de vida propio, (...)”.

“La Ciudad Verde de Moscú”, AC Documentos de Actividad Contemporánea: Publicación del GATEPAC, Barcelona, N.º 1, Primer Trimestre 1931, p. 32.

AC Documentos de Actividad Contemporánea: Publicación del GATEPAC, Barcelona, N.º 7, Tercer Trimestre 1932
Capa
(imagem www.coac.net)

¹⁴ “La necesidad de la vida al aire libre”, *AC Documentos de Actividad Contemporánea: Publicación del GATEPAC*, Barcelona, N.º 7, Tercer Trimestre 1932, p. 17.

Antecipando o debate moderno sobre a cidade funcional, o programa proposto associa ao repouso e ao tempo livre espaços específicos que procuram responder a necessidades e a exigências de uso concretos, decorrentes da nova condição contemporânea. Para que não houvessem dúvidas, na extensa memória que acompanha a apresentação do projecto, clarificam-se as intenções ideológicas que suportam a intervenção:

“No se trata de crear una nueva playa de moda. La orientación general del proyecto es profundamente democrática, encaminada a satisfacer una necesidad social de las clases media y trabajadora, y en él se prescinde de casinos y hoteles de lujo [...]. La organización del reposo periódico es un punto importantísimo. Es un caso de urgencia para solucionar, en el cual hay que actuar de una manera enérgica, apelando si es preciso a las leyes de expropiación”.¹⁵

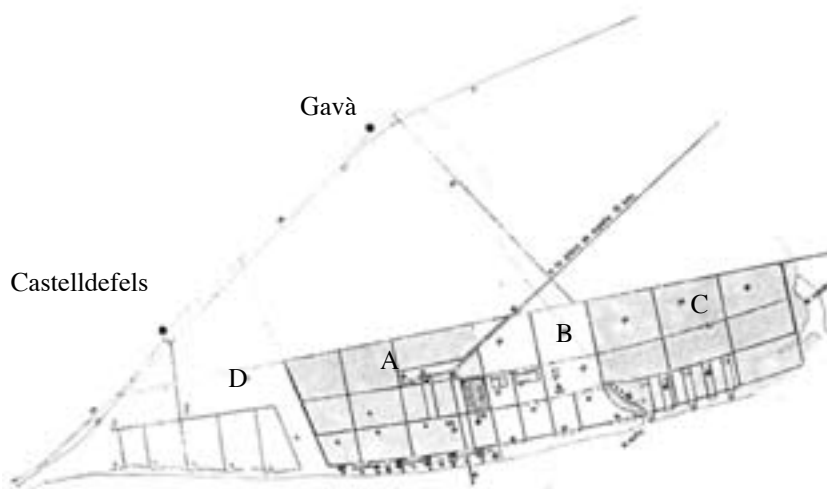
Partindo da malha do Plano Cerdá, a *Gran Vía de les Corts Catalanes* é prolongada, em Auto-Estrada, até à linha de costa a sul de Barcelona para se definir como principal eixo de articulação entre a cidade existente e a nova zona de recreio popular idealizada para a extensão de Praia entre o Estuário do Remolar e Castelldefels, numa faixa de onze quilómetros de comprimento.



Ciutat de Repòs i de Vacances
 Situação Regional
 GATCPAC, 1931-1936
 (imagem FREIXA, Jaume, *Josep Lluís Sert: Obras y proyectos*, 4.ª edição, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1997, p. 34)

¹⁵ ROVIRA, Josep M., “Ordenar las vacaciones, diseñar el reposo. La ciutat de Repòs i de Vacances del GATCPAC en el litoral barcelonés (1931-1936). Otros climas, otros sueños”, op. cit., p.42.

Com uma implantação regular, paralela à costa, a área de intervenção é dividida em cinco zonas funcionais com características tipo-morfológicas diferentes:



Ciutat de Repòs i de Vacances
Plano Geral
GATCPAC, 1931-1936
(imagem adaptada a partir de
FREIXA, Jaume, *Josep Lluís Sert: Obras y proyectos*, 4.ª edição, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1997, p. 35)

A - Zona de Banhos, para responder às grandes aglomerações em dias festivos, situada no extremo da Gran Vía de forma a que as restantes zonas não fossem afectadas pelo seu funcionamento intermitente e mais intensivo, com Estação de Caminho-de-Ferro e de Autocarros, Salas de Espectáculos, Restaurantes Populares, Piscinas, Cabines de Banhos, Parque Público e Campos de Desportos, Parque de Atracções e de Feiras, e Parques para Estacionamento de veículos;

B - Zona de Fim-de-Semana, destinada a famílias ou indivíduos que desejem uns dias de descanso, com Hotéis Cabines, Campos de Desportos e Parques Infantis;

C - Zona de Residência, reservada às férias de temporada de empregados e trabalhadores, com Hotéis de Residência, Casas Mínimas, e Parque de Campismo;

D - Zona de Cura de Repouso, para o descanso de convalescentes sujeitos a inspecção médica, independente das outras zonas e protegida por uma cintura verde de pinhal;

E - Zona Agrícola de Cultivo, com pequenas Hortas de Aluguer e cooperativas produtoras, para o abastecimento da cidade.

Ciutat de Repòs i de Vacances

Fotomontagem da

Zona de Banhos

GATCPAC, 1931-1936

(imagem FREIXA, Jaume, *Josep Lluís Sert: Obras y proyectos*, 4.ª edição, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1997, p. 37)



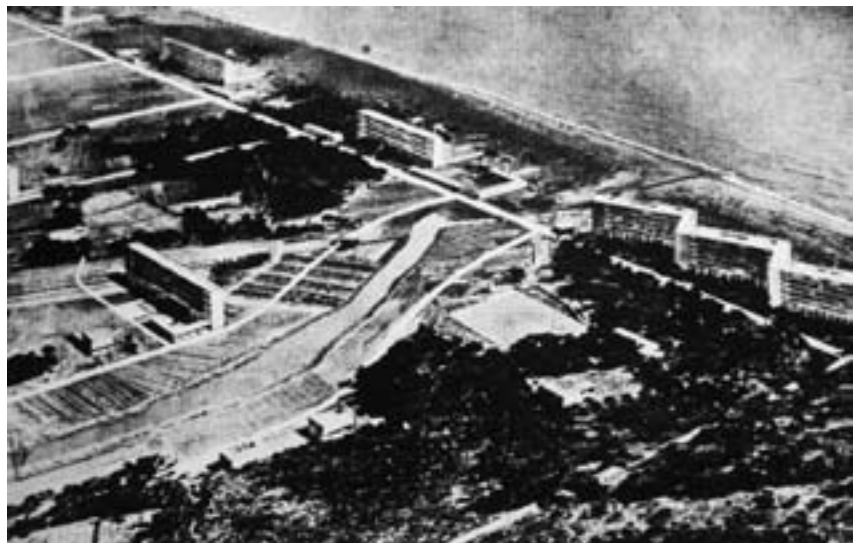
Ciutat de Repòs i de Vacances

Fotomontagem da

Zona de Cura de Repouso

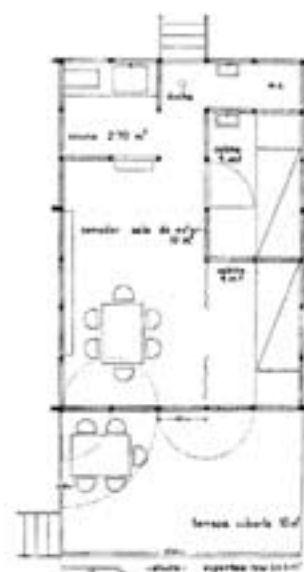
GATCPAC, 1931-1936

(imagem FREIXA, Jaume, *Josep Lluís Sert: Obras y proyectos*, 4.ª edição, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1997, p. 37)



Na sequência das experiências promovidas pelos CIAM em torno da habitação mínima, são desenvolvidas diversas soluções tipológicas para alojamentos individuais e colectivos. Entre elas, a “Caseta Desmuntable” de Rodríguez Arias e dois modelos de Hotel, o de Estação e o de Fim-de-Semana, tema já abordado nos primeiros números da *AC*, no artigo de Ricard Churruga e Rodríguez Arias, “Apuntes para un estudio sobre hoteles”, que sistematizava oito exemplos de plantas para quartos de Hotel com base na “*acertada ponderación entre el minimum de superficie ocupada por las habitaciones y el maximum de comodidades*”, e, ainda, na secção bibliográfica da revista, onde são citadas duas monografias alemãs dedicadas à construção deste tipo de equipamentos - *Neuzeitliche Hotels und Kranke-Häuser* e *Der Hotelbau von Heute*.

Construída a partir de elementos pré-fabricados montados a seco no local, método já utilizado por Walter Gropius no *Weissenhofsiedlung* de Estugarda e em cuja “Casa 17” Germá Rodríguez Arias (1900-1963) se inspira, a *Casa Desmontable para Fin de Semana*, de 1932, simboliza a errância do homem e do tempo modernos, em que técnica, rapidez e trânsito se combinam para dar forma a um novo conceito, ou estilo, de vida. Acessível à maioria, a casa apresenta-se como um objecto habitável para ser produzido em série, sem responder a uma situação concreta, ou antes, pensada para um indivíduo-tipo num lugar-tipo que podia ser a Praia, o Campo ou a Montanha. “*Su objetivo: una vivienda reducida a su mínima expresión, con un plano simplificado que ha de causarnos la impresión de un contacto con el sol, la tierra y el aire: una construcción libre de los prejuicios sociales y de las formas académicas empleadas hasta ahora, (...) susceptible de ampliación para que cualquier tipo pueda convertirse en otro superior mediante la adquisición de las piezas supletorias que indique el catálogo.*”¹⁶



No entanto, a realidade era outra. Ainda que de fácil montagem, a “Caseta” era tudo menos “Desmontable”, e a sua “*tan anunciada movilidad dependía de un mínimo de servicios urbanos [suministro energético, agua y eliminación de residuos] y de un acondicionamiento topográfico del terreno*”¹⁷ que comprometiam, à partida, a filosofia do projecto.

Caseta Desmontable, Proyecto del G.A.T.E.P.A.C. (G.E.) Perspectiva e Planta Tipo 1 (Playa, 33,5 m²)

Germá Rodríguez Arias, 1932 (imagens MIGUEL ARES, Oscar, “GATEPAC: Casas de fin de semana, entre la tradición y la máquina”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, p. 48)

¹⁶ AC Documentos de Actividad Contemporánea: Publicación del GATEPAC, Barcelona, N.º 7, Tercer Trimestre 1932. (Cit. MIGUEL ARES Oscar, “GATEPAC: Casas de fin de semana, entre la tradición y la máquina”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, p. 47 e 49)

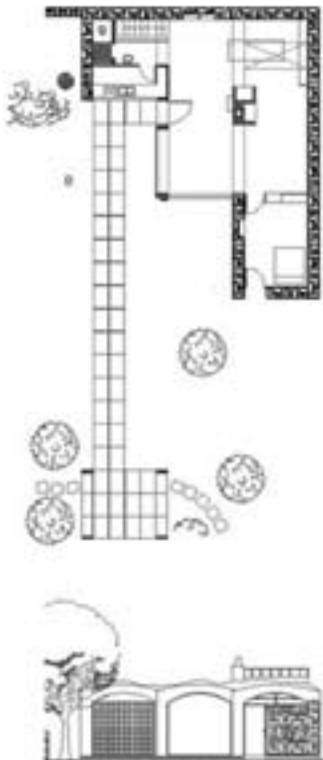
¹⁷ Idem, p. 49.

Três anos depois, Sert e Torres Clavé vão dar continuidade aos ensaios do GATCPAC sobre a flexibilidade e a otimização espacial da habitação de férias nas suas Casas de Fim-de-Semana em Garraf, numa abordagem que se desvia, agora, do discurso mais tecnicista centro-europeu para procurar as raízes mediterrâneas da Arquitectura Moderna. Trabalhando sobre o mesmo elemento de terraço da “Casa Desmontable Tipo Playa”, são apresentadas cinco tipologias de vivenda, das quais apenas três vieram a ser construídas (os Tipos A, B e C), em que se procura uma relação mais concreta com o contexto paisagístico e cultural envolvente, pela inclusão de materiais e de técnicas locais da construção popular tradicional.

“En las Viviendas para Fin de Semana del Garraf, se establece, en apariencia, una transgresión de las nuevas constantes establecidas en los CIAM; la estandarización parecía sustituirse por trabajo artesanal; el universalismo por el localismo; la racionalidad por la tradición; y la economía por el lógico despilfarro de medios que llevaba consigo la incorporación de medios de construcción locales frente a la optimización del producto industrial.”¹⁸

La Petit Maison de Weekend
Planta e Alçado Principal
Le Corbusier e
Pierre Jeanneret, 1934-1935
(imagem www.archweb.it)
e
Fotografia, c. 1935
(imagem www.tu-cottbus.de)

Mudança de paradigma que encontra paralelo na “*La petit maison de weekend*”, ou Villa Henfel, em La Celle-Saint-Cloud, de Le Corbusier e Pierre Jeanneret, construída nesse mesmo ano de 1935, onde também é utilizada a abóbada catalã.



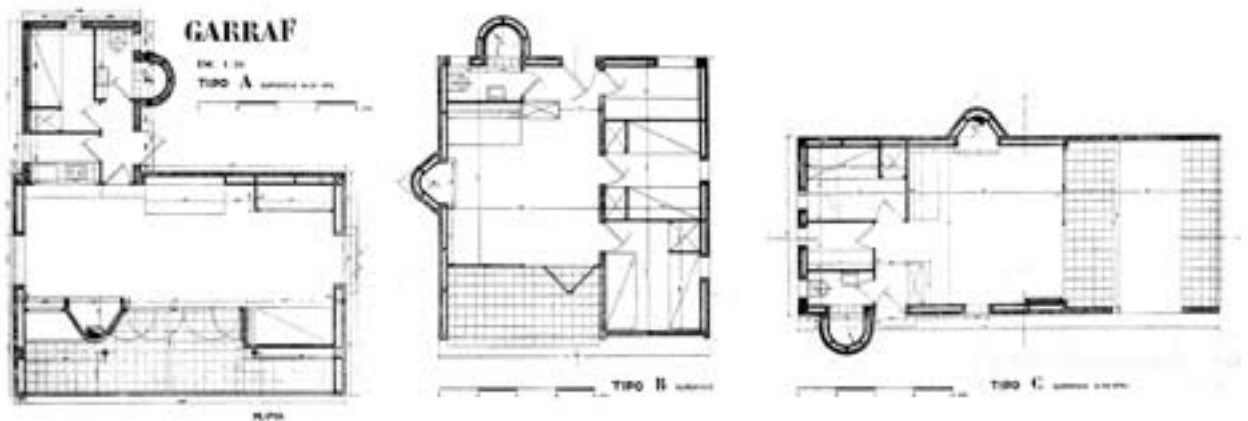
¹⁸ MIGUEL ARES, Oscar, op. cit., p. 51.



Casas de Fin de Semana en
Garraf
Terraço Tipo A e
Zona de Estar-Refeições
Tipo C

Josep Lluís Sert e
Josep Torres Clavé, 1935
(imagens FREIXA, Jaume, *Josep Lluís Sert: Obras y proyectos*, 4.ª edição, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1997, p. 21)

Plantas Tipo A, B e C
(imagem adaptada a partir de MIGUEL ARES, Oscar, "GATEPAC: Casas de fin de semana, entre la tradición y la máquina", CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, p. 51)



“Había un peligro mayor: que una empresa lucrativa, aprovechara el clamor percibido y se lanzara a apoyar el proyecto extrayendo una concesión de los organismos oficiales.”

“Fàbregas: el GATCPAC aún”,
Jano Arquitectura, N.º 62,
Dezembro 1978, p. 44
(Cit. MARCILHACY, David, “Logis
et Loisirs”: L’Urbanisme des Loisirs
Populaires sous la 2nde République”,
www.crec.univ-paris3.fr, p. 247)

Ciutat de Repòs i de Vacances
Vista aèrea do Conjunto
GATCPAC, 1931-1936
(imagem *www.coac.net*)

*“Aquesta urbanització no
significa la destrucció del
paisatge. Es la garantia de
conservació de les seves
ventatges naturals”*

Segundo a proposta de Francesc Fàbregas (1901-1942), a implementação social da *Ciutat de Repòs i de Vacances* deveria passar pela constituição de uma cooperativa popular aberta à participação de todo o tipo de associações interessadas¹⁹. Cooperativa cujos Estatutos são aprovados a 22 de Dezembro de 1933, mas só a 19 de Junho de 1935 são oficialmente reconhecidos pelo *Servei de Cooperació del Departament d’Economia*. Apesar do fracasso da “Caseta Desmuntable”²⁰, a adesão ao projecto é geral, encontrando eco em todas as facções político-ideológicas, e, em 1933, Joan Baptiste Subirana (1904-1979) é enviado a Madrid para negociar com o governo um decreto-lei para a expropriação dos terrenos considerados, promulgado só quatro anos depois.



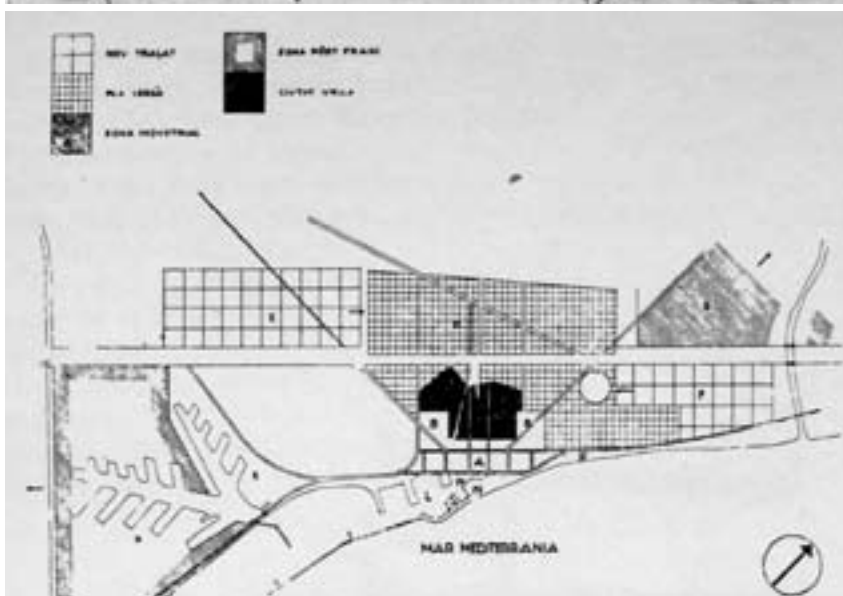
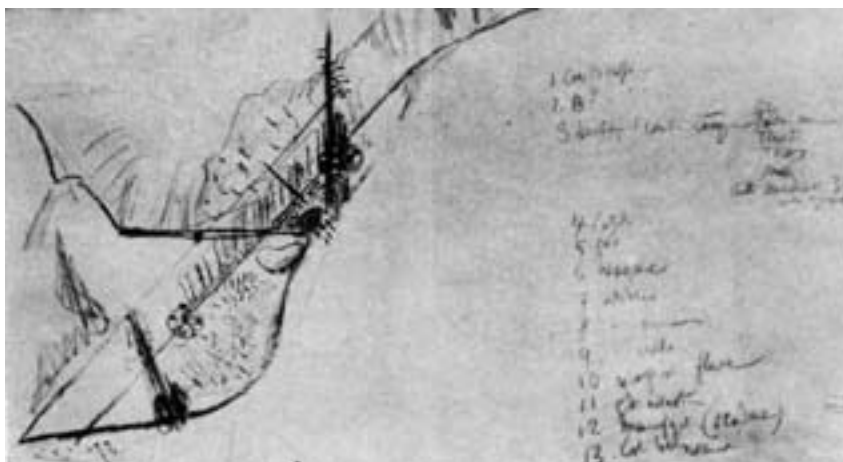
Entretanto, na sequência da reunião do CIRPAC em Barcelona, realizada, entre 29 de Março e 1 de Abril de 1932, para preparar o CIAM do ano seguinte em Moscovo²¹, e impulsionados pelo processo de renovação urbana desencadeado pela *Generalitat*, ainda que afastados da iniciativa oficial, Le Corbusier e Pierre Jeanneret começam a trabalhar com o grupo catalão no que, em 1934, ficaria conhecido como *Pla Macià*.

“Le président Macia (...) entouré de ses conseillers, dans les grandes salles du vieux palais, (...) reçoit lui-même les délégués des Congrès d’Architecture Moderne. (...)”

¹⁹ Com um custo previsto de cerca de quinze milhões de pesetas, a viabilidade económica do projecto seria garantida pelos mais de 800.000 afiliados reunidos pela Cooperativa. “À titre indicatif, la participation annuelle des membres était fixée à 6 pèsètes, le droit d’entrée aux piscines à 0,25, le séjour à l’hôtel pour un week-end à 1 pèsète, et la location d’un jardin ouvrier à 10 pèsètes mensuelles”. (Cf. MARCILHACY, David, “Logis et Loisirs”: L’Urbanisme des Loisirs Populaires sous la 2nde République”, p. 249, disponível em *www.crec.univ-paris3.fr*)

²⁰ Embora o Patronato de Turismo de Barcelona tivesse patrocinado a exposição de um protótipo da casa na Plaza Berenguer, em 1933, o GATCPAC não consegue o necessário apoio governamental para a produção em série de um projecto que se destinava directamente à classe trabalhadora.

Apresentado no décimo número da revista *L'Architecture d'Aujourd'hui*, de 1933, dedicado exclusivamente à obra de Le Corbusier e Pierre Jeanneret, o croquis inicial do “Plano para a Barcelona Futura” organizava a cidade em doze zonas funcionais: “A) Cité d'affaires; B) Nettoyage des bas-fonds et réserves de terrains pour édifices collectifs; C) Vieille ville et la sauvegarde des oeuvres du passé; D) La ville actuelle; E) Nouveau quartier (à nouvelle échelle urbaine); F) Nouveau quartier; G) Fixation de la zone industrielle; H) Port franc et industries annexes; L) Port voyageurs; M) Port sport; N) Palais du Peuple; P) Cité Universitaire”. Esquema de zonas a que se juntava a “Cité Balnéaire” já em estudo para a costa de Castelldefels (que é assinalada com o número 13).



A Sert et à moi, il accorde une longue audience: «Président, l'un et l'autre - Sert comme Catalan, dirigeant le groupe actif de GATEPAC, moi, comme un étranger qui, depuis longtemps, ai senti la grandeur de votre ville, sa force, son intensité, sa raison d'être si péremptoire - nous vous demandons l'autorisation d'établir selon l'esprit des temps modernes, le plan d'avenir de la ville. C'est une geste gracieux que nous faisons; nous ne brigons nulle commande. Nous voudrions simplement savoir que les chefs de la Catalogne sont avertis de notre initiative, qu'ils sachent qu'un plan va être fait, plan qui sera comme un programme, une ligne de conduite, un cadre solide à l'intérieur duquel viendront s'insérer les décisions successives de vos conseils. (...) Il faut donner à tant de force latente, des chemins qui évitent les catastrophes, au contraire, des chemins qui conduisent à l'harmonie...»

Ainsi en fut-il décidé par le Président Macia.

Et ainsi est né le plan de Barcelone avec son tracé essentiel, ses directives, ses bornes, ses lieux sacrés. Un plan de ville, c'est-à-dire: un programme conforme à l'esprit des temps modernes.(...)

Ce plan de Barcelone (qui n'est qu'un commencement), nous l'appelons le «Plan Macia».

“Le Plan Macia de Barcelone (1932-1933)”, *L'Architecture d'Aujourd'hui*, Paris, N.º 10, 1933, pp. 132-133. (Reedição, Maio 1992)

²¹ Congresso que seria cancelado e substituído, em cima da hora, pelo cruzeiro a Atenas, face ao resultado do concurso para o Palácio dos Soviets, anunciado em Maio de 1933, dando a vitória ao projecto neoclássico de Boris Iofan.

A ligação entre as diversas zonas é garantida por um eficiente sistema de comunicações e de transportes que obriga à revisão da estrutura de acessibilidades regionais e à reclassificação das redes de tráfego dentro da malha urbana. Malha urbana que, também ela, é revista e redimensionada, à luz de novos princípios urbanísticos, para definir as futuras áreas de expansão da cidade. Assim, a partir da quadrícula do Plano Cerdá, com 103 metros de lado, é estabelecida uma nova grelha de quarteirões, de 400 por 400 metros, entendida como um amplo parque sobre o qual se prolonga a grelha viária principal e se implantam livremente os novos edifícios.

Simultaneamente, propõe-se o saneamento do casco antigo, operação faseada, em duas etapas, que passava pela eliminação das zonas mais insalubres para introduzir novos espaços verdes e equipamentos públicos no tecido medieval do centro histórico.



*“Barcelona
Nou traçat de carrers a base
d’un modul de 400 per 400
metres enllaçant amb el Pla
Cerdà”*

Plan Macià

Fotomontagem comparando a quadrícula do século XIX com a nova malha e sistema de vias rápidas do século XX

GATCPAC, 1932-1935
(imagem www.coac.net)

É para esta nova visão de cidade que Josep Lluís Sert realiza os projectos do Dispensario Central Antituberculoso (1935) e da Casa Bloc (1934-1936), com Torres Clavé e Subirana, o primeiro, por encomenda do Governo Autónomo da Catalunha, integrado na campanha (inter)nacional de luta contra a tuberculose, e, o segundo, em cooperação com os sindicatos e sob o patrocínio da *Generalitat*, num ensaio sobre a unidade colectiva de habitação, compreendendo duzentos apartamentos em duplex, distribuídos por cinco blocos contínuos em “S”, com seis pisos de altura, sob os quais, ao nível do plano térreo, se organiza um extenso programa de equipamentos e espaços de recreio (Biblioteca Popular, Banhos Públicos, Piscina, Infantário, Lojas, Cooperativas de Consumo, Café, etc).



Casa Bloc

Fotografia da Maqueta

JL Sert, J Torres Clavé e JB

Subirana, 1934-1936
(imagem www.coac.net)



“Los puntos esenciales eran los siguientes:

1. Saneamiento des casco antiguo
2. Establecer una nueva trama a partir de la cuadrícula del siglo XIX según concepciones nuevas
3. Determinación de zonas urbanas según sus diversas funciones, limitando el crecimiento de los núcleos periféricos donde se había tolerado la mezcla de estas funciones
4. Mejores enlaces entre la ciudad y la costa con la extensión de la Gran Vía hasta la futura “Ciutat de Repòs”
5. Revisión de la zonificación y ordenanzas para adecuarlos a condiciones sanitarias. Determinación de las medidas de los patios interiores de ventilación. Fomentar el uso de materiales modernos.”

“1933-1935: Plan Macià. Estudios para un plan director de Barcelona”, in FREIXA, Jaume, Josep Lluís Sert: *Obras y proyectos*, 4.ª edición, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1997, p. 38.

Num trabalho de equipa exemplar, a “Barcelona Futura” ganha forma no que seria uma das primeiras aplicações a uma situação concreta dos princípios urbanísticos discutidos no CIAM de 1933, com base nas quatro funções da nova ordem territorial: Habitar, Trabalhar, Lazer e Circulação. E são estes projectos - a *Urbanización de la Diagonal*, a *Ciutat de Repòs i de Vacances*, o *Plan Macià* e a *Casa Bloc* - que a representação espanhola (composta exclusivamente por membros do GATCPAC: Josep Lluís Sert, Josep Torres Clavé, Ricard Ribas Seva e Antoni Bonet Castellana) vai apresentar ao IV Congresso sobre a “cidade funcional”, além dos painéis síntese pedidos às delegações nacionais dos 16 países participantes, com os resultados do estudo das cidades que deveriam ser analisadas durante os quatro dias de viagem até Atenas.²²

²² Trabalho preliminar prescrito pela Comissão responsável pela organização do Congresso com o objectivo de preparar o debate sobre a cidade funcional. Ao todo, são analisadas 34 cidades, organizadas em sete tipos: 1. Metrôpoles: Paris, Londres, Berlim, Varsóvia e Budapeste; 2. Cidades Administrativas: Roma, Zurique, Zagreb, Madrid, Atenas, Genebra, Praga, Bruxelas, Haia e Utrecht; 3. Portos: Barcelona, Amsterdão, Roterdão, Oslo, Estocolmo, Génova e Colónia; 4. Cidades Industriais: Detroit, Charleroi e Dessau; 5. Cidades de Lazer: Dalat (Vietname Francês) e Bandung (Java, Índias Orientais Holandesas); 6. Cidades Multi-funcionais: Frankfurt, Los Angeles, Baltimore, Verona e Como; e 7. “New Towns”: Littoria e, fora dos procedimentos oficiais, Zuidersee. Os três painéis de estudo referentes a cada uma das cidades deveriam conter: o primeiro, à escala 1:10.000, a representação da distribuição funcional do alojamento, do tempo livre e o trabalho dentro do âmbito urbano; o segundo, à mesma escala, a organização do sistema de comunicações e os seus problemas; e, o terceiro, à escala 1:50.000, uma síntese dos anteriores, a que se deveria juntar “1) una gráfica relativa al aumento de la población; 2) fotografías aéreas de partes características de la ciudad y de sus alrededores con referencia a las cuatro categorías anteriormente citadas, esto es: trabajo, vivienda, tiempo libre y tráfico; 3) en el segundo plano, secciones tipo de las calles residenciales y para o tráfico rodado indicando la altura admisible de los edificios a la escala 1:500. Cada plano deberá ir acompañado de un breve informe explicativo que debe incluir: a) datos geológicos (tipo de suelo, operaciones técnicas necesarias para hacer construíble el suelo); b) direcciones dominantes de los vientos; c) funciones económicas de la ciudad; d) indicaciones referentes al



No regresso a Marselha, é redigido um *Communiqué du Congrès divisé en trois parties*²³, documento de compromisso que revela a incapacidade das diferentes equipas de chegar a um consenso sobre as directrizes que deviam regular o discurso urbanístico do Movimento Moderno²⁴. Documento revisto por Le Corbusier e publicado, só em 1943, em nome do grupo francês, com o título *Urbanisme des CIAM: La Charte d'Atènes*.²⁵

Plan Macià
Persrpectiva Aérea
GATCPAC, 1932-1935
(imagem www.coac.net)

Embora na Carta de Atenas não se faça referência directa ao fenómeno emergente do Turismo, no segundo capítulo, dedicado aos “Lazeres”, o ponto 38 salientava que “*é preciso exigir ...que as horas livres semanais se passem em locais favoravelmente preparados; parques, florestas, terrenos de desporto, estádios, praias, etc*”, sublinhando que “*nada, ou quase nada, foi ainda previsto para os tempos de descanso semanais*”.

*abastecimiento de materias primas, alimentos, energía, luz, etc.; e) composición de la población con relación a su renta; f) indicaciones referentes a la propiedad del suelo y su administración (privada o municipal); g) desarrollo histórico; h) tendencia del desarrollo (centralizado o descentralizado)”. (Cf. MUMFORD, Eric, *The CIAM Discourse on Urbanism*, Cambridge, Mass.-London, MIT Press, 2000, p. 84; e “Istruzioni per la mostra ‘La città funzionale’”, *Parametro* 52, 1976, p.7, citado em DI BIAGI, Paola, “Los CIAM de camino a Atenas: espacio habitable y ciudad funcional”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, V, Barcelona, 2005. *El GATCPAC y su tiempo: política, cultura y arquitectura en los años treinta: Actas*, op. cit., pp. 138-139)*

²³ Publicado, pela primeira vez, no número de Novembro de 1933 da revista grega *Technica Chonica*.

²⁴ Divergências que surgem, essencialmente, na discussão de questões como a propriedade do solo, a trama territorial e o património histórico. (Cf. DI BIAGI, Paola, op. cit., p. 142)

²⁵ No ano anterior, Sert havia já publicado a sua versão das constatações do Congresso, em *Can our cities survive? An ABC of urban problems, their analyses, their solutions. Based on the proposals formulated by CIAM*, texto que escreve em exílio nos Estados Unidos.

Nesse sentido, previa-se que “na região envolvente da cidade, vastos espaços serão submetidos a um arranjo que os torne acessíveis por meios de transporte suficientemente numerosos e cómodos. Não se trata aqui de simples tapetes de relva, mais ou menos plantados de árvores, envolvendo a casa, mas de verdadeiros prados, de florestas, de praias naturais ou artificiais constituindo uma imensa reserva, cuidadosamente protegida, oferecendo mil ocasiões de sã actividade ou de útil repouso para o habitante da cidade. Cada cidade possui na sua periferia lugares capazes de corresponder a este programa e que, mediante uma organização bem estudada de meios de comunicação, tornar-se-ão facilmente acessíveis”.²⁶

No fundo, está-se a falar da *Ciutat de Repòs i de Vacances*, exemplo que servia de modelo para a organização funcional do “tempo livre” no quadro de refundação territorial, social e cultural proposto pela modernidade, em que o Lazer passa a ser entendido como um problema de dimensão urbanística (uma das funções da cidade, com necessidades e características espaciais específicas), que integra um projecto de sociedade assente em novas formas de identificação colectiva (a democratização do desporto e do ócio na construção de uma cultura popular de massas), excluídas, à partida, das lógicas de produção e de consumo do sistema capitalista porque, aqui, avessas à especulação e ao lucro. Projecto de sociedade que ainda subentende uma segregação de classes, mas que coloca, agora, o bem-estar do “indivíduo-colectividade” no centro das preocupações de um novo equilíbrio social²⁷. Significativamente, no mesmo mês de Maio de 1936, em que é simbolicamente colocada a primeira pedra do que se pretendia vir a ser a nova cidade de férias de Barcelona, é também lançada a ambiciosa obra nazi de *Prora*. Não será, talvez, por acaso. Mas, a aventura do GATCPAC ficava por aí. Assim como o *Plan Macià* e a sua “*cit  balneaire*”.

²⁶ “A Carta de Atenas”, *Arquitectura*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 20 a 27, 1948.

²⁷ Cf. MARCILHACY, David, “‘Logis et Loisirs’: L’Urbanisme des Loisirs Populaires sous la 2^{me} République. Réflexion autour des projets ‘La ciutat de Repòs i Vacances’ (Barcelone) et ‘Las Playas del Jarama’ (Madrid) - GATEPAC, 1932-1939”, www.crec.univ-paris3.fr.



Ciutat de Repòs i de Vacances
Painel de Apresentação ao
IV CIAM, 1933
(imagem www.coac.net)

O mesmo aconteceria com o projecto do Grupo do Centro para as *Playas del Jarama*, desenvolvido, entre 1933 e 1937²⁸, sob a influência de Fernando García Mercadal e de Juan Baptista Subirana, que previa a organização e infraestruturização de um conjunto de praias artificiais para o recreio popular ao longo do Rio Jarama (em San Fernando de Henares, Ribas del Jarama e La Póveda), ligadas por uma “*vía parque*” arborizada e servidas por comboio ou carreiras de autocarros regulares desde a capital. Experiência com características similares à *Ciutat de Repòs i de Vacances*, apresentava uma diferente abordagem conceptual ao propor “*reordenar la realidad*” a partir de intervenções pontuais em locais estratégicos, mais do que se constituir como “*un manifesto de arquitectura, merced a entender qué debía ser la modernidad*”.²⁹

²⁸ Altura em que é finalmente integrado, à imagem do sucedido em Barcelona, no Plano Regional de Madrid elaborado pelo Gabinete Técnico Municipal.

²⁹ SAMBRICIO, Carlos, “Las Playas del Jarama, proyecto del GATEPAC, Grupo Centro”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, op. cit., p. 61.

Interessante é verificar a divergência de leituras que se estabelece, no que respeita a um “Urbanismo do Lazer”, entre a situação espanhola e a portuguesa, tomando como ponto de comparação o *Plano de Urbanização da Costa do Sol*, de Alfred Agache. Contemporâneo das propostas do GATEPAC, o PUCS acusa o desfasamento ideológico entre uma prática urbanística comprometida com o projecto político de uma “II República” que se consubstancia na acção centralizadora de um “Estado Novo”, e o de outra, a espanhola, que se revê na visão de futuro de um “Novo Estado”. Se para uns “*a Cidade-Jardim adaptava-se ao ideário conservador do regime, constituindo afinal a miniaturização do modelo e do cenário salazarista do país-aldeia*”³⁰, para os outros essa corrente mais formal “*s’adaptait donc mal aux nécessités sociales du moment*”³¹. Necessidades que se vão condensar no tema *Logis et Loisirs*, discutido no V CIAM, de 1937, em Paris.

Conjugando a apologia individualista da moradia unifamiliar e as experiências espaciais da habitação colectiva moderna, a “Casa de Férias” constitui-se como síntese tipo-morfológica destes dois discursos, em interpretações idílicas sobre o conceito de segunda residência que, em Portugal, vão encontrar o seu tempo e lugar no traçado dos “planos de urbanização da época de Duarte Pacheco”. Iniciativa pública e privada encontram-se, agora, para dar forma a uma procura que ganha expressão num período de relativa prosperidade económica, decorrente das contrapartidas financeiras conseguidas com os “negócios de guerra” e das oportunidades de trabalho favorecidas pela “Idade de Ouro” das obras públicas portuguesas. Na Declaração Universal dos Direitos do Homem, ratificada pela ONU a 10 de Dezembro de 1948, de que Portugal seria um dos países signatários, o Artigo 24.º reconhecia que “*Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres e, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas*”.

³⁰ GRANDE, Nuno, *O Verdadeiro Mapa do Universo: uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra, e/dlarq, 2002, p. 126.

³¹ MARCILHACY, David, op. cit., p. 217.

A democratização do lazer: o direito a férias pagas

Deve-se ao Estado Novo a consagração, em Portugal, do direito a férias pagas. Logo em 1933, com a implementação do novo regime político, o Estatuto do Trabalho Nacional, regulamentado pelo Decreto-Lei N.º 23:048 de 23 de Setembro, reconhecia, no seu artigo 28.º, que “*nas emprêsas deve ser considerado aos respectivos trabalhadores com serviço permanente um período, mesmo reduzido, de férias pagas em cada ano*”³². Curiosamente, o mesmo documento que instituía as bases da doutrina corporativa, um dos pilares da nova ordem socio-económica, acabando com os sindicatos livres³³ e com o direito dos trabalhadores à greve³⁴. Se, por um lado, o governo favorecia o alargamento dos benefícios sociais conquistados pelas classes operárias durante a I República, por outro, reprimia as suas liberdades individuais e colectivas a favor da consolidação, política e económica, da “Nação Portuguesa”. Medidas ratificadas pela Constituição de 1933, com redacção final aprovada a 9 de Abril.

Mas esta era, ainda, uma disposição de carácter meramente indicativo. Só com a promulgação da Lei N.º 1:952, de 10 de Março de 1937, que estabelecia “*as bases a que devem obedecer os contratos de trabalho*”, é fixada a obrigatoriedade das empresas de conceder aos seus quadros permanentes um período de férias remuneradas.

³² Decreto-Lei N.º 23:048, do Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, publicado em Diário do Governo a 23 de Setembro de 1933, Título II - A propriedade, o capital e o trabalho, Capítulo III - Do trabalho, alínea a) Do direito ao trabalho e suas condições.

³³ O Decreto-Lei N.º 23:050, de 23 de Setembro de 1933, que regulamentava a constituição dos Sindicatos Nacionais, estipulava, no seu artigo 24.º, que “*As associações profissionais de empregados e de operários ou trabalhadores actualmente existentes e constituídas ou reformadas ao abrigo do decreto de 9 de Maio de 1891 devem organizar novos estatutos em conformidade com o presente decreto-lei e submetê-los à aprovação do Sub-Secretariado das Corporações e Previdência Social até 31 de Dezembro de 1933, data em que lhes será retirada a aprovação se não estiverem nestas condições*”. (Cf. Decreto-Lei N.º 23:050, *Diário do Governo*, I Série, N.º 217, 23 Setembro 1933, pp. 1661-1662)

³⁴ “*Art. 9.º É acto punível a suspensão ou perturbação das actividades económicas: 1.º Pelas emprêsas patronais, singulares ou colectivas, nos seus estabelecimentos, escritórios ou explorações económicas, sem motivo justificado e com o objectivo único de obter vantagens da parte do pessoal empregado, ou dos seus fornecedores de matérias primas, produtos ou serviços, ou do Estado ou corpos administrativos; 2.º Pelos técnicos, empregados ou operários, com o fim de conseguir novas condições de trabalho ou quaisquer outros benefícios ou ainda de resistir a medidas de ordem superior conformes com as disposições legais. O Regimento das Corporações estabelecerá as penalidades correspondentes a este acto*”. (Cf. Decreto-Lei N.º 23:048, *Diário do Governo*, I Série, N.º 217, 23 Setembro 1933, pp. 1655-1656)

**“Presidência do Conselho
Instituto Nacional do
Trabalho e Previdência
Lei n. 1:952**

(...)

Art. 4.º *As pessoas que prestem serviços a outrem por virtude do contrato de trabalho classificam-se em empregados e assalariados.*

§ 1.º *São empregados aqueles cujo trabalho se caracteriza pelo predomínio do esforço intelectual sôbre o físico ou os que, pelo grau da sua hierarquia profissional, devam ser considerados colaboradores directos da entidade patronal, (...).*

§ 2.º *São assalariados os operários de artes e ofícios e, em geral, os trabalhadores cujo serviço se reduza à simples prestação de mão de obra ou que, pela natureza do serviço, não possam classificar-se como empregados.*

(...)

Art. 5.º *A remuneração dos empregados e assalariados denomina-se, respectivamente, ordenado e salário.*

(...)

Art. 7.º *Os empregados dos quadros permanentes das emprêsas comerciais ou industriais, singulares ou colectivas, que tenham normalmente ao seu serviço seis empregados, pelo menos, têm direito a um período de férias, com remuneração, não inferior a quatro, oito ou doze dias em cada ano civil, conforme tenham mais de um, três ou cinco anos de bom e efectivo serviço.*

Pela legislação, “as pessoas que prestem serviços a outrem por virtude do contrato de trabalho” ficavam classificadas em empregados e assalariados³⁵, correspondendo a cada uma destas categorias o direito a períodos de férias pagas distintos: os empregados “das emprêsas comerciais ou industriais, singulares ou colectivas, que tenham normalmente ao seu serviço seis empregados, pelo menos, têm direito a um período de férias, com remuneração, não inferior a quatro, oito ou doze dias em cada ano civil, conforme tenham mais de um, três ou cinco anos de bom e efectivo serviço” e “as empresas comerciais e industriais que empreguem normalmente vinte assalariados, pelo menos, são obrigadas a conceder aos dos quadros permanentes um período de férias, com remuneração, não inferior a três ou seis dias em cada ano civil, conforme tenham mais de três ou seis anos de bom e efectivo serviço”.³⁶

Paradoxalmente, no que respeita à necessidade fisiológica de repouso, o trabalho físico era secundarizado em relação ao intelectual. Interpretação que deixa implícito um novo entendimento social do tempo livre, visto já não como mero intervalo de descanso ocioso (diário e semanal), mas como espaço susceptível de ser consagrado a diversas actividades recreativas e de lazer (individual ou colectivo) em oposição à rotina do trabalho quotidiano. É sobre este novo tempo disponibilizado aos trabalhadores que o Regime vai centrar agora a sua atenção, criando os mecanismos necessários para controlar e orientar a sua utilização. Papel que vai ser assumido pelo SPN e pela FNAT, organismos encarregues “da construção idealizada [de uma] cultura popular rural e ‘tradicional’ ([n]a sua versão folclórica)”³⁷ que educasse o “povo” sobre a melhor forma de ocupar os seus tempos livres.

³⁵ Sendo empregados “aqueles cujo trabalho se caracteriza pelo predomínio do esforço intelectual sôbre o físico ou os que, pelo grau da sua hierarquia profissional, devam ser considerados colaboradores directos da entidade patronal”, e assalariados “os operários de artes e ofícios e, em geral, os trabalhadores cujo serviço se reduza à simples prestação de mão de obra ou que, pela natureza do serviço, não possam classificar-se como empregados”. (Cf. Lei N.º 1:952, *Diário do Governo*, I Série, N.º 57, 10 Março 1937, p. 203)

³⁶ *Idem*, p. 204.

³⁷ THIESSE, Anne-Marie, “Organização dos lazeres dos trabalhadores e tempos roubados (1880-1930)”, in CORBIN, Alain, *História dos Tempos Livres: o advento do lazer*, Lisboa, Editorial Teorema, 2001, p. 376.

O que não deixa de ser curioso se considerarmos que na origem desse modelo de lazer operário está uma população agrícola que é completamente ignorada na regulamentação das férias pagas, usufruindo, de acordo com o Estatuto do Trabalho Nacional, apenas do “direito a um dia de descanso por semana, que só excepcionalmente e por motivos fundamentados pode deixar de ser o domingo”³⁸. Isto quando metade da população activa portuguesa se encontrava ligada ao sector primário.³⁹

A própria etimologia da palavra “férias”, do latim *feriae*, vem referenciada à suspensão de todo o acto civil para a celebração do culto religioso, com uma expressão muito mais vincada na comunidade rural e camponesa, ao contrário das *vacaciones* espanholas, das *vacances* francesas, das *vacanze* italianas ou das *vacations* inglesas que vão buscar ao verbo latim *vacare* o sentido de “estar livre, vazio, desocupado”, termos mais adequados para caracterizar o tempo de férias na sua relação umbilical com o tempo de trabalho. E no campo havia “sempre alguma coisa para fazer”⁴⁰. As férias afirmavam-se, assim, como um fenómeno quase exclusivamente urbano.

É também interessante perceber que a implementação das férias pagas em Portugal surge um mês antes do bombardeamento da cidade de Guernica pela aviação alemã⁴¹, um dos momentos marcantes da Guerra Civil de Espanha, imortalizado por Pablo Picasso no painel exposto, em Paris, no Pavilhão da República Espanhola⁴² da *Exposition Internationale des Arts et Techniques dans la Vie Moderne*, de 1937. E que, apesar das afinidades ideológicas do salazarismo com os principais regimes autoritários europeus, é à legislação introduzida pelo primeiro governo socialista francês que o Estado Novo vai buscar as bases para a regulamentação das férias pagas no nosso país.

³⁸ Decreto-Lei N.º 23:048, *Diário do Governo*, I Série, N.º 217, 23 Setembro 1933, p. 1656.

³⁹ Em 1930, o sector primário ocupava 50,7% da população portuguesa e, em 1940, 52,6%. (Cf. ROSAS, Fernando (coordenação), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, in SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (direcção), *Nova História de Portugal*, Volume XII, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 273)

⁴⁰ THIESSE, Anne-Marie, op. cit., p. 379.

⁴¹ A 26 de Abril de 1937, a favor do *Movimento Nacionalista* do General Francisco Franco.

⁴² Da autoria de Josep Lluís Sert e Luis Lacasa.

§ 1.º As férias fixadas neste artigo não prejudicam outras maiores estabelecidas por convenção expressa ou adoptadas por certas empresas, de harmonia com os usos e costumes.

§ 2.º As férias com vencimento serão gozadas em dias seguidos, sem prejuízo do funcionamento normal da empresa. Se, para evitar êste prejuízo, as férias não puderem ser gozadas dentro do ano civil, serão transferidas para o primeiro trimestre seguinte.

§ 3.º É nula toda a convenção que importe renúncia ao gozo de férias ou a substituição destas por qualquer remuneração suplementar.

§ 4.º As entidades patronais que não cumpram o disposto neste artigo e seus parágrafos pagarão a cada empregado o triplo do ordenado correspondente ao período de férias a que tinha direito, sem prejuízo da multa em que incorrerem.

Art. 8.º As empresas comerciais e industriais que empreguem normalmente vinte assalariados, pelo menos, serão obrigados a conceder aos dos quadros permanentes um período de férias, com remuneração, não inferior a três ou seis dias em cada ano civil, conforme tenham mais de três ou seis anos de bom e efectivo serviço.

§ único. A estas férias é aplicável o disposto nos parágrafos do artigo anterior. (...)

Diário do Governo, I Série, N.º 57, Quarta-feira 10 Março 1937.

Embora o tema não fosse inovador⁴³, a discussão sobre o direito a férias pagas ganha uma nova pertinência ultrapassada a crise económica mundial do início da década de trinta. Se, até então, a sua atribuição era entendida “*como uma remuneração do trabalho realizado*”⁴⁴, podendo ser substituídas, de comum acordo, por uma compensação monetária, com o debate lançado sob a tutela da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁴⁵ as férias pagas passam a ser consideradas como um dever de assistência do empregador em relação aos seus trabalhadores, e, por isso, de carácter obrigatório. A França será o primeiro país a adoptar esta medida, antecipando a própria iniciativa daquele organismo.

Com um primeiro projecto de lei apresentado, em 1925, pelo, então, Ministro do Trabalho, da Higiene, da Assistência e da Previdência Social, Antoine Durafour⁴⁶, seria preciso esperar pela vitória da Frente Popular de Léon Blum, nas eleições legislativas de 4 de Maio de 1936, para se reunirem as condições necessárias à aprovação definitiva de uma legislação que instituisse as férias pagas anuais neste país.

⁴³ Entre 1900 e 1930 as férias pagas são introduzidas em diversos países ocidentais (Alemanha desde 1905; Áustria-Hungria e países escandinavos - Noruega, Finlândia, Dinamarca e Suécia - depois de 1910; Checoslováquia, Polónia, União Soviética, Suíça, Luxemburgo e Reino Unido no início dos anos vinte; Itália, Grécia, Roménia, Espanha e Portugal até ao fim da década de trinta), quer em virtude da aprovação de “*legislação [própria] que as tornava obrigatórias para certas categorias de assalariados*”, quer do estabelecimento “*de contratos colectivos negociados por ramos da indústria ou graças a acordos de empresa*”. Segundo um inquérito do *Bureau Internationale du Travail* (BIT), na Europa cerca de 19 milhões de operários (40% do efectivo total) beneficiavam de férias pagas em 1926. (Cf. RICHEZ, Jean-Claude, STRAUSS, Léon, “Um tempo novo para os operários: as férias pagas (1930-1960)”, in CORBIN, Alain, op. cit., pp. 458-503; “Et Blum créa les ‘vacances payées’”, disponível em www.liberation.fr; e “Aux origines des congés payés”, disponível em www.gestiondelapaie.com)

⁴⁴ RICHEZ, Jean-Claude, STRAUSS, Léon, op. cit., p. 463.

⁴⁵ Organização fundada em 1919, em simultâneo com a Sociedade das Nações, constituindo a XIII parte do Tratado de Versalhes, com o objectivo de regular, a nível internacional, as condições e as relações de trabalho, na convicção de que “*une paix universelle et durable ne peut être fondée que sur la base de la justice sociale*”. Na XIX.^a Conferência Internacional do Trabalho, realizada, em 1935, em Genebra, o principal ponto de discussão da ordem de trabalhos seria a adopção, por todos os estados membros, de uma convenção internacional que fixasse a semana de quarenta horas, ficando, desde logo, agendada para a sessão seguinte, a ter lugar em Junho de 1936, o debate sobre a questão das férias pagas. (Cf. “Aux origines des congés payés”, disponível em www.gestiondelapaie.com)

⁴⁶ Projecto de lei onde se fixava que “*les travailleurs intellectuels, les fonctionnaires de l’Etat, des départements est des communes, de nombreuses catégories d’employés de commerce et de bureau jouissaient depuis longtemps de congés annuels payés, c’est à dire qu’ils étaient autorisés à suspendre totalement leur travail chaque année pendant un nombre de jours déterminé, tout en continuant à percevoir leurs traitements ou leurs salaires. Ces congés, appelés ‘vacances’, résultent de mesures législatives ou administratives ou sont accordés par l’usage*”. Naturalmente, a proposta seria hostilizada pelas Câmaras de Comércio e pelos Sindicatos Patronais, perdendo-se nos meandros dos interesses parlamentares. O mesmo acontece em 1928, 1931 e 1932. (Cf. Idem e “Et Blum créa les ‘vacances payées’”, disponível em www.liberation.fr)

Em resposta ao movimento grevista lançado no 1.º de Maio, que se prolonga para além da tomada de posse do novo governo de esquerda a 6 de Junho⁴⁷, e tirando partido das tensões sociais criadas com a ocupação massiva das fábricas pelos trabalhadores, numa acção sem precedentes em França, são assinados, entre o poder público, os patronatos e os sindicatos, uma série de acordos emblemáticos que vêm reforçar a popularidade do mandato de Léon Blum⁴⁸. Entre eles a semana das 40 horas, o aumento dos salários em cerca de 12%, as nacionalizações do Banco de França, das indústrias de guerra e dos caminhos-de-ferro, e a aprovação das famosas *congés payés*, que, em menos de quinze dias, são regulamentadas e, em menos de dois meses, são postas em prática.⁴⁹

Segundo a lei promulgada a 20 de Junho de 1936, “*todos os assalariados que tivessem trabalhado um ano sem interrupção numa empresa tinham direito a quinze dias de férias por ano, doze dos quais úteis. Os que tivessem apenas seis meses de antiguidade podiam ausentar-se uma semana. O assalariado beneficiava de um subsídio diário igual ao seu salário*”⁵⁰, e estas férias deviam enquadrar-se no “período normal” de interrupção escolar, “*que então se estendia de 14 de Julho a 1 de Outubro*”.⁵¹

⁴⁷ A *Front Populaire*, criada em 1934, reunia elementos dos partidos socialista, radical e comunista numa plataforma conjunta de oposição ao reforçar dos grupos de extrema direita nacionalista, em França, que ameaçavam a continuidade do regime parlamentar da III República. Situação agravada pela crise económica desencadeada pelo *crash* da Bolsa de Nova Iorque, em Outubro de 1929, pela afirmação dos governos fascistas em Itália e na Alemanha, e por uma série de escândalos políticos e financeiros que implicavam diversos deputados franceses. (Cf. “Léon Blum et le Front Populaire”, disponível em www.curiosphere.tv)

⁴⁸ Mandato que duraria apenas um ano. “*La gravité de la situation économique et financière, les grèves, le redoublement des mouvements antisémites et d’extrême droite, l’apparition de dissensions sérieux au sein du Front ainsi que le refus du Sénat de donner les pleins pouvoirs financiers à Léon Blum signent la fin du Front populaire et contraignent Léon Blum à démissionner en juin 1937. Arrêté en septembre 1940 par le gouvernement de Vichy (...)*”. (Cf. Idem)

⁴⁹ Curiosamente, esta medida não fazia parte, nem do programa da Frente Popular às eleições de 1936, nem do caderno de reivindicações da *Confédération Générale du Travail* (CGT), mais preocupada em resolver as questões ligadas ao trabalho do que com os lazers operários, sem dúvida pela sua conotação demasiado próxima de um “Droit à la paresse” enunciado, em 1880, por Paul Lafargue. Na verdade, seria o próprio Léon Blum a anunciar na rádio, a 5 de Junho de 1936 (um mês depois do acto eleitoral), a apresentação de uma proposta de lei referente ao assunto, assumindo a regulamentação das férias pagas como um projecto pessoal. A nova lei seria redigida na noite de 8 para 9 de Junho, apresentada, nesse dia, à Câmara de Deputados e votada dois dias depois. Aprovada por unanimidade, seria encaminhada para o Senado, que a vota a 16 de Junho, sendo promulgada no dia 20 de Junho e publicada, seis dias depois, no *Journal Officiel*, entrando em vigor a partir do dia 1 de Agosto seguinte. (Cf. “Et Blum créa les ‘vacances payées’”, disponível em www.libération.fr)

⁵⁰ RICHEZ, Jean-Claude, STRAUSS, Léon, op. cit., p. 461.

⁵¹ Idem, p. 462.

“*Art. 1er. - Sont codifiées dans la forme ci-après et formeront les articles 54f à 54j du livre II du code du travail, les dispositions suivantes:*

(...)

CHAPITRE IVer.

Congés annuels.

Art. 54f.- *Tout ouvrier, employé ou apprenti occupé dans une profession industrielle, commerciale ou libérale ou dans une société coopérative, ainsi que tout compagnon ou apprenti appartenant à un atelier artisanal, a droit, après un an de services continus dans l’établissement, à un congé annuel continu payé d’une durée minimum de quinze jours comportant au moins douze jours ouvrables. Si la période ordinaire des vacances dans l’établissement survient après six mois de services continus, l’ouvrier, employé, compagnon ou apprenti aura droit à un congé continu payé d’une semaine.*

Les dispositions qui précèdent ne portent pas atteinte aux usages ou aux dispositions des conventions collectives de travail qui assureraient des congés payés de plus longue durée.

Art. 54g. - *L’ouvrier, employé, compagnon ou apprenti reçoit, pour son congé, une indemnité journalière équivalant;*

1.º S’il est payé au temps, au salaire qu’il aurait gagné pendant la période de congé;
2.º S’il est payé suivant un autre mode, à la rémunération moyenne qu’il a reçue pour une période équivalente dans l’année qui a précédé son congé. (...)

Art. 54h. - *Tout accord comportant la renonciation par l'ouvrier, l'employé, le compagnon ou l'apprenti au congé prévu par les dispositions qui précèdent, même contre l'octroi d'une indemnité compensatrice, est nul.*

Art. 54i. - (...)

Art. 54j. - *Un décret pris en conseil des ministres détermine les autres modalités d'application des dispositions du présent chapitre ainsi que le contrôle de leur exécution.*

Art. 2 - *Un règlement d'administration publique, rendu après consultation des chambres d'agriculture et des syndicats agricoles mixtes ou ouvriers, déterminera les modalités d'application des dispositions de l'article précédent aux ouvriers et employés des professions agricoles.*

Un règlement d'administration publique déterminera également les modalités d'application de l'article 1er au personnel des services domestiques.

Des accords pourront permettre des congés fractionnés.

Les infractions aux dispositions des règlements d'administration publique prévus par le présent article seront constatées par les officiers de police judiciaire.

Art. 3 - (...)
Des décrets détermineront les conditions de son application dans les colonies et pays de protectorat.



Estas disposições eram aplicáveis a todas as categorias de assalariados - operários, empregados, camponeses e aprendizes - e alargadas, segundo decretos próprios, às colónias e aos países sob protectorado francês. Todo o acordo que implicasse a renúncia, por parte do trabalhador, às férias pagas era considerado nulo, mesmo se prevista a atribuição de algum tipo de indemnização compensatória. Este era, agora, um direito incontestável e adquirido, não podendo ser negociado sob forma alguma.

Logo no Verão de 1936, são 600.000 pessoas que partem de férias e, no ano seguinte (dissolvido o governo da Frente Popular), são já 1.800.000⁵² as que beneficiam de um bilhete de caminho-

⁵² Extraordinário aumento de valor justificado pela realização, em, Paris da Exposição Internacional. (Cf. RICHEZ, Jean-Claude, STRAUSS, Léon, op. cit., p. 478)



La présente loi, délibérée et adoptée par le Sénat et par la Chambre des députés, sera exécutée comme loi de l'Etat.

Fait à Paris, le 20 juin 1936

ALBERT LEBRUN

Par le Président de la République

Le président du conseil, LEON BLUM

Le ministre du travail, JEAN LEBAS

Le garde des sceaux, ministre de la justice,

MARC RUCART

Le ministre de l'économie nationale,

CHARLES SPINASSE

Le ministre de l'agriculture, GEORGES MONNET

(texto disponível em www.roi-president.com)

Tourisme:

plaisir pour tous...

Capa da revista VU e

Página do interior

17 Junho 1936

(imagens www.curiosphere.tv)

-de-ferro popular, de tarifa reduzida, oportunamente negociado por Léo Larange, à frente do recém-criado, e inédito, Sub-Secretariado de Estado dos Desportos e do Lazer⁵³. Subjacente a esta iniciativa estava o projecto de uma nova sociedade, fundada sobre uma filosofia do Lazer agora generalizada às massas. “*Notre objectif consiste à recréer le sens de la joie et celui de la dignité. Il faut mettre à la disposition des masses toutes les espèces de loisirs. Que chacun choisisse. Il faut ouvrir toutes les routes afin que chacun puisse participer au jeu libre et équitable de la démocratie*”.⁵⁴

⁵³ O “bilhet Larange”, destinado aos trabalhadores em férias e suas famílias, correspondia a uma redução de 40% no bilhete de ida e volta normal e era válido para um máximo de trinta e um dias, implicando uma estadia mínima de cinco dias no local de destino. As crianças dos três aos sete anos pagavam apenas meia tarifa. Simultaneamente, são criados bilhetes colectivos, para grupos de mais de dez pessoas, a 50% do preço normal. (Cf. www.histoireontheway.blogspot.com).

⁵⁴ Primeira intervenção de Léo Larange no seu novo cargo, citada em “Et Blum créa les ‘vacances

Acompanhando de perto a situação em França, a OIT adopta, no mesmo mês de Junho de 1936, uma Convenção Internacional sobre férias pagas⁵⁵. Neste documento, o tempo estipulado de férias anuais seria de um mínimo de seis dias úteis, ao fim de um ano de serviço contínuo, ou de um mínimo de doze dias úteis, nas mesmas condições, para os menores de dezasseis anos, não sendo contabilizados, para este efeito, os feriados oficiais ou tradicionais, nem as interrupções de trabalho devido a doença. Durante este período, o trabalhador tinha direito a receber a sua remuneração habitual ou uma remuneração fixada por acordo colectivo. No entanto, e apesar da extensa lista das tipologias que eram abrangidas pelas medidas apresentadas⁵⁶, ficavam de fora os trabalhadores ligados aos diversos ramos do sector Agrícola, beneficiando-se, claramente, as actividades associadas à Indústria e ao Comércio. Sinal da reestruturação de valores que vai marcar a política económica mundial no pós II Guerra.

Uma vez ratificada por dois países membros, a convenção entrava oficialmente em vigor passados doze meses, cabendo a cada país definir com maior exactidão, dentro dos parâmetros enunciados, a sua própria legislação. É neste contexto que é estabelecida, em 1937, a lei portuguesa.

payées””, disponível em www.liberation.fr.

⁵⁵ A C52 - *Convencion sur les congés payés, 1936*, adoptada a 24 de Junho.

⁵⁶ “Article 1/1. La présente convention s’applique au personnel occupé dans les entreprises et établissements suivants, qu’ils soient publics ou privés: a) entreprises dans lesquelles des produits sont manufacturés, modifiés, nettoyés, réparés, décorés, achevés, préparés pour la vente, détruits ou démolis, ou dans lesquelles les matières subissent une transformation, y compris les entreprises de construction des navires ainsi que les entreprises de production, de transformation et de transmission de l’électricité et de la force motrice en général; b) entreprises s’adonnant exclusivement ou principalement à des travaux de construction, reconstruction, entretien, réparation, modification ou démolition des ouvrages suivants: bâtiments et édifices, chemins de fer, tramways, aéroports, ports, docks, jetées, ouvrages de protection contre l’action des cours d’eau et de la mer, canaux, installations pour la navigation intérieure, maritime ou aérienne, routes, tunnels, ponts, viaducs, égouts collecteurs, égouts ordinaires, puits, installations pour l’irrigation et le drainage, installations de télécommunication, installations afférentes à la production ou à la distribution de force électrique et de gaz, pipe-lines, installations de distribution d’eau, ainsi que les entreprises s’adonnant aux autres travaux similaires et aux travaux de préparation ou de fondation précédant les travaux ci-dessus; c) entreprises de transport de personnes ou de marchandises par route ou voie ferrée, par voie d’eau intérieure ou par air, y compris la manutention des marchandises dans les docks, quais, wharfs, entrepôts ou aéroports; d) mines, carrières et industries extractives de toute nature; e) établissements commerciaux, y compris les postes et les services de télécommunication; f) établissements et administrations dont le fonctionnement repose essentiellement sur un travail de bureau; g) entreprises de presse; h) établissements ayant pour objet le traitement ou l’hospitalisation des malades, des infirmes, des indigents et des aliénés; i) hôtels, restaurants, pensions, cercles, cafés et autres établissements où sont servis des consommations; j) entreprises de spectacles et de divertissements; k) établissements revêtant un caractère à la fois commercial et industriel ne correspondant pas complètement à l’une des catégories précédentes”. (“C52 Convention sur les congés payés, 1936”, disponível em www.training.itcilo.it)

Mas, a verdade é que, em Portugal, poucos seriam os que reuniam, ou tinham, condições para “gozar” de férias nesta altura. Só uma minoria de trabalhadores se enquadrava na nova legislação, menos generosa que a francesa⁵⁷, e, destes, “*muitos eram os que, sem trabalhar (...), ficavam em casa (...) por falta de meios*”⁵⁸. “*O problema dos tempos livres [estava indissociavelmente] ligado ao dos salários*”⁵⁹. Mesmo em França, “*a realidade não se assemelha[va] nem às imagens divulgadas pela imprensa reaccionária - as ‘férias pagas’ que invadem as cidades de veraneio e os operários de boné que ‘enchourizam’ a praia de Deauville nas caricaturas do Figaro - nem às imagens optimistas da imprensa da Frente Popular - ‘estrada de férias aberta aos trabalhadores’, ‘a Côte d’Azur acessível às massas trabalhadoras’*”⁶⁰. As férias podiam ser pagas, mas “ir de férias” ainda não era para todos.

Isso apenas iria acontecer depois da II Guerra Mundial, durante *Les Trente Glorieuses*⁶¹, com o forte crescimento económico que marca este período e as importantes transformações sociais que o caracterizam. Transformações que vão implicar uma mudança de comportamentos, individuais e colectivos, em muito alimentada por uma crescente disponibilidade de tempo livre. Se “*já não era possível reduzir a duração do dia de trabalho para menos de oito horas*”⁶², as atenções vão centrar-se, agora, no alargamento do tempo de férias e de lazer.

Em França, uma nova lei, de 27 de Março de 1956, fixava a duração das férias pagas obrigatórias em 18 dias úteis, situação que só encontra paralelo em Portugal dez anos depois, com o Decreto-Lei 47:032 de 27 de Maio de 1966⁶³, numa altura em que naquele

⁵⁷ Como vimos, apenas os empregados e os assalariados tinham direito a férias pagas e só aqueles podiam aspirar aos doze dias de férias dos franceses, ainda que ao fim de cinco anos “*de bom e efectivo serviço*”. Nesse sentido, a legislação portuguesa aproximava-se mais do enunciado da Convenção Internacional e, mesmo assim, conseguia ser mais restritiva.

⁵⁸ RICHEZ, Jean-Claude, STRAUSS, Léon, op. cit., p. 481.

⁵⁹ Idem, pp. 481-482.

⁶⁰ CRIBIER, Françoise, *La Grande Migration d’été des citadins en France*, Paris, Editions du CNRS, 1969, p. 46. (Citação retirada de RICHEZ, Jean-Claude, STRAUSS, Léon, op. cit., pp. 477-478)

⁶¹ Expressão criada, em 1979, por Jean Fourastié para caracterizar o desenvolvimento económico e social vivido entre 1945 a 1973, período que marca a passagem da grande maioria das sociedades ocidentais para um modelo de consumo de massas. (Cf. FOURASTIÉ, Jean, *Les Trente Glorieuses*, Paris, Hachette, 1979)

⁶² RICHEZ, Jean-Claude, STRAUSS, Léon, op. cit., p. 470.

⁶³ Legislação introduzida, uma vez mais, pela “*regulamentação jurídica do contrato individual de trabalho*”, que estabelecia, no seu Artigo 57.º, que “*o período mínimo de férias será de seis, doze, dezasseis ou dezoito dias úteis, conforme o trabalhador esteja ao serviço da entidade patronal há mais de um, de três, de dez ou de quinze anos*”, salientando-se que “*só não se consideram dias*

país já se tinha generalizado a quarta semana de férias pagas⁶⁴. A própria Organização Internacional do Trabalho só em Julho de 1970 sanciona a licença mínima de três semanas de férias pagas - “*La durée du congé ne devra en aucun cas être inférieure à trois semaines de travail pour une année de service*”, convenção que entra em vigor em Junho de 1973.⁶⁵

Esta medida seria adoptada no nosso país, já em democracia, pelo Decreto-Lei N.º 874/76, de 28 de Dezembro, que estipulava que “*de acordo com o estabelecido na Convenção 132 da OIT, é fixado em vinte e um dias consecutivos o período mínimo legal de férias e estabelecido um conjunto de disposições que vêm melhorar de forma significativa o regime actualmente vigente*”⁶⁶. Mais uma vez, e no sentido em que “*o direito a férias deve efectivar-se de modo a possibilitar a recuperação física e psíquica dos trabalhadores e a assegurar-lhes condições mínimas de disponibilidade pessoal, de integração na vida familiar e de participação social e cultural*”, este era um direito “*irrenunciável e o seu gozo efectivo não pod[ia] ser substituído (...) por qualquer compensação económica ou outra*”.

Fundamental é, no entanto, constatar que, em Portugal, tal como acontece nas restantes ditaduras nacionalistas europeias nascidas no rescaldo da I Guerra Mundial, as férias pagas só são introduzidas depois de os lazeres operários estarem devidamente enquadrados na estrutura ideológica que suporta o discurso do Regime. Um Regime apostado em instrumentalizar e disciplinar os tempos livres das classes trabalhadoras.

úteis os domingos e feriados obrigatórios”. Também aqui a legislação portuguesa ficava aquém do que se passava lá fora, não só em França, onde os 18 dias de férias eram atribuídos a todos os trabalhadores ao fim de apenas um ano de trabalho, mas também nos Estados Unidos, onde, desde os anos quarenta, se tinha generalizado a semana de cinco dias e instituído o conceito de *weekend* (modalidade introduzida, na década de 1920, para enquadrar as práticas religiosas da comunidade judaica que, em vez do domingo da tradição cristã, comemorava o *Sabbath*). Um novo Decreto-Lei, de 24 de Novembro de 1969, vinha alterar as condições estipuladas três anos antes, ajustando o período mínimo de férias para “*seis, doze ou dezoito dias úteis, conforme o trabalhador esteja há menos de dois anos, de dois a dez anos ou há mais de dez anos ao serviço da entidade patronal no termo do ano civil a que as férias digam respeito*”. (Cf. Decreto-Lei N.º 47:032, *Diário do Governo*, I Série, N.º 125, 27 Maio 1966, p. 840 e Decreto-Lei N.º 49:408, *Diário do Governo*, I Série, N.º 275, 24 Novembro 1969, p. 1679).

⁶⁴ Por acordo assinado entre o Conselho Nacional do patronato francês e a CGT-Força Operária, a 20 de Maio de 1965.

⁶⁵ Pela C132 - *Convencion sur les congés payés (révisée)*, 1970, adoptada a 24 de Junho e com data de entrada em vigor de 30 de Junho de 1973.

⁶⁶ No texto publicado no *Diário de Governo* aparece a indicação da Convenção 182 o que, certamente, se deve a um lapso de transcrição, uma vez que esta convenção, “*sur les pires formes de travail des enfants*”, é datada de 1999. (Cf. Decreto-Lei N.º 874/76, *Diário do Governo*, I Série, N.º 300, 28 Dezembro 1976, p. 2856)

Alegria no Trabalho: a instrumentalização dos tempos livres

Dez anos depois da *Opera Nazionale Dopolavoro* mussoliniana, instituída a 1 de Maio de 1925, é criada, em Portugal, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. À imagem da sua congénere italiana, a génese da FNAT resulta da centralização estatal de estruturas associativas já existentes. A excepção, neste caso, seria o movimento federativo das “Sociedades Populares de Educação e Recreio”, colectividades de origem espontânea e privada, organizadas por zonas de residência e, por isso, fora da estrutura corporativa.

Dentro do sistema económico intervencionista de carácter corporativo consagrado na Constituição do Estado Novo, o Estatuto do Trabalho Nacional, promulgado em 1933 e inspirado na *Carta del Lavoro* fascista, substituía as associações laborais de iniciativa demo-liberal por Sindicatos e Grémios Nacionais, estabelecidos para as diferentes áreas de actividade profissional. Organismos a que se associam, mais tarde, as Casas do Povo (Decreto-Lei N.º 23:051, de 23 de Setembro de 1933) e as Casas dos Pescadores (Decreto-Lei N.º 1:953, de 11 de Março de 1937), assim como, Corporações Morais, de ordem assistencial, e Corporações Intelectuais, de cariz científico, literário e artístico. Todos eles com representação na Câmara Corporativa, contribuindo para a eleição das Câmaras Municipais e, por essa via, para a constituição da Assembleia Nacional, formada exclusivamente por militantes da União Nacional. Enquadramento económico e social que sujeitava às necessidades e interesses superiores da Nação a propriedade, o capital e o trabalho e que, simultaneamente, se vai estender a todos aspectos da vida portuguesa.

“O salazarismo vai tentar impor a sua concepção do mundo, do Homem e do social, moldando todos os níveis da sociedade civil em conformidade com esses valores, tornando imperativa a moral nacionalista, corporativa e cristã, na política, nas relações de trabalho, na vida familiar, na educação, na cultura em geral e, finalmente, nos próprios lazeres”⁶⁷.

“La Carta del Lavoro

I. La Nazione italiana è (...) una unità morale, politica ed economica, che si realizza integralmente nello Stato fascista.

II. Il lavoro, sotto tutte le sue forme organizzative ed esecutive, intellettuali, tecniche, manuali è un dovere sociale. A questo titolo, e solo a questo titolo, è tutelato dallo Stato. Il complesso della produzione è unitario dal punto di vista nazionale; i suoi obiettivi sono unitari e si riassumono nel benessere dei singoli e nello sviluppo della potenza nazionale.

III. L'organizzazione sindacale o professionale è libera. Ma solo il sindacato, legalmente riconosciuto e sottoposto al controllo dello Stato, ha il diritto di rappresentare legalmente tutta la categoria di datori di lavoro o di lavoratori, per cui è costituito; di tutelare, di fronte allo Stato e alle altre associazioni professionali, gli interessi; di stipulare

⁶⁷ VALENTE, José Carlos, *Estado Novo e Alegria no Trabalho: uma história política da FNAT (1935-1958)*, Lisboa, Edições Colibri/INATEL, 1999, p. 41.

*contratti collettivi di lavoro
obbligatori per tutti gli
appartenenti alla categoria,
di imporre loro contributo e
di esercitare, rispetto ad essi,
funzioni delegate di interesse
pubblico. (...)*

*IX. L'intervento dello Stato
nella produzione economica ha
luogo soltanto quando manchi
o sia insufficiente l'iniziativa
privata o quando siano in
gioco interessi politici dello
Stato. Tale intervento può
assumere la forma di controllo,
dell'incoraggiamento e della
gestione diretta. (...)*

*XV. Il prestatore di lavoro ha
diritto al riposo settimanale in
coincidenza con le domeniche.
(...)*

*XVI. Dopo un anno di
ininterrotto servizio il
prestatore d'opera, nelle
impreses a lavoro continuo, ha
diritto ad un periodo annuo di
riposo feriale retribuito. (...)*

*XXII. Lo Stato accerta
e controlla il fenomeno
della occupazione e della
disoccupazione dei lavoratori,
indice complessivo delle
condizioni della produzione e
del lavoro. (...)*

*XXX. L'educazione e
l'istruzione dei loro
rappresentanti, soci e non
soci, è uno dei principali
doveri delle associazioni
professionali. Esse devono
affiancare l'azione delle
Opere nazionali relative
al Dopolavoro e alle altre
iniziative di educazione.
Aprile 1927"*

MUSSOLINI, *Discorso all'Assemblea
delle Corporazione*, Roma,
23 Marzo 1936.

(Cf. www.fiammacanicatti.it)

A experiência da organização italiana é acompanhada de perto pelo chefe do governo:

"Na Itália foi organizada a "Opera Nazionale Dopolavoro" destinada a ocupar as horas que aos trabalhadores ficam livres depois do trabalho e bem assim as férias a que os mesmos têm direito por lei. (...)

Entre nós, em Portugal, parece-me necessário criar uma instituição diferente na finalidade mas idêntica sob alguns aspectos. Seria interessante criar em Portugal a "Obra do Trabalho Nacional" destinada a conseguir valorizar tanto quanto possível o trabalho nacional.

Essa obra actuaria no sentido de fazer interessar o público por tudo que diz respeito aos produtos do trabalho nacional e esforçar-se-ia por conseguir melhorar as condições de vida social das classes trabalhadoras e produtoras. (...)

*A "Obra" seria subsidiada pelo governo e teria como sócios todas aquelas pessoas que quizessem auxiliar a comissão na campanha de valorização do trabalho nacional e da defesa das massas trabalhadoras e produtoras."*⁶⁸

Os objectivos da "Obra" idealizada por Salazar variavam, assim, dos da OND no sentido em que a ênfase é colocada mais no "trabalho" do que no "depois do trabalho":

"1.º De organizar em todo o país por intermédio da imprensa da província a propaganda a favor dos produtos do trabalho nacional; 2.º De criar pequenas bibliotecas populares (poucas dezenas de volumes) quer nas associações operárias, clubs desportivos e recreativos, quer nos quartéis do exército e marinha, quer nas enfermarias e hospitais civis e militares, destinadas a facilitar a cultura nacional do trabalhador e ao mesmo tempo a criar o amor ao livro protegendo portanto um ramo industrial importante; 3.º Promover o desenvolvimento das associações mutualistas e das cooperativas de consumo, crédito ou produção para assim se poder melhorar as condições económicas das classes trabalhadoras permitindo-lhes uma melhor aplicação das suas economias; 4.º Actuar no sentido de valorizar a vida doméstica do trabalhador quer fazendo-os interessar pelas pequenas indústrias úteis e indispensáveis ao lar doméstico quer promovendo a formação de sociedades de construção de casas baratas, etc; 5.º Procurar agrupar os trabalhadores em associações ou corporações de carácter económico quer funcionem como sociedades de consumo quer tomem o aspecto de sociedades de capitalização ou previdência; 6.º Auxiliar na medida do possível as iniciativas e melhoramentos regionais tendo em vista principalmente obter a valorização da vida rural; 7.º Actuar no sentido de evitar tanto quanto possível o desemprego procurando facilitar o trabalho àqueles que dele necessitam".

⁶⁸ ANTT - Arquivo Salazar, AOS/CO/PC-11, Pasta 20, documento manuscrito, s/assinatura, s/data. (Cf. VALENTE, José Carlos, op. cit., pp. 38-39)

Este discurso é reflexo do quadro de prioridades político-económicas de um Estado Novo apostado em afirmar a sua capacidade realizadora e em impor uma nova ordem institucional condicionada aos interesses nacionais. Projecto totalitário que “integrava a nação no Estado”⁶⁹, sem, no entanto, os confundir. “*Que Nação, partido e Estado são entre si independentes, é explícito nos discursos de Salazar*”⁷⁰. Mas, a reformulação do slogan de Mussolini, “Tudo dentro do Estado, nada fora do Estado”, para a versão portuguesa de “Tudo pela Nação, nada contra a Nação” deixava clara uma subordinação do Estado à Nação e, acima de tudo, à figura do seu “chefe” - o “Salvador da Pátria”. É neste sentido que se percebe a secundarização dos “tempos livres” em relação ao “tempo” maior “*que essas ideias representavam*”.⁷¹

Será, talvez, por influência da *Kraft durch Freude* alemã que o discurso oficial sobre os lazeres operários é reformulado. Com um modelo distinto do da *Dopolavoro*, ainda que nele inspirado, a *Nationalsozialistische Gemeinschaft* “*Kraft durch Freude*” (KdF) surge, em 1933, sob a alçada da *Deutsche Arbeitsfront* (DAF), a Frente Alemã do Trabalho, organização que vinha substituir as associações sindicais e as sociedades de trabalhadores criadas durante a República de Weimar⁷² por uma estrutura central, única, integrada no *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP). Pelo seu carácter assumidamente político, a DAF funciona como uma extensão do partido na doutrinação e mobilização das massas trabalhadoras para a construção de uma comunidade nacional (a *Nationalsozialistische Volksgemeinschaft*), afirmando-se como um instrumento privilegiado de dinamização e propaganda dos princípios ideológicos, morais e culturais defendidos pelo Estado nacional-socialista.



“Tudo pela Nação”

Selo do Correio, 1935-1941
(imagem
www.feiradecastro.blogs.sapo.pt)

“*The new national community propagated by the National Socialists was the community of a totalitarian defence community (Wehrgemeinschaft) and thus led to a radical militarization of life. The main features of the new social order and main supporters of the development of opinions were the mass organizations which were supposed to be able to influence anyone at any time. Mass organizations enabled the state and the party to lead people in their free time as well as at work; they could be influenced and controlled at any time*”.

TOKARSKI, Walter, “Leisure in the Third Reich”, *Leisure Studies*, London, Volume 6, No.2, 1987, p. 216.

⁶⁹ SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (direcção), ROSAS, Fernando (coordenação), op. cit., p.97.

⁷⁰ ALMEIDA, Pedro Vieira de, *A Arquitectura no Estado Novo: uma leitura crítica*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p. 26.

⁷¹ Idem, p. 35.

⁷² Extintas, a 2 de Maio de 1933, com a subida de Adolf Hitler ao poder.

“Interestingly enough, the DAF calculated that the work year contained 8760 hours of which only 2100 were spent working, 2920 hours spent sleeping, leaving 3740 hours of free time”⁷³. Exposta desta forma, a relação entre as horas de trabalho e as horas de recreio revelava as potencialidades do tempo livre como espaço de doutrinação. Nesse sentido, a 27 de Novembro de 1933, é instituída a *Nach der Arbeit*, literalmente “Depois do Trabalho”, numa clara referência à organização italiana, transformada, mais tarde (1934), em *Kraft durch Freude*, ou “Trabalho pela Alegria”, alteração de significado que melhor se enquadrava nos propósitos da sua criação: a recuperação da força de produção e de trabalho pelo lazer disciplinado. Lazer disciplinado que, num estado totalitário, implicava, necessariamente, uma certa componente de militarização. Para Robert Ley, o *Reichsleiter* da DAF, “doravante, na Alemanha, só o sono seria um assunto privado”⁷⁴.

Para além da *KdF*, faziam parte da *Arbeitsfront* o *Schönheit der Arbeit* (SdA), departamento dirigido por Albert Speer que tinha como objectivo promover a melhoria do ambiente e das condições dos espaços trabalho, e o *Reichsarbeitsdienst* (RAD), centro de emprego do *Reich*, de inscrição obrigatória para os desempregados masculinos entre os 16 e os 25 anos de idade.

Responsável pela organização de actividades culturais, desportivas e recreativas para os trabalhadores, a acção da *KdF* é directamente sentida em Portugal com a chegada a Lisboa, no dia 16 de Março de 1935, do seu primeiro cruzeiro de longo curso ao nosso país⁷⁵, com 14.000 excursionistas a bordo acompanhados



Reichstagung 1938
Kraft Durch Freude
Cartaz de Propaganda, c. 1935
(imagem www.feldgrau.com)

⁷³ Cf. www.feldgrau.com.

⁷⁴ LEY, Robert, *Soldaten der Arbeit*, Munich, 1938, p. 71. (Cit. VALENTE, José Carlos, op. cit. p. 24)

⁷⁵ Entre 1935 e 1938, Lisboa e a Madeira são escalas e destinos regulares dos cruzeiros internacionais organizados pela KdF. “Os cruzeiros da KdF seriam considerados um espaço por excelência para a materialização da ideia de *Volksgemeinschaft*: o navio, espaço rigorosamente delimitado que garantiria simultaneamente o sucesso da inculcação ideológica e o isolamento perfeito de eventuais ‘contaminações anti-nazis’ constituía, na óptica nacional-socialista, ‘a melhor escola para a formação de uma comunidade’”. Ao contrário dos cruzeiros de longo curso tradicionais, nos navios construídos pela KdF “passenger accommodations were not divided into separate classes. (...) Equality had for the first time reached the high seas, ironically in a Nazi ship”. (Cit. Idem, p. 25 e “Robert Ley: 1939-1947” in www.greatoceanliners.net)

pelo próprio Ley. A viagem é uma das vertentes mais populares e publicitadas do programa promovido pela organização alemã, proporcionando a todos os membros da *DAF* (cerca de trinta milhões, em 1939) férias a preços reduzidos e em modalidades antes ao alcance de uma pequena elite. Programa que não se limitava aos cruzeiros internacionais. São também as excursões dentro de fronteiras, a pé, em autocarro ou comboio, que deviam favorecer um sentimento patriótico de encontro com a paisagem, a história, as tradições e os costumes nacionais. Para isso, é lançado, em Maio de 1938, o *Volkswagen* (“Carro do Povo”), inicialmente *KdF Wagen*, patrocinado pelo banco privativo da *DAF*, o *Bank der Deutschen Arbeit*, e vendido em condições especiais de financiamento⁷⁶. Mais do que facultar o acesso generalizado a um bem material de consumo, o que se oferecia era um serviço associado a uma experiência única de dimensão simbólica.

Três meses depois da passagem da *KdF* por Lisboa, a 13 de Junho de 1935, é criada a portuguesa FNAT, que assumia, logo a começar pelo nome - “Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho”, influências do modelo alemão. À FNAT caberia a tarefa de transpor, à imagem da *Dopolavoro* e da *KdF*, para o espaço dos tempo livres dos trabalhadores a pretendida unicidade político-ideológica imposta pelo Estado Novo. O Decreto-Lei n.º 25:495, começa por explicitar que “a organização corporativa da Nação não deve limitar os seus objectivos ao campo das preocupações de ordem meramente material. Por muito graves e instantes que sejam as solicitações de alguns problemas económicos do momento presente, há que alargar os horizontes do nosso esforço. Sem um intenso movimento de espiritualização da vida e sem um forte apêlo aos valores morais, a obra do Estado Novo poderia



*Dein KdF Wagen
Auskunfte bei allen
KdF-Dienststellen*

Cartaz de Propaganda, c. 1938
(imagem www.uncp_edu.com)

⁷⁶ Construído na fábrica de Wolfsburg, com uma capacidade de produção de 1,5 milhões de unidades por ano, “o preço estabelecido foi de 990 Reich Mark’s, mais 200 marcos para o pagamento dos seguros, num total de quase 1200 marcos, divididos em pagamentos semanais de 5 marcos. O contrato previa a possibilidade de rescisão, mas a empresa seria indemnizada com 20% do capital pago, não se obrigando a um prazo de entrega, mesmo que o carro já tivesse sido pago”. (Cf. www.farinha-ferry.blogspot.com)

renovar materialmente a face da terra portuguesa mas não seria conseguida a sua vitória mais alta: a transformação profunda da nossa mentalidade, o revigoramento de todos os laços e de todos os sentimentos que mantêm a comunidade nacional e a perpetuam através dos tempos”. Assim, os objectivos da FNAT consistiam, essencialmente, em “aproveitar o tempo livre dos trabalhadores portugueses de forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral”.

Nos seus Estatutos, limitava-se a acção deste organismo “aos trabalhadores inscritos nos Sindicatos Nacionais e nas Casas do Povo e suas famílias e condiciona[va-se] a sua orientação pelos princípios expressos na Constituição e no Estatuto do Trabalho Nacional”. Como meio de actuação, competia-lhe:

“Em ordem a um maior desenvolvimento físico:

- a) Organizar colónias de férias;*
- b) Promover passeios e excursões;*
- c) Promover, estimular e organizar desafios, demonstrações atléticas e festas desportivas;*
- d) Criar cursos de ginástica e educação física.*

Em ordem à elevação do nível intelectual e moral:

- a) Organizar conferências, horas de música e de teatro, sessões de cinema educativo e palestras radiofónicas diárias (dez minutos da FNAT);*
- b) Promover visitas de estudo a museus, monumentos e outros locais de interêsse histórico, intelectual ou técnico;*
- c) Instalar bibliotecas populares;*
- d) Criar cursos de cultura profissional ou geral, música e canto coral.”*

Os recursos financeiros da FNAT consistiam de “*donativos do Estado e dos particulares e [das] cotizações dos seus aderentes efectivos, bemfeitores e auxiliares*”, sendo que se consideravam aderentes efectivos os Sindicatos Nacionais e Casas do Povo, aderentes bemfeitores, as Uniões, Federações e Grémios Patronais, e aderentes auxiliares, “*os institutos públicos ou particulares, as sociedades civis ou comerciais e todos os cidadãos portugueses ou estrangeiros que desejem contribuir para ela com qualquer cota mensal*”.

Não sendo de adesão obrigatória, ao contrário da *KdF* à qual pertencem todos os membros inscritos na *DAF*, a falta de “*financiamento da FNAT nos seus anos iniciais reflecte a fraqueza estrutural da organização corporativa*”⁷⁷ e “*o desinteresse dos corporativistas e, sobretudo, do patronato*” pela “*política de intensa espiritualização da vida com um forte apelo aos valores morais*” proposta pela Fundação. Situação que reflecte o atraso de Portugal no que respeita ao direito a férias pagas para os trabalhadores.

Se na Alemanha as férias pagas constituíam um benefício relativamente comum desde o início do século⁷⁸, ainda que legalmente regulamentadas apenas em Março de 1938, no nosso país é só com a lei de 10 de Março de 1937, e na sequência das conquistas alcançadas nesta matéria, em França e noutros países, com a adopção de uma convenção internacional no seio da Organização Internacional do Trabalho, que o direito a férias pagas é reconhecido. Medida que, no entanto, se revelava ainda aquém das expectativas, ao considerar a sua aplicação só para as empresas com quadros permanentes de, pelo menos, seis empregados ou vinte assalariados, o que, em Portugal, correspondia a um número relativamente reduzido.

Divididos em duas ordens de realizações, os objectivos de instrumentalização política e ideológica da FNAT ficavam esclarecidos numa carta da sua Comissão Administrativa a António de Oliveira Salazar, membro efectivo da Comissão Central presidida pelo general António Oscar de Fragoso Carmona:

“(...) Desejaríamos dispor de meios para proporcionar vida higiénica, no campo, no mar, e na cidade, a um grande número de pessoas, dando-lhes colónias de férias marítimas, ou de serra,

⁷⁷ VALENTE, José Carlos, op. cit. p. 45.

⁷⁸ “*Na Alemanha, em 1908, 66% dos empregados do sector privado beneficiavam de férias pagas (...) graças a ‘acordos salariais’ concluídos no seio das profissões pelos parceiros sociais. Em 1924, mais de 82% dos operários alemães tinham-no já obtido, em 1929 eram quase 98%, ao passo que apenas 13% dos operários ingleses e 1% dos franceses beneficiavam desta vantagem.*” Em 1938, com institucionalização oficial das férias pagas neste país, são “*94,5% dos assalariados*” que usufruem deste direito. (Cf. RICHEZ, Jean-Claude, STRAUSS, Léon, op. cit., pp. 458-459, p. 462 e p. 464)

facultando-lhes cursos de ginástica e desportos racionais, para os intervalos do trabalho.

Desejaríamos que estas diversões se aproveitassem no sentido de disciplinar vontades, e que, por via de prédicas, de cinema, de espectáculos, se educasse o espírito em proveito das profissões e da Pátria.

Aspirávamos a instalar e manter em Lisboa, no Porto, e, depois, nos outros centros populacionais, cada vez em maior número, salas de ginástica, piscinas para natação, cursos técnicos e conferências patrióticas.

Desejamos, desde já, construir a colónia de férias da Caparica, outra junto ao Porto, e outras, ainda, nos vários fortes abandonados, e cheios de pitoresco, que bordam a nossa costa, e que pediremos ao Ministério da Guerra, e queríamos lançar no Tejo, no Douro e no Mondego, umas dezenas de barcos de remo, que enrijem os músculos da juventude trabalhadora. (...).⁷⁹

Tratava-se de controlar as várias tipologias recreativas de base social operária e de as enquadrar na “Política do Espírito” lançada pelo Estado Novo. E porque, “*numa hierarquia de valores, são os do espírito que devem predominar, como fundamentais na definição da personalidade e na interpretação transcendente da vida humana*”, “*é esse precisamente o domínio em que as iniciativas mais carecem de enquadramento e de uma orientação que não pode confiar-se do acaso, sob pena de, no lugar da influência formativa, se exercer uma acção dissolvente*”. “*Não quer isto dizer que se minimize a importância da acção que tem de desenvolver-se no campo da educação física, ou no terreno económico-social*”.⁸⁰

No campo da formação intelectual e moral, destacam-se os *Serões Culturais e Recreativos*, espectáculos populares de índole artística, o *Teatro do Trabalhador*, com repertório próprio e adequado ao público alvo, as *Sessões de Cinema Itinerante*, para as quais são produzidos documentários exclusivos⁸¹, o programa radiofónico *Alegria no Trabalho*, transmitido semanalmente

⁷⁹ Carta da Comissão Administrativa da FNAT, s.d., Arquivo INATEL. (Cf. VALENTE, José Carlos, op. cit., p. 53)

⁸⁰ FNAT Ano XX (1935-1954), [Lisboa], Gabinete de Divulgação da FNAT, [1954], p. 53.

⁸¹ Como “Uma vida ao serviço da Nação”, “I, III e IV Portugal-Espanha entre trabalhadores”, “I Exposição de Arte no Trabalho”, “Refeitórios Económicos em Setúbal”, “A obra social da Secil”, “A previdência em Portugal”, “Bairros de Casas Económicas”, “Casas do Povo”, “Casas dos Pescadores”, “Évora - Cidade Museu”, “Beja”, “Vida Ribatejana”, “Barcelos - Feira das Cruzes”, “Excursão à Serra da Estrela”, e “A Previdência em Portugal - Serviços Médico-Sociais”. (Cf. FNAT Ano XX, op. cit., p. 58)

pela Emissora Nacional, e, à semelhança da *KdF*, a organização de excursões e de viagens recreativas ao país e ao estrangeiro⁸². Quanto à educação física, para além da ginástica e do atletismo, fomenta-se a prática do campismo, inicialmente circunscrita aos terrenos da Mata da Caparica. Mas é na área da obra social que a FNAT se impõe, com a construção dos Refeitórios Económicos e das Colónias de Férias para trabalhadores.

Colónias de férias balneares:

Itália, Alemanha, Portugal e Espanha

Das influências directas na concepção da FNAT, é em Itália que esta última modalidade tem maior expressão:

*“Prodotto, in realtà, di quell’igienismo sociale di matrice medico-positivista fiorito in Italia durante la metà del secolo precedente ad opera prima del provvidenzialismo cattolico e poi dell’assistenzialismo statale e del filantropismo privato, la colonia dell’epoca ‘umbertina’ fu innanzitutto ospizio e luogo di cura di quelle malattie causate dal pauperismo e dalle miserie dell’urbanizzazione. Il regime mostrò di intenderne appieno il potenziale propagandistico e il valore di aggregazione attorno alle direttive del governo nella lotta per il ‘perfezionamento dello sviluppo fisico, intellettuale e morale degli alunni’. (...) Albergo, scuola e clinica allo stesso tempo, la colonia permetteva il raggiungimento di un duplice obiettivo - terapeutico e sociale. (...) Il programma è la villeggiatura intensiva; (...). Anche il riposo regolamentato diventa un lavoro”.*⁸³

Financiadas pelo *Ente Opere Assistenziali* e coordenadas pela *Opera Nazionale Balilla* e pela *Opera Nazionale Maternità*, as colónias diferenciavam-se, não só pela sua localização (Praia, Montanha, Rio e Lago), como também pelo seu grau de permanência (as “permanentes”, com uma vertente hospitalar associada à cura de doenças crónicas como a tuberculose; as “temporárias”, a funcionar, apenas durante os meses de Verão, como centros profilaxia e recreação; e as “de dia”, próximas dos centros urbanos, nas quais se previa o retorno a casa ao final da tarde, cortando, assim, com os gastos de funcionamento).

“No conceito exacto e justo de uma educação integral, que se preocupe em formar homens sob todos os aspectos aptos para a vida social, não pode deixar de enquadrar-se a cultura física.

O ideal dessa cultura não pode ser o mito da força, de uma pura animalidade, mas sim o maravilhoso equilíbrio da saúde, da robustez, do vigor orgânico, em concordância com o desenvolvimento do espírito e com o aperfeiçoamento moral”. (...) *“Em sentido amplo, essa educação tem de incluir a higiene e a profilaxia, das quais depende a garantia de um mínimo vital que permita a prática dos exercícios, a intensificação do movimento”.*

(...)

“E também aos desportos cabe uma função educativa”. (...) *“Para mais, no nosso tempo em que uma vaga de materialismo ameaça fazer derruir toda a escala dos valores tradicionais, o desporto exerce, nesse aspecto, influência benéfica”.*

(...)

FNAT Ano XX (1935-1954), [Lisboa], Gabinete de Divulgação da FNAT, [1954], pp. 73-74.

⁸² Entre 1949 e 1954 são organizadas pela FNAT 890 excursões ao país, com um total de 38.389 participantes, e 18 ao estrangeiro, para 690 excursionistas. (Cf. *FNAT Ano XX*, op. cit., pp. 69-70)

⁸³ IRACE, Fulvio, “L’utopie nouvelle: l’architettura delle colonie”, *Domus: Monthly Review of Architecture Interiors Fashion Design Art*, Milano, N.º 659, Marzo 1985, p. 2.

Dentro do sistema corporativo estabelecido pelo fascismo, muitas companhias privadas seguem o exemplo estatal, construindo colónias de férias para os seus trabalhadores e respectivas famílias (como são o caso da *Montecatini*, da *Agip*, da *Piaggio*, da *Dalmine* e da *Fiat*). Também a geração moderna de arquitectos italianos se identifica com o projecto de reforma social subjacente ao programa destas infraestruturas, aproveitando a oportunidade para dar forma aos seus ideais em pequenas “cidades do efémero”:

“Tutto in esse, dalle linee astratte e dai volumi agli svolgimenti delle piante, che tracciano gli itinerari della vita in comune, dall’ampiezza e tipo di serramenti al disegno delle ringhiere, dagli intonaci ai pavimenti, colori e materie, tutto concorre, refettorio e locali di pulizia, dormitorio e palestra, a comporre la forma plastica, l’immagine visiva, in cui si immedesimerà per sempre, nella memoria di questi ragazzi, il ricordo del soggiorno in colonia. I più, usciti da tuguri o da modeste case popolari... sentiranno qui per la prima volta (...) gli stimoli a lasciarsi sia pur passivamente penetrare dalla suggestione di un gusto, i primi stimoli all’apprezzamento di una forma architettonica, non veduta solo dal di fuori, ma adoperata per viverci dentro. È questo il punto sostanziale”.

LABÒ, Mario, “L’architettura delle colonie marine italiane”, in LABÒ, Mario, PODESTÀ, Attilio, *Colonie*, Milano, Editoriale Domus, 1942.

“L’architettura moderna seppe cogliere in pieno la potenzialità espressiva del nuovo tema, sfruttando con generosa dedizione l’insolita libertà concessa dalla mancanza di riferimenti tradizionali e dalla relativa semplicità del dettato funzionale e la straordinaria occasione di sperimentare quella ricerca sull’oggetto isolato nel paesaggio che costituì momento rilevante dell’intero razionalismo europeo”⁸⁴.

Assim, se os Sanatórios Marítimos de início do século se aproximavam tipologicamente dos programas da construção hospitalar e hoteleira, por exigências da própria disciplina médica e do Turismo de saúde, as Colónias de Férias Marítimas da década de 1930 exploram todo um novo repertório arquitectónico, associado a soluções técnicas e a lógicas de organização funcional inovadoras, para construir um imaginário singular e cenográfico junto à costa. As analogias ao mundo náutico são constantes, em composições que reportam para a estética funcional da “máquina de navegar” já ensaiada, por Michel de Klerk, no clube de remo e vela *De Hoop* em Amsterdão, edifício, de 1923, demolido em 1944, ou por José Manuel Aizpúrua e Joaquín Labayen, no *Real Club Náutico de San Sebastián*, em 1929, e que será tema recorrente na arquitectura moderna. Não é por acaso que o documento fundador da filosofia urbanística do Movimento Moderno, a Carta de Atenas, é redigido a bordo de um navio, em 1933.⁸⁵

⁸⁴ Idem, *ibidem*.

⁸⁵ A “Carta de Atenas” resulta do IV Congresso dos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna), realizado a bordo do *SS Patris II* em viagem entre Marselha e Atenas, em Julho-Agosto



Real Club Náutico de San Sebastián
(José Manuel Aizpúrua e Joaquín Labayen)
Fotografías, c.1929
(imágenes www.rcnss.com)



Colonia Marina "28 Ottobre"
(Le Navi), Cattolica
(Clemente Busiri Vici)
Fotografías, 1932
(imágenes www.acquariodicattolica.it)



Colonia Marina di Chiavari
(Fara), Scogli-Chiavari
(Ing. Camilo Nardi Greco)
Fotografías, 1935
(imágenes www.sipbc.it)

Com uma faixa litoral reduzida, dividida entre o Mar do Norte e o Mar Báltico, é, no entanto, na Alemanha que o fenómeno das colónias de férias marítimas encontra o seu expoente máximo, com o projecto de uma estância balnear para vinte mil pessoas em *Prora*, na ilha de *Rügen*, a norte de Berlim. Objecto de concurso, ganho por Clemens Klotz (1886-1969), esta seria a primeira de cinco pensadas para dar forma ao conceito de férias lançado pela *KdF*, deixando antever na sua escala monumental, “*neither building nor city*”⁸⁶, a ambição do plano nacional-socialista para a organização do lazer das massas. As intenções oficiais são anunciadas por Robert Ley em 1935, iniciando-se a construção da estância em Maio do ano seguinte, sob a supervisão de Albert Speer (1905-1981) e financiada com os fundos dos sindicatos extintos pela *Arbeitsfront* e as pensões e os subsídios de desemprego penhorados aos trabalhadores. Construção que se previa estar finalizada cinco anos depois, mas suspensa, sem que a obra ficasse concluída, com o deflagrar da II Guerra Mundial.



O complexo turístico projectado por Klotz organizava-se ao longo de *Prorer Wiek* numa extensão de quatro quilómetros e meio, dividindo-se em duas secções, a Norte e a Sul, separadas por uma ampla praça central onde se concentravam os principais equipamentos públicos de entretenimento colectivo (o *Festhall*, com capacidade para vinte mil pessoas, o Centro de Recepção, com Cinemas, Teatros e Restaurantes, e Pavilhões Desportivos, com Piscinas cobertas de água salgada), e se estabelecia o *interface* entre os diversos meios de acesso à estância (parque subterrâneo para automóveis, cais de desembarque para os navios da *KdF* e Estação de Comboios). Cada secção subdividia-se, por sua vez, em quatro blocos dormitório paralelos à costa, de seis pisos de altura, articulados, a cada quinhentos metros, por núcleos comunitários de serviços, através dos quais se estabeleciam as ligações transversais à Praia.

Prora - Modelo Tridimensional e Maquetas
(imagens www.marta-herford.com, www.forum.axishistory.com e www.farm4.static.flickr.com)

de 1933, sendo publicada, só em 1942, sob o título *La Ville Fonctionnelle*, tema central de discussão desse congresso.

⁸⁶ DE GRAAF, Jan, CAMP, D’Laine, “Germany”, in DE GRAAF, Jan, CAMP, D’Laine (editors), *Europe: Coast Wise. An anthology of reflections on architecture and tourism*, Rotterdam, 010 Publishers, 1997, p. 98.



Prora - Cais na Praia
Clemens Klotz, c. 1935
Perspectiva retirada de
HOFFMAN, Herbert,
“Deutschland baut”, Stuttgart,
1938
(imagem www.thirdreichruins.com)



Prora - Praça Monumental e
Festhall
Clemens Klotz, c. 1935
Perspectiva retirada de
HOFFMAN, Herbert,
“Deutschland baut”, Stuttgart,
1938
(imagem www.thirdreichruins.com)



Prora - Festhall, Centro
de Recepção e Edifício
Comunitário
Clemens Klotz, c. 1935
Perspectiva retirada de
HOFFMAN, Herbert,
“Deutschland baut”, Stuttgart,
1938
(imagem www.thirdreichruins.com)

Todos os quartos, num total de dez mil, tinham vista para o mar, cada um com uma área de 8,8 m² (2,2 metros por 4 metros) para duas pessoas e equipados apenas com o essencial, à imagem das cabines de um navio, prevendo-se a ligação entre alguns deles para acomodar famílias. Cada trabalhador tinha direito a uma estadia de 10 dias no complexo, estando as instalações preparadas para funcionar em permanência ao longo de todo o ano.

Dein Urlaub 1939
NSG “Kraft Durch Freude”,
Gau Berlin
Cartaz de Propaganda, 1939
(imagem www.arkitera.com)

“Developed at the beginning of the twentieth century, the *Heimatstil* was rooted in a struggle to replace the architectural clutter of an era of rapid industrial expansion. Supporters of this style used regional building materials to revive traditional architecture to its immediate surroundings. Their concepts corresponded to the ‘blood and soil’ ideology of the National Socialists, who encouraged further development of the *Heimatstil* and made it obligatory in Nazi housing design. (...) The concept of ‘Nazi architecture’, however is false. (...) If anything typifies buildings designed by Nazi architects, it is the eclectic use of specific styles for specific projects.”

“Prora, a Seaside Resort for the Masses”, in DE GRAAF, Jan, CAMP, D’Laine (editors), *Europe: Coast Wise. An anthology of reflections on architecture and tourism*, Rotterdam, 010 Publishers, 1997, p. 104.

Seriam necessários dois comboios ao dia para transportar os cerca de quinhentos mil convidados esperados anualmente e uma equipa de dois mil funcionários para garantir o funcionamento normal da estância, que compreendia, ainda, uma Escola e um Hospital. Pensada como uma máquina, *Prora* proporcionava uma dieta rigorosa de “desporto, sol e propaganda nazi”, segundo um horário planeado ao detalhe e anunciado, a cada momento, nos altifalantes espalhados pelo complexo. Nada era deixado ao acaso e todos os minutos tinham de ser justificados dentro do programa de actividades delineado previamente.

Em termos de linguagem, a proposta de Clemens Klotz combinava composições de matriz clássica, na caracterização dos espaços e equipamentos públicos de dimensão colectiva e simbólica, com um estilo de raiz vernacular - o *Heimatstil*, reservado às dependências dos funcionários e serviços de apoio, numa dualidade de abordagens que, de resto, vai ser comum aos regimes totalitários europeus, em que se inscreve o salazarismo.

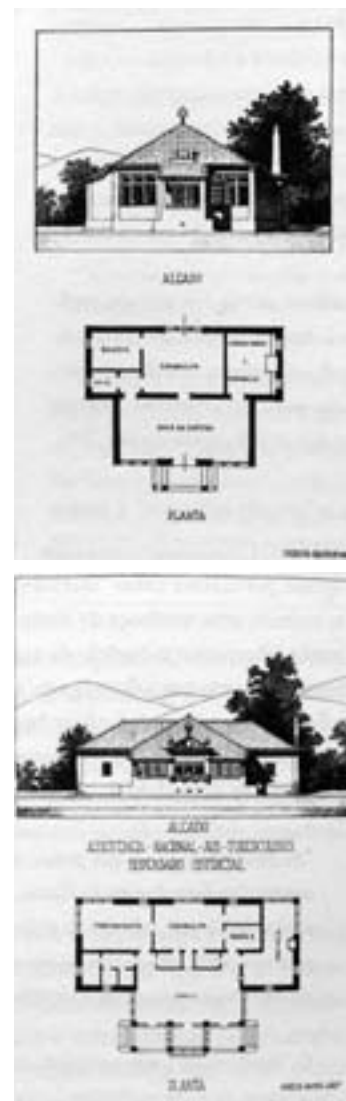
Em Setembro de 1939, com a invasão da Polónia, o estaleiro de *Prora* é abandonado definitivamente e os edifícios existentes adaptados a diversas funções, servindo de base militar para o Exército Russo, entre 1956 e 1962, e para o Exército Nacional da República Democrática Alemã, até 1990. O que se esperava ser o princípio de um Turismo de massas tinha o seu início e “fim” em *Prora*.



Em Portugal, a implementação de Colónias de Férias balneares ganha sentido com a reorganização dos serviços de Assistência Nacional aos Tuberculosos (ANT) promovida pela Ditadura Militar, no final da década de 1920, e levada a cabo durante o Estado Novo. Criada, em 1899, sob o patrocínio da rainha D. Amélia, a ANT constitui-se inicialmente como associação de carácter filantrópico, mantendo-se como “instituição de iniciativa privada” durante a 1.ª República, mas o número crescente de casos registados exige uma intervenção estratégica do Estado na profilaxia e no combate à doença. Enquanto presidente da Comissão Executiva da ANT, entre 1931 e 1938, o médico Fausto Lopo de Carvalho apresenta um plano nacional de luta anti-tuberculose, publicado em 1934, em que defende a subordinação de iniciativas dispersas e das estruturas administrativas existentes, assim como a concentração de poderes e de recursos económicos, à orientação de um organismo único. Plano que daria lugar à revisão dos estatutos da instituição, por decreto de 15 de Fevereiro de 1935.

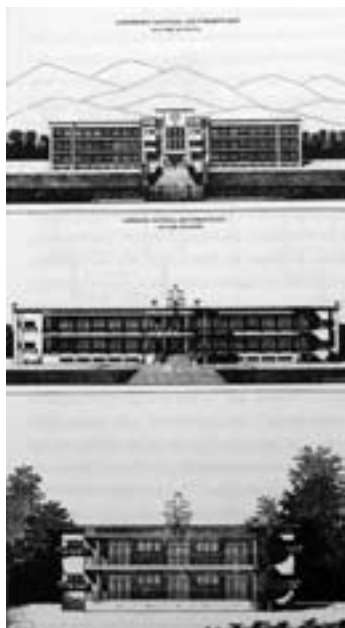
Na sua proposta, Lopo de Carvalho avança com um programa de intervenção à escala do território, fundamentado na construção de uma rede de equipamentos, espalhados pelo país, de tratamento e assistência local, divididos em Sanatórios, Hospitais, Preventórios e Dispensários. Para a caracterização destas tipologias, apresenta, em anexo, “Alguns Projectos de Dispensários e Sanatórios da A.N.T.”, com os projectos-tipo de Carlos Ramos (1897-1969) para dois modelos de Dispensários e de Vasco Regaleira (1897-1968) para quatro tipos de Sanatórios. Quanto aos Preventórios, ressalta que *“são destinados a ‘atenuar o mal’ e evitar que ‘os débeis da sociedade, (...) essa multidão de desgraçados, (...) se tornem pesado encargo (...), inutilizando-se pela doença que adquiriram e criando, por sua vez, novos focos de infecção e morte’.* É na protecção à criança e nas ‘colónias de férias’ que se faz essa prevenção”.⁸⁷

⁸⁷ CARVALHO, Fausto Lopo de, “A luta contra a tuberculose em Portugal”, *Lisboa Médica*, Vol. XI, Lisboa, ANT, 1934. [Separata] (Cf. TAVARES, André, *Arquitectura Antituberculose: Trocas e tráficos na construção terapêutica entre Portugal e Suíça*, Porto, FAUP Publicações, 2005, pp. 216-217)



Projecto para Dispensário-Tipo a construir nas cidades e vilas de Portugal

Carlos Ramos, 1934
(imagem TAVARES, André, *Arquitectura Antituberculose: Trocas e tráficos na construção terapêutica entre Portugal e Suíça*, Porto, FAUP Publicações, 2005, p. 214)



Projecto para Sanatório-Tipo a
construir nas cidades e vilas de
Portugal
Vasco Regaleira, 1934
(imagem TAVARES, André,
*Arquitectura Antituberculose: Trocas
e tráficos na construção terapêutica
entre Portugal e Suíça*, Porto, FAUP
Publicações, 2005, p. 216)

Inseridos nos centros urbanos e, por isso, com maior visibilidade institucional, os Dispensários adoptam a linguagem nacionalista estabelecida pelos cânones oficiais, em que “*a simplicidade do edifício coincide com a simplicidade do programa*”⁸⁸, enquanto que os Sanatórios, pelo seu isolamento geográfico e carácter eminentemente funcional, se aproximam dos modelos estilísticos da arquitectura internacional. Entre uns e outros, as Colónias de Férias, pela sua vertente educativa, vão identificar-se com o repertório da “Casa Portuguesa”, sugerindo pequenas aldeias de vivência familiar em comunidade.

Com a institucionalização da FNAT, iniciativas filantrópicas como a Colónia Balnear Infantil do jornal *O Século*, em S. Pedro do Estoril, inaugurada em Setembro de 1927, segundo o projecto de Inácio Peres Fernandes e Almeida Segurado, passam a ser da competência estatal. Na verdade, é em resposta ao pedido de cedência de terrenos para a construção de uma “Colónia de Férias e Repouso”, entregue, em 1934, aos Serviços de Acção Social do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência (INTP) pelos Sindicatos Nacionais dos Bancários, Escritórios, Seguros, Balcão e Música, que se dá início ao processo de constituição da Fundação⁸⁹. A primeira colónia balnear da FNAT é, assim, instalada na Mata da Caparica, com a designação “Um Lugar ao Sol”, seguindo-se-lhe a Colónia Balnear Infantil Dr. Oliveira Salazar, na Praia da Aguda, a Colónia Balnear Infantil Marechal Carmona, na Praia da Foz do Arelho, e a Colónia Balnear Dr. Pedro Teotónio Pereira, em Albufeira. A diferença mais significativa entre “Um Lugar ao Sol” e as restantes colónias balneares, está no facto de esta ter sido construída de raiz para o efeito, pensada como uma “cidade de férias”, enquanto as restantes resultariam da adaptação de edifícios já existentes àquela função. Por esse motivo, será objecto de análise num capítulo à parte.⁹⁰

⁸⁸ Idem, p. 219.

⁸⁹ Cf. PINTO, Maria de Fátima, *Um Lugar ao Sol: Costa de Caparica 1938-1998*, Lisboa, INATEL, 1998, p. 13.

⁹⁰ Ver Capítulo 2.3..

A colónia infantil da Praia da Aguda, em Vila Nova de Gaia, não terá grande expressão no programa da FNAT. São quase inexistentes as referências à sua actividade. Sabe-se que se encontrava em funcionamento em 1945, com capacidade para alojar mil crianças, e que, em 1950, o antigo edifício da Casa do Douro que ocupava já tinha sido abandonado.⁹¹

Em 1940, fixado por escritura de 30 de Outubro de 1941, a FNAT adquire à família Grandela “*um prédio composto de parte rústica e parte urbana, denominado ‘Monte do Facho’, no limite e freguesia da Foz do Arelho, compondose de terras de sementeira, algum pinhal e mato, casas de habitação, casas de arrecadação, casas de moradia, denominadas ‘Torreão’, e casa de capela, tudo murado e com dois metros de terreno em volta dos muros e fóra destes, compondose ainda, além da Estrada Nacional, e para o lado da lagôa de Óbidos, de uma cocheira, garage e outras casas de arrecadação e terreno murado com uma casa para guarda de barcos*”⁹², numa área total de 70 mil metros quadrados, para a instalação de uma colónia balnear infantil destinada aos filhos dos trabalhadores sócios das Casas do Povo e dos Sindicatos Nacionais. A funcionar deste 3 de Julho de 1940, a administração da Colónia passa, por arrendamento, para a Junta de Acção Social da Diocese de Leiria em 1952, na sequência do Decreto n.º 37:836, de Maio de 1950, que retirava da alçada da FNAT a gestão das colónias balneares infantis. Cinco anos depois, as instalações voltam para a posse da Fundação com o objectivo de as adaptar a Colónia para Adultos. As obras têm início em 1959, realizando-se a cerimónia de inauguração a 2 de Setembro de 1961.



Colónia Balnear Infantil
“Doutor Oliveira Salazar”,
Praia da Aguda
Fotografia, c. 1945
(imagem *Dez Anos de Alegria no Trabalho*, Lisboa, FNAT, 1945)

⁹¹ Num texto sobre a Colónia Balnear de Albufeira, consultado no Arquivo do INATEL, intitulado “As vicissitudes de uma Colónia de Férias desejada, apoiada, construída, transformada e em risco de ser, agora, amputada...”, faz-se referência a esta situação: “*Face à manifesta dificuldade em encontrar Organismos com capacidade e interesse em continuar a sua obra no domínio das Colónias Balneares Infantis e, muito em particular, com determinação para ‘herdar’ o empreendimento de Albufeira, a Direcção da FNAT tentou, junto do Ministério da tutela manter as atribuições e consequentes apoios perdidos com os novos Estatutos, como se pode constatar através da carta enviada ao Ministro das Corporações, em 29 de Dezembro de 1950, onde sugerem também a utilização das verbas da venda do edifício abandonado, que servira de Colónia Balnear Infantil na praia da Aguda, para concluir as obras de Albufeira*”. (Texto avulso, s.d., Arquivo INATEL)

⁹² Certificado da Conservatória do Registo Predial da Comarca das Caldas da Rainha, datado de 3 de Outubro de 1944. (Arquivo INATEL)

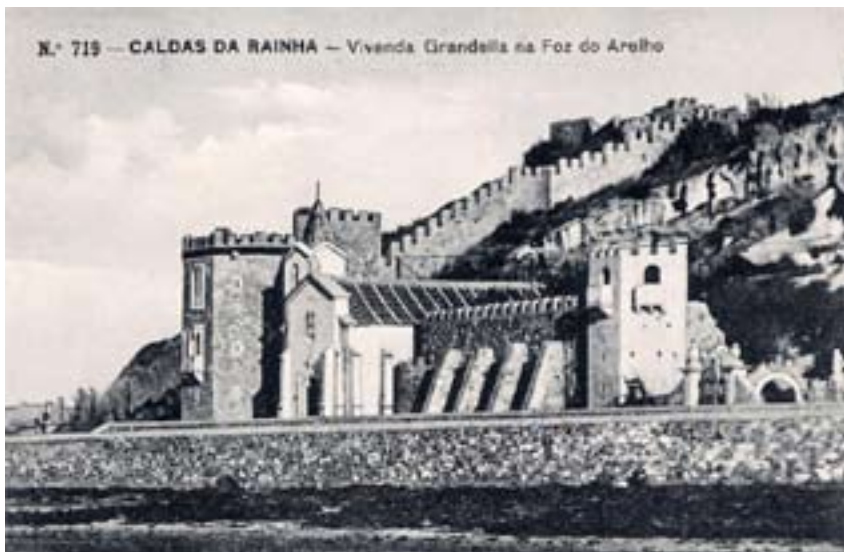
Segundo o programa de intervenção no conjunto: *“Todos os quartos são dotados com casa de banho privativa e a maior parte também com varanda coberta privativa”. (...) “Para serviço e bem estar dos colonos tem a Colónia uma ampla sala de jantar onde podem ser servidas simultâneamente cerca de 500 refeições, uma cozinha o mais modernamente apetrechada, serviço de posto médico, barbearia, cabeleireiro, posto de correio, posto de vendas de recordações, objectos de toilette, etc., salões de festas e de convívio, biblioteca, televisão e cinema, capela sob a invocação do Santo Condestável, instalações de praia para os banhistas, barcos e, num futuro próximo, um parque de campismo”*.⁹³

Para além da remodelação do existente, são ainda construídos *“dois grandes pavilhões de apartamentos destinados ao Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa e ao Sindicato Nacional dos Empregados dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca”*⁹⁴, ficando a Colónia com capacidade para receber dois mil e quinhentos veraneantes, em seis turnos, por cada época balnear.

Albufeira terá a sua Colónia de Férias em Julho de 1960. Inicialmente pensada para os filhos dos associados das Casas do Povo do Algarve e Baixo Alentejo, o processo da sua construção é desencadeado por um pedido oficial ao Subsecretário de Estado das Corporações datado de 19 de Maio de 1941. Entre as várias opções consideradas (Praia da Rocha, Albufeira, Quarteira e Monte Gordo), Albufeira é a que reúne as melhores condições de financiamento local e de acessibilidade regional. Aproveitando existência de uma antiga fábrica de conserva de peixe na falésia junto à Praia, desactivada desde 1929, é proposta a sua expropriação por utilidade pública para aí instalar a colónia infantil. O projecto de adaptação é encomendado ao arquitecto Jorge Ribeiro de Oliveira, autor do “Cine-Pax” de Albufeira, e apresentado publicamente em 1947.

⁹³ FNAT: XXV Aniversário, Lisboa, Gabinete de Divulgação da FNAT, 1962, pp. 13-14.

⁹⁴ Idem, p. 13.



*Caldas da Rainha - Vivenda
Grandella na Foz do Arelho*
Postal Ilustrado, c. 1900
(imagem www.prof2000.pt)



*Caldas da Rainha - Portugal
Foz do Arelho - Palacete
Almeida Grandella*
Postal Ilustrado, c. 1900
(imagem www.prof2000.pt)



*Foz do Arelho - Capela e
Colónia de Férias da FNAT*
Postal Ilustrado, c. 1940
(imagem www.prof2000.pt)

Anunciada como “a maior colónia balnear infantil do país”, contaria com um amplo refeitório central, no piso térreo, assim como de serviços de apoio (cozinha, padaria, lavandaria, rouparia, gabinete médico, enfermaria) e administrativos, reservando-se o piso superior para os dormitórios. Numa segunda fase, estava prevista a ampliação das instalações com a construção de um cinema, uma capela, um campo de jogos e de dependências autónomas para os funcionários e a direcção.

Os obstáculos levantados pelo processo de expropriação e pela falta de financiamentos levam a que as obras sejam suspensas entre 1950 e 1955, altura em que se decide alterar o programa inicial e adequá-lo a uma “Colónia de Férias para Trabalhadores”. Ajuste que iria implicar a revisão do *Plano de Urbanização de Albufeira*, realizado por Jacobetty Rosa em 1951, no sentido de enquadrar os novos terrenos cedidos à FNAT pela Câmara Municipal, para a ampliação da Colónia, e repensar os acessos ao complexo.

Com uma lotação de trezentos colonos, mas possível de ser aumentada até ao dobro, a nova organização funcional do edifício compreendia, agora, um piso em cave, onde se instalam as câmaras frigoríficas, a casa das caldeiras, a lavandaria, a engomadoria e o depósito de géneros; um piso térreo, onde se concentram os Serviços Administrativos, a Cozinha, a Copa, o Refeitório, o Bar, a Sala de Leitura, o Posto de Socorros e algumas camaratas; um piso superior, com vinte e oito quartos de casal (14 com terraço e 14 sem), quatro camaratas singulares, instalações sanitárias comuns, sala de estar e vestíbulo; e um anexo, para a garagem, as camaratas do pessoal e arrecadação.

Interessante é verificar a proximidade de linguagens entre o edifício da Colónia Balnear de Albufeira e a Pousada do Infante, em Sagres, obra da autoria de Jorge Segurado inaugurada, no mesmo ano, por altura das Comemorações Henriquinas. E, mais curiosa, é a relação que ambas estabelecem com a estrutura tipológica da Colónia Balnear de S. Pedro do Estoril, em especial na composição das fachadas voltadas a sul.



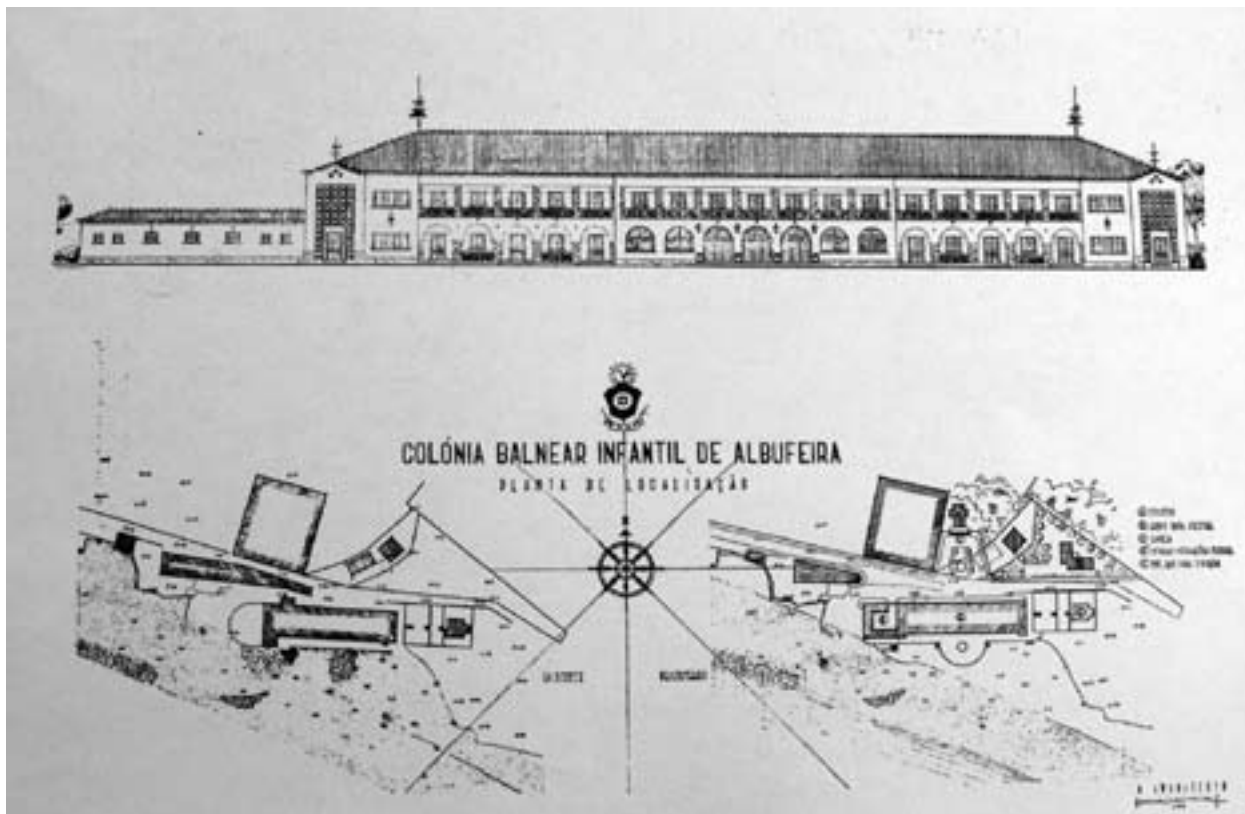
Colónia Balnear Infantil de O Século, São Pedro do Estoril
Fotografia, c. 1948
(imagem *15 Anos de Obras Públicas 1932-1947: Exposição e Congressos de Engenharia e Arquitectura*, II Volume, Lisboa, MOPC, 1948)



Pousada do Infante, Sagres
Fotografia, c. 1960
(imagem Arquivo de Fotografia de Lisboa CPF/MC)



Colónia Balnear
Dr. Pedro Teotónio Pereira,
Albufeira Fotografia, c. 1960
(imagem www.cgi.ebay.com)



*Colónia Balnear Infantil
de Albufeira
Planta de Localização*

Jorge Ribeiro de Oliveira, 1947
(imagem *Alegria no Trabalho:*
Boletim da Fundação para a Alegria
no trabalho, Ano IV, N.º 39, Lisboa,
FNAT, Março 1948, p. 44)

Tal como na Foz do Arelho, também em Albufeira são cedidos terrenos para a construção de quatro pavilhões anexos destinados aos sócios do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa, “obra que originou ainda alguma polémica entre [a Federação das Caixas de Previdência] e a Direcção da FNAT, que não concordava com a concepção arquitectónica dos pavilhões, considerando-os demasiado arrojados e pouco consonantes com a filosofia nacionalista que deveria estar subjacente aos projectos do Estado português”.⁹⁵

Para além da Costa da Caparica, da Praia da Aguda, da Foz do Arelho e de Albufeira, no discurso de inauguração da Colónia das Caldas da Rainha, em 1961, o Ministro das Corporações e Previdência Social faz referência aos projectos em curso para a construção de novas unidades na Praia do Cabedelo, em Viana do Castelo, e no Cabo do Mundo, em Matosinhos, este desenvolvido por Viana de Lima e Fernando Távora mas nunca concretizado.⁹⁶

⁹⁵ “As vicissitudes de uma Colónia de Férias desejada, apoiada, construída, transformada e em risco de ser, agora, amputada...” [s.n., s.d.], pp. 10-11. (Arquivo INATEL)

⁹⁶ Projecto apresentado, em 1954, ao Concurso Público de Anteprojectos para uma Colónia de Férias na costa litoral norte com capacidade para 1.400 pessoas, promovido com o apoio do Sindicato

Com o sucesso das Colónias de Férias algumas empresas privadas seguem o exemplo da FNAT, construindo instalações similares para o recreio dos seus trabalhadores e respectivas famílias. Logo em 1941, a Companhia de Caminhos-de-Ferro Portugueses (CP)⁹⁷ em colaboração com o Sindicato Nacional dos Ferroviários, criado em 1935, inaugura uma Colónia Balnear Infantil na Praia das Maças, medida enquadrada no programa de acção social promovido pela companhia, que, desde 1937, previa a concessão de doze dias de licença anuais, com vencimento, para os seus assalariados e o direito a assistência médica alargada às “*esposas, filhas solteiras e filhos menores*”⁹⁸. O projecto seria entregue a José Ângelo Cottinelli Telmo (1897-1948), arquitecto da Divisão de Construção da CP, contratado a 1 de Março de 1923 e elemento efectivo do quadro da empresa de Janeiro de 1936 a 1943⁹⁹, que segue o modelo de organização funcional pavilionar adoptado neste tipo de estruturas: edifícios da administração e direcção da Colónia, enfermaria, refeitório e dormitórios.



Colónia Balnear da CP,
Praia das Maças
Perspectiva
José Ângelo Cottinelli Telmo,
1941
(imagem www.cp.pt)

Nacional dos Arquitectos. (Cf. Mendes, Manuel, “Terra quanto a vejas, casa quanto baste”, in TAVARES, André, BANDEIRA, Pedro (editores), *Só Nós e Santa Tecla*, Porto, Dafne Editora, 2008, p. 122. (Equações de Arquitectura, 71)

⁹⁷ Empresa fundada, em 1860, por José de Salamanca e Mayol (1811-1883), na sequência do contrato com o governo português para a construção e exploração das linhas do Leste e do Norte, com a designação inicial de Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes. Com a instauração da República, em 1910, o título de “Real” é retirado e, a partir de 1927, a Companhia passa a explorar também a linhas estatais do Minho e Douro e do Sul e Sueste, sendo transformada em Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada (SARL), em 1932. Entre 1951 e 1975, ano em que a CP é nacionalizada pelo Decreto-Lei n.º 205B/75, a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses seria detentora da concessão única de exploração da rede ferroviária nacional, com excepção da Linha de Cascais, arrendada à Sociedade Estoril Sol até 1976.

⁹⁸ Cf. www.cp.pt.

⁹⁹ Enquanto arquitecto da CP, Cottinelli Telmo seria responsável, em parceria com Luiz Alexandre da Cunha, pelos projectos do Bairro e da Escola Camões (1923-1928), no Entroncamento, e da Estação de Coimbra-Cidade (1923-1931). Individualmente, seria o autor, entre outros, das estações de Vila Real de Santo António (1936-1945) e da Curia (1938-1944), assim como do Edifício de Passageiros da Estação de Tomar (1932-1934) e do Carregado (1933) e da Torre de Sinalização da Estação do Pinhal Novo (1933). Como obras excepcionais, destacam-se a Estação Fluvial de Sul e Sueste (1931), em Lisboa, e o Sanatório para Ferroviários Tuberculosos (1927-1944), na Covilhã. (Cf. MARTINS, João Paulo, *Cottinelli Telmo 1897-1948: A obra do Arquitecto*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995)

Também a Companhia União Fabril (CUF), fundada pelo Visconde da Junqueira por alvará de 1865, terá a sua Colónia de Férias Infantil em Almoçageme, com ligação directa por escadas à Praia Grande (137 degraus). Alfredo da Silva (1871-1942) é o grande impulsionador da obra social da companhia em que se insere o projecto do novo centro balnear, promovendo, desde 1908, a construção do Bairro Operário, da Despensa, da Padaria e do Posto Médico nas novas instalações fabris do Barreiro. Dentro do modelo assistencial e educativo preconizado, seriam ainda criados a Escola Industrial (1927) e o Refeitório (1942).

Em 1948, já depois da sua morte, é encomendado a António Lino (1909-1961) o plano da Colónia de Férias, complexo inaugurado a 10 de Agosto de 1950 e que compreendia cinco dormitórios, refeitório, lavandaria, capela, cinema e biblioteca. No período de Julho a Setembro, estas instalações tinham capacidade para alojar trezentas e vinte crianças, por turnos de quinze dias, entre “*filhos de engenheiros e filhos de porteiros*”¹⁰⁰, cabendo a cada grupo de quatro monitores uma “tripulação” de dezasseis elementos. Dentro da Colónia, os filhos dos trabalhadores das diversas unidades da CUF eram distinguidos por cores - “*vermelho para Estarreja, verde e castanho para o Barreiro, amarelo para Alferrarede e azul para Lisboa*” - num ambiente em que imperava o respeito pelos horários e uma disciplina rigorosa de actividades pedagógicas, recreativas e desportivas. Procurava-se, desta forma, inculcar nas camadas etárias mais jovens hábitos de higiene elementares e as bases de uma formação moral cívica, ao mesmo tempo que se garantia uma dieta alimentar equilibrada e saudável.

Segundo testemunhos verbais, existiria ainda uma terceira Colónia no caminho de Sintra a Almoçageme, referência citada numa das canções cantadas, no trajecto de autocarro, pelas crianças da CUF: “*a colónia da CUF é de ouro e de prata e a colónia da Shell é de casca de batata*”.



Colônia de Férias Infantil da CUF, Almoçageme
Fotografia e
Cartazes Publicitários, c. 1950
(imagens
www.industriacuf.blogspot.com)



Para a divulgação das actividades da FNAT e a difusão dos princípios orientadores do “sistema social” preconizado pelo Estado Novo, é publicado, entre 1939 e 1942, o *1.º de Maio - Jornal de todos os trabalhadores*, transformado, a partir de 1945 e até 1949, em *Alegria no Trabalho - Boletim da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho*, sob a direcção de Jorge Felner da Costa. Na primeira página do Boletim dava-se o mote para a discussão “*de temas doutrinários sobre a organização dos vagares dos trabalhadores e a obra de alegria junto dos locais de trabalho*”¹⁰¹, introdução que procurava legitimar a pertinência da acção da Fundação nas suas diversas áreas de intervenção.

Naturalmente, a ambição do projecto cultural da FNAT entrava em conflito com os campos de actuação de outros organismos, caso da Federação das Sociedades de Recreio e Educação (FSER), estrutura “*completamente alheia a fins políticos e religiosos*”¹⁰² responsável pela coordenação do associativismo popular independente, e do Secretariado de Propaganda Nacional de António Ferro, criado em 1933 e estrategicamente transformado, em 1944, em Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). Situação que justifica a relativa secundarização da FNAT no plano da orgânica administrativa nacional e a sua sobrevivência para além do regime salazarista até 1979, com a nova designação de Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL)¹⁰³, ano em que finalmente são revistos os seus estatutos, pelo Decreto-Lei n.º 519-J2/79, de 29 de Dezembro, dando, agora e de acordo com os objectivos delineados para o IV Plano de Fomento¹⁰⁴, especial relevo a um Turismo social destinado à terceira idade.

¹⁰¹ COSTA, Jorge Felner da, “Alegria no Trabalho”, *Alegria no Trabalho: Boletim da Fundação para a Alegria no trabalho*, Lisboa, Ano I, N.º 1, FNAT, Janeiro 1945, p.1.

¹⁰² De acordo com o Artigo 2.º dos Estatutos da Federação das Sociedades de Educação e Recreio, aprovados no II Congresso Regional realizado a 30 de Maio de 1934. Para o desenvolvimento do estudo sobre o associativismo popular durante o Estado Novo ver MELO, Daniel Jorge Seixas de, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX (Secção Séc. XX), Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1997.

¹⁰³ Alteração de designação determinada pelo Decreto-Lei N.º 184/75, de 3 de Abril de 1975.

¹⁰⁴ IV Plano de Fomento, para o período de 1974-1979, cuja execução é interrompida com o 25 de Abril de 1974.

Na linha da experiência portuguesa, em Espanha é criada, em 1939, a *Obra Nacional Alegría y Descanso*, transformada, um ano depois, em *Obra Nacional Educación y Descanso* (EyD), com competências similares às da FNAT, da *Opera Nazionale Dopolavoro* e da *Kraft durch Freude*, e integrada na organização sindical franquista - os chamados “sindicatos verticais”. Com uma forte componente cultural e desportiva, que encontrava a sua expressão máxima nas demonstrações anuais do 1.º de Maio - em especial na demonstração nacional realizada no Estádio Santiago de Bernabéu, em Madrid, com a presença do Chefe de Estado - à Obra cabia promover e organizar todo o tipo de actividades recreativas dos trabalhadores, aqui organizados por “Grupos de Empresa”.

Em funcionamento até 1977, as áreas cobertas pela acção da *EyD* dividiam-se em seis departamentos, de que se destacam os de “*Deportes*”, de “*Extensión Cultural*” (coros, bandas de música, orquestras, teatro, dança e ballet, grupos folclóricos), de “*Cultura y Arte*” (grupos teatrais, concursos literários e fotográficos, cineclubes) e de “*Turismo Social*” (viagens, férias e excursões). Estrutura que contava, para esses fins, com uma vasta rede de centros culturais, de instalações desportivas e recreativas, de “Residências de Férias” e de “Cidades Residenciais de Verão” para trabalhadores.



Grupos de Empresa
Una base sólida que hará que la producción sea mayor
Educación y Descanso
 Cartaz Publicitário, c. 1940
 (imagem www.todocoleccion.net)



Viaje con la Obra Sindical de Educación y Descanso
Departamento Turismo Social
 Cartaz Publicitário, c. 1940
 (imagem www.todocoleccion.net)

Obra Sindical
Educación y Descanso
Albergues y Residencias
 Folheto Publicitário, c. 1970
 (imagem www.todocoleccion.net)



Ciudad Residencial de Perloria
Restaurante
Bilhete Postal, c. 1960
(imagem www.todocoleccion.net)



Ciudad Residencial de
Marbella,
Vista Aérea,
Galerías Comerciais,
Piscina e
Chalets

738 Bilhetes Postais, c. 1970
(imagem www.todocoleccion.net)

Implantadas em contextos naturais de grande valor paisagístico, estas *Ciudades de Vacaciones*, financiadas com as quotas pagas pelos trabalhadores e empresários, distribuem-se pela costa espanhola a partir dos anos cinquenta, atingindo um auge de popularidade com a explosão turística da década seguinte. Em 1954, é inaugurada a *Ciudad Residencial de Perloria*, em Carreño (Astúrias), com plano geral realizado pelos técnicos da *EyD* e intervenções pontuais de diversos arquitectos da região¹⁰⁵; seguida, em 1957, da de Tarragona (Catalunha), da autoria de José Maria Monravà López e Antoni Pujol Sevil; e, em 1963, da de Marbella, em Málaga (Andaluzia), esta projecto de Manuel Aymerich e Ángel Cadarso.

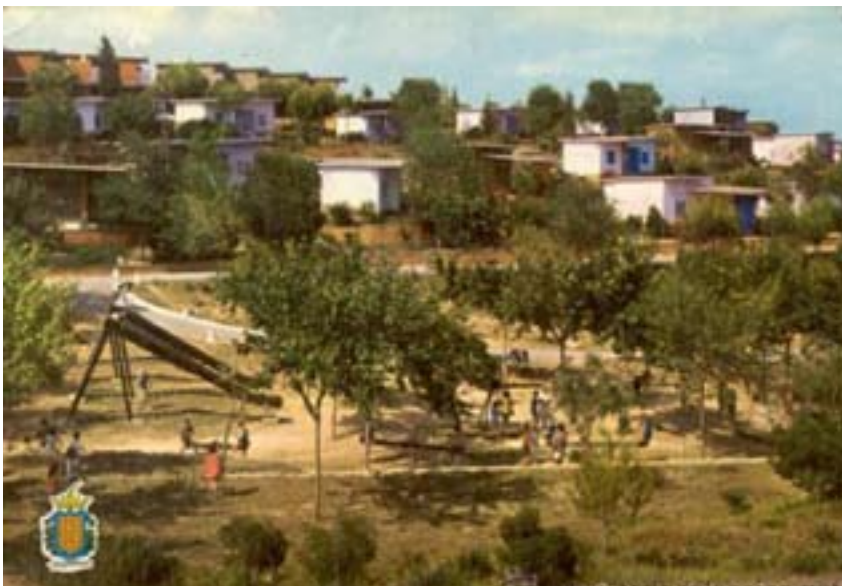
As empresas interessadas podiam concorrer à concessão destes complexos turísticos, por um período máximo de cinquenta anos, disponibilizando-os para o usufruto dos seus trabalhadores. Uma série de equipamentos de apoio garantia a autonomia funcional destas pequenas cidades ou “aldeamentos”, como espaços comerciais, restaurantes, posto de correios, igreja, clínica, parques infantis e piscinas colectivas. Serviços que complementavam a oferta residencial, assegurada por vários tipos de *chalets* dispostos, segundo a topografia do terreno, em conjuntos de baixa densidade de construção.

A *Ciudad de Reposo y Vacaciones* de Tarragona, a primeira a ser concluída na sua, quase, totalidade, encontra ressonâncias evidentes na *Ciutat de Repòs i de Vacances* do GATCPAC. Relação a que não é alheio o facto de Monravà ter sido membro do Grupo Este desde a sua criação. Mas só no nome. Quase trinta anos separam os dois projectos, período em que o contexto político e social espanhol vive profundas alterações, marcado, entre 1936 e 1939, por uma guerra civil que determinou a substituição da II República, instaurada em 1931, pelo governo nacionalista

¹⁰⁵ Como Francisco e Frederico Somolinos, autores do projecto do Restaurante (1956), ou Julio Galán e Fernando Cavanilles, responsáveis pelo desenho de um dos tipos de *chalet* desenvolvidos (1959).



Ciudad Residencial de
Tarragona
Vista Aérea
Bilhete Postal, c. 1960
(imagem www.todocoleccion.net)



Ciudad Residencial de
Tarragona
Chalets
Bilhetes Postais, c. 1960
(imagens
www.todocoleccion.net e www.arquitecturadetarragona.blogspot.pt)



Ciudad Residencial de
Tarragona

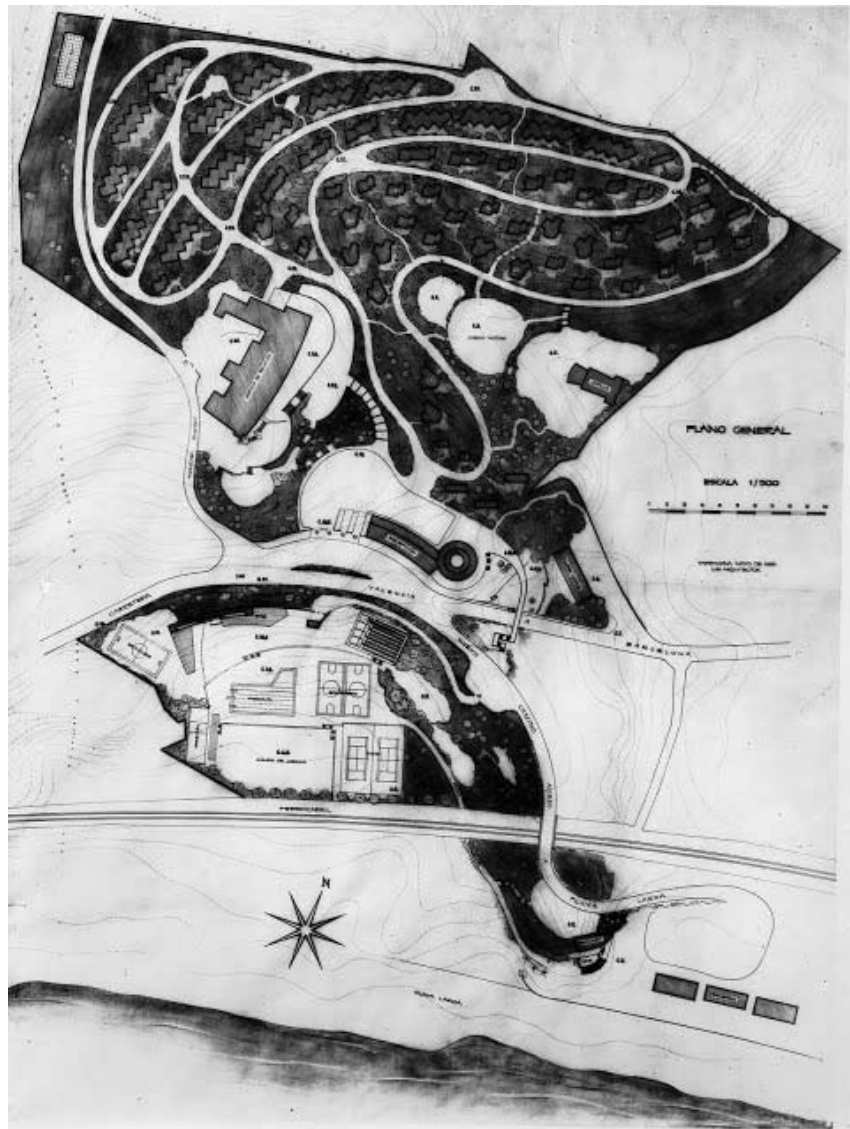
Fotografía, c. 1960
(imagem [www.
arquitecturadetarragona.blogspot.pt](http://www.arquitecturadetarragona.blogspot.pt))



Ciudad Residencial de
Tarragona

Plano General

José Maria Monravà López e
Antoni Pujol Sevil, 1953-1957
(imagem [www.
arquitecturadetarragona.blogspot.pt](http://www.arquitecturadetarragona.blogspot.pt))



do General Francisco Franco, apoiado nos grupos dominantes tradicionais (Igreja Católica, Exército e Latifúndio), anunciando os contornos ideológicos que iriam moldar a II Guerra Mundial. Regime franquista que, tal como o salazarismo, vai saber manter-se, para além da derrota dos regimes totalitários do Eixo, até à morte do seu chefe de estado na década de setenta, altura em que é finalmente adoptada, em Espanha, uma democracia parlamentar. Nesse sentido, os dois projectos - a *Ciutat de Repòs* e a *Ciudad de Reposo* - apresentam raízes ideológicas bastante distintas. Se um se fundamenta no princípio de que o tempo de descanso é um direito social, o outro explora-o como instrumento de doutrinação política.

Distinta é, também, a solução urbanística adoptada nos dois casos. Enquanto que em Barcelona o plano do GATCPAC previa a implantação da nova Cidade de Férias linearmente ao longo da Praia de Castelldefels, numa extensão de 10 km, em Tarragona a Cidade de Repouso desenvolve-se perpendicularmente à linha de costa, dividida em três zonas - a Marítima, a Desportiva e a Residencial, separadas, respectivamente, pelos traçados da linha de caminho-de-ferro e da Estrada Nacional de Barcelona a Valência. A uma cota mais baixa, a zona Marítima, de menor área, garante o acesso pontual à Praia. Mais acima, contida entre a linha férrea e a via rodoviária, a zona Desportiva reúne os principais equipamentos recreativos do complexo turístico, encontrando-se ligada à zona Marítima por meio de uma passagem, em túnel, sob o caminho-de-ferro e à zona Residencial por uma *passerelle* superior à Estrada Nacional. Por sua vez, na zona Residencial, resolvida na encosta, concentram-se os serviços de apoio à estância, que incluem o edifício da Recepção (com galerias comerciais), o chamado edifício de “Relação” (no qual se encontravam instaladas a Sala de Estar, a Biblioteca, o Refeitório, o Bar e as Cozinhas), a Capela, a Garagem e o Depósito de Água, aos quais se juntam cerca de duzentos *chalets* para alugar, distribuídos organicamente pela área mais elevada, em tipologia isolada, geminada ou em banda.

Os *chalets* dividem-se em três tipos - A, B e C - consoante o número de quartos e de camas de que dispõem (um quarto e duas camas, dois quartos e quatro camas ou três quartos e seis camas), todos eles equipados com terraço, sala de estar, escritório e casa-de-banho. No total, foram construídos trinta e três do tipo B e igual número do tipo C, sendo os restantes do tipo A, privilegiando-se a estadia de casais sem filhos. Significativa é a ausência da cozinha neste modelo de alojamento de férias, justificada, aqui, pelo facto de também a mulher ter direito ao descanso.

*“Los chalets inaugurados, de una magnífica y moderna concepción arquitectónica, permitirán a cada familia el aislamiento necesario en un periodo de descanso y el descanso será total para todos los miembros de la familia, pues las comidas se hacen en el gran comedor. Es el único momento de relación con los otros residentes. Esto permite el descanso de la esposa que, hasta el momento, no tenía previsto. Y ellas también necesitan de vacaciones.”*¹⁰⁶

Sob a defesa, aparentemente, desinteressada do repouso feminino camuflavam-se, no entanto, intenções bem menos inocentes. Obrigar a família a sair do espaço privado da casa e a conviver em público era uma forma de controlar hábitos e comportamentos. Por outro lado, o horário das refeições disciplinava o ritmo do quotidiano. Nesta perspectiva, o funcionamento das Cidades Residenciais aproximava-se do espírito das Colónias Balneares tradicionais.

Sem a carga doutrinária associada a este tipo de estruturas, na década de sessenta surge um novo conceito residencial de férias: o “Aldeamento”. Conceito que cruza a mesma oferta de serviços e de equipamentos colectivos disponíveis nestas Cidades e nas Colónias Balneares com o desejo individual de se possuir uma “Casa de Férias”. Um desejo que tinha vindo a tornar-se realidade, mesmo que ainda só para alguns, com o desenvolvimento económico alcançado no pós-II Guerra.

¹⁰⁶ CUSIDO, J., “Una Ciudad que sabe agradecer”, *El Noticiero Universal*, Barcelona, 6 Julio 1957, p.5.

Estimulando a reflexão em torno de novas formas e modelos de ocupação espacial, que avançam com uma crítica às fórmulas de organização e de habitação da cidade densa tradicional, o fenómeno da segunda residência deve ser entendido na sua capacidade de propor uma outra ordem física, mas também uma outra ordem de mentalidades, para a sociedade moderna. Naturalmente, a carga de transformação que a materialização do desejo pelo “lugar longe de casa” introduz no desenho do território vai ter os seus reflexos na estruturação do mapa do Turismo nacional, e internacional, do século XX, determinando o aparecimento *ex novo* de diversos núcleos de veraneio junto à costa, onde a casa unifamiliar de férias se apresenta como verdadeiro laboratório de experimentação projectual sobre a arquitectura doméstica.

Símbolo, ainda hoje, de um certo estatuto de distinção social, a segunda residência ganha sentido na cultura portuguesa com a implementação, a partir do século XVI, do modelo das Quintas de Recreio renascentistas, agora ausente da intrínseca componente produtiva associada a estes espaços de lazer. Incorpora uma mesma vontade de retorno ao Campo, enquanto lugar-arquétipo de uma vida saudável, e um mesmo sentido de evasão, em contraponto ao ambiente disciplinador da cidade. No entanto, se estas se vão implantar nos arredores dos grandes centros urbanos, proporcionando uma permanência regular durante largas temporadas do ano,

aquela tende a assumir o carácter de refúgio de fim-de-semana, em ruptura com os cenários e as rotinas do quotidiano. Entre uma tipologia e a outra, a “Casa de Férias” marca a conquista popular, ainda que restrita, de um tempo e de um espaço antes reservados a uma elite, em muito favorecida pela conjuntura económica expansiva do pós-guerra e por um crescimento exponencial do parque automóvel, em Portugal, ao longo da década de 1950, associado ao furor consumista das novas classes médias urbanas preocupadas em afirmar a sua ascensão nas escalas social e profissional.

Tal como os *chalets* de Praia de final de oitocentos, é no litoral que a primeira geração de “Casas de Férias” encontra o seu lugar de representação, quase sempre integradas em urbanizações, mais, ou menos, informais, que fazem referência aos princípios de crescimento extensivo de baixa densidade da Cidade-Jardim. Intervenções que vão ter um forte impacto na construção da imagem, urbanística e arquitectónica, da nossa linha de costa e dar azo, nas décadas seguintes, a interpretações estereotipadas de um urbanismo dito “turístico” que, paradoxalmente, vão legitimar a humanização progressiva do ambiente natural que as sustenta, em processos difusos de periurbanização que negam, à partida, qualquer tradição de “fazer cidade”. E é nos limites da cidade que este modelo vai, posteriormente, ganhar contornos perversos, alimentando o aparecimento de condomínios residenciais segregados, social e fisicamente, que tentam recriar o cenário idílico da vida no campo.

Para além da sua dimensão tipo-morfológica, a “Casa de Férias” vai, também, revolucionar a construção do espaço doméstico em Portugal, introduzindo no vocabulário da arquitectura residencial corrente conceitos como a *kitchenette* ou a *living room*, a que, mais tarde, se juntam componentes como o *barbecue* e a piscina. Os arquitectos, esses, vão saber explorar esta nova tipologia, ao limite de propor habitar a própria paisagem.

Núcleos residenciais de veraneio

Fora dos limites doutrinadores da FNAT, as Colónias Balneares vão encontrar paralelo em empreendimentos privados de promoção imobiliária, financiados por investidores nacionais, e nas extensões urbanas, planeadas pelos municípios, dos aglomerados de costa considerados de interesse turístico. Pequenas cidades de férias, estes novos núcleos residenciais de repouso e de veraneio vão proporcionar a oportunidade de se afinarem modelos de organização espacial enunciados, já na década anterior, em propostas mais formais, como as de Carlos Ramos para a Praia de Moledo do Minho (1929) e para a Praia da Rocha (1935), ou a de Jorge Segurado para a Praia do Cabedelo (1934), e em ensaios urbanísticos inovadores, como o de Alfred Agache para “Carcavelos-Plage” no *Plano de Urbanização da Costa do Sol* (1933-1936), nunca concretizados.

Mas, se os modelos físicos são revistos, as vivências sociais a eles associados permanecem quase idênticas e estas estâncias vão estabelecer-se como verdadeiras comunidades familiares, fechadas sobre si próprias e reservadas dos olhares exteriores por caminhos labirínticos desenhados no meio do pinhal, anunciando tipologias de oferta turística que iriam vingar, num outro contexto, vinte anos depois. À memória vêm-nos, de imediato, as palavras de Ramalho Ortigão sobre a Granja:

“A Granja é uma povoação diamante, uma estação bijou, uma praia de algibeira. (...) Como não há no lugar população indígena, a Granja pertence exclusivamente aos banhistas. Quando estes, no mês de Novembro levantam os arraiais, a povoação desabitada é guardada apenas pelo banheiro, pelo padeiro e pelo tendeiro do sítio. (...) Os banhistas poderiam mandar murá-la e pôr-lhe uma grade de ferro com o seu guarda-portão que anunciasse os viajantes ou aceitasse os seus bilhetes de visita nos casos em que a população não quisesse receber. (...) Os banhistas da Granja conhecem-se todos, apertam-se todos a mão, frequentam as casas uns dos outros, vivem finalmente em família. É tão agradável isto que custa às vezes a suportar.”¹

¹ ORTIGÃO, Ramalho, “A Granja”, in *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, Lisboa, Frenesi, 2002, p. 83-92. (conforme a 1.ª edição de 1876)

Pela coerência e unidade global que apresentam, os núcleos residenciais de veraneio de Ofir e de S. Pedro de Muel definem-se como intervenções paradigmáticas deste período. Uma, no cuidado posto na integração das construções na paisagem natural, respeitando-a, e, a outra, no rigor e contenção formal do seu traçado, rasgado “a régua e a compasso” sobre o território. Com abordagens diametralmente opostas à topografia do lugar, também os processos de urbanização que lhes dão origem são de sinal contrário. Em Ofir, a nova estância marítima nasce, de raiz, da iniciativa de uma sociedade particular, proprietária dos terrenos, sem um plano de conjunto previamente estabelecido, enquanto que em S. Pedro de Muel a administração local se vê confrontada com a necessidade de criar um instrumento legal que previsse a expansão controlada, do núcleo balnear primitivo, para áreas protegidas como Mata Nacional. Em ambos os casos ressalta o facto de a posse fundiária do solo se concentrar na mão de uma única entidade, num caso, privada e, no outro, pública - o Estado. Daí, seguramente, a situação extraordinária de cada uma destas estâncias se ter desenvolvido segundo uma perspectiva concertada de actuação, garantida, em Ofir, pela encomenda a um mesmo arquitecto da maioria dos projectos da primeira fase de construção, e, em S. Pedro de Muel, pela existência *a priori* de um plano geral, orientador das directrizes urbanísticas a adoptar.

Assim, se num caso são os edifícios que definem, de uma forma genérica, os parâmetros a seguir na futura urbanização, no outro, são as infraestruturas criadas que estabelecem o desenho e os limites da intervenção. E isso é também evidente no carácter atribuído, de início, a cada uma das estâncias. Enquanto que Ofir se afirma como centro turístico, começando com a construção dos principais equipamentos de atracção e de fixação de visitantes - o Restaurante e o Hotel, S. Pedro de Muel afirma-se como zona residencial por excelência, ancorada à memória de Colónia Balnear das famílias dos operários vidreiros e dos guardas florestais da Marinha Grande.

Praia de Fão

A norte da Póvoa de Varzim, junto à foz do Rio Cávado, a Praia de Fão estabelece-se como núcleo balnear privilegiado do concelho de Esposende, concorrendo com a Apúlia, poucos quilómetros mais a sul, pela sua situação geográfica excepcional: uma língua de pinhal e de dunas, formada naturalmente, entre o rio e o mar. Em 1940, contava já com a presença de trinta banhistas, número que, uma década depois, era de cinco vezes mais, instalados nas duas pensões existentes em Fão e num punhado de casas mobiladas alugadas à estação. O acesso à Praia, a partir da Estrada Nacional N.º 13 que liga o Porto a Viana do Castelo pelo litoral, era garantido por duas estradas, “*uma em linha recta (...) apenas com 900 metros*”² e “*a outra, (...) pela Senhora-da-Bonança*”, atravessando o pinhal e juntando-se àquela perto da Praia.

É aqui que, em 1945, a Sociedade Engenheiros Reunidos Lda, do Porto, por influência do seu principal accionista local, Raul Sousa Martins, idealiza a criação de uma nova estância de lazer e repouso capaz de “*protagonizar [como] o centro de turismo de qualidade do Norte que tivera a Granja como motor das primeiras décadas do século e a Figueira da Foz como alternativa, mais ligada à Beira*”³. Proprietária “*da maior parte dos terrenos, não só de construção como também dos necessários às realizações de interesse*”⁴, a Sociedade contrata o arquitecto portuense, recém-licenciado, Alfredo Ângelo de Magalhães (1919-1988)⁵ para estudar o remate urbanístico da extensa avenida de acesso directo à Praia e aí integrar os dois principais equipamentos da futura estância: um Restaurante sobre as dunas e o Grande Hotel.

² *Monografia de Fão*, Esposende, Tipografia e Papelaria Cávado, 1948, p. 38.

³ ACCIAIUOLI, Margarida, *Os anos 40 em Portugal: O País, o Regime e as Artes. “Restauração” e “Celebração”*, dissertação de doutoramento em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1991, p. 643.

⁴ Carta da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização ao Presidente da Câmara Municipal de Esposende, datada de 21 de Julho de 1954. (Cit. BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, *A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo*, dissertação de doutoramento em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 340)

⁵ Alfredo Ângelo de Magalhães encontrava-se, já na altura, envolvido com a construção de uma primeira moradia unifamiliar, isolada no pinhal, para o arquitecto José Júlio de Oliveira, outro dos personagens ligados à urbanização de Ofir, com uma série de projectos, realizados a partir de 1956, para aquele sítio. (Cf. Idem, *ibidem*)

OFIR - Portugal
Hotel e Restaurante Ofir
Bilhete Postal , c.1948
(imagem www.prof2000.pt)

“O desenvolvimento da Praia de Fão, situada na margem esquerda do Rio Cávado - deve-se ao início da urbanização do seu pinheiral, até há pouco desaproveitado. A extensa faixa compreendida entre o Rio, o Atlântico e a Estrada Nacional - com ótimas condições de habitabilidade e excepcional beleza de conjunto - mar, rio e pinhal enquadrados pelo fundo dos montes de S. Lourenço - está sendo povoada e transformou-se, naturalmente, numa zona de interesse turístico comprovado pela afluência dos visitantes e pelo interesse que têm despertado as moradias construídas. Edificado o Bar-Restaurante “Ofir”, de construção moderna e modelarmente montado - impõe-se a edificação de uma Pousada - tais as dificuldades de alojamento no Verão com que depara quem pretenda gosar os benefícios do Mar, Rio e Pinhal e ainda no resto do ano dos que lamentam a impossibilidade de fazer “fim de semana” nesta Praia que, mesmo no Inverno, oferece notáveis condições de acolhimento.”

MAGALHÃES, Alfredo Ângelo de, *Pousada Ofir - Praia de Fão: Memória Descritiva*, Porto, Dezembro 1945.



O Bar-Restaurante Ofir é construído ainda nesse ano. Um volume simples, rectangular, de um único piso e águas furtadas, onde se agenciam meia dúzia de quartos para alugar a banhistas, animado na fachada sul por um pórtico racionalista, em betão, que delimita a esplanada.

De seguida, avança-se com o projecto de uma Pousada/Hospedaria, *“que muito contribuirá para solucionar o grave problema do alojamento de visitantes e para o progresso da Praia de Fão - que já é uma realidade turística”*⁶. O ante-projecto é finalizado em Dezembro de 1945, implantando-se o novo edifício, a nascente do Restaurante, junto à avenida. O *“plano, desenvolvido com espírito moderno, apresenta uma grande clareza de solução”*, organizando o programa em dois corpos perpendiculares, com três pisos de altura: a “Cave”, com uma ampla Sala de Jogos, as instalações técnicas e as dependências do pessoal; o “R/Chão”, elevado de forma a criar uma esplanada de entrada associada ao Átrio, com distribuição para o corpo dos quartos, e à Sala de Estar; e o “Andar”, de planta idêntica à do piso inferior. Ao todo, são criados dez quartos (dois, com instalações sanitárias próprias e, os restantes, servidos por lavabos e sanitários comuns) e dois Apartamentos (com Sala de Estar privativa e “varandas-solárium”), distribuídos, segundo o mesmo esquema, pelos dois pisos superiores.

⁶ MAGALHÃES, Alfredo Ângelo de, *Pousada Ofir - Praia de Fão: Memória Descritiva*, Porto, Dezembro 1945.

“Esta Pousada não disporá de sala de jantar e cozinha, em virtude da proximidade a que fica do Bar-Restaurante ‘Ofir’, podendo no entanto, uma das salas de estar transformar-se em eventual sala de refeições a fornecer pelo citado restaurante”.

Em termos formais, o projecto reflecte a preocupação de se integrar a construção no contexto local, recorrendo a “bons materiais, aproveitando os da região sempre que fôr possível”, para a sua materialização. Imagem que acaba por atenuar o sentido mais depurado da estrutura espacial do edifício, escondendo as suas verdadeiras convicções modernas.

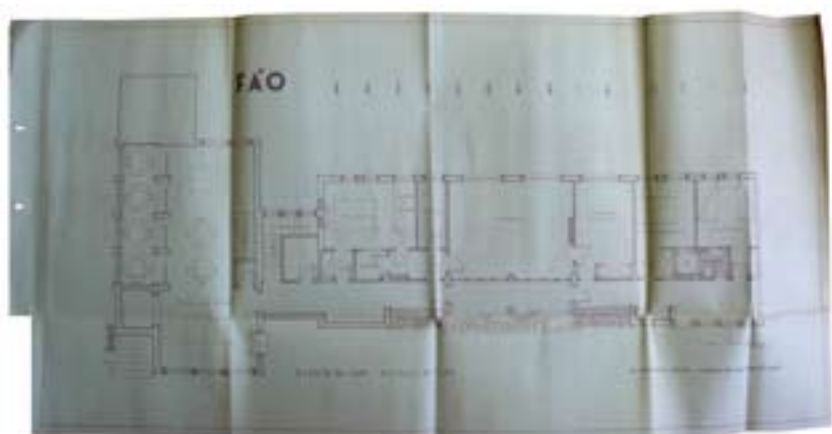


Fão - Hospedaria Ofir
E. Reunidos - Porto/Alfredo
Ângelo de Magalhães, 1945
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Fão - Hospedaria Ofir - Átrio
E. Reunidos - Porto/Alfredo
Ângelo de Magalhães, 1945
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)

Fão - Hospedaria Ofir
Ante-Projecto
Plantas do 1.º Andar,
do R/Chão e da Cave
E. Reunidos - Porto/Alfredo
Ângelo de Magalhães, 1945
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Mas a verdade é que a Pousada nunca chegaria a ser construída. No seu lugar, é inaugurado, a 26 de Junho de 1948, o Hotel Ofir, obra do mesmo arquitecto, aqui com a colaboração de José Porto (1883-1965)⁷ e do engenheiro civil José Pinto de Sá. Esta alteração ao programa original é indicativa do período de intensa construção que se regista, entre 1946 e 1949, na Praia de Fão e da necessidade de a Sociedade se actualizar face às exigências da procura turística.

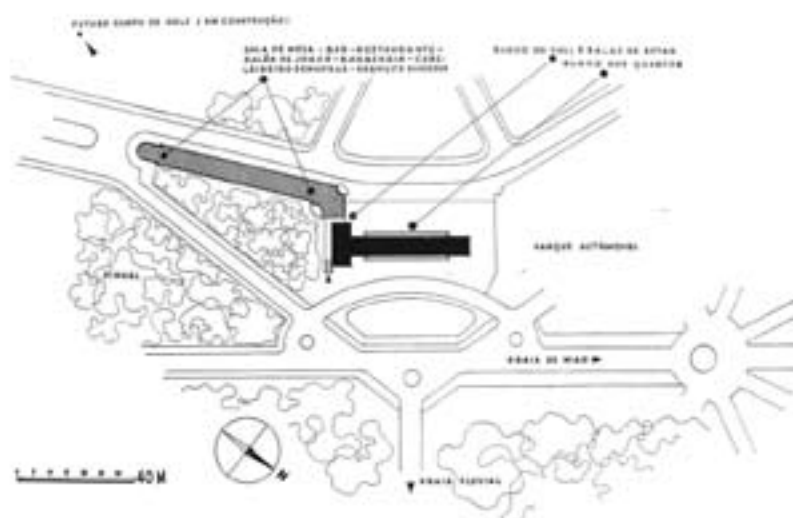
⁷ Segundo Nuno Portas. (Cf. PORTAS, Nuno, “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: Uma Interpretação”, in ZEVI, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*, Volume II, Lisboa, Arcádia, 1977, p. 738)

O novo projecto segue a lógica conceptual do estudo anterior, articulando três corpos com funções diferenciadas. O conjunto do bloco dos quartos e o do Hall e Salas de Estar resulta, inclusivamente, da adaptação directa do ante-projecto da Pousada, em que a implantação inicial sofre uma rotação de 90° para criar uma frente contínua para a avenida, orientando-se, agora, os quartos a sul e a galeria de distribuição a norte (e não nascente-poente), e o corpo dos quartos aumenta de cêrcea para cinco pisos, aproveitando-se a cobertura como “*amplo solarium, com paredes de protecção dos ventos dominantes e placa de defesa do sol*”⁸. Associado ao elemento de distribuição vertical, que faz a articulação entre estes dois volumes, é, ainda, criado um miradouro “*que domina todo o conjunto da Praia de Ofir, foz do Cávado, Montes circunvizinhos, Sta. Luzia (Viana do Castelo), Barca do Lago, panorama de uma beleza surpreendente*”.

A partir da esplanada de entrada faz-se o acesso ao terceiro bloco, de um único piso, onde se concentram os serviços do Hotel e alguns espaços de apoio aos clientes, como “*barbearia e cabeleireiro de senhoras*”, rematado, a nascente, por amplo Salão de Festas, de dois andares, com funcionamento independente do Hotel e que aproveita, também aqui, a cobertura deste corpo como terraço de estar.



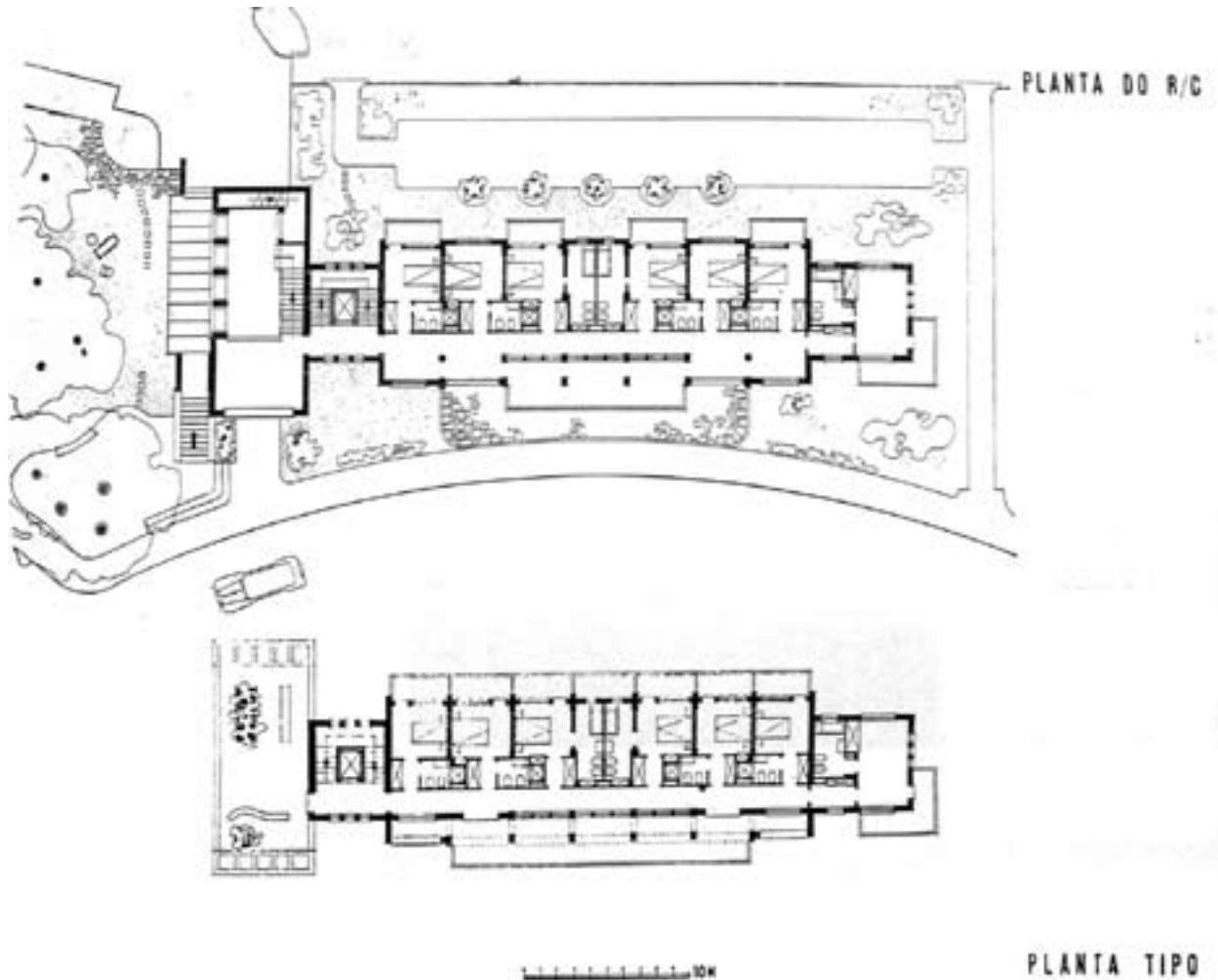
Hotel Ofir
Fotografia da Fachada Sul,
c.1950
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel Ofir
Implantação
E. Reunidos - Porto/Alfredo
Ângelo de Magalhães, 1948
(imagem “Hotel Ofir”, *Arquitectura*,
Lisboa, Ano XXII, 2.ª Série, N.º 33-34,
Maio 1950, p. 20)

⁸ “Hotel Ofir”, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XXII, 2.ª Série, N.º 33-34, Maio 1950, pp. 20-26.

A capacidade de alojamento aumenta, assim, para trinta e cinco quartos, sete por piso, todos com casa-de-banho privativa, apesar de se manter a decisão de não incluir Sala de Jantar no corpo principal do Hotel, recorrendo-se à presença do Bar-Restaurante Ofir e do Salão de Festas para garantir esse serviço.



Hotel Ofir
 Planta do R/C e
 Planta Tipo
 E. Reunidos - Porto/Alfredo
 Ângelo de Magalhães, 1948
 (imagem "Hotel Ofir", *Arquitetura*,
 Lisboa, Ano XXII, 2.ª Série, N.º 33-34,
 Maio 1950, p. 22)

À actualização programática proposta corresponde, também, uma actualização de linguagem, numa fase em que o arquitecto assume a sua filiação na Organização dos Arquitectos Modernos, (ODAM) fundada, no Porto, sob a presença tutelar de Viana de Lima, Arménio Losa e Cassiano Barbosa, em 1947.

Exactamente vinte e dois dias antes da inauguração do Hotel Ofir encerrava, em Lisboa, o I Congresso Nacional de Arquitectura, promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, momento de reflexão e de união profissional na luta contra a nacionalização e

normalização de estilos imposta oficialmente. Luta que passava pela recuperação do projecto moderno interrompido na década de 1930, agora informado da dimensão social que “escapara” à geração modernista. Mas se há consenso na defesa da arquitectura moderna como uma questão de contemporaneidade, começam-se a esboçar dois caminhos possíveis para o acertar de agulhas que se reivindica com o debate disciplinar internacional, entre os que fazem a apologia da ortodoxia do Movimento Moderno e os que procuram uma aproximação crítica à realidade portuguesa.

Em Ofir Alfredo de Magalhães deixa clara a saída que defende para o impasse em que se encontrava a arquitectura portuguesa.



Hotel Ofir

Fotografia da Fachada Norte
(imagem “Hotel Ofir” *Arquitectura*,
Lisboa, Ano XXII, 2.ª Série, N.º 33-34,
Maio 1950, p. 23)

Num contexto de difícil sobrevivência política, o regime procura atenuar controvérsias com a sugestão de uma relativa permeabilidade a influências exteriores. E o processo do Hotel reflecte a situação que se vive:

*“O edifício impõe-se pelo seu acentuado carácter, podendo considerar-se uma obra verdadeiramente da nossa época. E por isso mesmo, suscitou complicações ao autor do projecto, pela incompreensão de certo organismo oficial, mas foi compensado largamente pela opinião pública que se manifestou, abertamente, considerando a solução adoptada como justa - o que leva à confirmação de que as obras modernas, uma vez construídas, correspondem às aspirações dos homens de hoje, mesmo quando não dispõem da necessária cultura para as apreciar em todos os seus aspectos.”*⁹

Mas este é, também, um momento de reavaliação das relações entre *“Arquitectos e Engenheiros perante os problemas da arquitectura”*¹⁰, com a realização simultânea do 2.º Congresso Nacional de Engenharia. Pela primeira vez, desde a equiparação profissional, em cargos da mesma categoria, decretada e promovida activamente por Duarte Pacheco na sua passagem pelo MOPC, os dois lados têm a oportunidade de expressar publicamente o conflito de interesses que os separa, proclamando, cada um, a sua preponderância na concepção da obra de arquitectura. Contra posições mais extremadas, o arquitecto Alfredo Ângelo de Magalhães e o engenheiro José Pinto de Sá encontram uma plataforma de efectiva colaboração profissional, exemplo que seria sublinhado pela revista *Arquitectura* no seu número dedicado exclusivamente ao conjunto da Praia de Ofir:

*“A execução da obra decorreu no mais perfeito ambiente de colaboração entre arquitecto e engenheiro, tão certos estavam dos limites dos respectivos campos de acção, que por vezes se conjugam, (...), demonstrando o Engenheiro Pinto de Sá, (...), uma invulgar compreensão dos problemas da Arquitectura Moderna, em todos os seus aspectos, (...).”*¹¹

⁹ “Hotel Ofir”, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XXII, 2.ª Série, N.º 33-34, Maio 1950, p. 26.

¹⁰ MONTEIRO, Porfírio Pardal, “Arquitectos e Engenheiros perante os problemas da arquitectura”, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XXII, 2.ª Série, N.º 33-34, Maio 1950, pp. 2-3 e 27-33. (Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa a 11 de Maio de 1950)

¹¹ “Hotel Ofir”, op. cit., p. 24.



Hotel e Restaurante Ofir
Fotografia aérea, c.1950
(imagem blog.purofir.com)

Na ausência de um enquadramento urbanístico adequado, a perspectiva do rápido desenvolvimento turístico da nova zona balnear, com os projectos do Restaurante e do Hotel e a crescente venda de lotes para a construção de moradias, levanta sérias preocupações junto da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização. Acompanhando de perto a iniciativa da Sociedade, logo em 1945, um ofício desta Direcção, datado de 10 de Outubro, informa a Câmara Municipal de Espozende da necessidade de se “fixar as condições em que se deverão realizar as construções, a divisão dos lotes de terreno para se conseguir um melhor aproveitamento e [de se] estudar o abastecimento de águas e a rede de esgotos, problemas estes de capital importância para aquelas praias”.¹²

É na sequência deste ofício que, um ano depois, o Município encomenda ao engenheiro José Miranda de Vasconcelos a realização de um plano de conjunto para Espozende, Fão e Apúlia, avançando-se de imediato com um *Plano Parcial de Urbanização da Praia de Fão* por se considerar o de maior urgência face à ocupação acelerada desta faixa litoral. Plano que seria apresentado a 16 de Dezembro de 1946, mas só aprovado oficialmente, depois de várias revisões, a 17 de Março de 1949.

“I - Generalidades

a) A elaboração do Plano de Urbanização de Espozende, Fão e Apúlia, que a Câmara Municipal do Concelho de Espozende mandou elaborar, é um problema vasto e demorado, que necessita realizar tarefa considerável, o que justifica que só dentro de 2 ou mais anos seja possível apresentar á aprovação do Governo o trabalho definitivo.

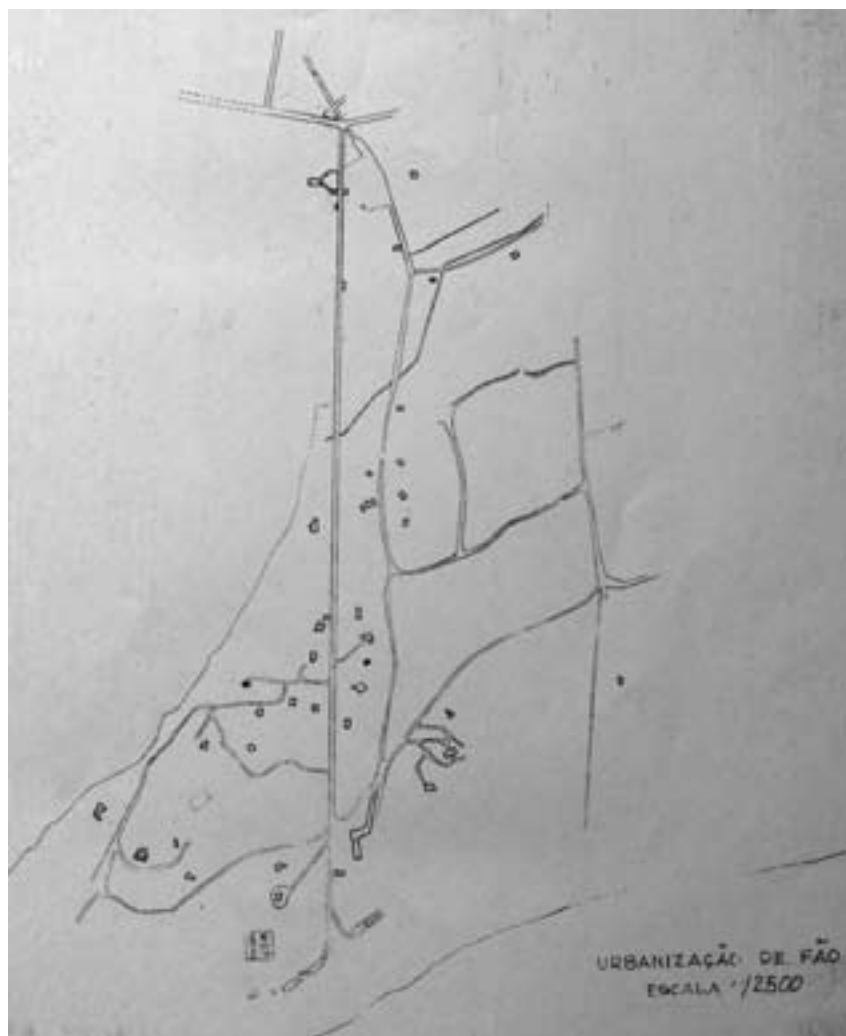
¹² Ofício do Arquivo da Câmara Municipal de Espozende (Cit. BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 342)

Encontra-se pois justificada assim a elaboração de planos parciais de urbanização a enquadrar no plano definitivo.

b) A presente memória diz respeito á descrição e justificação dum plano parcial de Urbanização, organizado com o objectivo de atender necessidades inadiáveis de expansão da Praia de Fão, tendo em atenção o disposto no §4.º do Artigo 10.º do Decreto-lei número 33.921, de 5 de Setembro de 1944. Com o presente plano parcial de Urbanização intenta o Município de Espozende, resolver o problema premente de construção de habitações na Zona.”

VASCONCELOS, José Miranda de,
Plano Parcial de Urbanização da Praia de Fão. Memória, [s.l.; s.d.],
p. 1.

Urbanização de Fão
(imagem
Arquivo Histórico do MOPTC)



Incidindo sobre uma área com cerca de 480 hectares, o plano desenvolvido por Miranda de Vasconcelos “*tem por fim criar uma zona habitacional de repouso e turismo*” no respeito total pelos valores paisagísticos do sítio. No estudo são incluídos os arranjos urbanísticos levados a cabo pela Sociedade, assim como as construções já edificadas no pinhal, definindo-se, em harmonia com essas pré-existências, quatro princípios de base para a futura intervenção:

“1.º) Conservação das dunas de areia com o seu aspecto actual e flora, formando uma mancha de verdura suave a contrastar com a mancha que se lhe segue - a dos pinheiros;

2.º) Evitar tanto quanto possível o corte dos pinheiros, quer na implantação das casas, como no alargamento dos caminhos existentes ou na abertura das veredas de acesso;

3.º) *Procurar que a paisagem do pinhal, que se disfruta das dunas, apresente sempre a vista actual, e nunca venha a ser cortado pelo aparecimento de qualquer edifício ou mesmo telhado, procurando-se assim conservar o aspecto de uma vasta zona desabitada;*

4.º) *Procurar afastar as moradias, tanto quanto possível, umas das outras, de forma a se fazer o isolamento das mesmas”*.¹³

Também a rede viária e o zonamento propostos se vão articular com as estruturas existentes.

Para libertar o centro de Fão do atravessamento de tráfego, é criada uma variante à Estrada Nacional N.º 13, pelo poente, desde o Cemitério até à entrada da ponte sobre o Cávado, a meio da qual arranca uma nova via de acesso à Praia, com 15 metros de largura, *“que nos levará directamente á Zona principal de Turismo, onde se encontra situado o Hotel e o Casino”*. Eixo que recria, a sul, a centralidade do conjunto do Restaurante Ofir e da “Pousada”, deslocando-a para terrenos ainda não ocupados. Esta artéria, por sua vez, é intersectada, próximo da Praia, pela estrada litoral de acesso à Apúlia, rematando a norte e a sul nos dois bairros piscatórios definidos nos limites da área do plano. São estas duas vias, orientadas, uma, a nascente-poente e, outra, a norte-sul, que vão estruturar o sistema de comunicações proposto, *“conservando o aspecto rústico que todas as outras apresentarão”*. A excepção seria a Avenida Marginal traçada ao longo da frente fluvial, servindo, simultaneamente, *“de protecção contra a corrosão feita nas margens pelas cheias do rio”*. *“Todas as outras não passarão de veredas de acesso, sendo o seu traçado irregular, procurando adaptar-se o mais possível ao terreno”*.

Definida a rede de circulações, procura-se *“a melhor localização e distribuição dos edifícios e zonas”* a implementar, organizando-se a futura urbanização em seis zonas fundamentais - Turística, Residencial, de Habitações Modestas, Comercial, Desportiva e de Espaços Livres - sem , no entanto, se fixar um regulamento específico para cada uma delas.

¹³ VASCONCELOS; José Miranda de, *Plano Parcial de Urbanização da Praia de Fão. Memória*, [s.l.; s.d.], p. 4



A Zona Turística estabelece-se no remate da nova via principal de acesso à Praia, onde se propõe a construção do Hotel e do Casino, articulando-se, a norte, com o conjunto do Restaurante e da Pousada e, a sul, com o Campo de Golfe, desenhado, entre o pinhal e as dunas, de um lado e do outro da estrada de ligação à Apúlia. A nascente do Casino implanta-se a Zona Desportiva, com *courts* de ténis, *rink* de patinagem, Piscina-Praia e Estádio, este mais próximo da povoação de Fão, combinando numa mesma estrutura “*campo de futebol, pista de atletismo, campo de ‘voley-ball’ e ‘basket-ball’*”. A meio da Avenida Marginal encontramos o Clube Náutico, voltado para o rio, e, mais à frente, na bifurcação desta via junto ao areal, o *stand* de tiro aos pombos.



Para norte, estabelece-se um dos bairros piscatórios, dotado de uma pequena Capela e estruturas locais de assistência social, seguindo-se-lhe os postos da Guarda Fiscal e dos Socorros a Náufragos. O outro bairro piscatório implanta-se no limite sul da área de intervenção, confinando com a Zona Agrícola da Apúlia, *“no local onde se encontra já [um] bairro que será totalmente remodelado, visto o seu aspecto actual deixar muito a desejar”*.

Nesta zona prevê-se também a construção da Colónia Balnear Infantil e do Sanatório Marítimo, apoiados, a norte, por um pequeno núcleo comercial, com Garagem de recolha e serviço de automóveis e camionetas, e por uma segunda Pousada instalada no meio do pinhal, com vistas panorâmicas sobre os terrenos do Golfe.

*Plano Parcial de
Urbanização da Praia de Fão*
José Miranda de Vasconcelos,
1946
(imagem Arquivo DGOTDU)



As restantes Zonas Comerciais são definidas, “*uma junto á Pousada ‘Ofir’, outr[a] no cruzamento da via principal com a Estrada da Apúlia*” e, a mais importante, na transição entre a vila e a estância turística, concentrando-se aí, para além do “*pequeno comércio, como: farmácias, barbeiros, cabeleireiros, confeitarias, tabacarias, jornais e revistas, fotografias, bazares, floristas, miudezas, etc...*”, o Mercado, a Zona de Indústria e Artesanato, e uma segunda Garagem, servindo directamente a Estrada Nacional.

Quanto à Zona Residencial, é apresentado com a memória descritiva e justificativa um regulamento sucinto com as condições a considerar na construção de moradias: logradouros com uma superfície mínima superior a 1.000 m², o maior afastamento possível entre as construções, cêrceas nunca superiores ao cume



dos pinheiros que as rodeiam, vedações e divisórias de preferência em “*elementos vegetais vivos*” ou, se necessário, muretes com um máximo de meio metro de altura e sem qualquer tipo de remate - “*grade, guarda, varão, arame, persiana, etc.*”. Não se prevê no plano a implementação de quaisquer infraestruturas públicas de tratamento de esgotos e de abastecimento de água, mantendo-se o sistema de fossas sépticas já utilizado e a abertura de poços ou a construção de reservatórios de água para utilização dos particulares.

Na ausência de um regulamento mais aprofundado, a DGSU entende que, durante a elaboração do plano e a sua apreciação, “*o urbanista deverá ser ouvido sobre todos os pedidos de construção, a fim de que não seja desvirtuada a concepção geral prevista.*”¹⁴

Plano Parcial de Urbanização da Praia de Fão
Planta de Urbanização

José Miranda de Vasconcelos,
1946
(imagem Arquivo DGOTDU)

Legenda:

- 1 - Hotel; 2 - Casino; 3 - Pousadas;
- 4 - Restaurante; 5 - Centros Comerciais; 6 - Mercado; 7 - Indústria e Artesanato; 8 - Garagens; 9 - Igrejas e Capelas; 10 - Bairros Piscatórios;
- 11 - Assistência Social; 12 - Socorros a Náufragos; 13 - Posto da Guarda Fiscal; 14 - Colónia Balnear Infantil;
- 15 - Sanatório Marítimo; 16 - Courts de Ténis e Pavilhão; 17 - Rink de Patinagem; 18 - Piscina e Anexos;
- 19 - Pavilhão do Golf; 20 - Stand de Tiro aos Pombos; 21 - Club Náutico;
- 22 - Estádio.

¹⁴ Ofício da DGSU dirigido à Câmara Municipal de Esposende, datado de 18 de Fevereiro de 1946.

Embora sancionada pela Câmara Municipal de Esposende, conforme uma informação de 24 de Abril de 1948, a Direcção dos Serviços de Urbanização levanta diversas críticas à solução apresentada. Segundo o Parecer destes serviços, de 20 de Janeiro de 1949, são, entretanto, submetidas à apreciação superior a remodelação do traçado do Golfe, projecto, agora, do especialista inglês Mackenzie Ross, autor também dos campos do Estoril e de Vidago¹⁵, assim como uma nova planta de urbanização, contendo as alterações consideradas necessárias. Mas, mesmo com a introdução destes novos elementos, mantém-se a obrigatoriedade da revisão do plano.

Os principais problemas apontados referem-se ao zonamento, ao faseamento da intervenção e ao esquema viário propostos pelo “urbanista”. No primeiro ponto, considera-se pouco “razoável que a quase totalidade do pinhal próximo da praia seja ocupado por moradias individuais, propondo-se a reserva de áreas [livres] de acesso público”¹⁶. Quanto ao segundo aspecto, realça-se a necessidade de ter em conta a implementação faseada do plano, de acordo com o crescimento previsto para este núcleo residencial de veraneio e as capacidades financeiras do município, garantindo a sua efectiva realização. E, finalmente, sublinham-se as “dificuldades técnicas e económicas de execução” da Avenida Marginal junto ao rio, “não se justificando a sua necessidade”. Em vez disso, propõe-se a construção de uma Esplanada sobre a Praia, no centro turístico principal, aconselhando-se o urbanista a tirar partido do carácter arquitectónico excepcional deste conjunto.

São estas observações que vão informar a avaliação do processo pelo Conselho Superior de Obras Públicas, que aprova, com condições, o *Plano Parcial de Urbanização da Praia de Fão* a 10 de Março de 1949¹⁷. Parecer homologado pelo ministro José Frederico Ulrich sete dias depois.

¹⁵ Cf. “Campo de Golf”, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XXII, 2.ª Série, N.º 33-34, Maio 1950, p. 13.

¹⁶ Parecer “urgente” da DGSU endereçado ao ministro José Frederico Ulrich, datado de 20 de Janeiro de 1949. (Cf. Briz, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 345)

¹⁷ Processo N.º 2008/29 da 1.ª Subsecção da 3.ª Repartição do CSOP, entrado a 1 de Fevereiro e expedido a 19 de Março de 1949.

A aprovação do Antepiano, assim designado desde a introdução da legislação de 1946, é justificada com a urgência de se definir *“desde já uma primeira fase de realização na qual se poderá dar início à construção dos elementos que primeiramente interessam”* ao fomento da nova estância balnear. Nesse sentido, a DGSU *“apresenta uma sugestão de alteração do arranjo do centro principal e da área que primeiramente julga dever destinar-se à construção de moradias que, acompanhada da parte do regulamento relativo a logradouros privados e muros de vedação, permitirá orientar o desenvolvimento desta zona turística, por um longo período, completando-se entretanto o estudo das fases posteriores”*.

No entender do CSOP, a solução encontrada introduzia vantagens consideráveis ao estudo do autor. Por um lado, atenuava *“o aspecto citadino”* da Zona Central de equipamentos turísticos, *“devassada pela circulação automóvel”* e *“separada da praia que lhe é fronteira por uma artéria de trânsito”*, permitindo *“tirar o maior partido num estudo pormenorizado e definitivo do seu arranjo”*. E, por outro, a variante proposta ao esquema dos arruamentos da Zona Residencial, com *“uma composição mais agradável”*, *“económica e racionalmente traçad[a], conduzi[ria] a um trânsito disciplinado e conseqüentemente a uma maior tranquilidade nas habitações”*.

A situação excepcional de, neste caso, a urbanização da Praia de Fão anteceder *“o estudo do plano orientador da região”* não representava *“qualquer grave inconveniente”* para o Conselho, uma vez que se *“pretend[ia] criar condições de vida completamente diferentes”* das existentes e estas deveriam ser *“consequência da urbanização projectada”*. No entanto, *“a diversidade de soluções para o problema em apreciação conduziu naturalmente o urbanista autor - na falta de um programa previamente estabelecido - a atribuir larga margem de segurança ao desenvolvimento do seu plano com as conseqüentes desvantagens de uma imperfeita previsão no que diz respeito à extensão das zonas residenciais”*.



Plano Parcial de
Urbanização da Praia de Fão
Solução Variante
DGSU, 1949
(imagem Arquivo DGOTDU)

Assim, “seria na ‘Grande Região’, que compreende a Praia de Fão que deveriam colher-se os elementos que permitissem determinar até que ponto - em extensão e em qualidade - se deveria promover a urbanização desta praia. Tal inquérito não foi feito e afigura-se ao Conselho indispensável, desde que a urbanização seja estudada de modo a tornar possível a sua realização por fases relativamente pouco extensas, de forma a não comprometer o êxito do empreendimento. E o antepiano apresentado com a variante proposta pela DGSU satisfaz, sob este aspecto permitindo a realização da urbanização, pelo menos, numa primeira fase bem definida”.

Em conclusão, o CSOP é de parecer que “a primeira fase de realização do plano poderá ser permitida”, desde que se adopte “a variante proposta pela DGSU como solução de princípio, necessitando no entanto cuidadoso e pormenorizado estudo o traçado de alguns arruamentos e o arranjo definitivo da denominada zona turística”, e que se fixem, “a título provisório e enquanto não for aprovado o plano, os seguintes condicionamentos para a zona residencial”:

“- Moradias unifamiliares

- Área mínima de lote por moradia - 2000m²

- Percentagem máxima de ocupação incluindo anexos de 6%

- Área máxima dos anexos de 1,5%

- Distancias mínimas das moradias aos limites do lote: 12 metros, ao alinhamento das ruas e limites de tardoz, e 6 metros, aos limites laterais

- Altura máxima das moradias: 2 pisos e aproveitamento de sótão

- Altura máxima dos anexos - 2,80 metros

- Altura máxima dos muros de vedação - 0,50 metros

- Proibição do corte de árvores alem do estritamente necessário à execução das obras.”¹⁸

É nestes termos que o Antepiano é aprovado, libertando-se toda a área a sul da artéria de ligação ao novo centro turístico como Zona de Espaços Livres e Zona de Reserva para a futura expansão deste primeiro núcleo residencial.

¹⁸ Idem.

Mas as expectativas de desenvolvimento esboçadas com o plano de urbanização não seriam, tão cedo, concretizadas. Com a construção do Hotel, a Sociedade Engenheiros Reunidos vê-se obrigada a hipotecar a maioria dos terrenos que possui para garantir o investimento necessário, comprometendo, à partida, a sua capacidade de realização futura, condição que também se iria repercutir no aumento dos preços dos lotes ainda disponíveis para venda. A agravar a situação, inaugurado o Hotel, não se regista a afluência de turistas que inicialmente se previa, passando este a funcionar apenas nos meses de Verão “*e mesmo assim só no mês de Agosto [se verificar] certa frequência*”.¹⁹

De 1950 a 1954 não se constrói qualquer nova habitação na Praia de Ofir²⁰ e os equipamentos entretanto implementados - um Clube de Pesca com recolha para barcos de recreio, uma Piscina e um *Court* de Ténis - são da iniciativa exclusiva dos proprietários particulares. Impasse que leva a Câmara de Esposende a equacionar a realização de um novo antepiano, mais adequado às realidades do momento e ao “*novo recrudescer da estância de Ofir*”, “*cujas condições são as necessárias, mas que não souberam ser devidamente orientadas para serem aproveitadas*”.²¹

Sem meios económicos para o concretizar, a Câmara apela aos Serviços de Melhoramentos Urbanos da DGSU que subsidiem a despesa, chegando-se, inclusivamente, a um acordo com o arquitecto Alfredo Viana de Lima (1913-1991) para a elaboração do novo estudo urbanístico²²:

“O arquitecto Senhor Alfredo Viana de Lima que, por ser filho da terra, supuz poder fazer estes trabalhos pelos 50% do Estado e a princípio aceitou (...) breve acabou por dizer que não lhe era possível, em face da nova tabela elaborada pela Direcção-Geral de Urbanização, que tornara esse subsídio mais exíguo”.

¹⁹ Ofício da DGSU dirigido ao Presidente da Câmara de Esposende, datado de 21 de Julho de 1954, p. 1. (Cf. BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit. p. 347)

²⁰ Segundo um ofício da DGSU, de 5 de Novembro de 1954, que faz também referência ao facto de, desde 1948, o urbanista nunca mais ter sido consultado pelo Município para qualquer tipo de apoio técnico.

²¹ Ofício DGSU, 21 de Julho 1954, p. 2.

²² Segundo carta do Presidente da Câmara Municipal de Esposende ao Ministro das Obras Públicas, de 8 de Agosto de 1960.

É só no início da década de 1960, com a compra do Restaurante e do Hotel pela Sofir - Sociedade de Turismo de Ofir, SARL, que a situação é desbloqueada. Interessada na revisão do Anteplano existente, a nova Sociedade disponibiliza-se para compartilhar do pagamento das despesas de um novo plano de urbanização, na parte correspondente à sua área de interesse²³, comprometendo-se a não vender a particulares terrenos abrangidos pelo futuro estudo urbanístico até que resolvida a questão. Compromisso que, com o arrastar do processo, viria a ser quebrado.

Praia de Fão,
Esposende
Vista Aérea, 1965
(imagem
Instituto Geográfico Português)



²³ Conforme carta da Sofir à Câmara Municipal de Esposende, de 7 Julho de 1964, a Sofir contribui com 40.000\$00, valor que corresponderia, em relação à área total de incidência do plano, a 324 hectares, número que ultrapassava em muito a área efectiva de terrenos pertencentes à Sociedade.

Viana de Lima é, então, encarregue da revisão do Anteplano. Numa carta da Câmara de Esposende ao arquitecto, datada de 22 de Maio de 1965, ficamos, no entanto, a saber da rescisão dos contratos celebrados, três anos antes, entre as duas partes, por falta de cumprimento dos prazos para a “*apresentação dos ante-planos*” encomendados, referência que deixa subentender ter-se retomado a ideia da realização de um plano de conjunto para Esposende, Fão e Apúlia. Na verdade, os dois únicos desenhos que Viana de Lima chega a elaborar compreendem apenas o “*estudo urbanístico dos terrenos a norte do Hotel Ofir*”²⁴, coincidindo com a área pertencente à Sofir.

Caberia ao arquitecto Carlos Carvalho Dias, contratado pouco tempo depois²⁵, a tarefa de rever os instrumentos urbanísticos produzidos²⁶, integrando-os numa perspectiva de planeamento geral para o concelho. Perspectiva que, em termos turísticos, já não se coadunava com os princípios de baixa densidade e de tipologia unifamiliar defendidos vinte anos antes. É neste contexto que surgem, já na década de setenta, as três torres de treze andares sobre a Praia, com apartamentos de férias e espaços comerciais, inspiradas em modelos que nos reportam para os complexos da Torralta, no Alvor e em Tróia, edificados pela mesma altura.



Torralta
Complexo Turístico do Alvor
Bilhete Postal, c.1970
(imagem www.skyscrapercity.com)



Torralta
Complexo Turístico de Tróia
Bilhete Postal, c.1980
(imagem www.prof2000.com)

Torres de Ofir
Fotografia, c. 2006
(imagem www.skyscrapercity.com)



²⁴ De acordo com um ofício da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos dirigido ao Director-Geral dos Serviços de Urbanização, de 3 de Agosto de 1964. (Cf. BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 350)

²⁵ Pelo Ofício N.º 1:815 da Secção do Porto da DGSU, de 4 de Outubro de 1965.

²⁶ Para além do *Plano Parcial de Urbanização da Praia de Fão*, o engenheiro Miranda de Vasconcelos realiza, simultaneamente, o *Anteplano de Urbanização de Esposende*, submetido a parecer do CSOP em 1948 e com aprovação ministerial de 6 de Janeiro de 1949. (Cf. LÔBO, Margarida Souza, op. cit., p. 280 e 288)

Apesar do impacto das torres junto à Praia, é a urbanização continuada do pinhal que vai definir o carácter da estância de Ofir. Alfredo Ângelo de Magalhães, arquitecto da primeira sociedade investidora, é o autor da maioria das moradias construídas no período de 1945 a 1948²⁷, numa intervenção marcada pelo respeito pelos valores paisagísticos do sítio e pelos recursos materiais da região, sem deixar de defender “*uma Arquitectura Progressiva, bem do nosso tempo, projecta[da] com simplicidade e lógica, contribuindo, assim, para a necessária renovação dos princípios da arte de projectar e construir*”²⁸. Postura que antecipa o debate disciplinar lançado, alguns anos depois, com a realização, e posterior publicação, do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa.

Dos vários projectos que realiza, a revista *Arquitectura*, no seu número de Maio de 1950, destaca os “Apartamentos Gémeos”, encomenda do Ex.^{mo} Senhor Silva Pereira numa “*curiosa iniciativa*” que combina a propriedade particular com a exploração imobiliária a cargo do Hotel Ofir, e duas “Moradias no Pinhal de Ofir”, obras que, dentro de abordagens formais distintas, testemunham uma permanente exigência de qualidade construtiva e espacial, extensível ao desenho e à decoração dos interiores, também da responsabilidade do arquitecto.

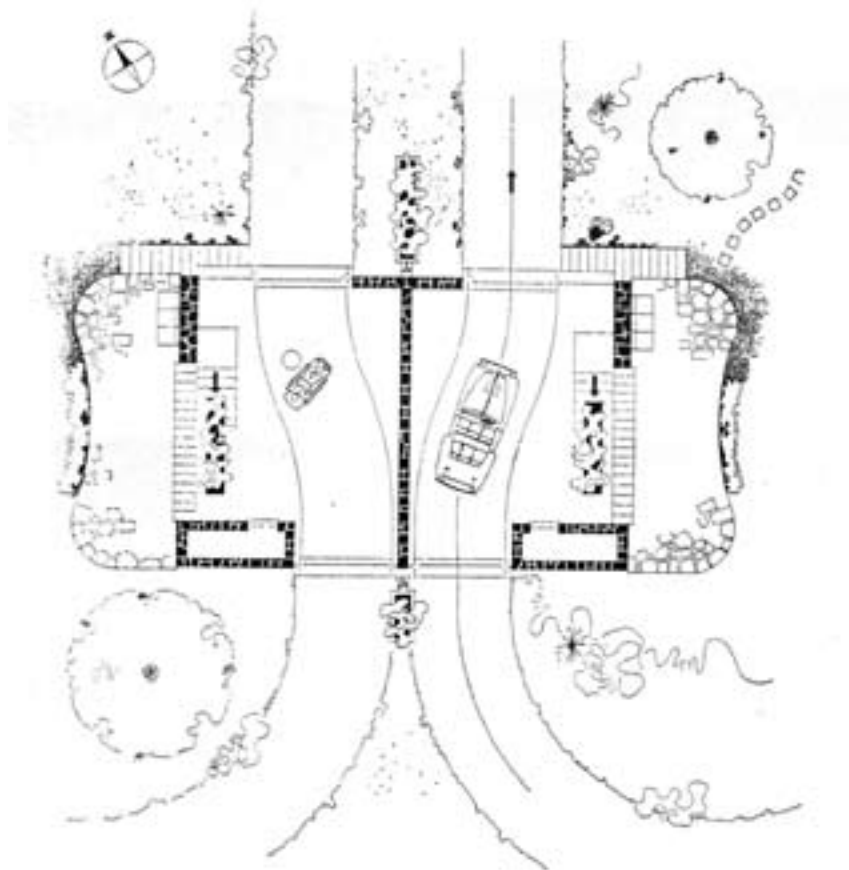
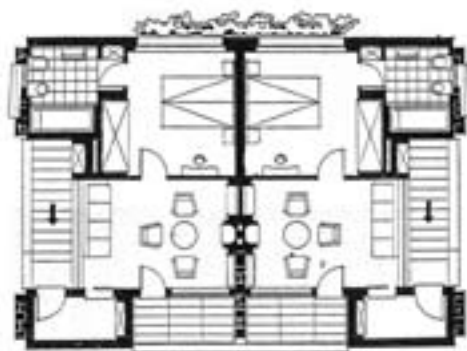
Sem grandes inovações ao nível da estrutura funcional interna, agarrada, ainda, a esquemas de organização associadas a uma arquitectura urbana corrente patrocinada pelas classes mais altas, estes exemplos trabalham soluções que vão marcar a vivência da “Casa de Férias”, como a *kitchenette*²⁹, os grandes envidraçados sobre varandas e terraços panorâmicos e as coberturas planas em terraço-solário, elementos fundamentais na valorização das relações entre o interior e o exterior e na ênfase de enquadramentos cenográficos privilegiados.

²⁷ Entre elas, uma casa para o banqueiro Cupertino de Miranda, que, mais tarde, vamos encontrar associado ao projecto de Vilamoura.

²⁸ “Hotel Ofir”, *Arquitectura*, op. cit., p. 21.

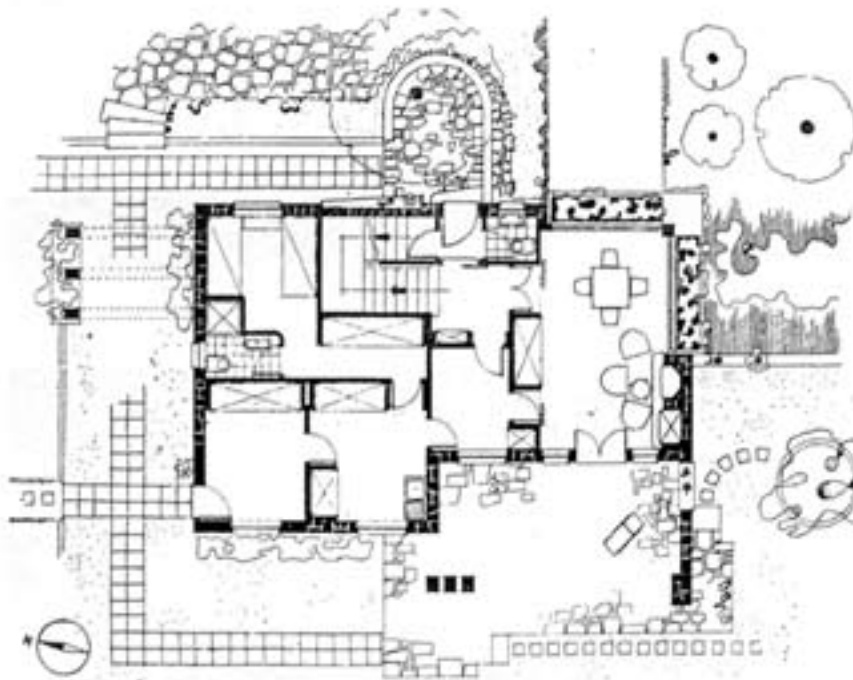
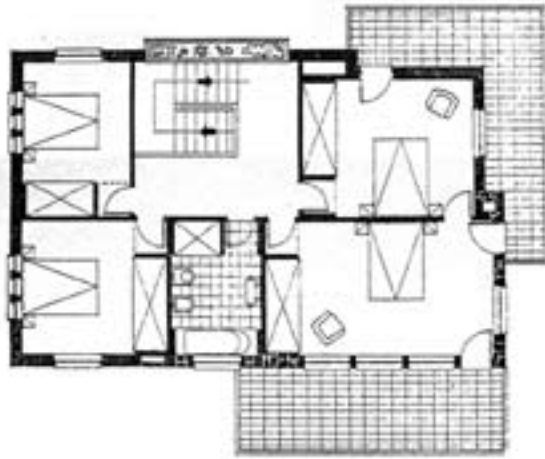
²⁹ Ou “cozinha americana”, termo introduzido no vocabulário português por influência da produção cinematográfica da época, assim como o *living-room*, alimentando novos conceitos e formas de habitar o quotidiano.

Apartamentos Gémeos
Fotografia
e Plantas (Escala 1:200)
Alfredo Ângelo de Magalhães,
1948
(imagens "Apartamentos Gémeos",
Arquitectura, Lisboa, Ano XXII, 2.^a
Série, N.º 33-34, Maio 1950, pp. 10-12)



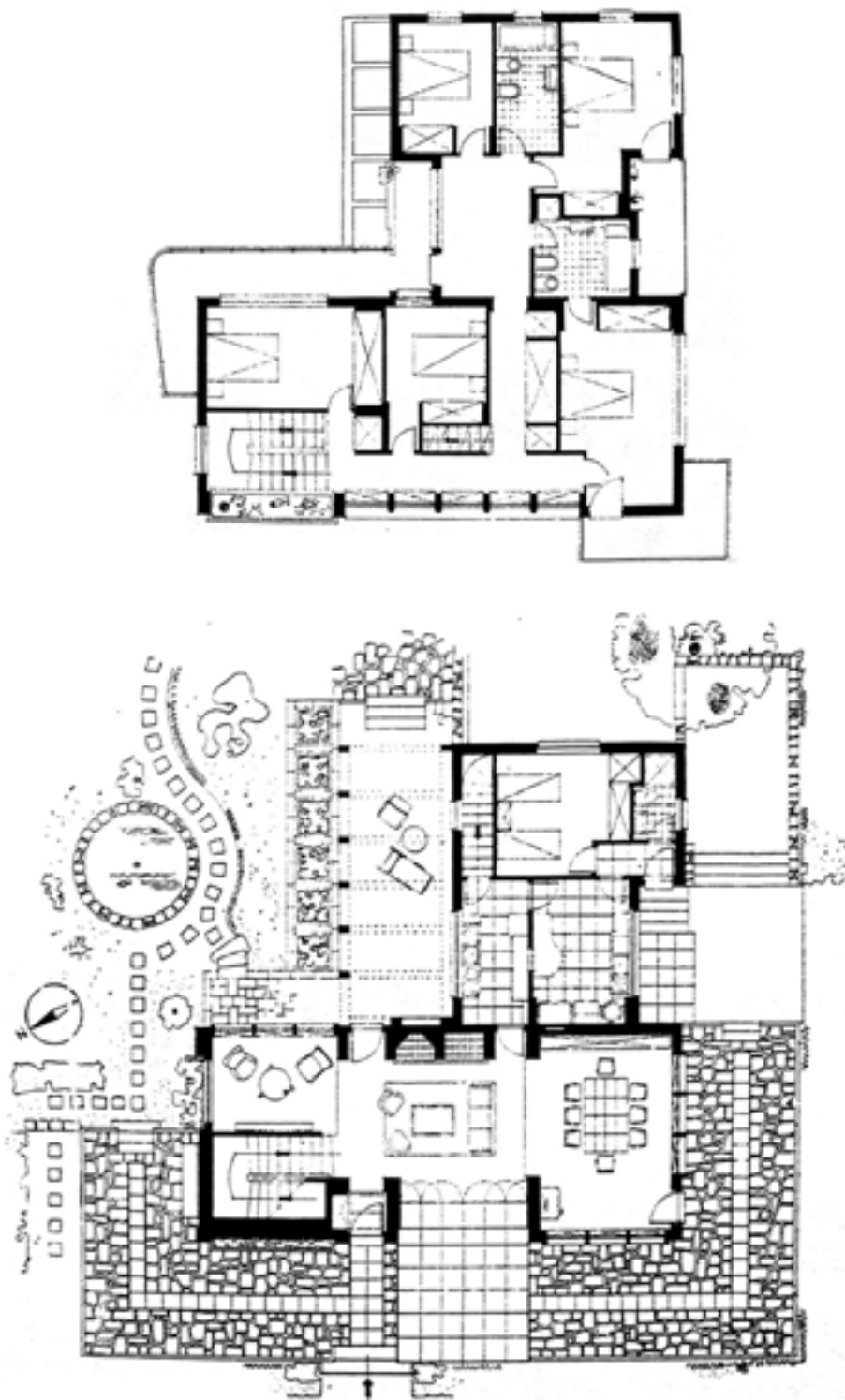


Moradia no Pinhal
Fotografia
e Plantas (Escala 1:200)
Alfredo Ângelo de Magalhães,
1948
(imagens "Moradias no Pinhal de Ofir",
Arquitetura, Lisboa, Ano XXII, 2.^a
Série, N.º 33-34, Maio 1950, pp. 15-17)





Moradia no Pinhal
Fotografia
e Plantas (Escala 1:200)
Alfredo Ângelo de Magalhães,
1948
(imagens “Morádias no Pinhal de Ofir”,
Arquitectura, Lisboa, Ano XXII, 2.^a
Série, N.º 33-34, Maio 1950, pp. 18-19)



Em contraste com as opções mais convencionais de Alfredo de Magalhães, a proposta de Rogério Martins e João Andresen para uma “Casa de férias em Ofir”, publicada nesse mesmo número da revista e construída em 1946, é apresentada como “*um exemplo das várias aplicações e combinações de materiais baratos, segundo formas e soluções, eficientes e novas*”, onde “*a ausência completa de betão armado*” é realçada como “*manifesta confirmação que os caminhos, para uma nova e sã arquitectura dependem mais do critério a seguir do que dos materiais empregados na construção*”.³⁰

O programa da moradia, organizada num único piso, é dividido em dois núcleos funcionais distintos - o de Serviços e o de Estar e Dormir - demarcados volumetricamente, no exterior, pela cobertura acentuada, de uma só água, sobre os quartos e a sala, que se projecta para fora criando um pequeno alpendre-terraço por onde também se faz a entrada. Gesto que nos traz à memória a *Caseta Desmuntable* de Germá Rodríguez Arias, para o GATCPAC, e que o próprio Andresen vai explorar, com outras consequências plásticas e espaciais, na casa do Pinhal do Carreço para o seu primo, o escritor Ruben A., dois anos depois.

A simplicidade destes dois projectos manifesta a vontade do arquitecto de, com um mínimo de recursos materiais e explorando as potencialidades paisagísticas do sítio, reduzir ao essencial o programa da “*casa de veraneio ou de fim-de-semana, destinada a pequenas estadias*”³¹, obrigando-se a um exercício conceptual de racionalização do “*modelo de casa mínima*” que encontra paralelo numa das mais interessantes experiências de renovação da arquitectura privada de recreio realizadas em Portugal: o Bairro dos Arquitectos no Rodízio, em Sintra. Experiência que a mesma revista já havia assinalado, em números anteriores³², e que também encontra eco na *Panorama* do SPN.

³⁰ “Casa de Férias em Ofir”, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XXII, 2.ª Série, N.º 33-34, Maio 1950, p. 8.

³¹ TOSTÕES, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, FAUP Publicações, 1997, p. 66.

³² No número de Julho-Agosto de 1947, com a apresentação da casa de Adelino Nunes e da de Keil do Amaral, e no de Abril de 1948, com a apresentação da casa de Faria da Costa.



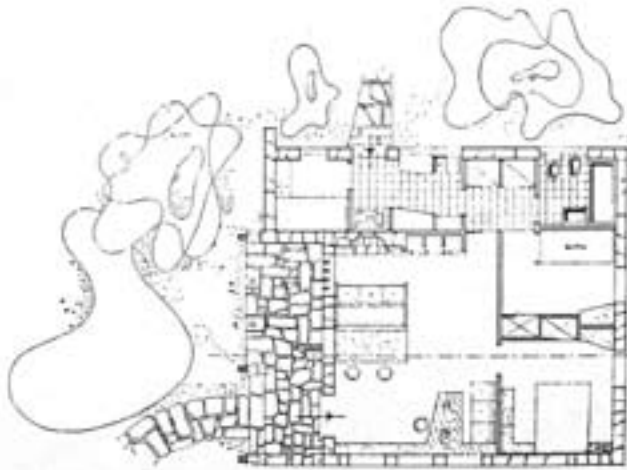
Casa de Férias em Ofir

Fotografia

Corte e Planta (Escala 1:200)

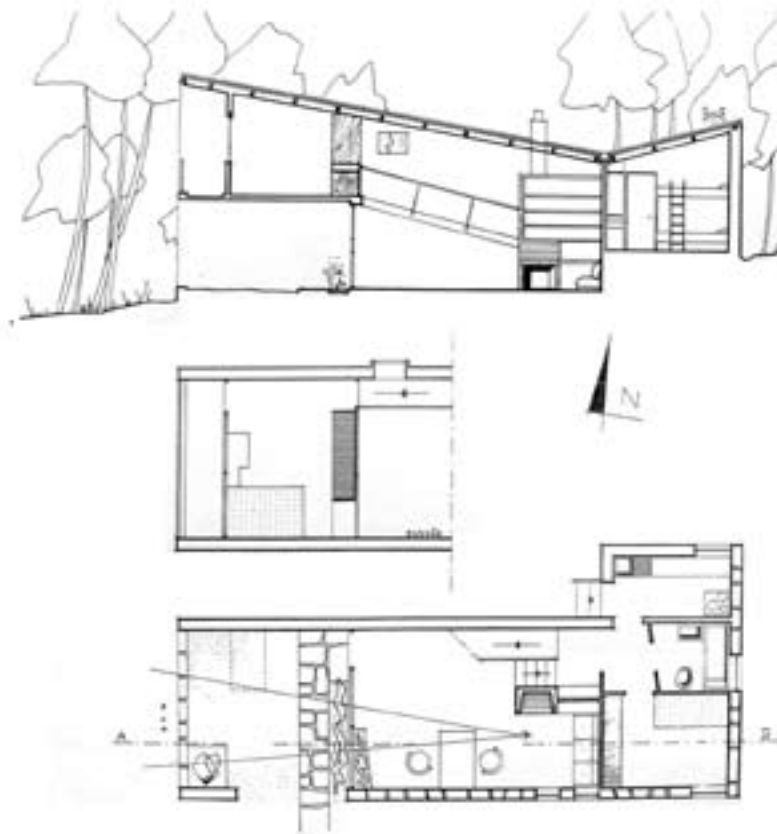
João Andresen, 1946

(imagens "Casa de Férias em Ofir",
Arquitectura, Lisboa, Ano XXII, 2.^a
Série, N.º 33-34, Maio 1950, pp. 8-9)





Casa de Férias em Carreço
Fotografia
Corte e Plantas (Escala 1:200)
João Andresen, 1948-1950
(imagens "Casa de Férias em Carreço",
Arquitectura, Lisboa, Ano XXII, 2.^a
Série, N.º 41, Março 1952, pp. 5 e 7)



Contemporâneo da urbanização do pinhal de Ofir, o Bairro dos Arquitectos constitui um exemplo particular, de um núcleo residencial de veraneio, pelo facto de, como o nome indica, os proprietários serem todos arquitectos ou seus familiares. É aqui que Keil do Amaral, Adelino Nunes, Raul Tojal e Faria da Costa vão dar corpo a uma “*reflexão profunda* [em torno do conceito de casa de férias,] *que não se ficava pela redescoberta das coisas portuguesas como dignas de interesse estético nem pelo culto extremo de um racionalismo puro e duro*”³³, antes procurava ensaiar novas formas de habitar que, com base numa vivência intimista, “*combinassem com o ambiente rústico que estas casas tinham (...) sem esquecer a funcionalidade e adaptabilidade [do] mobiliário*”³⁴. Desenho de mobiliário que, de resto, é apresentado como exemplo de bom gosto na revista *Panorama* que dedica um artigo do seu número duplo de Julho de 1943 a este conjunto residencial.

“(…) Surge, depois, no meio da verdura, um comprido mastro pintado de branco; um gigantesco pote alentejano de azeite, como que esquecido na paisagem; cadeiras de repouso, de lona e vêrga; uma bicicleta de criança encostada a um pilar de pedra... No ar, um cheiro misto de rezina, caruma queimada e iodo. É que o mar, como se disse, está ali pertíssimo. (...)”

Por detrás do tal mastro branco vêem-se gelosias verdes, com corações abertos no meio. É a fachada da primeira casinha que se descobre entre o arvoredo: - a do arquitecto Keil Amaral. À esquerda, a uns cinquenta passos, um farfalhudo pinheiro derrama a sua copa sôbre o alpendre de outro prédio - êste mais amplo e de mais sólida construção: o do arquitecto Adelino Nunes. Há outras casas, a pouca distância umas das outras: as dos arquitectos Raúl Tojal e Faria da Costa. Jardins minúsculos por tôda a parte, com plantas floridas, de chão e de vaso. E potes, vários potes de diversas formas, tamanhos e côres, ornamentando, como peças escultóricas, o ambiente campestre.

Decerto que vimos as casas por dentro; que nos demorámos na contemplação dos seus confortáveis recantos; que devorámos, numa delas, um delicioso almoço; que trouxemos connosco indeléveis recordações - e que teríamos muito que contar. Mas essa função compete ao fotógrafo Mário Novaes, que foi, como se calcula, de todos os visitantes, o único que trabalhou... Damos, portanto, a palavra às nítidas imagens que nestas páginas se reproduzem, e às respectivas legendas.”³⁵

³³ ACCIUAIOLI, Margarida, op. cit., p. 594.

³⁴ BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 355.

³⁵ NOGUEIRA, Américo, “Rodísio: Bairro dos Arquitectos”, *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa, 1.ª Série, N.º 15-16, Julho 1943, pp. 52-53.

E as legendas fazem referência ao “*aproveitamento racional do espaço, de harmonia com o arranjo do interior: confortável, simples e bem iluminado*”, para o que contribui o recurso a soluções inovadoras, como a “*de prender as janelas ao tecto, obedece[ndo], inteligentemente, a duas economias: de espaço e de mão de obra*”, ou como o “*móvel que acompanha tôda a parede (...) e serve de copa, garrafeira, guarda-roupa, guarda-louça, etc*”, na casa Keil do Amaral, onde o arquitecto recorre à utilização de beliches para uma optimização espacial do programa desenvolvido. Programa que se reduz, agora, a Sala de Estar e de Jantar conjunta, por vezes com a possibilidade de servir também como espaço de dormir, cozinha, casa-de-banho e um ou dois quartos.³⁶

Em contraste, os ambientes fotografados por Mário Novais reportam-nos para fórmulas decorativas que estavam a ser ensaiadas, em simultâneo, pelos artistas do SPN/SNI nas primeiras Pousadas de Portugal³⁷. Assim, combinam-se “*tejoleiras enceradas*” com “*vigamentos do teto*” e “*móveis de pinho envernizado, na côr natural*”, ou “*encerado de escuro*”, “*candieiros de ferro*” e a “*aplicação decorativa de peças de cerâmica popular*”³⁸, em interiores que se enquadravam no receituário da “*Campanha do Bom Gôsto*” promovida pela revista e davam o tom para o recém-lançado “*Concurso da Casa Panorama*”.³⁹

³⁶ A excepção seria a casa Adelino Nunes, com um programa mais complexo, que incluía garagem, atelier de Arquitectura, com funcionamento independente da habitação, despensa/garrafeira/arrecadação, junto à cozinha, e quarto de empregada, com instalação sanitária própria.

³⁷ Em 1942 são inauguradas as três primeiras Pousadas - a de Elvas, a 19 de Abril, a do Marão, a 29 de Agosto, e a do Serém, a 24 de Setembro - contando, respectivamente, com a colaboração dos decoradores Vera Leroi e Anne Marie Jauss, José Luís Brandão de Carvalho e Carlos Botelho.

³⁸ NOGUEIRA, Américo, “Rodísio: Bairro dos Arquitectos”, op. cit., p. 53.

³⁹ Concurso anunciado no número de Fevereiro de 1943 e formalizado, no número seguinte, com a publicação das condições de participação e o programa a desenvolver. Seguindo o exemplo da revista *Eva* que, desde há uma década (à excepção do período entre 1937 e 1950), sorteava entre os seus leitores, todos os anos pela sua edição especial de Natal, uma casa a construir em qualquer ponto do país, a Casa Panorama seria também um concurso anual, aberto a jovens arquitectos portugueses e alunos do Curso Superior de Arquitectura de Lisboa e do Porto. O programa da primeira edição do concurso (que viria a ser a única) consistia no projecto de uma Casa de Campo para os arredores de Lisboa ou do Porto, implantada num “*terreno ideal não superior a 3000m²*” e organizada numa construção, de um único piso, que devia compreender: “*a) uma Sala Comum, isto é: de estar e de refeições, com lareira; b) um Quarto de Casal; c) um Quarto para Filhos; d) um Quarto para Filhas; e) um Quarto para Hóspedes; f) uma Cozinha minúscula; g) uma Casa de Banho com W.C.; h) um Quarto-Cabine para duas criadas; i) um W.C. com chuveiro; j) uma pequena Despensa-Armário*”. (Sobre o Concurso da Eva de Natal ver: LUÍS, Ana Leonor, *Eva: Reflexão sobre a domesticidade das Casas Eva*, Prova Final de licenciatura em Arquitectura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2008)

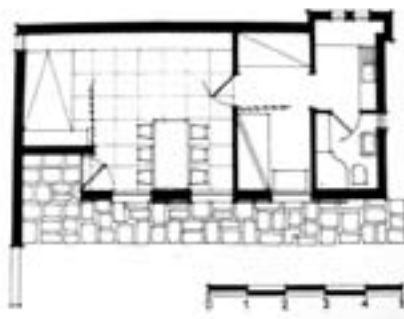


Casa de Férias no Rodísio
(Raul Tojal)
Fotografias de Mário Novais,
1943
(imagens NOGUEIRA, Américo,
“Rodísio: Bairro dos Arquitectos”,
Panorama, Lisboa, 1.ª Série, N.º 15-16,
Julho 1943, p. 49)

Casa de Férias no Rodísio
 Fotografias de Mário Novais,
 1943
 (imagens NOGUEIRA, Américo,
 "Rodísio: Bairro dos Arquitectos",
Panorama, Lisboa, 1.ª Série, N.º 15-16,
 Julho 1943, p. 51)

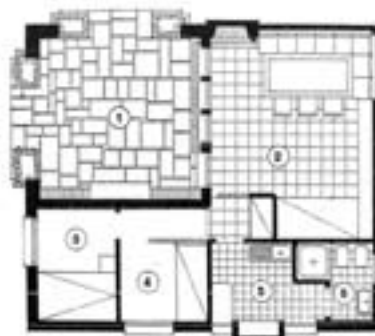


Planta Escala 1:200
 Francisco Keil do Amaral,
 1941
 (imagem AMARAL, Francisco Pires
 Keil (coord.), *Keil Amaral Arquitecto:
 1910-1975*, Lisboa, Associação dos
 Arquitectos Portugueses, 1992, p. 69)





Casa de Férias no Rodízio
Fotografias de Mário Novais,
1943
(imagens NOGUEIRA, Américo,
“Rodízio: Bairro dos Arquitectos”,
Panorama, Lisboa, 1.ª Série, N.º 15-16,
Julho 1943, pp. 50 e 52)



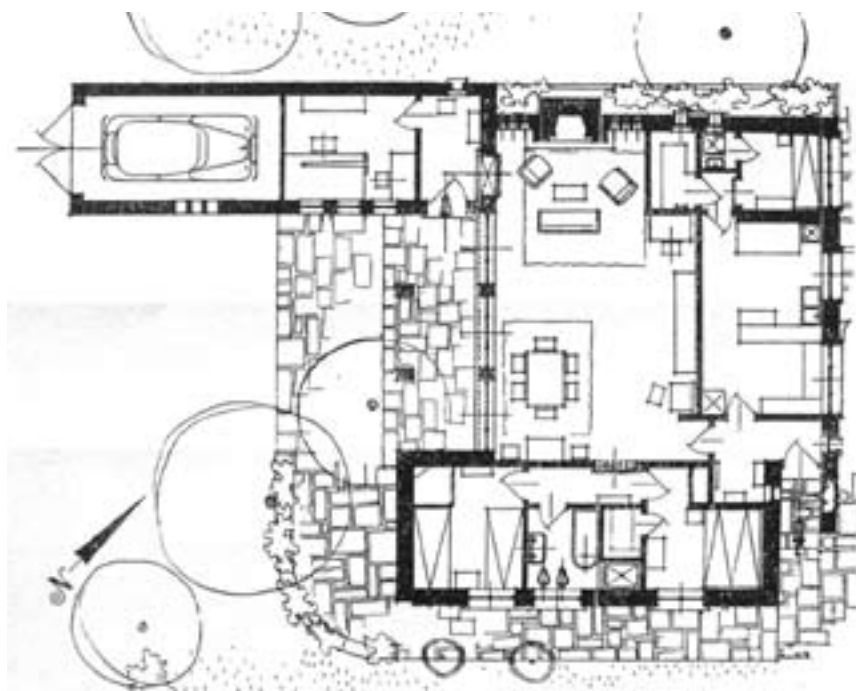
Planta Escala 1:200
João Guilherme Faria da Costa,
c. 1943
(imagem “Casa de Férias no Rodízio”,
Arquitetura, Lisboa, Ano XX,
2.ª Série, N.º 22, Abril 1948, pp. 14)



Casa de Férias no Rodízio
Fotografias de Mário Novais,
1943
(imagens NOGUEIRA, Américo,
“Rodízio: Bairro dos Arquitectos”,
Panorama, Lisboa, 1.ª Série, N.º 15-16,
Julho 1943, pp. 52 e 53)



Planta Escala 1:200
Adelino Nunes, c. 1943
(imagem “Casa de Férias no Rodízio:
entre pinheiros e flores, com sombras
acolhedoras”, *Arquitectura*, Lisboa,
Ano XX, 2.ª Série, N.º 17-18,
Julho-Agosto 1947, p. 8)

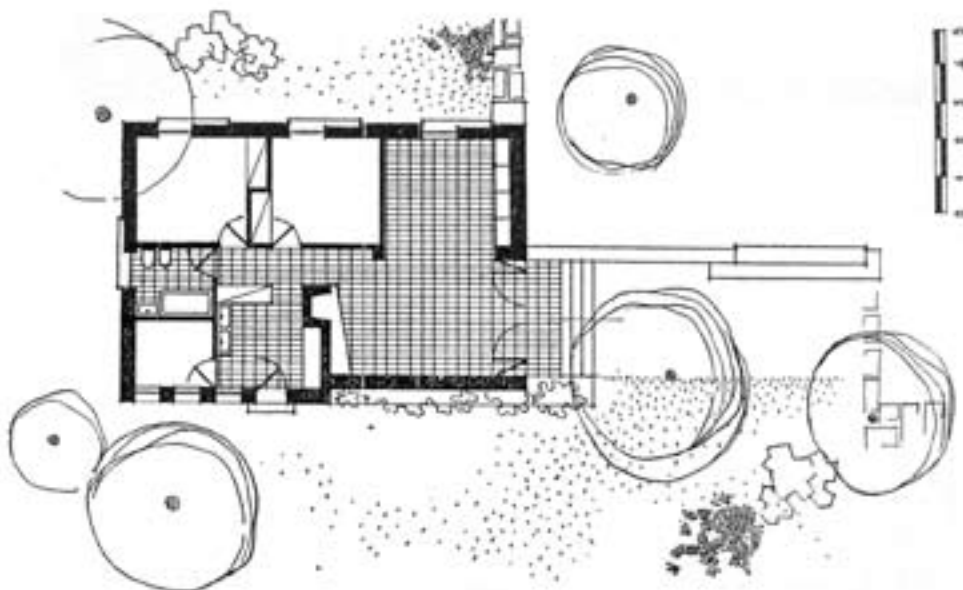




Casa de Férias Guida Keil no Rodísio

Fotografias de Mário Novais, c.1946

(imagens Biblioteca de Arte FCG)



Planta Escala 1:200

Francisco Keil do Amaral,

1945-1946

(imagem "Casa de Férias Num Pinhal", *Arquitetura*, Lisboa, Ano XX, 2.ª Série, N.º 17-18, Julho-Agosto 1947, p. 31)

Partindo do princípio de que “*um dos problemas urbanísticos mais directamente relacionados com a organização do turismo é o das casa de campo e de praia*”⁴⁰, a iniciativa da *Panorama* tinha como objectivo a “*realização de projectos para pequenas casas ‘Fim-de-Semana’, destinadas a serem construídas por particulares em pontos pitorescos do Campo e da Beira-Mar, nos arredores das nossas principais cidades - e tendo em vista o aproveitamento dos materiais locais*”⁴¹. Por outro lado, considerava-se que “*a maioria das pessoas que entre nós constroem casas de veraneio, parece ignorar os fundamentais princípios de higiene e de conforto a que as habitações devem, racionalmente, obedecer, tanto na arquitectura exterior, como na divisão dos interiores. Daqui resulta que a impressão provocada pela maioria dessas construções, a um observador entendido na matéria ou de gosto especialmente afinado, é a de estarem erradas*”⁴².

“*Há que encontrar, em todos os países interessados no desenvolvimento desta indústria, senão um estilo próprio, absolutamente distinto, pelo menos um género de edificações que se harmonize com o clima, a paisagem, os costumes, a índole e, até, o nível económico normal das suas populações.*

Não é só, portanto, uma questão de bom ou mau gosto, quer dizer: não basta evitar (o que já é óptimo e urgente serviço!) que se construam, nos locais de maior trânsito dos turistas, casinhas ou casarões inestéticos, nesse pseudo-estilo de ‘chale-bolo-de-noiva’ que se usava nos começos do século, ou, mais modernamente, nesse ridículo e antipático hiper-geometrismo dos caixotes ‘standard’ - aos quais só falta estampar obliquamente nas fachadas o letreiro de exportação: - ‘Frágil’.”

“Concurso da Casa Panorama”, *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa, 1.ª Série, N.º 20, Abril 1944.

Mas “erradas” pareciam estar as propostas apresentadas pelos três primeiros classificados no concurso⁴³ e que acompanhavam esta crítica, no sentido em que representavam, em termos de linguagem e, sobretudo, de programa, uma espécie de retrocesso em relação ao momento de experimentação que se vivia na arquitectura residencial de veraneio, em Portugal e, em especial, no estrangeiro. Na verdade, entre os projectos seleccionados e a prática corrente da construção de moradias unifamiliares urbanas pouco, ou nada, havia que os distinguisse. E não seria a “sala comum” ou a “cozinha minúscula” a dar o carácter de “casa de campo e de fim-de-semana” pretendido. Disso é testemunho um outro concurso, para uma “Casa de Férias[, precisamente,] no Alto Rodízio”, promovido pela revista *Arquitectura*, quatro anos depois.⁴⁴

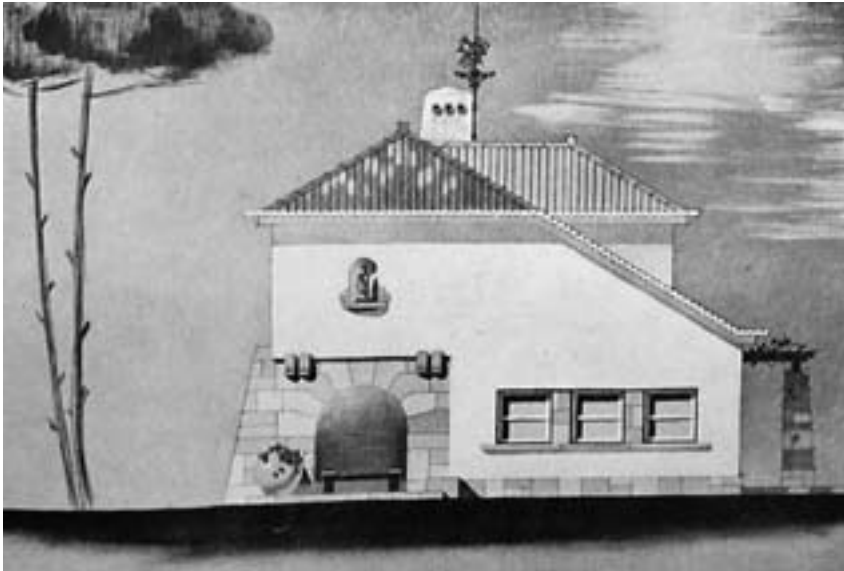
⁴⁰ “Concurso da Casa Panorama”, *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa, 1.ª Série, N.º 20, Abril 1944.

⁴¹ “Concurso da Casa Panorama”, *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa, 1.ª Série, N.º 13, Fevereiro 1943.

⁴² Ver Nota 40.

⁴³ O júri, presidido por António Ferro e composto pelo arquitecto Jorge Segurado e pelo director artístico da revista, o artista Bernardo Marques, elegeu as propostas de Guilherme António Gonçalves Gomes, da ESBAP, de Mateus Júnior e de José Manuel Galhardo Zilhão, da ESBAL. Os prémios monetários foram de 5.000\$00, para o primeiro classificado, de 3.000\$00, para o segundo, e de 2.000\$00, para o terceiro.

⁴⁴ As condições do concurso foram publicadas no número de Junho de 1947 e os resultados no de



Concurso da Casa Panorama,
1943-1944

1.º Classificado

Guilherme Gomes, ESBAP

Divisa “Bim Bom”

Alçado a Norte

(imagem “Concurso da Casa
Panorama”, *Panorama: Revista
Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa,
1.ª Série, N.º 20, Abril 1944)



Concurso da Casa Panorama,
1943-1944

2.º Classificado

Mateus Júnior, ESBAL

Divisa “Pica-Pau”

Alçado a Nascente

(imagem “Concurso da Casa
Panorama”, *Panorama: Revista
Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa,
1.ª Série, N.º 20, Abril 1944)



Concurso da Casa Panorama,
1943-1944

3.º Classificado

José Manuel Zilhão, ESBAL

Divisa “Ars Longa - Vita
Brevis”

Alçado a Poente

(imagem “Concurso da Casa
Panorama”, *Panorama: Revista
Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa,
1.ª Série, N.º 20, Abril 1944)



Concurso da Casa Panorama,
1943-1944

1.º Classificado

Guilherme Gomes, ESBAP

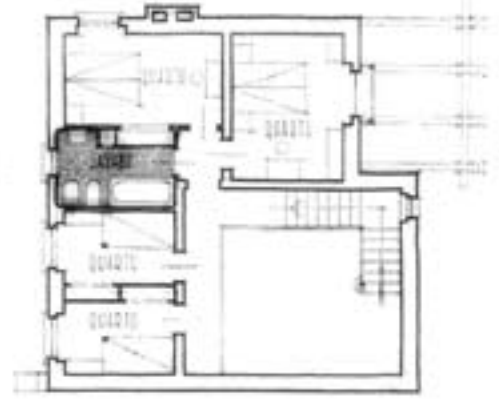
Divisa “Bim Bom”

Plantas

(imagem “Concurso da Casa
Panorama”, *Panorama: Revista
Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa,
1.ª Série, N.º 20, Abril 1944)



PLANTA DO R/C



PLANTA DO 1.ª

Bim Bom

Concurso da Casa Panorama,
1943-1944

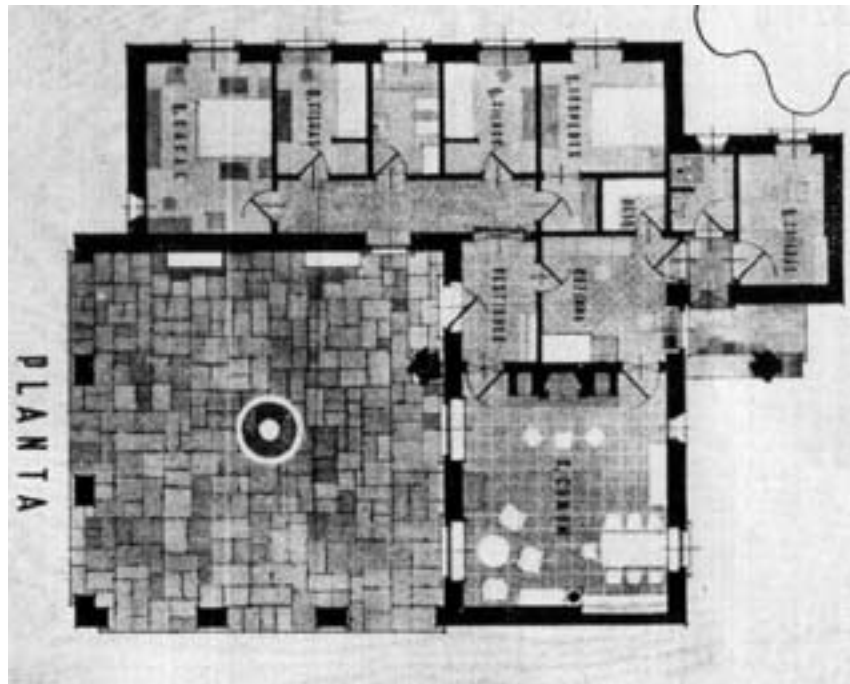
2.º Classificado

Mateus Júnior, ESBAL

Divisa “Pica-Pau”

Planta

(imagem “Concurso da Casa
Panorama”, *Panorama: Revista
Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa,
1.ª Série, N.º 20, Abril 1944)



PLANTA

Concurso da Casa Panorama,
1943-1944

3.º Classificado

José Manuel Zilhão, ESBAL

Divisa “Ars Longa - Vita

Brevis”

Plantas

(imagem “Concurso da Casa
Panorama”, *Panorama: Revista
Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa,
1.ª Série, N.º 20, Abril 1944)



PLANTA DO 1.º PAVIMENTO

ESCALA DE 1:50



PLANTA DO 2.º PAVIMENTO

ARS LONGA VITA BREVIS

Com base em premissas semelhantes às da “Casa Panorama”⁴⁵, o desafio lançado pela *Arquitectura* visava, no entanto, um cliente, o Sr. Antero Ferreira, e um terreno concretos, pelo que se devia ter também “*em vista que a circunstância de se tratar de uma casa de férias deverá condicionar o partido a adoptar*”⁴⁶. Nesse sentido, era sugerido, logo no enunciado, qual o sistema de construção e o carácter a seguir no edifício, consideração controversa, num concurso público, que seria alvo de reparo por parte do júri no seu relatório de avaliação:

“Além da planta do terreno, sua orientação e confrontações, fornecia-se o programa das dependências a considerar e condicionava-se o partido a preferências por determinados materiais de construção, que o mesmo é dizer, embora a título de sugestões, que estava à vista uma determinada expressão estética. Quanto a nós, júri, foi talvez levar longe de mais os propósitos ou desejos do Sr. Antero Ferreira. Além do programa e seus naturais condicionamentos, nenhuns outros, a não ser a designação de ‘Casa de Férias’ deveriam ter sido enunciados”.⁴⁷

Apesar de tudo, no final, saudava-se o facto de os dezassete anteprojectos apresentados a concurso⁴⁸ serem “*todos eles concebidos dentro dum espírito moderno e sem transigências com os preconceitos de que enferma a arquitectura portuguesa dos últimos tempos*”⁴⁹, acrescentando-se que “*é consolador ver como [os nossos mais jovens arquitectos reagem perante a necessidade de procurar novos caminhos para a solução dos nossos problemas arquitectónicos e] se afastam do falso nacionalismo formalista, considerado até aqui solução única e suficiente*”.

Abril de 1948, finalizado o prazo de entrega das propostas a 31 de Janeiro de 1948.

⁴⁵ Sobretudo no que se refere ao programa idealizado para uma “Casa de Férias”: Sala de Jantar e de Estar, cozinha, copa, quarto da criada, retrete e banho da criada, três quartos e uma casa-de-banho e retrete, a que se juntava a “garage”, para um automóvel, “*integrada na casa, embora constituindo um corpo independente*”. Isto apesar de se pretender “*que esta obra constitua uma tentativa para revivificar a nossa concepção das casas de férias, tão rotineira e falha de interesse, salvo raras excepções*”. (Cf. “Concurso”, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XX, 2.ª Série, N.º 16, Junho 1947, p. 4)

⁴⁶ *Idem*, p. 5.

⁴⁷ “Concurso para uma Casa de Férias no Alto Rodízio: Relatório do Júri pelo Arquitecto Carlos Ramos”, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XX, 2.ª Série, N.º 23-24, Maio-Junho 1948, p. 3.

⁴⁸ A lista de concorrentes era, significativamente, composta por Joaquim Bento d’Almeida, João Andresen, Jorge Garizo do Carmo, Celestino Castro, Alberto Centeno, Jorge Chaves, Fernando Lanhas, José Huertas Lobo, Manuel Rodrigues e António Machado, Manuel da Costa Martins, Rogério Martins, Manuel Alzina de Menezes, Herculano Neves, Vítor Palla, Cândido Palma, Fernando Peres, Fernando Sá e Reis e Jorge Sá e Reis, e Sebastião Formosinho Sanches. Quase todos eles, nomes ligados, de uma forma ou de outra, à produção arquitectónica portuguesa, associada ao Turismo, das décadas seguintes.

⁴⁹ “Concurso para uma Casa de Férias no Alto Rodízio”, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XX, 2.ª Série, N.º 22, Abril 1948, p. 4.

E o contraste entre as opções validadas nos dois concursos era evidente, em propostas que, partindo de um idêntico programa, se colocavam, formal e conceptualmente, em extremos opostos.

O projecto vencedor seria o de João Andresen, distinguido com o Prémio Adelino Nunes e Cottinelli Telmo, seguido dos de Victor Palla e de Manuel Rodrigues com António Machado, em *ex aequo* no segundo lugar, e de três menções honrosas, atribuídas aos projectos de Candido Palma, Formosinho Sanches e Bento d'Almeida. Projectos que tinham em comum a ideia de que uma Casa de Férias devia prolongar a sua vivência interior para o espaço exterior, quer através de grandes envidraçados e varandas, quer pela inclusão de pátios e de pequenos recantos de estar ao ar livre. E essa era, fora o imediato desfasamento estilístico, a grande diferença entre as duas abordagens.

Mas, mais do que a definição de um “estilo” ou de um “género” (como pretendia a revista *Panorama* e como, de alguma forma, estava subentendido no enunciado da *Arquitectura*), o que ficava de ambas as experiências era o reavivar de um modelo de encomenda pouco explorado em Portugal - o do concurso público. Situação oportunamente salientada por Carlos Ramos, na qualidade de relator do júri⁵⁰:

“Há que reconhecer o interesse que mereceu o renascimento de uma prática - o concurso público - e o que ele representa de estímulo e apuramento de determinadas faculdades profissionais. (...) A concorrência, neste caso, não leva apenas o arquitecto a apurar as suas virtudes mas a colocá-lo num clima especial que o conduza a produzir o melhor que puder e souber. Este conceito que resulta, naturalmente, do espírito dessa espécie de concorrência leal e aberta a todos, não se adquire senão com a experiência do sistema e com o seu permanente exercício. Isto é, abram-se concursos, mais concursos e teremos os nossos arquitectos lançados no melhor caminho”⁵¹.

⁵⁰ O júri do concurso era composto pelo cliente, o Sr. Antero Ferreira, pelo Arquitecto Paulo Cunha, enquanto delegado da revista *Arquitectura*, o Arquitecto Professor Carlos Ramos, que redige o relatório final do concurso, e Pedro Cid, aluno do Curso Superior de Arquitectura da EBAL, os dois últimos como delegados eleitos pelos concorrentes.

⁵¹ “Concurso para uma Casa de Férias no Alto Rodízio: Relatório do Júri pelo Arquitecto Carlos Ramos”, op. cit., *ibidem*.



Concurso para uma Casa de Férias no Alto Rodízio, 1947-1948

1.º Prémio

João Andresen

Perspectiva

(imagem "Concurso para uma Casa de Férias no Alto Rodízio", *Arquitectura*, Lisboa, Ano XX, 2.ª Série, N.º 23-24, Maio-Junho 1948, p. 4)



Concurso para uma Casa de Férias no Alto Rodízio, 1947-1948

2.º Prémio

Victor Palla

Perspectiva

(imagem "Concurso para uma Casa de Férias no Alto Rodízio", *Arquitectura*, Lisboa, Ano XX, 2.ª Série, N.º 23-24, Maio-Junho 1948, p. 7)



Concurso para uma Casa de Férias no Alto Rodízio, 1947-1948

Menção Honrosa

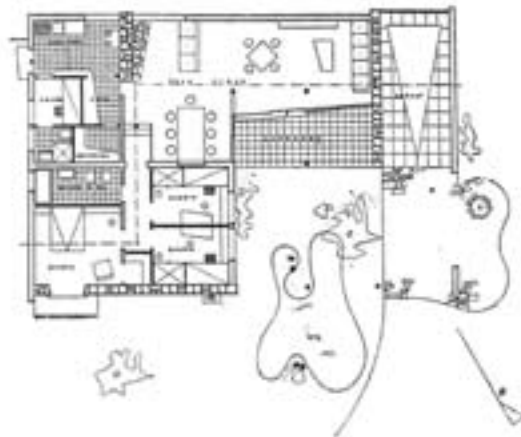
Cândido Palma

Perspectiva

(imagem "Concurso para uma Casa de Férias no Alto Rodízio", *Arquitectura*, Lisboa, Ano XX, 2.ª Série, N.º 23-24, Maio-Junho 1948, p. 11)

Concurso para uma Casa de
Férias no Alto Rodízio,
1947-1948
1.º Prémio
João Andresen

Planta
(imagem "Concurso para uma Casa de
Férias no Alto Rodízio", *Arquitectura*,
Lisboa, Ano XX, 2.ª Série, N.º 23-24,
Maio-Junho 1948, p. 4)



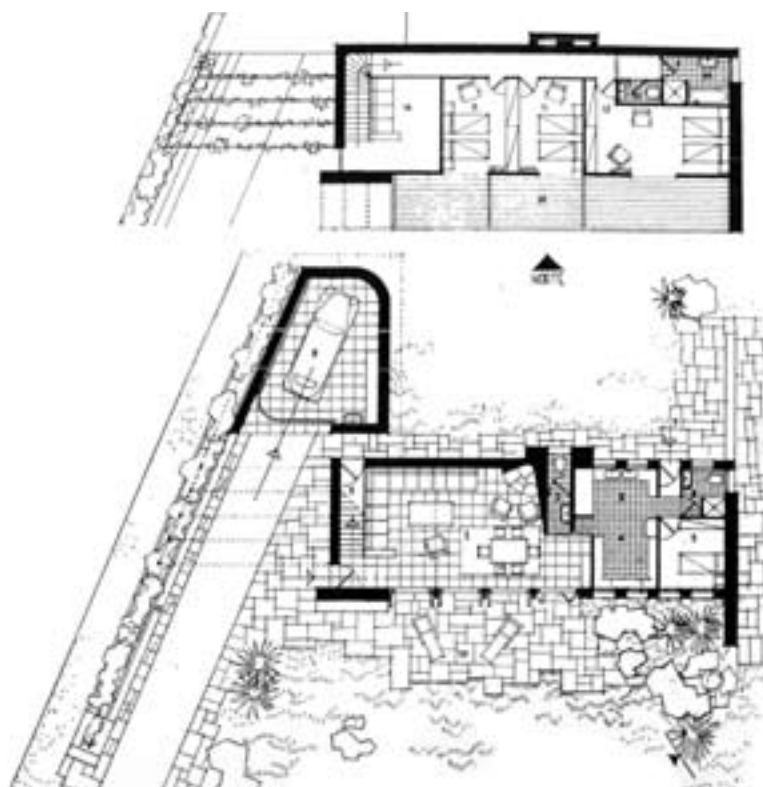
Concurso para uma Casa de
Férias no Alto Rodízio,
1947-1948
2.º Prémio
Victor Palla

Planta
(imagem "Concurso para uma Casa de
Férias no Alto Rodízio", *Arquitectura*,
Lisboa, Ano XX, 2.ª Série, N.º 23-24,
Maio-Junho 1948, p. 6)



Concurso para uma Casa de
Férias no Alto Rodízio,
1947-1948
Menção Honrosa
Cândido Palma

Planta dos Quartos
e Planta do R/Ch
(imagem "Concurso para uma Casa de
Férias no Alto Rodízio", *Arquitectura*,
Lisboa, Ano XX, 2.ª Série, N.º 23-24,
Maio-Junho 1948, p. 10)



No melhor caminho estava lançado João Andresen que, como vimos, um ano antes de vencer o concurso da *Arquitectura*, projectara, com Rogério Martins, a Casa de Férias em Ofir e, no ano seguinte, inicia o estudo da Casa do Carreço, em Montedor.

Mas, Ofir terá, ainda, duas outras intervenções marcantes, já na década de 1950. A Casa José Soares (1950), de Arménio Losa e Cassiano Barbosa, e a Casa Fernando Ribeiro da Silva (1957), de Fernando Távora⁵². A primeira assumidamente moderna, no rescaldo entusiasta do I Congresso Nacional de Arquitectura, e a segunda fruto de uma reflexão mais profunda do seu autor sobre *O Problema da Casa Portuguesa*⁵³, agora acompanhada pelo lançamento, dois anos antes, dos trabalhos de campo do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, estudo que só seria editado em 1961. Assim, se uma celebrava os “Verdes Anos” da Arquitectura Moderna em Portugal, a outra reflectia o momento de revisão crítica que se vivia no seio dos próprios CIAM.⁵⁴

Casa José Soares

Ofir

Fotografia, c.1950

(imagem BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, *A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo*, dissertação de doutoramento em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2003, Volume II, p. 252)



⁵² Estes três arquitectos membros fundadores da ODAM, em 1947.

⁵³ Ensaio teórico publicado, pela primeira vez, a 10 de Novembro de 1945 no semanário ALÉO, e que seria reformulado e aumentado pelo seu autor, para inaugurar a colecção CADERNOS DE ARQUITECTURA, em 1947.

⁵⁴ CIAM de que Távora é membro pelo grupo do Porto, com Viana de Lima e Arnaldo Araújo, tendo participado nos congressos de Hoddesdon (Inglaterra, 1951), Aix-en-Provence (França, 1953), Dubrovnik (Jugoslávia, 1956) e Otterlo (Holanda, 1959). Congressos que se centraram na discussão de temas como “The heart of the city” e “Habitat”, assistindo-se à sua dissolução, pelo Team X, no congresso de 1959.

Casa José Soares

Ofir

Fotografia, c.1950

(imagem VICENTE, Manuel, “1948/1961: Espoirs déçus et remous culturels”, *L'Architecture D'Aujourd' Hui (Portugal)*, N.º 185, Mai/Juin 1976, p. 16)

Neste contexto, a abordagem de Fernando Távora revela uma actualidade notável, (re)estabelecendo a ponte necessária entre modernidade e tradição, entre técnica e história, num percurso singular que só encontra paralelo, em Lisboa, no de Keil do Amaral⁵⁵. E a casa de Ofir anuncia essa síntese⁵⁶, na geometria orgânica que se constrói em estreita relação com a paisagem, ou na conjugação de técnicas e materiais novos com os tradicionais.

“Esta moradia, surgindo-nos tão próxima do espírito dos melhores exemplos da arquitectura espontânea da região, não deixa por isso de oferecer os requisitos de uma moderna casa de férias, e não deixa também por esse motivo - e por isso mesmo, talvez - de ser considerada como um dos bons exemplos da arquitectura contemporânea do nosso país.”⁵⁷

O sentido profundamente pedagógico de toda a actividade profissional de Fernando Távora vai deixar uma marca incontornável na arquitectura portuguesa, em “lições constantes” que, ainda hoje, acompanham renovadas gerações de arquitectos. Por isso, nunca é de mais recordar a actualidade da memória descritiva que acompanha este projecto:

“É função da História conhecer a existência das manifestações do homem e determinar as possíveis constantes que essa existência apresenta. É função necessária e indispensável que justifica todo o interesse do conhecimento do passado pelo contributo que pode trazer para o presente. (...) O conhecimento do passado vale na medida do presente.”

TÁVORA, Fernando, “Arquitectura e Urbanismo: a Lição das Constantes”, *Lusitana: Revista Ilustrada de Cultura*, Porto, Volume 1, N.º 2, Novembro 1952.

*“Uma das mais elementares noções de Química ensina-nos qual a diferença entre um **composto** e uma **mistura** e tal noção parece-nos perfeitamente aplicável, na sua essência, ao caso particular de um edifício. Em verdade, há edifícios que são **compostos** e edifícios que são **misturas** (para não falar já nos edifícios que são mixórdias...) e no caso presente desta habitação construída no pinhal de Ofir, procurámos, exactamente, que ela resultasse um verdadeiro **composto** e, mais do que isso, um **composto** no qual entrasse em jogo uma infinidade de factores, de valor variável, é certo, mas todos, todos de considerar. Isto é, contra o caso infelizmente normal entre nós de realizar **misturas** de apenas alguns factores, tentou-se aqui um **composto** de muitos factores. (...)*

Quanto ao seu valor intrínseco, o futuro, o grande juiz, dirá alguma coisa; quanto ao princípio adoptado, não se nos oferece a menor dúvida de que ele é o único a seguir para que as nossas obras atinjam, pela sua individualidade, valor universal.”⁵⁸

⁵⁵ O grande impulsionador da realização do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, com o artigo “Uma Iniciativa Necessária” publicado no número de Abril de 1947 da revista *Arquitectura*, ano em que são lançados os Cadernos de Arquitectura com *O Problema da Casa Portuguesa* de Fernando Távora.

⁵⁶ Em simultâneo com o Mercado Municipal de Vila da Feira, projecto desenvolvido entre 1953 e 1959.

⁵⁷ “Casa em Ofir”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 59, 1957, p. 13.

⁵⁸ TÁVORA, Fernando, “Casa de Férias Ofir, 1957-1958”, in TRIGUEIROS, Luiz (edit.), *Fernando*



Casa Fernando Ribeiro da Silva
Fotografia, c. 1960
(imagem TOSTÕES, Ana (coordenação científica), *Arquitetura Moderna Portuguesa 1920-1970*, Lisboa, MC/IPPAR, 2004, p. 316)



Casa Fernando Ribeiro da Silva
Fotografia, c. 1960
(imagem TRIGUEIROS, Luiz, *Fernando Távora*, Lisboa, Editorial Blau, 1993, p. 80)



Casa Fernando Ribeiro da Silva
Fotografia, c. 1960
(imagem TOSTÕES, Ana (coordenação científica), *Arquitetura Moderna Portuguesa 1920-1970*, Lisboa, MC/IPPAR, 2004, p. 316)

Casa Fernando Ribeiro da Silva
Alçado Norte e Planta
(Escala 1:200)

Fernando Távora, 1957-1958
(imagens *Casa de Férias em Ofir*,
Fernando Távora 1957-1958, Lisboa,
Editorial Blau, 1992)



Partindo de uma lógica funcionalista, Távora organiza a “Casa de Férias” em três zonas distintas - Zona de Estar, Zona de Serviços e Zona Íntima⁵⁹ - a que faz corresponder cada um dos tramos de uma estrutura planimétrica em T, inflectindo o corpo principal para criar um “pátio”, aberto a sudoeste, que prolonga a vivência da sala comum e dos quartos para o exterior.

A separação vincada das diferentes valências de uso que constituem o programa contrasta com a fluidez espacial do núcleo de estar, onde ocupações distintas se sobrepõem numa “sala comum” definindo ambientes diversificados: comer, estar e recanto da lareira. Solução já presente no Bairro do Rodísio e que reflecte a aceitação do *living room* nos hábitos domésticos dos portugueses, muito por via de uma clientela informada que aposta na nova geração de arquitectos para realizar as suas aspirações de modernidade. Uma geração influenciada pela obra *Sapere Vedere l'Architettura*, de Bruno Zevi⁶⁰, com primeira edição de 1948, onde se faz referência, no subcapítulo “A ‘planta livre’ e o espaço orgânico da idade moderna”, à nova espacialidade da “*casa média*, [em que] *a sala de visitas funde-se com a sala de jantar e o escritório, o vestíbulo reduz-se, em benefício da grande sala de estar, o quarto de dormir torna-se menor, os serviços especializam-se, sempre visando conceder maior amplitude a esse grande ambiente articulado onde a família vive: o living room*”; e conhecedora da moderna arquitectura americana, desde a obra de Frank Lloyd Wright às mais recentes experiências em torno do programa residencial lançadas no período de recuperação económica do pós II Guerra, caso das *Case Study Houses*, patrocinadas, entre 1945 e 1966, pela revista americana *Arts & Architecture*.

Pela particularidade da sua encomenda e pelo carácter informal da vivência da Praia, é na “Casa de Férias” que os arquitectos portugueses vão encontrar a liberdade necessária para ensaiar novas formas de habitar baseadas em novos conceitos de conforto.

Távora, Lisboa, Editorial Blau, 1993, p. 78 e 80.

⁵⁹ Esquema a que também recorre na sua “Casa sobre o Mar”, trabalho de CODA apresentado em 1952.

⁶⁰ Segundo Michel Toussaint, mas também, e sobretudo, pelo primeiro livro publicado por Zevi, *Verso un'Architettura Organica*, de 1945. (Cf. TOUSSAINT, Michel, “Casa entre Pinheiros”, in *Casa de Férias em Ojir. Fernando Távora 1957-1958*, Lisboa, Editorial Blau, 1992).

São Pedro de Muel

Associado, desde o século XIV, ao embarque de madeiras provenientes do Pinhal de Leiria, S. Pedro de Muel conhece um acentuado desenvolvimento, comercial e industrial, a partir de 1790, com a instalação da fábrica de resinosos⁶¹ e da serração hidráulica junto ao Ribeiro do Olho. No entanto, o incêndio de 1824⁶² obriga à transferência destas actividades para a Praia da Vieira de Leiria, mais a norte, na foz do Rio Liz, libertando os terrenos, envolventes ao cais do antigo porto, para futuras construções.

S. Pedro de Muel

Desenho

Miguel Joaquim de Carvalho,

1853

(imagem www.mgrande.net)



Em 1860, há notícia de um primeiro plano para esta povoação, por ordem do recém-criado Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que encarrega o, então, Administrador dos Pinhais de Leiria, Luciano António Miguéis, de o elaborar. Plano que surge em resposta ao crescente número de pedidos de licença para a construção de novas casas e que vai definir a forma da sua edificação, “*impondo duas condições essenciais de que não [se]*

⁶¹ Por Alvará de 17 de Março de 1790. Ano em que a Administração das Matas é entregue à Inspeção da Marinha, por ordem de D. Maria I, e é elaborado um novo Regulamento para a organização das actividades de exploração e manutenção do Pinhal (em substituição do Regulamento de 1751 promovido pelo Marquês de Pombal). Neste novo Regulamento ficava estabelecido que todos os embarques de madeiras passassem a ser realizados a partir do porto de S. Pedro de Muel. (Cf. BARROS, Artur Neto de, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel*, Marinha Grande, Edição do Autor, 1989).

⁶² Na sequência do grande incêndio de 1824 o Pinhal passa para a tutela do recém-criado Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, sendo nomeado Administrador Geral das Matas Frederico Luiz Guilherme de Warnhagen (1782-1842), a quem se deve o primeiro trabalho de abertura de aceiros e arrifes (os “Quadrados de Warnhagen”) e a renovação da mancha florestal com novas técnicas de sementeira e de corte de pinheiros. É, também, sob a sua direcção que se elabora um novo levantamento do Pinhal - a *Carta Topographica do Pinhal Nacional de Leiria e seus Arredores*, trabalho realizado pelos Segundos Tenentes d’Armada Francisco Maria Pereira da Silva e Caetano Maria Batalha, em 1841 e publicado, em gravura de João Lewicki, em 1859 (já em 1765, Guilherme Elsdén havia sido encarregue de elaborar o *Mappa dos pinhaes de S. Mag.de e da Universidade de Coimbra, da Caza do Infantado e do Conselho de Leyria*). (Cf. AZAMBUJA, João Rosa, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua história*, Marinha Grande, Câmara Municipal da Marinha Grande, Dezembro 1998, p. 81-132).

prescindia: - a primeira, era a do pagamento de uma renda anual de 20 réis por metro quadrado nos locais considerados melhores e de 10 réis também por metro quadrado, nos menos bons; a segunda, era a de as construções serem demolidas quando a Administração precisasse de recuperar o terreno”⁶³. Naturalmente, nestes termos, poucas das pretensões inicialmente avançadas viriam a ter seguimento, o que não altera a decisão da Administração: “*Ficará menos povoado o lugar, mas a economia florestal nada sofrerá com a falta de mais seis barracas na praia*”.

Por intervenção de algumas famílias nobres que, por então, já frequentavam a Praia de S. Pedro⁶⁴, em 1882 os Serviços Florestais avançam com a abertura de uma estrada em macadame entre a Marinha Grande e S. Pedro de Muel (numa extensão de cerca de 9 quilómetros), e de outra entre a Marinha Grande e Vieira de Leiria (de 13 quilómetros), iniciativa que, com a chegada da Linha do Oeste à Marinha Grande a 8 de Outubro de 1888, em muito contribuiu para a afirmação daquele núcleo populacional como estância de veraneio.⁶⁵

É junto à antiga Casa do Marquês de Vila Real⁶⁶, na encosta a norte da Praia, que a povoação se começa por desenvolver, acompanhando, para nascente, o acesso à estrada para a Marinha Grande.

⁶³ BARROS, Artur Neto de, op. cit., p. 22.

⁶⁴ Atraídas pela presença de uma nascente de água termal, com propriedades curativas no tratamento de doenças de estômago, descoberta, a sul da Praia, em 1839. Outro testemunho da frequência desta Praia é a publicação de *O Búzio de Muel: Jornal de utilidade e recreio*, “jornal de carácter privado, espécie de manuscrito de autor desconhecido que foca, com alguma graça, os acontecimentos mundanos da vida dos veraneantes que em Setembro de 1849 frequentavam já a linda praia. Escrito em elegante prosa, critica sem maldade a acção do banheiro a dar banho às meninas, os flirts, os bailes e as reuniões, as chegadas e partidas das famílias elegantes, etc.” (Cit. AZAMBUJA, João Rosa, op. cit., p. 300)

⁶⁵ Desde 1883 que existia uma comissão de Melhoramentos Locais com um subsídio de 100 mil réis (provavelmente atribuído pela Câmara de Leiria, uma vez que a Marinha Grande só é elevada a vila em 1892 e só em 1917 é constituída como concelho, pela Lei N.º 644 de 20 Janeiro). Dos nomes associados a S. Pedro de Muel no início do século XX, destacam-se as famílias Pereira Roldão, Santos Gallo, Custódio de Morais, Santos Barros e Morais Barbosa, da Marinha Grande; Afonso Lopes Vieira, Adolfo e Acácio Leitão, Baeta Neves, Gomes Pereira e Matos Capinha, de Leiria; Geraldino de Brites, Antero Seabra e António Ramalho, de Coimbra; e Correia Mendes, Aníbal Bettencourt, Carlos Romeu, Luís Leite, Derouet do Ó e Leote Quintino, de Lisboa. (Cf. BARROS, Artur Neto de, op. cit., p. 31)

⁶⁶ A povoação de S. Pedro de Muel fez parte dos bens doados por D. Afonso V, em 1463, ao então Conde de Vila Real, D. Pedro de Meneses, mantendo-se na posse desta família até 1641, altura em que é incorporada na Casa do Infantado. A casa seria, posteriormente, comprada pelo avô de Afonso Lopes Vieira e reconstruída entre 1906 e 1909.



S. Pedro de Muel
Fotografia, c.1910
(imagem www.mgrande.net)

No início do século XX “a praia possuía já à volta de 200 casas”, e são os proprietários, constituídos em comissão, que conseguem da Administração das Matas a instalação, em 1911, de uma fonte de água potável na praça aberta, entretanto, em frente à Praia. No ano seguinte, a 15 de Fevereiro de 1912, é inaugurado o Farol do Penedo da Saudade, a norte do aglomerado, estrategicamente situado entre os faróis do Cabo Carvoeiro e do Cabo Mondego. São estas duas infraestruturas, o Fontenário e o Farol, que vão determinar o sentido da expansão do núcleo urbano primitivo.

Pela Lei N.º 1490 de 8 de Novembro de 1923, dos Ministérios do Interior e da Agricultura, a povoação e a Praia de S. Pedro de Muel passam para a tutela da Câmara Municipal da Marinha Grande, transferência ratificada, por Auto dos Serviços Florestais, a 7 de Maio de 1926. Um ano depois, S. Pedro é já considerado centro urbano, para efeitos do Decreto-Lei N.º 12:477 de 1927.

Com a cedência dos terrenos da Administração das Matas, o município ficava obrigado a, “dentro do prazo de seis meses a contar da publicação [da] lei, elaborar o plano ou projecto de traçado da povoação (...) submetendo-o à aprovação superior”⁶⁷, tarefa que tem início logo em 1924 e concluída quatro anos depois. No contexto dos Planos Gerais de Melhoramentos, instituídos em 1865⁶⁸, este novo instrumento regulador iria incidir, sobretudo, na consolidação da malha existente e na (infra)estruturação das áreas de crescimento futuro, dando especial atenção ao desenho do espaço público (vias e praças) e a preocupações de higiene (alinhamento das construções e suas cercas) e de salubridade urbanas (abastecimento e drenagem de águas e esgotos).

Iniciada a venda de lotes, ainda antes de aprovado o plano⁶⁹, assiste-se à primeira grande expansão do aglomerado, com a construção, em 1929/1930, do Bairro Novo, ou Bairro Alto, ao longo da estradas para a Marinha e para a Nazaré, na encosta, voltada a poente, sobranceira ao vale do Ribeiro do Olho. Expansão limitada, a nascente, pelo Arrife N.º 22⁷⁰, que marcava o limite da Mata. É aqui que se vai implantar uma das mais importantes referências, ainda hoje, da arquitectura de veraneio de S. Pedro de Muel - o *chalet* Bettencourt, um *bungalow* construído em madeira, à semelhança das primeiras estruturas de apoio aos Serviços Florestais, na transição entre o tecido urbano antigo e a nova zona residencial.

Em contraste com a malha resultante do primeiro plano de urbanização, predominantemente constituída por parcelas, de dimensões reduzidas, com uma única frente e de construção em banda, o novo loteamento privilegia a moradia isolada com jardim envolvente, tipologia que vai marcar a imagem de S. Pedro.

“Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Art. 1.º - É concedida à Câmara Municipal da Marinha Grande, no lugar de S. Pedro de Muel no Pinhal de Leiria, a área compreendida no polígono cujos vértices são: - o edifício do farol; a junção das estradas do farol e da praia em direcção à Vila da Marinha Grande; a nascente da fonte de S. Pedro de Muel; e o extremo de uma linha recta traçada da nascente da fonte em direcção ao mar, a fim de nela ser definitivamente estabelecida a povoação de S. Pedro de Muel, que ficará incorporada na freguesia da Vila da Marinha Grande.

§ Único - Os terrenos, porém, que anteriormente tenham sido concedidos a título precário pelos Serviços Florestais e Agrícolas a particulares e por estes estejam comprados, passarão para a definitiva posse e propriedade destes, mediante o pagamento de \$20 por metro quadrado à Câmara Municipal, que lhes passará os respectivos títulos.

(...)”

Lei N.º 1:490, *Diário do Governo*, I.ª Série, N.º 237, 8 Novembro 1923.

⁶⁷ Lei N.º 1:490, *Diário do Governo*, I.ª Série, N.º 237, 8 Novembro 1923.

⁶⁸ O plano anterior, de 1860, não se encontrava, ainda, abrangido por qualquer tipo de regulamentação urbana específica.

⁶⁹ Em 1926, logo após a efectiva posse dos terrenos, ao preço de 2\$00 o metro quadrado.

⁷⁰ Trabalho iniciado por Frederico Warnhagen, o Pinhal de Leiria está organizado em 342 talhões formados por aceiros e arrifes. “Os aceiros são arruamentos rectilíneos com 10 metros de largura, orientados no sentido nascente-poente, designados pelas letras A a T, de norte para sul e distantes entre si de 800 metros aproximadamente (...). Existem 21 aceiros (...). Os arrifes são arruamentos rectilíneos com 5 metros de largura, orientados no sentido norte-sul e numerados de 1 a 22, abertos de 400 em 400 metros, cuja numeração se inicia de nascente para poente”. (Cit. AZAMBUJA, João Rosa, op. cit., p. 85)



S. Pedro de Muel
Vista Geral
Fotografia, c.1910
e Vista Geral

Fotografia, c.1935
(imagens BARROS, Artur Neto de,
*Subsídios para uma Monografia de
São Pedro de Moel*, Marinha Grande,
Edição do Autor, 1989, p. 102)

Sobre a Praia, do lado sul da praça, é construída, em 1931, a Esplanada-Casino, pequeno equipamento de diversão promovido por iniciativa local⁷¹, que, em 1938, estreia sessões regulares de cinema com a projecção do filme “Maria Papoila” de Leitão de Barros. É também nesse ano que começam a funcionar o novo Campo de Ténis⁷² e Ringue de Patinagem, instalados em terrenos do novo bairro. Para norte, a expansão urbana é travada pela intenção de se construir um campo de aviação entre o *chalet* das Matas e o Farol, nos terrenos onde se veio a implantar, no início da década de 1950, o Bairro dos Naturais.⁷³

⁷¹ Apadrinhada por Adolfo Leitão, Álvaro Barros, Domingos F. Pereira, Dionísio A. da Mota e José de Sousa Neto.

⁷² Que vem substituir o campo em terra batida já existente, desde 1930, construído um pouco mais a norte.

⁷³ Assim designado por se ter dado preferência à venda de lotes aos naturais e residentes em S. Pedro de Muel.



Da parte da administração municipal, são encetados outros importantes melhoramentos para a valorização turística da Praia.

Em 1933, é desenvolvido o estudo para uma Avenida Marginal, desde a Capela Velha até à Descida da Areia, mas a faixa de cem metros necessária para a sua implantação integrava terrenos do Domínio Público Marítimo, não se conseguindo o parecer positivo da Capitania da Nazaré para a prossecução do projecto.

Dois anos depois, avança-se com a instalação de uma central eléctrica em S. Pedro de Muel⁷⁴, obra adjudicada à empresa AEG e em funcionamento a partir de 1936, apesar de só a 1 de Julho de 1943 se inaugurar o serviço de fornecimento regular de energia ao domicílio.

⁷⁴ Até então, e desde 1922, a iluminação pública era feita por candeeiros a petróleo.

A fechar este ciclo de forte investimento público, a Câmara encarrega Ernesto Korrodi (1870-1944) do arranjo da praça marginal à Praia⁷⁵, arquitecto que, um ano antes, havia assinado, em colaboração com o seu filho, Ernesto Camilo Korrodi (1905-1985), um *Plano de Urbanização Parcial da Vila da Marinha Grande*. Daquele arranjo resultaria, em 1938, a regularização do desenho da praça e sua pavimentação, integrando os elementos arbóreos e o Fontenário (agora redesenhado) pré-existentes e introduzindo novo mobiliário urbano (bancos de jardim e iluminação pública).



S. Pedro de Muel
Praça Principal
(vista da entrada do lado Norte)
Fotografia, c.1940
(imagem www.mgrande.net)

No entanto, com a implementação dos Planos Gerais de Urbanização em 1934, o município vê-se obrigado a submeter ao MOPC um novo estudo urbanístico de conjunto para o aglomerado, incumbência entregue, em 1940, ao Engenheiro Júlio Netto Marques. Embora assumido o compromisso com este técnico, a proposta não chegaria a ser concretizada uma vez que, seis anos depois, vamos encontrar José de Lima Franco à frente do *Ante-Plano de Urbanização de S. Pedro de Muel*, aprovado por despacho ministerial de 12 de Março de 1947. O preço dos terrenos é fixado, em consequência, a 12\$00 o metro quadrado.

⁷⁵ Segundo o Inventário Artístico de Ernesto Korrodi, sistematizado por Lucília Verdelho da Costa, trata-se do *Projecto de um Miradouro e Esplanada para a Praia de S. Pedro de Muel*, com data de Junho de 1930, projecto realizado também em colaboração com Ernesto Camilo Korrodi. (Cf. COSTA, Lucília Verdelho da, *Ernesto Korrodi 1889-1944: Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 320)

A escolha de Lima Franco para orientar este processo não é casual. Desde 1942 que desenvolvia o *Ante-Plano de Urbanização da Marinha Grande*, concluído em 1947 e aprovado, com condicionamentos⁷⁶, a 19 de Julho de 1948, e, desde 1945, o *Ante-Plano de Urbanização de Leiria*, entregue em 1948, mas sujeito a múltiplas revisões até à sua aprovação a 13 de Outubro de 1958.⁷⁷

Também a Praia da Vieira de Leiria tinha já um plano em curso, desde 1943, este da autoria de Luís Cristino da Silva, proposta controversa que levaria uma década a ser finalizada.

Em S. Pedro de Muel, o arquitecto começa por definir quais os objectivos principais de um plano de urbanização:

“a) Ordenar, dentro das possibilidades, a parte existente, condenando os locais e imóveis insalubres e pelo contrario valorizando os outros.

b) Prever a expansão com base nas estatísticas possíveis de obter, controladas com observações locais.

c) Regulamentar rigidamente o aproveitamento do solo previsto na expansão e com certa maleabilidade (1) a parte existente.

Eis o que tentamos fazer; oxalá o nosso modesto trabalho o consiga.

*(1) Não é possível determinar o coeficiente desta maleabilidade. Só um sã critério aliado ao bom senso, o poderá fixar para cada caso, sempre especial.”*⁷⁸

Ordenar, prever e regulamentar são, assim, as bases de qualquer operação de planeamento. Trilogia ponderada, à falta, em Portugal, de uma prática urbanística continuada e consistente, quase sempre por um “sã critério” e “bom senso”.

Bom senso que parecia ser, precisamente, o que tinha faltado na Marinha Grande.

“I - Considerações Gerais
A afluência de população flutuante, que anualmente, durante a estação calmosa, se vem verificando ha anos a esta parte, alguns pedidos de construção de moradias, que pouco a pouco criaram compromissos á Camara Municipal da Marinha Grande na venda de lotes de terreno, levou a actual vereação a mandar executar um Ante-plano de Urbanização, afim de ordenar dentro das possibilidades, as novas construções requeridas e as futuras, na praia de S. Pedro de Muel.

Assim, a Exm^a Camara, em sessão de 20 de Junho p. p., resolveu confiar-nos aquele estudo, comunicando-nos oficialmente no officio N.º 894 de 22 do mesmo mês, aquela deliberação.

Já anteriormente, nos havia sido dirigido convite naquele sentido por intermédio do Exm^o Presidente, pedindo-nos a urgencia que o caso requeria. Agradecemos a honra da missão de eramos encarregados e aceitamo-la com o prometimento de que a Exm.º Camara arrumaria todos os assuntos que diziam respeito ao mesmo problema que tinham sido primeiramente tratados com outro técnico.”

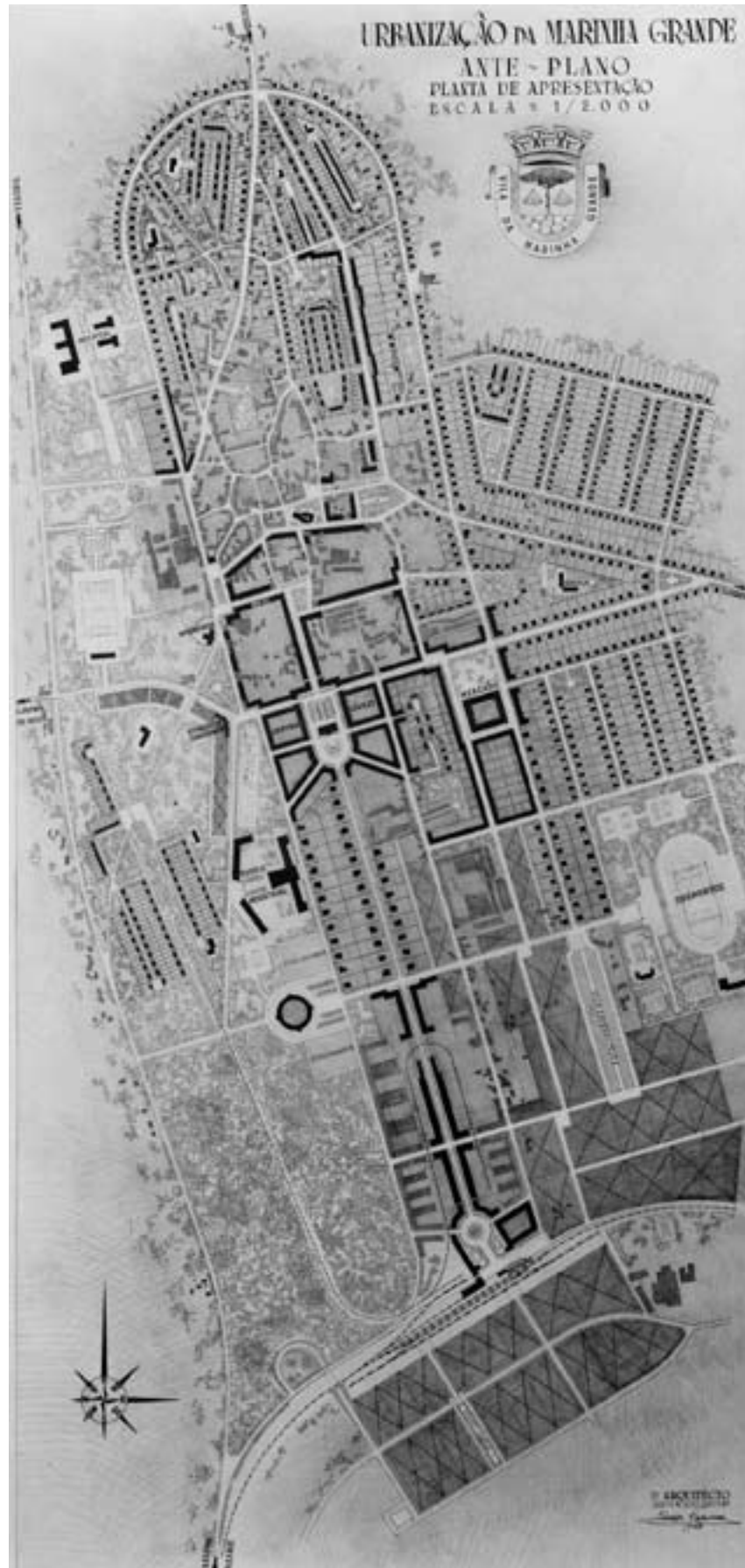
FRANCO, José de Lima, *Urbanização de S. Pedro de Muel: Ante-plano. Memória Descritiva e Justificativa*, Lisboa, Julho 1946, pp. 1-2.

⁷⁶ Como quase todos os anteplos aprovados até 1961.

⁷⁷ Da sua autoria seriam, também, os Anteplos de Urbanização do Marco de Canaveses - Parcial (13/7/1946), de Gavião (14/12/1949), de Avis (27/2/1952), de Vila Nova de Ourém (26/3/1952), de Caldas de Felgueiras (30/9/1954), e da Urgeiriça (9/6/1959). Em 1948, Lima Franco tinha, ainda, a seu cargo as localidades de Alcanena (Esboçeto), Fronteira, Moscavide-Sacavém, Nelas (Ante-Plano de Urbanização) e Sabugal (Ante-Plano de Urbanização), estas sem plano aprovado até 1961. (Cf. LÔBO, Margarida de Souza, op. cit., pp. 260-294)

⁷⁸ FRANCO, José de Lima, *Urbanização de S. Pedro de Muel: Ante-plano. Memória Descritiva e Justificativa*, Lisboa, Julho 1946, p. 6.

*Urbanização da
Marinha Grande
Ante-Plano
Planta de Apresentação*
Fotografia de Mário Novais,
c.1947
(imagem
Biblioteca de Arte FCG)



De alguma forma, procurava-se aqui justificar as opções mais radicais tomadas naquele plano, a sua primeira intervenção como urbanista, onde propunha a transformação total do aglomerado existente pela sobreposição de uma nova ordem e imagem urbanas. Gesto formalista que implicava uma ruptura evidente de escala na unidade do pequeno núcleo operário vidreiro.

Na Praia de S. Pedro de Muel a mesma abordagem é filtrada por uma maior atenção em relação às pré-existências. E isso é claro na descrição que se faz do traçado proposto.

“Ao delinear o traçado, tivemos principalmente em vista:

a) Satisfazer às necessidades da população fixa e seu crescimento num período de 30 anos e especialmente á, relativamente numerosa, população flutuante.

b) Adaptar ao terreno, tanto quanto possível, os novos arruamentos, afim de evitar grandes movimentos de terras, e regularizar os antigos.

c) Criar uma artéria de penetração que facilmente distribuisse a circulação por todas as outras.

d) Cuidado especial com o pitoresco da região.

e) Ter em atenção a densidade média populacional e bem assim a densidade real, entrando apenas em linha de conta com a parte habitacional.

f) Observar a percentagem de arruamentos em relação ao aglomerado existente e projectado.

g) Com todos os condicionamentos das alíneas anteriores, estabelecer de certo modo, um traçado cuja composição ligada á parte existente constituísse um conjunto agradável.”⁷⁹

Nesse sentido, a intervenção na malha urbana existente é limitada a um mínimo, incidindo, sobretudo, na regularização dos arruamentos já abertos e na possível demolição de alguns fogos considerados insalubres (10% dos existentes). Fora estas acções pontuais, o plano desenvolvido apresenta-se mais como uma implantação *ex novo*, do que como um prolongamento natural da evolução do tecido consolidado, assumindo-se enquanto entidade autónoma com centro em si mesma. O núcleo primitivo é, assim, marginalizado em relação à nova lógica de composição urbana, mantido como elemento de carácter pitoresco.

⁷⁹ FRANCO, José de Lima, op. cit., p. 9.

Com uma área de incidência (19,5 ha) três vezes superior à superfície do aglomerado existente (6,5 ha), o novo plano entra em consideração com a previsão, para trinta anos, de um acréscimo de população fixa (131 habitantes, pelo último censo do INE) na ordem dos 1,6 hab/ano, e de população flutuante (800 pessoas, pelos cálculos da Câmara Municipal da Marinha Grande) de 25%, o que perfazia um total de 1.180 habitantes⁸⁰ para os quais era necessário prever alojamento. Assim, dos 139 fogos existentes são mantidos 125, aos quais se somam 66 moradias unifamiliares, “*nos novos arruamentos*”, e 40, “*dessiminadas pelo pinhal*”, mais 28 moradias geminadas, número que permitia alojar 1.036 pessoas⁸¹. O que, com as duas pensões existentes (Pensão Rosa e Pensão de S. Pedro) e o novo Hotel projectado (de cinquenta quartos), chegaria às 1.186 pessoas⁸², valor acima dos 1.180 habitantes previstos inicialmente. Destes cálculos resultava uma densidade média de população, incluindo a flutuante, igual a 45,5 hab/ha⁸³, relação que o urbanista considera “*dentro das boas normas*”.

Com base nestes valores, a estrutura do novo traçado é definida pelo prolongamento, em linha recta, da estrada da Marinha Grande, entretanto elevada a EN 242-2, até ao mar e da Estrada do Farol até ao Bairro Novo, na intersecção das quais se estabelece uma pequena praça que distribui a circulação por todas as outras artérias do aglomerado. A partir deste ponto focal, é formalizada a rede viária, desenhada a régua e compasso sobre o território, numa composição em “leque”, onde se organizam os lotes para habitação, que define, aproximadamente, um quarto de círculo.

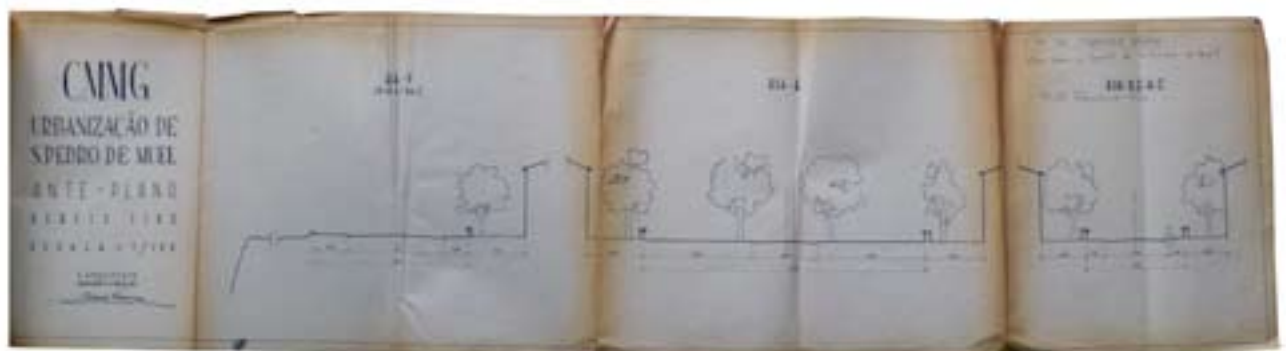
A simplicidade do novo esquema de arruamentos reflete-se na designação dada às ruas: as ruas A, B e C definem as três radiais, começando na Estrada do Farol, e as ruas D, E e F, as

⁸⁰ População Fixa: $131 + (1,6 \times 30 \text{anos}) = 180$ habitantes; e População Flutuante: $800 + 25\% = 1000$ habitantes (sendo que o coeficiente de 25% considerado “*é, sem dúvida, bastante arbitrário, no entanto, quizemos fixar um número que dificilmente fosse atingido, dado como dissemos, a existencia de praias a norte e a sul*”) (Cf. FRANCO, José de Lima, op. cit., p. 7)

⁸¹ $(125 \text{ fogos existentes} + 134 \text{ fogos novos}) \times 4 \text{ pessoas por fogo} = 1.036 \text{ pessoas}$.

⁸² $1.036 \text{ pessoas alojadas em fogos} + 150 \text{ pessoas em quartos (100 nas pensões e 50 no hotel)} = 1.186 \text{ pessoas}$.

⁸³ Em que: $DM = 1.180 \text{ hab} / 26 \text{ ha} = 45,4 \text{ hab/ha}$.



*Urbanização de
S. Pedro de Muel
Planta de Divisão em Lotes
e Perfis Tipo*

José de Lima Franco,
1946-1947

(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

- Legenda:
1 - Antiga Casa do Marquês de Vila Real; 2- Capela de Nossa Senhora da Piedade; 3 - Casa da Guarda Florestal; 4 - Praça; 5 - Farol do Penedo da Saudade; 6 - Pensão Rosa; 7 - Chalet Bettencourt; 8 - Antigo Campo de Ténis; 9 - Bairro Novo ou Bairro Alto; 10 - Esplanada-Casino; 11 - Marginal; 12 - Central Eléctrica; 13 - Campos de Ténis; 14 - Pensão de S. Pedro



*Urbanização de
S. Pedro de Muel
Ante-Plano*

Fotografia de Mário Novais,
c.1947
(imagem
Biblioteca de Arte FCG)

três concêntricas, desde a rotunda até ao mar. Fazendo a transição entre o novo traçado e a malha existente, a Rua G, já existente, é regularizada e prolongada até à extensão, para sul, da Estrada do Farol, cosendo todo o conjunto.

A simplicidade planimétrica dos arruamentos é depois trabalhada em perfil, destacando-se a Rua B, como principal eixo de penetração, e a Rua F, a Avenida Marginal há tanto aspirada. É no cruzamento destas duas artérias que se estabelece o novo centro turístico, onde se localizam os principais equipamentos da estância: o Centro Comercial, o Casino, o Hotel e o Cinema. Implantação que é enfatizada pela “*forma concava*” dada à Rua B, “*de maneira a tirar dela o melhor partido de perspectiva*”, e rematada por um miradouro sobre a falésia, com projecto, apresentado em anexo ao antepiano de urbanização, da autoria do arquitecto Manuel Coutinho Raposo.⁸⁴

Em contraste com a rigidez formal da expansão para norte, as moradias no pinhal seguem um modelo de implantação mais orgânico, servidas por uma rede secundária de pequenos caminhos abertos na Mata.

Pelo carácter excepcional da localização de S. Pedro de Muel “*não foram previstos espaços livres de carácter público, por [se entender] que em demasia, respondem a esta falta o grande Pinhal e o vasto Oceano*”.

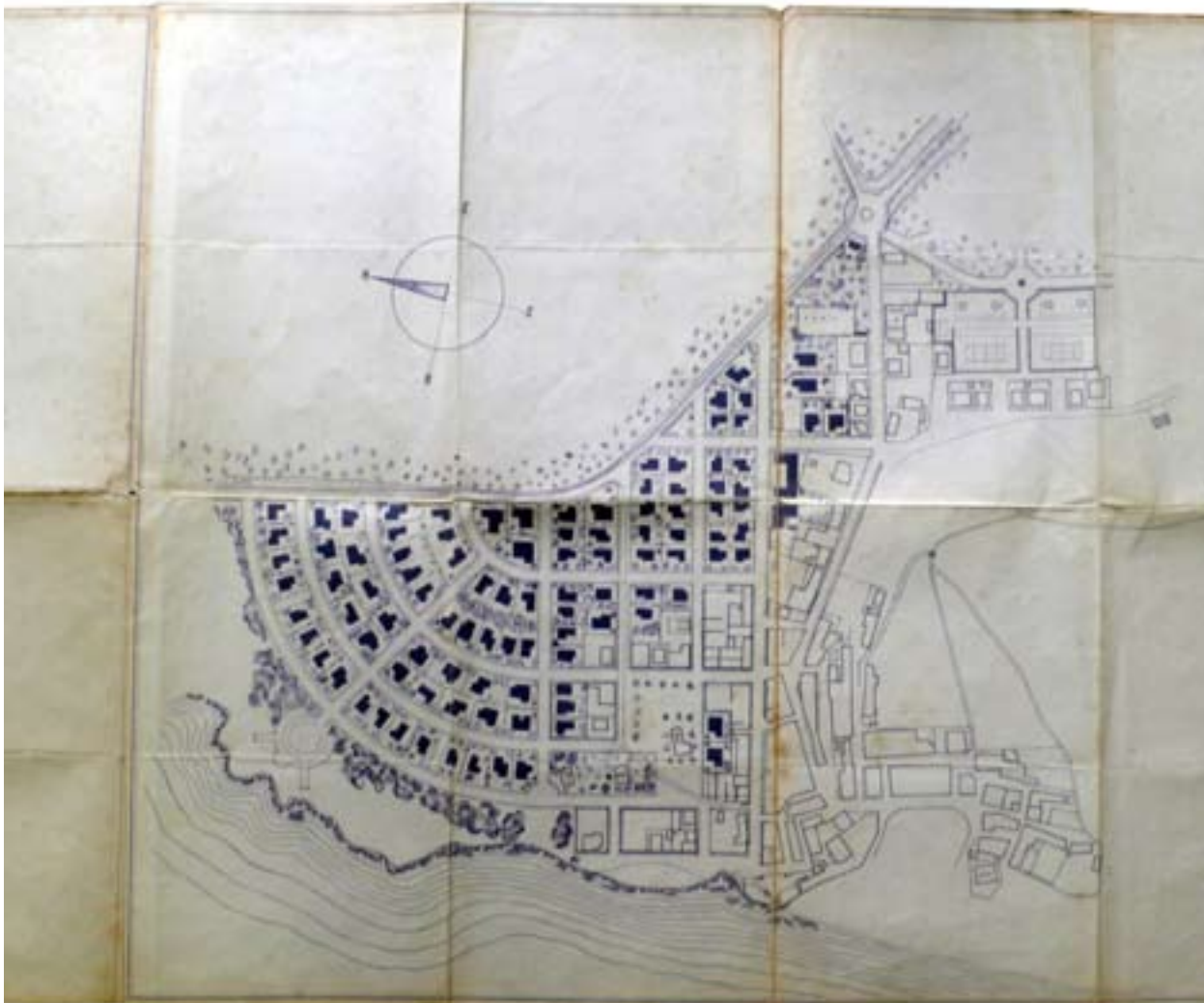
Ao todo, a percentagem final de arruamentos projectados e existentes corresponde a 15% da área total do plano, bem abaixo dos 25% que Donat-Alfred Agache, no *Plano de Urbanização da Costa do Sol*, considerava como comum num loteamento corrente sem espaços livres, o que reflectia a generosidade dos lotes projectados. Lotes em que, na zona de moradias, a superfície a construir não deveria ultrapassar os 25% da área total e em que era “*obrigatória a plantação de, pelo menos, três árvores*”.⁸⁵

⁸⁴ Arquitecto que havia desenhado o Fontenário construído, em 1946, na parte alta de S. Pedro de Muel e que, em 1955, vamos encontrar a assinar o projecto da nova Capela de Nossa Senhora da Piedade.

⁸⁵ Franco, José de Lima, *Urbanização de S. Pedro de Muel: Antepiano. Regulamento das Construções*, Lisboa, Julho 1946.

Num traçado que acusa influências formais do movimento *City Beautiful*, o *Anteplano de Urbanização de S. Pedro de Muel* filia-se directamente nas primeiras experiências urbanísticas realizadas, em Portugal, no âmbito dos Planos Gerais de Urbanização, e que correspondem, precisamente, a contextos de Praia: o *Plano de Urbanização da Praia do Cabedelo*, de Jorge Segurado, e o *Plano de Urbanização da Praia da Rocha*, de Carlos Ramos e Emídio Abrantes⁸⁶. Já na década de 1940, a mesma composição em “leque” é, como vimos, recuperada por Paulo Cunha no *Plano Geral de Arranjo da Praia da Quarteira*, de 1942. Curiosamente, de todos estes planos, apenas o desenho de S. Pedro de Muel seria, efectivamente, concretizado.

Anteplano de Urbanização de
S. Pedro de Muel
1.º Estudo
José de Lima Franco,
1946-1947
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



Mas o que é interessante na abordagem de Lima Franco é a reinterpretação que faz do modelo original, adaptando-o à situação concreta da sua intervenção. Ao contrário da implantação clássica, em anfiteatro aberto sobre o mar, onde o centro da estrutura radial se fixa junto à Praia, em S. Pedro o urbanista inverte esta implantação, colocando o centro da urbanização no interior. Gesto que implica, necessariamente, uma reorganização espacial do programa de equipamentos públicos proposto, que aqui, em vez de se concentrar no ponto de convergência das diversas radiais, vai implantar-se no ponto de tangência do eixo de simetria com a Marginal. Assim, ao movimento centrífugo que caracteriza aqueles traçados, Lima Franco contrapõe uma composição de sentido centrípeto, que converge para a praça de distribuição.

Esta solução permite-lhe, apesar da autonomia formal e funcional da nova implantação, integrar da melhor maneira o aglomerado existente no traçado proposto, em contraste com o que se avançava para a Quarteira onde o “arranjo” idealizado se desenvolve de costas voltadas para a pequena povoação piscatória original, ignorando-a por completo. Por outro lado, deixava em aberto a possibilidade da futura extensão da urbanização, não se esgotando, logo à partida, no desenho apresentado. E é, precisamente, isso o que vai acontecer.

Face à velocidade, não prevista, da ocupação dos terrenos entretanto loteados, a Câmara Municipal da Marinha Grande vê-se obrigada a adquirir novos terrenos para satisfazer “*os permanentes pedidos de locais para a construção de moradias de veraneio*”⁸⁷. Nesse sentido, e porque sempre limitada pela circunscrição do Pinhal de Leiria, por Auto de 12 de Dezembro de 1951, os Serviços Florestais cedem ao município grande parte dos talhões 287, 288, 303 e 304 para a ampliação da área urbanizada. Os dois primeiros, a norte, até ao Farol, e os últimos, a sul, na encosta voltada sobre a Praça Afonso Lopes Vieira.

⁸⁷ FRANCO, José de Lima, *Urbanização de S. Pedro de Muel (Ampliação). Memória Descritiva e Justificativa*, Lisboa, 21 Dezembro 1964, p. 1.

S. Pedro de Muel,
Marinha Grande
Vista Aérea, 1958
(imagem
Instituto Geográfico Português)



Ainda sem um novo plano, é autorizada a construção das primeiras moradias fora da zona de incidência do estudo de urbanização realizado por Lima Franco, o que propicia o aparecimento de algumas situações de excepção que rompem com a estrutura cadastral definida pelo loteamento inicial. É o caso do Bairro dos Naturais, já citado, cuja implementação tem início no princípio da década de 1950; da Casa João Simões, junto à rotunda mas recuada em relação ao alinhamento da rua para se implantar no fundo do lote, projecto, com alvará de 1958, da autoria dos arquitectos João Pedro Mota Lima⁸⁸ e José Luís Pinto da Cunha; e do Café-Bar Bambi, inaugurado em 1957, ocupando um vasto talhão, à entrada da estância, onde se encontrava instalado, desde 1954, o Parque Infantil Arala Pinto.

⁸⁸ Arquitecto que é também o autor do projecto da Casa Augusto Rosa, de 1953, situada a poente da Casa Joaquim de Sousa Byrne. (Ver QUINTA, Emmanuela Silva da, *S. Pedro de Moel. Um refúgio moderno*, Mestrado Integrado em Arquitectura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2010)



30 S. PEDRO DE MOEL — Esplanada Bambi (no Campismo)

É só em 1962 que a Câmara da Marinha Grande volta a contactar o urbanista para apresentar o estudo da ampliação do plano existente, finalizado em Dezembro de 1964 e aprovado superiormente. Em consequência, o preço dos terrenos sobe para 50\$00 o metro quadrado.

De acordo com as directrizes esboçadas no primeiro plano de urbanização, a norte, vai-se completar a geometria do traçado anterior, fechando mais o círculo, numa composição que se aproxima, agora, da proposta de Rogério de Azevedo para o *Ante-Projecto do Plano duma Cidade-Jardim* para Viana do Castelo, de 1932; enquanto que, a sul, trabalhando sobre terrenos mais acidentados, segue-se um esquema de implantação livre que se adapta à topografia do lugar. Dualidade de abordagens que reflecte a capacidade dos urbanistas portugueses de manusearem e combinarem diferentes modelos urbanísticos e de acompanharem a evolução da prática internacional.

*S. Pedro de Moel
Esplanada Bambi (no
Campismo)*

Bilhete Postal, c. 1960
(imagem www.mgrande.net)

O programa do plano de ampliação vai incidir, sobretudo, no apetrechamento de S. Pedro de Muel enquanto estância turística, o que revela a prioridade dada, até então e quase em exclusivo, à vertente residencial. Dos equipamentos inicialmente previstos, ficamos a saber que nenhum chegou a ser concretizado (Centro Comercial, Casino, Hotel e Cinema), enquanto que às duas pensões existentes, a Pensão Rosa, de Rosa Lopes, o primeiro estabelecimento hoteleiro de carácter permanente em S. Pedro de Muel, inaugurada em 1922, e a Pensão de S. Pedro⁸⁹, da Sociedade Silva, Pedroso & Direito, Lda, inaugurada em 1940⁹⁰, se somavam, agora, a Pensão Milita, de Laura Tojeira, em funcionamento desde 1959, a Pensão Miramar, de Joaquim J. Santos, desde 1960, e a Pensão D. Dinis, de Emílio F. Rato, desde 1961. Ano em que entra, também, em funcionamento o Parque de Campismo da Orbitur.

Entretanto, a Esplanada-Casino tinha sido adquirida, em 1954, pela Câmara Municipal da Marinha Grande estando prevista a sua demolição para a construção de um café-bar e de uns balneários e sanitários públicos junto à Praia, assim como para facilitar o acesso à zona de ampliação a Sul do aglomerado.⁹¹

Sobre a Capela existente, havia sido construída, em 1955⁹², uma nova Igreja, esta com projecto de Manuel Coutinho Raposo, intervenções escultóricas de Joaquim Correia e a alegoria do altar-mor de Bartolomeu Cid dos Santos, acompanhando o momento de renovação que a Igreja de Águas (1949-1957), em Penamacor, introduz na arte religiosa portuguesa e sinal do intenso período de desenvolvimento que se vive em S. Pedro de Muel nesta altura. Desenvolvimento em muito favorecido pela entrada em funcionamento, em 1949, da Colónia Balnear Infantil Afonso Lopes Vieira, instalada na antiga casa do poeta, doada, para esse fim, à Câmara Municipal da Marinha Grande a 24 de Outubro de 1938.



S. Pedro de Muel
Capela de
Nossa Senhora da Piedade
Fachada e Interior
Fotografias, 1954
(imagens www.mgrande.net)

⁸⁹ O actual Hotel de S. Pedro.

⁹⁰ Para além destes dois equipamentos, S. Pedro contava ainda com o Hotel Miramar, de Manuel da Silva Duarte, na praça principal, inaugurado na década de 1920 mas encerrando pouco tempo depois, e com a Pensão Severiano, de Severiano Matias Carreira, da década de 1930. (Cf. BARROS, Artur Neto de, op. cit., p. 66-67)

⁹¹ O que viria a acontecer, em 1967, com a inauguração do Complexo Turístico e das Piscinas da Promoel.

⁹² Inaugurada a 15 de Agosto de 1955.



88 S. PEDRO DE MOEL — Interior da Igreja de Nossa Senhora da Piedade

Ainda em 1954, abre-se concurso para a instalação de uma estação elevatória e para a construção de um depósito de água, iniciando-se o abastecimento de água ao domicílio em 1960.

Testemunho do interesse espoliado com a introdução destas diversas melhorias, o número de pedidos para a construção de moradias atinge um pico em 1961, com onze processos deferidos nesse ano, valor que só voltaria a ser atingido, em 1965, com a aprovação do novo plano de urbanização.⁹³

É com base nestes dados que José de Lima Franco vai trabalhar, procurando integrar todas estas iniciativas no conjunto do seu estudo.

“Admitiu-se primeiramente a possibilidade de se fazerem obras de reparação e ampliação da sua nave única, mas a total substituição da cobertura, o estado de ruína da sacristia, são males bem aparentes que evidentemente levaram a considerar-se mais rápido a realização de uma nova construção, aproveitando-se o local de tão antigas tradições, promovendo-se assim uma mais perfeita integração no Plano Geral de Urbanização, a cargo do Arq. Lima Franco cuja intervenção neste assunto é de salientar. Posto assim o problema, formou-se uma Comissão Fabriqueira, aprovado e encorajada pelo Bispado de Leiria a qual tomou a responsabilidade de actuar no sentido de se construir esta nova capela, que embora modesta, satisfaz as necessidades imediatas do culto.”

RAPOSO, Manuel Coutinho, *Projecto da Capela de Nossa Senhora da Piedade em S. Pedro de Moel. Memória Descritiva*, Lisboa, s.d., pp. 1-2.

S. Pedro de Muel
Igreja de Nossa Senhora da Piedade
Fachada e Interior
Fotografia da autora e
Bilhete Postal, 1965
(imagem www.mgrande.net)

⁹³ A média de processos deferidos entre 1950 e 1960 ronda os sete por ano, com um mínimo de quatro, em 1951, e um máximo de oito, em 1959. Em 1965 seriam aprovados doze pedidos de construção de moradias em S. Pedro de Muel.

Pela análise da planta de apresentação do plano de ampliação de 1964, verificamos que a área anteriormente reservada para a implantação do centro turístico sofre uma reorganização de usos, forçada pela ocupação dos lotes a sul da Rua B com a construção de moradias unifamiliares. Quebrada a simetria do grande conjunto arquitectónico projectado como remate ao principal eixo de penetração na estância, onde estava prevista a localização inicial do Casino propõe-se, agora, a construção de um Hotel, complementado, no quarteirão a poente, por um pequeno núcleo de Lojas, Mercado e Escola Primária.

Sem espaço no núcleo central do aglomerado para resolver o programa de equipamentos ainda em falta, o foco é transferido para a zona de ampliação a sul. Assim:

“Tratando-se evidentemente de uma zona turística por excelência foram previstos:

a) Estacionamentos para viaturas automóveis dissimulados por todo o traçado em especial nas zonas colectivas de actividades desportivas e turísticas;

b) Hotel;

c) Casino;

d) Zona destinada a cafés esplanadas e snack-bar;

e) Campos de ténis e patinagem;

f) Piscinas - localizada junto ao hotel em terreno propício à sua implantação e que permitisse a sua alimentação com as águas do oceano;

g) Mercado e Centro Comercial, o primeiro em terreno ao ar livre e o segundo constituído por blocos de um só pavimento que ladeando o mercado ao ar livre servirá para a localização de lojas que possam abastecer toda a população.”⁹⁴

Em contraste com o carácter monumental da solução anterior, o novo centro estabelece-se em estreita relação com o terreno, definindo uma plataforma estável, a meio da encosta, que se vai constituir como um terceiro pólo de atracção turística. As três fases de desenvolvimento de S. Pedro de Muel ficavam, desta forma, simbolicamente associadas a estruturas morfológicas e topográficas com diferentes conotações espaciais: a Praça, a Marginal e a Falésia.



*Urbanização de
S. Pedro de Muel
Anteplano
Planta de Apresentação
(Ampliação)*

José de Lima Franco,
1962-1964
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

Legenda:
1 - Hotel; 2 - Casino; 3 - Lojas; 4 -
Mercado Coberto; 5 - Mercado e Centro
Comercial; 6 - Cafés, Esplanadas e
Snack-Bar; 7 - Igreja de Nossa Senhora
da Piedade; 8 - Escola Primária; 9 -
Colónia Balnear Infantil Afonso Lopes
Vieira; 10 - Piscina; 11 - Campos de
Ténis e de Patinagem; 12 - Depósito de
Água; 13 - Café-Bar Bambi; 14 - Liceu

Desta reorganização do programa de equipamentos turísticos resultaria a construção, em 1966, do Hotel Mar e Sol, propriedade de Fernando Jacinto Ferreira, e, em 1967, do Complexo Turístico da PROMOEL - Empresa Turística de S. Pedro de Moel SARL, sociedade fundada, a 17 de Outubro de 1964, por José Nobre Marques, Manuel Morais Barosa, Adriano Marques Roldão, Joaquim A. Ferreira, António Boiça, Joaquim D. Alves, Manuel Pereira Frazão e Artur Neto Barros. O primeiro, com projecto de António Dinis Baroseiro Júnior e, o segundo, da dupla Egas de Vidigal Vieira e Victor Manuel Rodrigues.

“Apesar de ter inaugurado na época passada novas instalações, estas continuam a ser deficientes, pois o edifício actual, além dos serviços de cozinha e restaurant, só tem capacidade para onze quartos, o que obriga o seu proprietário a manter alugadas uma série de moradias que aproveita para quartos. (...)

Com a construção deste edifício, não ficando ainda resolvido o problema hoteleiro em S. Pedro de Moel, pelo menos ficará preenchida uma enorme lacuna, e terá sido dada uma melhoria sensível nas condições de hospedagem desta Praia, dotando-a dum estabelecimento capaz de servir a grande corrente de turistas de médios recursos económicos, que procuram alojamento compatível com os seus meios, mas que não dispensam um mínimo de comodidades.”

BAROSEIRO, António, SILVA, Luiz Raul da, *Projecto das Novas Instalações para a Pensão Miramar. Memória Descritiva*, Marinha Grande, 10 Julho 1963, p. 1.

818

O processo de licenciamento do Hotel dá entrada na Câmara Municipal da Marinha Grande, a 10 de Julho de 1963, referenciado como sendo o *Projecto das novas instalações para a Pensão Miramar*, pretensão aprovada, dois meses depois, pelo Secretariado da Informação, Cultura Popular e Turismo, ao abrigo do Art.º 4.º da Lei N.º 2:073, de 23 de Dezembro de 1954⁹⁵. Na verdade, nos documentos que integram o pedido e a sua apreciação, não aparece qualquer referência à construção de uma unidade hoteleira daquela categoria, mas os desenhos apresentados dizem respeito ao Hotel Mar e Sol ainda hoje existente.



⁹⁵ Lei que define a designação e classificação dos estabelecimentos hoteleiros e similares com interesse para o Turismo e estabelece a figura de “Utilidade Turística”. Pelo Art. 4.º é estabelecido que “As licenças para a construção, ampliação ou adaptação de qualquer edifício, ou parte dele, com destino a estabelecimento hoteleiro ou similar até 2.ª classe, só poderão ser concedidas depois de aprovado o respectivo projecto pelos serviços de turismo, entendendo-se que esta aprovação abrange a designação e classificação do estabelecimento”. (CF. Lei N.º 2:073, *Diário do Governo*, I Série, N.º 286, 23 Dezembro 1954, p. 1620)



*Novas Instalações da Pensão
“Miramar” em S. Pedro de
Moel - Alçado*
(Alçado Principal)
António Baroseiro e Luís Raul
da Silva, 1963-1966
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



*Novas Instalações da Pensão
“Miramar” em S. Pedro de
Moel- Alçado*
(Alçado Lateral Poente)
António Baroseiro e Luís Raul
da Silva, 1963-1966
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

Trabalhando sobre um lote com três frentes urbanas distintas, *“procurou-se encontrar uma solução, que não só se adaptasse às condições do terreno e às cotas de nível dos arruamentos, como permitisse tirar o melhor partido do aspecto panorâmico, que muito favorece a valorização da Pensão, pela impressão causada no espírito dos hóspedes, desde a sua entrada até se instalarem”*.⁹⁶

O edifício projectado aproveita a diferença de cotas entre os dois arruamentos laterais para organizar o programa funcional em três pisos: cave, rés-do-chão e andar. A cave, reservada aos espaços de apoio dos serviços e dos funcionários, assim como garagens individuais para cinco automóveis; o rés-do-chão, por onde é feita a entrada, aos espaços de recepção, de administração e de estar dos hóspedes (Sala de Estar, Bar e Restaurante), para além de dez dos trinta e três quartos previstos; e o andar, exclusivamente reservado a hóspedes, com os restantes vinte e três quartos, a maioria deles voltados, a sul, para a, então, Avenida Engenheiro Sá e Mello. Apenas três dos quartos considerados, e a Sala de Refeições, tiram partido da relação da implantação com a Marginal.

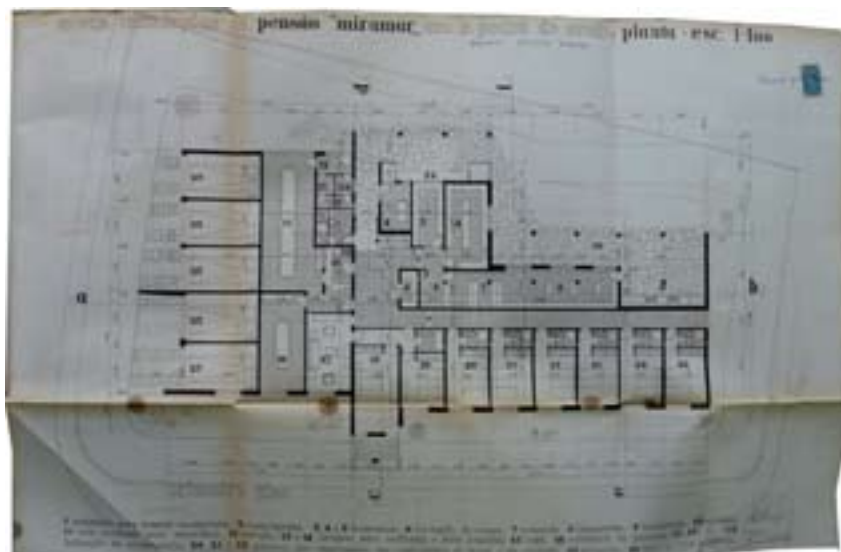
*Novas Instalações da Pensão
“Miramar” em S. Pedro de
Moel - Implantação*
António Baroseiro e Luís Raul
da Silva, 1963-1966
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

⁹⁶ BAROSEIRO, António, SILVA, Luiz Raul da, *Projecto das Novas Instalações para a Pensão Miramar. Memória Descritiva*, Marinha Grande, 10 Julho 1963, p. 1.

*Novas Instalações da Pensão
"Miramar" em S. Pedro de
Moel- Planta*

(Planta Primeiro Piso)

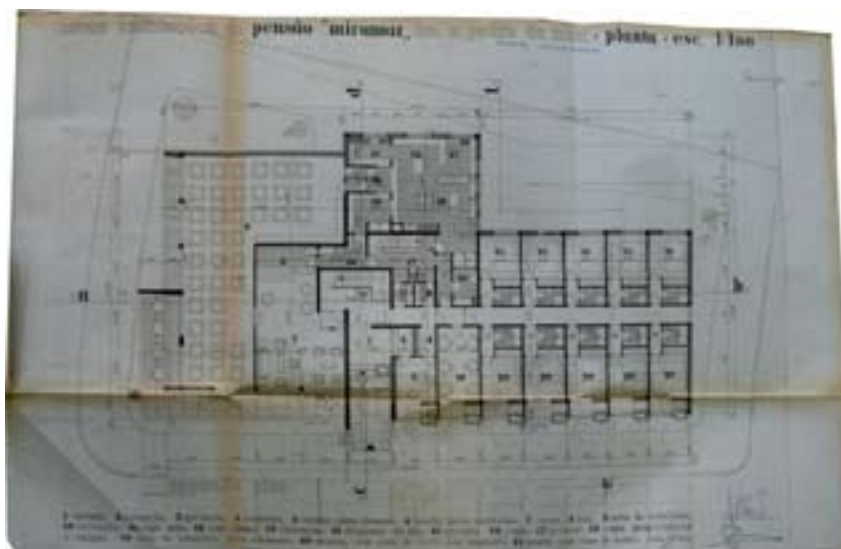
António Baroseiro e Luís Raul
da Silva, 1963-1966
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



*Novas Instalações da Pensão
"Miramar" em S. Pedro de
Moel- Planta*

(Planta Segundo Piso)

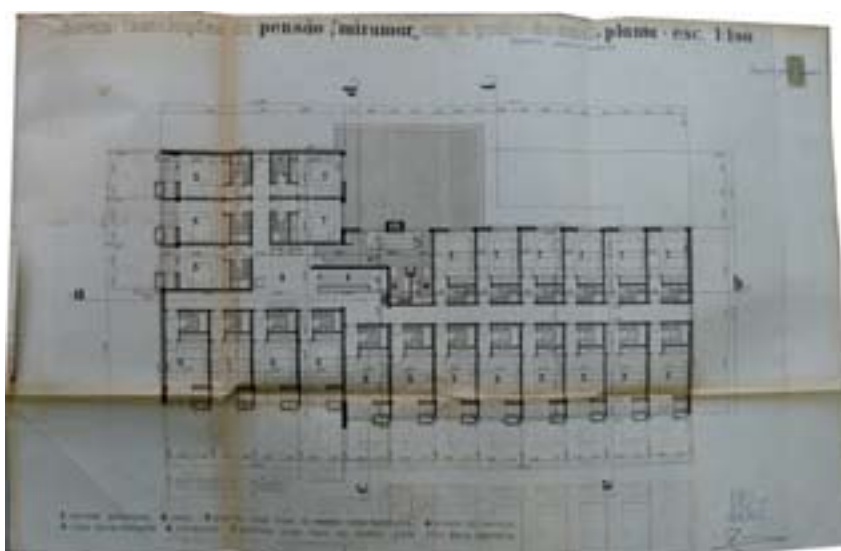
António Baroseiro e Luís Raul
da Silva, 1963-1966
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



*Novas Instalações da Pensão
"Miramar" em S. Pedro de
Moel- Planta*

(Planta Terceiro Piso)

António Baroseiro e Luís Raul
da Silva, 1963-1966
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



Em termos construtivos, a estrutura do edifício combina paredes resistentes de tijolo, reforçadas por cintas e pilares de betão, com pavimentos em lage pré-fabricada e lage de betão (nas varandas e escadas), estrutura que depois é revestida a pedra com paramento à vista, lambris em régua de madeira e tacos de madeira exótica. O termo de responsabilidade da construção é assinado, com data de 4 de Dezembro de 1964, pelo Agente Técnico de Engenharia, de Leiria, Luís Raul da Silva, que, também, assina a memória descritiva do projecto de arquitectura. Facto que revela que António Baroseiro, apesar de assinar a maioria dos projectos construídos na Praia de S. Pedro de Muel, não tem competência profissional para assumir, sozinho, essa responsabilidade.

Um ano depois da inauguração do Hotel Sol e Mar entra em funcionamento o Complexo de Piscinas da Promoel. *“Para a localização da piscina aceitou-se o local destinado no ante-plano de Urbanização da vila, por a considerarmos certa em relação à expansão urbana da Vila e integração espacial da praia de banhos. Ainda reforça a obrigatoriedade da sua localização o facto de no ante-plano, e a própria empresa contar nos seus futuros empreendimentos, se prever um Hotel, um Casino, etc., fazendo parte da mesma malha urbanística”*.⁹⁷

Num terreno com um desnível de 28 metros, entre a cota 5 (ao nível da Praia) e a cota 33 (do arruamento de acesso ao empreendimento), optou-se por uma *“distribuição orgânica das diversas peças que compõem o programa funcional (...) lançadas no terreno a partir de dados fixos e impostos pela imperiosidade de conservação do valor estético regional da zona de que S. Pedro de Moel é parte integrante, sem contudo se cair no ridículo de copiar formas ultrapassadas e por vezes consequência de necessidades primárias dos seus povos”*.⁹⁸

⁹⁷ VIEIRA, Egas, *Ante-Projecto da Piscina Oceânica: Memória Descritiva e Justificativa*, Lisboa, Maio 1965, p. 1.

⁹⁸ Idem, pp. 4-5.

Complexo de Piscinas da
Promoel em construção,
Fotografia, 1966
(imagem www.mgrande.net)



Complexo de Piscinas da
Promoel, S. Pedro de Muel
Bilhete Postal, 1976
(imagem
omeumundoempostais.blogspot.com)



Assim, o conjunto desenvolve-se em vários planos de cotas diferentes, articulados funcionalmente entre si, numa sucessão de plataformas que se vão adossando à encosta. Solução que procura, de alguma forma, recriar a imagem do núcleo primitivo de S. Pedro de Muel e integrar-se no “*estudo de recuperação estético regional elaborado pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização para a parte antiga da vila*”⁹⁹. Nesse sentido, houve especial atenção no tratamento dos muros de suporte criados e no desenho das coberturas dos volumes propostos, procurando tirar o melhor partido da introdução destes elementos no enquadramento geral do empreendimento na “*visão panorâmica do binómio praia-vila*”.

⁹⁹ VIEIRA, Egas, op. cit., p. 6.

À cota mais baixa (12 metros), situam-se os tanques da Piscina Olímpica, com 50 metros por 21 (segundo as medidas internacionais olímpicas para competição e as indicações fornecidas pela Federação Portuguesa de Natação), e da Piscina de Saltos, com torre de pranchas a 5 metros, 3 metros e 1 metro de altura. Embora limitados pelas dimensões mínimas regulamentares definidas, em planta e em perfil, para cada um destes tipos de equipamentos, os autores procuraram *“não cair na rigidez desses factos adoptando na medida do possível formas menos rígidas e que se ligassem harmoniosamente sem que para isso se criassem zonas de deficiente circulação de água”*.

Dois metros acima, à cota 14, são instalados o tanque de crianças com lava-pés, tanque de chapinhagem, tanque de areia e jardim infantil, posto de socorros, cabinas com duches, instalações sanitárias e depósito de roupas e cabides para rapazes e raparigas, cabinas de mudança rápida, instalações sanitárias e depósito de roupas para homens e senhoras, bar com esplanada, venda de gelados, de jornais e revistas, e venda e exposição de vidros da Marinha Grande.

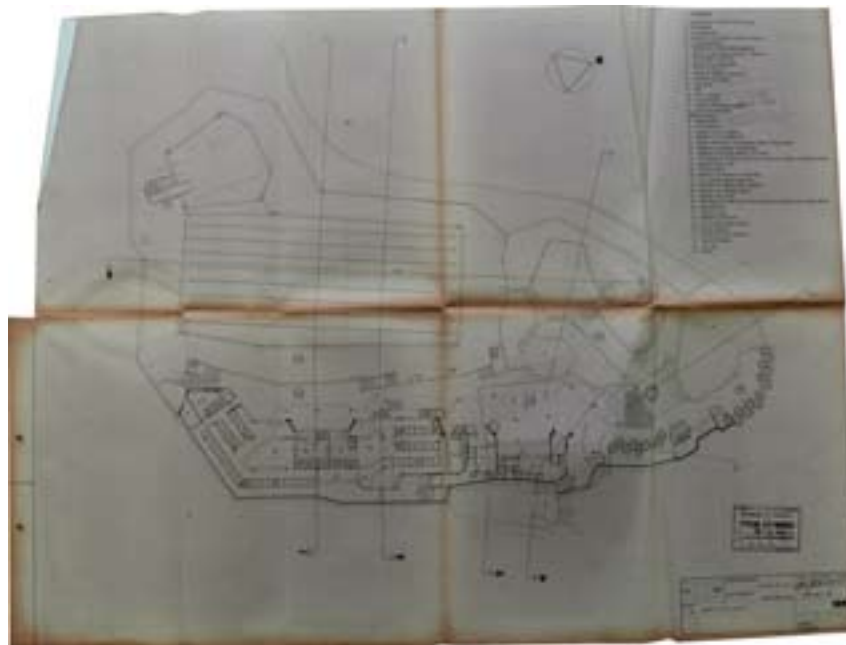
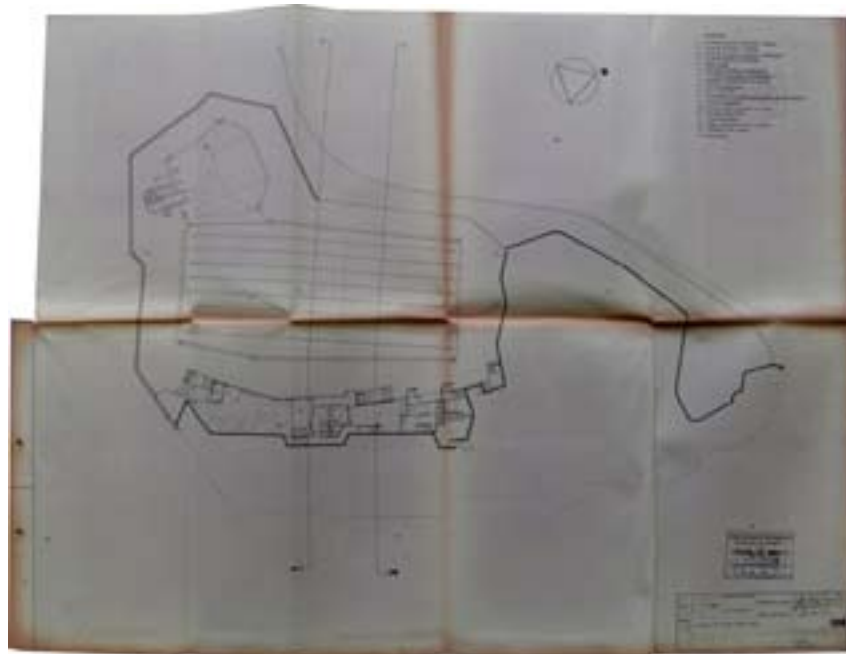
Tendo em conta que *“o sistema de cabinas adoptado é segundo os últimos conceitos o de ‘cabinas de mudança rápida de roupa’*”, para o cálculo do número total de cabinas necessárias aplicaram-se as normas francesas, pelas quais deveria existir uma cabina por cada dez banhistas¹⁰⁰. Com base na relação entre a área dos diferentes tanques e a ocupação horária de metros quadrados por banhista, chegou-se a uma capacidade média de 500 banhos/hora, na zona destinada a adultos, e de 100 banhos/hora, na zona de crianças, a que deveriam corresponder cinquenta cabinas para adultos e dez para crianças. Destes cálculos, foram repartidas *“pelos banhistas masculinos e femininos aproximadamente 2/3 para os primeiros e 1/3 para os segundos o que nos dá em projecto 33 cabinas para os homens e 21 cabinas para as senhoras num total de 54 cabinas ultrapassando assim os números calculados*

¹⁰⁰ E não uma cabina por cada cinco banhistas como era a prática recomendada.

como margem de segurança”, e oito cabinas com chuveiros para raparigas e doze cabinas para os rapazes, num total de 20 cabinas. Valores gerais aceites pela Câmara Municipal da Marinha Grande que, no entanto, sugere privilegiarem-se os utentes femininos em detrimento da construção de cabinas colectivas para os homens.

“Assim, parece-nos que, sendo neste caso o numero provável de banhistas femininos sensivelmente igual ao numero de banhistas masculinos, deveria haver maior numero de cabinas para senhoras do que para homens, já que só para estes se pode recorrer à construção de uma cabina colectiva de apoio. Julga-se por isso que será de aceitar-se a construção das 54 cabinas referidas no ante-projecto, mas sugere-se que 33 sejam destinadas a senhoras e apenas 21 aos homens, que terão a cabina colectiva de apoio. Em qualquer caso, deverá ser suprimida a cabina colectiva para senhoras, prevista no ante-projecto.”

ROLDÃO, Adriano Marques, [Informação], Câmara Municipal de Marinha Grande, sd., p. 1.



*Ante-Projecto da Piscina
Oceânica em S. Pedro de Moel
Planta às cotas 10,00 e
11,30 M
e Planta à cota 14,00M*
Egas Vidigal Vieira e Victor
Manuel Rodrigues, 1965-1967
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

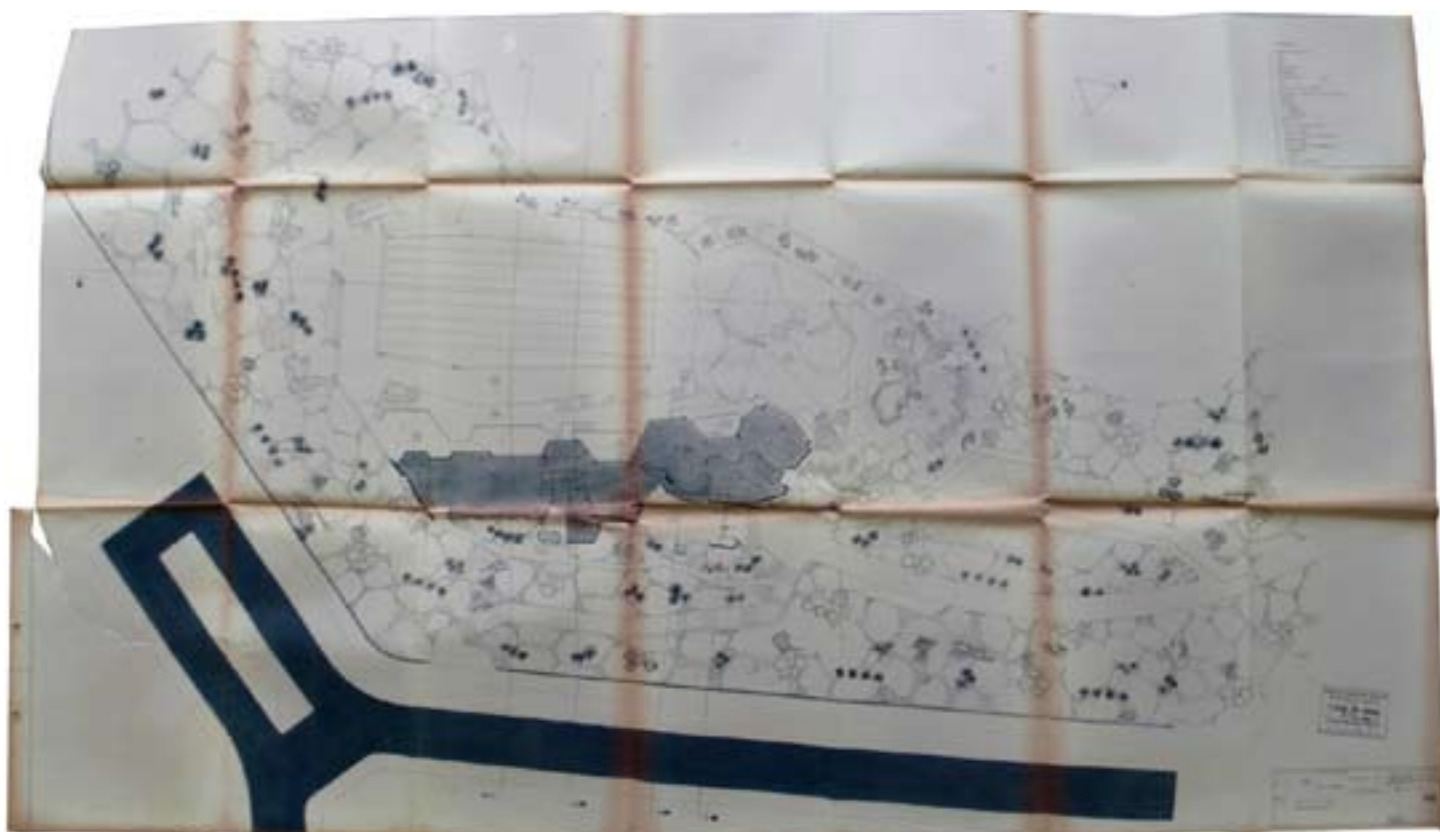
À cota de 18 metros, estabelece-se o acesso principal ao Complexo de Piscinas e a distribuição aos restantes equipamentos que compõem o programa - Restaurante, Casino e Salão de Festas,

com funcionamento independente da zona de banhos, permitindo, assim, a sua utilização nocturna, e demarcados volumetricamente por funções. Todos estes espaços tiram partido da vista panorâmica sobre a Praia e a Vila, prolongando-se para o exterior em varandas/ /esplanadas e um amplo solário sobre o conjunto das Piscinas.

Para o acesso automóvel foi considerado um pequeno parque de estacionamento, com capacidade para cerca de vinte viaturas, junto à Portaria, servindo na estação invernososa para encurtar a distância aos restaurantes. *“O grande estacionamento continuará a ser o previsto no ante-plano de urbanização (...) junto ao arruamento de acesso”*.

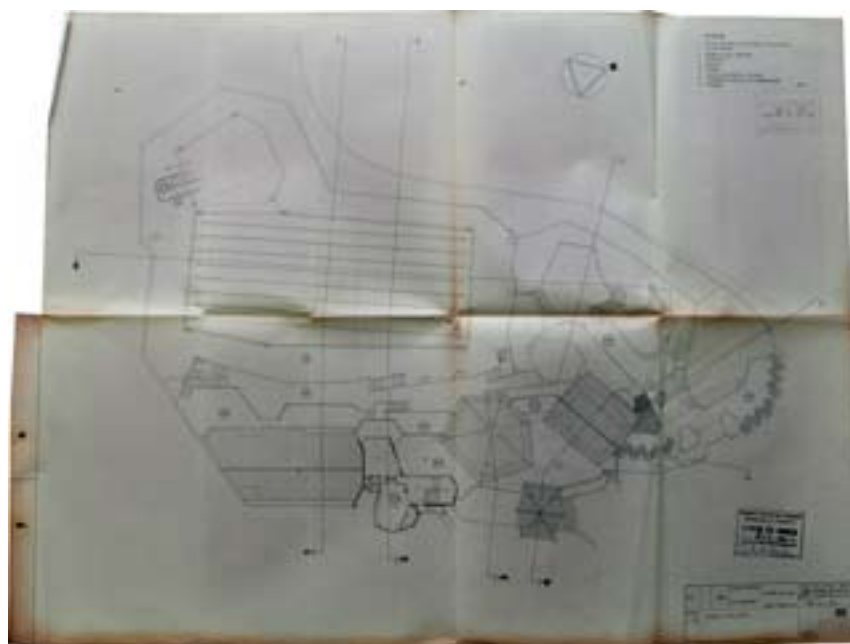
Toda a faixa de terrenos situados em torno do empreendimento é incluída e trabalhada no projecto apresentado, estando pensada a sua aquisição por parte da Promoel para garantir o enquadramento paisagístico e a valorização estética do conjunto e resolver *“o grande desmonte de areia que se torna necessário executar”*.

*Ante-Projecto da Piscina
Oceânica em S. Pedro de Moel
Planta de Apresentação à cota
18,00M
Egas Vidigal Vieira e Victor
Manuel Rodrigues, 1965-1967
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)*



Por fim, aos 21,30 metros, resolvem-se as instalações da administração, com acesso directo “*quer do Hall principal, [e] portanto acessível a banhistas, utentes das salas de Restaurante e Salão de Festas, quer às pessoas que vindas do exterior necessitam de ter contactos directos com esta secção sem terem de passar pela portaria; destes podemos focar: fornecedores, utilizantes reclamantes, técnicos de fiscalização das entidades oficiais, pessoal de secretaria e os próprios administradores da empresa*”. Do logradouro privativo do Gabinete da Administração seria, ainda, possível vigiar discretamente toda a zona de banhos.

*Ante-Projecto da Piscina
Oceânica em S. Pedro de Moel
Planta à cota 21,30 M
e Planta de coberturas
Egas Vidigal Vieira e Victor
Manuel Rodrigues, 1965-1967
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)*



O Complexo de Piscinas deveria ser alimentado por água do mar, prevendo-se a adopção de um sistema de captação de água, a funcionar em circuito fechado, por meio de um furo alimentado pela toalha aquífera das areias da Praia, permitindo, *“à custa de um certo agravamento das despesas de instalação, uma apreciável economia de exploração”*.

Do “partido estético regionalista e ambiental” destaca-se a preocupação de integrar o conjunto na perspectiva desfrutada desde a Praia e, no sentido inverso, a atenção dada ao enquadramento de diferentes panorâmicas e ângulos de visão sobre o mar e a vila. Para tal, procurou-se fragmentar o volume da massa construída pela articulação de corpos funcionais distintos com orientações e caracterizações formais próprias, em que a introdução do ângulo a 45°, na malha estrutural da composição, e o tratamento individualizado das coberturas sugerem um contínuo de formas em movimento. Para além dos materiais locais, recorre-se ao emprego do betão armado, *“que presentemente dispomos com a mesma facilidade quer no Algarve ou Minho”*, solução construtiva que, segundo os autores do projecto, poderia *“integrar-se e formar um conjunto harmonioso com qualquer província de Portugal”*, dependendo apenas da sua correcta utilização. Princípios que reflectem a multiplicidade de caminhos abertos, na década de 1960, com o questionamento da ortodoxia do Movimento Moderno. Caminhos que se vão conformar numa nova via de aproximação metodológica à disciplina, a “terceira”, situada entre modernidade e tradição.

Embora concretizados os projectos do Hotel Sol e Mar e do Complexo Turístico da Promoel, o restante programa de equipamentos avançado por José de Lima Franco, na ampliação do *Anteplano de Urbanização de S. Pedro de Muel*, nunca viria a ser concretizado. É, assim e tal como em Ofir, na arquitectura residencial que vamos encontrar os mais interessantes exemplos de experimentação arquitectónica.

“Porque nos encontramos embrenhados na parte pitoresca do Pinhal de Leiria em que o seco do mato é contrariado pelo verdejante Vale do Rio que nas suas margens é dono dos maiores eucaliptos que já foi dado ver aos autores deste trabalho, necessário se tornava para além do emprego da madeira, criar volumes repartidos e movimentados, mas ao mesmo tempo harmoniosos que nos permitissem disfrutar dentro ou fora do empreendimento não de volumes avassaladores e deprimentes mas sim que o aspecto estético contribuísse ainda para a parte recreativa a que a piscina se destina. As coberturas foram neste caso de tenaz preocupação pois elas serão o primeiro elemento que se depara à vista do visitante quando se abeira do seu acesso. As formas das coberturas e os materiais de que são compostos além de demarcarem zonas de funções distintas, enquadramentos e ângulos de visão, procuram dar escala ambiental quer no partido estético funcional interior quer exterior.”

VIEIRA, Egas, *Ante-Projecto da Piscina Oceânica: Memória Descritiva e Justificativa*, Lisboa, Maio 1965, pp. 5-6.

Deve-se a António Dinis Baroseiro Júnior o maior número de projectos para moradias construídas em S. Pedro de Muel, entre 1940 e 1970¹⁰¹. Não sendo arquitecto, o nível da sua produção é, em geral, invejável, testemunhando uma atenção e um conhecimento do que se passa no seio do debate disciplinar que caracteriza estes conturbados anos da arquitectura portuguesa.

Para um leque de clientes heterogéneo, que abarca desde um chefe de armazém e um industrial de camionagem da Marinha Grande, a um farmacêutico da Guia e um professor de Castelo Branco, comerciantes de Leiria e da Sertã, um gerente industrial da Venezuela, um médico e engenheiros de Lisboa, de São João da Madeira e de Canas de Senhorim, António Baroseiro trabalha, sempre dentro de um repertório linguístico moderno, diferentes soluções formais e espaciais para um mesmo programa de “Casa de Férias”. E essa é uma das particularidades mais curiosas da sua produção, porque, apesar das diferentes “tipologias” de clientes para quem projecta, com necessidades e preocupações específicas, e das mais variadas respostas arquitectónicas que encontra para cada uma das situações que tem de resolver, parece haver um consenso sobre o ideal de “Casa de Férias” e de “Fins-de-Semana”. Não se trata, assim, da experimentação conceptual em torno de um programa, mas da estabilização de uma fórmula tipológica que se adapta a diferentes circunstâncias.

Espécie de cruzamento entre a “Casa Panorama” e o “Concurso para uma Casa de Férias no Alto Rodízio”, o programa-tipo desenvolvido por Baroseiro traduz-se numa moradia de dois pisos, por vezes um deles definido como cave, em que, no piso inferior, se resolvem a garagem, a despensa e o quarto da criada, com quarto-de-banho privativo, e, no superior, a sala comum, com lareira, prolongando-se para uma varanda ou para um terraço, a cozinha, com acesso independente pelo exterior, três quartos e um quarto-de-banho comum. Nalguns casos, prevê-se, ainda, a integração de um quarto para hóspedes, disposto, quase sempre,

¹⁰¹ Como termo de referência, dos cinquenta e dois processos seleccionados na consulta realizada no Arquivo Municipal da Marinha Grande, vinte e três são da sua autoria.

no piso inferior.

Sobre este modelo actuam, na aproximação ao sítio, uma série de condicionantes que vão determinar a resposta pontual a cada encomenda.

“O presente projecto de casa para férias e fins de semana a construir em S. Pedro de Moel foi concebido tendo em atenção as necessidades da pessoa a quem se destina, sua localização e percentagem de edificação fixada pela Câmara Municipal.

Como em todos os casos idênticos os dados essenciais deste problema foram os seguintes:

Distribuição conveniente das dependências tendo em conta:

- 1.º - A orientação*
- 2.º - A adaptação ao terreno*
- 3.º - O aproveitamento das vistas sobre a paisagem*
- 4.º - A participação do jardim na vida cotidiana.”¹⁰²*

É no desejo de reconciliação da vida doméstica com o habitat primitivo natural que a espacialidade da arquitectura residencial de veraneio se vai caracterizar. Um desejo que se constrói em amplos envidraçados que enquadram a paisagem, varandas lançadas em consola e terraços desenhados no meio do pinhal. Mas a obra de António Baroseiro interessa-nos, sobretudo, por ser representativa, na sua extensão, da democratização de um gosto moderno e dos hábitos sociais de férias das famílias portuguesas no período do pós-guerra. Gosto que se traduz na “*adopção desinibida, criativa e mais epidérmica dos modelos internacionais*”¹⁰³, agora filtrados por uma moderna arquitectura brasileira que chegava até nós através do catálogo da exposição *Brazil Builds, Architecture New and Old: 1652-1942*, realizada no MOMA de Nova Iorque, em 1943, e hábitos que revelam a importância do automóvel no estabelecimento de uma nova relação com o território, proporcionando a experiência do fim-de-semana e da segunda residência, mas sempre de criada atrás.

¹⁰² BAROSEIRO, António, *Projecto duma moradia que o Exmo. Senhor Floriano Ferreira da Silva pretende construir na Praia de S. Pedro de Moel desta Freguesia e Concelho de Marinha Grande: Memória Descritiva*, Marinha Grande, Dezembro 1952, p.1.

¹⁰³ TOSTÕES, Ana, “Casas de Férias Modernas, Anos 50 e Estilo Contemporâneo: A utopia de uma Doce Vida”, *JA - Jornal Arquitectos (As Praias de Portugal 1)*, Lisboa, N.º 196, Maio/Junho 2000, p. 46.

Do vasto número de casas que desenha para S. Pedro de Muel salientam-se quatro projectos realizados ao longo da segunda metade da década de 1950: as casas Augusto Roldão, de 1955, João Carlos Costa Falcão Franco Frazão, de 1956, José Malta Júnior, de 1958, e Joaquim Sousa Byrne, de 1959¹⁰⁴. Todas elas obras que marcam, ainda hoje, a imagem de S. Pedro de Muel como estância de férias moderna.



S. Pedro de Muel
Planta Geral, 1975
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

Legenda:

- 1 - Casa Augusto Roldão
- 2 - Casa Joaquim de Sousa Byrne
- 3 - Casa João Carlos Costa Falcão
Frazão Franco
- 4 - Casa José Malta Júnior
- 5 - Casa Augusto Rosa
- 6 - Casa João Simões

¹⁰⁴ Da sua autoria destacam-se, ainda, as moradias Floriano Ferreira da Silva (1952-1953), Luiz António Roda (1952-1953), Henrique dos Santos Marques (1958), Maria Luiza Lorena Birne Gameiro (1957-1958), João Frade Correia (1959), Eugénio Noronha e Oliveira (1959-1960), Jorge da Costa André (1960-1961), José Neto da Costa Nery (1960-1961), Luiz Manuel de Freitas Teixeira Diniz (1960-1961), Adolfo Laborinho Cardoso (1961-1962), Américo Gonçalves (1961-1962), Joaquim da Silva Lourenço Júnior (1960-1962), António Pedro Madeira Costa (1963-1964), Amílcar de Pinho (1965), Jaime da Costa Clemente (1965) e Paulina Giralt Rius (1964-1965).

As moradias Augusto Roldão e Joaquim de Sousa Byrne formam, com a Casa Augusto Rosa, do arquitecto João Pedro Mota Lima¹⁰⁵, um dos conjuntos mais emblemáticos deste núcleo residencial. O emprego da cobertura em “asa de borboleta”, do tijolo de vidro e das grelhas cerâmicas, de pequenos apontamentos em luselite, no revestimento das fachadas, em contraste com paramentos de pedra à vista, e de combinações cromáticas suaves, transportam-nos para a vivência descomprometida da Praia, em que os corpos se desinibem ao sol e os dias “longos” se transformam em noites amenas.

Implantadas em terrenos contíguos, as três casas estabelecem um estreito diálogo entre si, relação enfatizada pela ausência de limites físicos construídos a demarcar os lotes no meio do pinhal, o que transmite uma sensação de familiaridade que sai reforçada pela proximidade das soluções formais encontradas. Mesmo no que respeita ao tratamento das volumetrias, estas obras apresentam soluções idênticas, trabalhando sobre a ideia genérica de “casa ecrã”.

Também aqui podemos ler a preocupação de organizar funcionalmente as diferentes zonas de vivência da casa:

“A expressão desta moradia é simples e sem artifícios, baseada na nova concepção arquitetónica e valorizada pelo emprego dos diferentes materiais e distribuição dos volumes.

O partido geral desta moradia destinada a um casal sem filhos, foi condicionada pelo desejo de satisfazer as necessidades dum programa vasto, desenvolvido e fora do usual, procurando tirar o melhor partido possível das condições do terreno no que se refere a exposição, insolação e panorama, e ainda pelo propósito de realisar uma casa francamente aberta e com uma separação nítida das zonas de estar, íntima e de serviço, proporcionando um funcionamento lógico e fácil.”¹⁰⁶

¹⁰⁵ Na pesquisa realizada no Arquivo Municipal da Marinha Grande, que se centrou na consulta dos processos de construção de moradias no período entre 1947 (ano da aprovação do Plano de Urbanização) e 1966 (dois anos após a aprovação da ampliação do mesmo), não encontramos qualquer referência aos dois projectos realizados por este arquitecto de Tomar (segundo a indicação do Professor Arquitecto Gonçalo Byrne), no entanto, pela investigação mais aprofundada levada a cabo por Emanuella da Silva Quinta ficámos a saber da existência, naquele Arquivo, de um processo relativo ao pedido de alterações para a Casa Augusto Rosa e, junto da família, do projecto de arquitectura referente à Casa João Simões. Nesse sentido, e para um estudo mais completo sobre S. Pedro de Muel, reportamos para aquele trabalho. Por outro lado, do levantamento realizado em 2005-2006 para o IAPXX - Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal, enquanto membro da Equipa do Centro, coordenada pelo Professor Doutor José António Bandeirinha, temos a indicação de que o Arquitecto Mota Lima é também o autor da Casa Anaquim, na Marinha Grande, obra que apresenta já influências brutalistas da década de 1960.

¹⁰⁶ BAROSEIRO, António, *Projecto duma Moradia a construir em S. Pedro de Moel para o Exm^o.*

Casa Augusto Roldão,
S. Pedro de Moel
Fotografia da autora

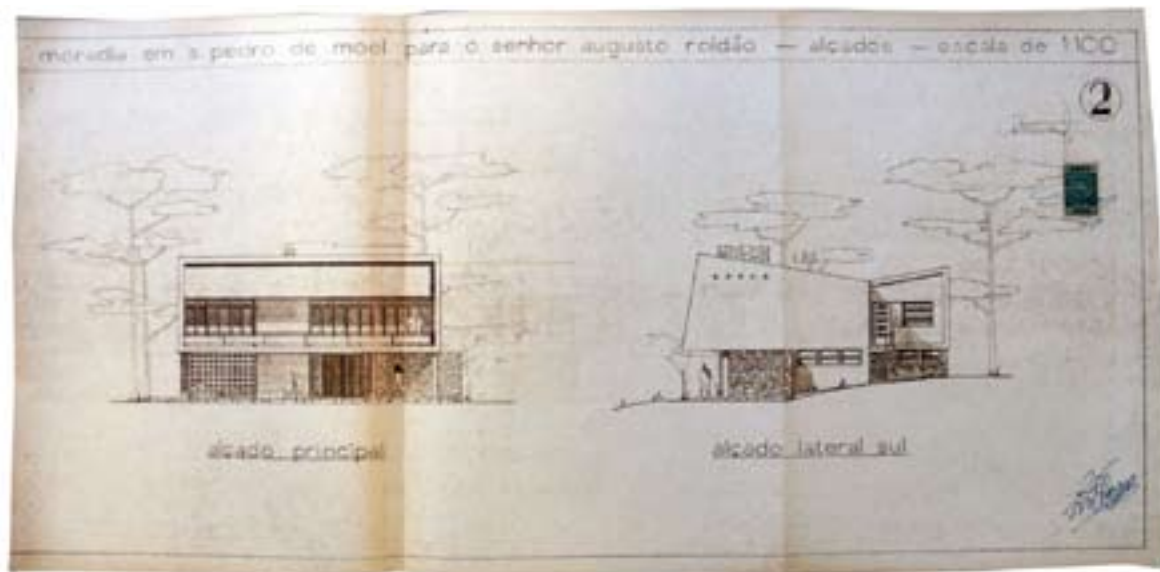


Casa Joaquim de Sousa Byrne,
S. Pedro de Moel
Fotografia da autora

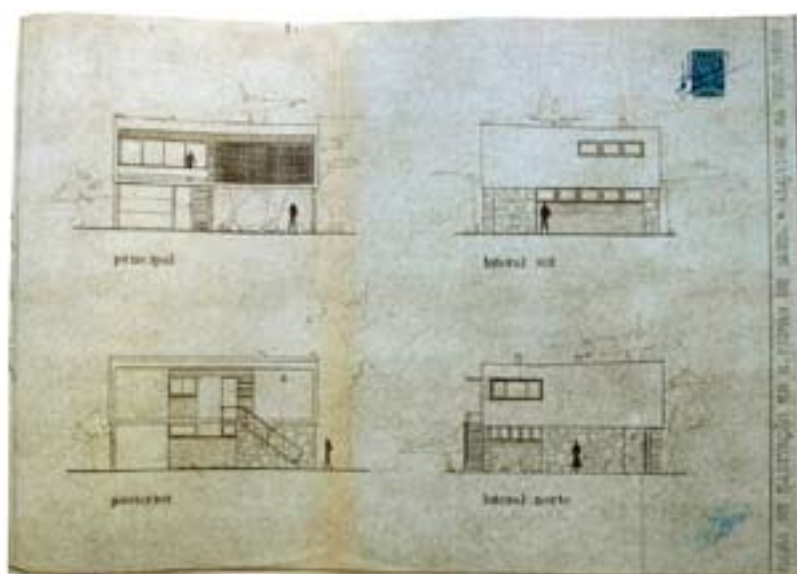


Casa Augusto Rosa,
S. Pedro de Moel
Fotografia da autora





Casa Augusto Roldão,
S. Pedro de Moel
Alçado Principal e
Alçado Lateral Sul
António Baroseiro, 1953-1955
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

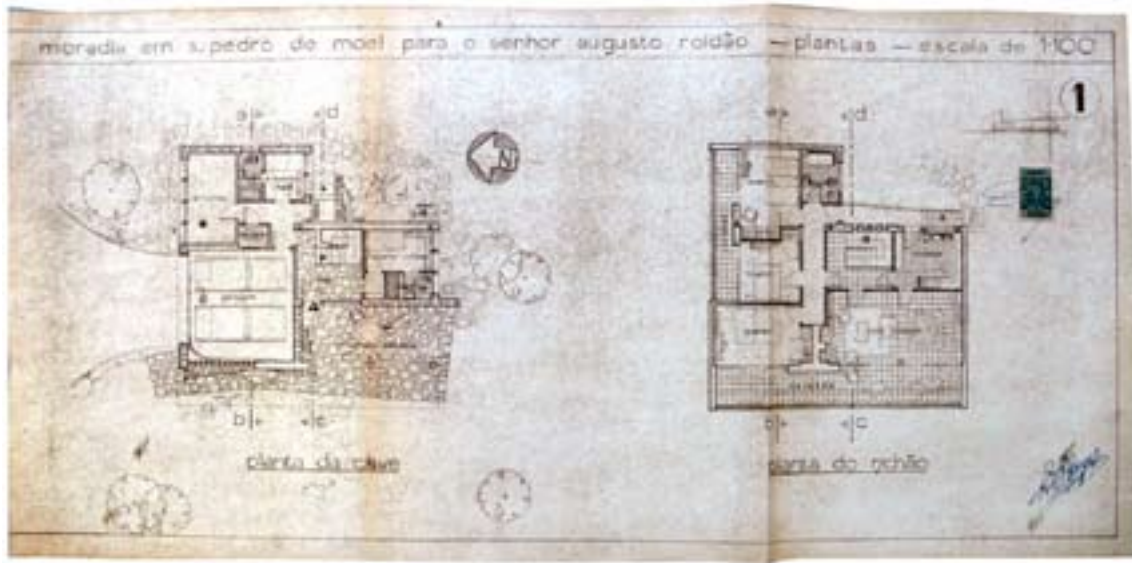


Casa Joaquim de Sousa Byrne,
S. Pedro de Moel
Alçados
António Baroseiro, 1957-1959
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

Na Casa Augusto Roldão, “dois dos quartos, a pedido do proprietário ficam orientados a Norte, por esta moradia ser quasi exclusivamente para habitar durante os meses de Verão e portanto serem mais frescas estas dependências assim orientadas”. “O outro quarto que será utilizado durante o Inverno, e a sala comum, ficam orientados a Poente com amplos vãos envidraçados que dão para a varanda donde se desfruta um admirável panorama”¹⁰⁷. Enquanto que na Casa Joaquim de Sousa Byrne, os quatro quartos existentes são distribuídos pelos dois pisos, orientados a poente e a nascente,

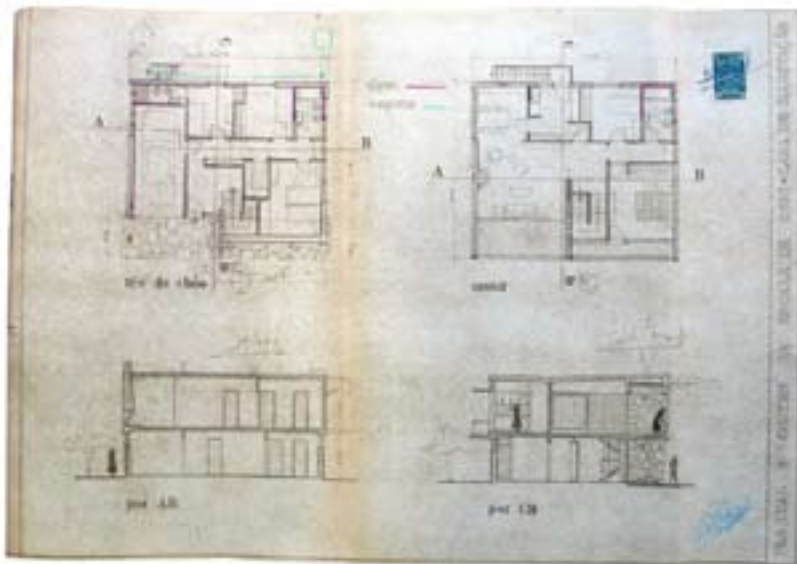
Senhor Augusto Roldão. *Memória Descritiva e Justificativa*, Marinha Grande, 5 Setembro 1953, p. 1.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*.



Casa Augusto Roldão,
S. Pedro de Moel
Plantas

António Baroseiro, 1953-1955
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



Casa Joaquim de Sousa Byrne,
S. Pedro de Moel
Plantas e Cortes

António Baroseiro, 1957-1959
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

e a Sala de Estar, também aberta a poente, “*prolonga-se para o exterior através dum amplo terraço que servirá de zona de estar defendida dos raios solares e dos ventos dominantes*”.¹⁰⁸

De notar, na primeira moradia, é o facto de a escada de serviço exterior, normalmente de acesso directo à cozinha, servir o hall de distribuição para os quartos, “*pois quando veem da praia não tem necessidade de pingar ou sujar de areia os compartimentos e escada por onde tem de passar para chegar ao quarto de banho*”.¹⁰⁹

¹⁰⁸ BAROSEIRO, António, *Moradia a construir na Praia de S. Pedro de Moel para o Exm^o. Senhor Engenheiro Joaquim de Sousa Byrne. Memória Descritiva*, Marinha Grande, 23 Março 1957, p. 1.

¹⁰⁹ BAROSEIRO, António, *Projecto duma Moradia a construir em S. Pedro de Moel para o Exm^o.*

Mais a norte, no arranque da Estrada do Farol, a Casa João Carlos Costa Falcão Franco Frazão implanta-se junto à Casa João Simões, do Arquitecto Mota Lima. Ambas recuam no lote para ganhar maior privacidade em relação à via pública, constituindo, actualmente, excepções no alinhamento geral da rua. Excepções ao Plano de Urbanização de Lima Franco que anunciam a futura ampliação, para nascente, do traçado concêntrico de S. Pedro de Muel.

Naquela moradia, a organização do programa residencial aproxima-se do esquema definido na Casa Augusto Roldão com a diferença de que, aqui, a entrada faz-se directamente para a Sala, desaparecendo por completo o vestíbulo de chegada¹¹⁰, e de *“na parede que separa o quarto da sala-comum [haver] uma abertura com porta de correr, para que no caso de ser preciso dar uma festa, se possa aproveitar o quarto, retirando-lhe os móveis”*¹¹¹. Esta vertente mais social da “Casa de Férias” é reforçada pela existência de dois quartos para visitas, na cave, cada um deles com lavatório e bidé.

Mas é na Casa José Malta Júnior que Baroseiro evidencia uma maior capacidade de integração urbana. Ao contrário dos exemplos apontados, em que trabalha volumes relativamente compactos com uma fachada privilegiada, aqui encontra um terreno em gaveto, com uma frente para a Avenida Engenheiro Sá e Mello (hoje, da Liberdade) e outra para a Rua D (actual Rua Helena Lopes Vieira). Localização excepcional que considera ser um *“dos melhores pontos de S. Pedro de Moel”*. *“Bem servido de acessos, gosa ainda de no futuro ficar perto do casino e hotel que num futuro deverão ser construídos”*¹¹². Hotel que, como vimos, será também da sua autoria.

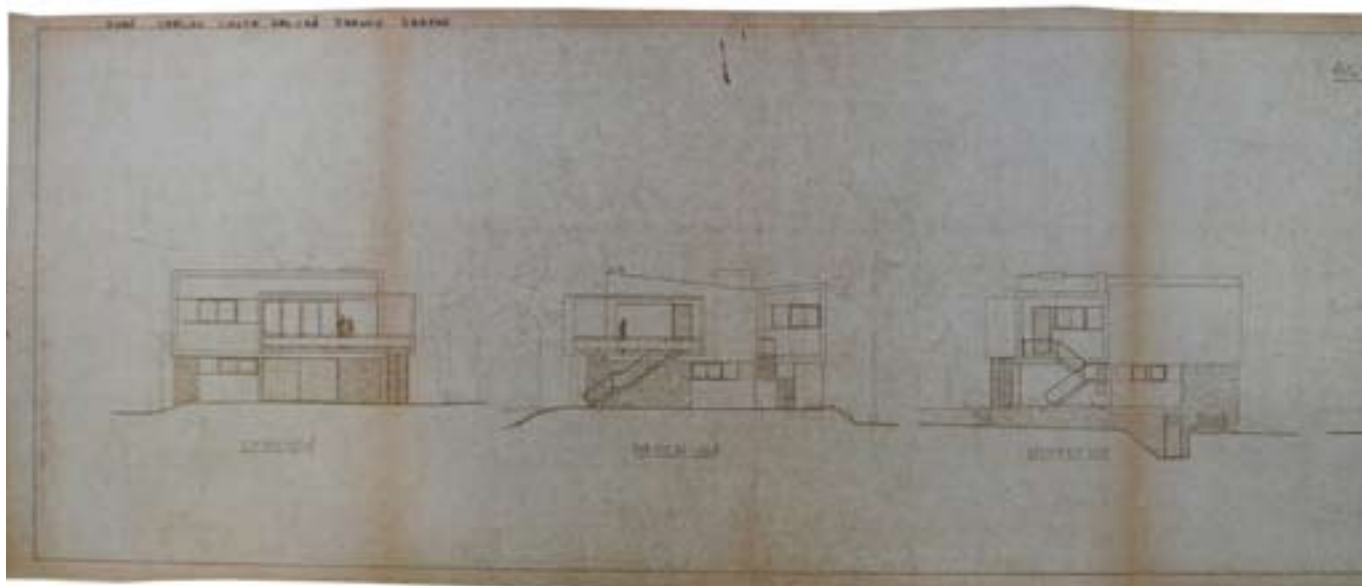
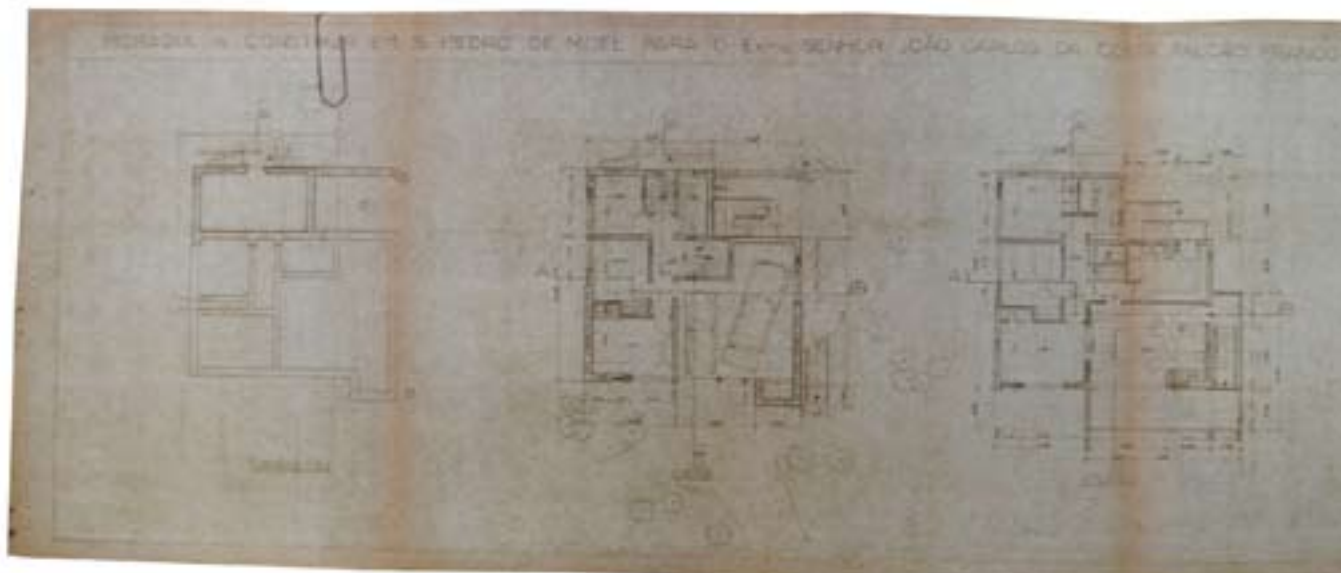
Senhor Augusto Roldão. *Memória Descritiva e Justificativa*, op. cit., p. 2.

¹¹⁰ Tal como na Casa sobre o Mar de Fernando Távora, que o arquitecto classificava como uma casa “já vi tudo”.

¹¹¹ BAROSEIRO, António, *Moradia a construir na Praia de S. Pedro de Moel para o Exm^o. Senhor João Carlos da Costa Falcão Franco Frazão*. *Memória Descritiva e Justificativa*, Marinha Grande, 15 Novembro 1954, p. 1.

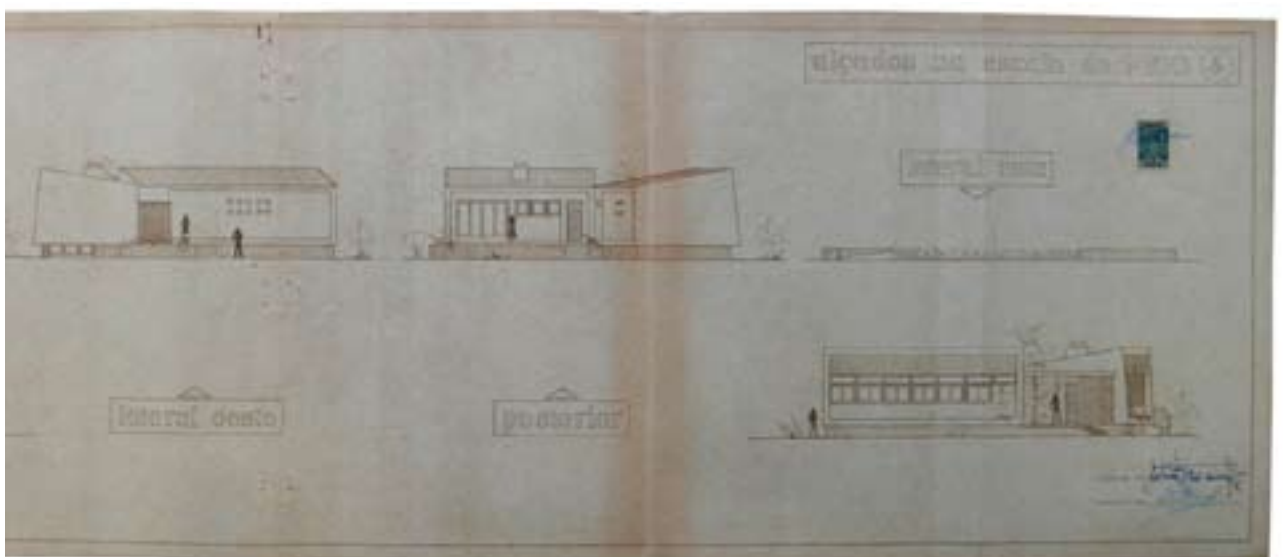
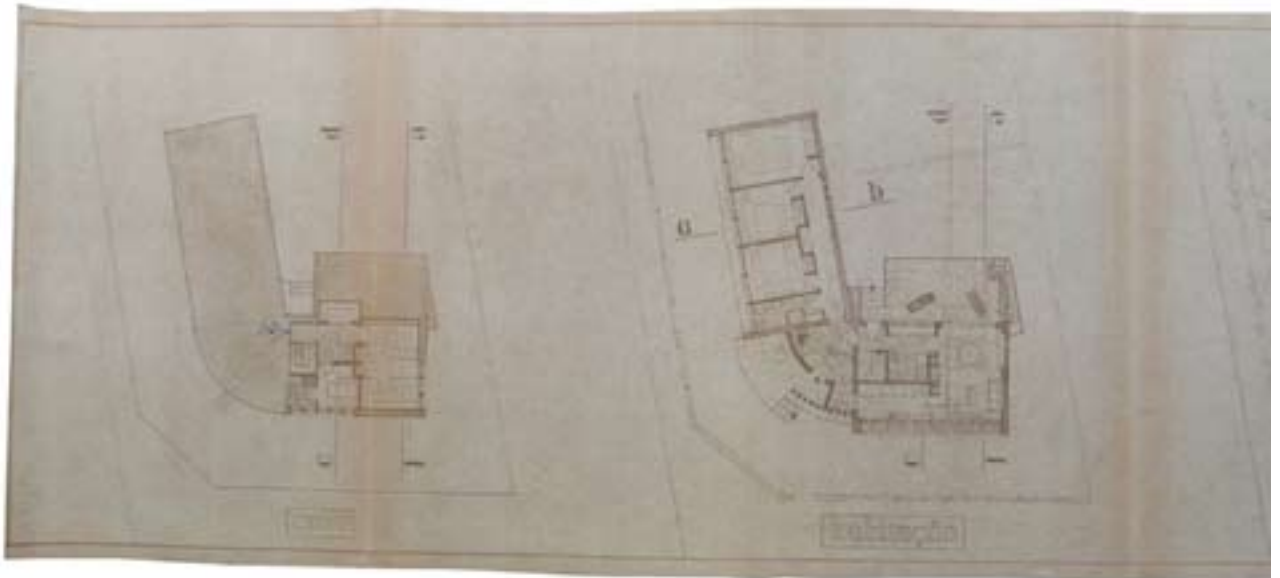
¹¹² BAROSEIRO, António, *Moradia a construir na Praia de S. Pedro de Moel para o Snr. José Malta Júnior*. *Memória Descritiva*, Marinha Grande, 6 Janeiro 1956, p. 1.

Casa João Carlos da Costa
Falcão Franco Frazão,
S. Pedro de Moel
Fotografia
e
Plantas e Alçados
(Escala 1:400)
António Baroseiro, 1954-1956
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)





Casa José Malta Júnior,
S. Pedro de Moel
Fotografia da autora
e
Plantas e Alçados
(Escala 1:400)
António Baroseiro, 1956-1958
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



Acompanhando o limite exterior do lote, a casa divide-se em dois volumes, articulados, no ponto de cruzamento das vias, por um corpo curvo, mais baixo. Rótula que define o momento de entrada, deixando adivinhar a distribuição para as diferentes áreas funcionais, e acentua uma ideia de continuidade na visão cinemática de quem passeia na avenida ou a percorre de automóvel.

“A sua forma em angulo obtuso proporcionou o partido adoptado na localização dos dois corpos distintos de que a moradia será constituída, ligados entre si pela entrada principal.

O corpo voltado a Nascente será destinado aos quartos de dormir e de banho, visto ser a orientação ideal para êstes compartimentos.

O corpo voltado para Norte foi destinado à zona de recepção e ocupação, aproveitando toda a fachada principal para sala-comum e recinto de estar, que actuará nesta moradia como varanda que, com amplas vidraças de caixilhos fixos por causa dos ventos que durante o verão sopram sempre com certa intensidade, servirá para se poder observar sem incómodo o que se passa nesta parte de Avenida, principalmente em dias festivos.”

Assim, todos os espaços da casa se voltam, propositadamente, para a rua, com a excepção da cozinha e da zona de comer, que se prolonga para um amplo terraço de estar e tira partido da escala mais intimista e da vivência mais reservada conseguidas no interior do lote.

“A sala-comum propriamente dita tem uma porta envidraçada que abre para um terraço, que resguardado dos ventos dominantes e dos olhares indiscretos se presta para repouso mesmo com fatos mais ligeiros”.

Na cave, e “como o proprietário tem um certo número de amigos que gostam de preparar os seus lanches”, o arquitecto contemplou uma “dependência com fogão destinada a tal fim pois assim evita o desarrumo da sala que causa sempre contrariedades às donas de casa”. Sala que integra, para além das zonas de estar e comer, uma pequena ante-câmara de recepção e de convívio, directamente associada ao vestíbulo de entrada.

No terreno imediatamente a poente, a moradia do escultor marinhense Joaquim Emídio de Oliveira Correia apresenta uma solução bem diferente. Projecto do engenheiro civil Jorge Barradas Correia, o corpo da casa encosta-se ao fundo do lote, a nascente, afastando-se da rua. O programa é simples: Sala-Comum, Cozinha, Banho, três Quartos e Garagem. Tudo organizado num único piso, com a fachada principal revestida a madeira de pinho e animada por um pequeno alpendre, à imagem das construções mais antigas de S. Pedro de Muel, que cobre toda a frente da casa.¹¹³

No exterior, duas peças escultóricas da autoria do artista¹¹⁴ pontuam a composição: a estátua “O Salto” e um baixo-relevo, representando um touro com uma mulher deitada, na empena norte da casa, expressivamente tratada com seixo rolado.

Mais interessante é o projecto que este engenheiro assina, no início da década de 1960, em parceria com o arquitecto Virgílio Leal da Costa, para a “Casa de Férias” de Maria da Luz de Aboim Wasa de Andrade, onde o seixo rolado aparece, também, como elemento de revestimento exterior, contribuindo para o aspecto estético da construção e sua integração no lugar. Implantada no ponto mais elevado do terreno, a casa inverte a organização clássica dos pisos, colocando os quartos no piso inferior e a sala comum e os serviços no piso superior (com a entrada localizada a uma cota intermédia), para, assim, melhor aproveitar a “possibilidade de panorama” desfrutado da zona de estar: sobre o mar e o Farol.

Nesta obra, é já evidente um distanciamento em relação aos modelos do racionalismo “brasileiro” que informam as primeiras experiências modernas portuguesas, perdendo-se a estrita ortogonalidade da composição em planta, a favor de uma maior riqueza espacial com a introdução do ângulo, e ganhando-se uma outra intencionalidade no desenho dos alçados, com uma proposta de fenestração mais intimista.

“1. Considerações gerais

Apresentamos o projecto de uma casa de férias em S. Pedro de Moel. Cada caso que é proposto ao arquitecto é um caso diferente, com os seus problemas, condicionalismos e possibilidades próprias, sobre os quais ele se deve debruçar e reflectir maduramente para não cair no perigo de construir ‘sem alma’.

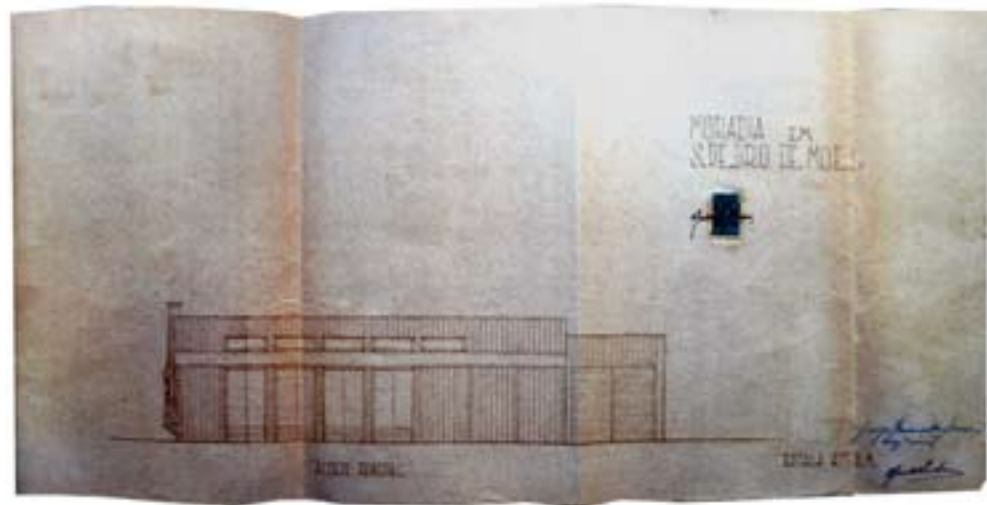
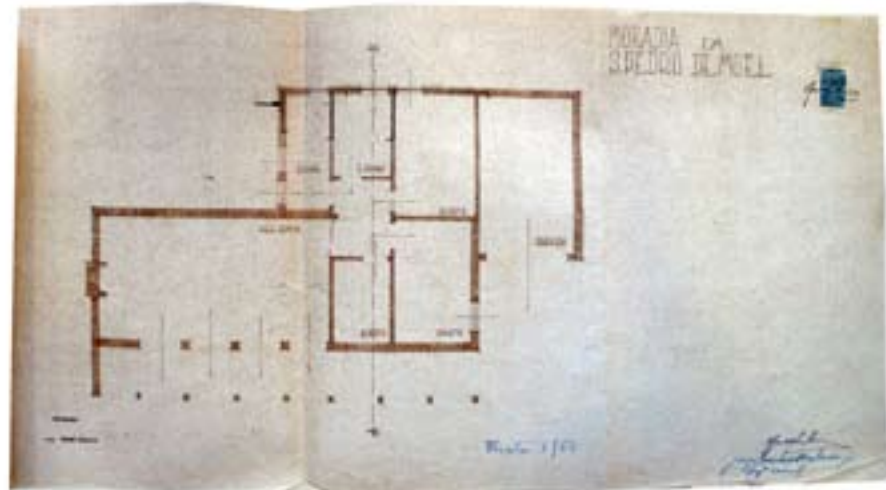
Desta vez, encontramos um terreno difícil, um programa de custo mínimo e uma orientação que não nos deixou grande liberdade de escolha de partido. Não se pode dizer que seja uma perspectiva animadora. Da parte do arquitecto... reagir e procurar tirar o máximo partido de todas estas circunstâncias. Foi o que, conscienciosamente, procuramos fazer.”

COSTA, V. Leal da, CORREIA, Jorge Barradas, *Uma Casa de Férias em S. Pedro de Moel. Memória Descritiva*, Lisboa, 4 Março 1960, p. 1.

¹¹³ Esta casa encontra-se, actualmente, bastante alterada, tendo-lhe sido acrescentado um piso.

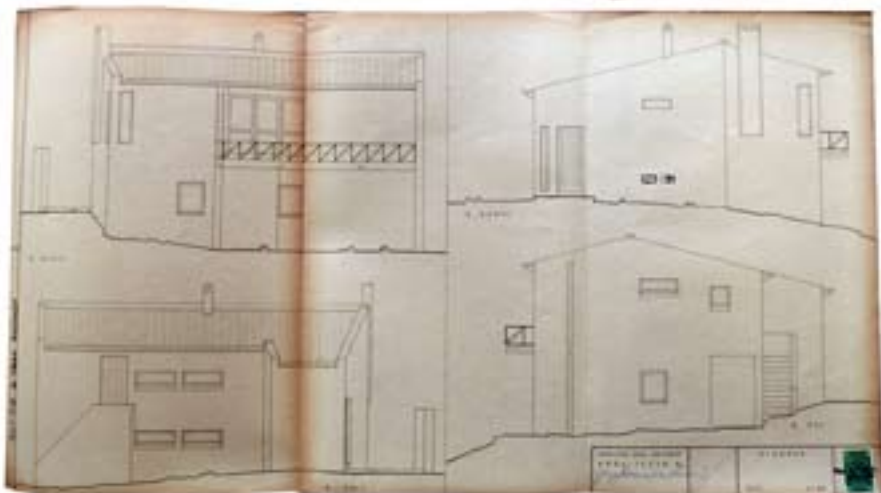
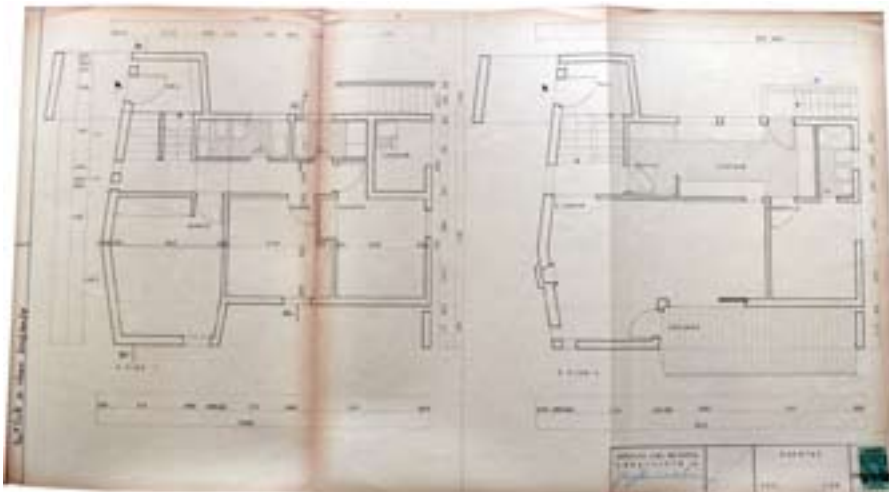
¹¹⁴ Que é também o autor do baixo-relevo “Pietà” da frontaria da Capela de Nossa Senhora da Piedade.

Casa Joaquim Emídio de
Oliveira Correia,
S. Pedro de Moel
Fotografia da autora
e
Plantas e Alçados
(Escala 1:200)
Jorge Barradas Correia,
1956-1957
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)





Casa Maria da Luz de Aboim
Wasa de Andrade,
S. Pedro de Moel
Fotografia da autora
e
Plantas e Alçados
(Escala 1:200)
Virgílio Leal da Costa e Jorge
Barradas Correia, 1960-1961
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



Outros dois escultores vão construir, em S. Pedro de Muel, as suas residências de Verão: Leopoldo de Almeida e António Duarte. O primeiro, com projecto do próprio, contando com a colaboração do seu genro, Artur Rosa, e, o segundo, do mesmo engenheiro, Jorge Barradas Correia. Ambas as moradias enquadradas no contexto de revisão crítica que anuncia a pluralidade de caminhos que se abrem na década de 1960, procurando encontrar a sua expressão numa relação mais próxima ao sítio e às tradições construtivas locais.

Na Casa Marina Sousa Neves e Castro de Almeida e Leopoldo Neves de Almeida o programa é separado em três zonas distintas, distribuídas por um único piso, tal como faz Távora em Ofir:

- “1 - Entrada, vestíbulo e sala de estar e comer*
- 2 - Copa, cozinha, quarto de criada e WC*
- 3 - 5 quartos com 3 WC anexos”*

No entanto, aqui, cada uma das zonas da casa é individualizada, em volume, no acentuado jogo de coberturas, de uma e duas águas, que acompanha o movimento dos diferentes corpos da construção. Corpos que se vão implantar ao longo do limite exterior do lote, desenhando uma sucessão de avanços e recuos que animam o diálogo com a rua. No interior do lote, assim como em Ofir, a casa abre-se para um pátio de estar que serve a sala comum e os quartos.

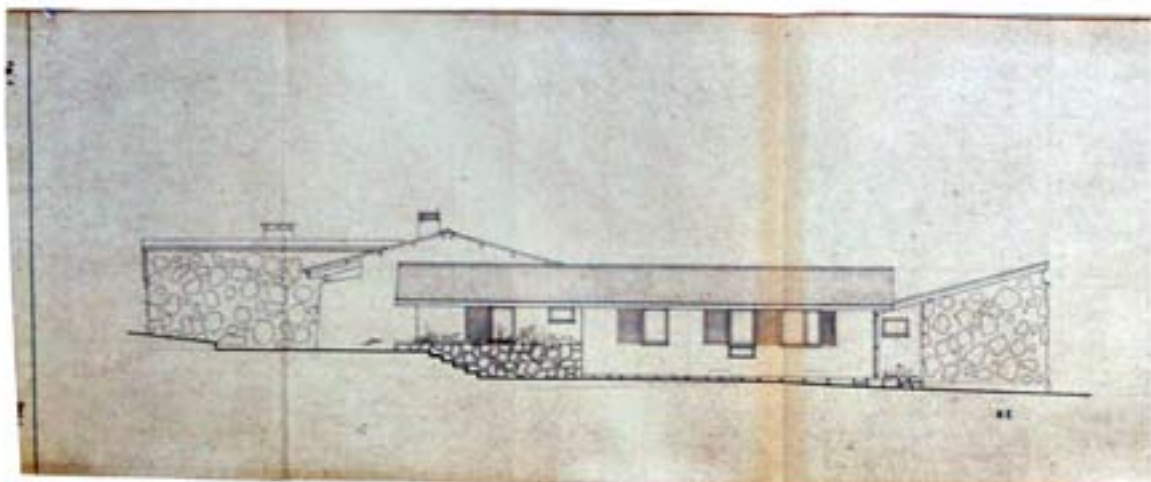
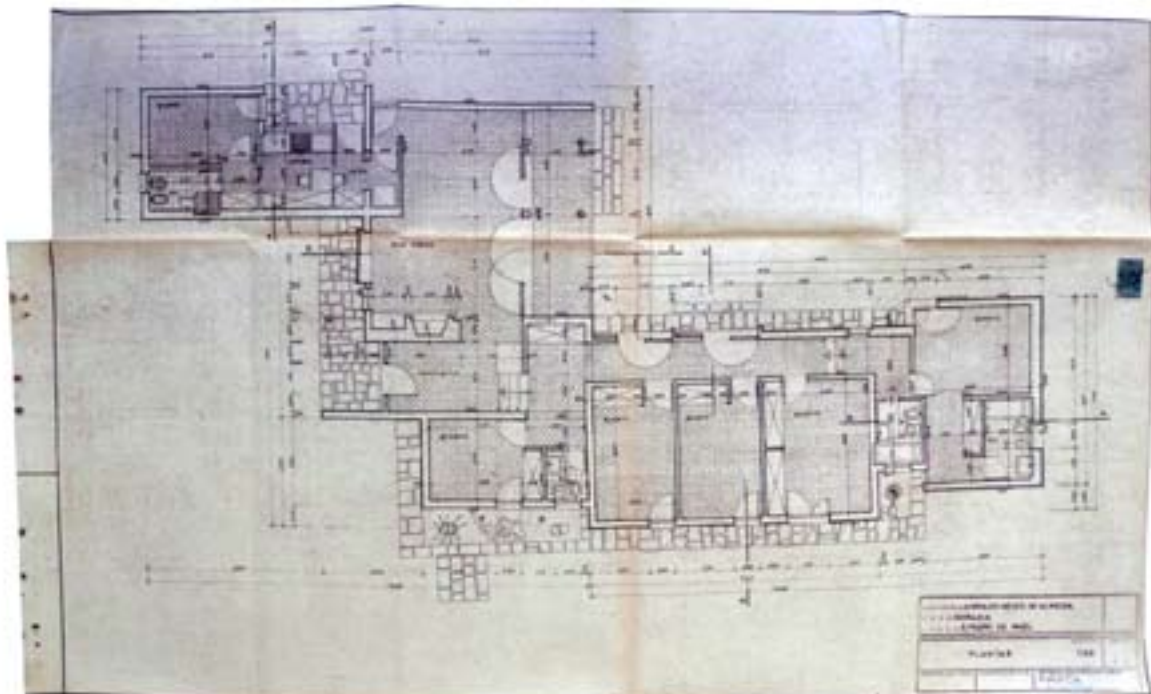
O projecto prevê, ainda, a edificação de um pequeno atelier, num corpo independente, no extremo poente dos dois lotes que compõem a parcela.

“Quanto ao partido arquitectónico, procurou-se uma solução muito simples e económica de acordo com a utilização temporária da moradia. Houve a preocupação de integrar a sua expressão dentro do enquadramento paisagístico e até tradição construtiva da região.”¹¹⁵

¹¹⁵ ALMEIDA, Leopoldo Castro Neves de, ROSA, Artur, [Casa Marina Sousa Neves e Castro de Almeida e Leopoldo Neves de Almeida]. *Memória Descritiva e Justificativa*, Lisboa, 28 Dezembro 1959, p. 1.

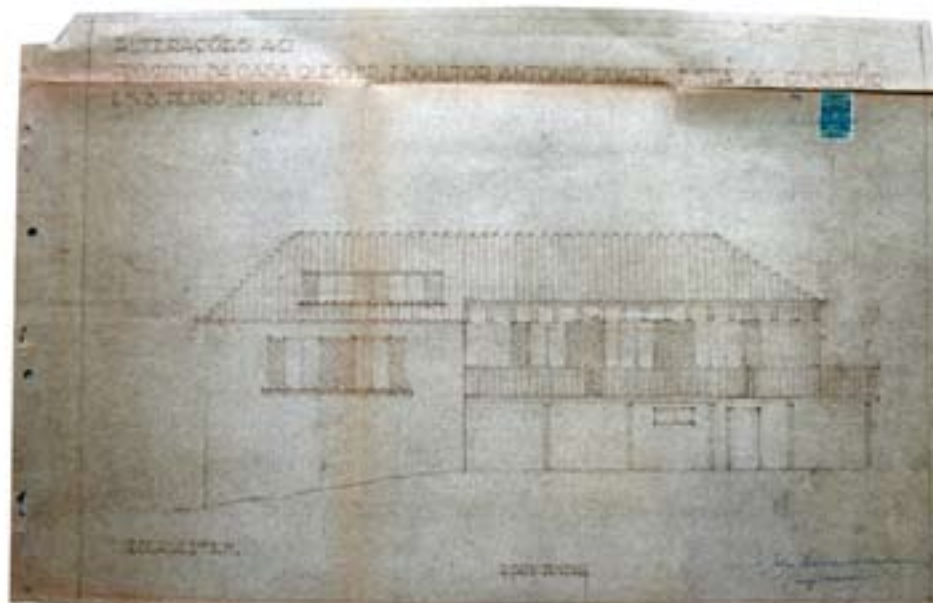
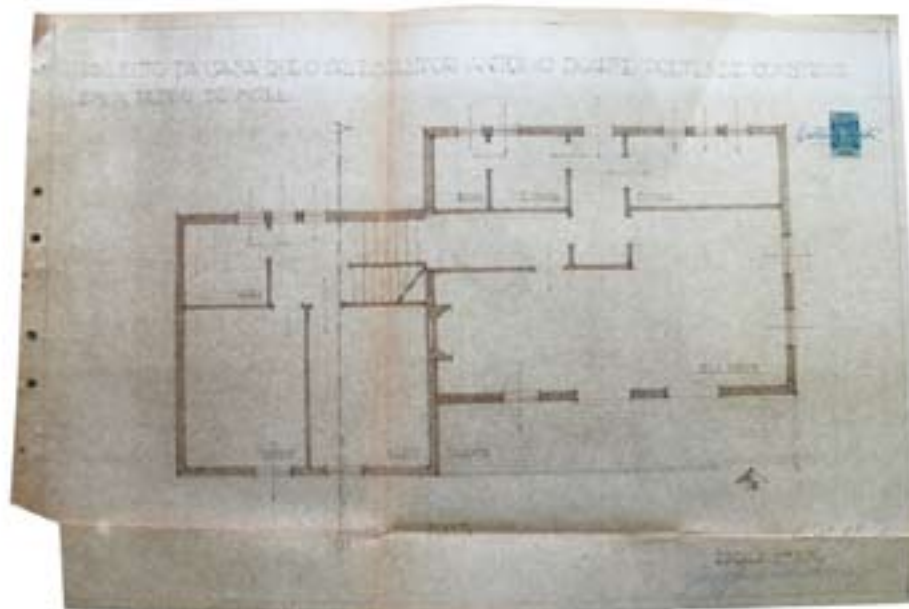
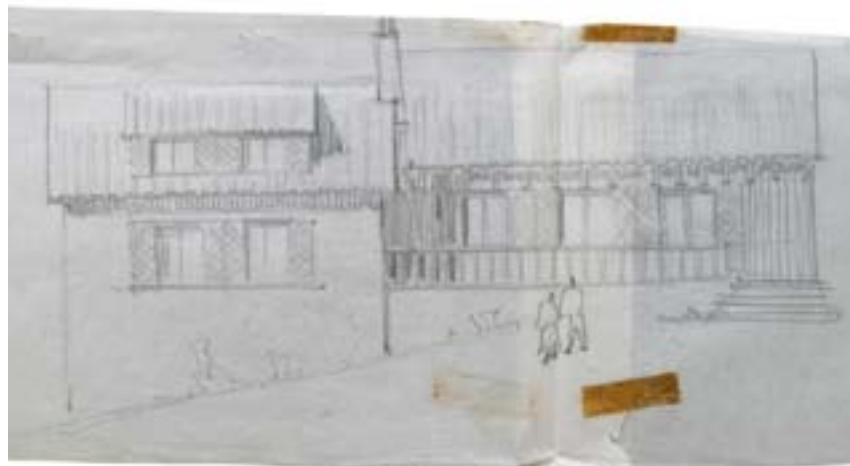


Casa Marina Sousa Neves e
Castro de Almeida e
Leopoldo Neves de Almeida,
S. Pedro de Moel
Fotografia da autora
e
Planta e Alçado NE
(Escala 1:200)
Leopoldo de Almeida e
Artur Rosa, 1959-1960
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



Casa António Duarte
da Silva Santos,
S. Pedro de Moel
Estudo do Alçado,
Planta e
Alçado Principal
(Escala 1:200)

Jorge Barradas Correia, 1960
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



Noutro sentido, a Casa António Duarte da Silva Santos representa uma espécie de “retrocesso às origens”, procurando reproduzir a imagem das construções em madeira, do início do século, representativas, quer da vivência litoral (palheiros), quer da exploração e da administração do pinhal (casas dos guardas florestais).

“Em virtude de se tratar de uma casa construída no meio do pinhal, aplicou-se a madeira como material de construção, e ainda por esta ser de grande recurso estético utilizou-se também na decoração. Assim a varanda será de madeira, como é uso na arquitectura regional de S. Pedro de Moel, e as fachadas Sul e Poente serão também revestidas parcialmente de madeira. Interiormente, o fôrro da casa será também de madeira com vigamento à vista.

Também as portadas das janelas serão de rótulas de madeira e exteriores, d’onde resulta melhor efeito decorativo para casas deste tipo.”¹¹⁶

Com um programa quase idêntico à da Casa Joaquim Correia, a organização espacial desta moradia ganha uma maior complexidade com a diferença de cotas introduzida entre as zonas de estar e de serviço e a zona íntima dos quartos, a um nível inferior, e com o aproveitamento da cobertura para se construir uma “mansarda, tipo de estúdio e quarto, o que além de valorizar a casa, é uma dependência com linda vista sobre o mar”.

O declive acentuado do terreno é resolvido com a construção da garagem em cave, solução que, com as alterações introduzidas durante a construção¹¹⁷, vai condicionar o resultado final do projecto, acabando-se por perder a clareza das intenções iniciais.

Mas, ao longo deste período, é, também, devida a referência às intervenções de dois importantes arquitectos de Leiria: Fernando de Barros Santa Rita, com a Casa Alberto Frutuoso dos Santos (1948), e Camilo Korrodi¹¹⁸, com as casas José Peixoto (1948),

¹¹⁶ CORREIA, Jorge Barradas, [Casa António Duarte da Silva Santos]. *Memória Descritiva*, [s.l.; s.d.], p. 1.

¹¹⁷ A 26 de Junho de 1960, com a obra já em curso, dá entrada na Câmara da Marinha Grande um pedido de aditamento ao projecto aprovado, propondo a ampliação da área de cave face à alteração da configuração inicial do lote.

¹¹⁸ Camilo Korrodi que, a partir de meados da década de cinquenta, substituiu José de Lima Franco

Joaquim Ferreira da Silva (1950) e Manuel Simões Maia (1960). Santa Rita, com uma abordagem mais urbana, e Korrodi, vinculado a uma imagem de “Casa de Férias” mais tradicionalista.

A Casa Alberto Frutuoso dos Santos responde ao programa, excepcional, da construção de duas moradias de férias, “*uma no rés do chão e outra em primeiro andar*”¹¹⁹, num terreno de gaveto, à entrada de S. Pedro de Muel, dominando a grande rotunda projectada no Plano Geral de Urbanização de Lima Franco. Delimitado pelas radiais B e C, a implantação do edifício acompanha a configuração invulgar do terreno (em triângulo), reforçando o alinhamento destas duas ruas, onde o vértice de encontro das vias é assinalado por um torreão-mirante que remata o conjunto a nascente.

“Como em S. Pedro de Moel, durante a época balnear, se faz uma intensa vida de sociedade, estudou-se no primeiro andar e na parte destinada á recepção uma ampla sala de estar, com dois recantos: um para as refeições e outro para as visitas, com fácil e cómodo acesso pela escada principal, alojada em uma caixa fazendo saliência da fachada; do lado oposto ficará a parte destinada á intimidade da família, com dois quartos e quarto de banho e que é acrescida por um quarto de criadas no sótão, também com quarto de banho e dois escousos, um para guarda roupa e outro para arrumação de malas. A parte destinada ao serviço terá uma entrada exterior de serviço que dará acesso ao terraço.

Alem de um mirante, ocupando a parte superior do torreão donde se desfrutará um panorama encantador, haverá também no Andar uma pequena dispensa.

*No rés do chão, a divisão interna será absolutamente igual á do andar superior.”*¹²⁰

A simetria da composição é posta em evidência no jogo de volumes que compõem os alçados e que nos reporta para referências *Art Déco*, na estilização geométrica de formas marcadamente verticais e na ausência de ornamento. Essência formal logo contradita pelo corochéu piramidal no cimo do torreão, acusando a

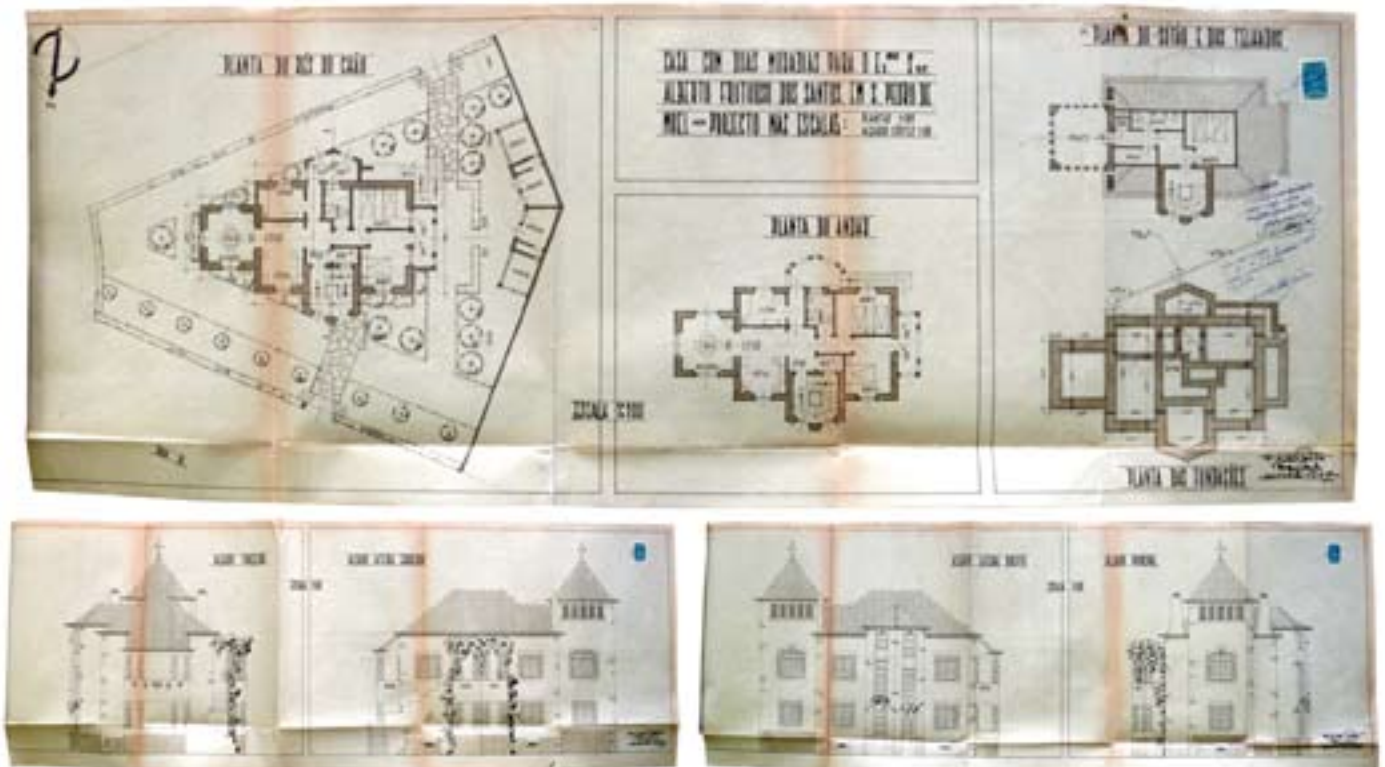
no lugar de consultor da Câmara da Marinha Grande, para a urbanização de S. Pedro de Muel, assinando os pareceres relativos ao deferimento, ou não, dos pedidos de licenciamento para a construção de novas moradias.

¹¹⁹ SANTA RITA, Fernando Barros, *Projecto de Casa com duas moradias para o Ex.º. Snr. Alberto Frutuoso dos Santos, em S. Pedro de Moel*, Leiria, Outubro 1947, p. 1.

¹²⁰ Idem, *ibidem*.



Casa Alberto Frutuoso dos Santos,
S. Pedro de Moel
Fotografia da autora
e
Plantas e Alçados
(Escala 1:500)
Fernando Santa Rita,
1947-1948
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



matriz “nacionalista” que dá origem ao projecto, bem patente nos desenhos do processo de arquitectura, onde ressaltam os telhados de águas com beirais acentuados, as chaminés “à portuguesa”, os cunhais em pedra à vista, as varandas com pilares de tijolo e as janelas com cantarias e portadas de madeira. Elementos que vão cair em obra, para, no final, se alcançar uma versão mais “limpa”.

Das três moradias projectadas por Camilo Korrodi (1905-1985), a Casa Joaquim Ferreira da Silva é a única em que podemos ler, ainda que de forma velada, o impulso modernista que marca o início do seu percurso profissional, evidente em obras emblemáticas como o Portal do Parque da Cidade de Leiria (1930), o Cine Teatro de Alcobaça (1944) e a Garagem Capristanos (1949), nas Caldas da Rainha¹²¹. O que não deixa de ser interessante pelo potencial de exploração plástica e espacial que o programa da casa de recreio e de férias, como vimos, vai proporcionar no imediato pós segunda guerra. Mas, aqui, a perspectiva do arquitecto é outra.

Na transição entre o núcleo primitivo de S. Pedro de Muel e o novo traçado regulador do Plano de Urbanização, a Casa Joaquim Ferreira da Silva materializa a tentativa de uma síntese formal entre a produção arquitectónica local e uma cultura moderna. Síntese, essa, que pode ser condensada na interpretação que é feita das varandas em madeira que caracterizam as primeiras construções desta estância balnear, elemento no qual se concentra o grande investimento de desenho do projecto.

“Na frente sobre a Rua a fachada toma bastante movimento pelo jogo de volume da varanda implantada sobre uma base em pedra rustica envolvida no seu topo curvo pela escada lançada em balanço, a que se segue um recuo de fachada no angulo sul-poente. (...) As restantes fachadas nada tem de especial que mereça qualquer referencia em pormenor. No conjunto trata-se de uma construcção de formas muito simples mas a que tivemos o proposito de dar o necessário character de casa de praia.”¹²²

A varanda, espaço de prolongamento natural da vida na Praia, ganha, assim, especial presença na composição volumétrica do alçado. A sua forma “*acusando um angulo acentuado em relação ao alinhamento da Rua resultou do proposito de criar um plano quanto possivel normal ao enfiamento do panorama que daquele ponto se avista*”¹²³, rotação enfatizada pelo friso em madeira pintada de remate à lage de betão que desenha, numa linha contínua, o alpendre da entrada e a cobertura da varanda.

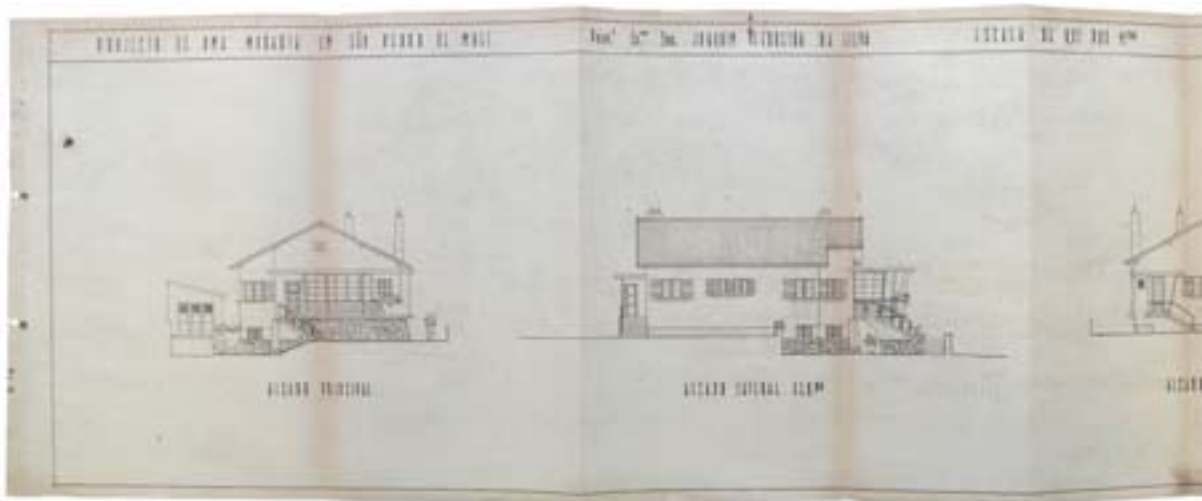
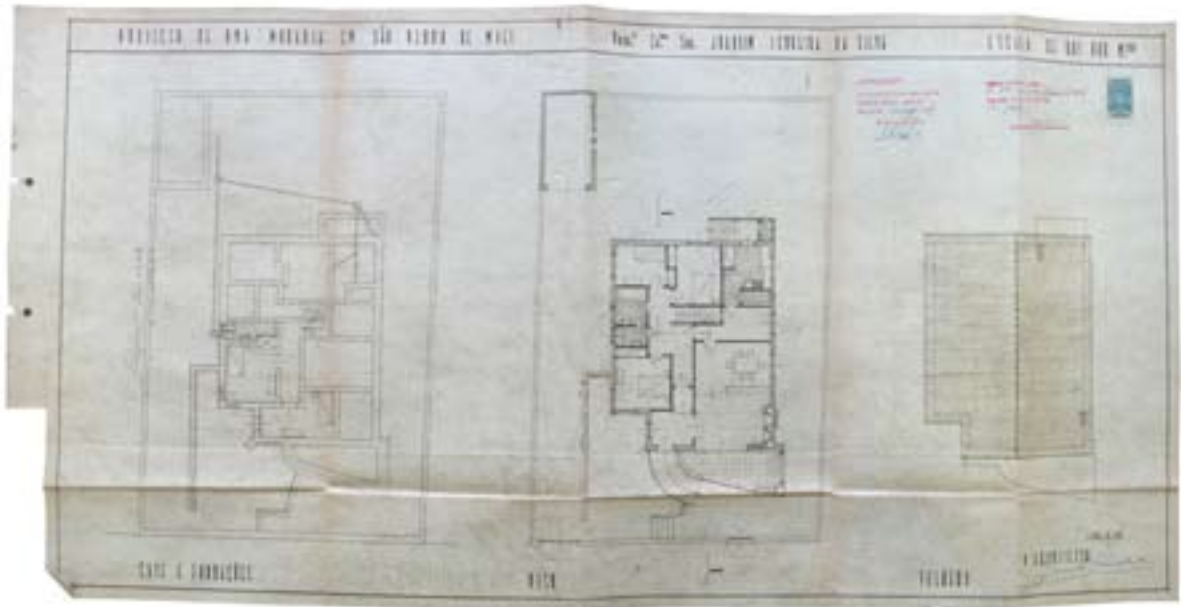
¹²¹ O Portal e o Cine Teatro em colaboração com o seu pai, Ernesto Camilo Korrodi (1870-1944).

¹²² KORRODI, Camilo, [Casa Joaquim Ferreira da Silva]. *Memória Descritiva*, Leiria, 11 Fevereiro 1950, p. 2.

¹²³ Idem, p. 1.



Casa Joaquim Ferreira da Silva,
S. Pedro de Moel
Fotografia da autora
e
Plantas e Alçados
(Escala 1:500)
Camilo Korrodi, 1950
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



A fluidez deste gesto contrasta com a materialização proposta, em que “*peças de madeira grossas pintadas*”, a “*base em pedra rústica*” e “*os telhados em duas águas*”, a formar “*grandes abas sobre as paredes do que resultarão sobras bastante marcadas*”¹²⁴, conferem o tal “carácter de casa de praia” referido na memória descritiva. Carácter que, para Korrodi, passa, curiosamente, pela adopção de uma expressão de “regional”, longe de quaisquer referências de influência moderna.

Em sentido contrário, a Casa José Marques Roldão, projecto da autoria de um outro arquitecto com raízes em Leiria, João José Tinoco (1924-1983), e que Camilo Korrodi também assina¹²⁵, ilustra a dualidade de posições que se esboça a partir do I Congresso Nacional de Arquitectura, de 1948, entre os que defendem uma actualização da arquitectura portuguesa numa perspectiva culturalista, e os que advogam uma ruptura com o passado, com a adesão incondicional ao ideário do Movimento Moderno internacional, agora revisitado por via de um racionalismo expressionista de sabor tropical. Dualidade evidente nas diferentes abordagens formais que estes dois arquitectos propõem ao tema da “Casa de Férias” e que pode ser condensada, numa imagem, no tratamento que é dado às coberturas da Casa Joaquim Ferreira da Silva e da Casa José Marques Roldão: as duas águas tradicionais, com beirados acentuados, na primeira, e as duas águas invertidas, com caleira central, na segunda.

E tal como Korrodi, João José Tinoco justifica “*o partido adoptado*” por este estar “*grandemente condicionado pelo fim a que se destina esta moradia e pelas suas características essencialmente económicas*”.¹²⁶

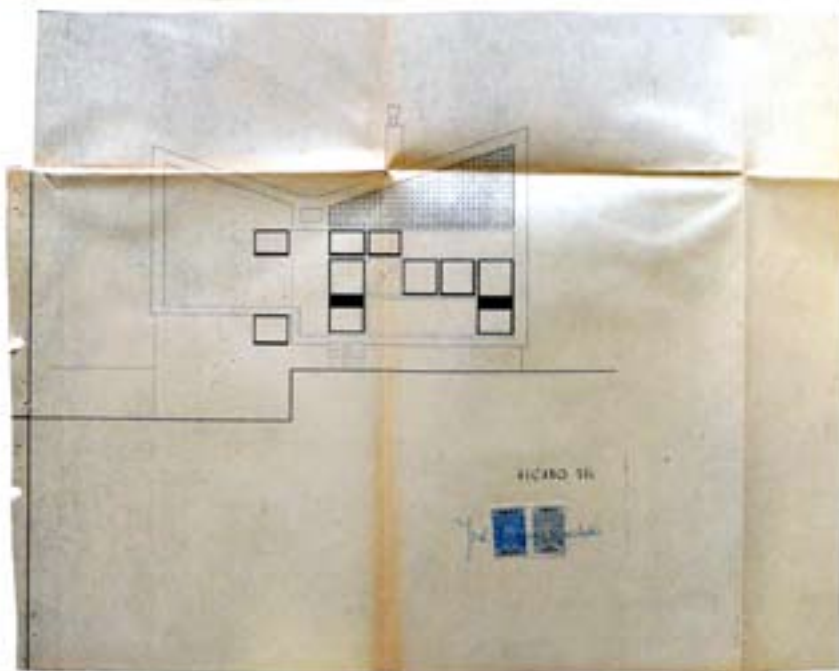
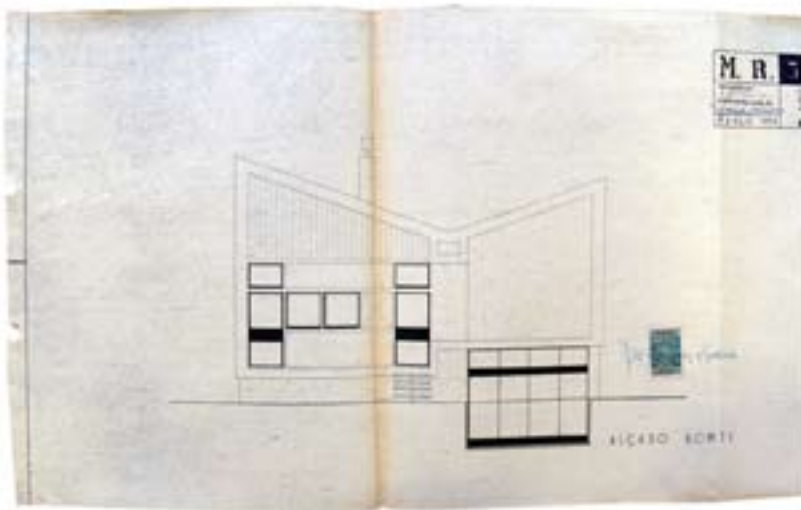
¹²⁴ Idem, p. 2.

¹²⁵ Embora na Memória Descritiva apareça apenas a assinatura de Camilo Korrodi, no rótulo dos desenhos do processo de arquitectura é claramente referenciada a autoria de João José Tinoco e a responsabilidade de Camilo Korrodi, parceria que poderá ser justificada pelo facto de Tinoco ainda se encontrar a concluir os seus estudos na Escola de Belas Artes do Porto, que frequenta entre 1943 e 1953 (ano em que parte para Angola), sendo um membro activo da ODAM - Organização dos Arquitectos Modernos, e por onde Korrodi também passou, entre 1925 e 1931.

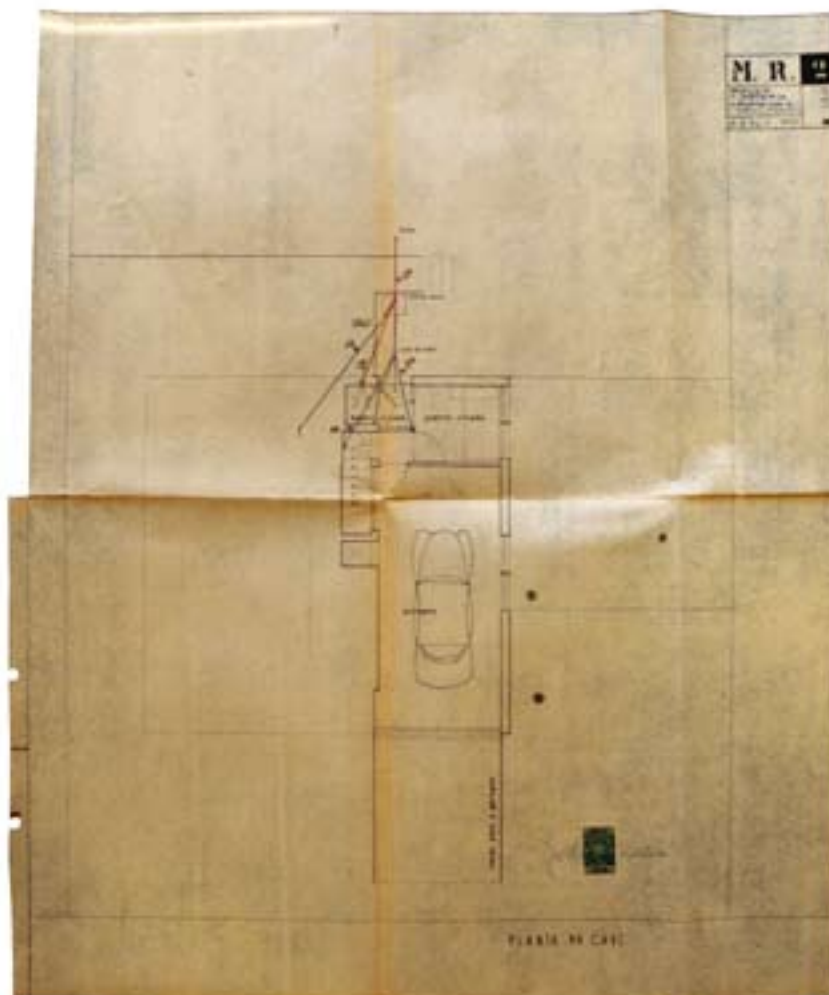
¹²⁶ [TINOCO, João José, Casa José Marques Roldão] *Memória Descritiva*, Porto, Março 1952, p. 1.



Casa José Marques Roldão,
S. Pedro de Moel
Fotografia da autora
e
Alçado Norte e Alçado Sul
(Escala 1:200)
João José Tinoco, 1952
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

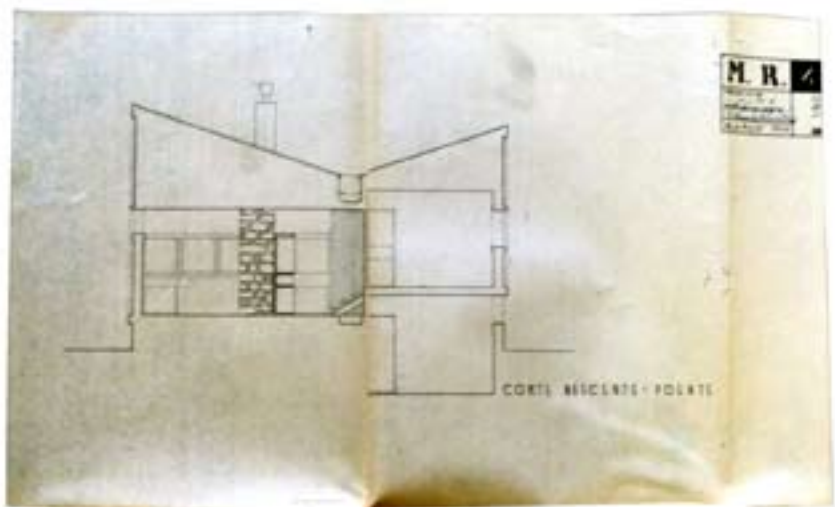
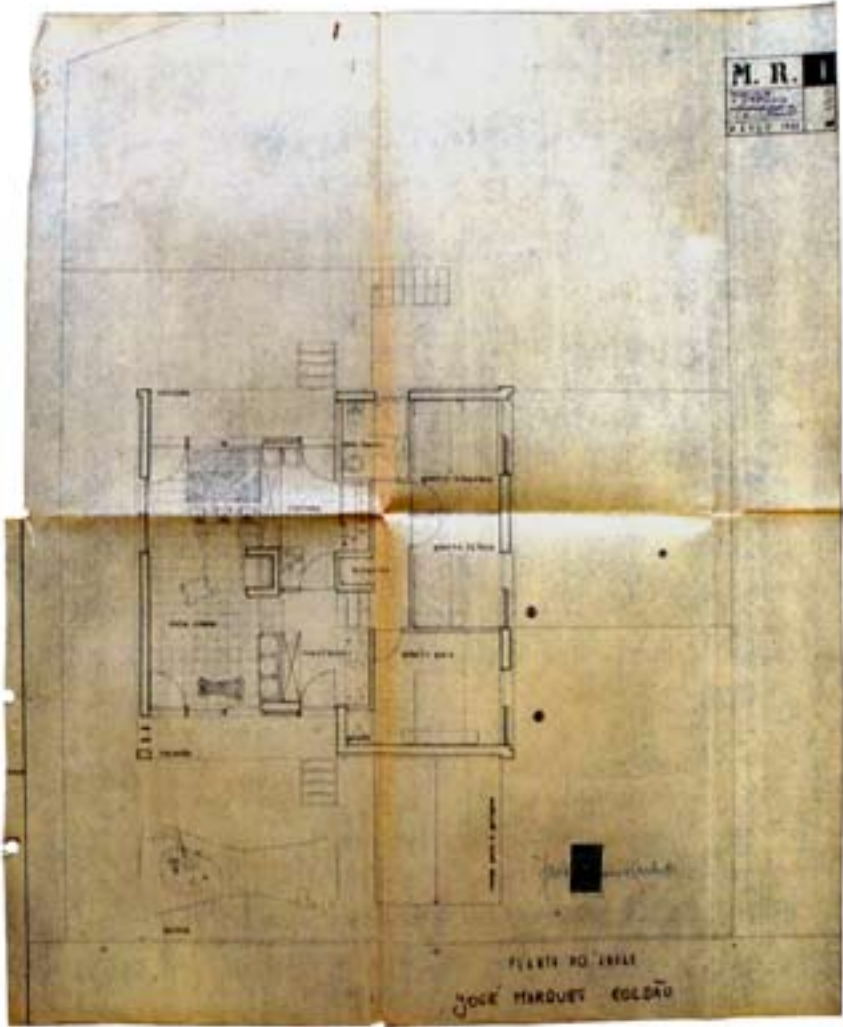


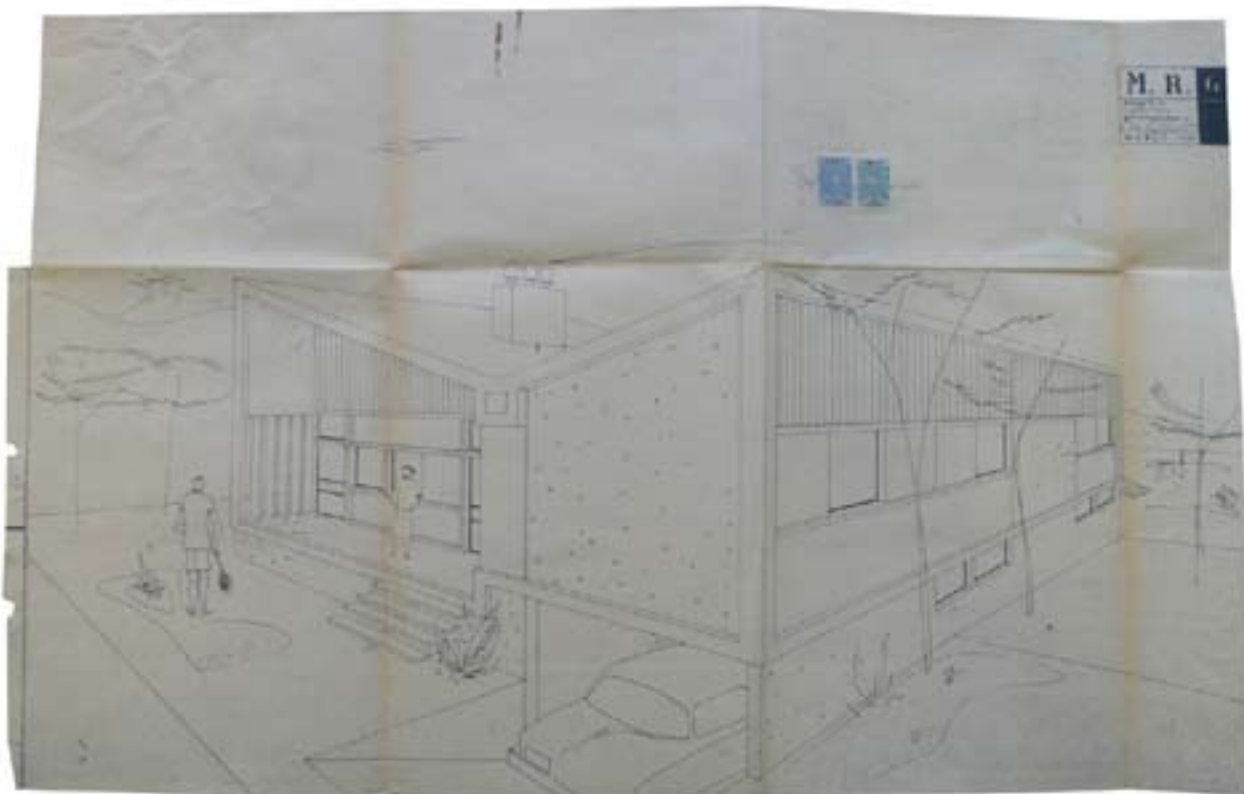
Casa José Marques Roldão,
S. Pedro de Moel
Planta da Cave,
Planta do Andar e
Corte Nascente-Poente
(Escala 1:200)
João José Tinoco, 1952
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



O que é de destacar é que, apesar dos partidos estéticos opostos, a estrutura espacial interna destas duas moradias resulta, no entanto, da racionalização progressiva de um mesmo esquema funcional, em que se clarificam as relações orgânicas entre cada uma das zonas da habitação.

“Daqui o esquema da habitação em três níveis - um para garagem e instalações da criada; outro para a sala comum, entradas, varandas e cozinha; e o último para a zona íntima com respectivas instalações sanitárias e banho. Todos êstes pisos teêm ligação entre si por intermédio de duas escadas - uma partindo do piso inferior para a cozinha e outra que liga a sala comum à zona dos quartos.”¹²⁷





Casa José Marques Roldão,
S. Pedro de Moel
Perspectiva
João José Tinoco, 1952
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

A metodologia de projecto ganha, assim, uma maior intencionalidade conceptual na Casa José Marques Roldão, onde o núcleo de serviços funciona como elemento de transição entre a zona de estar, que, aqui, se estende da frente da casa até às traseiras - *“a dar para as duas varandas N e S beneficiando assim das duas melhores orientações para Verão e Inverno, respectivamente”*¹²⁸ -, e a zona íntima dos quartos.

No exterior marcam também presença as varandas, mais racionalistas na Casa José Marques Roldão que apresenta um desenho de alçados quase idêntico nas fachadas norte (principal) e sul (posterior).

Em ambos os casos, é evidente a intenção de conferir um certo dinamismo ao diálogo com a rua, quer pela expressividade com que são trabalhados os telhados, quer pelo avanço ou o recuo das zonas de varanda, quer pelo contraste de texturas entre os materiais utilizados (madeira-pedra; lusalite-seixo rolado) e as cores escolhidas para alguns apontamentos de pormenor.

Mas é na década de sessenta que vamos encontrar as mais interessantes manifestações arquitectónicas na Praia de S. Pedro de Muel, com os projectos para segundas residências da autoria de José Luiz Tinoco, Inácio Peres Fernandes, Frederico George, Manuel Alzina de Menezes, Manuel Moreira e Carlos Roxo, e Egas Vidigal Vieira e Victor Rodrigues. A maior parte deles, acompanhando a ampliação, para sul, do Plano de Urbanização de José Lima Franco, ocupando os lotes situados em torno do Depósito de Água.

No seu conjunto, estas obras são reflexo da multiplicidade de percursos que se vão traçar nestes “anos de ruptura”.¹²⁹



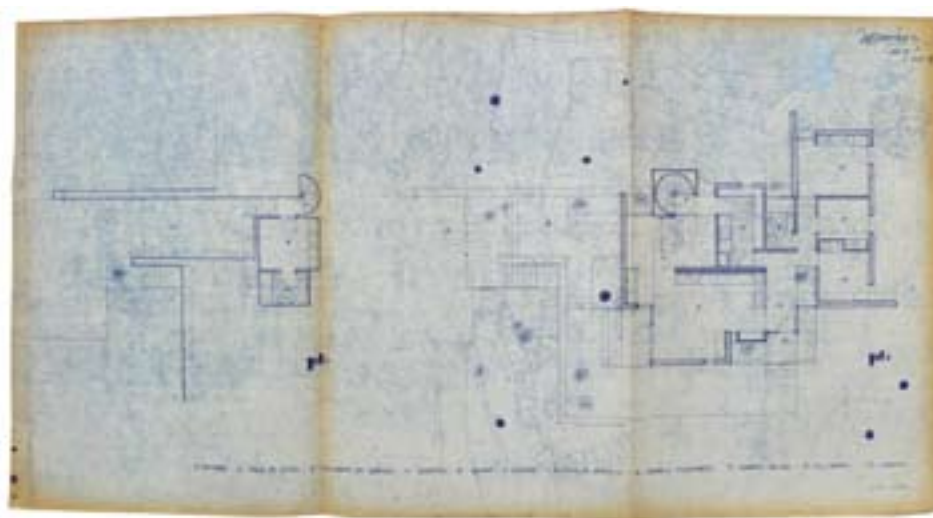
S. Pedro de Muel
Planta Geral, 1975
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

- Legenda:
- 1 - Casa João Leal Matos e Silva
 - 2 - Casa Inácio Ramom Tomás Peres Fernandes
 - 3 - Casa Fernando Manuel Rocha de Medina
 - 4 - Casa António Marques Reis
 - 5 - Casa Olímpio de Azevedo Matos
 - 6 - Casa João Nunes Conde
 - 7 - Casa Ernesto Borges
 - 8 - Casa Manuel Morais Santos Barosa

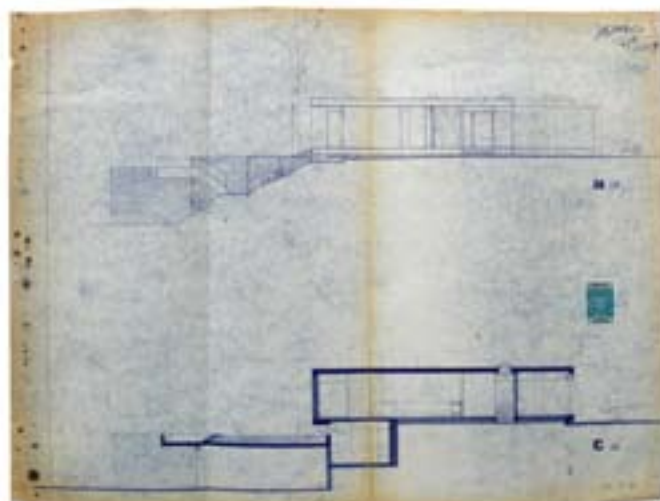
¹²⁹ Cf. *Anos 60, anos de ruptura: arquitectura portuguesa nos anos sessenta*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

Irmão de João José Tinoco, José Luiz Tinoco (1932) projecta a Casa João Leal Matos e Silva (1959), um lavrador de Ponte de Sor que aqui pretende estabelecer a sua residência de férias. A particularidade deste facto está em associar a este personagem a imagem de Casa de Férias proposta pelo arquitecto, uma espécie de Casa Farnsworth (1945-1950) edificada no meio do Pinhal de Leiria. Mas, nem a casa de João Leal é de ferro e vidro, nem Tinoco aspira à elementaridade espacial e construtiva de um Mies. Ou, talvez, sim.

Tirando partido do *plateau* natural definido à cota mais alta do terreno, a implantação da moradia privilegia a panorâmica desfrutada a poente, voltando-se para o lote onde, um ano mais tarde, será projectada a Casa António Duarte. A orientação dos espaços internos é determinada por este factor, distribuindo-se o



Casa João Leal Matos e Silva,
S. Pedro de Moel
Plantas e
Alçado SW e Corte AB
(Escala 1:500)
José Luiz Tinoco, 1959
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)





Casa João Leal Matos e Silva
S. Pedro de Moel
José Luiz Tinoco, 1959
Perspectiva
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

programa funcional por dois pisos: no piso inferior, que resulta do aproveitamento parcial, em cave, das fundações da casa, situam-se a garagem e as instalações do pessoal, e, no piso superior, “a sala comum com recanto de jantar, a zona de quartos [três quartos, num corpo orientado a nascente], casa de banho e cozinha”.

A cobertura plana reforça a relação com a topografia do lugar, definindo com a laje de pavimento uma *sandwich* de tijolo armado que “flutua” sobre o terreno e contém os limites formais da habitação. Entre estes dois planos horizontais, os diversos compartimentos da casa resultam da articulação espacial das paredes portantes de alvenaria que compõem o sistema estrutural da construção.

Jogo de planos que se prolonga para o exterior, numa composição de muros e de plataformas que “agarra” a casa ao chão e cria uma série de terraços de estar, ajardinados, a diferentes cotas. E, embora, o lote se localize junto à Estrada Nacional para a Marinha Grande, os acessos, independentes, à habitação são garantidos por duas vias secundárias: a Rua dos Pinheiros, para o automóvel, e a Rua das Colónias Balneares, para os peões.

Como podemos ler na planta de S. Pedro de Muel de 1975, esta casa viria a ser demolida, provavelmente no início dos anos setenta, para dar lugar a um empreendimento residencial turístico de grandes dimensões, perdendo-se o testemunho de um dos mais qualificados exemplos da incorporação dos códigos modernos na arquitectura residencial de veraneio portuguesa.

Na transição entre a apologia dos modelos internacionais e a reequação de uma continuidade com o passado, Manuel Alzina de Menezes recupera a tipologia da casa pátio para desenvolver o projecto da Casa Ernesto Borges (1964). Tema que trabalha com uma extrema clareza conceptual:

“A habitação é constituída por dois corpos paralelos no mesmo piso ligados entre si por uma galeria. (...) Aproveitando a topografia do terreno os dois corpos paralelos do rés do chão e a galeria abrem para uma zona em páteo localizada ao mesmo nível.

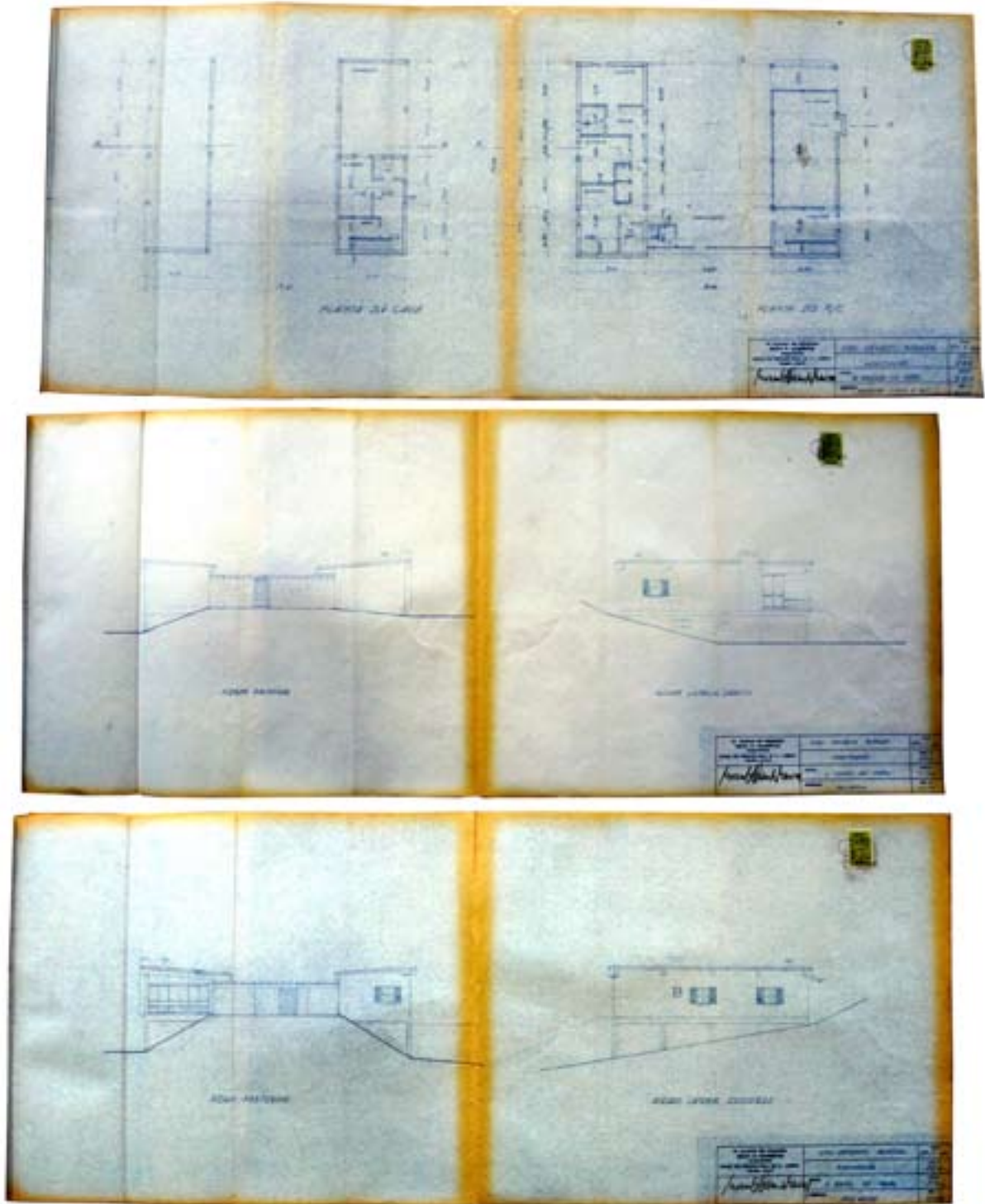
- No corpo a Norte localizam-se a sala, casa de jantar e a cozinha, havendo na cave as instalações para creadas, serviço e arrecadações. Ainda na cave há uma zona coberta para abrigo de automóveis.

No corpo Sul localizam-se três quartos e dois quartos de banho.

Na galeria que faz a ligação entre os corpos prevê-se uma pequena instalação sanitária.”

As relações com a Casa Greenbelt (1945)¹³⁰, que Ralph Rapson apresenta, mas nunca chega a ser construída, no âmbito do programa das *Case Study Houses*, são evidentes, em particular a ideia de incluir, de uma forma mais activa, a Natureza no espaço doméstico, interpretada num sentido mais literal no caso americano.

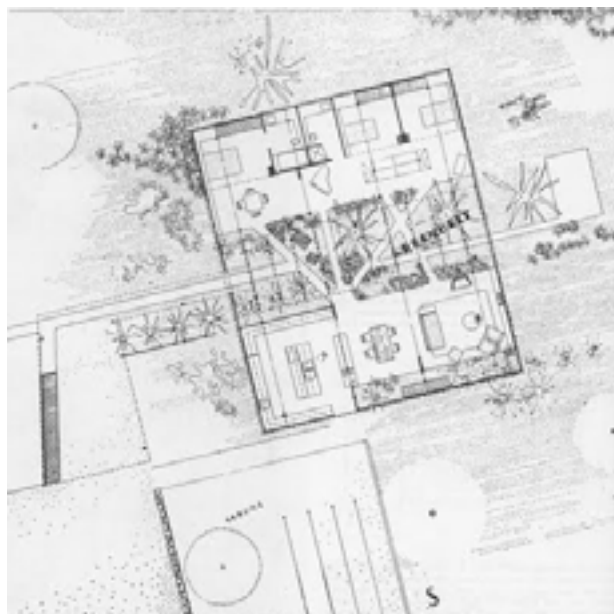
¹³⁰ Também designada por CSH #4. (Cf. SMITH, Elizabeth A. T., *Case Study Houses 1945-1966. O ímpeto da Califórnia*, Köln, Taschen, 2006, p. 16-17)



Casa Ernesto Borges,
S. Pedro de Moel
Plantas (Cave e Rch) e
Alçados

M. Alzina de Menezes, 1964
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

No entanto, na solução de Alzina de Menezes, a disposição planimétrica aberta em U, à volta de um pátio central, introduz uma maior complexidade morfológica no conjunto porque põe em questão as relações entre interior e exterior, ou entre dentro e fora, enquanto que Rapson, ao cobrir a cintura verde que atravessa a casa com uma estrutura de ferro e vidro, transforma a Natureza num elemento domesticado e, conseqüentemente, interior.



CSH #4
Greenbelt House
Perspectiva Aérea e
Planta
Ralph Rapson, 1945
(imagens kmodern.blogspot.com)

Mas a Casa Ernesto Borges é também singular porque testemunha uma evolução técnica e material dos processos de produção corrente, com o recurso a componentes pré-fabricados na sua construção, bem patente no sistema de vigotas de betão pré-esforçado utilizado nos pavimentos e coberturas, que é deixado, pontualmente, à vista no exterior. Sistema que contribui para uma maior economia e rapidez de execução.

“Os dois corpos paralelos são construídos em betão armado com panos de enchimento em tijolo. Os pavimentos e cobertura serão executados em [abobadilhas de tijolo] com vigas de betão pré-fabricadas.

A cobertura será protegida com telha ou tijoleira. (...)

A galeria que faz a ligação dos dois corpos será construída em madeira aparente convenientemente protegida. A cobertura desta zona será em cartão betuminoso.”¹³¹

Trabalhando sobre o mesmo tema de um espaço central que organiza toda a composição, na casa que constrói para si próprio, Inácio Peres Fernandes reflecte sobre o papel da sala comum como condensador das relações sociais na habitação, fazendo depender deste elemento a distribuição para as outras dependências da casa, “*excepto a cozinha e instalações sanitárias cujas portas se ocultam atrás da grande lareira*”¹³². O próprio tratamento dado ao tecto desta divisão, com a estrutura de madeira do telhado aparente, distingue-a do resto do conjunto, em que os tectos são “*lisos e horizontais*”, enfatizando a sua importância na orgânica da casa.

É, portanto, em torno deste núcleo espacial que vai gravitar todo o programa desenvolvido, dispondo-se os quartos a nascente, a Cozinha e instalações sanitárias a norte, e “*abraçando a casa dos lados sul e poente (...) uma varanda de madeira ao uso da região, coberta por telhado com madeiramento também aparente*”, que prolonga, para o exterior, o efeito da cobertura da zona de estar.

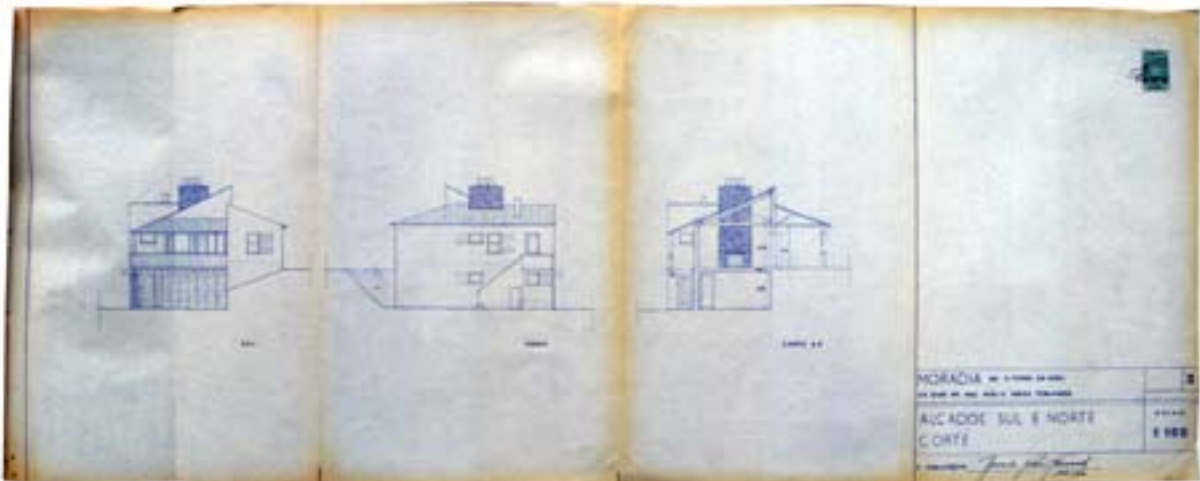
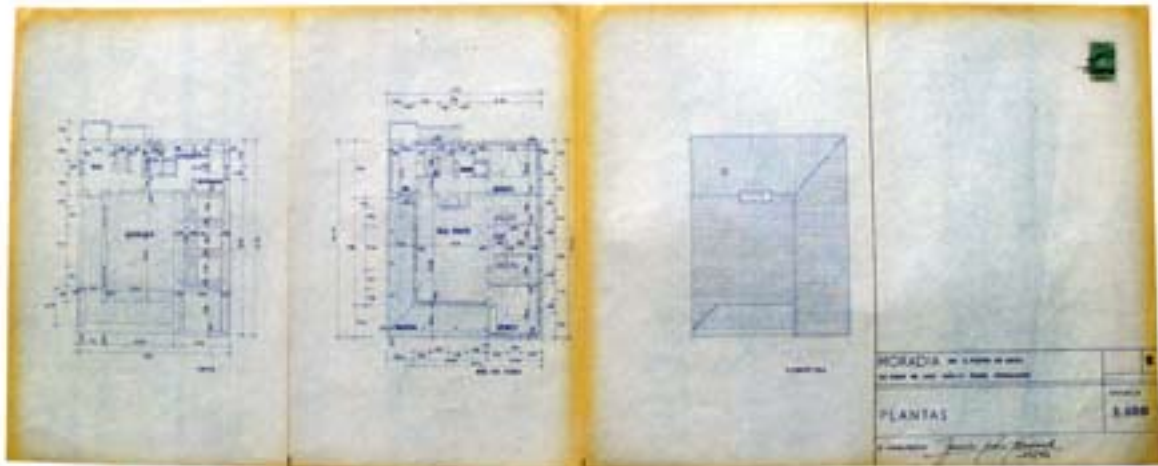
*“O programa das necessidades a satisfazer foi estabelecido em função do agregado familiar e da vida deste, quando em vilegiatura. Assim, previu-se sala comum, quartos de dormir, um pequeno ‘atelier’ de trabalho, um bar, uma salinha de costura e arrecadações, além das indispensáveis instalações sanitárias e cozinha; não se previu quarto para criadas por se contar para o trabalho doméstico com empregadas dormindo fora (mulheres a dias).”*¹³³

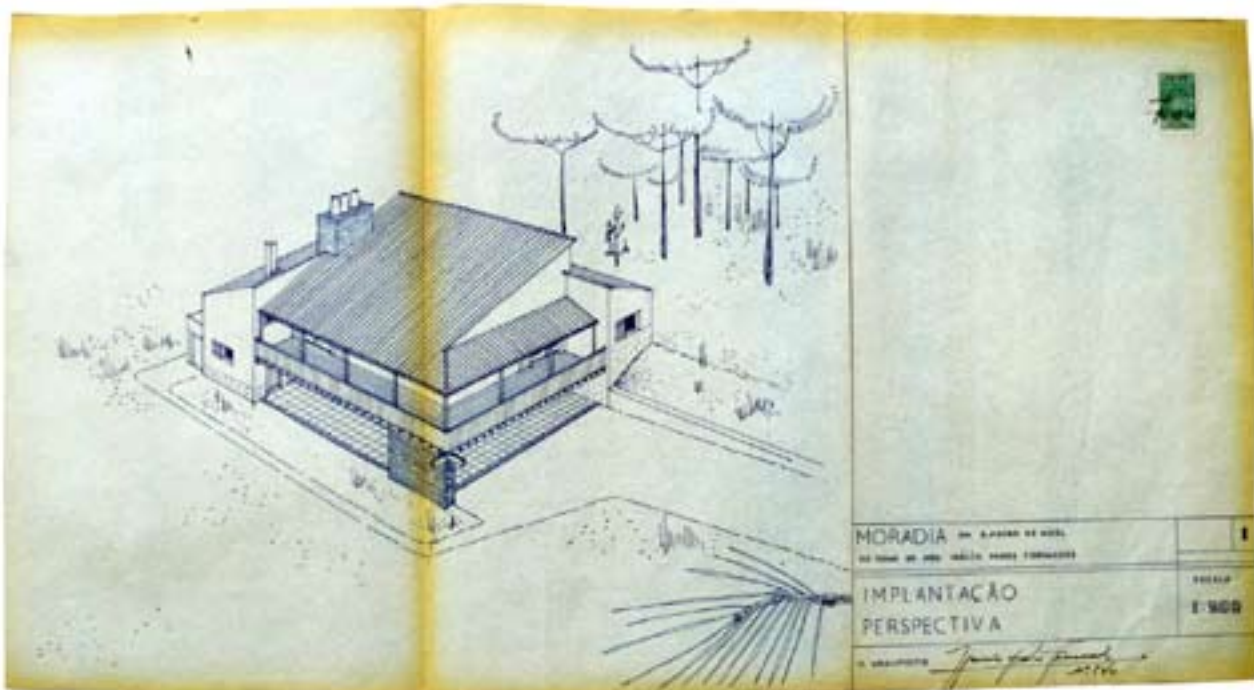
A percepção de que numa Casa de Férias não é necessária a presença efectiva de uma criada interna é radicalmente inovadora para o contexto português do início dos anos sessenta, quanto mais a inclusão de um “bar” no seio da vida familiar. Sinal das profundas mudanças sociais e culturais que se vão operar a partir deste período e abrir o caminho para o aparecimento de novas tipologias de alojamento turístico e de veraneio. Por enquanto, esta é uma situação excepcional, resultante da particularidade da encomenda e do cliente.

¹³² FERNANDES, Inácio Peres, [Casa Inácio Ramom Tomás Peres Fernandes]. *Memória Descritiva e Justificativa*, Lisboa, Dezembro 1961, p. 1.

¹³³ Idem, *ibidem*.

Casa Inácio Peres Fernandes,
 S. Pedro de Moel
 Fotografia da autora
 e
 Plantas e
 Alçados Sul, Norte e Corte AB
 (Escala 1:500)
 Inácio Peres Fernandes,
 1961-1962
 (imagens Arquivo Municipal da
 Marinha Grande)





À proposta de uma nova espacialidade para a moradia de férias corresponde, tanto na Casa Ernesto Borges como na Casa Inácio Peres Fernandes, o ensaio de uma nova expressão arquitectónica, que, à luz dos resultados do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, fosse menos vulnerável à importação de estilos e mais atenta ao contexto de uma cultura e tradição locais, sem cair em saudosismos historicistas.

É nesta tentativa de síntese, entre modernidade e tradição, que estas duas casas se podem considerar, ainda, como uma “mistura”, no sentido em que há um evidente desencontro de valores entre a lógica espacial da sua organização interna, a sua articulação morfológica com o sítio e a sua representação formal.

Ambas se constituem como objectos auto-referenciados, que não constroem território nem por ele são induzidos, antes exploram a envolvente como mero elemento contemplativo. E não é, certamente, pelo simples manuseamento de materiais vernaculares ou pela reinterpretação de certas formas construtivas do passado que se alcança enraizamento pretendido. Mesmo assim, não deixam de ser um importante contributo para a compreensão do processo de “viragem” a que se assiste neste momento.

Casa Inácio Peres Fernandes,
S. Pedro de Moel
Perspectiva
Inácio Peres Fernandes,
1961-1962
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

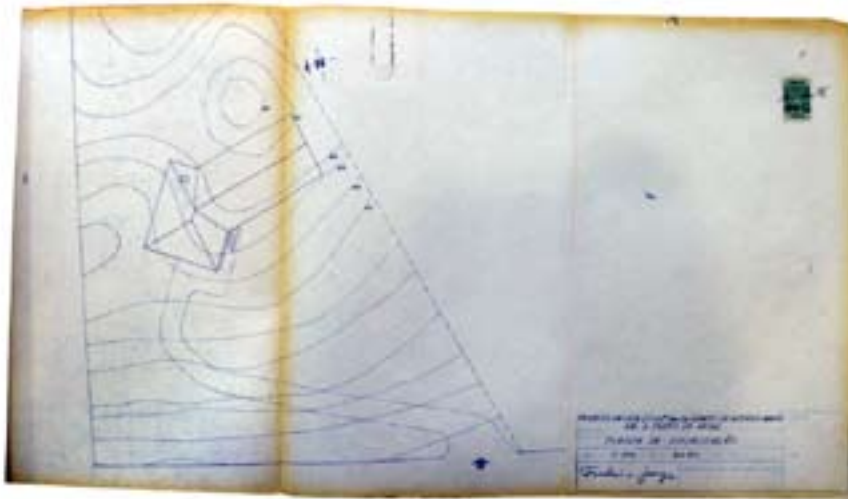
Noutro sentido, já as intervenções de Frederico George em S. Pedro de Muel se inscrevem num “expressionismo regionalista”, que Kenneth Frampton classificaria de “crítico”¹³⁴, alicerçado no conceito mais abrangente de “lugar”, enquanto gerador da forma construída, contra a conotação estritamente física de “sítio”. As três casas que projecta para esta Praia - Casa Olímpio de Azevedo Matos (1963), Casa António Marques Reis (1963-1964) e Casa João Nunes Conde (1964) - estabelecem uma profunda empatia com o contexto que lhes dá origem, reforçando a sua identidade, topográfica, material e humana. São, por isso, obras de um espaço e de um tempo específicos, que recusam a verdade consensual dos valores universais para abraçar as idiossincrasias da realidade local. Atitude conscientemente assumida pelo arquitecto:

“Procurou-se que a composição arquitectonica fosse de molde a adaptar-se ao terreno e que estivesse de acordo com a paisagem e tradição naquilo que esta representa de constante no espaço e no tempo.”¹³⁵

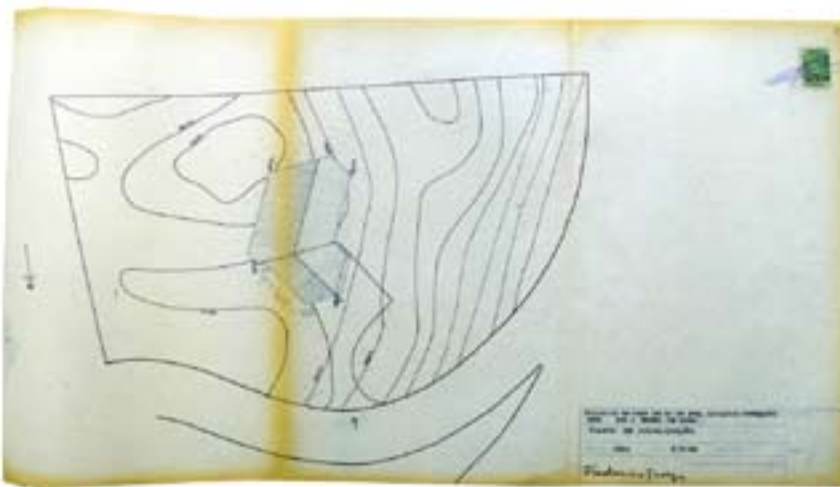
Nesta aproximação ao lugar a arquitectura “ganha vida”, fragmentando-se num encadeado de espaços que se acomodam à topografia do terreno segundo matrizes geométricas manipuladas tridimensionalmente.

¹³⁴ Em *Modern Architecture - A critical review*, com primeira edição de 1980 (London, Thames and Hudson). Segundo Frampton, o “Regionalismo Crítico” pode ser sintetizado em sete características ou “atitudes”: “1) O Regionalismo crítico deve ser entendido como uma prática marginal que, embora crítica acerca da modernização, ainda assim se recusa a abandonar os aspectos emancipatórios e progressistas do legado arquitectónico moderno. Ao mesmo tempo, a [sua] natureza fragmentária e marginal (...) serve para distanciá-lo tanto da otimização normativa quanto da ingénua utopia dos primórdios do Movimento Moderno. (...), favorece a planta pequena e não a de grandes dimensões; 2) A esse respeito, (...) manifesta-se como uma arquitectura conscientemente delimitada que, em vez de enfatizar a construção como um objecto independente, faz a ênfase incidir sobre o território a ser estabelecido pela estrutura erguida no lugar. (...); 3) (...) favorece a realização da arquitectura como um fato tectónico, e não como a redução do ambiente construído a uma série de episódios cenográficos desordenados.; 4) (...) é regional na medida em que invariavelmente enfatiza certos fatores específicos do lugar, que variam desde a topografia, vista como uma matriz tridimensional à qual a estrutura se molda até ao jogo variado da luz local que sobre ela incide. (...); 5) (...) enfatiza tanto o tátil quanto o visual. (...); 6) Enquanto se opõe à simulação sentimental do vernáculo local, em certos momentos (...) vai inserir elementos vernáculos reinterpretados como episódios disjuntivos dentro do todo. (...) irá às vezes buscar tais elementos em fontes estrangeiras. (...); 7) (...) tende a florescer naqueles interstícios culturais que, de um modo ou de outro, são capazes de fugir ao cerco da investida otimizadora da civilização universal. Sua aparência sugere que a noção herdada do centro cultural dominante, cercado por satélites dependentes e dominados, representa, em última instância, um modelo inadequado para a avaliação do estado atual da arquitectura moderna.” (Cit. FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 1997, pp. 396-397)

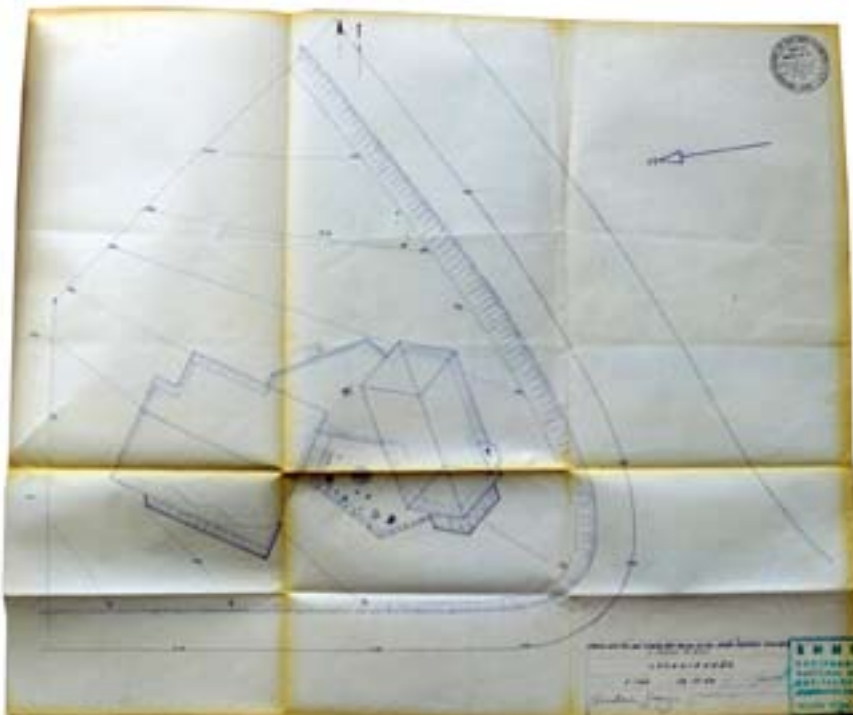
¹³⁵ GEORGE, Frederico, *Projecto da Casa do Exmº Sr. Engº António Marques Reis, situada em S. Pedro de Moel. Memória Descritiva*, Lisboa, 15 Julho 1963, p. 1.



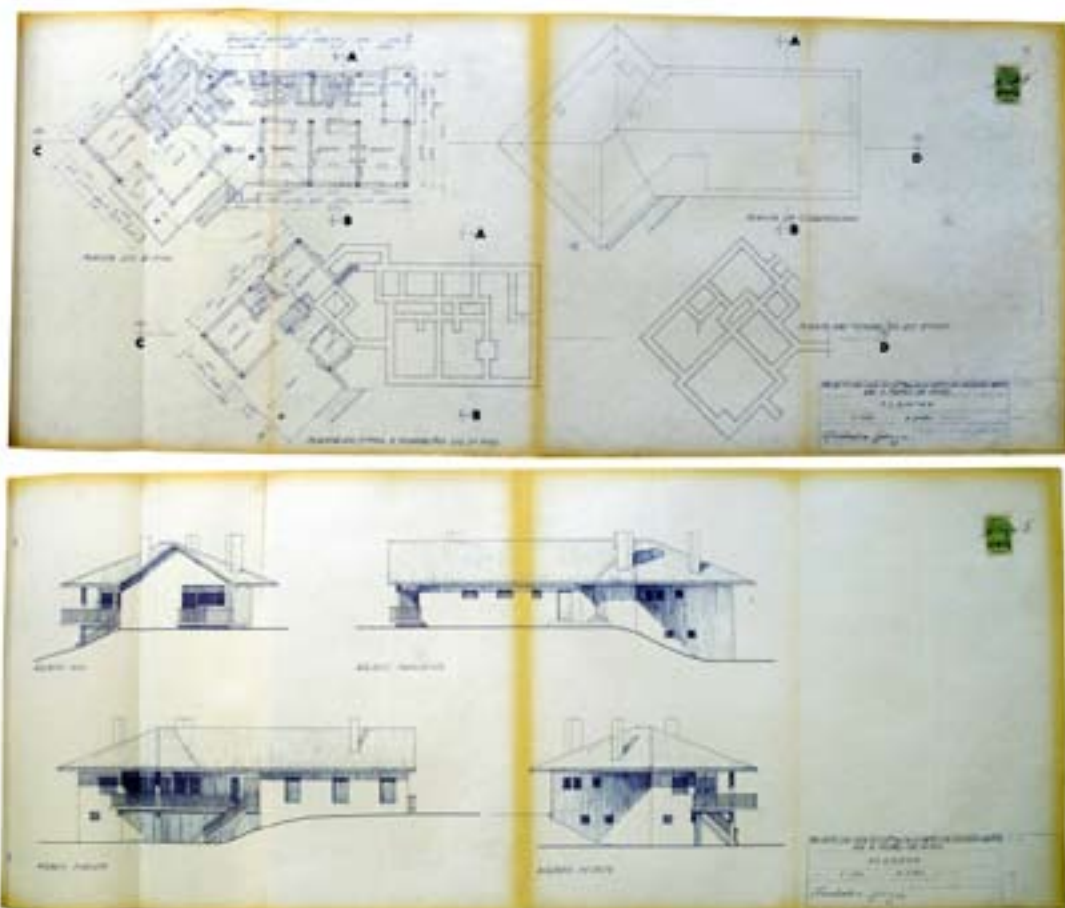
Casa Olímpio de Azevedo
Matos,
S. Pedro de Moel
Implantação
Frederico George, 1963
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



Casa António Marques Reis,
S. Pedro de Moel
Implantação
Frederico George, 1963-1964
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



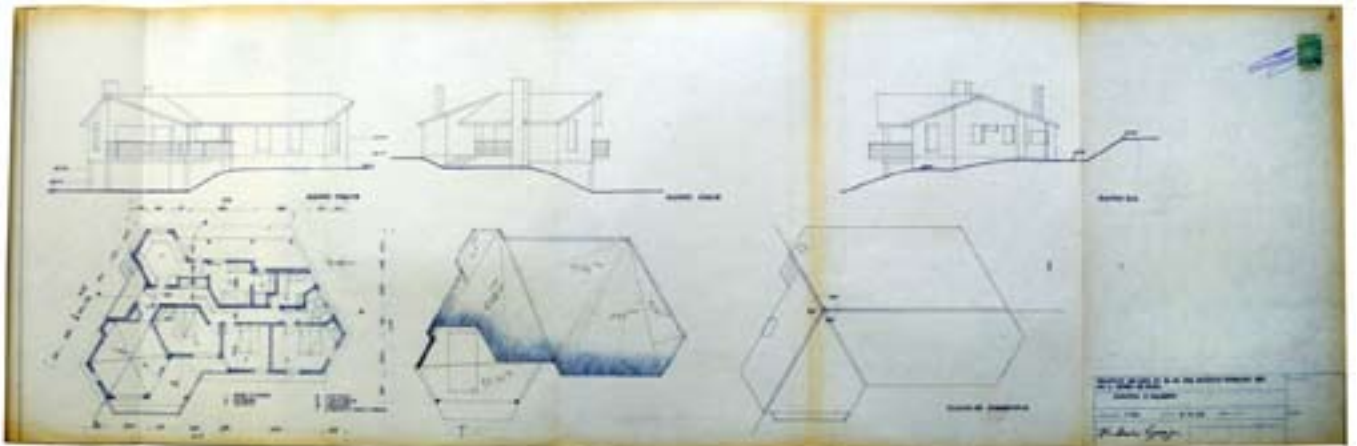
Casa João Nunes Conde,
S. Pedro de Moel
Implantação
Frederico George, 1964
(imagem Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



Casa Olímpio de Azevedo
 Matos,
 S. Pedro de Moel
 Plantas e
 Alçados
 (Escala 1:500)
 Frederico George, 1963
 (imagens Arquivo Municipal da
 Marinha Grande)

Cada uma das zonas da casa tende a demarcar-se volumetricamente na composição e cada espaço-função a ser trabalhado individualmente segundo características ambientais próprias, propondo a recuperação de valores de intimidade e de recolhimento ausentes na uniformidade espacial da planta livre moderna.

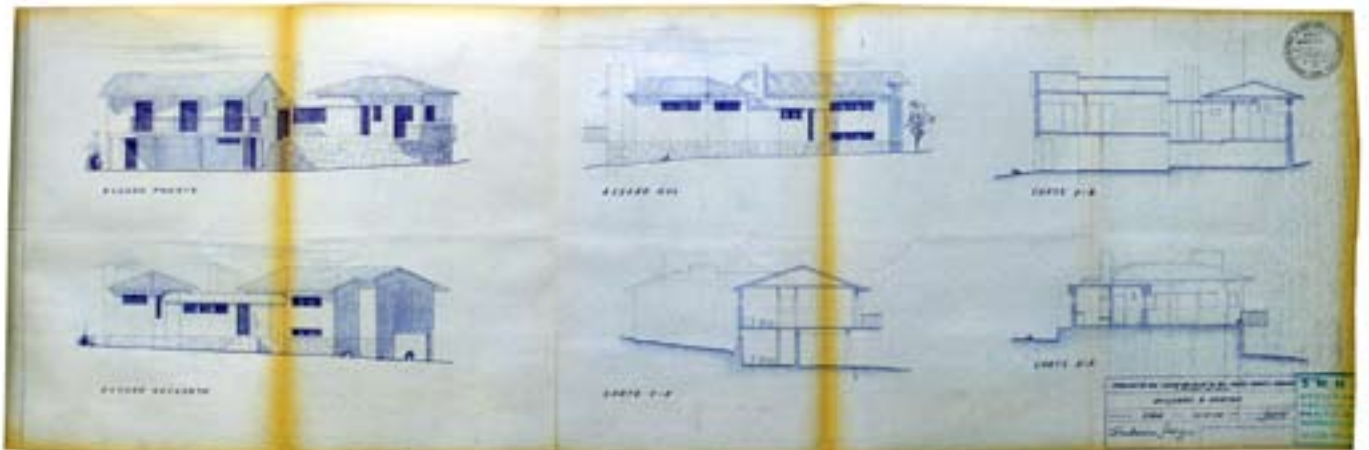
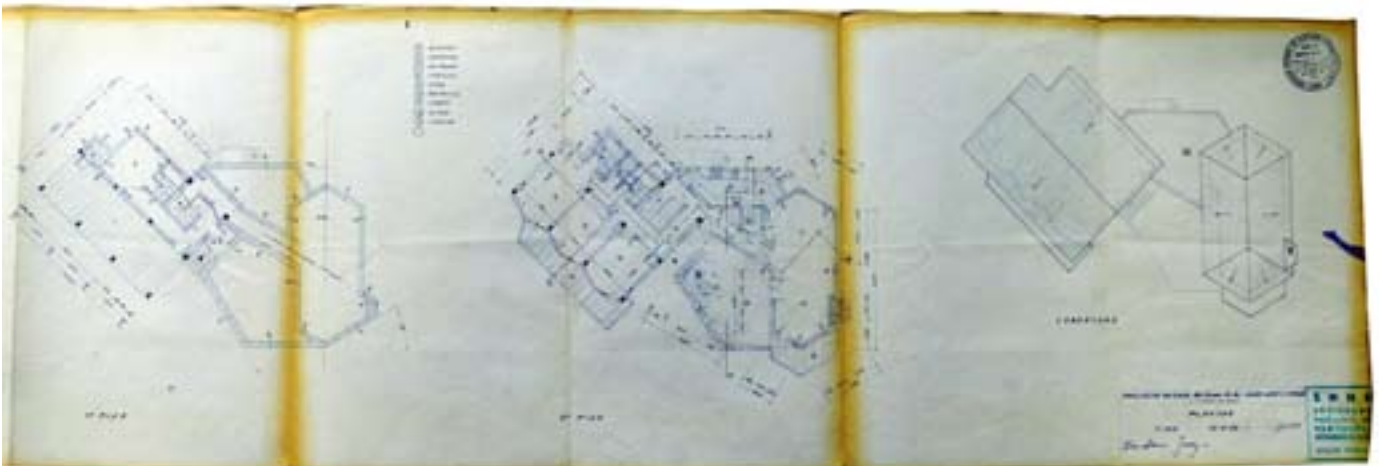
As referências à obra de Frank Lloyd Wright são evidentes, tanto nas coberturas projectadas da Casa Olímpio de Azevedo Matos, como na malha hexagonal da Casa António Marques Reis, mas é o paralelismo que estas três casas de Frederico George estabelecem com outras três, de Nuno Portas e Teotónio Pereira, que nos interessa aqui focar, especialmente pelas afinidades de concepção espacial e de articulação volumétrica que são possíveis de detectar. Falamos da Casa Metelo (1958-1959), na Praia das Maçãs, da Casa Dr. Barata dos Santos (1959-1963), em Vila Viçosa, e a Casa Brás de Oliveira (1959-1964), em Sesimbra.



Casa António Marques Reis,
S. Pedro de Moel

Casa João Nunes Conde
S. Pedro de Moel
Plantas e
Alçados e Cortes
(Escala 1:500)
Frederico George, 1964
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

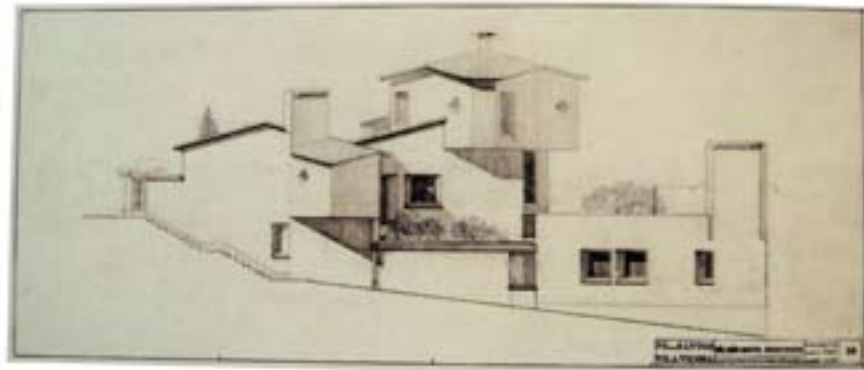
Plantas e
Alçados
(Escala 1:500)
Frederico George, 1963-1964
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



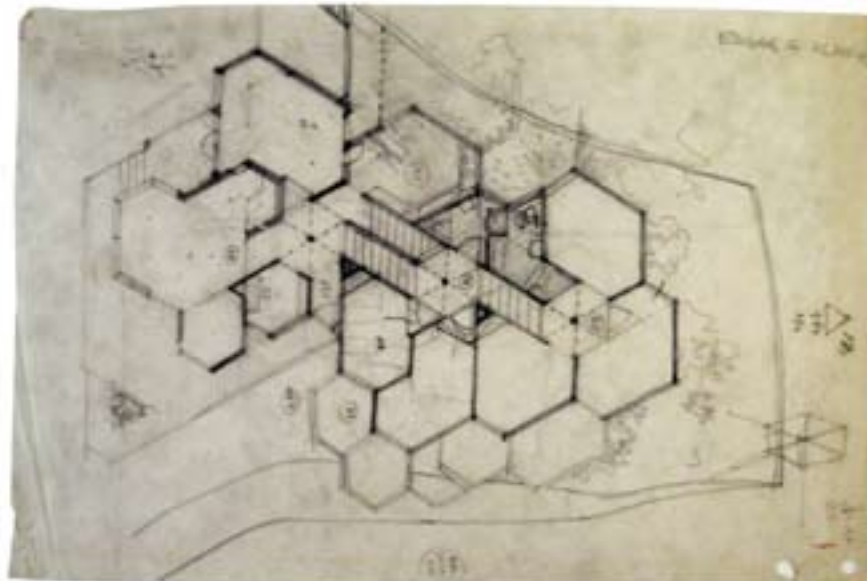
Casa Metelo,
Praia das Mações
Estudo
Nuno Portas e Nuno Teotónio
Pereira, 1958-1959
(imagem TOSTÕES, Ana
(coordenação), *Arquitectura e
Cidadania: Atelier Nuno Teotónio
Pereira*, Lisboa, Quimera Editores,
2004, p. 179)



Casa Dr. Barata dos Santos,
Vila Viçosa
Estudo
Nuno Portas e Nuno Teotónio
Pereira, 1959-1963
(imagem TOSTÕES, Ana
(coordenação), *Arquitectura e
Cidadania: Atelier Nuno Teotónio
Pereira*, Lisboa, Quimera Editores,
2004, p. 184)



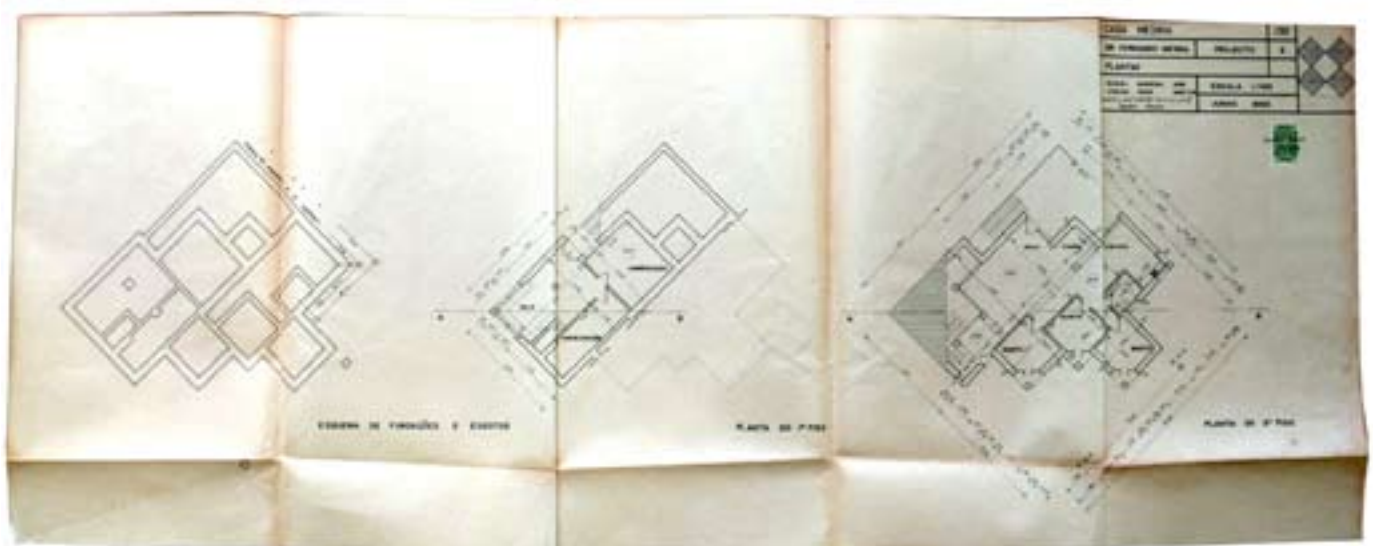
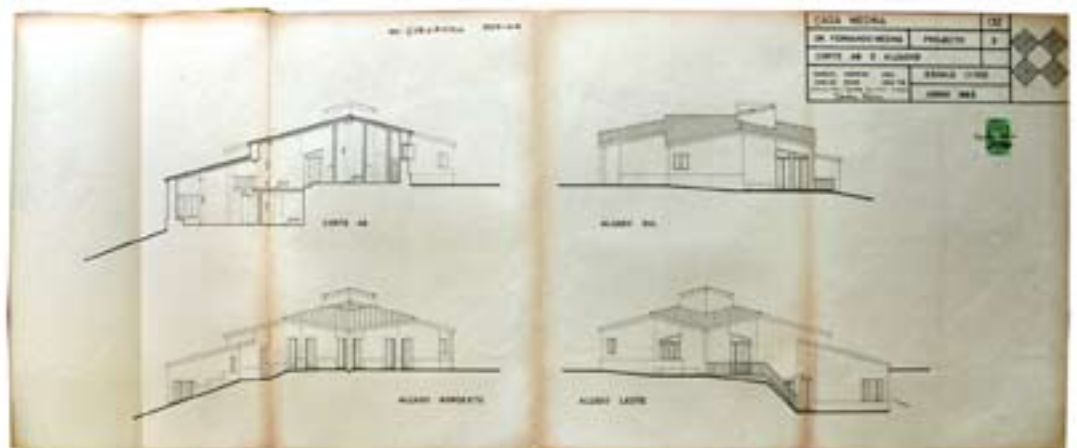
Casa Brás de Oliveira,
Sesimbra
Estudo/Planta
Nuno Portas, Nuno Teotónio
Pereira e Pedro Vieira de
Almeida, 1959-1964
(imagem TOSTÕES, Ana
(coordenação), *Arquitectura e
Cidadania: Atelier Nuno Teotónio
Pereira*, Lisboa, Quimera Editores,
2004, p. 186)



A primeira associada à Casa Olímpio de Azevedo Matos, onde o corpo quadrado, em que se inscrevem as zonas de estar e de serviço da habitação, sofre uma rotação de 45° em relação ao corpo dos quartos; a segunda à Casa João Nunes Conde, pelo diálogo expressivo de volumetrias que desconstrói o programa e dilui a massa da construção; e, finalmente, a terceira, à Casa António Marques Reis, pelo estudo em torno da planta em “favo de mel”.

Experiências espaciais a que, certamente, também não terá sido alheia a Casa Fernando Manuel Rocha de Medina (1964), projecto de Manuel Moreira com a colaboração do arquitecto tirocinante Carlos Roxo, sobretudo no que respeita à articulação da sala comum a dois níveis, solução presente na Casa Metelo e na Casa Dr. Barata Santos e que nesta casa de S. Pedro de Muel volta a estar em evidência.

Casa Fernando Manuel Rocha de Medina,
S. Pedro de Moel
Alçados e Cortes e
Plantas
(Escala 1:500)
Manuel Moreira e Carlos Roxo,
1963-1964
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



Casa Manuel Morais Santos
Barosa,
S. Pedro de Moel
Planta e Alçados
(Escala 1:500)
Egas Vieira e Victor Rodrigues,
1966
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

Ainda da década de sessenta é a Casa Manuel Afonso Taibner de Morais Santos Barosa (1966), da autoria da dupla Egas Vidigal Vieira e Victor Rodrigues que desenvolve este projecto em simultâneo com o estudo do Complexo Turístico da Promoel (1965-1967), já apresentado. Mas se nas Piscinas assistimos à mesma fragmentação de volumes que desenham organicamente a “forma do lugar”, nesta casa os autores optam por uma solução mais contida, apenas aproveitando o desnível do terreno para enfatizar o espaço da Sala de Estar, colocada a uma cota mais baixa que a do resto do programa residencial.

“A volumetria obtida foi assim proveniente de uma necessidade de distribuição de espaços internos resultante de uma procura lógica de funcionamento, tendo presente o que já se disse àcerca do terreno e orientações. A arquitectura é simples sem procura de efeitos. O arranjo exterior do lote foi feito tendo principalmente em atenção o acesso automóvel à garagem (...) e os pequenos caminhos para peões em função dos trajectos mais lógicos a percorrer (...).”¹³⁶

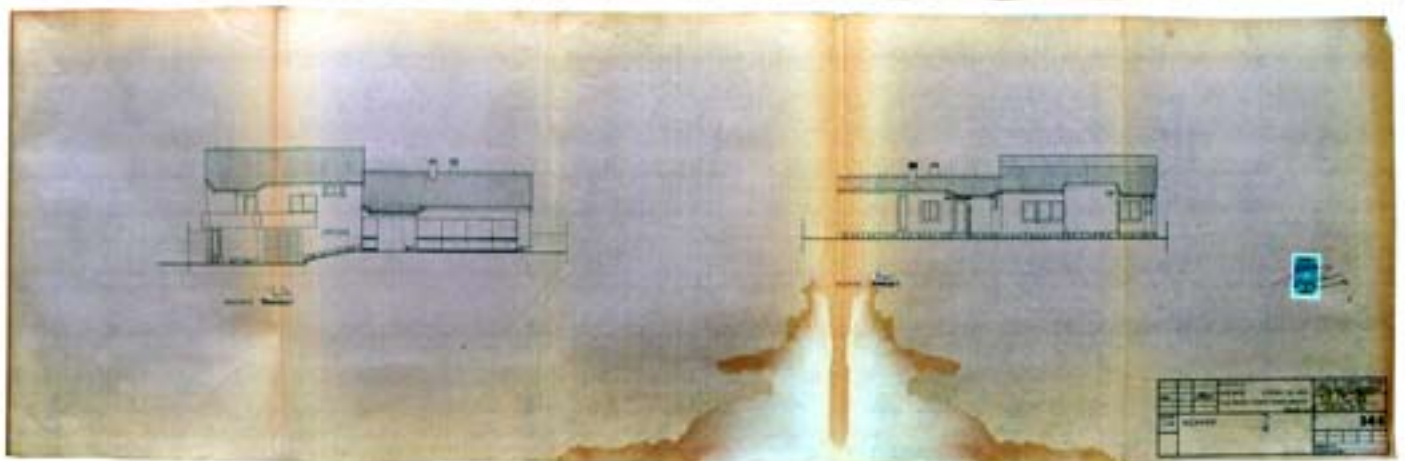
Em 1969, Manuel Tainha assina a Memória Descritiva do projecto da Casa Victor Manuel de Noronha Santos Gallo (1969-1975), outra importante referência da arquitectura residencial de S. Pedro de Muel. Não se trata, no entanto, de uma moradia pensada de raiz como espaço de férias, antes como residência permanente de uma família com três filhos. E isso é claro no texto do arquitecto:

“1.3. Destinando-se a residência permanente, deve por este facto proporcionar às variadas e complexas actividades inerentes à vida familiar um quadro ambiental de relativa estabilidade e identidade em face das mudanças de estação e consequentes alterações climáticas, funcionando simultaneamente como corrector (factores negativos) e como amplificador (factores positivos) destas mesmas mutações de modo que à noção de casa se venha a sobrepor a noção mais rica e complexa de sítio.”¹³⁷

Nesse sentido, não cabe aqui a leitura desta obra.

¹³⁶ VIEIRA, Egas, RODRIGUES, Victor, [Casa Manuel Morais Santos Barosa]. *Memória Descritiva*, Lisboa, 1 Setembro 1966, p. 1.

¹³⁷ TAINHA, Manuel, [Casa Victor Gallo]. *Memória Descritiva*, [Lisboa], 23 Abril 1969, p. 1.



Quase duas décadas depois, é José Charters Monteiro que nos vai dar uma lição de “identidade”, nas casas geminadas que projecta, entre 1978 e 1985, para João Monteiro Conceição, mais conhecidas como “Casas sobre a duna”. A memória descritiva que acompanha as peças desenhadas do anteprojecto é um testemunho singular enquanto instrumento do processo de projecto. Pelo seu interesse metodológico, não se resiste à transcrição de parte desse documento.

“2 - *Opções base para projecto*

(...)

Constituíu opção para o projecto a presença na zona das construções temporárias sobre a costa atlântica, que surgiram como suporte ao trabalho do homem, caso dos abrigos para pescadores e aparelhos de pesca, que tomam a designação de ‘palheiros’ na língua e na tipologia arquitectónica, ou dos armazéns para madeira destinada ao embarque por via marítima.

Tais construções, bem adaptadas às condições topográficas e ambientais e possibilitadas pela aplicação de tecnologia construtiva desenvolvida a partir dos materiais da região, viriam a servir de modelo para habitação sazonal no verão, servem de modelo a outras com uso habitacional mais complexo e representativo.

Estas referências culturais e tipológicas estão no projecto, mas não o esgotam; o projecto elabora um sítio, propõe uma relação com a natureza, conforma modos de habitar. São casas sobre a duna, destacadas do solo, varridas pelo vento ou acolhedoras como um pinhal ao pé do mar.

Como filosofia de ‘projecto’, que se manifesta sempre pela introdução de uma ‘regra’, apresentar uma forma arquitectónica alternativa às centenas de habitações temporárias surgidas nas dunas da zona, é uma opção deliberada e consciente que se apresenta.

Retoma-se, assim, no plano da arquitectura e do seu significado, e após duas décadas de construções culturalmente descaracterizadoras de São Pedro de Moel, uma linha de projecto que pertence à cultura arquitectónica regional e se propõe desenvolvê-la no contacto com o conceito amplo de integração da obra construída na natureza, que não se identifica com mimetismo mas com a afirmação, construída, da relação do homem com a natureza.

O projecto evidencia uma visão racionada, crítica e optada da nossa cultura arquitectónica que não despreza a sua componente de teoria geral, precisamente quando se trata de intervir numa região com identidade cultural. O projecto pretende afirmar-se e ser reconhecido como culturalmente nosso.”¹³⁸

A referência aos “palheiros” como matriz tipológica de uma arquitectura litoral remete-nos para o discurso e a prática *rossianas*, a que Charters Monteiro não é indiferente¹³⁹, onde o tempo longo da história é sedimentado “*pelo que é permanente, por aquilo que se instala como memória comum, por aquilo que nos instiga enquanto colectivo*”¹⁴⁰. Neste “retorno” ao passado, a uma “identidade perdida”, o “tipo” ganha autonomia enquanto forma arquitectónica, afirmando-se como elemento capaz de evocar, *per se*, memórias e significados. E isso está presente em S. Pedro de Muel.

A encomenda contemplava a construção de cinco habitações de férias para cinco irmãos, “*como cinco são os dedos da nossa mão, embora também aqui, todos diferentes*”. Partindo desta analogia, procurou-se que cada uma das parcelas tivesse o seu próprio carácter, ainda que todas trabalhadas sobre o mesmo (estereó)tipo, e que, no final, o conjunto resultasse, pela conjugação das partes, como um todo e não como o simples somatório de elementos iguais.

O programa de cada habitação divide-se em três pisos - Garagem, “Piso de dia” e “Piso de noite” - variando entre as tipologias T2 e T3. À imagem dos palheiros, são desenvolvidas como “habitações em profundidade”, com empenas cegas e elevadas sobre estacas, orientando-se “*o eixo maior no sentido nascente/poente (terra/ mar)*”.

Do lado da rua, o edifício apresenta-se baixo e contido, “*constituído por pequenos volumes complanares mas com diferente cêrcea e com vários eixos de composição*”, existindo “*uma abertura ao nível do peão que rompendo a continuidade da fachada, [introduz] nesta, como elemento compositivo deste alçado, o mar e a praia, o que se obteve com os dois pisos vazados*”.

“Todo esto me ha conducido a la idea de identidad.

Y a la de la pérdida de la identidad. La identidad es algo singular, típico, pero es también una elección.

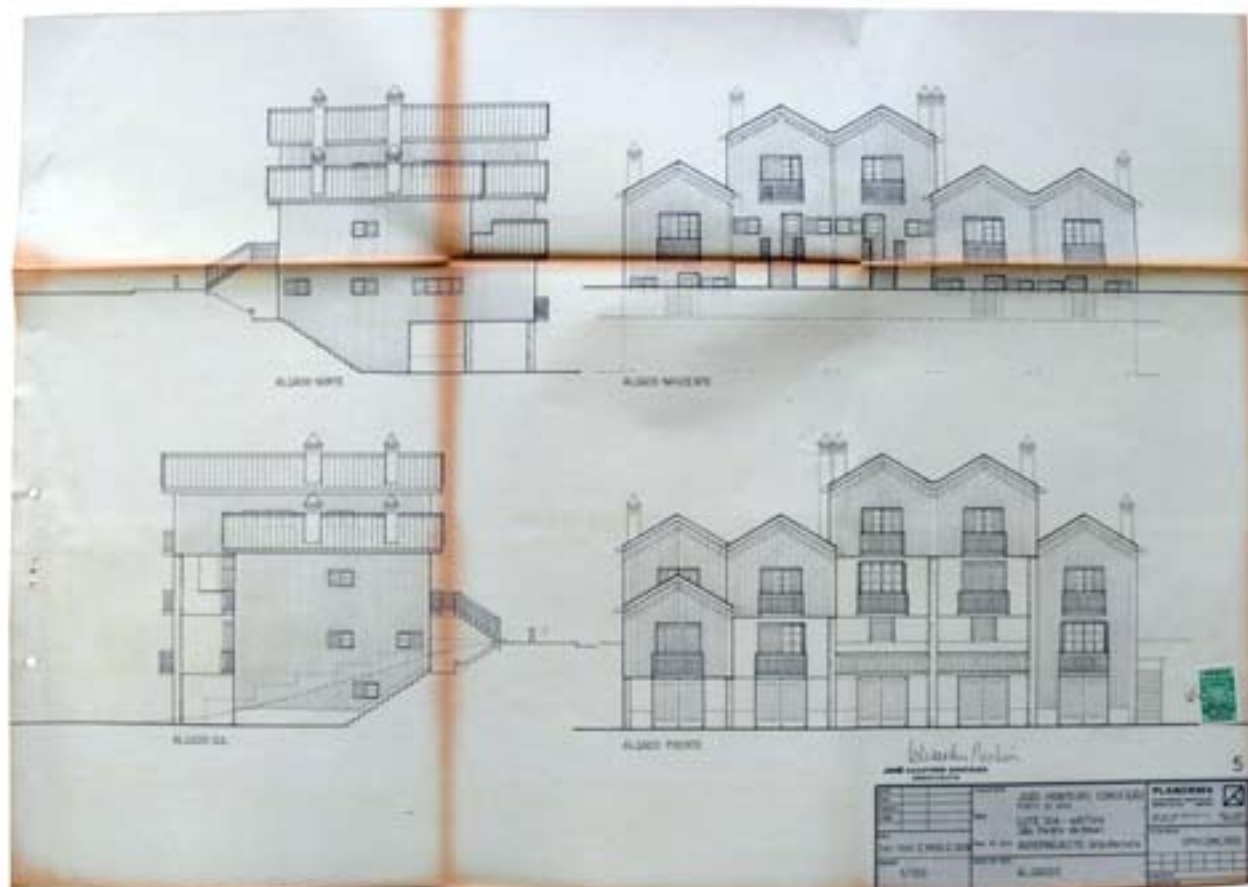
En mis dibujos L'architecture assassinée y Le cabine dell'Elba entre otros, he querido expresar ese tipo de relaciones.

Descubría nuevos valores en las casetas de playa, en las pequeñas construcciones de madera, en sus deformaciones: el mundo del Sur, desde el Mediterráneo al Pacífico.”

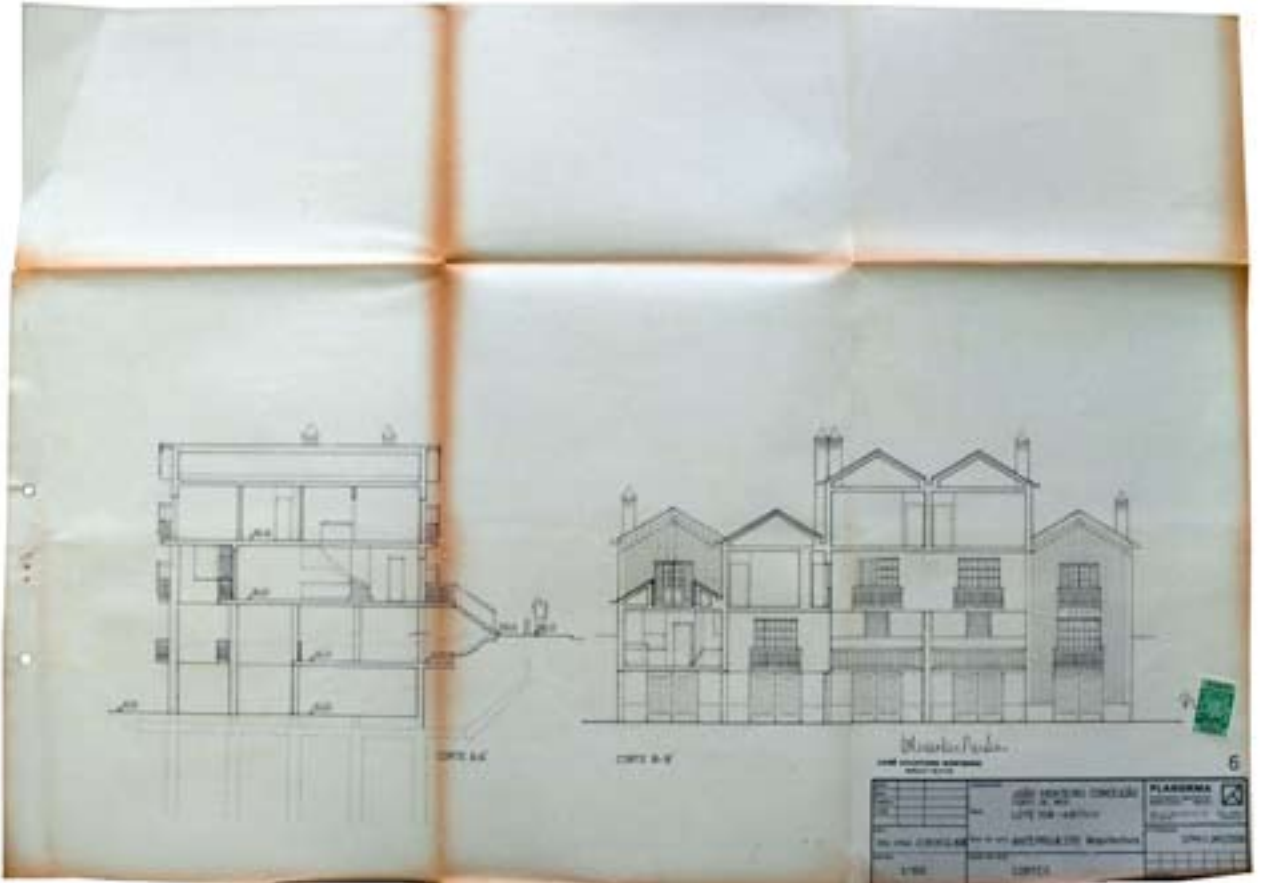
ROSSI, Aldo, *Autobiografía Científica*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1998, p. 27.

¹³⁹ José Charters Monteiro integra a equipa que desenvolve, entre 1974 e 1981, o projecto de Aldo Rossi para o Bairro da Bela Vista, em Setúbal. Conjunto de habitação social, realizado no âmbito do Fundo de Fomento da Habitação (FFH), em que colaboram, também, Gianni Braghieri, Max Bosshard, Arduino Cantafora e José da Nobrega.

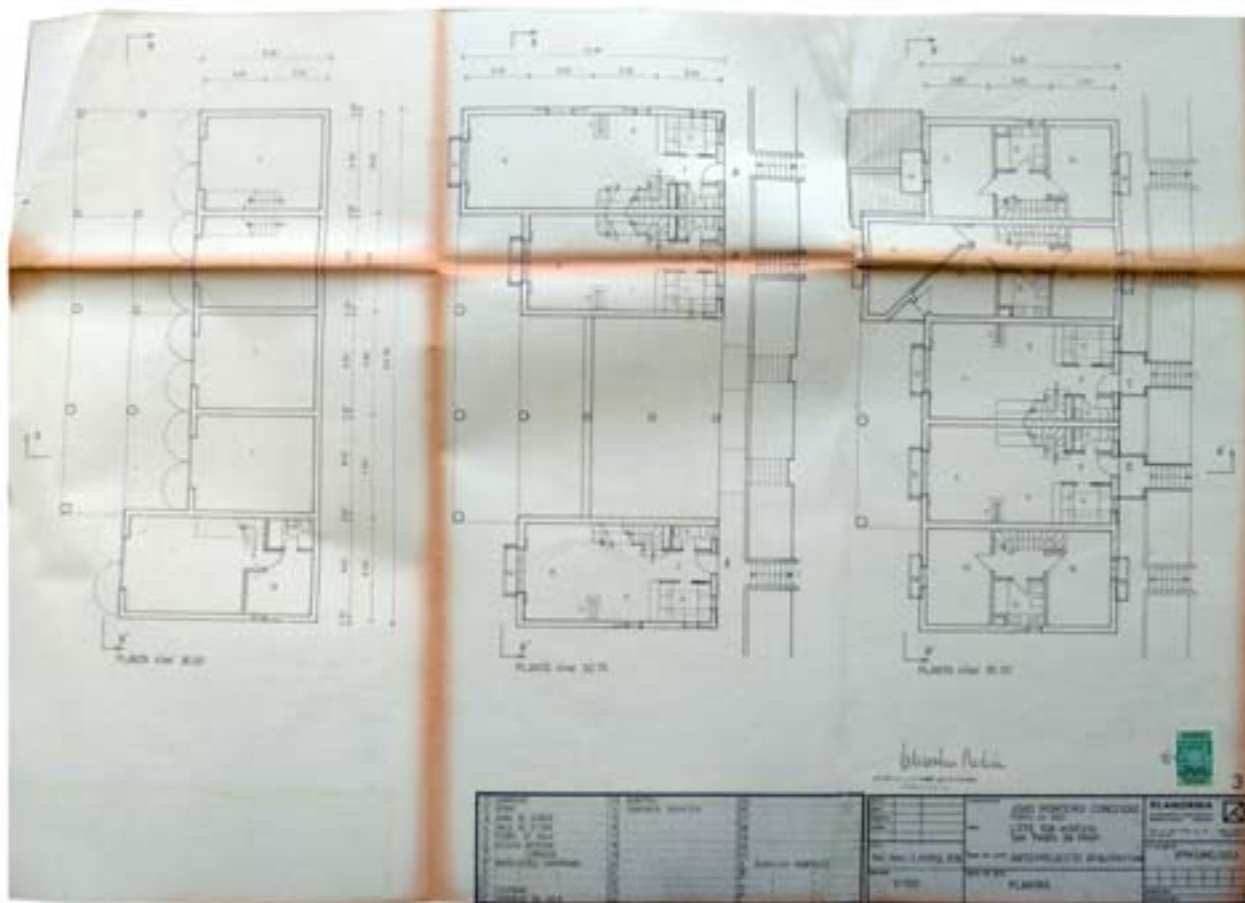
¹⁴⁰ FIGUEIRA, Jorge, “Monumentalidade e Melancolia: a Bela Vista revisitada”, in FIGUEIRA, Jorge, *A Noite em Arquitectura*, Lisboa, Relógio D'Água, 2007, p. 164.



Casas sobre a Duna,
 S. Pedro de Muel
 Fotografias da autora

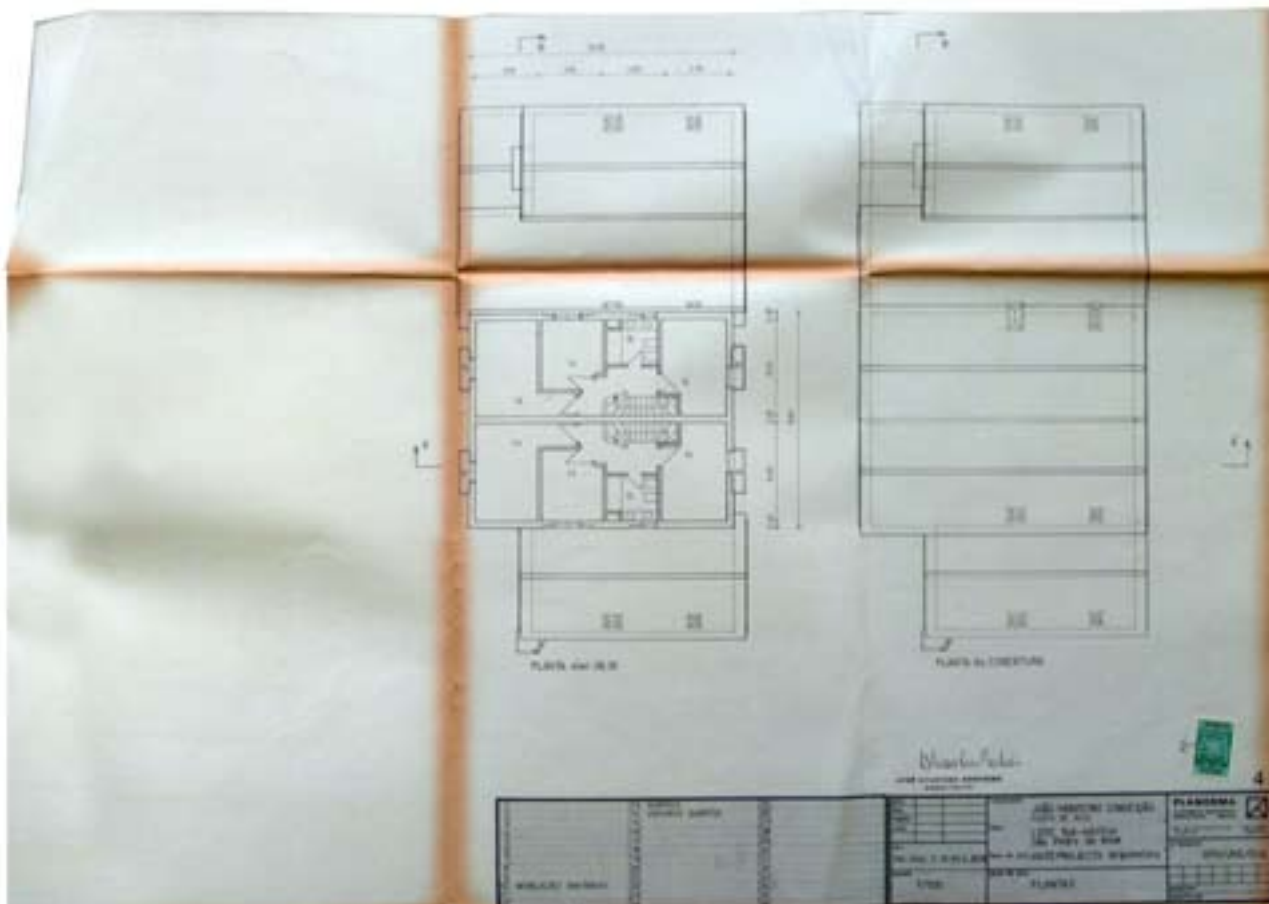


Casas sobre a Duna,
S. Pedro de Muel
Alçados e Cortes
José Charters Monteiro,
1978-1985/1990
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)



Enquanto que do lado do mar, o conjunto desmaterializa-se numa composição tridimensional de módulos cheios e vazios, definida pela estrutura de pilares que suporta os volumes construídos, apresentando-se “como uma secção de sala hipóstila ou (...) como uma frente de pinhal (...) onde os ventos podem correr, livremente, através dos pórticos e dos vazados até ao passeio”.

A pormenorização do trabalho em madeira no exterior, desde o revestimento a régua vertical, com “cobre-junta”, aos frisos decorativos que rematam as coberturas e às guardas das varandas ou das escadas de acesso às habitações, reforçam o “vínculo, no plano conceptual e tipológico, deste projecto à tradição arquitectónica da região”. Nesse sentido, também a escolha da cor pode ser entendida na relação que estabelece com a memória das primeiras casas dos guardas florestais construídas no Pinhal ou dos primeiros chalets de S. Pedro de Muel.



Mas aquele verde, “ácido e exasperado”, transporta-nos, inequivocamente, para o imaginário poético de Aldo Rossi:

“El Hotel Sirena es tan importante en mi arquitectura que incluso podría llegar-se a pensar que es una invención, un proyecto mío; (...).

Pero no es su aspecto tipológico, a fin de cuentas, el que ha influido en mi obra, sino, desde el punto de vista de lo maravilloso, su color. El Hotel Sirena estaba totalmente pintado de verde, (...).”¹⁴¹

Pela evocação selectiva de formas e de experiências do passado procura-se, agora, assegurar uma continuidade no tempo, antecipando, pela análise e pelo reconhecimento do que é constante, a realidade futura. A arquitectura coloca-se, assim, numa condição de “preexistência” que põe fim ao projecto moderno. No entanto, na obsessão de identificar, dentro da própria disciplina, uma sintaxe capaz de convocar todos os significados, todos os acontecimentos, a arquitectura tende a revestir-se de um carácter objectual que nos

Casas sobre a Duna,
S. Pedro de Muel
Plantas
José Charters Monteiro,
1978-1985/1990
(imagens Arquivo Municipal da
Marinha Grande)

¹⁴¹ ROSSI, Aldo, *Autobiografía Científica*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1998, p. 37.

reporta para uma dimensão cenográfica e monumental exterior à realidade, e, por isso, “fora de tempo”. Também as “Casas sobre a duna”, de tanto se esforçarem por “‘*pertencer*’ acabam, paradoxalmente, por se distanciarem. São ‘monumento’”.¹⁴²

Refúgios pessoais

Fora dos principais núcleos residenciais de veraneio balnear, a “Casa de Férias” prolifera por todo o litoral português, colonizando paisagens idílicas ao longo da linha de costa. Arquitecturas do “limite” - geográfico e semântico - são obras experimentais que exponenciam a capacidade inventiva e de adaptação do homem face à eloquência do contexto natural, intacto e virgem.

Espécie de abrigos construídos no meio da Natureza, de onde se desfruta e se domina a experiência do “lugar longe de casa”, da vida ao ar livre, com as comodidades e o conforto do quotidiano urbano, pelo menos no seu essencial, estas casas materializam a atracção romântica pelo inexplorado, pelo desconhecido, já não apenas de um ponto de vista contemplativo, de curiosidade e de descoberta, mas com um profundo sentido transformador, em que a própria paisagem se constitui como matéria-prima manipulável e consumível. Agora, a paisagem também se habita, também se constrói.

É neste espaço de fronteira, entre a terra e o mar, entre o finito e o infinito, que alguns arquitectos vão construir os seus refúgios pessoais, movidos por um desejo poético de retorno à Natureza primitiva.

*“Casa Branca
Casa branca em frente ao mar enorme,
Com teu jardim de areia e flores marinhas
E o teu silêncio intacto em que dorme
O milagre das coisas que eram minhas.”*¹⁴³

¹⁴² FIGUEIRA, Jorge, “Para lá do ‘contemporâneo’, regressando a Rossi”, in *A Noite em Arquitectura*, Lisboa, Relógio D’Água, 2007, p. 148.

¹⁴³ ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner, “Casa Branca”, in *Mar*, Alfragide, Editorial Caminho, 2008, p. 20. (Poema publicado pela primeira vez em *Poesia*, edição da autora, Coimbra, 1944)

O fascínio pelo limite leva-nos a recuar até à “Casa Branca”, de Raul Lino, nas Azenhas do Mar. Obra de 1920, condensa no gesto desafiador de construir sobre a falésia toda a tensão do equilíbrio sítio-edifício. *“E se um mau edifício pode ainda ser suportável (...), um edifício mal relacionado com um sítio significa todo um trecho de paisagem destruído, toda uma oportunidade perdida”*¹⁴⁴. Oportunidade que Raul Lino jamais deixaria escapar, atingindo nesta casa a essência da harmonia entre a intervenção do arquitecto e a circunstância que a envolve.



A Casa Portuguesa

Casa do Marco (Azenhas do Mar)

(imagem “Casa Portuguesa: Casa do Marco (Azenhas do Mar)”, *Ilustração*, N.º 46, 16 Novembro 1927, p. 29)

“Casa para o Verão, para ‘Week-End’, deliciosamente rústica; em baixo, uma só divisão maior, onde se está durante as horas de calôr, onde se faz, serão e onde - num recanto - se cosinha. Em cima, apenas dois quartos, e o resto dos cômodos indispensáveis alojam-se nos anexos. Nossa Senhora da Saude, pintada em estilo de pescadores, é a padroeira desta casa que, com seus taipais alaranjados e rodeada de zimbros, desperta, pelo isolamento em que está, a curiosidade de quem passa.”

“Casa Portuguesa: Casa do Marco (Azenhas do Mar)”, *Ilustração*, N.º 46, 16 Novembro 1927, p. 29.

¹⁴⁴ TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, 3.ª edição, Porto, FAUP Publicações, 1996, p. 59.

“Casa Branca”,
Azenhas do Mar
Fotografia, c.2007
(imagem
www.riodasmacas.blogspot.com)



“Casa Branca”,
Azenhas do Mar
Fotografias da autora

Como um farol atento perscrutando o mar, a “Casa Branca” joga, subtilmente, com o confronto de binómios como natural/ /artificial, horizontal/vertical, dentro/fora.

Continuando o recorte da escarpa, a casa eleva-se em dois pisos, interrompendo pontualmente a linha do horizonte. A brancura da cal actua como elemento unificador da construção (daí o seu nome), sob a qual as coberturas se fundem com os planos de parede, solução que lhe confere um carácter quase etéreo, em contraste com a textura telúrica da paisagem, e, por isso, mais próximo do céu. Leveza também reconhecível nas cores escolhidas para acentuar os detalhes em madeira, desde o portão de entrada às portadas das janelas, ou os cunhais da casa, reforçando, contra as nuvens, a espessura tridimensional do volume construído.

O programa é de uma simplicidade inusitada: uma pequena área de estar por onde se faz o acesso à casa, um “recanto de cozinha” equipado com o mínimo essencial, quarto de criada, com retrete, e quarto de “lavagens”, também com retrete, no piso inferior, e dois quartos, no piso superior. Cá fora, um pequeno alpendre de estar abrigado dos ventos de norte.

O despojamento funcional desta casa e a clareza da sua organização espacial remetem-nos para abordagens ao conceito de residência de férias bastante mais tardias, como as das casas Keil do Amaral (1941) e Guida Keil (1945-1946) no Rodísio,

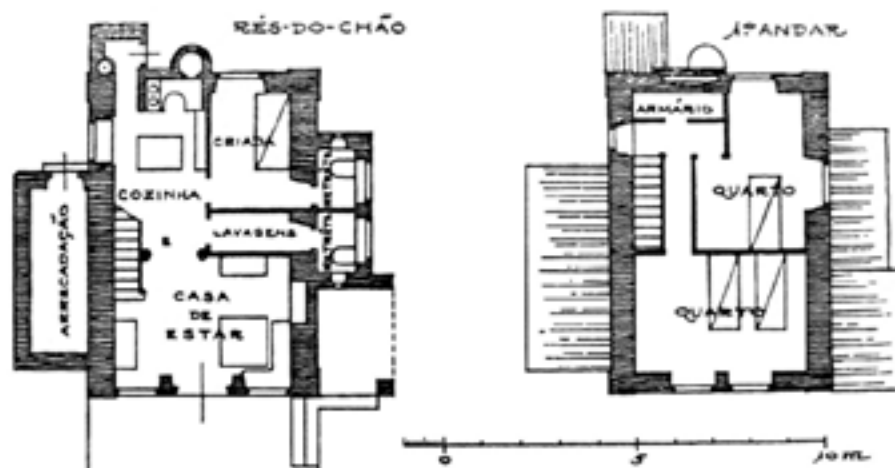
antecipando formas de estar que só vão entrar nos hábitos portugueses com a generalização da habitação secundária, no período do pós II Guerra. Nesse sentido, é também, uma obra “fora de tempo”, por perspectivar, numa lógica de recreio e de lazer, novas interpretações da existência em família e da cultura doméstica.



De resto, o projecto desta casa servirá a Raul Lino para ilustrar um dos modelos das suas *Casas Portuguesas*, apresentadas no livro de 1933: “18. CASITA À BEIRA-MAR - Situação isolada num ponto da costa, junto à orla de altas arribas, não longe do Cabo da Roca. Construção feita para resistir aos grandes vendavais. Planta muito resumida. Interior da máxima rusticidade”.¹⁴⁵

¹⁴⁵ LINO, Raul, *Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*, Lisboa, Edições Cotovia, 1992. (1.ª edição: Lisboa, Valentim de Carvalho, 1933)

Casita à Beira-Mar
Perspectiva
Raul Lino, 1933
(imagem LINO, Raul,
*Casas Portuguesas: Alguns
apontamentos sobre o
arquitectar das casas simples*,
Lisboa, Edições
Cotovia, 1992)



17a. Casita à Beira-Mar -
Plantas
(Escala 1:200)
Raul Lino, 1933
(imagem LINO, Raul,
*Casas Portuguesas: Alguns
apontamentos sobre o
arquitectar das casas simples*,
Lisboa, Edições
Cotovia, 1992)

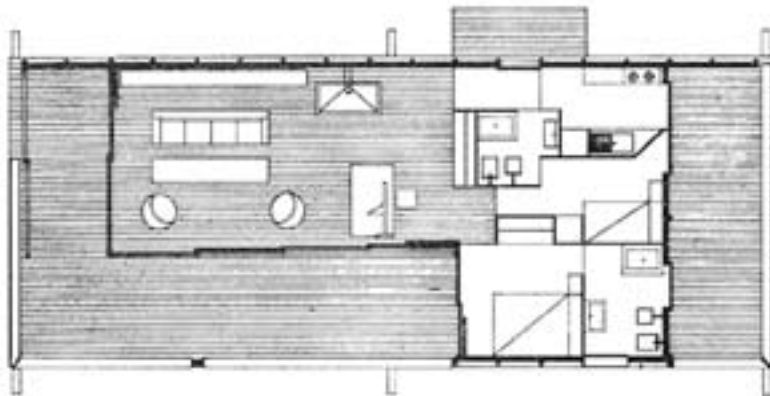
A ausência de um jardim formal em torno da casa, espaço de transição entre Natureza e edificado, salienta a sua condição de pertença ao lugar. Depois de transposto o portão, estamos simultaneamente “dentro” e “fora”, e os muros que delimitam a propriedade parecem desaparecer por entre a paisagem. Ao contrário, uma vez chegados a casa, entramos num mundo que se refugia em si mesmo e só pontualmente se abre ao exterior. Estamos “dentro”, protegidos, e se, por instantes, nos perdemos na incomensurabilidade do espaço que a vista alcança, voltamos a encontrar-nos, voltamos a ser o centro.

“Há na casa algo de rude e elementar que nenhuma riqueza mundana pode corromper, e, apesar do seu halo de solidão e do seu isolamento na duna, a casa não é margem mas antes convergência, encontro, centro.”¹⁴⁶

Quarenta anos depois, o mesmo gesto e a mesma atenção ao contexto paisagístico informam o projecto de Eduardo Anahory (1917-1985) para a sua casa na Arrábida, conhecida como “Casa Aiola”. Tal como, dez anos antes, a “Casa sobre o Mar” de Fernando Távora, a “Casa de Férias na Arrábida” precipita-se no espaço, ancorada na falésia. A atracção pela margem é, aqui, levada ao extremo, obrigando-nos a mergulhar os pés no oceano.

¹⁴⁶ ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner, “A Casa do Mar”, in *Histórias da Terra e do Mar*, Porto Figueirinhas, 2006, pp. 80-81. (Escrito em 1970)

Levitando sobre a topografia agreste da Serra da Arrábida, a casa encontra o seu lugar no momento em que a arriba desfalece no mar. É uma casa simples, uma casa-pavilhão, pensada como uma instalação efémera, provisória, que se transforma na mesma medida em que o tempo actua sobre a paisagem. A impossibilidade de se fazerem trabalhos em alvenaria, por imposições regulamentares da construção na zona¹⁴⁷, obriga o arquitecto a recorrer a sistemas estruturais alternativos.



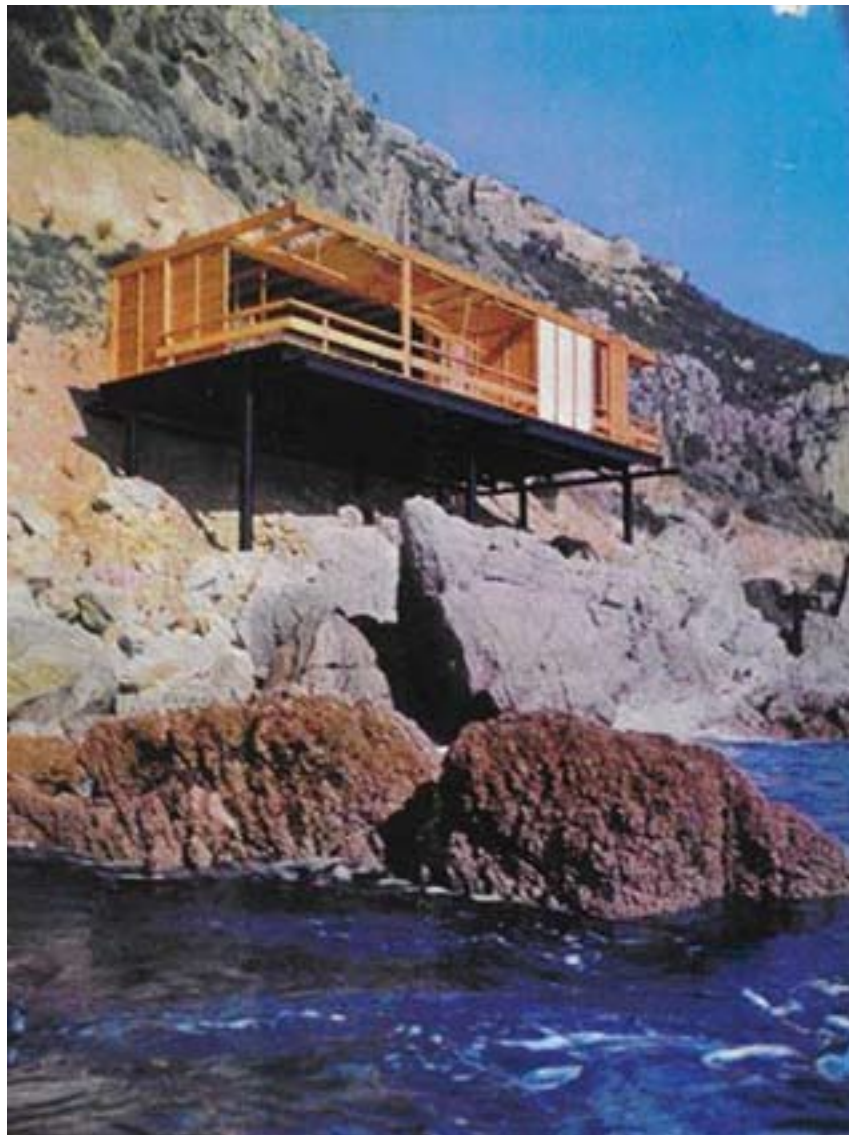
Casa de Férias na Arrábida
ou “Casa Aiola”
Planta
(Escala 1:200)
Eduardo Anahory, 1960
(imagem
www.infohabitar.blogspot.com)



Casa de Férias na Arrábida
ou “Casa Aiola”
Fotografia, c.1960
(imagem
www.infohabitar.blogspot.com)

¹⁴⁷ ANAHORY, Eduardo, “Casa de férias na Arrábida”, *Binário*, Lisboa, N.º 60, Setembro 1963, p. 480.

Casa de Férias na Arrábida
ou “Casa Aiola”
Fotografia, c.1960
(imagem
www.infohabitar.blogspot.com)



Casa Desmontável
Anteprojecto
Cortes e Perspectiva
Nuno Teotónio Pereira, 1956
(imagem TOSTÕES, Ana
(coordenação), *Arquitectura e
Cidadania: Atelier Nuno Teotónio
Pereira*, Lisboa, Quimera
Editores, 2004, p. 176)

Como a “Caseta Desmuntable” do GATCPAC, ou a “Casa Desmontável” de Nuno Teotónio Pereira¹⁴⁸, toda a concepção da casa assenta no conceito de *assemblage*, materializado a partir da conjugação, plástica e construtiva, de elementos pré-fabricados transportados de barco para o local, prevendo-se, logo no projecto, a possibilidade de se vir a aumentar “o espaço útil para dormitórios quando isso se tornasse necessário” e a “liberdade de composição, podendo alternarem-se os painéis de persiana com os de fechamento ou com as caixilharias”.¹⁴⁹

¹⁴⁸ Projectada, em 1956, para servir como habitação temporária de apoio a estaleiros de obra. (Cf. TOSTÕES, Ana, *Arquitectura e Cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Quimera Editores, 2004, pp. 176-177)

¹⁴⁹ ANAHORY, Eduardo, op. cit, pp. 480-481.

A montagem da casa seria executada em apenas noventa dias. Sobre um estrado de madeira, apoiado numa estrutura ligeira de perfis de ferro cravada na rocha, a construção é formada por um sistema porticado em pinho ao qual são aparafusados painéis de aglomerado de cortiça, revestidos, no interior, a contraplacado de mutene, nas áreas secas, e a laminado de plástico, nas húmidas, sendo apenas pintados com tinta plástica, do lado de fora. As placas de cortiça da cobertura são deixadas à vista, “*não só como partido decorativo mas também para haver a possibilidade de uma constante observação, visto que este tipo de cobertura era pela primeira vez empregado*”, e impermeabilizadas, pelo exterior, com betuminoso, pintado a alumínio. As caixilharias e as persianas são em casquinha, aquelas montadas num sistema de correr que, combinado com o funcionamento basculante das persianas, “*orientáveis pelo interior por meio de cabos e ferragens de barco*”, permite ampliar o espaço da sala para a varanda aberta ao mar.



Casa de Férias na Arrábida
ou “Casa Aiola”
Fotografia, c.1960
(imagem
www.infohabitar.blogspot.com)

Em cima:
Casa de Férias na Arrábida
ou “Casa Aiola”
Fotografias, c.1960
(sistema basculante das
persianas)
(imagens
www.citizengrave.blogspot.pt)

Esta não é a primeira incursão de Eduardo Anahory no campo pré-fabricação e da produção em série¹⁵⁰. Nem será a última.¹⁵¹

Um primeiro ensaio é realizado, em 1955, na “Casa de fim de semana em Alportuche”¹⁵², onde “*dadas as dificuldades existentes, para o transporte de materiais*” e “*de instalação de operários, pensou-se numa construção susceptível de ser realizada num mínimo de tempo*”. Aqui é testado o sistema das persianas basculantes, manobradas, pelo interior, “*por cadernais do tipo usado nos pequenos barcos de recreio*”, e, ainda que recorrendo a uma estrutura em alvenaria de tijolo, é empregue a madeira no revestimento exterior de grande parte da construção. A cobertura é em lusalite e as caixilharias de ferro que dão para a varanda “*abrem para fóra, criando uma defesa contra o vento*”.

Com uma área de apenas 49m², dividida por “*uma sala de estar de 5^mx7^m, pequena cozinha, casa de banho e dormitório*”, esta casa funciona como protótipo para a “Casa de Férias” (1960), o “Bloco de Apartamentos” na Praia de Galapos (1961)¹⁵³ e o Hotel de Porto Santo (1962), todas elas obras publicadas nas mais prestigiadas revistas europeias de projecção internacional.¹⁵⁴

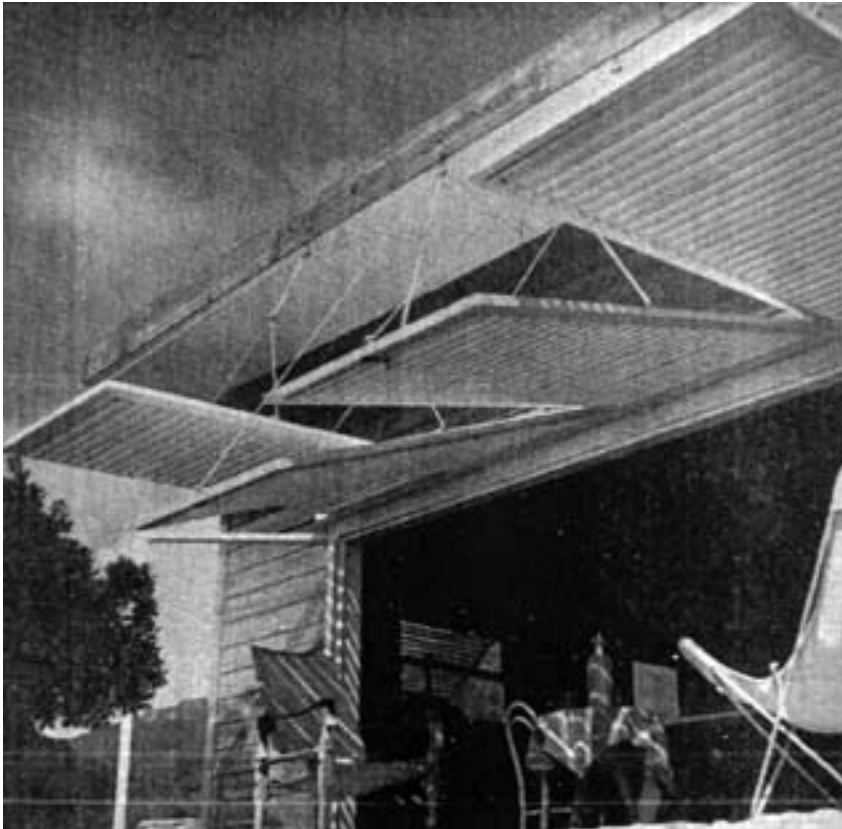
¹⁵⁰ As colaborações de Eduardo Anahory, como arquitecto-decorador, nos pavilhões portugueses da Exposição Universal de Paris (Keil do Amaral, 1937); da Feira Internacional de Nova Iorque (Jorge Segurado, 1939), onde conhece Oscar Niemeyer que o convida para trabalhar no Rio de Janeiro; da Exposição Universal de Bruxelas (Pedro Cid, 1958), em que colabora simultaneamente, como assistente do arquitecto Sérgio Bernardes, no Pavilhão do Brasil; e a autoria do Pavilhão Português da Feira Industrial de Munique (Eduardo Anahory, 1958), permitem-lhe entrar em contacto com as linguagens da vanguarda internacional e experimentar as materialidades de uma “arquitectura do efémero” como nenhum outro arquitecto português da sua geração, distinguindo-se pela atenção dada à racionalidade e essencialidade da construção, em que a estrutura é entendida como princípio conceptual, e pela adesão, pioneira em Portugal, à investigação de sistemas construtivos estandardizados de base industrial, adaptados às possibilidades técnicas da construção tradicional. (Cf. TABORDA, Pedro, “Reposição da Casa-Abrigo Eduardo Anahory: Arrábida, 1960”, 9 Novembro 2007, disponível em www.infohabitar.blogspot.com)

¹⁵¹ Em 1962, projecta em parceria com Pedro Cid, com quem trabalha no pavilhão de Bruxelas e no conjunto urbano da Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa (1959-1969), o Hotel de Porto Santo, na Madeira, obra para a qual estuda, com base nos ensaios realizados na Arrábida, “*um sistema de ‘construção seca’ composta de elementos pré-fabricados o mais leves possível*” com as instalações técnicas e de aquecimento incorporadas. O artesanato da ilha seria também aproveitado para criar uns “*quebra-sóis de vime, formando painéis que deslizam no parapeito dos terraços*”. Material já utilizado no restaurante do Pavilhão de Bruxelas e no Pavilhão de Munique como solução para revestir os tectos. (Cit. ANAHORY, Eduardo, “Hotel de Porto Santo”, *Binário*, Lisboa, N.º 88, Janeiro 1966, pp. 28-31)

¹⁵² ANAHORY, Eduardo, “Casa de fim de semana em Alportuche (Arrábida)”, *Binário*, Lisboa, N.º 23, Agosto 1960, pp. 267-268.

¹⁵³ Inteiramente pré-fabricado, o bloco de quatro apartamentos da Arrábida é projectado como “*o primeiro de uma série que se pretende instalar no local e que viria a funcionar como ‘motel’, destinando-se naturalmente um destes blocos às instalações de restaurante, serviços e outro equipamento necessário*”. (Cf. ANAHORY, Eduardo, “Bloco de Apartamentos. Praia de Galapos - Arrábida”, *Binário*, Lisboa, N.º 60, Setembro 1963, pp. 478-479)

¹⁵⁴ A “Casa de Férias” na revista *Domus* (N.º 377, de Abril de 1961), na *House Beautiful*, na *Moebel*



Casa de fim de semana em
Alportuche, Arrábida

Fotografia, c.1955

(imagem ANAHORY, Eduardo, “Casa de fim de semana em Alportuche (Arrábida)”, *Binário*, Lisboa, N.º 23, Agosto 1960, p. 267)

A propósito da publicação do Bloco de Apartamentos na Arrábida, a revista inglesa *The Architectural Review* salientava que “*uma das coisas mais intrigantes, no que respeita à arquitectura em Portugal, é que alguns trabalhos de intenção genuinamente moderna, que emergem do panorama de rotina, têm uma honestidade e autoridade que impõem respeito*”¹⁵⁵. No que se refere a este “*tipo de construções à beira-mar*” filia a elegância elementar das propostas do arquitecto português nos trabalhos do americano Craig Elwood (1922-1992)¹⁵⁶, em especial na *Hunt House*, em Malibu, de 1955.

Interior Design (N.º 3, de Março de 1962), na *L'Architecture d'Aujourd'hui* (N.º 103, de 1961), e na *DDZ - Deutsche Bauzeitschrift* (N.º 4, de Abril de 1963); o “Bloco de apartamentos”, na *Domus* (N.º 392, de 1962), na *The Architectural Review* (N.º 787, de 1963), na *L'Architecture d'Aujourd'hui* (N.º 105, de 1963), e na *Bauen+Wohnen* (N.º 6, 1963), que lhe dedica a capa e um artigo de quatro páginas; e o Hotel de Porto Santo nas revistas *Domus* (N.º 398, de 1963), *L'Architecture d'Aujourd'hui* (N.º 105, de 1963), *UIA - Révue de l'Union Internationale des Architectes* (N.º 26, 1963), *Bauen+Wohnen* (N.º 6, 1963) e *DBZ - Deutsche Bauzeitschrift* (N.º 5, 1965).

¹⁵⁵ Excerto do artigo inglês transcrito na revista *Binário*. (Cf. ANAHORY, Eduardo, “Bloco de Apartamentos. Praia de Galapos - Arrábida”, *Binário*, Lisboa, N.º 60, Setembro 1963, p. 479)

¹⁵⁶ Craig Elwood, um “self-made architect”, seria dos principais colaboradores do programa experimental das *Case Study Houses*, com três projectos construídos, entre 1952 e 1958, da sua autoria (CSH#16, CSH#17 e CSH#18). Na linha da tradição *miesiana*, a arquitectura de Elwood baseia-se em princípios de racionalidade estrutural e de verdade construtiva para alcançar o depuramento formal desejado, recorrendo, agora, à aplicação de sistemas de construção estandardizados e à combinação plástica de materiais industriais simples como representação de um certo estilo de vida.

Hunt House, Malibu
(Califórnia)

Fotografia, c.1955
(imagem

www.anavedobomgosto.blogspot.com)



Clarifica-se, “no entanto[, que] a simplicidade que aparece nas obras de Craig Elwood é a consequência de uma imensa sofisticação enquanto no trabalho de Anahory se vê claramente ser o resultado de uma consciente restrição de técnicas e dos materiais utilizados, como foi o uso de painéis de cortiça revestidos com laminado de plástico. Assim como nos outros detalhes, nota-se esta inerente simplicidade na solução dada às entradas... que, impede qualquer suspeita de que se tivesse seguido uma moda.”¹⁵⁷

Minimal sem ser minimalista, a atitude descomprometida de Eduardo Anahory coloca-o à margem dos arquitectos seus contemporâneos. A liberdade do seu pensamento arquitectónico, “longe de qualquer tradição cultural que não a decorrente do próprio processo de experimentação”¹⁵⁸, traduz-se na escolha de programas que lhe sugerem novas possibilidades de investigação construtiva e tecnológica, a que “correspondem exigências naturais de simplicidade formal”. Simplicidade formal e inovação técnica que nunca comprometem a valorização do contexto paisagístico, antes reforçam, pela unidade do processo conceptual e pela precaridade dos materiais empregues, a integridade do sítio.

¹⁵⁷ Idem, pp. 479-480.

¹⁵⁸ TABORDA, Pedro, op. cit..

São arquitecturas transitórias, “*espaços de residência não permanente - casas de fim-de-semana e de férias, [motel e] hotel*”, que se moldam às necessidades do momento e se entregam, sem preconceitos, à efemeridade dos acontecimentos. Talvez, por isso, já não existam¹⁵⁹. Talvez, por isso, o Eduardo Anahory-Arquitecto esteja, quase sempre, ausente na historiografia da arquitectura portuguesa.¹⁶⁰



Bloco de apartamentos na Praia de Galapos, Arrábida

Fotografias, c.1961
(imagens ANAHORY, Eduardo, “Bloco de Apartamentos. Praia de Galapos - Arrábida”, *Binário*, Lisboa, N.º 60, Setembro 1963, p. 479)

¹⁵⁹ Destas quatro obras apresentadas na revista *Binário*, apenas o Hotel de Porto Santo se mantém actualmente.

¹⁶⁰ O que não deixa de ser interessante se tivermos em conta que Eduardo Anahory é um dos dois primeiros arquitectos portugueses a ser convidado para participar nos Pequenos Congressos Espanhóis, realizados entre 1959 e 1969. Segundo conversa com o Arquitecto Nuno Correia, Oriol Bohigas terá tido conhecimento das obras de Anahory através de uma das publicações internacionais sobre a sua Casas de Férias na Arrábida, numa visita ao RIBA, em Londres, onde também conhece o arquitecto José Aleixo França, que irá servir de intermediário entre Bohigas e Anahory. Na sequência desse encontro, os dois arquitectos portugueses são convidados a participar no 4.º Pequeno Congresso, realizado, em 1961, em Córdova, dedicado aos problemas funcionais em vivendas mínimas standardizadas. No final, nenhum dos três estaria presente naquele evento.

Se as abordagens de Raul Lino e de Eduardo Anahory são diametralmente opostas, quer na escolha da implantação e na orientação volumétrica da construção, quer na concepção estrutural e formal das soluções propostas, “Pitum” Keil do Amaral introduz uma diferente aproximação ao tema da falésia com a “Casa de Férias” que projecta para a família em Alporchinhos. Aproximação que, aqui, vai implicar afastamento, para encontrar o seu lugar no vasto promontório da Sra. da Rocha.

Na ausência de referências próximas edificadas, a casa implanta-se mesmo junto à estrada, deixando o extenso lote, até ao mar, liberto de quaisquer outras edificações. À sua volta, a paisagem plana estende-se sem fim, alheia, ainda, às “Nuvens Negras”¹⁶¹ que, em breve, iriam ameaçar o equilíbrio natural da costa algarvia. Sob a influência do Inquérito, “Pitum” Keil do Amaral propõe uma “*reflexão significativa sobre o vernáculo em ambiente mediterrânico*”¹⁶², recriando de forma erudita os símbolos de uma arquitectura de tradição popular.

A lembrar um búzio que deu à costa, a casa desenha-se como uma “*concha protectora*”, construindo o seu próprio espaço, abrigado de olhares estranhos, dos ventos marítimos e do sol penetrante. Casa-muro, baixa e densa, acusa, na simplicidade e pureza das formas e das superfícies iluminadas sob a brancura da cal, o seu carácter intrinsecamente meridional.

Dos tipos de habitação do Algarve recupera os elementos morfológicos e arquitectónicos mais significantes. O pátio adossado à fachada sul, fazendo-se por ele o acesso à habitação, marca o lugar de reunião exterior onde, à sombra do muro que nos abraça e protege, se convive amenamente. Espécie de pequena praça, este é também o lugar do poço, centro nevrálgico de sociabilização nas estruturas primitivas de aglomeração humana.

¹⁶¹ Título do artigo que Francisco Keil do Amaral publica no *Diário de Lisboa*, a 23 de Fevereiro de 1961, em que alerta para a crescente descaracterização do litoral Algarvio sob os interesses económicos de especuladores nacionais e estrangeiros.

¹⁶² TOSTÕES, Ana, “Casas de Férias Modernas, Anos 50 e Estilo Contemporâneo. A utopia de uma Doce Vida”, *JA - Jornal Arquitectos (As Praias de Portugal I)*, Lisboa, N.º 196, Maio-Junho 2000, p. 51.



“No Verão, é aí que se recebem as visitas, servindo então como prolongamento da sala, para cujo fim está equipado com bancos para funcionar como assento e, neste caso, é revestido com ladrilhos ou lajedo, onde a cal abundantemente empregada enriquece e plasticiza as formas.”¹⁶³

Casa-Abrigo em Alporchinhos,
Senhora da Rocha (Algarve)
Fotografia, c.1958
(imagem www.skyscrapercity.com)

Também a açoteia, recurso característico da sub-região do Algarve Calcário (entre Porches e Tavira), está presente, utilizada, aqui, como solário-mirante onde se tomam banhos de sol e se espreita ao longe o mar. A ligação a este espaço é feita pelo exterior, por meio de umas escadas que, do pátio, se lançam encostadas à casa.

“É mais uma dependência da habitação que completa a função do pátio ou da eira. Mas nem sempre a açoteia se limita a uma área da casa; por vezes constitui a única cobertura utilizada, (...).”¹⁶⁴

Os elementos decorativos concentram-se na moldura colorida em relevo da “platibanda” e no coroamento da chaminé.

“É nas platibandas e chaminés que se manifesta a mais rica exuberância decorativa do algarvio, podendo-se considerar alguns exemplos autênticos motivos de arte popular.”¹⁶⁵

¹⁶³ MARTINS, Artur Pires, CASTRO, Celestino de, TORRES, Fernando, “Zona 6”, in *Arquitetura Popular em Portugal*, 4.ª edição, Volume 2, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004, p.284. (1.ª edição: Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961)

¹⁶⁴ Idem, p. 320.

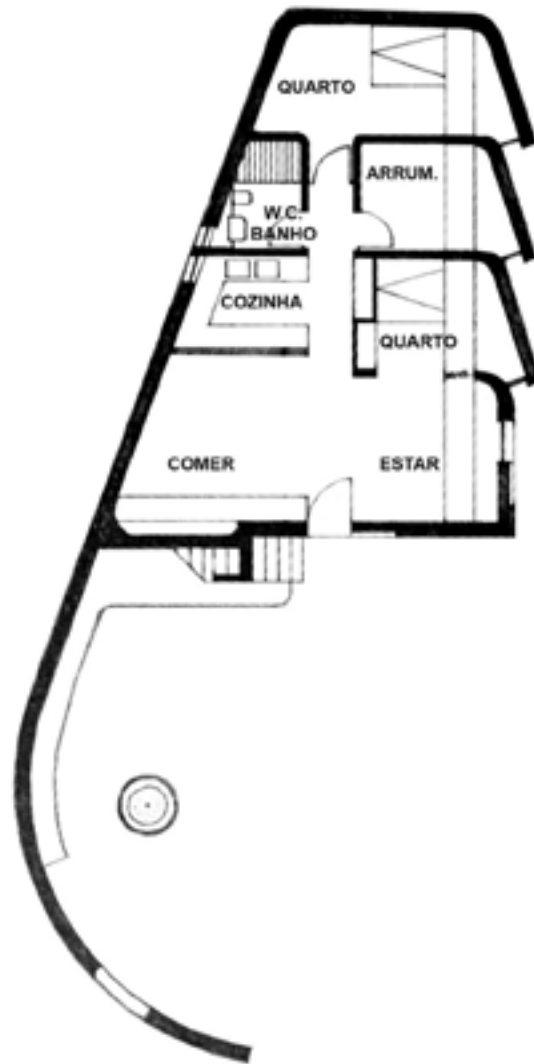
¹⁶⁵ Idem, p. 350.



Raio-X de um Búzio
(imagem adaptada de
www.teralab.co.uk)

Casa-Abrigo em Alporchinhos,
Senhora da Rocha (Algarve)
Planta
(Escala 1:200)

Pitum Keil do Amaral, 1958
(imagem adaptada de TOSTÕES,
Ana, "Casas de Férias Modernas,
Anos 50 e Estilo Contemporâneo. A
utopia de uma Doce Vida", *JA - Jornal
Arquitectos (As Praias de Portugal I)*,
Lisboa, N.º 196, Maio-Junho 2000,
p. 52)



Fora as evidentes referências à tradição arquitectónica local, o arquitecto vai buscar inspiração a formas da vida marinha para desenhar a estrutura da casa, numa analogia biológica rudimentar que nos remete para a percepção da habitação como um organismo. Se, do lado da rua, a integridade do plano de muro é mantida, quase impenetrável, num gesto contínuo que exalta a ideia de privacidade, do “lado de dentro”, o alçado nascente fragmenta-se numa sucessão de “escamas”, ou “guelras” verticais, que filtram expressivamente a luz e o ar para o espaço interior dos quartos. Texturas volumétricas que nos remetem para a obra mediterrânica de José Antonio Coderch, em particular a sua residência de férias em Caldes d’Estrac (1955), a Norte de Barcelona, e, posteriormente, refinadas na Casa Ulriach (1961) e na Casa Rozes (1962).

Já a cobertura plana utilizável, com o seu muro protector e arestas vivas recortadas contra a paisagem, faz lembrar a Casa Curzio Malaparte (1938-1943), de Adalberto Libera, em Capri, onde Brigitte Bardot toma banhos de sol no filme de Jean Luc Godard, *Le Mépris*, de 1963.

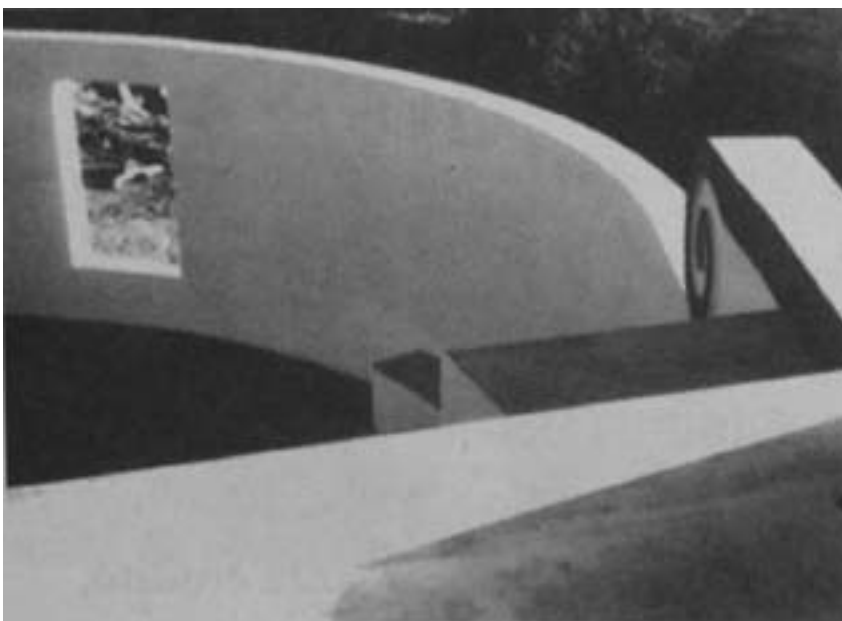
Na materialização da obra evocam-se saberes ancestrais, aprendidos numa prática artesanal que assume, sem subterfúgios, a expressão própria dos materiais e das técnicas empregues. Simplicidade de meios de construção que Sérgio Fernandez também se propõe visitar, no extremo oposto de Portugal, na sua *Vill' Alcina*, em Caminha, projecto de 1971.



Casa-Abrigo em Alporchinhos,
Senhora da Rocha (Algarve)

Fotografias, c.1958

(imagens de TOSTÕES, Ana, "Casas de Férias Modernas, Anos 50 e Estilo Contemporâneo. A utopia de uma Doce Vida", *JA - Jornal Arquitectos (As Praias de Portugal I)*, Lisboa, N.º 196, Maio-Junho 2000, p. 52)



Se a designação de “Villa” nos transporta para o universo burguês de finais do século XIX, e em particular para o imaginário dos torna-viagem do Brasil (onde a referência ao principal elemento feminino da estrutura familiar é uma constante), ela aparece, aqui, como uma clara provocação, porque de burguesa e de vontade de representação esta casa não tem nada.¹⁶⁶

Pensada como lugar de vivência em estreita comunhão com a Natureza, longe das rotinas mecânicas do quotidiano urbano, a casa de Caminha propõe uma reinterpretação culturalmente descomprometida das formas e dos usos convencionais do espaço doméstico, anunciando a liberalização de costumes que a revolução de Abril iria, em breve, espoletar. A residência de férias, como modelo tipológico, ganha, aqui, uma autonomia inédita em relação ao seu referente original - a habitação permanente - alcançando uma identidade própria, já não apenas justificada pela situação excepcional do contexto paisagístico em que se implanta, mas, e sobretudo, pela proposta de novos significados espaciais. Significados que, inversamente, vão, também eles, contaminar a concepção tradicional da vida em família.

Vill'Alcina, Caminha
Fotografia da autora



¹⁶⁶ Na verdade, a designação de *Vill'Alcina* provém de um dístico que existia na casa que o avô materno de Sérgio Fernandez construiu, em Braga, para a filha Alcina (a mãe do arquitecto) e que, quando aquela foi vendida, foi retirado e colocado à entrada da casa de Caminha.



Vill'Alcina, Caminha
Fotografia da autora

A organização formal da casa em compartimentos funcionais estanques dá lugar à densidade e à sobreposição programáticas, pela interpenetração de usos e a desmaterialização das fronteiras entre os espaços, sem, no entanto, se perder a autonomia e a privacidade necessárias ao seu reconhecimento e à sua utilização. A cozinha que é Sala de Comer e Sala de Estar ao mesmo tempo, os quartos que não são “quartos” mas “*armário para dormir*”, o corredor que é passagem e varanda aberta à paisagem. Composições espaciais que sugerem uma reflexão sobre os arquétipos do habitar - o “fogo” e a “alcova” -, elementos em torno dos quais se estrutura o programa. A casa reduz-se, assim, ao seu essencial, para encontrar a expressão e a escala justas na redefinição dos conceitos de bem-estar e de conforto. Para o que também contribui a selecção criteriosa das vistas a enquadrar, numa sucessão de ambientes que filtram ou expõem as relações com o exterior.

A mesma procura de desconstrução e de reinvenção dos códigos estabelecidos está presente na formalização da obra. Sobre as aspirações de distinção social associadas à aquisição da segunda residência, enquanto “*expressão de cultura e de gosto que se traduz, nomeadamente, na escolha de quem a desenha*”¹⁶⁷, prevalece a preocupação de integrar a construção na paisagem, anulando o impacto da sua presença no território e, conseqüentemente, qualquer sentido de afirmação simbólica ou autoral.

*“Era uma intenção do projecto fazer desaparecer a arquitectura, torná-la invisível, não só pela discrição física e diluição no terreno em que se insere, mas também pelo modo como o projecto parece ser indiferente perante a possibilidade de afirmar alguma representatividade ou autoria.”*¹⁶⁸

Princípio reforçado pela situação particular de a Casa de Caminha não ser uma só casa, mas duas. Na verdade, a *Vill’Alcina* tem o seu duplo - “a casa do lado” -, condição que lhe retira a dimensão de peça única, exclusiva.

Vill’Alcina, Caminha
Fotografia de Inês d’Orey, 2008
(imagem TAVARES, André,
BANDEIRA, Pedro (editores), *Só Nós*
e *Santa Tecla*, Porto, Dafne Editora,
2008, p. 79)



¹⁶⁷ OLIVEIRA, Maria Manuel, “Linha de Sombra”, in TAVARES, André, BANDEIRA, Pedro (editores), *Só Nós e Santa Tecla*, Porto, Dafne Editora, 2008, p. 30. (Equações de Arquitectura, 71)

¹⁶⁸ TAVARES, André, BANDEIRA, Pedro (editores), *Só Nós e Santa Tecla*, Porto, Dafne Editora, 2008, p. 7. (Equações de Arquitectura, 71)



Vill' Alcina, Caminha
Fotografia da autora

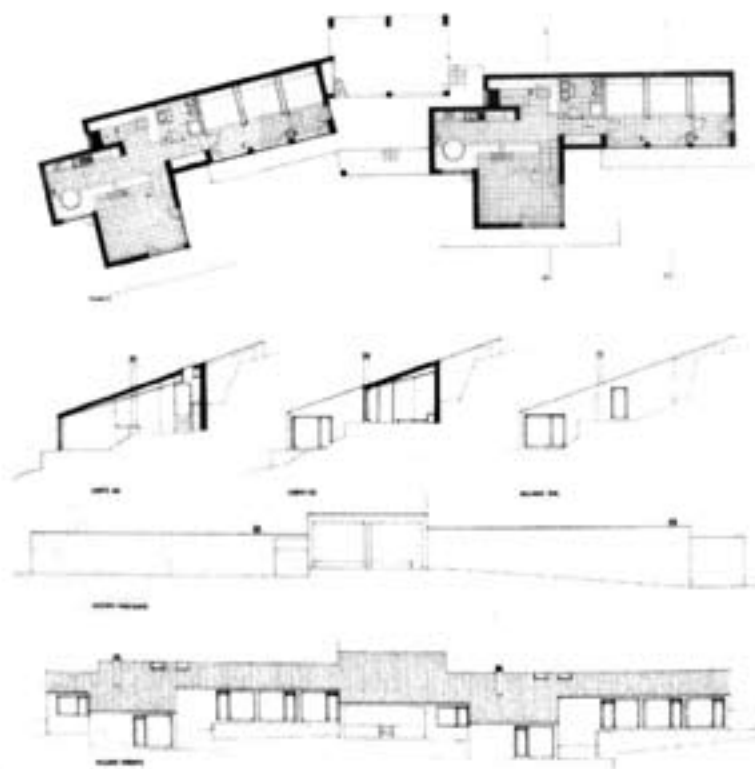
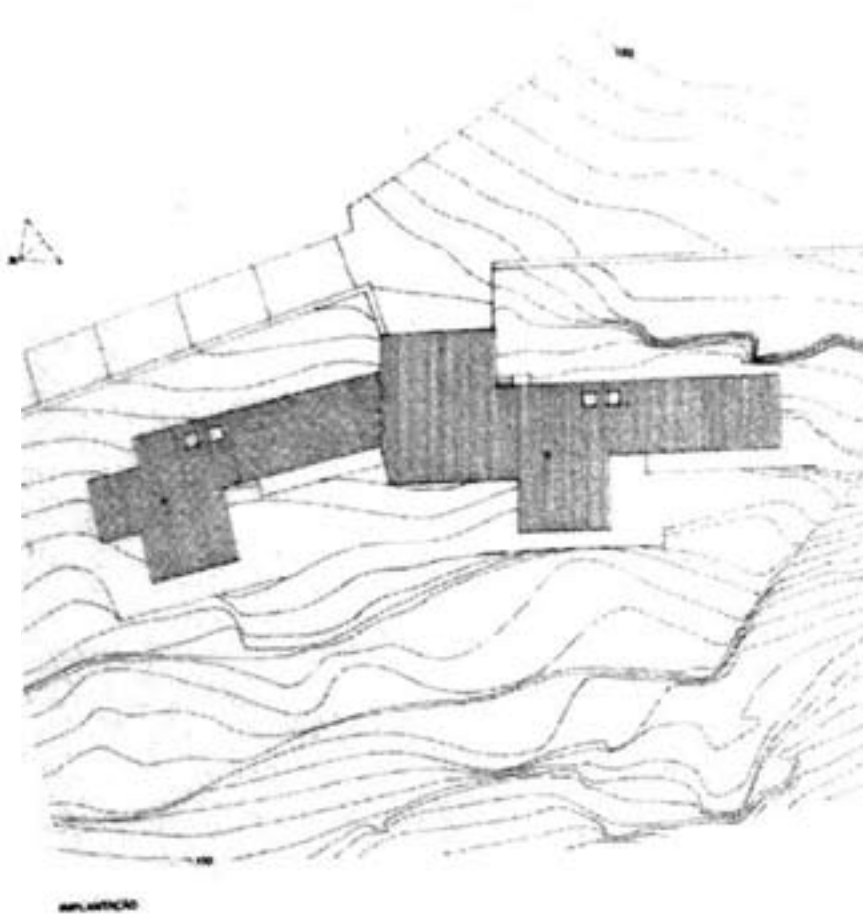
À aparente ausência de “arquitectura” alia-se a elementaridade dos materiais e dos sistemas construtivos adoptados, determinada, à partida, por razões pragmáticas de economia de recursos e de investimento, mais do que pela aproximação a um qualquer discurso erudito pré-construído. A preocupação em simplificar os processos de construção e a utilização expressiva das qualidades da matéria bruta resultam, assim, da experiência prática do arquitecto e da resolução técnica de problemas levantados no decurso da obra, sempre em estreito diálogo com o mestre construtor.

Racionalidade de esforços e de meios que se submete e põe em evidência o conceito espacial proposto. Porque se, de fora, a casa é quase “invisível”, por dentro, toda ela é “visualidade”, quer no tratamento *open space* dado ao núcleo das salas e cozinha, unificado sob um mesmo tecto que ecoa a topografia do terreno, ou, mesmo, na permissividade *voyerística* do espaço das alcovas, que se “encerram” por meio de uma simples cortina, quer na escolha estratégica das panorâmicas a desfrutar ao longo dos percursos desenhados na vivência da casa.

É este exercício sobre a essência do “habitar” que torna esta obra uma obra singular. A *Vill' Alcina* é, simultaneamente, o paradigma da “Casa de Férias” e a sua negação. É quase uma “não casa”, para passar a ser, ela própria, paisagem que se habita.

Vill' Alcina, Caminha
Plantas, Cortes e Alçados
(Escala 1:500)

Sérgio Fernandez, 1971-1973
(imagem adaptada de TAVARES,
André, BANDEIRA, Pedro (editores),
Só Nós e Santa Tecla, Porto, Dafne
Editora, 2008, p. 76)



Última casa moderna construída em Portugal, segundo Jorge Figueira¹⁶⁹, a Casa de Caminha faz a síntese plena entre a “*cultura corbusiana*”, que Sérgio Fernandez domina pela colaboração, entre 1957 e 1965, com Viana de Lima, e a “*cultura neo-realista*”, que informa o seu trabalho de CODA, de 1964, realizado em Rio de Onor. “*Aproximação ao real*” que já nada tem a ver com a redescoberta da Arquitectura Popular da década de 1960, mas que se fundamenta, agora, em questões de ordem prática e, acima de tudo, ideológica.

Para trás ficavam, ainda, a Casa das Marinhas (1954-1956), de Alfredo Viana de Lima (1913-1991), e a Casa do Guincho (1960), de Francisco da Conceição Silva (1922-1987), ambas tentativas dessa mesma desejada síntese disciplinar entre modernidade e tradição.

A Casa das Marinhas, em Esposende, pela intenção de integrar uma preexistência - o moinho - na sua arquitectura. Ideia logo “*ultrapassada*” pela força geométrica de uma “*nova totalidade compositiva*”¹⁷⁰, claramente referenciada à “*disciplina métrica (...) do modulator*”, em que existente e construção de raiz parecem inverter, plasticamente, os seus papéis: o “*novos*” é trabalhado em alvenaria de pedra aparelhada aparente enquanto que o “*velho*” se apresenta rebocado e liso. E a Casa do Guincho, pela combinação das duas linguagens numa “*mistura heterogénea*” em que os dois momentos são reconhecíveis formalmente: sobre um soco de pedra à vista eleva-se e suspende-se o volume racionalista da casa, organizado funcionalmente, em U, em torno de um pátio exterior que é encerrado, a sul, por um plano rústico de alvenaria de evocação mediterrânica.

Nos dois casos, a concepção do espaço interno é devedora da retórica espacial moderna: funcionalidade, fluidez e transparência.

¹⁶⁹ FIGUEIRA, Jorge, “A casa do lado”, in TAVARES, André, BANDEIRA, Pedro (editores), op. cit., p. 57-61.

¹⁷⁰ MENDES, Manuel, “Terra quanto a vejas, casa quanto baste”, in TAVARES, André, BANDEIRA, Pedro (editores), op. cit., p. 132.



Casa das Marinhas, Esposende
Fotografia da autora

e

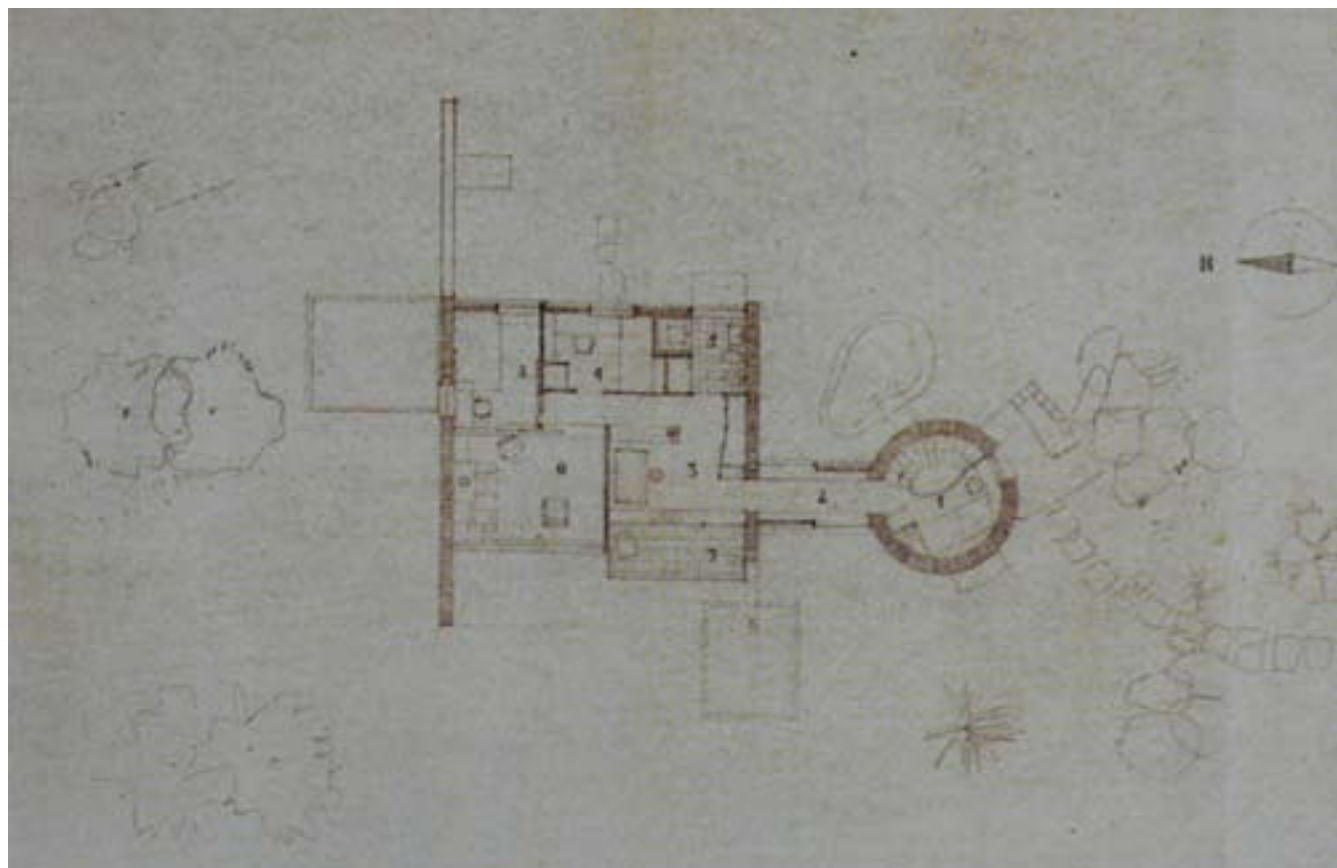
Planta Piso Térreo

(Escala 1:200)

Alfredo Viana de Lima,

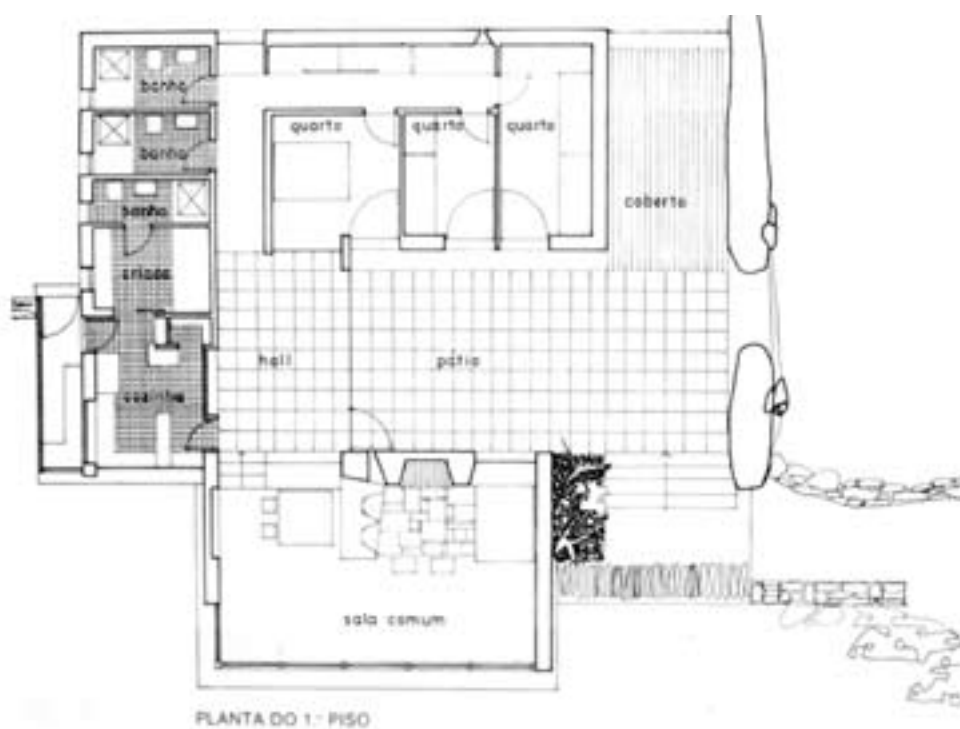
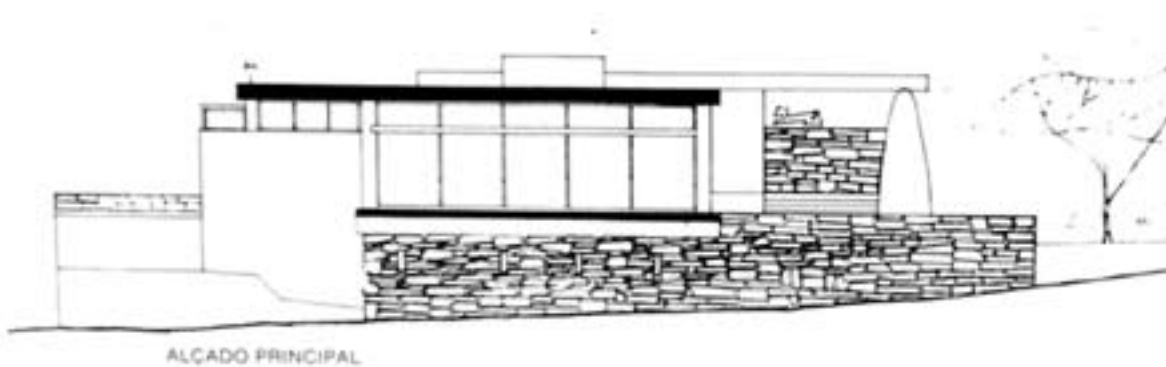
1954-1956

(imagem TOSTÕES, Ana
(coordenação científica), *Arquitectura
Moderna Portuguesa: 1920-1970*,
Lisboa, MC/IPPAR, 2004, p. 241)





Casa Conceição Silva
 Guincho, Cascais
 Fotografia, c.1960
 e
 Alçado Principal e
 Planta
 (Escala 1:200)
 Francisco Conceição Silva,
 1960
 (imagens Francisco da *Conceição
 Silva Arquitecto: 1922-1982*, Lisboa,
 Sociedade Nacional de Belas
 Artes/Associação dos Arquitectos
 Portugueses, 1987, p. 50-51)



Hoje, coloca-se a questão do que é uma “Casa de Férias”. E de se ainda faz sentido falarmos de “Casas de Férias”.

Para a nova classe de turistas em trânsito e para os emergentes conceitos de férias, será este um investimento a considerar? Ou será esta uma tipologia em extinção? E, mesmo persistindo, o que é que distingue a “Casa de Férias” da residência permanente? A sua arquitectura? A sua localização? O contexto em que se insere? A proposta de uma diferente espacialidade? O programa? A oferta de comodidades específicas (a piscina, o *barbecue*, o terraço)? Ou, apenas, a frequência e o regime da sua utilização?

A verdade é que, contra todas as expectativas, continuamos a construir “Casas de Férias”. Ou melhor, “Segundas Residências”. Agora, cada vez mais para o interior, porque o litoral, esse, já há muito que se encontra saturado.

No *Plano Director da Cidade de Lisboa*, de 1948, Etienne De Gröer definia a margem sul do Tejo como “*subúrbio industrial*”, englobando os grupos do Barreiro-Moita-Seixal e do Montijo-Alcochete, ligado à extensão de Vila Franca de Xira pela futura ponte Marechal Carmona, inaugurada a 30 de Dezembro de 1951. Almada destaca-se nesta frente ribeirinha como “*subúrbio principalmente residencial*”, servido por carreiras regulares de transporte fluvial entre o Cais do Sodré e Cacilhas, que, numa espécie de imagem reflectida de Lisboa, apresenta o seu próprio núcleo turístico: a Costa da Caparica.

A Caparica (ou, “capa rica”, segundo a lenda), a primeira das praias atlânticas a sul de Lisboa, com as suas comprovadas qualidades terapêuticas ficará, também, conhecida como a “Praia do Sol”, referência evidente à helioterapia e, num duplo sentido, à sua rival mais a norte, constituindo-se como um importante centro balnear dos arredores da capital, sem, no entanto, alguma vez alcançar a projecção cosmopolita da outra “Costa”. Antiga povoação piscatória de “*casas de tecto palhiço [com] um ar ainda mais primitivo que os palheiros de Mira ou Costa Nova*”, segundo o Guia de Portugal de Raúl Proença, de 1924, as suas potencialidades como refúgio de veraneio para as classes populares e operárias, em contraponto aos Estoris, são cedo reconhecidas com a construção da primeira colónia de férias da Fundação para a Alegria no Trabalho (FNAT), em 1938.

Introduzindo o conceito de “Turismo de massas” em Portugal, ou, neste contexto específico, talvez mais “para as massas”, a filosofia de “Um lugar ao Sol” do Estado Novo nada tinha a ver com a visão futurista de Cassiano Branco para a *Praia Atlântico*, apresentada cinco anos antes, embora ambas anunciassem, pioneiramente, a conquista de direitos sociais que só com a regulamentação das férias pagas, em 1937, se vieram a concretizar, e timidamente. Se esta encontrava eco nas experiências contemporâneas de um *Pueblo de Veraneo en la Costa Brava* de Josep Lluís Sert, de 1929, ou na *Ciutat de Repòs i de Vacances* do GATCPAC, de 1936, aquela procurava raízes na acção doutrinadora da *Opera Nazionale Dopolavoro* italiana e da *Kraft durch Freude* alemã. Mas nada à escala do ambicioso complexo balnear de Prora.

Uma década depois, o *Plano de Urbanização da Costa da Caparica* de João Guilherme Faria da Costa, integrado numa estrutura regional definida, tal como na Costa do Sol, por um “Plano Geral” que Etienne De Gröer desenvolve para o concelho de Almada, recupera a ideia do crescimento policêntrico defendido por Howard, determinando para o conjunto da Trafaria e da Costa da Caparica um máximo ideal de 25.000 habitantes, para além do qual a extensão urbana assentaria num conjunto de povoações satélite, implantadas ao longo da Praia, a sul do aglomerado central. Também aqui, a casa unifamiliar apresenta-se como tipologia privilegiada, agora organizada segundo um esquema urbanístico inspirado no *Plano da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro*, de 1945. Excepcionalmente, a nova Alameda Marginal é projectada como uma moderna zona habitacional, com blocos colectivos de apartamentos, de sete pisos de altura, perpendiculares à linha de costa, reflectindo a crescente influência que a “Carta de Atenas” e o urbanismo moderno têm na prática dos profissionais portugueses.

Mas, se na Costa do Sol é de automóvel que se percorre a Marginal, na Caparica é de barco e de camioneta que se chega à Praia.

Praia Atlântico

Numa das suas raras incursões pelo urbanismo¹, Cassiano Branco (1897-1970) propõe, em 1930, uma “solução urbanista” para a Costa da Caparica. Sugestivamente intitulado *Praia Atlântico*, o “pormenor” que desenha condensa, numa única perspectiva, a visão de um moderno centro de recreio para as massas à beira-mar. Reflexão que, aparentemente, não se enquadra em qualquer tipo de encomenda, antes parte da própria iniciativa do arquitecto, na vontade de intervir activamente na transformação da realidade do seu país. E essa realidade estava longe da subentendida no modelo progressista de “Cidade do Lazer” idealizado.

Em alternativa ao Estoril, onde, nesse mesmo ano, se inaugura o Hotel Palácio, a proposta para a Caparica prefigura um espaço aberto, contínuo e sem limites que se desenvolve paralelamente à costa, segundo um traçado urbano regulador uniforme. O automóvel marca a sua presença como epítome dos novos tempos, determinando o sobredimensionamento da malha viária prevista. Para Cassiano Branco, “*instalar todos os individuos e drenar rapidamente a sua circulação*” são os principais problemas da cidade moderna². Princípios que nos reportam para a definição funcional de “urbanização” introduzida por Cerdá na sua *Teoría general de la Urbanización*, de 1867, que postulava que “*qualquer espaço deve satisfazer duas necessidades: o movimento e o repouso*”³; ou, para uma das máximas panfletárias de Le Corbusier, “*la ville qui dispose de la vitesse dispose du succès - vérité des temps*”, cristalizada no seu livro *Urbanisme*, de 1924, de que o

¹ Apenas se conhecem as suas propostas para uma Cidade do Filme Português (1930), em Cascais, encomenda da Junta de Turismo local; do Plano da Cidadela de Cascais até à Ponte de Santa Marta e de um molhe para barcos de pequena tonelagem (1933), para a Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Cascais; do Projecto de Reintegração arquitectónica da Praça de D. Pedro IV (Rossio) (1934), concurso; do Plano de Urbanização da Central Hidroeléctrica de Belver (1947), assim como o Arranjo Urbanístico da Barragem de Pracana (1952); e do Plano Geral de Ordenação na Zona Central de Lisboa (1952), publicado no Diário de Lisboa, a 25 de Janeiro, a acompanhar a entrevista “Os problemas da cidade moderna segundo o arquitecto Cassiano Branco: instalar todos os individuos e drenar rapidamente a sua circulação”. (Cf. *Cassiano Branco: Uma obra para o Futuro*, Porto, Câmara Municipal de Lisboa/Edições ASA, Dezembro 1991)

² “Os problemas da cidade moderna segundo o arquitecto Cassiano Branco: instalar todos os individuos e drenar rapidamente a sua circulação”, *Diário de Lisboa*, 25 Janeiro 1952, p. 1.

³ CHOAY, Françoise, *A Regra e o Modelo: Sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007, p.255.

arquitecto português, certamente, terá conhecimento pela visita que realiza, em 1925, à *Exposition Internationale des arts et des techniques dans la vie moderne* de Paris, onde é apresentado, no *Pavillon de L'Esprit Nouveau*, o polémico *Plan Voisin* idealizado, pelo mestre suíço, para a capital francesa.⁴



Plan Voisin
Perspectiva
Le Corbusier, 1925
(imagem www.fondationlecorbusier.fr)

Embora partindo de princípios e com resultados bastante diferentes, tal como aquele, o “plano” da Costa da Caparica pretendia fixar a imagem da urbe moderna, neste caso dedicada exclusivamente ao ócio e aos tempos livres, avançando com um modelo espacial que, aqui, deixa implícita, porque ausente da correspondente dimensão teórica, uma crítica à cidade existente, histórica. Em contraposição, formula um novo ideal, físico, de cidade. Mas um ideal ancorado a uma realidade concreta. Tem um lugar (Costa da Caparica) e um nome (Praia Atlântico) próprios. O que não implica que deixe de se inscrever no domínio da utopia⁵. De facto, a “cidade” de Cassiano Branco é “*um estabelecimento fictício e fantástico, criado pelo imaginário da técnica*”.⁶

⁴ Plano que tem por base o estudo para uma *Ville contemporaine de trois millions d'habitants*, de 1922, e o seu livro *Urbanisme*, publicado em 1924, e que terá seguimento na proposta para uma *Ville Radieuse*, de 1930, divulgada pelas *Editions de l'Architecture d'Aujourd'hui*, cinco anos depois.

⁵ Em *A Regra e o Modelo*, Françoise Choay demonstra que toda a utopia é sustentada e organizada, ainda que parcialmente, por uma relação tripartida que pressupõe uma crítica à sociedade existente, considerada “má”, a que se opõe, como imagem invertida, o projecto de uma sociedade “boa”, no que designa de “metáfora médica”, para o qual se torna obrigatória a concepção de um espaço-modelo que lhe sirva de suporte construído.

⁶ Citação extraída da entrevista a Françoise Choay realizada pelo jornal *Courrier International*, em Maio de 2003, com o título “A Utopia de hoje é reencontrar o sentido do lugar”, disponível em www.oprurb.org.

A esta nova ordem espacial correspondia, necessariamente, uma nova expressão arquitectónica, decorrente dos avanços técnicos introduzidos com a generalização do emprego do betão armado na construção. A adesão às correntes modernistas da arquitectura internacional é evidente na formalização da proposta para a Caparica.

Será na obra de Robert Mallet-Stevens (1886-1945) que mais directamente se revelam essas afinidades. Autor do *Pavillon du Tourisme* da *Exposition Internationale* parisiense de 1925, que acusa influências neoplasticistas do grupo holandês *De Stijl*,

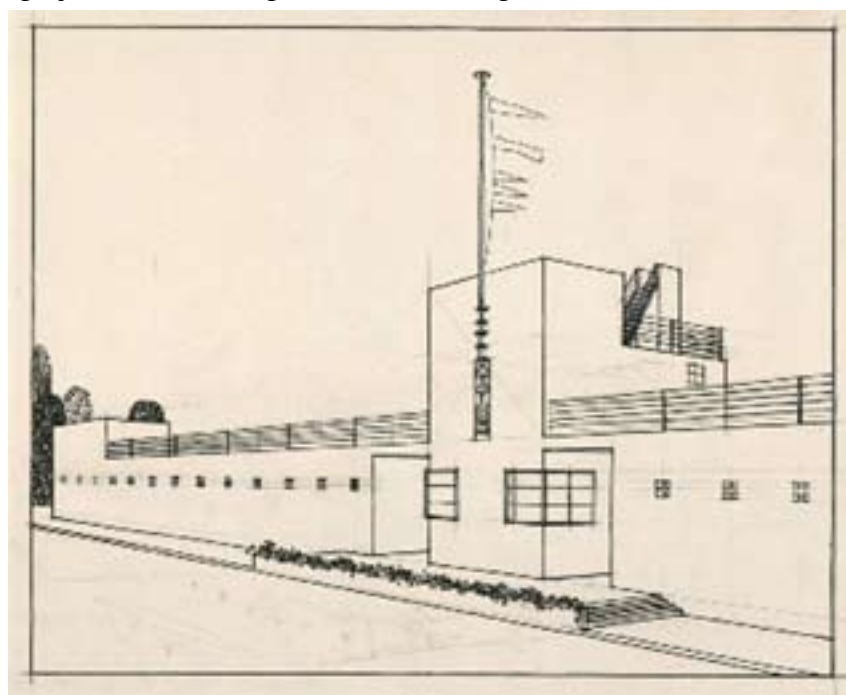


Pavillon du Tourisme
Perspectiva
Robert Mallet-Stevens e
W. Marcel, 1925
(imagem www.mad.lesartsdecoratifs.fr)

⁷ A 15 de Outubro de 1923 é inaugurada na galeria de arte *L'Effort Moderne*, em Paris, de Léonce Rosenberg, a primeira exposição demonstrativa do trabalho do grupo holandês em França, sendo publicado para o efeito o IV Manifesto do *De Stijl* - "*Naar een collectieve constructie*" ("*Vers une construction collective*"). A segunda exposição terá lugar na *Ecole Spéciale d'Architecture*, em

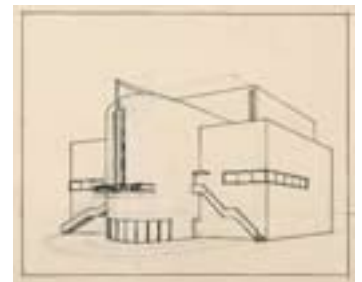
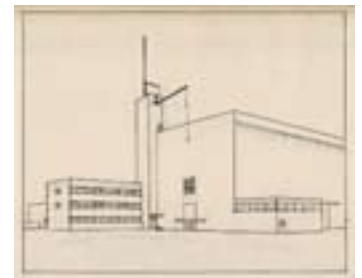
Mallet-Stevens viria a ser considerado um dos expoentes máximos do movimento *Art Déco* em França. É no seu estudo para *Une Cité Moderne*, iniciado em 1917, ano em que Tony Garnier dá a conhecer o seu projecto para uma *Cité Industrielle*, e publicado em 1922, ano do *Salon d'Automne* em que é apresentada a *Ville contemporaine de trois millions d'habitants* de Le Corbusier, que podemos encontrar a inspiração de Cassiano Branco para as arquitecturas eloquentes da Praia Atlântico. Numa série de trinta e dois desenhos, a cidade moderna de Mallet-Stevens é-nos dada a conhecer através da representação, em perspectiva, dos principais tipos de edifícios que a compõem: Bancos, Museus, Bibliotecas, Estações, Palácios de Desporto, Banhos Públicos, Escolas, Garagens, Casas do Povo, Hotéis para Viajantes, Pontes, Câmaras Municipais, Postos de Polícia, Teatros, Cinemas, Galerias Comerciais, Palácios de Justiça, Cemitérios, Fábricas, Hospitais, Creches, Restaurantes, Igrejas, Blocos de Apartamentos, Paragens de Eléctrico.⁸

Nouvelle version de la cité moderne
 Bains,
 Aérogare e
 Garage
 Perspectivas
 Robert Mallet-Stevens, 1923
 (imagens
www.mad.lesartsdecoratifs.fr)



1924, promovida por iniciativa de Robert Mallet-Stevens enquanto professor, no ano lectivo de 1923-1924, dessa mesma escola, e a quem Theo van Doesburg, o grande impulsionador do movimento, deve a sua primeira encomenda em França - a colaboração no projecto da Villa Noailles, de 1923-1928, a primeira obra construída de Mallet-Stevens. Curiosamente, a contribuição do grupo estaria ausente da representação holandesa na *Exposition des Arts Décoratifs*, um ano depois. A declaração de protesto contra a decisão oficial de não incluir o *De Stijl* na secção do seu país seria assinada, entre outros, por Josef Hoffmann, Auguste Perret, Adolf Loos, Tristan Tzara, Robert Mallet-Stevens, Walter Gropius, Filippo Tomaso Marinetti, Cor van Eesteren, Gerrit Rietveld e Jan Wils. (Cf. *De Nieuwe Beelding in de architectuur/Neo Plasticism in Architecture: De Stijl*, Delft, Delft University Press, 1983)

⁸ Dos programas fixados no estudo de 1917 desaparecem, entretanto, a Ponte, a Paragem de Eléctrico,



Os edifícios, definidos nas suas linhas e volumes gerais, surgem como episódios isolados de um mesmo meio urbano, sem se avançar com qualquer esboço de um plano urbanístico de conjunto. Apenas a unidade de estilo transmite essa ideia, numa linguagem fortemente marcada pelas realizações da escola vienense do início do século e pelas experiências racionalistas do primeiro pós-guerra mundial. A construção é, assim, definida exclusivamente pela composição da forma, sem se colocar a preocupação de se aprofundar o estudo tipológico de cada um dos programas. O mesmo acontece na “cidade de banhos” portuguesa, ainda que esta seja concebida a partir de uma “solução urbanista”.

Nouvelle version de la cité moderne
Hotel,
Bibliothèque,
Studio Cinématographique e
Théâtre
Perspectivas
Robert Mallet-Stevens, 1923
(imagens
www.mad.lesartsdecoratifs.fr)

o Salão de Chá, o Hospital, a Igreja, o Campanário, o Palácio de Justiça, o Posto de Polícia e o Banco, para dar lugar, na compilação de 1922 e desenhos posteriores, numa *Nouvelle version de la cité moderne*, aos modernos programas do Aeroporto, do Estúdio de Cinema e da Estação da TSF. (Cf. www.malletstevens.com)



Costa de Caparica
Praia Atlântico
Pormenor da Solução Urbanista
 Cassiano Branco, 1930
 (imagem Cassiano Branco:
Uma obra para o Futuro, Porto,
 Câmara Municipal de Lisboa/Edições
 ASA, Dezembro 1991, p. 97)

Aqui, e apesar de só dois dos edifícios aparecerem claramente identificados, é possível depreender a função dos equipamentos propostos pelo arquitecto. Na frente marginal marcam presença, ao centro, o “Atlântico Palácio”, “*hotel de luxo, com mil e quinhentos quartos*”⁹, ladeado pelo Casino, a sul, e, a norte, por um “*hotel popular, com dois mil quartos*”, como o previsto com o Hotel do Parque no Estoril, acessível a um público mais alargado. Num segundo plano, alinham-se um extenso complexo desportivo com campos de jogos relvados e “*as respectivas bancadas para grandes multidões*” (é preciso lembrar que só três anos depois Oliveira Salazar anunciava a construção de uma estrutura do género, de apoio à Capital, no Vale do Jamor); um Teatro e Cinema; uma Piscina coberta com balneário; e uma ampla garagem para automóveis.

⁹ “Actividades Exemplares”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação*, Lisboa, Ano XXX, 3.ª Série, N.º 27, Junho 1937, pp. 13-14.



Entre o Hotel Palácio e o edifício da Piscina implanta-se um pequeno recinto festivo com a configuração de um estádio, provavelmente “*um teatro ao ar livre com cinco mil lugares*”, destinado a crianças. Estava também prevista a construção de “*um belo cais acostável e uma pista para aviação de turismo*”. Na orla marítima, destaca-se a inovadora proposta da construção de um canal-rio, entre a “Cidade” e a Praia, para a prática lúdica de desportos aquáticos. Espécie de parque de diversões linear, com Clube Náutico, Restaurante-Esplanada, cabinas para banhistas, pranchas de saltos e escorregas, ligado directamente ao areal por um sistema de pontes que “*não só qualificam arquitectonicamente aquele eixo de água, como potencializam a sua utilização*”¹⁰. Um “Postal Ilustrado” do futuro, com a falésia recortada em fundo.

¹⁰ SÁ, Manuel Fernandes de, FERNANDES, Francisco Barata, “Sobre um postal. Costa da Caparica. Praia Atlântico. Pormenor de Solução Urbanística. 1930, Cassiano Branco”, in *Cassiano Branco: Uma obra para o Futuro*, Porto, Câmara Municipal de Lisboa/Edições ASA, Dezembro 1991, p. 96.

Cada um destes equipamentos ocupa a totalidade de um quarteirão, afirmando-se como unidade autónoma no desenho do território, e todos se viram para o mar, definindo uma única frente que se vai desenrolando numa sucessão de “Marginais” paralelas à linha de costa. Olhando com mais atenção para os edifícios, vêm-nos à memória as arquitecturas do “efémero modernismo” português, como o Cine-Teatro Capitólio (1929-1931), de Cristino da Silva, ou a Estação Fluvial Sul e Sueste (1928-1929), de Cottinelli Telmo, mas também dos primeiros projectos de Cassiano Branco, para o edifício do Sindicato de Pescas (1929), em Angola, para uma Cidade do Filme Português (1930), a construir em Cascais, ou para a remodelação do Éden-Teatro (1929-1937)¹¹, em Lisboa.



Sindicato das Pescas,

Norte de Angola

Cassiano Branco, 1929

(imagem Cassiano Branco:

Uma obra para o Futuro, Porto,

Câmara Municipal de Lisboa/Edições

ASA, Dezembro 1991, p. 47)

¹¹ Entre 1929 e 1933, são realizadas quatro propostas para a remodelação do Éden-Teatro, as três primeiras, assinadas por Cassiano Branco e, a última, por um seu antigo colaborador. No estudo de 1929, o arquitecto “limitou-se a modernizar a fachada segundo um gosto Art Deco”, mantendo a frente do piso térreo inalterada, enquanto que no estudo seguinte, de 1930, “já o todo da fachada é incluído em projecto novo”, numa composição clássica que “se aproxima bastante, em termos de linguagem, do *Théâtre des Champs-Élysées* (1911-13) de Auguste Perret”. O terceiro projecto, de 1931, apresenta uma solução “muito mais espectacular e dinâmica”, vincadamente vertical no seu desenvolvimento e de ritmo ondulante. A proposta final, de 1933, resultaria da combinação das duas anteriores, acusando nesse compromisso um desenho de maior contenção formal, ainda que de carácter distintivo. (Cit. TOUSSAINT, Michel, “A Vontade da Metrópole: da Baixa à Avenida”, in *Cassiano Branco: Uma obra para o Futuro*, Porto, Câmara Municipal de Lisboa/Edições ASA, Dezembro 1991, p. 130-138)



La Pergola,
Saint Jean de Luz
Fotografia, c.1928
(imagem www.avoe.org)

Cine del Callao (1926-1927),
Cine Europa (1928-1929),
Cine Barceló (1930-1931),
Madrid
Fotografias, c.1930
(imagens www.es.paperblog.com,
www.urbandidades.wordpress.com e
www.esmadridnomadrid.blogspot.com)



Cassiano Branco que nas suas viagens a Paris, de 1925 e 1926, certamente terá passado, talvez a bordo do *Sud-Express*, pela estância balnear de Saint Jean de Luz, no sul de França, para onde Mallet-Stevens se encontrava a desenvolver, por encomenda do casino municipal e do Atlantic Hotel, o projecto *Art Déco* do edifício La Pergola (1923-1928). Também a viagem a Espanha, nesse mesmo ano de 1926, lhe terá dado a oportunidade de conhecer o trabalho da novíssima geração racionalista espanhola. *Generación del 25*¹² que encontra em Luis Gutiérrez Soto (1900-1977) um dos seus principais expoentes e cujas obras para diversos cinemas em Madrid, realizadas no final dos anos vinte, o arquitecto português provavelmente acompanha através das publicações internacionais que chegavam até nós.¹³

¹² Grupo de arquitectos de Madrid, formados entre 1918 e 1925, que rompe com os valores clássicos da sua formação académica para, a partir da revista espanhola *Arquitectura* (lançada em 1918), defender os princípios introduzidos pelas vanguardas centroeuropeias da arquitectura moderna. Deste grupo faziam parte, entre outros, os arquitectos Rafael Bergamín, Luis Blanco Soler, Regino Borobio, Casto Fernández Shaw, Luis Lacasa, Carlos Arniches, Martín Domínguez, Luis Gutiérrez Soto e Fernando García Mercadal (este último estabelecendo a ponte com a geração seguinte, reunida em torno do GATEPAC). Três obras assinalam a renovação de linguagens proposta pelo grupo: a Estación de Servicio de Porto Pi (1927), de Fernández Shaw, a Casa Marqués de Villora (1928-1929), em Madrid, de Bergamín, e o Rincón de Goya (1926-1928), em Zaragoza, de García Mercadal.

¹³ Gutiérrez Soto que também seria o autor do Aeroporto de Barajas (1929-1931) e da Piscina La Isla (1931), ambos em Madrid, obras maiores desta primeira fase do seu percurso profissional. Em *Cassiano Branco: Uma obra para o Futuro*, Raul Hestnes Ferreira volta a levantar a hipótese de que a análise da obra de Cassiano Branco “*levar-nos-ia [...] a reflectir mais profundamente sobre a questão da ligação da arquitectura moderna portuguesa aos movimentos internacionais, tema já abordado no Catálogo da exposição [...]*”. (Cit. FERREIRA, Raul Hestnes, “Cassiano Branco”, in *Cassiano Branco: Uma obra para o Futuro*, op. cit., p. 178)

Mas a pertinência da proposta para a Costa da Caparica não está no que reflecte, mas naquilo que anuncia. Nesse sentido importa ressaltar a abordagem pioneira de Cassiano Branco ao problema da organização dos tempos livres na sociedade contemporânea e à sua correspondente expressão no desenho do território. A perspectiva de criar uma cidade funcionalmente vocacionada, de raiz e em exclusivo, para o lazer balnear só tem lugar no discurso urbanístico moderno com o projecto do GATCPAC para a *Ciutat de Repòs i de Vacances*, de 1931-1936, nunca concretizado. E se, em Portugal, a consciência da importância de se proceder ao planeamento das principais estâncias turísticas do país só ganha plena expressão com a implementação dos Planos Gerais de Urbanização, em 1934, também aqui Cassiano Branco antecipa a intervenção de Agache na Costa do Sol.



*Air Conditioned Rooms
Waldorf Towers Hotel
On the Ocean at 9th Street
Miami Beach, Florida
Albert Anis, 1937
(imagem www.agilitynut.com)*



*Century Hotel
Miami Beach, Florida
Overlooking the Ocean
Henry Hohausser, 1939
(imagem
www.librarygifts.wolfsonian.org)*



*The McAlpin Hotel
On the Ocean
Miami Beach, Flr.
L. Murray Dixon, 1940
(imagem*

914 www.scholar.library.miami.edu)

A possível referência às cenografias de veraneio que vingam do outro lado do Atlântico é igualmente posterior àquele desenho. Ainda que iniciada em 1913, com a construção da Collins Bridge¹⁴, é só em meados dos anos trinta, depois de recuperar do furacão, de 1926, e da queda da bolsa de Nova Iorque, de 1929, que a exploração turística de Miami Beach vive o seu período de maior desenvolvimento, assistindo-se, nesta altura, aos grandes investimentos na área hoteleira, onde, pela mão de arquitectos como Albert Anis (1889-1964), Henry Hohausser (1895-1963) ou Lawrence Murray Dixon (1901-1949), as influências *Art Déco* se assumem como sinónimo de uma arquitectura de sabor tropical.¹⁵

¹⁴ Inaugurada a 12 de Junho de 1913, esta ponte em madeira ligava, numa extensão de três quilómetros através da Biscayne Bay, a cidade de Miami a Miami Beach, uma língua de terras pantanosas ao largo da costa que John Collins (1837-1928) adquire, em parte, para transformar, inicialmente, em exploração agrícola. É sob o impulso deste empresário e da sua *Miami Beach Improvement Company*, fundada em 1911, que também se constrói a primeira via pavimentada da ilha, a Collins Avenue, e se inaugura o primeiro Hotel e Casino.

¹⁵ Albert Anis seria o autor do *Waldorf Towers Hotel* (1937), do *Leslie Hotel* (1937), do *Clevelander Hotel* (1938), do *Winter Haven Hotel* (1939), do *Abbey Hotel* (1940) e do *Majestic Hotel* (1940), entre outros; Henry Hohausser do *Colony Hotel* (1935), do *Edison Hotel* (1935), do *Taft Hotel* (1936), do *Commodore Hotel* (1936), do *Congress Hotel* (1936), do *Park Central Hotel* (1937), do *Crescent Hotel* (1938), do *Essex Hotel* (1938), do *Webster Hotel* (1939), do *Cardozo Hotel* (1939), do *Century Hotel* (1939) e do *Greystone Hotel* (1939); e Lawrence Murray Dixon do *Tides Hotel* (1936), do *Fairmont Hotel* (1936), do *Victor Hotel* (1937), do *Tiffany Hotel* (1939), do *Tudor Hotel* (1939), do *Imperial Hotel* (1939), do *Kent Hotel* (1939), do *McAlpin Hotel* (1940), do *Ritz Hotel* (1940), e do *Raleigh Hotel* (1940). Todos eles localizados na *Collins Avenue* ou no *Ocean Drive*, do *Miami Beach Art Deco District*. (Cf. "Index to the Architecture of Florida", em www.bluffton.edu)



A própria “Marginal” imaginada por Cassiano Branco, não sendo um elemento novo na configuração das estâncias balneares portuguesas - basta lembrar o traçado de Ventura Terra para o Funchal, de 1915, ou o Plano de Melhoramentos de Carlos Ramos para a Praia de Moledo, de 1929 -, introduz uma complexidade de relações pouco usual, até para os modelos de hoje, no diálogo com a frente de água. O seu perfil desenvolve-se em três níveis distintos, associados aos vários ambientes que compõem a visão do arquitecto - a “Praia”, o “Canal”, e a “Cidade” - e a que correspondem diferentes graus de segregação ou de combinação entre a circulação automóvel e a dos peões.

O espaço da Praia privilegia exclusivamente os percursos pedonais, sendo limitado a nascente por um “paredão-passeio” que, à imagem dos *boardwalks* americanos, acompanha toda a extensão do areal a uma cota elevada. A esta cota, por sua vez, localiza-se o “Canal”. Também aqui o contacto com a linha de água é reservado aos peões, relegando para segundo plano a via de acesso motorizado aos diferentes programas que animam esta

DC 82 - Fabulous Playground of the Americas - Miami Beach, Fla.

Bilhete Postal, c. 1940
(imagem www.usgwarchives.org)

plataforma. É só no último nível, o da “Cidade”, que o automóvel assume protagonismo no desenho da frente marítima, definindo uma verdadeira “Avenida Marginal” em diálogo directo com as arquitecturas que a conformam. Estranho é que esta avenida nunca se cruza com a “Estrada do Canal” e as relações que se estabelecem entre uma cota e outra são garantidas, apenas, ao nível do peão.

Sete anos mais tarde inaugurava a “Estrada Marginal” na Costa do Sol.

Da mesma forma, a escolha e a caracterização das tipologias arquitectónicas a integrar na sua visão colocam este arquitecto à frente do seu tempo. De facto, programas como as piscinas públicas, ainda que introduzidas no início do século¹⁶, dedicadas tanto à prática desportiva como ao lazer, assistem a uma maior projecção social durante a década de 1930, com a construção generalizada deste tipo de equipamentos nas principais capitais europeias. Em Paris, junto ao Bois de Boulogne, inaugura, em 1929, a Piscine-Molitor, obra *Art Déco* do arquitecto Lucien Pollet¹⁷ onde, dezassete anos depois, é feita a primeira apresentação do biquíni de Louis Réard. Berlim recebe, em 1930, as Stadtbad Mitte, de Carlo Jelkmann, edifício com raízes na Bauhaus e interiores desenhados por Heinrich Tessenow. E em Madrid, Luis Gutiérrez Soto desenha a piscina La Isla, de 1931, no meio do rio Manzanares, conjunto inspirado nas “arquitecturas marítimas” do projecto para um Club Náutico (1925), de Fernando García Mercadal, ou do edifício do Real Club Náutico de San Sebastián (1928-1929), de José Manuel Aizpúrua e Joaquín Labayen. Gutiérrez Soto que poucos anos depois desenha, em colaboração com Cayetano Borso di Carminati, o conjunto das piscinas Las Arenas na Praia de Malvarrosa, em Valência, de 1933-1934.¹⁸

¹⁶ Em 1922, existiam 20 piscinas em França, 7 delas em Paris; 800 em Inglaterra, sendo o Tooting Bec Lido, de 1906, a primeira Piscina ao ar livre construída de raiz em Londres; e 1.360 na Alemanha. O próprio Cassiano Branco realiza, em 1924, o projecto para uma “Piscina Coberta”, a construir em Lisboa. (Cf. www.piscine-molitor.com)

¹⁷ Autor de três outras piscinas construídas, em Paris, para a *Société les Belles Piscines de France*: as piscinas da Jonquièrre (1933), de Pontoise (1934) e de Pailleron (1934).

¹⁸ Complexo integrado no antigo Balneário com o mesmo nome, construído em 1898 segundo o projecto neoclássico de F. Iranzo, e que era constituído apenas por piscinas exteriores, uma para competições e outra para crianças, servidas por vestiários para ambos os sexos e terraços para o público e para os banhistas. (Cf. www.es.wikipedia.org)



Paris - La Piscine Molitor
(Fachada Sul)
Bilhete Postal, c.1929
(imagem www.piscine-molitor.com)



Les Piscines Auteuil-Molitor,
Paris
Tanque de Inverno
Fotografia, c.1929
(imagem www.piscine-molitor.com)



Les Piscines Auteuil-Molitor
- Le Bassin d'Été et La Plage
Bilhete Postal, c.1929
(imagem www.piscine-molitor.com)

Stadtbad Mitte, Berlim

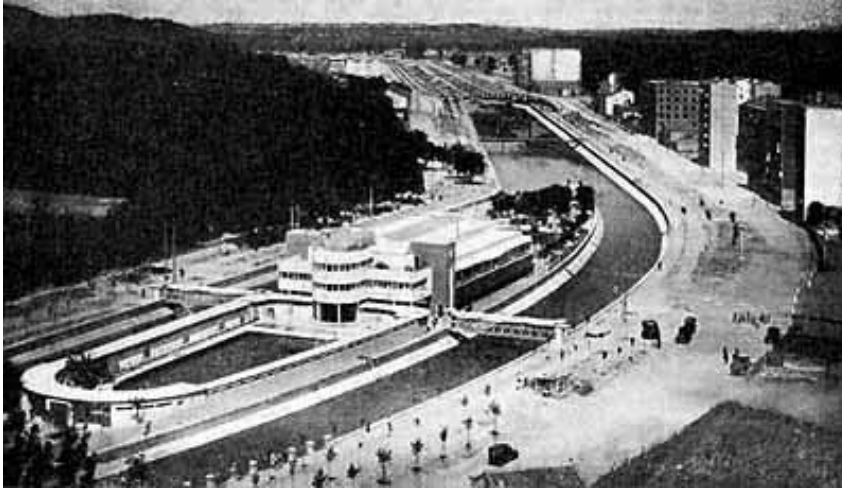
Fachada principal e

Piscina coberta

Fotografias, c.1930

(imagens www.bild.bundesarchiv.de e
www.spree2011.de)





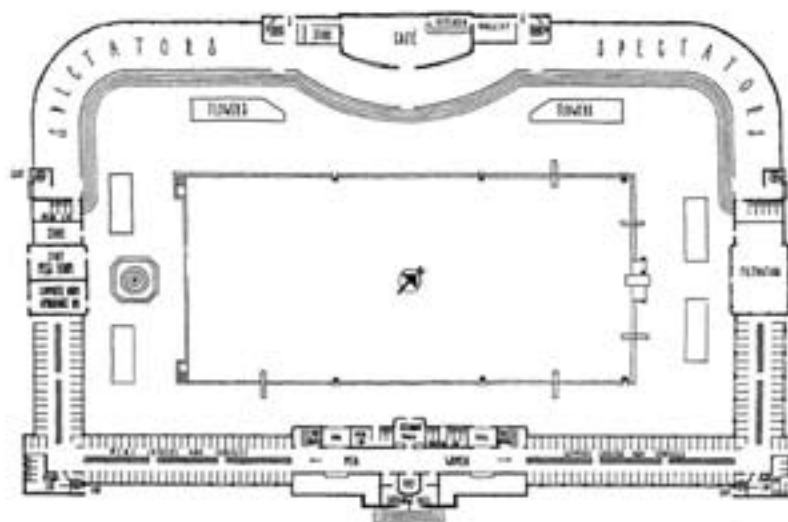
La Isla, Madrid
Vista aérea,
Piscina coberta e
Piscina ao ar livre
Fotografias, c.1931
(imagens
www.madrid2008-09.blogspot.com e
www.urbancidades.wordpress.com)



Parliament Hill Fields Lido,
 Londres
 Fachada Principal,
 Vista do interior do recinto no
 dia da inauguração
 Fotografias, c.1938
 (imagens SMITH, Jane, *Liquid Assets:
 The lidos and open air swimming pools
 of Britain*, London, English Heritage,
 2005, p. 153 e p. 4)



Parliament Hill Fields Lido,
 Londres
 Planta
 H. A. Rowbotham e
 T. L. Smithson, 1938
 (imagem SMITH, Jane, *Liquid Assets:
 The lidos and open air swimming pools
 of Britain*, London, English Heritage,
 2005, p. 29)



Também o *London County Council* (LCC) patrocina, entre 1906 e 1939, a construção de uma série de treze complexos recreativos ao ar livre na capital inglesa - os chamados *Lidos*¹⁹, equipados com piscinas exteriores, fontes, escorregas, pranchas de saltos, esplanadas para banhos de sol, cafés e bancadas para espectadores, de que ainda sobrevivem, entre os últimos a serem edificadas, o Brockwell Park Lido (1937), o Parliament Hill Fields Lido (1938), e o Charlton Lido (1939). Os três desenhos da dupla de arquitectos do *LCC Parks Department*, Harry Arnold Rowbotham e T. L. Smithson²⁰, segundo o modelo do recinto de planta rectangular. Instalações que se enquadram no espírito *Art Déco* que caracteriza a generalidade deste tipo de equipamentos e que evocam, na elementariedade das suas linhas arquitectónicas, na lógica funcionalista da organização do programa e na sua típica materialização em tijolo, a obra de Willem Marinus Dudok (1884-1974) em Hilversum.²¹

Mas serão as Piscinas de Mar, edificadas ao longo das primeiras décadas do século XX, que marcam o tom descontraído e de diversão que transparece da proposta de Cassiano Branco para a Costa da Caparica. Cenários lúdicos cheios de *glamour* e romance na interpretação dos artistas que dão corpo às diversas campanhas publicitárias da época, a anunciar as atracções introduzidas por esta nova tipologia.

¹⁹ Designação que tem origem na ilha balnear junto a Veneza. Segundo uma circular do LCC enviada aos membros do seu *Parks and Open Spaces Committee*, datada de Junho de 1937, a palavra “lido” seria “*popularly recognised as connoting an expanse of sand with facilities for bathing and for basking in the sun*”, sendo, a partir de então, oficialmente utilizada para identificar este tipo de equipamentos. A série de treze estruturas construídas, entre 1906 e 1939, sob o patrocínio do LCC compreendia: o Tooting Bec Lido (1906), o Silvertown Open Air Bath (1922), o Highbury Fields Lido, a Peckham Rye Bathing Pool e o Southwark Park Lido (1923), o Eltham Park Lido (1924), a Millwall Open Air Pool (1925), o Kennington Park Lido (1931), o London Fields Lido (1932), o Victoria Park Lido (1936), o Brockwell Park Lido (1937), o Parliament Hill Lido (1938) e o Charlton Lido (1939). No final da década de 1930 existiam, só na área da Grande Londres, sessenta e quatro destes equipamentos. (Cf. SMITH, Jane, *Liquid Assets: The lidos and open air swimming pools of Britain*, London, English Heritage, 2005, p. 22)

²⁰ Autores que tinham projectado o Victoria Park Lido, de 1936, e, provavelmente, também o Kennington Park Lido, de 1931, e o London Fields Lido, de 1932.

²¹ Dudok que, dos vários estudos que desenvolve enquanto arquitecto-chefe do município de Hilversum (cargo que ocupa de 1928 a 1954), projecta para esta localidade um Pavilhão Náutico, o Paviljoen Wildschut, construído em 1936, que apresenta afinidades com o Real Club Náutico de San Sebastián (1928-1929), e encontra raízes no Clube de Remo De Hoop (1922-1923), em Amsterdão, de Michel de Klerk (1884-1923). No seu livro sobre “A Moderna Arquitectura Holandesa”, publicado em 1943 (a partir da viagem que realiza àquele país em 1937), Keil do Amaral apresenta a fotografia de um outro Pavilhão Náutico, em Aalsmeer, este combinando uma linguagem racionalista com a expressividade da construção em tijolo e das coberturas em colmo.

Southport
Sea Bathing Lake
 A. E. Jackson, 1928
 Cartaz Publicitário
 Fortunino Matania, c.1930
 (imagem www.art.com)



New Brighton
Open Air Baths
 L. St. G. Wilkinson, 1934
 Cartaz Publicitário
 Septimus Scott, c. 1935
 (imagem www.collectionsonline.nmsi.ac.uk)



Scarborough
South Bay Pool
 H. W. Smith, 1915
 Cartaz Publicitário
 Edmund Oakdale, 1936
 (imagem www.art.com)





Trouville
À 2 Heures de Paris
La Piscine
 Cartaz Publicitário
 Molusson, c. 1935
 (imagem
www.vintage-poster-market.com)



Las Arenas
Balneario
Piscina Luminosa
Valencia
 Cartaz Publicitário
 Josep Renau Montoro, c. 1935
 (imagem www.art.com)

É este mesmo ambiente cosmopolita e elegante que vamos encontrar nos modernos Casinos e Hotéis de Praia construídos nos principais centros balneares portugueses na sequência da regulamentação, em 1927, das Zonas de Jogo Permanente e Temporário. Medida à qual o projecto para a Costa da Caparica parece não ser de todo alheio, enquadrando a possibilidade de vir a ser abrangido por essa legislação. E isso é evidente, precisamente, no programa que o arquitecto propõe para esta Praia, respondendo, logo à partida, à condição de que qualquer empresa a que fosse atribuída a concessão de uma Zona de Jogo Permanente, e aqui entramos em concorrência directa com o Estoril, estava obrigada a promover a construção, em anexo ao edifício do Casino, de um Hotel do tipo *Palace*, com trezentos quartos, ou de dois Hotéis, um com duzentos quartos e outro com cem. Solução, esta, que é a adoptada por Cassiano Branco.

A preocupação do arquitecto em adequar a sua intervenção a directrizes objectivas leva-nos a questionar se, de facto, esta não será produto de uma encomenda concreta mais do que uma mera fantasia pessoal, como inicialmente demos a entender. Na revista *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação* é feita, inclusivamente, a referência de que “*o mesmo grupo construiria, em Cascais, a Hollywood portuguesa*”, plano a que “*a imprensa estrangeira deu já (...) largo relêvo, - de que destacaremos o estudo que lhe consagrou não há muito o ‘Evening Chronicle’*”.²²

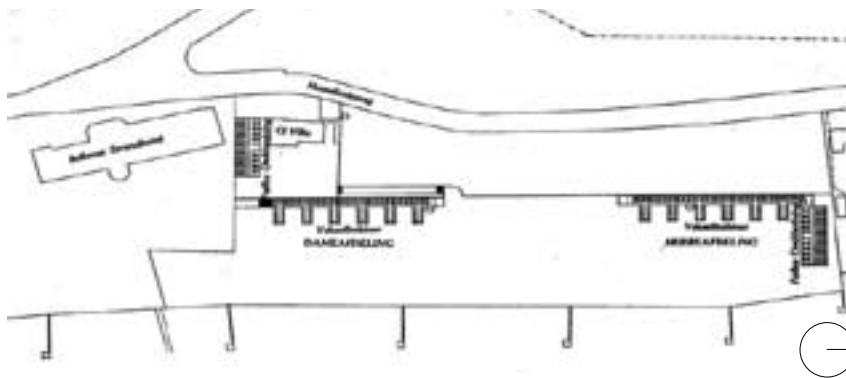
Interessante é constatar que, mais de quinze anos depois do projecto do Estoril, é ainda a ideia de que a imagem de uma estância de Turismo é determinada exclusivamente pelos seus equipamentos representativos que prevalece. Mas, se na Costa do Sol assistimos à progressiva afirmação da “Casa de Férias” como um dos elementos principais da construção da paisagem balnear, na Costa da Caparica o programa residencial está completamente ausente.²³

²² “Actividades Exemplares”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação*, op. cit., p. 14.

²³ Como o estava também, à partida, no Estoril. É só, a partir de 1918, com a urbanização dos terrenos do Parque que se introduz a componente residencial no plano da estância turística, ainda que o *chalet* marcasse já presença neste extenso território, ao contrário da Costa da Caparica, pequeno núcleo de pescadores que Cassiano Branco desconsidera por completo na sua proposta.

Nesse sentido, a utopia visionária de Cassiano Branco afasta-se de experiências urbanísticas similares suas contemporâneas, como o *Pueblo de Veraneo*, de Sert e Torres Clavé, ou a *Ciutat de Repòs i de Vacances*, do GATCPAC²⁴, em que o estudo de novas tipologias de habitação, individual e, sobretudo, colectiva, adquire especial centralidade na discussão da cidade e da sociedade modernas.

É, também, o caso do projecto de Arne Jacobsen (1902-1971) para *Bellevue Strandbad*, resultado de um concurso por convites lançado, em 1930, pelo município de Gentofte, que contemplava o arranjo parcial da frente marítima de Klampenborg, a norte de Copenhaga, para exploração balnear.



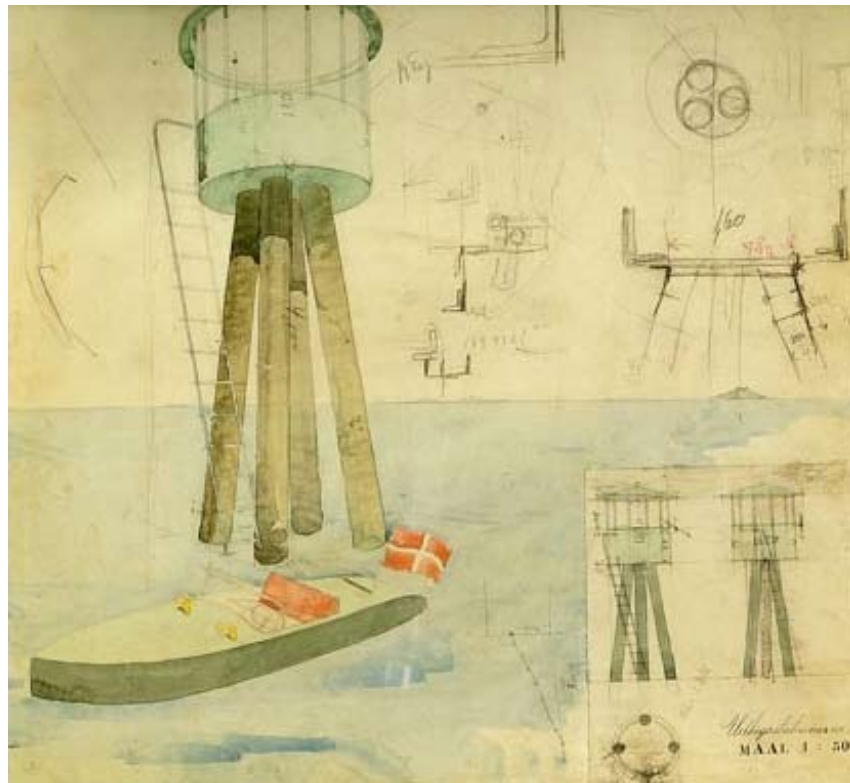
Bellevue Strandbad
Klampenborg, Gentofte
Plano Geral
Arne Jacobsen, 1930-1932
(imagem www.danskebilleder.dk)



Vista aérea
Fotografia, meados séc. XX
(imagem www.arkitekturbilleder.dk)

²⁴ Ver capítulo 3.1..

Bellevue Standbad
 Klampenborg, Gentofte
 Estudo para um Posto de Vigia
 Arne Jacobsen, 1930-1932
 (imagem www.arkitekturbilleder.dk)



Mattsson Ridehal (1933-1934),
 Bellevue Teatret (1935-1936) e
 Skovshoved Tankstation (1937)

Bellevue

Fotografias, meados séc. XX

(imagens

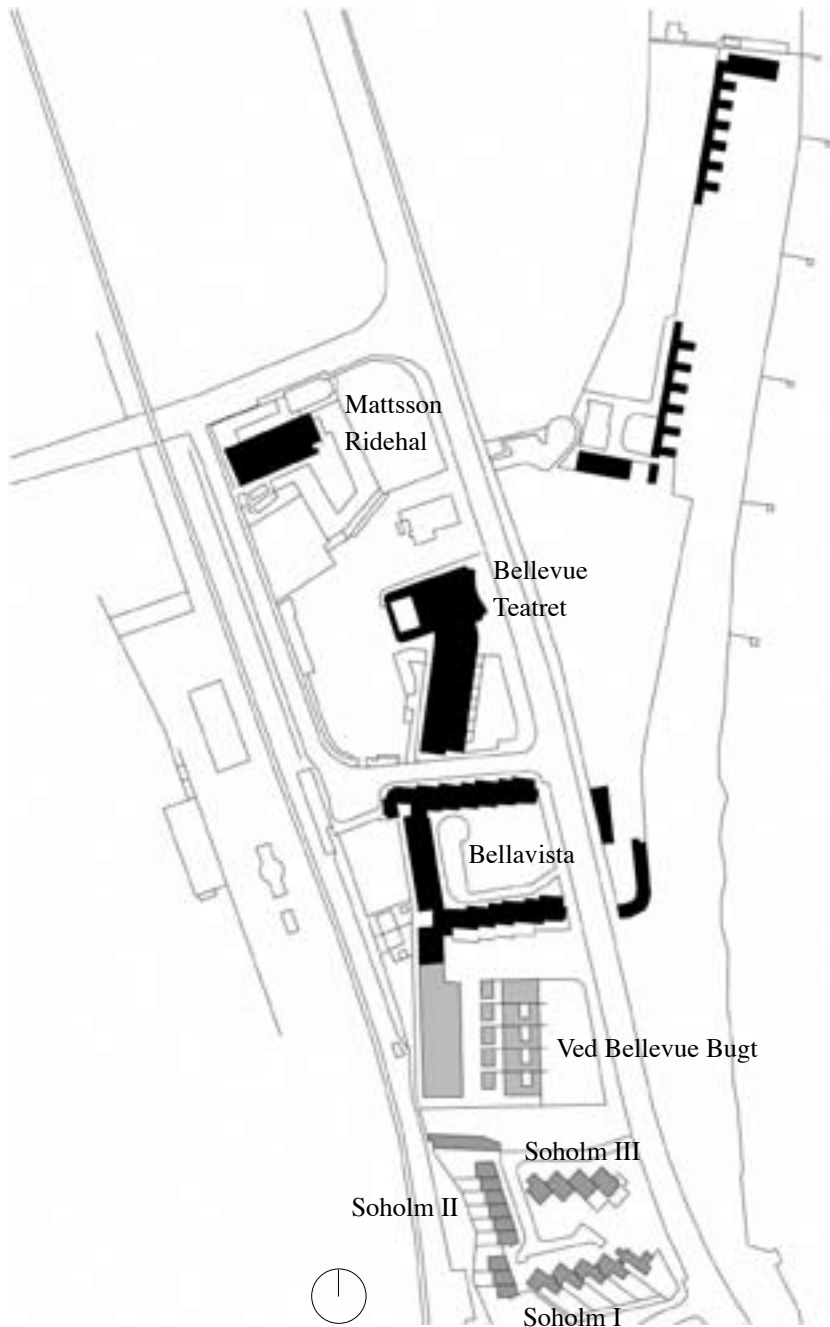
www.momoneco.kotka.fi,

www.arcspace.com e

www.homepage.mac.com)

Inaugurada oficialmente a 18 de Junho de 1932²⁵, a intervenção do arquitecto nesta Praia ganha outro sentido com a encomenda, agora privada, de um conjunto de equipamentos complementares à frequência da estância de banhos. Entre eles o Clube Hípico de Axel Mattsson (1933-1934), uma estrutura abobadada em betão armado, originalmente perfurada por tubos de vidro circulares que permitiam a entrada de luz no seu interior; o Teatro de Bellevue (1935-1937), com a sua inovadora cobertura retráctil; e a Estação de Gasolina de Skovshoved (1937), para a empresa petrolífera americana Texaco. Seria, no entanto, a construção continuada, ao longo de trinta anos, dos complexos residenciais de Bellavista (1931-1934), de Soholm I (1946-1950), Soholm II (1949-1951) e Soholm III (1953-1954), e de Ved Bellevue Bugt (1960-1961), que iria dar corpo à urbanização desta estância de Verão.

²⁵ A praia de Bellevue seria equipada com as mais avançadas instalações balneares. Prevendo a capacidade de receber 14 mil banhistas por dia, são instaladas 198 cabinas de vestir, divididas por género (a sul, cubículos para mulheres e, a norte, para homens, ficando os vestiários comuns junto à entrada para o recinto), chuveiros exteriores, torres de vigia ao longo da Praia e uma série de quiosques para venda de gelados, bebidas e frutas exóticas. A frequência da Praia obrigava ao pagamento de um ingresso que podia ser comprado em conjunto com o bilhete de comboio, na estação de Copenhaga. A proximidade à capital e a facilidade de acessos, quer de comboio, quer de automóvel, quer, mesmo, de bicicleta, garantiu o sucesso imediato da estância, que logo na primeira temporada recebeu mais de 200 mil banhistas.



Bellevue
 Arne Jacobsen, 1930-1961
 Planta Geral
 (montagem da autora)



Com características tipo-morfológicas distintas, que vão do bloco de apartamentos à moradia unifamiliar em banda - ou à combinação destes dois modelos, no caso de Ved Bellevue Bugt, cada um destes três conjuntos afirma-se formalmente autónomo em relação aos outros, permitindo, no seu desenvolvimento temporal, uma leitura das diferentes etapas que marcaram a evolução da arquitectura moderna dinamarquesa, sem deixar, por isso, de se integrar numa composição geral, coerente e planeada.

Bellavista (1931-1934),
 Soholm I (1951) e
 Ved Bellevue Bugt (1960-1961)
 Bellevue

Fotografias, meados do séc. XX
 (imagens www.arcspace.com e
www.homepage.mac.com)

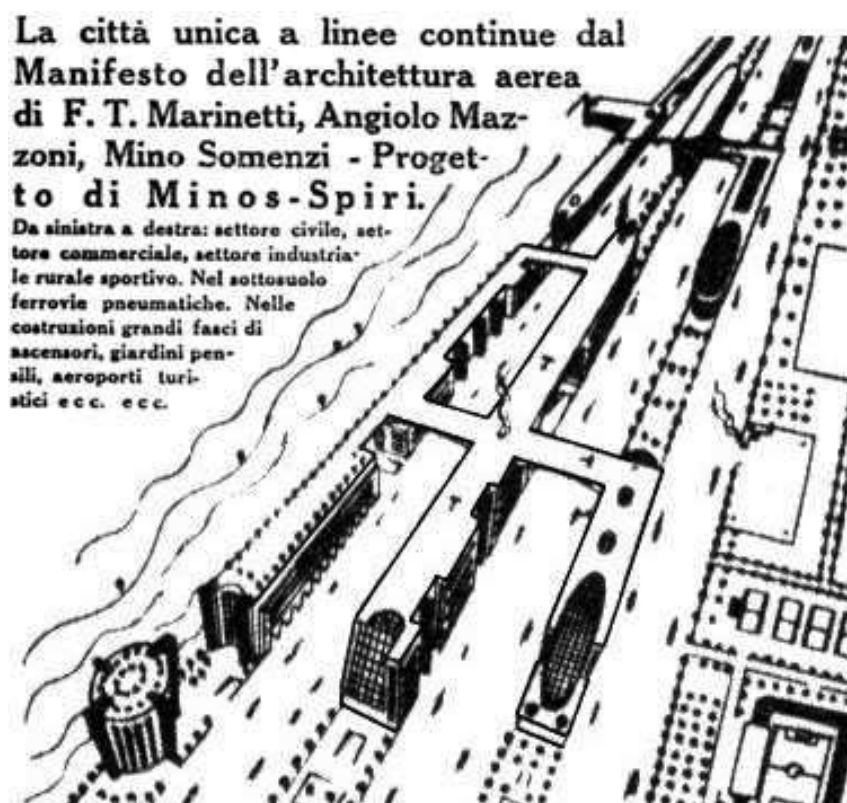
“Manifesto Futurista
dell’Architettura Aerea
(...)”

Al glorioso e
indispensabile manifesto
dell’Architetto futurista
Antonio Sant’Elia lanciato
dal Movimento Futurista nel
1914 e al quale si sono ispirati
tutti gli architetti novatori,
si aggiunge oggi un fattore
importante: l’Aviazione.
Questa modifica il mondo,
intavola nuovi problemi
artistici, sociali, politici,
industriali, commerciali, e
quindi una nuova atmosfera
spirituale partorisce questo
secondo manifesto che
amplifica le ali aperte del
primo.

Così l’urbanismo di
Sant’Elia nutrendosi di
ruralismo velocizzato, di
aeropoesia, aeroscultura, fa
nascere la Città unica a linee
continue da ammirare in volo.
(...)

Noi poeti, architetti e
giornalisti futuristi abbiamo
ideato la grande Città unica a
linee continue da ammirare
in volo, slancio parallelo di
Aerostrade e Aerocanali larghi
cinquanta metri, separati
l’uno dall’altro mediante snelli
abitati rifornitori (spirituali e
materiali) che alimenteranno
tutte le diverse e distinte
velocità mai intersecantisi. Le
aerostrade e gli aerocanali
(che uniranno i fiumi retificati
in armonia con le linee aeree)
muteranno la configurazione
delle pianure delle colline e
delle montagne.
(...)

Como uma espécie de “manifesto desenhado”, a proposta de Cassiano para a Caparica reporta-nos, ainda, para o projecto de Minos-Spiri para *La città unica a linee continue dal Manifesto Futurista dell’Architettura Aerea* de Fillippo Tommaso Marinetti, Angiolo Mazzoni e Mino Somenzi, publicado, em 1934, no terceiro número da revista *Sant’Elia*²⁶, que estabelece fortes afinidades com o desenho de Cassiano Branco. Embora a ideia revolucionária de construir uma cidade para ser contemplada e utilizada a partir do céu não esteja no programa do arquitecto português, a perspectiva de organizar o espaço através de um *continuum* construído, sem limites definidos, que se expande “*freely according to the main lines of the aerial-channels, which link the individual built-up areas, and give unity and definition to the whole territory*”²⁷, parece lembrar a proposta desenvolvida para a Costa da Caparica. Esta pensada, não para o avião mas, para o automóvel.



²⁶ Herdeira da revista de arquitectura *Futurismo*, mais tarde integrada e/ou transformada em *Aerovita*, *Artecrazia* e *Sant’Elia*, esta última dirigida pelo arquitecto Angiolo Mazzoni e pelo jornalista aeronáutico Mino Somenzi, co-autores, com Marinetti, do *Manifesto Futurista dell’architettura aerea*.

²⁷ ANDERLE, Michele, “Il Calambrone: City of continuous lines”, in MARTINO, Stefano de, WALL, Alex, *Cities of Childhood: Italian Colonie of the 1930s*, London, Architectural Association, 1988, p. 67-68.



Tato (Aeropittura) - Sorvolando il lido di Roma (B. 55)

Inspirada nos princípios da *Architettura Futurista*²⁸ e na perspectiva inovadora da *Aeropittura*²⁹, a “cidade única de linhas contínuas” estrutura-se sequencialmente, do litoral para o interior, em diferentes sectores - “setore civile, setore commerciale, setore industriale rurale sportivo” - num “equilibrio perfetto tra le diverse parti consacrate all’abitazione, l’educazione, l’arte, la vita politica, l’industria, il commercio, l’agricoltura, lo sport ecc”³⁰.

²⁸ Definidos por Antonio Sant’Elia no seu *Manifesto dell’Architettura Futurista*, publicado, a 1 de Agosto de 1914, na revista *Lacerba*. Princípios que proclamavam: “1 - Che l’architettura futurista è l’architettura del calcolo, dell’audacia temeraria e della semplicità; (...); 2 - Che l’architettura futurista non è per questo un’arida combinazione di praticità e di utilità, ma rimane arte, cioè sintesi, espressione; 3 - Che le linee oblique e quelle ellittiche sono dinamiche, per la loro stessa natura hanno una potenza emotiva mille volte superiore a quella delle perpendicolari e delle orizzontali, (...); 4 - Che la decorazione, (...) è un assurdo, e che soltanto dall’uso e dalla disposizione originale del materiale (...), dipende il valore decorativo dell’architettura futurista; 5 - Che (...) noi - materialmente e spiritualmente artificiali - dobbiamo trovare quell’ispirazione negli elementi del nuovissimo mondo meccanico che abbiamo creato (...); 6 - L’architettura come arte di disporre le forme degli edifici secondo criteri prestabiliti è finita; 7 - Per architettura si deve intendere lo sforzo di armonizzare con libertà e con grande audacia, l’ambiente con l’uomo, (...); 8 - (...) i caratteri fondamentali dell’architettura futurista saranno la caducità e la transitorietà. Le case dureranno meno di noi. Ogni generazione dovrà fabbricarsi la sua città. (...)” (Cf. SANT’ELIA, Antonio, *L’Architettura Futurista: Manifesto*, Milão, 11 Julho 1914, disponível em www.rebel.net)

²⁹ Segundo o *Manifesto dell’Aeropittura*, publicado na *Gazzeta del Popolo*, a 22 de Setembro de 1929, assinado por Giacomo Balla, Benedetta Cappa, Fortunato Depero, Gerardo Dottori, Colombo Fillia, Filippo Tommaso Marinetti, Enrico Prampolini, Mino Somenzi e Tato (Guglielme Sansoni), a nova sensibilidade “aérea” fixava-se em nove pressupostos artísticos: “1 - Le prospettive mutevoli del volo costituiscono una realtà assolutamente nuova e che nulla ha di comune con la realtà tradizionalmente costituita dalle prospettive terrestri; 2 - Gli elementi di questa nuova realtà non hanno nessun punto fermo e sono costituiti dalla stessa mobilità perenne; 3 - Il pittore non può osservare e dipingere che partecipando alla loro stessa velocità; 4 - Dipingere dall’alto questa nuova realtà impone un disprezzo profondo per il dettaglio e una necessità di sintetizzare e trasfigurare tutta; 5 - Tutte le parti del paesaggio appaiono al pittore in volo: schiacciate, artificiali, provvisorie, appena cadute dal cielo; 6 - Tutte le parti del paesaggio accentuano agli occhi del pittore in volo i loro caratteri di folto, sparso, elegante, grandioso; 7 - Ogni aeropittura contiene simultaneamente il doppio movimento dell’aeroplano e della mano del pittore che muove matita, pennello o diffusore; 8 - Il quadro o complesso plastico di aeropittura deve essere policentrico; 9 - Si giungerà presto a una nuova spiritualità plastica extra-terrestre”. (Cf. MARINETTI, F.T., et al., *Manifesto dell’Aeropittura*, Turim, 22 Setembro 1929, disponível em www.rebel.net)

³⁰ MARINETTI, F.T., MAZZONI, A., SOMENZI, M., *Manifesto Futurista dell’Architettura Aerea*,

Le aerostrade correranno lungo la penisola, angoleranno dall’Appennino al mare, diventeranno, su colline e giogaie, da cima a cima, immensi facili atterraggi montani con numerose terrazze panoramiche.

Ogni abitato rifornitore avrà una sua fisionomia caratteristica, autonoma.

(...)

Ogni abitato rifornitore avrà una forma geometrica ed un distinto ritmo originale (...) avranno una individualità estetica e pratica, ma subiranno il tema dominante dell’abitato rifornitore.

(...)

Le aerostrade seranno prevalentemente dipinte di uno sgargiante oro ottimista, cosicché, volando, sembreranno le scie stesse del sole nell’oceano mescolato d’aria azzurra e soffice verde terrestre.

Volando di notte a soli spenti, le avremo sotto di noi come brillanti vie lattee stellate dalla quieta esplosione delle fulgenti lettere di questa parola, lunga dalle Alpi a Mogadiscio: ITALIA.”

MARINETTI, F.T., MAZZONI, Angiolo SOMENZI, Mino, *Manifesto Futurista dell’Architettura Aerea*, [s.n.], 1934 (disponível em www.rebel.net)

Tato (Aeropittura) - Sorvolando il Lido di Roma

Bilhete Postal, c. 1930 (imagem www.grupponline.it)

Página anterior:

La città unica a linee continue
Perspectiva

Minos Spiri, 1934 (imagem www.rebel.net)

Estes sectores nunca se intersectam, desenvolvendo-se, paralelos entre si, ao longo das grandes vias-canal que suportam e interligam os novos aglomerados que se antecipava virem a ser construídos, cada um destes com uma identidade própria e autónomo em relação aos outros. Nas coberturas planas dos edifícios projectados previam-se “*grandi fasci di ascenaori, giardini pensili, aeroporti turistici ecc. ecc.*”.³¹



*Viaggio per le città del Duce:
Nuove fondazioni in Italia a
cavallo degli anni trenta*
Inventário Incompleto
A. Pennacchi, 2003
(imagem www.prefettura.it)

A não definição de um centro formal na configuração da “cidade linear” futurista deixa subentendida a crítica às *Città Nuove*³² italianas suas contemporâneas. Experiências urbanísticas que iriam fixar, na prática, um modelo urbano, estável e reproduzível, para a ocupação sistemática do território. De vocação eminentemente rural³³, a fundação, *ex novo*, destas novas cidades tem início, precisamente, com o estabelecimento do seu centro representativo: uma ampla praça, definida pelo cruzamento das principais ruas que lhe dão acesso, na qual se concentram os equipamentos simbólicos da nova ordem política e social defendida por Benito Mussolini - a Câmara Municipal, a Casa del Fascio, a Igreja, a Escola, os Correios e o Cinema-Teatro.

A combinação destes dois discursos urbanísticos vai estar na base de uma vasta operação de *bonifica*, iniciada em 1925, com o objectivo de valorizar turisticamente toda a faixa costeira da Pineta di Tombolo, compreendida entre a Marina de Pisa e o Fosso

¹ Fevereiro 1934, disponível em www.rebel.net.

³¹ Idem.

³² Dentro da política de melhoramentos (ou de “*bonifica*”) e de colonização territorial lançada pelo governo de Benito Mussolini (com a inauguração, a 29 de Outubro de 1928, da Villaggio Mussolini, ou Mussolinia di Sardegna, hoje Arborea), sob o mote “*la terra ai contadini*”, são criadas, em Itália, mais de 140 cidades de fundação *ex novo*. Constituindo-se como novos referentes sociais e políticos para o território circundante, as mais conhecidas vão-se implantar ao longo da costa a sul de Roma, em terrenos reclamados a áreas pantanosas na posse de grandes latifundiários privados. Deste grupo destaca-se a inauguração de Littoria (hoje Latina), projecto de O. Frezzotti, em 1932; de Sabaudia, da equipa de arquitectos E. Montuori, L. Piccinato e A. Scalzelli, em 1934; de Pontinia, idealizada por A. Pappalardo com a colaboração de Frezzotti, em 1935; de Aprilia, dos arquitectos C. Petrucci e M. Tufaroli com os engenheiros F. Paolini e R. Silenzi, em 1937; e de Pomezia, da mesma equipa que projecta Aprilia, em 1939. (Cf. MARIANI, Riccardo, *Fascismo e “città nuove”*, Milão, Feltrinelli Editore, 1976, pp. 254-258, disponível em www.docs.google.com)

³³ Embora grande parte das *Città Nuove* se venha a localizar em zonas costeiras, esse facto parece não ter qualquer peso na sua concepção urbanística. Sabaudia, por exemplo, é projectada exclusivamente como centro agrícola, apesar da sua situação paisagística excepcional e das suas fortes potencialidades turísticas pela proximidade ao mar, confirmadas com a criação, logo em 1934, do Parco Nazionale del Circeo. A excepção seria a cidade de Tirrenia, inaugurada a 3 de Novembro de 1932, no centro da costa toscana, entre Pisa e Livorno. (Cf. Idem, *ibidem*.)

Calambrone, junto a Livorno, transformando-a, simultaneamente, numa estância balnear de prestígio - a *Perla del Mediterraneo* - e num centro de tratamento helioterapêutico destinado a crianças. O plano compreendia a fundação da cidade nova de Tirrenia, inaugurada em 1932, e o estabelecimento de uma série de *Colonie Marine*³⁴ em Calambrone, pólos que definem os dois extremos, a norte e a sul, da intervenção.

Apesar de responderem a programas aparentemente contraditórios - a “Cidade do Lazer” e a “Cidade da Cura” - estes dois núcleos vão estabelecer “*an uninterrupted, mutual relationship, which brought their objectives and aims together within a broader vision. (...) The creation in November 1932 of an Ente Autonomo for the exploitation and use of the stretch of coast in question, and the exceptional influence exercised by the Mayor of Livorno, Costanzo Ciano*³⁵, were two factors that helped to ensure that two such different realities were able to work together”³⁶. Influência, essa, que esteve, também, na origem da decisão de se instalar em Tirrenia a primeira cidade do filme italiana, os *Stabilimenti Cinematografici Pisorno*³⁷, segundo o projecto do arquitecto-cenógrafo Antonio Valente (1864-1975), em funcionamento a partir de 1934. Naturalmente, a presença de um equipamento deste tipo vinha reforçar a imagem cosmopolita daquela nova cidade balnear e contribuir, em grande parte, para a sua afirmação no contexto da oferta turística já existente naquela costa e noutros pontos do litoral italiano.

³⁴ O primeiro estabelecimento balnear construído, em Itália, com objectivos educacionais e terapêuticos seria a Colonia de Viareggio, inaugurada em 1869, fruto das experiências médicas e sociais do final de oitocentos em torno da assistência à infância. Preocupações que ganham uma forte conotação política sob a organização fascista *Opera Nazionale Balilla*, criada em 1926 e responsável pela implementação, ao longo da década seguinte, de algumas das mais emblemáticas estruturas deste tipo com a colaboração dos principais nomes do movimento racionalista italiano. (Cf. MARTINO, Stefano de, WALL, Alex, *Cities of Childhood: Italian Colonie of the 1930s*, London, Architectural Association, 1988)

³⁵ Pai de Gian Galeazzo Ciano (1903-1944) que era genro de Benito Mussolini e foi Ministro dos Assuntos Exteriores do governo fascista, de 1936 a 1943.

³⁶ ANDERLE, Michele, op. cit., p.66.

³⁷ Propriedade de Gioacchino Forzano. Inicialmente baptizado de *Tirrenia Film*, o complexo viria a chamar-se *Pisorno* como resultado da conjugação das palavras “Pisa” e “Livorno”. O principal motivo da aprovação do projecto terá sido o facto de estas instalações poderem vir a servir para a produção de filmes de propaganda para o regime fascista. Só em 1937 seria criada a *Cinecittà*, em Roma.

O concurso para o esquema geral de desenvolvimento urbano do novo complexo balnear seria ganho, em 1933, pela equipa de arquitectos Severini, Boncristiani, Benedetti, Ciangherotti, Pinelli e Sighieri. A ligar Tirrenia a Calambrone é traçada uma ampla avenida paralela à costa, a Viale XXVIII Ottobre (actual Viale del Tirreno), a partir da qual é estruturada a malha viária do conjunto, segundo um sistema ortogonal. No ano anterior tinha já entrado em funcionamento a linha férrea Pisa-Marina-Tirrenia-Livorno, conhecida como *Il Trammino*, servindo, pelo interior, toda a área compreendida pelo plano.

Tirrenia desenvolver-se-ia em torno de um eixo “monumental” perpendicular à costa, que liga a estação ferroviária à Praia, definindo uma espécie de centro cívico pontuado, na Piazza Belvedere, pelo conjunto do Bagno Imperiale, finalizado em 1939, “used as gaming rooms and casinos, and also as a viewing room for the first of the films made in the studios nearby”³⁸. De acordo com o regulamento do concurso, a imagem da cidade deveria reflectir a grandeza e a ordem da arquitectura fascista e ultrapassar o melhor que se havia produzido na Europa na área do Turismo balnear. Objectivos nunca atingidos, com o deflagrar da II Guerra Mundial e a falência dos estúdios de cinema *Pisorno*, após a produção de um reduzido número de filmes.

*Tirrenia -
Piazza Belvedere e
Bagno Imperiale*
Bilhete Postal, anos 1950
(imagem www.wikideep.it)



³⁸ ANDERLE, Michele, op. cit., *ibidem*.



Já na zona de Calambrone assiste-se, entre 1932 e 1939, à inauguração sete colónias balneares, patrocinadas por diferentes instituições³⁹. Favorecendo uma relação directa com a Praia e o mar, estes edifícios vão alinhar-se ao longo da costa, articulados, a nascente, pela nova avenida, definindo o perfil marítimo desta faixa litoral. Para apoiar os diversos equipamentos é construído, entre 1932 e 1934, um Centro de Serviços, comum a todas as instalações, ocupando parte da área de pinhal em frente à Colonia Regina Elena⁴⁰. Solução singular que marca o carácter excepcional deste vasto complexo de assistência à infância.

A ideia de construir uma “Cidade de Lazer”, em extensão, dedicada exclusivamente ao bem-estar das crianças, já havia sido abordada no projecto, nunca concretizado, para a *Isola Mussolini*, de 1931, onde se propunha “*creare - con l’unione dell’isola di GRADO a quella della ROTTA - una spiaggia di 2km di lunghezza per la cura elioterapica marina per bambini dei Paesi della Mittel Europa*”

Calambrone
Vista Geral, c.1940
(imagem
www.osservazionidivita.blogspot.com)

³⁹ A primeira seria a Colonia Marina Firenze, construída pela *Opera della Federazione Fasci di Combattimento di Firenze*, inaugurada em 1932; seguida, em 1933, pela Colonia Rosa Maltoni Mussolini, esta segundo o projecto conjunto, do arquitecto futurista Angiolo Mazzoni, para a *Opera di Previdenza delle Ferrovie dello Stato* e para a *Opera di Assicurazione e Previdenza Postelegrafonici*; pela Colonia Principi di Piemonte, Cassa di Risparmio di Pistoia e Pescia, destinada aos filhos do pessoal da *Aeronautica Militare*, e pela Colonia Regina Elena, propriedade dos *Ospedali Riuniti di Livorno*; em 1936, pela Colonia Marina Figli Fasci Italiani All’Estero; em 1938, pela Colonia Marina Vittorio Emanuele II, construída por conta do *Consorzio Antituberculare di Pisa*; e, em 1939, pela Colonia Marina Costanzo Ciano, do *Ente Assistenziale dei Vigili del Fuoco*. (Cf. ANDERLE, Michele, op. cit., p. 68 e www.dunacalambrone.blogspot.com)

⁴⁰ O conjunto de edifícios que constituíam este *Centro Servizi* compreendia espaços administrativos, uma enfermaria, uma lavandaria centralizada com zona de tratamento de roupa, uma central de aquecimento, diversos armazéns, lojas, alojamentos, zona residencial e uma igreja. Para a implementação deste núcleo central concorrem todas as instituições ligadas à construção das colónias balneares, organizadas num “consórcio helioterapêutico” que seria dissolvido a 5 de Abril de 1939, passando toda esta área para a posse da *Opera di Previdenza delle Ferrovie dello Stato*. (Cf. Idem, *ibidem*)

Tirrenia

Colonia Marina

Costanzo Ciano

Dagoberto Ortensi, 1939

Colonia Marina

Vittorio Emanuele

Eng. Gino Steffanon,
1934-1938

Colonia Marina Firenze

1931-1932

Colonia Principi di Piemonte

Paolo Baldi Papini, 1932-1933

Colonia Regina Elena

Ghino Venturi, 1932-1933

Colonia

Rosa Maltoni Mussolini

Angiolo Mazzoni, 1925-1933

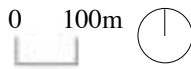
Colonia Marina

Figli Fasci Italiani All'Estero

Mario Paniconi e
Giulio Pediconi, 1934-1936

Centro Servizi

1932-1934



Calambrone

Plano Geral, 1933-1939

(montagem da autora a partir de
imagem retirada de ANDERLE,
Michele, "Il Calambrone: City of
continuous lines", in MARTINO,
Stefano de, WALL, Alex, *Cities
of Childhood: Italian Colonie of
the 1930s*, London, Architectural
Association, 1988, p. 66)

Livorno

(Polonia, Cecoslovacchia, Baviera, Austria, Ungheria)”⁴¹.

Projecto que, certamente, terá influenciado a intervenção da Kraft Durch Freude alemã em Prora.

Comparando as teorias avançadas pelo Manifesto Futurista com o complexo balnear de Tirrenia-Calambrone, Michele Anderle ressalta as relações que se estabelecem entre as duas propostas:

“In accordance with the descriptions in the Manifesto Futurista dell’Architettura Aerea, it is possible to distinguish at least four distinct zones, differentiated yet consistent among themselves.

*The first zone is that of the Colonie themselves, built along the sea-front; the second, the large coastal avenue; the third, the pine woods, in which are located communal services and play equipment; and the fourth, the railway line. Interpreted in this way, Tirrenia too takes on a specific meaning, in which a dialectical relationship is established between the tow urban realities, which are united as organisms belonging to a single system.”*⁴²



Volando sul Calambrone
Aeropittura

Tato, c. 1933
(imagem www.museocaproni.it)

⁴¹ A proposta de ligar estas duas ilhas, ao largo da Península de Istria, terá partido do *Console Generale M. V. S. N. Francesco Cottafavi*, segundo um documento existente no *Archivio Centrale di Stato*, em Roma, datado de Março de 1931. (Cf. MARTINO, Stefano de, “Architecture and Territory”, in MARTINO, Stefano de, WALL, Alex, *Cities of Childhood: Italian Colonie of the 1930s*, London, Architectural Association, 1988, p. 13)

⁴² ANDERLE, Michele, op. cit., *ibidem*.



Colonia
Rosa Maltoni Mussolini
Vista Pátio Norte e
Entrada
Fotografias, c.1933
(imagens www.aworldtwin.net e
www.cesar-eur.it)

Neste sistema, a Colonia Rosa Maltoni Mussolini (1925-1933) assume uma posição de destaque. Projecto do arquitecto-engenheiro Angiolo Mazzoni (1894-1979)⁴³, que assina, com Marinetti e Somenzi, o *Manifesto dell'Architettura Aerea*, esta obra anuncia a adesão do seu autor aos princípios da cidade única de linhas contínuas, de acordo com os quais “*ogni abitato rifornitore avrà una forma geometrica ed un distinto ritmo originale*” e “*obbedirà o farà da completamente al paesaggio e al clima armonizzando, per esempio, un abitato rifornitore azzurro col deserto arancione*”. Aqui, era o laranja forte dos edifícios e o vermelho das caixilharias e dos terraços em tijolo que contrastavam com o azul do mar.

O plano da Colónia, a maior das instalações construídas em Calambrone, dividia-se em duas partes simétricas - a ala norte, destinada aos filhos dos ferroviários e, a ala sul, aos dos funcionários dos Correios e Telégrafos - numa composição monumental, devidamente anunciada no diálogo com a Viale XXVIII Ottobre e expressivamente assinalada, em cada um dos pátios do complexo, por tanques de água cilíndricos com escadas helicoidais.

⁴³ Engenheiro chefe dos Caminhos-de-Ferro do Estado, casado com a filha do Ministro das Comunicações do governo de Mussolini, Galeazzo Ciano, Angiolo Mazzoni será responsável pelos projectos de um grande número de Estações de Correios e de Estações Ferroviárias construídas na década de 1930, em Itália, combinando referências clássicas com a nova linguagem do betão e do ferro. Entre as suas intervenções mais emblemáticas de uma arquitectura futurista contam-se a Central Térmica da Estação Ferroviária de Florença, de 1934, e as Estações Ferroviárias de Siena, de 1933-1935, e de Montecatini Terme, de 1933-1937. (Cf. www.eng.archinform.net)

Visto do céu, como é representado na “aeropintura” de Tato, o conjunto projectado por Mazzoni colocava em evidência a importância da cobertura como fachada de representação, num jogo planimétrico de volumes que assume um significado simbólico a partir da perspectiva aérea. Assim, a sequência linear de colónias marítimas funcionava, não só na sua relação directa com o automóvel, definindo um eixo procissional que servia aos propósitos ideológicos do Regime, como na sua relação com o avião, pondo em prática as ideias avançadas para a cidade futurista.

E “futurista” parecia, também, a proposta para a Costa da Caparica, com as suas arquitecturas em “zigurate” de tonalidades vivas, organizadas por sectores - Praia, Canal, Cidade - numa estrutura de “linhas contínuas”.⁴⁴

É esta capacidade de Cassiano Branco conseguir convocar, com um único pormenor da sua “solução urbanista”, alguns dos mais marcantes episódios da cultura arquitectónica internacional do início do século XX, por vezes antecipando-os, que coloca este arquitecto português na vanguarda moderna.

⁴⁴ A produção deste arquitecto italiano, Angiolo Mazzoni, terá, aparentemente, outras repercussões na obra de Cassiano Branco, como testemunha o *Esboço dos “Alpendres Reclames” que se pretendem construir nas zonas de estacionamento das Praças D. Pedro IV e Restauradores*, de 1937, a lembrar os abrigos da plataforma da Estação de Siena (1931-1935) e da entrada na Estação de Montecatini Terme (1933-1937). Elementos que no desenho para Lisboa se revestiam de um carácter mais lúdico e versátil, valorizando a sua presença enquanto peças de mobiliário urbano. (Imagem Cassiano Branco: *Uma obra para o Futuro*, Porto, Câmara Municipal de Lisboa/Edições ASA, Dezembro 1991, pp. 124--125)



Estação de Siena e
Estação de Montecatini Terme
Fotografias, c. 1940
(imagens www.toneguzzi.it e
www.cesar-eur.it)

Talvez por isso, e do desfasamento em relação à prática urbanística então corrente, resulte a dificuldade em classificar o projecto para a Caparica, enquanto instrumento de planeamento. Cronologicamente, enquadra-se, ainda, no domínio dos Planos Gerais de Melhoramentos oitocentistas, em que o desenho da infraestrutura se sobrepõe a preocupações de ordem estilística, tipológica e volumétrica das construções que a conformam, favorecendo o pragmatismo das grelhas hipodâmicas, mas também as grandes composições viárias inspiradas no movimento *City Beautiful*. No entanto, a importância que é dada, neste estudo, à componente arquitectónica, quer ao nível da definição dos programas e sua caracterização formal, quer da criação de uma imagem urbana de conjunto, aproxima-o dos modelos dos primeiros Planos Gerais de Urbanização, nos quais se propõe uma (re)integração entre traçado e edificação. No entanto, ao contrário destes, o plano da Costa da Caparica não é concebido como um sistema acabado em si mesmo, antes deixa em aberto a possibilidade da intervenção se prolongar, “infinitamente”, no espaço e no tempo.

Mas o facto de se tratar da criação de uma “cidade nova” afasta-o das premissas de qualquer um destes tipos de plano. Tanto o Plano de Melhoramentos como o de Urbanização implicam, em princípio, a presença de um aglomerado existente sobre o qual se intervem, ou pela reforma, ou pela extensão do tecido consolidado. E mesmo quando essa pré-existência é ignorada, como no caso da Costa da Caparica, a nova ordem territorial compreende sempre a ideia de se “construir cidade”, e, como tal, o “habitar” corresponde a uma parte fundamental do projecto urbano. Função que Cassiano Branco não contempla na sua “Cidade de Lazer”. Nesse sentido, esta cidade não é propriamente uma “cidade”, como este plano não é bem um “plano”.

No fim, a visão do arquitecto de transformar a Costa da Caparica num território de recreio para as massas só iria ganhar corpo com a proposta dos Sindicatos Nacionais para construir uma “Colónia de Férias e Repouso” para trabalhadores.

“Um Lugar ao Sol”

Em 1934, os Sindicatos Nacionais dos Bancários, Escritórios, Seguros, Balcão e Música apresentam à Comissão do Centro de Estudos Corporativos da União Nacional, presidida pelo engenheiro Higinio de Matos Queiroz⁴⁵, a proposta conjunta da criação de uma “Colónia de Férias e Repouso” para o usufruto dos seus filiados. A iniciativa é bem recebida pelas entidades oficiais e assumida pelos Serviços de Acção Social do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP)⁴⁶, organismo integrado na Presidência do Conselho de Ministros e a funcionar sob a supervisão do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Para a concretização desta obra é pedida à Direcção Geral da Fazenda Pública a cedência de terrenos do Estado na Mata da Caparica, área classificada em regime florestal e abrangida pela zona de servidão militar das Baterias de Alpena e Raposeira. Situação que implicaria a consulta e o envolvimento de diversas entidades públicas no processo, desde o Ministério das Finanças, aos Ministérios da Agricultura e da Guerra, passando pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Obras Públicas que, na figura do então ministro Duarte Pacheco, asseguram “*um auxílio de, pelo menos, cincuenta por cento pelo Fundo de Desemprego*”⁴⁷ para a construção da Colónia.

A escolha da melhor implantação para o estabelecimento deste equipamento levanta alguma polémica. A Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas defende uma outra localização que não no interior da Mata, argumentando que “*no interesse da população [e da própria instituição que se vai fundar] tão meritória obra pode ser realizada sem prejuízo da massa de pinhal existente*”⁴⁸. A reforçar a sua posição sublinha o facto de “*milhares*

⁴⁵ Higinio de Queiroz que viria a ser o primeiro Presidente da Direcção da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.

⁴⁶ Cf. PINTO, Maria de Fátima, *Um Lugar ao Sol: Costa de Caparica 1938-1998*, Lisboa, INATEL, 1998, p. 13.

⁴⁷ *Dez Anos de Alegria no Trabalho*, [Lisboa], FNAT, 1945, p. 5.

⁴⁸ Parecer N.º 33, Lisboa, Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, 13 Maio 1935. (Arquivo INATEL)

de pessoas das classes menos abastadas de Lisboa procurarem esta mata, aos domingos e dias de descanso, em busca de bom ar e de repouso, dado o seu fácil e económico acesso e por não haver outra nestas condições”⁴⁹. Também o Conselho Nacional de Turismo “*vê com pesar o (...) aproveitamento [de um dos elementos turísticos mais valiosos daquela estância] para outro fim que não seja o de ser utilizado por todos os seus frequentadores*”⁵⁰. A decisão final caberia ao Subsecretário de Estado das Corporações, ficando definida a ocupação de uma parcela de terreno no extremo norte da Mata da Caparica, servida directamente pela Estrada da Trafaria e confinando com o caminho que separava a propriedade do Estado dos terrenos da Fábrica de Pólvora. A zona escolhida abrangia um quadrilátero de 200 metros de lado, numa superfície total de 39.059 metros quadrados, valor que quase duplicava a área de 22.500 metros quadrados inicialmente pedida.

*“Nesse local foi encontrada uma clareira que permitirá a quasi totalidade da construção em vista, podendo portanto afiançar a V. Ex.^a que as arvores a sacrificar serão em numero infimo. Apresenta o local magnificas condições sob todos os aspectos, não prejudicará a urbanização da Costa nem o logradouro dos seus frequentadores por ser no extremo oposto e finalmente evita que se percam as lindas arvores que tantos anos levaram a crear.”*⁵¹

É na sequência deste pedido de cedência de terrenos que é criada a FNAT, a 13 de Junho de 1935, instituição à qual é feita a cessão⁵² da parcela escolhida e “*que a princípio se destinava [apenas] a manter e dirigir*” a Colónia de Férias, mas, logo, vê a sua acção estendida a “*um campo mais largo, capaz de abranger todos os trabalhadores portugueses e promover o aproveitamento do seu tempo livre*”.⁵³

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Livro N.º 18-A, Ofício N.º 297, Processo N.º 76-20, Lisboa, Conselho Nacional de Turismo, 16 de Maio de 1935. (Arquivo INATEL)

⁵¹ Ofício N.º 1076 do Subsecretário de Estado das Corporações, Lisboa, 24 de Maio de 1935. (Arquivo INATEL)

⁵² O Termo de Cessão é assinado pelo Director de Serviços da Repartição do Património da Direcção Geral da Fazenda Pública e datado de 21 de Agosto de 1935. (Arquivo INATEL)

⁵³ *Dez Anos de Alegria no Trabalho*, op. cit., p. 6.

Na opinião de Duarte Pacheco, a obra deveria avançar a “*título de experiência - para uma capacidade de vinte e cinco pessoas, embora se elaborasse um projecto de conjunto, executável escalonadamente*”⁵⁴, para toda a área do lote. A escolha de Jorge Segurado para realizar a primeira proposta de implantação da Colónia de Férias, apresentada em Outubro de 1935⁵⁵, surge, certamente, na sequência de este arquitecto ter vencido, um ano antes, o concurso público para o *Plano Mestre da Urbanização da Praia do Cabedelo*, em Viana do Castelo. Intervenção que, apesar das evidentes diferenças de escala, estabelecia algumas afinidades com a da Costa da Caparica, não só pela sua situação geográfica, como pelo facto de se tratar de uma zona de dunas e pinhal, livre de quaisquer construções, para onde se programava a criação, de raiz, de uma nova estância vocacionada para o recreio balnear.

Não seria, no entanto, este o projecto definitivo. Segundo Maria de Fátima Pinto, “*depois de amplamente discutido*”, o estudo inicial terá sido abandonado “*para se seguir um plano diferente, tomando como padrão as edificações existentes na Urgeiriça*”⁵⁶, pequena localidade do concelho de Nelas ligada, desde 1913, à exploração mineira de rádio e de urânio⁵⁷. A imagem deste núcleo operário, quer ao nível da sua linguagem arquitectónica, quer da sua organização socio-espacial, terá influenciado a decisão, supostamente sugerida pelo próprio Chefe do Governo, Oliveira Salazar, de se adoptar um modelo idêntico para a Colónia da Caparica.

Modelo que iria guiar o desenvolvimento de uma segunda solução, esta da autoria do engenheiro Travassos Valdez com a colaboração dos arquitectos Manuel Quintela e Costa Macedo, finalizada, provavelmente, ainda durante o ano de 1936⁵⁸. À Sociedade de Engenharia ERG caberia a concretização material da obra.

⁵⁴ Idem, p. 5.

⁵⁵ Cf. PINTO, Maria de Fátima, *op. cit.*, p. 17.

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁷ Inicialmente pela Sociedade Urânio-Rádio (SUR), criada em 1912, e, a partir de 1929, pela Companhia Portuguesa de Radium (CPR), uma sociedade luso-britânica.

⁵⁸ Uma vez que o primeiro plano é apresentado em Outubro de 1935 e a execução da obra é adjudicada, por concurso público, à ERG, a 31 de Março de 1937.

Não se conhecendo qualquer peça desenhada destes dois primeiros planos, é através de reportagens nos jornais da época que podemos ter uma ideia mais pormenorizada de como era a Colónia, baptizada de “Um Lugar ao Sol”, à altura da sua inauguração, a 31 de Julho de 1938.

O jornal *O Século* visita as instalações, ainda antes da obra concluída, para nos dar conta da disposição geral do conjunto:

“Separados, existem dois dormitórios para solteiros, outros tantos para casados, e um para raparigas. Mais afastado, foi construído o pavilhão que se destina ao pessoal e onde se instalou também a lavandaria e armazem. Cada quarto tem quatro camas dispostas como nos beliches de bordo. Só os que se destinam aos (...) casados possuem apenas uma cama, além de outra de menores dimensões para os filhos. Nos refeitórios existem duchas, lavabos e retretes privativas. (...)”

A área total da colónia é de cento e oitenta mil metros quadrados. Ali se pensa, em breve, construir uma secção para crianças, dotada de uma piscina com água do mar.”⁵⁹

Interessante é que, em apenas três anos, a superfície de pinhal ocupada pela instalação da Colónia de Férias tinha aumentado de cerca de 40.000 metros quadrados para 180.000, mais que quadruplicando a área cedida no “Têrmo de Cessão” de 19 de Agosto de 1935. E isto apesar das condições impostas, em escritura de 23 de Junho de 1938, pelo Ministério da Guerra à cedência dos terrenos, que implicava a “*demolição eventual do predio cuja construção é autorizada*”, à custa da concessionária, “*sem direito a indemnização alguma e no prazo que lhe for marcado, quando isso lhe seja determinado pela autoridade militar por motivo de guerra ou de passagem da fortificação ao estado de defeza, sendo esta demolição considerada para todos os efeitos como resultado do onus da servidão militar imposto sobre todo o terreno em harmonia com a legislação em vigor e com prejuízo de qualquer disposição em contrário que haja nas leis do paiz*”⁶⁰. A 1 de Setembro do ano seguinte a Alemanha invadia a Polónia.

Após a inauguração oficial da Colónia da Costa da Caparica,

⁵⁹ *O Século*, 13 Julho 1938. (Cit. PINTO, Maria de Fátima, op. cit., pp. 18-19)

⁶⁰ Escritura de licença de construção, datada de 23 de Junho de 1938. (Arquivo INATEL)

um outro artigo deste jornal fazia referência ao facto de os autores do projecto, “*embora respeitando fielmente a tradição arquitectónica das construções portuguesas*[, terem aproveitado] *muitos ensinamentos colhidos na visita que fizeram no ano passado, às colónias de férias oficiais, italianas e alemãs*”⁶¹. Acrescentava, ainda, que em todo o conjunto se podiam reconhecer as feições de uma obra que Salazar desejava “*simples, despretenciosa, agradável, higiénica e confortável*”.

Também no *Diário de Lisboa*, Dutra Faria descreve em detalhe a vivência da Colónia de Férias:

*“Longe de Lisboa e perto do oceano, que não se vê, nem se ouve, mas perfeitamente se adivinha, graças ao ar que se respira, encontram-se, entre pinheiros, num silencio de catedral ou de sanatório, umas casas de arquitectura simples e discreta, com alegretes de sardineiras florindo em torno dos alpendres, cortinas risonhas enfeitando janelas amplas, rasgadas, e ao longo dum terraço, guarda-sois de côres vivas, mesas pequeninas, cadeiras de repouso, o sorriso de uma rapariga fresca e gentil, o cachimbo dum rapaz em ‘pull-over’ e mangas de camisa, crianças que brincam, homens que jogam ás cartas, senhoras que conversam, um avô enternecido em dialogo com o neto de cinco anos, um ‘flirt’ que se esboça, uma discussão que se arrasta - tudo isso como em qualquer hotel caro de qualquer praia de luxo.”*⁶²

A visita prossegue pelos diversos espaços do complexo: a Sala de Estar, “*onde ha um bilhar, um aparelho de radio, uma mesa - sobre a qual (...) se acumulam jornais, revistas, livros*”; a Secretaria; a Copa, “*montes de ovos... montanhas de costeletas... um Himalaia de pães...*”, e a Cozinha, que “*cheira a almoço*”; os pavilhões para solteiros, casais e raparigas solteiras; a Casa do Guarda; os pavilhões dos serviços auxiliares e dos serviços centrais. “*Os nossos olhos vão de casa em casa - num encanto crescente. O estilo português na sua maior simplicidade e na sua maior beleza. Vivendas de sonho. Janelas de idilio. (...)*

Mas Dutra Faria não fica por aqui.

⁶¹ *O Século*, 1 Agosto 1938. (Cit. PINTO, Maria de Fátima, op. cit., p. 18)

⁶² FARIA, Dutra, “Entre os pinheiros da Caparica um Lugar ao Sol para os que vivem em Lisboa em ruas sem sol”, *Diário de Lisboa*, 16 Agosto 1938, p. 4.

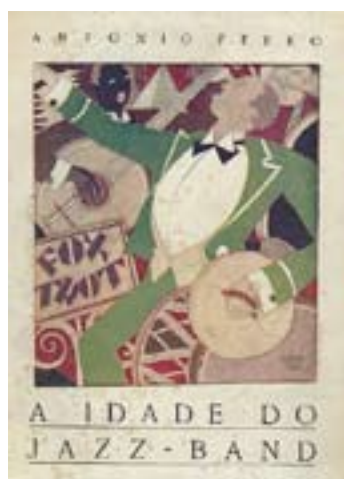
“Visitamos um dos pavilhões dos homens solteiros. O maximo asseio aliado ao maximo conforto e á maxima economia - economia de espaço, economia de accessorios. (...)

Já nos pavilhões dos casais o arranjo dos quartos nos inspira ideias muito diferentes: a familia; a felicidade através do lar; a esposa; os filhos. Cada quarto - cada casal. Cada quarto cada ninho. Não há ali nada a mais - nem há ali nada a menos. A arca da roupa... O espelho... Ramos de flores... Pormenores de carinhos o cuidado de extremoso preparo...”

Ao todo, os pavilhões garantiam uma capacidade de alojamento para setenta pessoas em cada turno, sendo estes de quinze dias, a funcionar entre 15 de Junho e 15 de Outubro. A diária é de 12\$50 por pessoa. “As crianças até 3 anos (uma por casal) nada pagam; até aos 5 anos pagam 5 escudos; até aos 7 pagam 7”.

Estava já prevista a construção de novos pavilhões, em especial, um destinado exclusivamente a crianças, com 138 camas, e, também, a construção de “pequenas moradias para casais com filhos”, alargando-se a oferta de tipologias de alojamento.

“Querem então fazer daqui uma grande aldeia...
É o engenheiro Higinio de Queiroz quem nos responde:
- Perdão. Queremos mesmo fazer daqui uma cidade. Talvez até uma grande cidade. (...)
(...) depressa isto se transformará numa (...) cidade de férias”.



A Idade do Jazz-Band
António Ferro, 1924
[2.^a edição]

Capa de Bernardo Marques
(imagem

944 www.blogdaranove.blogs.sapo.pt)

A “Cidade de Férias” cosmopolita de Cassiano Branco, que se adivinhava veloz e vibrante ao ritmo d’*A idade do Jazz-Band*, dava, assim, lugar à “Cidade de Férias” dos trabalhadores, em que o tempo é regido ao som dos altifalantes, definindo o compasso das rotinas diárias. “O sino da FNAT é o alarme que faz levantar da cama os preguiçosos às 8 horas da manhã”⁶³, às 9 horas toca a “sineta para o pequeno almoço”⁶⁴, às 10 horas vai-se “até à praia privativa da FNAT, onde o banheiro é conhecido pelo ‘Tarzan’”. “Por volta das 12 e 30, os colonos (...) regressam” “e cada um

⁶³ 1.º de Maio, 12 Outubro 1940. (Cit. PINTO, Maria de Fátima, op. cit., p. 20)

⁶⁴ “Pela Imprensa e pela Rádio: Como se passam quinze deliciosos dias em contacto com a natureza na Colónia de Férias ‘Um Lugar ao Sol’ na Mata da Caparica”, *Alegria no Trabalho: Boletim da FNAT*, Lisboa, Ano III, N.º 25, Janeiro 1947, pp. 20-23.

dirige-se para os seus aposentos onde um 'duche' fresco 'dessalga' o corpo. Entretanto houve-se a sineta, convidando (...) ao almoço". À tarde dorme-se a sesta, joga-se "uma partida de pingue-pongue, ou uma 'bilharada'". "Os mais idosos (...) passam a tarde jogando o loto". "E até às 17 horas pouco movimento se nota na Colónia". "Por volta das 18 horas os colonos mais novos jogam voleibol e patinam". "Cerca das 20 horas a sineta faz-se ouvir novamente - São horas de jantar". Depois, "o 'Bar' e as salas de diversão enchem-se" de pessoas e, "por vezes, faz-se um 'Pé de Dança'". A partir das 23 horas o silêncio reina em absoluto.

Se, a nível formal, a relação da colónia "Um Lugar ao Sol" com as suas congéneres italianas e alemãs é pouco evidente, distinguindo-se pelo seu registo de carácter rural de baixa ocupação⁶⁵, a vivência quotidiana dentro do recinto de férias aproximava-se, com as devidas diferenças de escala, da regulamentada naqueles grandes complexos. Pelas descrições, num ambiente menos militarizado que o imposto por aquelas organizações, mas igualmente eivado de uma forte carga pedagógica na elevação da cultura moral e cívica dos trabalhadores. "Cuidou-se da higiene do físico e da higiene do espírito. Não se admitem aproximações com a promiscuidade. A colónia é uma obra de assistência e, também, uma instituição moral"⁶⁶. E quem não respeitasse as regras de boa convivência e utilização da colónia⁶⁷ seria, por norma, expulso da própria FNAT, "sendo dado conhecimento do facto ao organismo sindical ou corporativo a que pertenci[a]"⁶⁸.

Na verdade, a cidade ambicionada por Higinio de Queiroz não passava de uma pequena aldeia.⁶⁹

⁶⁵ Modelo que se identificava com o *Heimatstil* adoptado nas instalações dos funcionários da estância balnear de Prora, mas que nada tinha a ver com as composições, monumentais e racionalistas, de matriz clássica que caracterizavam os próprios edifícios das Colónias de Férias nacional-socialistas e fascistas.

⁶⁶ *1.º de Maio*, 23 Agosto 1941. (Cit. PINTO, Maria de Fátima, op. cit., p. 24)

⁶⁷ Fixadas em "Regulamento" só em 1951.

⁶⁸ PINTO, Maria de Fátima, op. cit., p. 50.

⁶⁹ Imagem que iria ganhar outro significado e pertinência com a introdução, em Portugal, do conceito de "Aldeamento Turístico", na década de 1960.

Pela publicação celebrativa dos *Dez Anos de Alegria no Trabalho* ficamos a saber que, em 1945, o complexo da colónia “Um Lugar ao Sol” era constituído por 29 edifícios⁷⁰. Número que, em comparação com os 7 pavilhões inicialmente construídos⁷¹, testemunhava o sucesso da iniciativa junto dos Sindicatos Nacionais. Um ano depois, na presença do Presidente da República, o General António Oscar de Frago Carmona, são inauguradas as novas instalações da Cozinha e do Refeitório, assim como novas unidades de alojamento, passando a Colónia a contar com 30 pavilhões, aumentando a sua capacidade para cerca de 1.000 veraneantes por turno.

Vinte anos depois da criação da FNAT, em 1954, eram já 38 os pavilhões existentes⁷², que permitiam receber, em simultâneo, 1.555 pessoas, obrigando a uma nova ampliação do refeitório e ao complemento da oferta de serviços facilitados dentro do espaço da Colónia⁷³. Entre eles, a construção de um Parque de Campismo, em 1953.

⁷⁰ “Neste momento os edifícios construídos são já em número de 29, assim distribuídos: Pavilhão Central - composto de dois corpos ligados por uma passagem central, com salão de jogos, sala de estar, terraço de repouso, biblioteca, gabinete médico, bar, secretaria, arrecadações, quartos do pessoal masculino e instalações sanitárias; Refeitório - compreendendo uma ampla sala com cerca de 700 metros quadrados, que comporta 600 lugares sentados, copa, cozinha, armazens, alojamentos do pessoal feminino, dispensa, refeitório do pessoal e casa das caldeiras; Pavilhão de solteiros - composto de 17 quartos para 34 pessoas e instalações sanitárias; Pavilhão de solteiras - com 6 quartos e 1 anexo, com capacidade para 13 pessoas e instalações sanitárias; Pavilhões de casais sem filhos - dois edifícios compostos de 6 quartos e 1 anexo cada e instalações sanitárias e com capacidade total para 26 pessoas; Pavilhões de casais com filhos - 14 edifícios com 11 quartos cada e instalações sanitárias e com capacidade total para 644 pessoas; Pavilhão - com duas habitações compostas de dois quartos de cama, entrada e casa de banho, uma das quais destinada ao director da Colónia e por barbearia e correio; Capela - sob a invocação de Santo António de Lisboa. As restantes construções da Colónia são uma casa de aluguer de bicicletas, casa do guarda, pavilhão de rouparia, matadouro, currais, nitreira, coqueira e casa de arrecadação, cabine do transformador de alta tensão, depósito de 30.000 litros de água e recinto de patinagem. (...) está para construção uma piscina e um parque infantil.” (Cit. *Dez Anos de Alegria no Trabalho*, op. cit., pp.52-53)

⁷¹ Dos sete pavilhões originais contavam-se o Pavilhão Central, dois Pavilhões para Casados, dois Pavilhões para Solteiros, um Pavilhão para Raparigas e um Pavilhão de Serviços Auxiliares.

⁷² “Entre estes pavilhões contam-se: 24 do mesmo tipo, compreendendo cada um 10 quartos de casal, com beliches para 2 crianças, e um anexo para 4 pessoas (44 lugares); 3 de outro tipo, compreendendo 9 quartos de casal, com beliches para 2 crianças, um anexo para 4 pessoas e um aposento (44 lugares); 3 de um terceiro tipo, abrangendo 6 quartos para 2 pessoas e um anexo para 1 pessoa (13 lugares); 2 de tipos diferentes, um deles com 32 e outro com 34 lugares. (...) Para ampliação da Colónia, foi recentemente cedida pelo Estado uma área de 122.000 metros quadrados que praticamente duplica a actual, tendo já sido construídos mais 6 pavilhões com 10 quartos de casal e um anexo cada um, (...)”. (Cit. *Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho: Ano XX*, [Lisboa], FNAT, [1954], p. 95)

⁷³ Para além das instalações mencionadas anteriormente, é realizada nova ampliação do refeitório (agora com capacidade para 1600 pessoas) e construídos o Posto de Correio, o Posto Médico, uma Perfumaria, uma Barbearia e um Cabeleireiro, a Residência do Capelão, a Moradia do Administrador e a Moradia do Médico, um Campo de Jogos e os Balneários.



FNAT
Colónia de Férias da Caparica
Pavilhão Central
Fotografia de Mário Novais,
c.1946
(imagem
Biblioteca de Arte FCG)



FNAT
Colónia de Férias da Caparica
Refeitório
Fotografia, c.1945
(imagem *Dez Anos de Alegria no Trabalho*, [Lisboa], FNAT, 1945, p. 68)



FNAT
Colónia de Férias da Caparica
Capela
Fotografia, c.1945
(imagem *Dez Anos de Alegria no Trabalho*, [Lisboa], FNAT, 1945, p. 70)

FNAT
Colónia de Férias da Caparica
Pavilhões
Fotografias de Mário Novais,
c. 1946
(imagens
Biblioteca de Arte FCG)



FNAT
Colónia de Férias da Caparica
Quarto Casais com Filhos,
Fotografia, c. 1940
(imagem Arquivo Fotográfico da
FNAT/INATEL, retirada de PINTO,
Maria de Fátima, *Um Lugar ao Sol:
Costa de Caparica 1938-1998*, Lisboa,
INATEL, 1998, p. 27)



De acordo com estes dados, é provável que o *Plano de Extensão da Colónia de Férias da Caparica*, da autoria do arquitecto João Simões (1908-1994), apresentado por José Manuel Fernandes num artigo da revista *JA*⁷⁴, seja anterior a 1942, ano em que a Capela, com a implantação definida neste desenho, abre ao culto.⁷⁵



Colónia de Férias da Caparica
- Plano de Extensão

João Simões, c. 1940
(imagem FERNANDES, José Manuel,
"Férias Nacionalistas e Arquitectura
Tradicional", *JA - Jornal Arquitectos*
(*As Praias de Portugal 1*), Lisboa,
N.º 196, Maio/Junho 2000, p. 32)

⁷⁴ FERNANDES, José Manuel, "Férias Nacionalistas e Arquitectura Tradicional", *JA - Jornal Arquitectos* (*As Praias de Portugal 1*), Lisboa, N.º 196, Maio/Junho 2000, pp. 31-35.

⁷⁵ E, possivelmente, posterior a 1940, ano da grande celebração do *Mundo Português*, exposição na qual aquele arquitecto participa, com o projecto dos pavilhões da "Secção da Vida Popular", enquanto colaborador de António Veloso dos Reis Camelo (1899-1985).

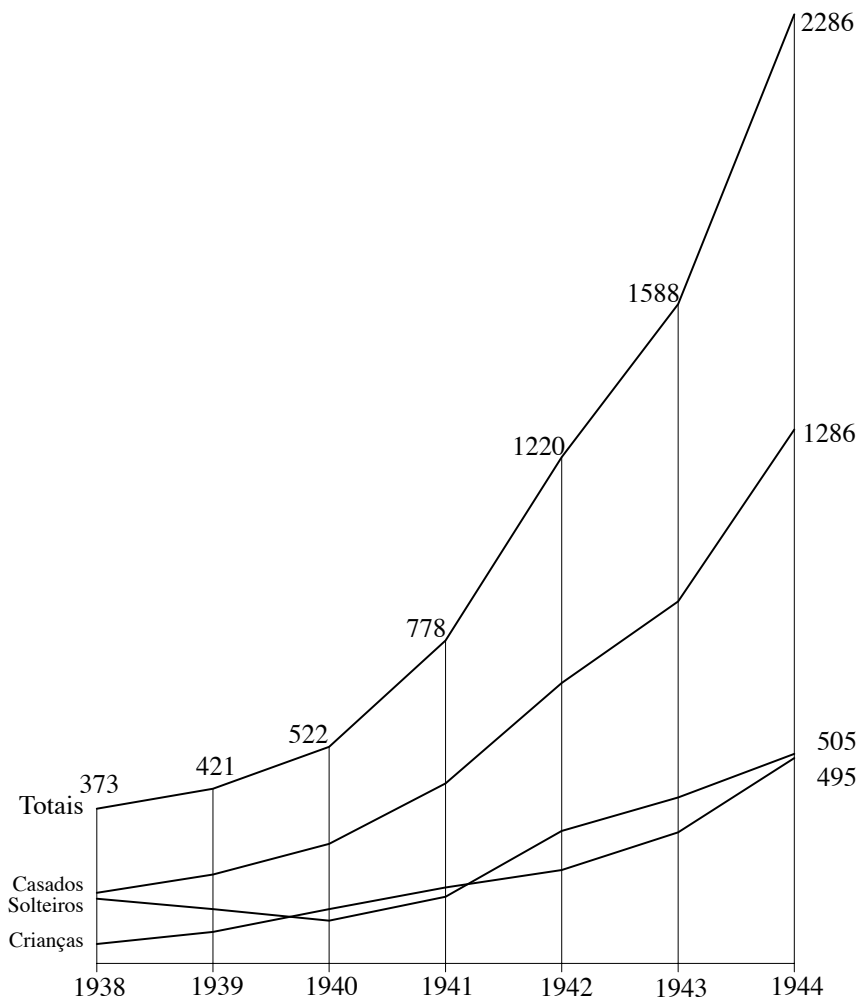
*Colónia de Férias da
Costa de Caparica
- Refeitório de Adultos
e
- Piscina*

João Simões, c. 1940
(imagens FERNANDES, José Manuel,
“Férias Nacionalistas e Arquitectura
Tradicional”, *JA - Jornal Arquitectos*
(*As Praias de Portugal 1*), Lisboa,
N.º 196, Maio/Junho 2000, p. 34)



Plano que é acompanhado pelos projectos de um “Refeitório de Adultos” e da “Piscina”.

O que é interessante no estudo de João Simões para a Colónia de Férias da Caparica é a estrutura de organização espacial que é proposta e o programa funcional estabelecido. Partindo da entrada, é traçado um eixo formal, perpendicular à Avenida e à Praia, que organiza os diversos equipamentos de apoio ao recinto e define uma linha de separação entre a zona de alojamento para “casados” e a zona para “solteiros”. Segregação tipológica em que, curiosamente, se dava preferência à estadia individual (20 pavilhões para solteiros) em relação às férias em família (9 pavilhões para casados). As estatísticas vinham confirmar, precisamente, o oposto.

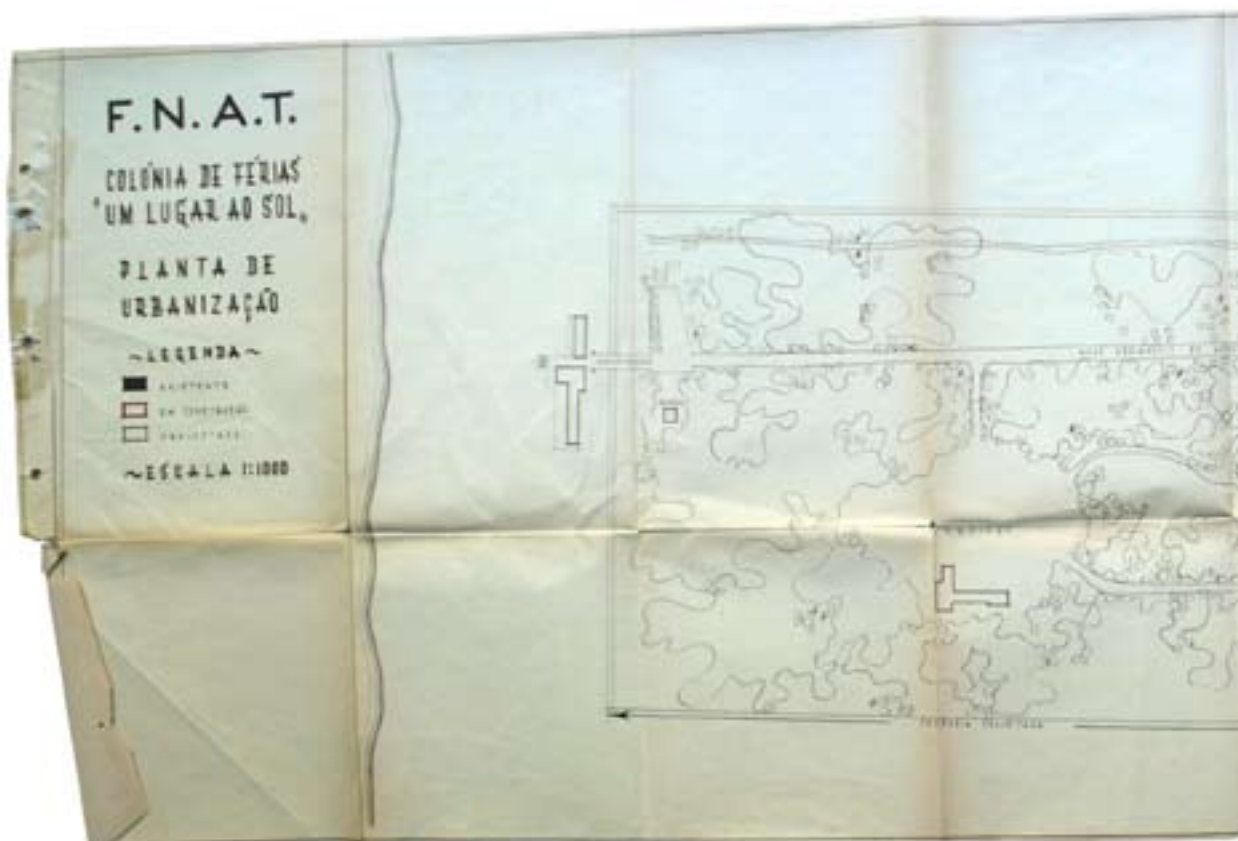


Mapa de frequência de colonos na Colónia de Férias “Um Lugar ao Sol” 1938-1944 (gráfico adaptado de *Dez Anos de Alegria no Trabalho*, [Lisboa], FNAT, 1945, p. 59)

“Lisboa, 30 de Setembro de 1940
 (...) A falta de dotação pelo Fundo de Desemprego não permitiu ainda á FNAT iniciar a construção da Colónia Balnear Infantil (...).
 A enervante demora a que aludimos permitiu no entanto adquirir uma pequena experiência em matéria de Colónias Infantis e verificar a relutância que existe na classe media em se separarem dos filhos ainda que por pouco tempo, e com a certeza de serem tratados com o maior cuidado e carinho.
 Um pequeno inquérito permitiu-nos chegar a conclusão que seria muito bem aceite pelos empregados dos organismos a ideia de transformar a Colónia Infantil em pavilhões familiares nos quais se instalassem casais com os respectivos filhos. (...)”

Ao longo desse eixo, na progressão do interior para o litoral, implantam-se os diferentes núcleos que compõem a Colónia: o Núcleo Desportivo, junto à Avenida, onde se instalam o Recinto de Patinagem, os Campos de Ténis e de *Basket*, a Piscina e o Teatro ao ar livre; o Núcleo Residencial, com o Refeitório e o Pavilhão da Música; passando a Capela, a Secção Infantil, com Refeitório e Dormitório próprios; e, no extremo do pinhal, mais próximo da Praia, o Campismo.

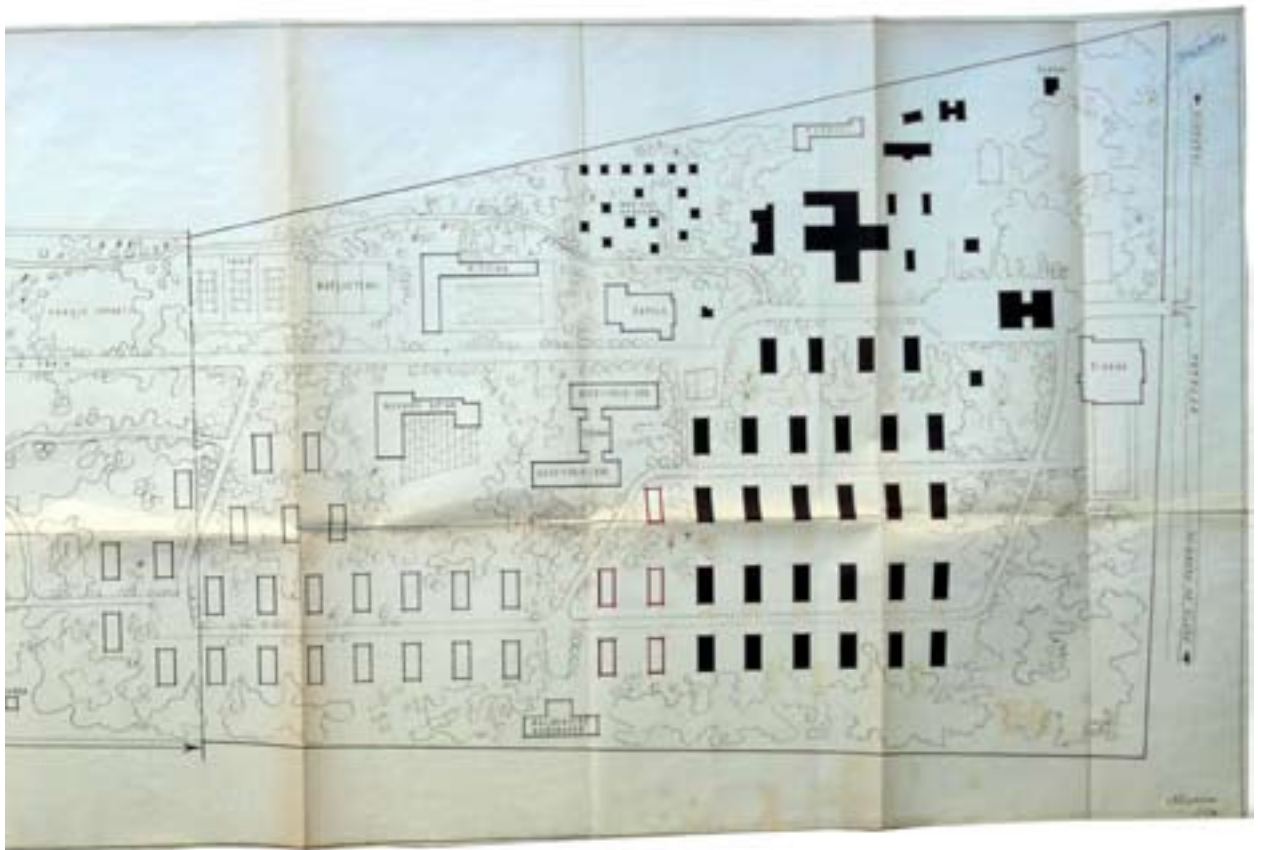
A presença de uma área dedicada às crianças vem reforçar a convicção de que este plano é do início da década de 1940, respondendo ao propósito, nunca concretizado, de se construir uma Colónia Infantil dentro do perímetro de “Um Lugar ao Sol”.



FNAT
Colónia de Férias
"Um Lugar ao Sol"
Planta de Urbanização
[assinado Oliveira], 1952
(imagem Arquivo INATEL)

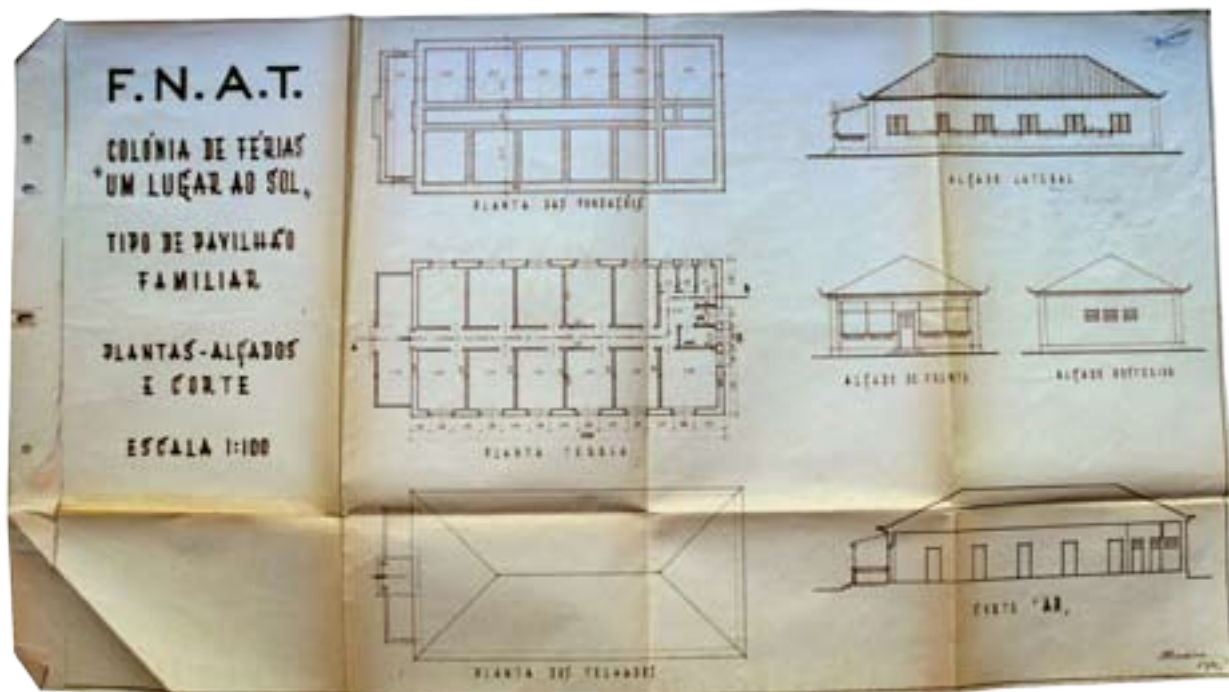
Pela *Planta de Urbanização* de 1952, conseguimos perceber que, apesar do zonamento proposto pelo arquitecto não ter sido seguido, grande parte dos programas, então introduzidos, se mantêm actuais, figurando, ainda, como construções projectadas. É o caso da Piscina e dos Campos de Ténis e de Basquetebol, agora com outra localização, e do Campismo. A Música dá lugar a um Cinema e a Secção Infantil é reduzida a um pequeno parque de diversões. A área de pavilhões prevista estende-se para o interior do pinhal, mais que duplicando o número de quartos existentes. Perspectiva que, a ser concretizada, implicaria a construção de um novo Refeitório e Pavilhão de Repouso-Estar, assim como de uma nova Capela.

De todos estes projectos, apenas o Parque de Campismo, o Cinema, a ampliação da Capela e a Piscina se viriam a concretizar, alguns deles já na década de 1970. E, mesmo, o número de pavilhões nunca atingiria as expectativas fixadas nesta planta.



Ao contrário do proposto no plano de João Simões, são as unidades familiares de alojamento que maior procura registam entre os frequentadores de “Um Lugar ao Sol”. Sendo a construção da maior parte dos pavilhões participada directamente pelos sindicatos, grémios ou organizações corporativas que o requeressem à FNAT⁷⁶, e que, assim, garantiam a prioridade na sua utilização, esta tendência traduz as preferências e os hábitos de férias da generalidade dos seus filiados. Hábitos que, de resto, vinham moldados pelo ideal de família popularizado nas “Lições de Salazar”.

⁷⁶ De acordo com o contrato celebrado, a 3 de Fevereiro de 1954, entre a FNAT e o Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa, seria a Fundação a avançar com a construção dos pavilhões, passando estes a ser sua propriedade. Ao custo da obra acresciam “o seu recheio em mobiliário, roupas e mais pertences necessários à sua utilização, conservação e manutenção e, ainda, do que lhe proporcionalmente lhe correspondia como encargo de urbanização e instalações comuns”. Valor que seria integralmente coberto pela entidade requerente. A utilização dos pavilhões estava destinada “ao alojamento dos sócios (...) e componentes dos seus agregados familiares” daquela organização, desde que satisfeito o Regulamento interno da Colónia, e “quando o número de inscritos (...) não fo[sse] suficiente para completar a lotação respectiva, (...) a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho [podia] preencher as vagas com quaisquer dos seus associados”. (Arquivo INATEL)



FNAT
 Colónia de Férias
 “Um Lugar ao Sol”
 Costa da Caparica
 Pavilhão Familiar
 Plantas, Alçados e Corte
 [assinado Oliveira], 1952
 (imagem Arquivo INATEL)

Cada “Pavilhão Familiar para Casais com Filhos” era composto por onze quartos e por instalações sanitárias colectivas, distribuídos a partir de um corredor central ao qual se acedia, de um dos extremos do volume, através de um pequeno pátio com pérgolas. A área dos quartos era reduzida, cerca de 10 m²⁷⁷, considerando que neles dormiam um casal com dois filhos, estes instalados em beliches, e que em cada quarto havia, ainda, uma pequena área com retrete e lavabo.

Na selecção dos pedidos de inscrição na Colónia de Férias, a que tinham acesso apenas os trabalhadores “*que se situavam em categorias profissionais inferiores à de chefe de secção*”⁷⁸, eram considerados prioritários os beneficiários da FNAT que se fizessem acompanhar do maior número de filhos e os que auferissem de menores rendimentos; os que tivessem indicação médica expressa, comprovada pelos serviços da Fundação, da “*necessidade absoluta de uma estadia à beira mar*”; os sócios mais antigos; quem residisse o mais afastado do litoral; e quem menos vezes tivesse utilizado a colónia balnear. Qualquer dúvida seria resolvida “*por sorteio*”.

⁷⁷ Apenas um dos quartos, o situado junto às instalações sanitárias e duchas, tinha uma área maior, 12,765 m², enquanto que os restantes dez quartos tinham 10,36 m².

⁷⁸ PINTO, Maria de Fátima, op. cit., p. 49.

Pelo Regulamento interno de “Um Lugar ao Sol”, fixado em 1951, os residentes na área de Lisboa só seriam aprovados após inspeção médica, obrigatória, enquanto que aos restantes candidatos era exigida a apresentação de um comprovativo de “(...) *que não são portadores de doenças contagiosas e de que não é prejudicial à sua constituição orgânica o clima da região onde está instalada a colónia (...)*”. Um novo Regulamento, de 1966, extensível a todas as Colónias de Férias entretanto fundadas, colocava em igualdade de circunstâncias, no acesso a essas estruturas, sindicalizados e sócios da FNAT, e introduzia, no campo das proibições, o curioso, mas revelador, reparo de que “*os beneficiários que se façam acompanhar de automóveis que pela sua categoria não se harmonizem com a sua actividade profissional, consideram-se abrangidos pelo disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento, segundo o qual não poderão utilizar as colónias da FNAT (...)*”⁷⁹. Não era vulgar, no entanto, a presença do automóvel na Colónia. Tirando alguns dos filiados nos Grémios Nacionais⁸⁰, a maioria dos “colonos” chegava nos autocarros “azul e prata” da Empresa de Camionetas Piedense, que assegurava carreiras regulares entre Cacilhas, a Trafaria e a Costa da Caparica.⁸¹

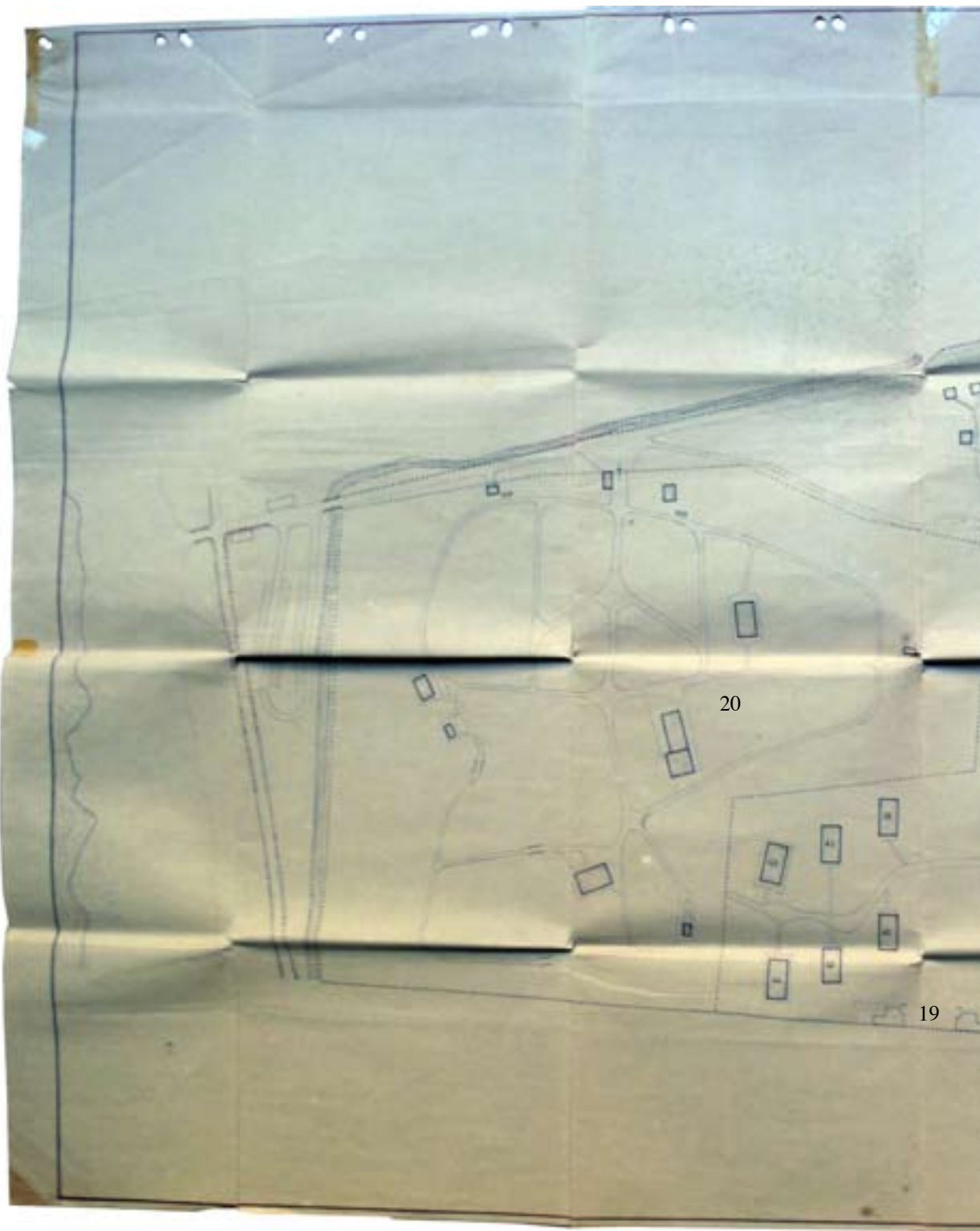
Mas não eram só trabalhadores portugueses que gozavam de “Um Lugar ao Sol”. Desde cedo que a FNAT mantinha programas de intercâmbio com organizações similares italianas, alemãs e, sobretudo, espanholas. Sistema que proporcionava a estadia, em Portugal, de grupos estrangeiros e a participação de associados nacionais em “estágios” lá fora.⁸²

⁷⁹ Idem, p. 51.

⁸⁰ De uma lista consultada no Arquivo do INATEL, com os “Endereços de Organismos que possuem Pavilhões Familiares no Centro de Férias ‘Um Lugar ao Sol’”, datada do início dos anos 1970, e ainda que incompleta, o maior número destas unidades estava associada a organismos corporativos de diversos tipos, que não sindicatos ou grémios, como, por exemplo, as Juntas Nacionais do Vinho, dos Produtos Pecuários e de Frutas, ou a Administração Geral do Porto de Lisboa, o Instituto Português de Conservas de Peixe e a Companhia Industrial Portugal e Colónias; seguidos dos Sindicatos Nacionais, entre os quais se destacam as Obras Sindicais dos CTT, com quatro pavilhões; e, por último, mas não muito afastados, os Grémios Patronais, onde o Grémio dos Armazenistas de Merceria assume a liderança, com seis pavilhões atribuídos.

⁸¹ Empresa que funcionou entre 1927 e 1967, altura em que seria integrada na Transul.

⁸² “Por exemplo, em 1944, 100 trabalhadores portugueses usufruíram de um ‘estágio’ em Espanha, pagando a mesma quantia, 17\$00, que pagavam na Caparica. Em contrapartida, a Direcção da FNAT retribuiu com o mesmo número de lugares para os trabalhadores espanhóis, repartidos da seguinte forma: 20 casais (sem filhos), 10 mulheres e 50 homens. Em 1954, estiveram 221 portugueses em S. Rafael e em Cádiz e 206 espanhóis na colónia ‘Um Lugar ao Sol’”. (Cf. PINTO,

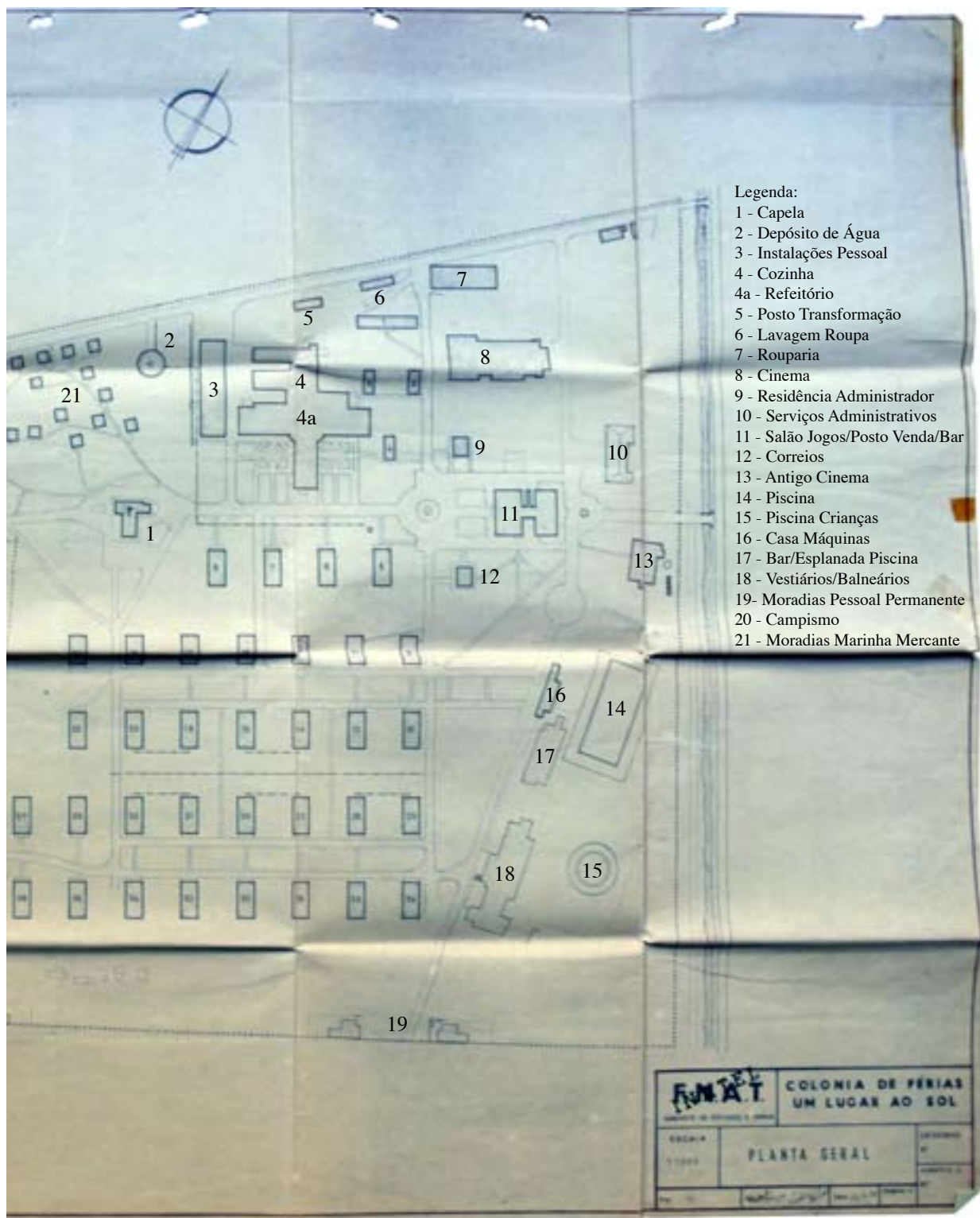


FNAT
Gabinete de Estudos e Obras
Colónia de Férias
“Um Lugar ao Sol”
Planta Geral
1973
(imagem Arquivo INATEL)

956

Com a euforia turística dos anos sessenta, a Colónia entra, curiosamente, num período de estagnação que contrasta com o sucesso das primeiras décadas do seu funcionamento. Entre 1954 e 1973, regista-se a construção de apenas seis novos

Maria de Fátima, op. cit., p. 27)



pavilhões, atingindo-se um total de 44 unidades residenciais. Em contrapartida, o grande investimento será feito na implementação de infraestruturas de apoio ao conjunto: um moderno complexo de piscinas, olímpica e para crianças, e um novo Cinema, que vinha substituir o antigo edifício construído junto à entrada do recinto.

É esta estrutura que o INATEL vai herdar, em Abril de 1975, num contexto político e social bem diferente, em que se assiste à ocupação desregulada de grande parte das instalações do centro de férias por retornados das ex-colónias portuguesas que aí vão permanecer até meados da década de 1980.

Ainda que esta situação não fosse nova⁸³, pela primeira vez é posto em causa o direito dos sócios da FNAT/INATEL e dos Sindicatos e Grémios Nacionais de utilizarem a colónia de férias para o recreio e o repouso das suas famílias. Ironicamente, “*a revolução, feita também em nome dos trabalhadores (...), devorava uma das instituições*”⁸⁴ mais marcantes da história dos tempos livres em Portugal⁸⁵. E isto numa altura em que o Turismo social voltava a ser objecto de atenção por parte do Estado, com a aprovação do IV Plano de Fomento Económico, para o hexénio de 1974-1979, também ele deixado em suspenso com o desencadear do processo democrático.⁸⁶

Era o fim de um modelo de férias que iria deixar a sua marca na memória de muitos portugueses. Um modelo arquitectónico e turístico que, anos mais tarde, vai estar na origem de conceitos inovadores como o de “Aldeamento Turístico” ou o de *time-sharing*⁸⁷. A principal obra social do regime salazarista servia, assim, de inspiração para o desenvolvimento de novas modalidades de exploração turística vocacionadas para uma sociedade de consumo de massas capitalista. Paradoxos.

⁸³ Já em 1946 a colónia da Caparica tinha recebido, por determinação governamental, um grupo de 240 refugiados timorenses por um período de três meses. Um ano depois, em Janeiro de 1947, é a vez de 46 crianças austríacas, orfãs de guerra, serem instaladas provisoriamente em “Um Lugar ao Sol”. Depois do 25 de Abril de 1974, é, também, por autorização oficial que aí se vão alojar 17 exilados políticos vindos da América Latina. (Cf. PINTO, Maria de Fátima, op. cit., pp. 39-48)

⁸⁴ AMARAL, Domingos, “Alegria no Trabalho: A Colónia de Férias do INATEL na Caparica faz 60 anos”, *Indy*, 14 Agosto 1998, p. 42. (Parte integrante do jornal *O Independente*, N.º 535)

⁸⁵ A colónia “Um Lugar ao Sol” seria abandonada à sua sorte até aos finais dos anos noventa, altura em que um novo plano de renovação urbanística e arquitectónica, da autoria de Vasco Massapina e Manuel Ayres do Atelier Cidade Aberta, é apresentado. Nesta proposta, datada de Maio de 1997, avança-se com a recuperação dos principais equipamentos existentes na Colónia e com a substituição da zona de pavilhões, entretanto demolidos, por áreas de comércio e de alojamento em regime de aparthotel.

⁸⁶ Ver capítulo 4.2..

⁸⁷ O “Direito real de habitação periódica em imóvel ou conjunto imobiliário destinado a fins turísticos” seria regulado pelo Decreto-Lei N.º 355/81, de 31 de Dezembro, e a classificação de “Aldeamento Turístico” aparecia regulamentada pela primeira vez, em Portugal, no Decreto-Lei N.º 328/86, de 30 de Setembro.

“Praia do Sol”

Fora dos limites da Colónia, a própria Costa da Caparica seria alvo de intervenção estatal. No mesmo ano em que Duarte Pacheco encarrega Donat-Alfred Agache de elaborar o Plano da Costa do Sol, é nomeada, por Portaria de 9 de Março de 1933, uma Comissão Oficial responsável por estudar o “*aproveitamento das condições naturais e os trabalhos mais urgentes a considerar em ordem ao embelezamento, urbanização e futuro desenvolvimento como estância balnear das praias da Costa da Caparica*”⁸⁸. Medida que revela a importância que é dada à valorização turística de ambas as “Costas”. Não era só o Estoril cosmopolita de Fausto de Figueiredo que interessava aos propósitos de afirmação, e de controlo, do novo poder político, era também a Praia do Sol e o seu ambiente popular.

“A região da Costa de Caparica interessa á maior parte da população de Lisboa, pelo menos como seu melhor e mais próximo refugio, durante o verão: interessa a todos os que não queiram fazer a vida faustosa dos nossos Estoris; os que tenham os filhos a tratar de doenças para que o regime marítimo é recomendado; aos que buscam repouso e bons ares de pinhais; áquêles para quem o regime especial com que melhor se definam estas praias, é tratamento único em Portugal”

Nesta vastíssima e salubérrima região encontra a população de Lisboa, além de extensos areais e mar aberto - ‘um grande parque florestal, relvados frescos, árvores copadas, onde brinque, ria, jogue, tome ar puro e verdadeiramente se divirta em intimo convívio com a Natureza durante os dias em que possa fugir ao triste acotovelamento pelas ruas estreitas da cidade e dos cafés em que a mocidade vicía as horas de ócio’; basta atravessar o Tejo...

*Estas praias são terapeuticamente indispensáveis á saúde moral e física da população, ao revigoramento, higiene e formação dos filhos da décima parte da população do país - que tantos são, pelo menos, os habitantes de Lisboa.”*⁸⁹

⁸⁸ Comissão constituída por José Rodrigues Valdez Penalva, Conde de Penalva d’Alva, do Conselho Superior de Obras Públicas (Presidente), Manuel d’Agro Ferreira, da Comissão de Iniciativa da Costa da Caparica (Secretário), Dr. Arruda Furtado, da Direcção Geral de Saúde Pública, Eng. António Belo, da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos, Eng. Alberto Humberto Menezes de Spinola, da Junta Autónoma de Estradas, Eng. Carlos Pinto Machado, do Conselho Nacional de Turismo, e Eng. Ayres de Miranda, da Direcção Geral dos Serviços Florestais (vogais). O “Relatório e Plano Geral” redigidos por esta Comissão seriam apresentados à II Secção do I Congresso Nacional de Turismo, realizado em 1936, como parte integrante da tese “As Praias da Costa - indevidamente chamada - de Caparica”, da autoria Agro Ferreira.

⁸⁹ FERREIRA, Manuel d’Agro, “As Praias da Costa - indevidamente chamada - de Caparica: Relatório e Plano Geral”, CONGRESSO NACIONAL DE TURISMO, I, Lisboa, 1936. Lisboa,

Classificada, em 1925⁹⁰, como “Estância de Turismo”, a Costa da Caparica tinha vindo a afirmar-se como o “*Sanatório Marítimo de Lisboa*”⁹¹. A crescente afluência de banhistas, que, atraídos pelas consagradas qualidades terapêuticas desta Praia, se sujeitavam às longas travessias do rio, ao desconforto das poucas estradas existentes e à oferta de meia dúzia de barracas de colmo, justificava uma acção mais interventiva da parte dos responsáveis oficiais no planeamento da região.

De acordo com o “Relatório e Plano Geral”⁹² apresentado pela comissão consultiva, os principais aspectos a abordar na valorização turística da Costa da Caparica seriam: os meios de transporte fluviais, de forma a assegurar um “*rápido, cómodo e económico acesso*” a esta margem do rio, “*com pontes e cais convenientes*”; as vias de comunicação, defendendo-se o “*estabelecimento de uma rede de estradas e avenidas que facilitem o trânsito, tornando-o mais seguro e rápido, e que tornem possível a urbanização de locais (...) onde há óptimas praias*”; a arborização, com a intensificação das plantações florestais de protecção ao cordão de dunas litoral; os planos de urbanização, previstos “*para os diferentes pontos que mais se prestam a fixação de núcleos populacionais (...) e (...), urgentemente, para a Praia do Sol*”; os planos gerais de abastecimento de águas e rede de esgotos, “*para todos os núcleos urbanos a delinear*”; e os meios de acção e de desenvolvimento, ponto no qual se salienta a “*indispensabilidade dum organismo oficial incumbido de orientar, realizar, promover e administrar*” a urbanização desta costa.

Só assim poderiam ser aproveitadas, da melhor forma, todas as condições naturais da Costa da Caparica e conduzir o seu desenvolvimento “*á finalidade que lhe cumpre desempenhar e para que só ultimamente foi despertada, sem planos e sem critério de larga orientação*”.

Sociedade Nacional de Tipografia, 1936, p. 13. (Tese apresentada à II Secção)

⁹⁰ Pelo Decreto-Lei N.º 11:335, de 9 de Dezembro.

⁹¹ GOMES, Venceslau Ferrão, “Relembrando...”, *Praia do Sol*, Ano I, N.º 1, 1 Janeiro 1950, p. 4.

⁹² FERREIRA, Manuel d’Agro, op. cit., pp. 10-20.

A relação com a capital era assegurada por dois itinerários possíveis: a travessia fluvial do Terreiro do Paço, ou do Cais do Sodré, a Cacilhas, seguindo-se pela Estrada Nacional até à Costa; e a travessia Belém-Trafaria, com ligação àquela via pela estrada da Trafaria. Em ambos os casos são reivindicadas melhorias urgentes. O descongestionamento do cais de Cacilhas e a ampliação do cais da ponte da Trafaria. Propõe-se, ainda, a construção de um cais na Cova do Vapor, acesso já explorado pela “Parceria dos Vapores Lisbonenses”, para servir “Lisboa-Praia”, a nova zona balnear criada a norte da Praia do Sol.

O traçado de todos os percursos rodoviários deveria ser revisto de forma a garantir uma maior fluidez de tráfego e um fácil acesso automóvel e de camionetas a esses pontos de desembarque. Programada estava a construção da “Avenida da Margem Sul”⁹³, “mandada estudar dêse o Alfeite á Costa de Caparica”⁹⁴, de onde se poderiam apreciar as melhores “*perspectivas da Capital*” e da qual deveria fazer parte integrante uma “Avenida Marginal”, da Cova do Vapor à Praia do Sol. Infraestruturas que “*seriam complementadas com o (...) projectado caminho de ferro de Cacilhas, via Trafaria, Ponte da Cova do Vapor, Praia do Sol, marginando o rio e o mar*”.⁹⁵

Mas é na Praia do Sol que se levantam os maiores problemas. A falta de orientação superior sobre a melhor forma de conduzir a acelerada urbanização desta estância, procurada não só pelos seus atributos terapêuticos e turísticos, mas, cada vez mais, como alternativa de residência para muitas “*famílias de Lisboa, com interêsse e afazeres diários nesta cidade*”⁹⁶, tornava imperativa a elaboração de um plano de conjunto que, não se restringindo a uma abordagem local, definisse uma estratégia de actuação futura.

“Lançada a Praia do Sol, foi forçoso reconhecer que a multidão se aglomerava em dois ou três quilómetros dos 40 ou 50 quilómetros que constituem esta costa ao sul de Lisboa.

Dezenas de milhar de pessoas de diferentes tendencias, de diferente educação e de diferentes meios sociais, acorriam ao mesmo ponto restrito, prejudicando-se mutuamente, criando assim, uns aos outros, mal estar, contrariedade e desagrado. Inventou-se então a ‘Lisboa-Praia’, mais perto da Capital, servida pela ponte da Cova do Vapor e a cêrca de uma légua da Praia do Sol, pela beira-mar.”

FERREIRA, Manuel d’Agro, “As Praias da Costa - indevidamente chamada - de Caparica: Relatório e Plano Geral”, CONGRESSO NACIONAL DE TURISMO, I, Lisboa, 1936. Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1936, p. 5. (Tese apresentada à II Secção)

⁹³ FERREIRA, Manuel d’Agro, “A Avenida da Margem Sul”, CONGRESSO NACIONAL DE TURISMO, I, Lisboa, 1936. Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1936. (Tese apresentada à III Secção)

⁹⁴ Estudo patrocinado pela Sociedade Propaganda de Portugal.

⁹⁵ Ligação ferroviária que ganhava outro sentido com o “*projecto do sr. Engenheiro Santos Viegas para a conclusão do caminho de ferro do Barreiro a Cacilhas*”. (Cf. FERREIRA, Manuel d’Agro, “As Praias da Costa - indevidamente chamada - de Caparica: Relatório e Plano Geral”, op. cit., p. 15)

⁹⁶ Idem, *ibidem*.

Acção que devia estender-se, na opinião de Agro Ferreira, a toda a Costa da Caparica e à sua relação privilegiada com a Serra da Arrábida, num evidente paralelo com os Estoris e Sintra. Sem perder esta perspectiva global, a Comissão vê-se obrigada, por razões de ordem prática, a centrar o seu parecer em questões mais imediatas:

“É indispensável e urgente elaborar uma planta para a Praia do Sol, planta em que se definam arruamentos urbanos de forma a que se não possa construir fóra do que fôr projectado.

Para garantia de que essa planta seja respeitada por tôdas as entidades locais, deverá ela ser aprovada pelo Conselho Superior de Obras Públicas.

Assim se evitarão os inconvenientes observados e que tão justos protestos têm levantado, de se estar a construir uma povoação tendente a tomar grandes proporções, sem visão larga do seu futuro, em moldes acanhados e inestéticos, em que muitas vezes as construções ultrapassam os alinhamentos, sem respeito pelas plantas existentes, actualmente, boas ou más que sejam.

A continuar assim, a povoação resultará um aglomerado de casas não só banal mas condenável sob muitos aspectos.”⁹⁷

Da leitura do “Relatório” fica, no entanto, explícito o tipo de aproveitamento que se propõe fazer da região, “*como estância balnear e de turismo e, muito especialmente, de cura*”. Um aproveitamento “*particularmente simples e económico*” direccionado para o “*revigoramento da população pobre de Lisboa; (...) população trabalhadora, população operária e infantil, população fluctuante ou transitória na região*”. A avaliação das “*vantagens [, ou não,] do estabelecimento, face a face, de instalações de turismo rico*” era um problema que devia ser seriamente ponderado, preconizando-se a criação de um organismo oficial, responsável pela implementação das directrizes traçadas.

Procurava-se, assim, conferir uma identidade própria a esta costa. Uma expressão que não entrasse em concorrência directa com a sua rival, mais a norte, e que iria marcar o destino da Costa - “*indevidamente chamada*”⁹⁸ - da Caparica como Praia Popular.

⁹⁷ Idem, p. 17.

⁹⁸ De acordo com a tese de Agro Ferreira, esta costa já não pertencia à freguesia de Caparica que lhe

O Plano de Urbanização do Concelho de Almada

Se a construção da colónia “Um Lugar ao Sol” vinha materializar a ideia de transformar a Costa da Caparica num centro de férias para as classes populares, esta tendência seria confirmada no plano de urbanização apresentado, em 1946, por João Guilherme Faria da Costa (1906-1971). Documento que integrava o *Plano de Urbanização do Concelho de Almada*, desenvolvido pelo urbanista Etienne De Gröer.

Não se conhecendo as peças principais deste estudo concelhio, é por um parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, datado de 1948, que conseguimos reunir alguma informação⁹⁹. Pela descrição que é feita, o estudo organizar-se-ia em duas partes, a primeira, referente à Urbanização do Concelho de Almada e, a segunda, ao Plano de Urbanização da Costa da Caparica.

No que diz respeito a Almada, “*o trabalho apresentado pelo urbanista constitui a primeira fase do plano previsto no contrato estabelecido entre o autor e a Câmara Municipal (...). Uma vez aprovada esta fase, deverão elaborar-se os ante-planos relativos às várias localidades, e, finalmente, os planos definitivos*”.

tinha emprestado o nome. (Cf. Idem, p. 3)

⁹⁹ Parecer da 1.ª Subsecção da 4.ª Secção do CSOP referente ao Processo N.º 1891, entrado a 3 de Outubro de 1947 e expedido a 16 de Junho de 1948. Segundo este documento, o “*referido processo (...) é constituído pelos seguintes elementos:*

a) *Projecto elaborado em 22 de Junho de 1945 relativo ao desenvolvimento da rua principal da futura extensão de Almada e do arranjo do Largo Costa Pinto em Cacilhas, acompanhado dos respectivos perfis longitudinais;*

b) *Ofício N.º 4557 de 15 de Agosto de 1945, da Administração Geral do Porto de Lisboa, informando sobre a viabilidade da obra marginal preconizada no plano de urbanização de Almada;*

c) *Planta geral e parcelar elaborada pela JAE em Novembro de 1945, mostrando o desenvolvimento da variante da E.N. 10 na zona compreendida entre a Cova da Piedade e Corroios;*

d) *Dois pastas contendo o relatório e várias plantas da primeira fase do estudo de urbanização do concelho de Almada, elaborado em Setembro de 1946;*

e) *duas pastas contendo as peças escritas, peças desenhadas e uma fotografia do plano de urbanização da Costa da Caparica, elaborado em Dezembro de 1946;*

f) *Cópia de parte da acta da sessão ordinária do Conselho Municipal de Almada, efectuada em 14 de Fevereiro de 1947, relativa à aprovação, por unanimidade, do plano de urbanização da Costa da Caparica e do esboço do Plano de Urbanização do Concelho de Almada;*

g) *Cópia de parte da acta da reunião da Câmara Municipal de Almada, efectuada em 16 de abril de 1947, em que se transcreve a aprovação, por unanimidade, do “plano parcial de urbanização de Almada relativo à localização do Centro Cívico”;*

h) *Ofício do arquitecto-urbanista autor do plano de urbanização da Costa da Caparica, datado de 31 de Julho de 1947, remetendo à Direcção Geral dos Serviços de Urbanização a planta parcial do arranjo urbanístico da Trafaria, desenvolvido na escala 1:2000, pedindo a essa entidade, que seja solicitado da Administração Geral do Porto de Lisboa o seu parecer sobre a concepção e disposição das obras de abrigo e de acostagem preconizadas, a fim de poder prosseguir com os estudos do referido plano;*

i) *Parecer da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, emitido em 21 de Setembro de 1947; (...)*”.

O processo entregue para apreciação encontrava-se organizado em três tipos de elementos: A - Relatório, B - Plantas, e C - Legislação¹⁰⁰. No prefácio do “Relatório”, dedicado a “Lisboa e a sua Região”¹⁰¹, De Gröer incluía um mapa esquemático com a previsão do desenvolvimento da população na região de Lisboa e sua distribuição pelas sete extensões suburbanas da capital, considerando o prazo de 30 a 50 anos de incidência do plano. Mapa que, certamente, seria o mesmo que, dois anos mais tarde, integra a sua proposta para o *Plano Director de Lisboa*.¹⁰²

Para o concelho de Almada é calculado um total de 100.000 habitantes, valor que triplicava os 31.731 registados em 1945. É esta estimativa que serve de base para a elaboração dos planos de urbanização então apresentados, distribuindo-se a população por três grupos de localidades:

Grupos	População
I - Almada e Cova da Piedade	56.305 hab (população fixa)
II - Trafaria e Costa da Caparica	11.663 hab (população fixa)
Veraneantes da Costa da Caparica	8.877 hab (população flutuante)
III - Monte da Caparica	20.662 hab (população fixa)
Arredondamento	2.493 hab
Total	100.000 hab

¹⁰⁰ Do Relatório faziam parte: I - Análise do estado actual do concelho de Almada, II - Características das localidades actuais, e III - Bases do Plano de Urbanização. As Plantas incluíam: 1 - Estado actual do concelho e 2 - Esquema das grandes artérias, ambas à escala 1:25.000, 3 - Esquema geral das zonas, à escala 1:20.000, e 4 - Distribuição das zonas em Cacilhas e Almada e 5 - Distribuição das zonas de Almada, Mutela e Cova da Piedade, estas à escala 1:2.000. Da Legislação constavam: 1 - Regulamento de zonas, 2 - Regulamento dos talhamentos e quarteirões, e 3 - Extracto do Regulamento da Construção.

¹⁰¹ Título que também abre o seu Relatório Geral do Plano de Urbanização da Costa do Sol, de 1946. O Relatório da Urbanização do Concelho de Almada seria composto por: Prefácio; I - Análise do Estado Actual do Concelho de Almada (População, Situação Geográfica e Clima, História e Monumentos, Habitação, Estado sanitário da população e Estabelecimentos Hospitalares, Estabelecimentos de Ensino e Militares, Economia: Agricultura e Indústria, Comunicações e Transportes, Serviços Públicos); II - Características das Localidades Actuais; III - Bases do Plano de Urbanização (A) Preâmbulo, B) Rede dos Principais Arruamentos, C) Utilização do Solo: “Zoning”, D) Legislação); e IV - Execução da 1.ª Fase do Plano de Urbanização de Almada.

¹⁰² Ver, no capítulo 2.3., “O Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa”.

Estes três grupos - este¹⁰³, oeste¹⁰⁴ e centro¹⁰⁵, estavam subordinados “a uma regulamentação geral, apresentando, porém, em cada caso, características totalmente diferentes”. Feita a “Análise do Estado Actual do Concelho de Almada” e ponderadas as “Características das Localidades Actuais” o autor estabelece as “Bases do Plano de Urbanização”, onde começa por salientar a importância da componente legislativa na implementação de qualquer estudo de urbanização. Nesse sentido, faz acompanhar o seu *Esboço do Plano de Urbanização do Concelho de Almada* de um “Regulamento de Zonas”, de um “Regulamento dos Loteamentos” e de uma primeira versão do futuro “Regulamento das Construções”.

Quanto à utilização do solo, ou *zoning*, Etienne De Gröer define vários tipos de zonas residenciais considerando as circunstâncias particulares de cada bairro. As áreas mais antigas e densas dos aglomerados, “em que a habitação de mistura com o comércio”, são caracterizadas como “Zona Comercial Central”. Os núcleos mais antigos como “Zona de Habitação Densa”. E em casos de densidade exagerada mas onde ainda existem espaços livres, como “Zona Transitória”. Nos novos bairros são criadas, “para comodidade do público”, pequenas “Zonas Comerciais Locais”.

Na “Zona de Espaços Livres” incluem-se os espaços livres rurais existentes em torno dos aglomerados urbanos, a Mata do Arsenal do Alfeite e a Mata Nacional entre a Trafaria e a Costa da Caparica. Para compensar a diminuição de espaços livres que se verifica à medida que aumenta o grau de urbanização, cada novo bairro é rodeado por uma cintura verde com 100m de largura, “a fim de permitir a livre circulação de ar entre as partes aglomeradas”. Cintura que funciona, simultaneamente, como elemento de contenção do crescimento urbano.

¹⁰³ Englobando Almada, Cacilhas, Cova da Piedade, Mutela, Caranajo, Praçal, Feijó, etc.

¹⁰⁴ Composto pelo grande centro de vilegiatura da Costa da Caparica, pela Trafaria e pelas povoações satélite da Cova do Vapor e de Estrelinha.

¹⁰⁵ Considerado como Zona Rural.

A superfície destas áreas é calculada de forma a se obter uma relação de 27m² de espaços verdes públicos por cada habitante. *“Pouco a pouco estes terrenos poderão ser transformados em parques públicos ou em campos de jogos, mas, em caso algum deverão ser utilizados para a construção”*. É, ainda, considerada a possibilidade de certos jardins particulares, *“notáveis pela sua situação, dimensões ou beleza”*, poderem vir a integrar a rede dos espaços públicos livres. Medida que, como vimos, De Gröer vai, também, implementar na Costa do Sol.¹⁰⁶

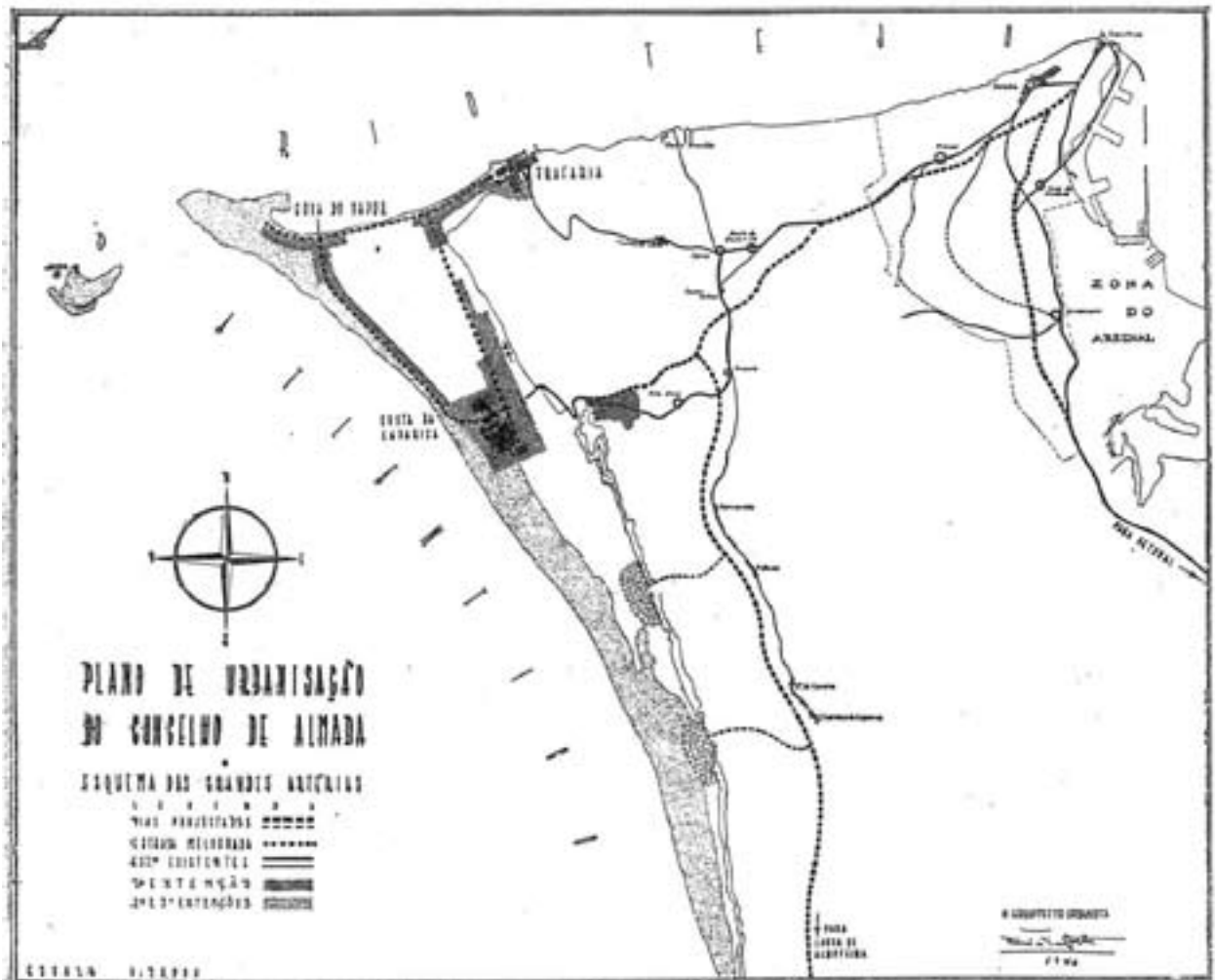
Para garantir uma distribuição equilibrada de edifícios públicos pelos diferentes aglomerados são criadas “Zonas de Reserva de Terreno”, providas de áreas de protecção próprias e pensadas *“de forma a valorizar tanto a estética do local, como os edifícios a que se destinam”*. As “Zonas Industriais, Portuária e Ferroviária” são concentradas no grupo de aglomerados a este do concelho, libertando-se a frente marítima oeste. Solução idêntica à defendida pelo autor no PUCS.

No que respeita ao “Regulamento dos parcelamentos e dos quarteirões”, o urbanista fixa exactamente as mesmas regras que havia estabelecido para os planos de Coimbra, Évora e Beja. Já o “Regulamento de Construção” aparece sob a forma de “Esboço”, abordando apenas as disposições que dizem respeito à “Salubridade das Edificações”.¹⁰⁷

Toda esta estrutura territorial vinha alicerçada numa rede de vias de comunicação *“a ligar os principais centros urbanos do concelho”*. Sistema que é desenvolvido à escala 1:25.000. É por um “Esquema das Grandes Artérias”, publicado na revista *Arquitectura*, em 1947, a acompanhar a apresentação do *Plano de Urbanização da Costa da Caparica* de Faria da Costa, que se pode ter uma ideia da estrutura viária proposta.

¹⁰⁶ Ver, no capítulo 2.3., “Relatório Geral do Plano de Urbanização da Costa do Sol”. Para mais informação consultar MARAT-MENDES, Teresa, “O PUCS e os vazios planeados”, JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO, Oeiras, 2008. *O Plano de Urbanização da Costa do Sol: uma visão inovadora para o território*. Actas, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 2009, p. 92-122.

¹⁰⁷ Disposições que estavam reunidas em quatro rubricas diferentes: A) Das edificações em conjunto; B) Salubridade dos terrenos; C) Forma dos edifícios; e D) Disposições interiores das habitações.



Das vias projectadas destacam-se a ligação directa entre Cacilhas e a Costa da Caparica, substituindo a antiga estrada de Almada ao Monte da Caparica por uma nova via de carácter turístico, e a ligação da Costa da Caparica a Sesimbra, passando pela Lagoa de Albufeira, artéria que duplicava a existente entre Porto Brandão e a Charneca da Caparica e que devia servir os aglomerados satélite previstos a sul daquela Praia.

“O autor diz não ignorar a existência de um projecto de estrada marginal ao longo do Tejo, entre Cacilhas e a Trafaria, mas como o traçado dessa via, além de ser dispendiosíssimo, nunca poderá satisfazer as exigências de uma estrada de turismo, pelo facto de passar em frente de numerosos aglomerados industriais, não vê vantagem na sua realização, a não ser que se execute apenas como via de serviço das fábricas locais”.

*Plano de Urbanização do
Concelho de Almada
Esquema das Grandes Artérias
Faria da Costa, 194[2?]
(imagem “Plano de Urbanização da
Costa da Caparica”, *Arquitectura*,
Lisboa, N.º 13, Março 1947, p. 7)*

Pela apreciação do Conselho Superior de Obras Públicas ficamos, ainda, a saber que a primeira fase de execução do Plano de Almada passava pela construção de um novo Centro Cívico nesta vila. Intervenção que pelo rigor e pormenor com que é elaborada não levanta quaisquer objecções por parte daquele organismo.

Em conclusão, o Parecer considera “*que a parte que se refere à ‘análise, programa e estudo da urbanização do concelho de Almada’, está em condições de servir de base aos ante-planos dos vários aglomerados*”.¹⁰⁸

E o primeiro aglomerado a ser alvo de planeamento seria a Costa da Caparica, “*considerado na 2.ª parte da descrição deste parecer*”, mas que, por não conter “*todos os elementos que a lei determina, pelo facto desses elementos dependerem, em parte, dos estudos da urbanização geral do concelho, (...) não pode ser classificado como um plano definitivo, embora constitua uma base segura para a sua organização*”.

É este estudo que é publicado na revista *Arquitectura*, no número de Março de 1947.

¹⁰⁸ “*Sendo, no entanto, necessário: 1) Tornar mais maleável a estrutura das extensões dos aglomerados, sobretudo no que se refere às últimas fases de extensão da futura cidade de Almada, assentando a sua composição no sistema de unidades habitacionais com satisfatória independência (unidades de vizinhança) a fim de não comprometer as futuras realizações que poderão vir a ser baseadas em dados mais seguros, convenientemente coordenados com o ‘Plano Regional de Lisboa’; 2) Não limitar em demasia a liberdade de concepção e de composição das várias categorias das zonas, consideradas no relatório e no respectivo regulamento, sem prejuízo de uma perfeita coordenação de todas as realizações próximas e futuras; 3) Estudar a possibilidade de substituir a solução de alargamento das estreitas ruas Cândido dos Reis e Comandante António Feio, pela de uma nova artéria que, partindo do extremo S.O. desta última rua, dê acesso ao novo embarcadouro de Cacilhas, sem necessidade de tão extensas demolições; 4) Rever o estudo do arranjo do Largo Costa Pinto de Cacilhas e da nova praça destinada ao futuro embarcadouro desta povoação, procurando conjugar as soluções preconizadas pelo autor e pela Administração Geral do Porto de Lisboa, a fim de se imprimir, nesse importante trecho de urbanização, a necessária unidade arquitectónica compatível com a excepcional localização que ocupa em frente da capital; 5) Procurar estabelecer uma nova ligação do ramal norte da variante da Estrada Nacional 10, com o ramal sul da mesma variante que se desenvolve entre a Cova da Piedade e Corroios, projectada pela Junta Autónoma das Estradas e integrar no plano o traçado da rede ferroviária elaborado pela Direcção Geral de Caminhos de Ferro, dando-lhe a necessária independência no seu desenvolvimento através do aglomerado; 6) Estabelecer as directivas necessárias para que nos ante-planos não deixem de ser tomadas as necessárias medidas de saneamento dos actuais aglomerados, procurando simultaneamente melhorar o aspecto de todas as edificações, sobretudo as localizadas ao longo do cais do Ginjal e sobre as escarpas que lhe servem de fundo; 7) Colher dos organismos oficiais - Ministério da Educação Nacional, a Direcção Geral da Assistência, a Comissão das Construções Hospitalares, etc.- as indicações necessárias para a segura elaboração dos programas, a atender no plano, relativos a escolas, creches, asilos, hospitais, sanatórios, cadeias, correios, etc.; 8) Considerar em cada unidade de vizinhança, além do artesanato, pequenas zonas reservadas a indústrias ligeiras; 9) Organizar os serviços municipais indispensáveis para orientar e fiscalizar a execução do plano”.* (Cf. Parecer N.º 1891: Antepiano de Urbanização da Costa da Caparica e Análise e Programa referente à Urbanização do Concelho de Almada, Lisboa, CSOP, 1948)

O Plano de Urbanização da Costa da Caparica

No *Plano de Urbanização da Costa da Caparica*, Etienne De Gröer conta com a colaboração de Faria da Costa, o primeiro urbanista português, diplomado pelo *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris*, em 1935, com a proposta de um *Plano de Arranjo, Embelezamento e Extensão da Cidade da Figueira da Foz*¹⁰⁹. É na capital francesa que os dois urbanistas se conhecem, enquanto professor e aluno daquele instituto, iniciando uma relação de trabalho que teria sequência na Câmara Municipal de Lisboa, a partir de 1938. O primeiro, como urbanista-consultor, convidado por Duarte Pacheco para acompanhar o desenvolvimento do *Plano de Urbanização de Lisboa*, e, o segundo, ingressando o Gabinete para Estudos de Urbanização daquela autarquia, com Francisco Keil do Amaral e Inácio Peres Fernandes, onde elabora diversos estudos incluídos no PGUEL.¹¹⁰

Em Almada, Faria da Costa ocupa-se do grupo oeste que engloba o triângulo formado pelos aglomerados da Trafaria, Cova do Vapor e Costa da Caparica, estudados de forma integrada, mas com planos de urbanização independentes. O primeiro a avançar seria o da Costa da Caparica, confirmando o protagonismo que este antigo núcleo piscatório assume no panorama do concelho.

O trabalho começa “*por examinar as características das populações de cada uma daquelas povoações, a fim de [se] poder determinar as suas necessidades*”¹¹¹, concluindo que “*na Trafaria, predomina a população fixa ao passo que na Costa da Caparica e na Cova do Vapor é a população flutuante de fim da semana que tem maior importância, logo seguida da população flutuante estival, que na Costa sobe a 70% e na Cova do Vapor anda por 250%*”.

¹⁰⁹ Ver capítulo 2.2..

¹¹⁰ No âmbito do *Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa* (PGUEL), Faria da Costa será responsável pelos “Estudos” para o Bairro do Areeiro (1938), para o Bairro do Restelo, ou *Plano da Encosta da Ajuda* (1938-1940), para o Martim Moniz (1943) e para o Bairro de Alvalade, ou *Plano da Zona Sul da Avenida Alferes Malheiro* (1945). São os desenhos para o sistema de túneis, proposto por João Faria da Costa, a ligar o Martim Moniz aos Restauradores e ao Campo das Cebolas que são publicados na revista *Turismo*, com o artigo “Lisboa Futura”, em 1948 (Ver, no capítulo 2.3., “O Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa”).

¹¹¹ “Plano de Urbanização da Costa da Caparica”, *Arquitectura*, N.º 13, Março 1947, p. 3.

Na Cova do Vapor o autor defende uma intervenção mínima, partindo do princípio de que a existência deste aglomerado se alimenta exclusivamente da prática do *camping* de fim-de-semana, em barracas de madeira construídas, sobre o areal, com a autorização da Administração Geral do Porto de Lisboa. Nesse sentido, e apesar de, no seu relatório, De Gröer lamentar a desordem total do conjunto, “*que mais se assemelha a uma aldeia de pretos*”, Faria da Costa “*sugere que não se vá mais além do que criar um acesso cómodo, que ficará assegurado com o estabelecimento da rede de grandes artérias propostas para a região, um abastecimento de água potável reduzido à sua expressão mais simples - a de um curto número de fontanários - e uma cabine telefónica*”.

Já a Trafaria é entendida como ponto de passagem para a Costa da Caparica e só a articulação com esta Praia poderia animar “*uma reorganização completa da vida da povoação*”. Assim, estes dois núcleos urbanos são trabalhados como um todo, considerando “*a Trafaria como uma zona de habitação operária e artesanal, onde a população flutuante, praticamente, não conta, ao passo que a Costa da Caparica (...) será, principalmente, uma zona de habitação e recreio da população flutuante, cabendo-lhe também a sua população fixa*”.

Para o conjunto constituído por estas duas localidades é estipulado um ideal de 25.000 habitantes, número a partir do qual a expansão é garantida pela criação de novas povoações satélites dispostas, ao longo da costa, a sul daquela Praia. Para o urbanista, “*uma tal população, dado o nível económico - predomínio de veraneantes - dará já vida a toda e qualquer iniciativa privada de interesse geral, permitindo, por isso, as condições de auto-abastecimento que se traduzem na comodidade e conforto que os pequenos aglomerados de baixo nível económico não podem ter. Por outro lado, uma população de 25.000 habitantes daquele nível, com uma fraca densidade, reúne as vantagens dos grandes centros, já possível e completo apetrechamento urbano, sem os inconvenientes das densas e fatigantes capitais*”.

Fixado o “Esquema das Grandes Artérias” de acesso à região, no grupo oeste a rede principal de circulação seria assegurada por quatro vias estruturadoras:

“1.º - Marginal Sul do Tejo, de Cacilhas à Trafaria - Estrada Nacional n.º 11 do Plano Rodoviário - prolongada até à Cova do Vapor.

2.º - Prolongamento do troço Norte-Sul da Estrada da Trafaria - Estrada Nacional n.º 377-1.ª - para ambos os lados, até encontrar, a Norte, a Marginal Sul do Tejo e, a Sul, a projectada Praça da Gare Rodoviária.

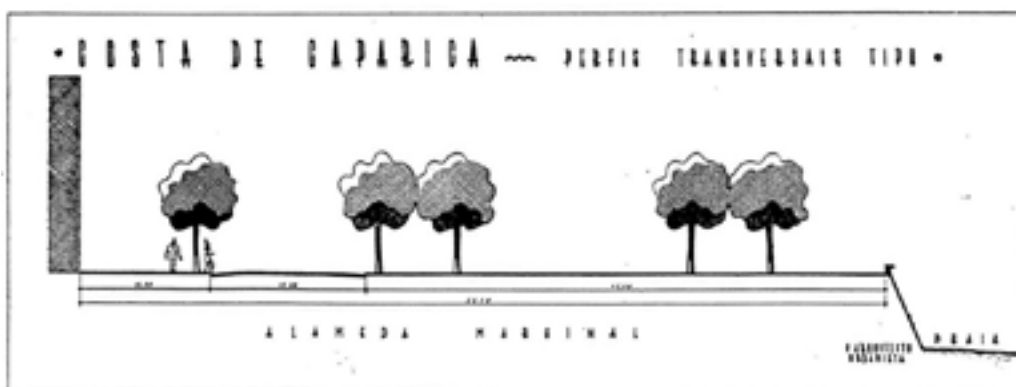
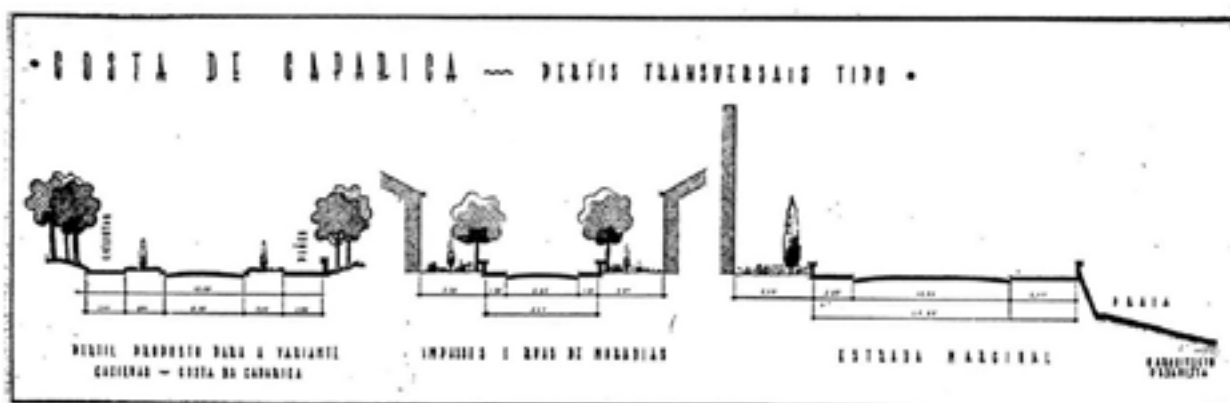
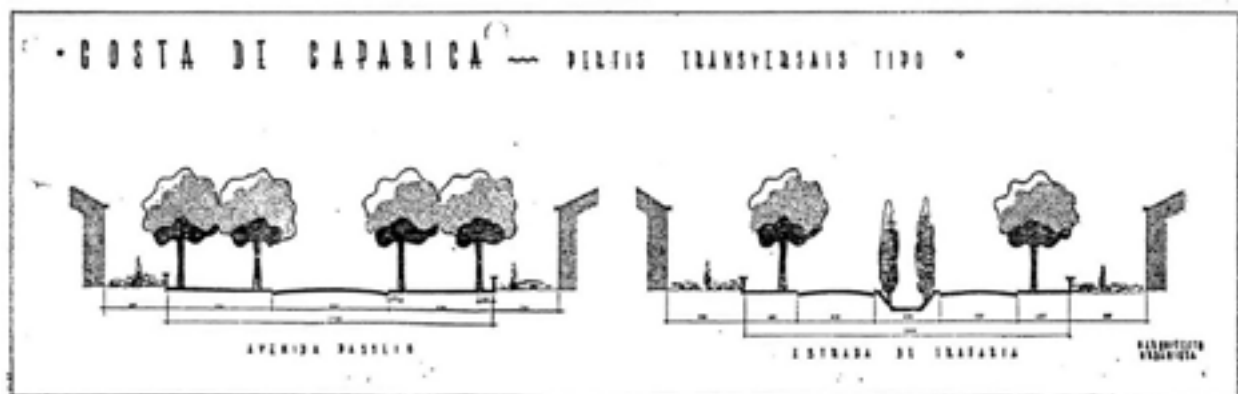
3.º - Via Nascente-Poente, que, partindo da Estrada Cacilhas-Costa da Caparica na altura do cemitério dessa última povoação, cruza perpendicularmente a via Norte-Sul.

4.º - Marginal Atlântica, que, partindo da Cova do Vapor, segue para Sul, ao longo da praia e entesta com a via Nascente-Poente.

O prolongamento para Sul desta Marginal Atlântica forma a grande Alameda Marginal, que, inflectindo para Nascente, se liga na Praça da Gare Rodoviária à via Norte-Sul.”¹¹²

Apesar de De Gröer secundarizar a hipótese da construção de uma Marginal ao rio, no *Plano de Urbanização da Costa da Caparica* ela é considerada como um dos principais eixos de ligação interurbana, ainda que, na figura apresentada por Faria da Costa, esta via apareça representada apenas no seu troço entre a Trafaria e a Cova do Vapor. Também a ideia de se traçar uma Marginal Atlântica entre a Cova do Vapor e a Praia do Sol é aproveitada neste estudo, servindo de remate à grande artéria nascente-poente que, de Cacilhas até à Costa da Caparica, se desenvolve perpendicular à costa. No sentido oposto, a Estrada da Trafaria estrutura o principal eixo de desenvolvimento norte-sul, definindo-se o limite da expansão urbana, para sul, na nova Praça da Gare Rodoviária. “Todas estas artérias têm perfis transversais tipo de características especiais, adequados às funções que desempenham e às zonas que atravessam”. É a partir do cruzamento destas duas principais linhas de orientação, num esquema clássico de implantação *ex novo*, e em função dos três núcleos habitacionais existentes - a velha povoação de pescadores, a Quinta da Santo António e o Bairro do Convento - que se organiza a proposta urbanística.

¹¹² Idem, p. 8.



Plano de Urbanização da Costa da Caparica
Perfis Transversais Tipo
Faria da Costa, 1946
(imagens "Plano de Urbanização da Costa da Caparica", *Arquitectura*, Lisboa, N.º 13, Março 1947, pp. 8-10)

Aqui, Faria da Costa começa por clarificar que a solução apresentada foi desenvolvida “de forma a não fazer depender de expropriações das propriedades urbanas existentes qualquer dos problemas que se propôs resolver. Deste modo, qualquer parcela do plano pode realizar-se com inteira independência do existente, deixando-se ao tempo o reajustamento sempre necessário quando se projecta novo sobre velho e, com mais forte razão, quando esse velho é aquilo que se vê na Costa da Caparica”.¹¹³

¹¹³ Idem, p. 5.

O núcleo piscatório existente é, assim, enquadrado pela nova malha urbana, integrando-se na rede de infraestruturas delineada pelo plano. Com base na clássica *croiséé* norte-sul/nascente-poente, o urbanista define um traçado ortogonal reticulado, animado por uma série de pracetas e impasses que garantem a distribuição aos diversos quarteirões e aos equipamentos estruturadores do zonamento proposto. Esquema que nos remete para a proposta apresentada pelo mesmo autor, um ano antes, para o *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro*.¹¹⁴

Na “Planta de Apresentação” do conjunto distinguem-se três tipos de zonas residenciais - de moradias (ou de habitação espaçada), de habitação colectiva e de habitação económica - organizadas de forma independente umas das outras, concentrando-se a habitação económica a sul, junto à Gare Rodoviária, a habitação colectiva a poente, sobre a Alameda Marginal, e as moradias a nascente, acima da Estrada da Trafaria. A ideia de separar as diferentes categorias sociais por áreas de residência distintas merecerá da parte do CSOP a sugestão de que, “dentro de certa medida e em determinados casos”, “se procure integrar nas zonas de habitação espaçada, pequenos núcleos para residências económicas”¹¹⁵, amenizando, deste modo, as naturais assimetrias da ocupação do território. A própria DGSU aponta a “vantagem de [se] prever uma maior utilização do terreno para moradias em ordem contínua ou formando pequenas séries”, com vista a uma “maior economia da construção”¹¹⁶ e a uma maior diversificação da oferta da habitação.

Preocupações que, de resto, Faria da Costa havia equacionado da melhor maneira no Sítio de Alvalade.

¹¹⁴ Este estruturado “em torno de quatro grandes eixos viários, dois no sentido poente-nascente, a Avenida dos Estados Unidos da América (...) e a Avenida da Igreja (...); dois outros (...) no sentido Norte Sul, a Avenida de Roma e a Avenida Rio de Janeiro”, que “subdividem a área abrangida pelo plano em oito ‘células’ ou unidades de urbanização” com “ponto focal [n]a escola primária”. (Cf. LÓBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações/DGOTDU, 1995, p. 161)

¹¹⁵ Parecer N.º 1891: Antepiano de Urbanização da Costa da Caparica e Análise e Programa referente à Urbanização do Concelho de Almada, op. cit..

¹¹⁶ Idem.

*Plano de Urbanização da
Costa da Caparica
Planta de Apresentação
(Conjunto)*

Faria da Costa, 1946
(imagem "Plano de Urbanização da
Costa da Caparica", *Arquitectura*,
Lisboa, N.º 13, Março 1947, p. 11)

A zona de habitação económica seria formada pelo Bairro dos Pescadores e pelo Bairro Operário, estabelecidos de um lado e de outro da Estrada da Trafaria, com uma área dedicada ao Artesanato e acesso directo à Praia, para um mais fácil escoamento da população flutuante dos domingos a partir da praça da Gare Rodoviária.





População de fim-de-semana que chegava a atingir a soma das populações fixa e estival da Costa da Caparica.

Para garantir a sua fixação no local previa-se a “concentração nesta zona de restaurantes a preços populares e de cabines para banhos a preços acessíveis”¹¹⁷, mas a implantação deste sector no extremo do aglomerado e a reduzida superfície que lhe é atribuída no plano levanta algumas dúvidas ao CSOP quanto à sua capacidade de vir a “desempenhar convenientemente, no futuro, a missão que lhe é confiada”¹¹⁸. Nesse sentido, aconselha-se a revisão do estudo desta zona popular de forma a introduzir “uma maior elasticidade na sua adaptação às exigências futuras, dando-lhe também a possibilidade de expansão para sul, em caso de necessidade”.

Por seu lado, a Direcção-Geral dos Serviços Urbanos é da opinião “que se deveria libertar o centro do aglomerado das correntes de trânsito interurbano, sobretudo, da frequência contínua de camionetas que aos domingos e outros dias de excepcional afluência se dirigem de Cacilhas e da Trafaria para a estação rodoviária”. Sugere-se, assim, a criação de um percurso

*Plano de Urbanização da Costa da Caparica
Planta de Utilização do Solo (Zoneamento)*

Faria da Costa, 1946
(imagem “Plano de Urbanização da Costa da Caparica”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 13, Março 1947, p. 12)

¹¹⁷ “Plano de Urbanização da Costa da Caparica”, op. cit., p. 6.

¹¹⁸ Parecer N.º 1891: Antepiano de Urbanização da Costa da Caparica e Análise e Programa referente à Urbanização do Concelho de Almada, op. cit..

alternativo à Estrada da Trafaria, que contornasse a povoação pelo nascente e que garantisse uma mais rápida ligação automóvel nos dias de maior movimento. E “*se o transporte por via aérea um dia for realidade ou se fizer sentir essa necessidade, aliás provável*”¹¹⁹, este percurso poder-se-ia estender para as “*amplas planícies*” a sul, “*fácilmente adaptáveis a aeródromos*”.

Já a zona de habitação colectiva seria constituída por uma série de blocos de apartamentos, com sete pisos de altura, dispostos na perpendicular em relação à Marginal, “*para terem melhor orientação e evitar uma autêntica muralha que separaria toda a povoação da praia*”¹²⁰. Estes blocos são concebidos “*como verdadeiros hotéis, sem pensão, o que representa uma inovação no nosso meio, perfeitamente de acordo com as características do progresso da vida moderna*”. Dispunham, ainda, de garagens colectivas e seriam limitados, do lado da alameda, por uma galeria comercial de um só piso que se articula, a norte, com o Centro de Diversões e com a Avenida Marginal até à Cova do Vapor, onde se concentram os principais equipamentos de apoio à estação de vilegiatura e repouso, tais como Casino, Hotéis, Piscina, Praia Infantil, Cafés, Bares, Restaurantes e Instalações Balneares (balneários, duchas e cabinas). Toda esta frente marítima avança sobre a Praia, encurtando a largura da incómoda faixa de areia para os cem metros. Opção que, segundo o CSOP, estaria dependente dos pareceres da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas quanto à sua exequibilidade.

Em contraste, a zona de moradias espaçadas ocupa a maior parte da área de incidência do plano, implantando-se a nascente e a sul dos limites da Mata da Caparica, incluindo a extensão satélite criada, a acompanhar a saída para Cacilhas, no Bairro do Convento. “*Foi tendo presente a existência da Mata Nacional que o arquitecto desenvolveu parte do aglomerado ao longo dela,*

¹¹⁹ “Plano de Urbanização da Costa da Caparica”, op. cit., p. 10.

¹²⁰ Idem, p. 6.

com a vantagem não só da sua máxima utilização, como também do encurtamento da distância que o separa de Lisboa, o que implicitamente estabelece uma mais ampla conjugação da Costa da Caparica com a Trafaria".¹²¹

A cada uma destas zonas residenciais o plano faz corresponder um núcleo comercial próprio, localizado de forma a servir convenientemente a vizinhança próxima e todo o aglomerado. Uma quarta zona de comércio, a mais importante, é definida no cruzamento dos dois principais eixos viários, situação que reforça a sua centralidade, rematando, a sul, na alameda de ligação do Mercado ao Centro de Desportos que separa a zona económica dos restantes núcleos residenciais.

No plano de urbanização são, também, previstas diversas áreas de reserva para a construção de equipamentos colectivos, distribuídas de forma equilibrada pelos vários núcleos considerados. Para além das "Escolas dos Centenários" do Bairro dos Pescadores e Zona Operária, são integrados neste estudo "*mais três grupos escolares convenientemente isolados das vias de trânsito; duas pequenas igrejas bem enquadradas num ambiente adequado; um vasto centro de 'ténis'; vários grupos de campos destinados a esse e outros jogos; e, finalmente, três terrenos reservados para a construção de futuros edifícios públicos*".¹²²

O Mercado existente junto à zona central é mantido, agora englobado no desenho do troço da Estrada da Trafaria entre a Zona Comercial principal e a Gare Rodoviária, servindo de remate, a ponte, à larga alameda arborizada de acesso ao Centro Desportivo¹²³. A sua disposição torcida em relação à nova malha urbana e o facto de se encontrar num lote isolado, sem hipóteses de ampliação posterior, levam o Conselho Superior de Obras Públicas a sugerir uma outra localização para sua a instalação definitiva.

¹²¹ Idem, *ibidem*.

¹²² Parecer N.º 1891: *Anteplano de Urbanização da Costa da Caparica e Análise e Programa referente à Urbanização do Concelho de Almada*, op. cit..

¹²³ Com "*campo de foot-ball, pistas de atletismo, rink de patinagem e campos de tennis*". Mais a norte, na zona de moradias, é considerado um outro núcleo desportivo dedicado à prática do ténis. (Cf. "Plano de Urbanização da Costa da Caparica", op. cit., p. 10)

Um segundo equipamento deste tipo é proposto para o Bairro de Santo António, na zona residencial de expansão norte, “*porque o autor do projecto admite a possibilidade de, no futuro, uma grande parte da população flutuante se fixar na Costa da Caparica, por largos períodos, já por motivos de saúde, já de ordem económica*”.¹²⁴

Nas imediações deste bairro, Faria da Costa propõe ainda a construção do que designa por “Hotéis Populares”, “*uma iniciativa que, entre nós, não tem ainda uma expressão verdadeira*”.

*“Num país como o nosso, com um tão baixo nível de vida, - áparte um pequeno número de bafejados pela sorte, que podem dispor de hotéis de criados agaloados e diárias incomportáveis para a maioria - á classe média só restam as pensões, que, na verdade, são baratas, em relação ao nível da grande maioria, mas que não possuem as indispensáveis condições de conforto e higiene. (...) seria fácil, uma vez que se reservem terrenos bem localizados e que só a esse fim se destinem - de modo a evitar especulações - construir simples pavilhões, claros e arejados, sòmente com quartos, caiados e servidos por uma galeria que os ligaria a um pavilhão central, onde seriam os serviços, salas de jantar, ‘hall’, etc.”*¹²⁵

Numa abordagem inédita ao problema, apresentava-se, assim, uma alternativa aos modelos clássicos de alojamento turístico - o Hotel e a Pensão - abraçando-se o projecto de uma nova tipologia arquitectónica vocacionada para o Turismo balnear, próxima da “Colónia de Férias” mas sem o seu carácter de obra social.

No que respeita às Colónias de Férias propriamente ditas, Faria da Costa preconiza a sua instalação ao longo da extensão linear da Avenida Marginal, pois “*entende que, em caso algum, se deve consentir na alienação de parcelas na mata para esse fim*”¹²⁶. Não deixa, no entanto, de considerar o apetrechamento da Mata no sentido de a transformar “*num confortável centro de diversões, quer com pequenos campos de jogos, quer com os mais variados pavilhões de chá, restaurantes, etc., construídos em regime de concessão temporária*”.¹²⁷

¹²⁴ Idem, p. 9.

¹²⁵ Idem, pp. 12-13.

¹²⁶ Idem, p. 12.

¹²⁷ Idem, p. 7.



A manutenção deste perímetro florestal seria, de resto, imprescindível para garantir uma melhor percentagem de áreas verdes disponíveis no plano. Tendo em conta os 225 hectares de superfície urbanizada e uma população de cerca de 16.000 habitantes, seriam necessários 40 hectares de espaços livres para alcançar uma densidade média de 60 habitantes por hectare, o mesmo valor que De Gröer defende para a Costa do Sol, calculando-se, na Caparica, a relação de espaços livres por habitante em 60m², o triplo do considerado no PUCS.

Os restantes habitantes que faltavam para totalizar os 25.000 definidos como limite máximo para o conjunto Trafaria-Costa da Caparica seriam atribuídos àquela localidade, sede da freguesia, onde Faria da Costa opta por “concentrar os principais elementos que constituem o centro cívico do aglomerado”¹²⁸, contribuindo, desta forma, para a elevação do nível geral da sua população.

*Plano de Urbanização da
Costa da Caparica
Planta de Apresentação*

Faria da Costa, 1946
(imagem adaptada de “Plano de
Urbanização da Costa da Caparica”,
Arquitectura, Lisboa, N.º 13, Março
1947, p. 3 e p. 11)

Legenda:
1 - Gare Rodoviária; 2 - Mercado;
3 - Centro de Desportos; 4 - Escola;
5 - Igreja; 6 - Hotéis Populares;
7 - Casino; 8 - Hotéis; 9 - Praia Infantil

¹²⁸ Parecer N.º 1891: Antepiano de Urbanização da Costa da Caparica e Análise e Programa referente à Urbanização do Concelho de Almada, op. cit..

Quanto à execução do plano, o arquitecto-urbanista não define as fases da sua realização, nem pondera “*as possibilidades financeiras do Município para a sua execução*”, aspectos que o CSOP entende que deviam ser devidamente estudados. Por essa razão, e face às observações feitas ao longo do Parecer sobre a urbanização do concelho de Almada e da Costa da Caparica, a proposta apresentada seria considerada apenas como Antepiano, merecendo aprovação ministerial, com condicionamentos, a 17 de Agosto de 1948, tal como o Plano Regional. O mesmo ano em que, como vimos, é homologado o *Plano de Urbanização da Costa do Sol*.

Entre a Cidade-Jardim e a Carta de Atenas

A trabalhar com Etienne de Gröer, João Faria da Costa adopta na Costa da Caparica o modelo policêntrico de subúrbio-jardim defendido pelo urbanista polaco no *Plano de Urbanização, Embelezamento e Extensão da Cidade de Coimbra*, de 1940, estruturando o crescimento urbano do conjunto, composto também pela Trafaria, a partir de uma rede de núcleos satélite autónomos, embora funcionalmente dependentes, daquele aglomerado central. Mas não é só ao nível da organização territorial que se sente a presença de De Gröer neste estudo. Os princípios de desenho urbano que introduz nos planos de pormenor que desenvolve para a Costa do Sol - estrutura viária hierarquizada, baixa densidade e uso privilegiado de tipologias unifamiliares - são os mesmos que vão orientar o projecto da Costa da Caparica.

No entanto, se a abordagem de De Gröer acusa, em geral, influências formais do urbanismo alemão, recorrendo a traçados viários orgânicos e sinuosos para caracterizar as soluções urbanísticas que preconiza, Faria da Costa, depois do trabalho académico que realiza para a Figueira da Foz, afasta-se definitivamente desse imaginário para se aproximar da Cidade-Jardim americana, numa composição urbana que se destaca pela sua malha mais regular e racional.

Esta mudança de paradigma era já evidente no *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro* que inicia em 1944, dois anos antes da intervenção em Almada.



Plano de Urbanização da Zona a Sul da avenida Alferes Malheiro

Faria da Costa, 1944-1946
(imagem ALEGRE, Alexandra, “Casas de Rendas Económicas das Células I e II do Plano de Urbanização de Alvalade - 1.ª Experiência de Urbanização Integral”, www.in3.dem.ist.utl.pt)

Enquadrada numa realidade bem diferente da da Costa da Caparica, se bem que em ambos os casos a “cidade nova” que se propõe é idealizada “para uma ‘classe média’ em ascensão”¹²⁹, a urbanização de Alvalade é a primeira operação de expansão residencial, promovida, dentro do quadro da habitação económica, pela Câmara Municipal de Lisboa, em que o desenho das novas áreas se relaciona com o tecido envolvente, garantindo-se, assim, a continuidade da estrutura urbana. Esta ideia de “fazer cidade” está, também, presente na preocupação de articular, no mesmo espaço, diferentes funções e categorias sociais, pela disponibilização de uma oferta diversificada de equipamentos e de modelos de habitação, distribuída de modo equilibrado pelo território. Diversidade que vai dar origem ao ensaio de novas combinações tipo-morfológicas na definição da forma urbana, em que a unidade do conjunto é assegurada por uma concepção integrada de planeamento, simultaneamente, ao nível do urbanismo, da arquitectura e da própria construção.

¹²⁹ GRANDE, Nuno, *O Verdadeiro Mapa do Universo: uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002, p. 126. (Debaixo de Telha, Séire B, n.º 4)

A mesma “*procura de um traçado harmonioso nas relações entre (...) morfologia e tipologia*”¹³⁰ orienta a proposta para a Costa da Caparica, apesar da visão de Faria da Costa para a sua “cidade balnear” se basear numa clara segregação social por zonas e num leque mais restrito de tipologias de habitação, onde a moradia unifamiliar espaçada se afirma como expressão simbólica de um “tempo de férias em família”. Imagem que se enquadrava no ideário conservador do Regime.

A importância atribuída a esta tipologia é evidente no quadro de distribuição da futura população da Costa da Caparica que acompanha o plano, destinando-se cerca de 43% da área residencial considerada a Zona de Moradias.

Zonas	Área (hectares)	Densidade (hab/ha)	População
Zona Operária	15,5 ha (8,5%)	125 hab/ha	1.937,5 hab
Zona de Habitação Colectiva	24,0 ha (13%)	200 hab/ha	4.800 hab
Zona de Moradias	78,0 ha (43%)	60 hab/ha	4.680 hab
Zona Central Existente	14,0 ha (7,5%)	130 hab/ha	1.820 hab
Extensão Linear	25,0 ha (14%)	60 hab/ha	1.500 hab
Extensão Satélite	25,0 ha (14%)	60 hab/ha	1.500 hab
Totais:	181,5 ha	89,5 hab/ha	16.237,5 hab

Se aqui não há surpresas, o que é interessante perceber na análise destes valores é que a Zona de Habitação Colectiva, com apenas um terço da superfície da das moradias, tem capacidade para alojar o maior número de população, assumindo uma posição de destaque pouco usual neste tipo de estâncias turísticas e, até, na prática urbanística portuguesa. Posição que é reforçada pela sua localização privilegiada sobre a Alameda Marginal.

A própria combinação tipo-morfológica proposta para este conjunto - blocos colectivos de apartamentos construídos em altura e implantados perpendicularmente à via - é inovadora, renunciando a adesão aos princípios da Carta de Atenas que sucede ao I Congresso Nacional de Arquitectura. E ainda

que a mesma solução de desenho estivesse já presente na caracterização da frente norte da Avenida dos Estados Unidos da América, em Alvalade, variando apenas na relação que o corpo longitudinal de comércio estabelece com a rua, na Costa da Caparica ela ganha outro sentido pela presença que assume no tratamento da fachada marítima. Perspectiva que, decerto, vinha influenciada pelo estudo realizado, um ano antes, para a remodelação da zona marginal da cidade do Funchal.

Funchal: Estudo de Remodelação da sua Zona Marginal

Volumes das Construções (Existente e Projectado) e Planta Geral

Faria da Costa, 1945
(imagens Arquivo IHRU)



A principal diferença estava em que, no Funchal, eram equipamentos representativos do poder local a definir a nova imagem da cidade (Alfândega, Capitania do Funchal e Quartel da Guarda Republicana), enquanto que, na Costa da Caparica, a proposta para a nova frente de mar estava dependente da iniciativa privada e da sua capacidade realizadora (habitação colectiva e equipamentos de interesse turístico). Por outro lado, se na Madeira Faria da Costa trabalha com edifícios singulares, na sua tipologia e na sua morfologia, na Caparica é a partir da repetição do mesmo módulo compositivo, formal e funcional, que se garante a unidade e a coerência da intervenção.

Página seguinte:
Costa da Caparica,
Almada
Vista Aérea, 1964
(imagem
Instituto Geográfico Português)

Também a relação dos volumes projectados com a Marginal difere de um projecto para o outro. No primeiro caso, interessava atribuir uma certa dignidade ao perfil da cidade na aproximação à baía, principal porta de entrada na ilha, pela criação de uma nova fachada urbana que enquadrasse os edifícios existentes e conferisse uma outra monumentalidade ao conjunto visto do mar. Daí a opção por desenhar uma frente contínua de construções que acompanham, numa configuração tradicional, o desenvolvimento da avenida. No segundo, garantir que a nova proposta de ocupação da linha de costa não constituísse uma barreira visual na relação do aglomerado existente, e do proposto, com a Praia. Nesse sentido, os volumes são dispostos na perpendicular à Marginal, criando espaços livres ajardinados entre eles, numa composição que, sem negar o diálogo com a infraestrutura que lhe dá origem, acusa influências formais do urbanismo moderno. Assim, se num caso podemos dizer que o plano é desenhado de “fora para dentro”, no outro é pensado de “dentro para fora”.

A urbanização da Costa da Caparica resultava, desta forma, numa espécie de síntese entre o plano de Alvalade e a remodelação da zona marginal do Funchal. Síntese que Faria da Costa combina de forma inédita com os pressupostos da Cidade-Jardim herdados de Etienne de Gröer. À cidade de extensão horizontal da “Casa de Férias” contrapunha-se, agora, a cidade de desenvolvimento vertical do “Apartamento de Férias”, numa nova abordagem ao desenho das estâncias balneares portuguesas. É neste cruzamento de modelos - a urbanização residencial de baixa densidade e a saturação urbana pela construção de blocos, soltos, em altura - que se vai balizar a transformação da nossa linha de costa ao longo das décadas seguintes, acompanhando, “*de uma forma geral, os processos e as receitas das urbanizações (ou suburbanizações) metropolitanas que caracterizam o mau crescimento e renovação urbana*”¹³¹ da última metade do século XX.

¹³¹ PORTAS, Nuno, “Crítica do urbanismo: o desenho urbano em situações de costa”, *Sociedade e Território: Revista de estudos urbanos e regionais (Algarve)*, Porto, Edições Afrontamento, Ano 5, N.º 13, Junho 1991, p. 91.



Mas, se na “cidade convencional” é na periferia urbana que, de um modo consensual, se vai concentrar a construção em altura, na “cidade balnear”, tal como preconizado por Faria da Costa no *Plano de Urbanização da Costa da Caparica*, é na Avenida Marginal que se assiste a uma ruptura de escalas, quase sempre “*introduzida pelo hotel e pelos blocos de apartamentos consentidos em lotes de casario contínuo e ruas estreitas*”¹³², acentuando-se a dicotomia entre o interior e a faixa litoral. Dicotomia que é reforçada pelo contraste de linguagens que caracterizam, genericamente, as intervenções em cada uma destas zonas, predominando os conjuntos de sentido tradicionalista no espaço rural e a afirmação de uma modernidade internacional na ocupação da frente marítima.¹³³

E é, precisamente, ancoradas na Marginal que se vão instalar as “Arquitecturas do Sol” mais significativas da década de cinquenta: o “Hotel de Praia” e a “Piscina de Mar”.

¹³² Idem, p. 92.

¹³³ Cabe aqui a referência ao “Concurso Lusalite”, lançado pela revista *Arquitectura*, em Agosto de 1950, na sequência do êxito da iniciativa anterior para “Uma Casa de Férias no Alto Rodízio”. Embora não seja explícito no enunciado do concurso, a localização escolhida para este novo exercício seria a Costa da Caparica (segundo o depoimento de Celestino de Castro em entrevista realizada, em 2007, por Pedro Noronha Nunes, disponível em www.issuu.com/pedronoronhanunes/docs/la_obra_nasce_05), propondo-se a concepção de um “Pavilhão para Restaurante-Dancing e Balneários” a implantar na Praia com acesso pela Mata Nacional (programa que se enquadrava perfeitamente na lógica de ocupação defendida no Plano de Urbanização de Faria da Costa para esta zona e para a Avenida Marginal). Das dezoito propostas apresentadas a concurso (publicadas no número de Maio de 1951) cinco seriam distinguidas pelo júri, composto pelo engenheiro Mário da Fonseca, delegado da Corporação Mercantil Portuguesa (patrocinadora do concurso) e pelos arquitectos Dario Vieira, delegado do Sindicato Nacional dos Arquitectos, Keil do Amaral, delegado da Sociedade Nacional das Belas Artes, Manuel Tainha, delegado dos concorrentes, e Alberto Pessoa, director da revista *Arquitectura*. Assim, o primeiro prémio seria atribuído a José Rafael Botelho, o segundo à proposta de José Matos Veloso e João José Tinoco, e o terceiro ao, ainda, aluno João Archer de Carvalho, cabendo menções honrosas a Henrique Albino e a José Croft de Moura, respectivamente quarto e quinto classificados (de fora ficavam os projectos de Adalberto França, Cruz Lima, Nunes de Oliveira, António Campino, José Carlos Loureiro, Benjamim do Carmo, Celestino de Castro, João Andresen, Sebastião Formosinho Sanches, Nuno Craveiro Lopes, Manuel Alzina de Menezes, João Sousa com Júlio Cascais e da dupla Fernando e Jorge Sá Reis). No seu conjunto, os trabalhos reflectem a euforia moderna que marca o período pós-Congresso Nacional, em propostas que procuram combinar as potencialidades técnicas e plásticas do novo material - a chapa de fibrocimento “Lusalite” - com referências à mais recente produção brasileira, divulgada entre nós em exposição realizada no IST, em 1949 (predominando as coberturas em “asa de borboleta”, as grelhas cerâmicas e os *brise-soleils*) e americana (em especial o já referido programa das *Case Study Houses*, lançado em 1945, mas também a obra de alguns dos mestres da vanguarda moderna emigrados neste país, caso de Mies van der Rohe ou de Marcel Breuer).